

**Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ**  
**Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde**

**ANDRÉ VASQUES VITAL**

**POLÍTICA E SAÚDE PÚBLICA NO CATIVEIRO DOS RIOS: A  
INTEGRAÇÃO NACIONAL DO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE  
(ALTO PURUS, 1904-1920)**

**Rio de Janeiro**  
**2016**

**ANDRÉ VASQUES VITAL**

**POLÍTICA E SAÚDE PÚBLICA NO CATIVEIRO DOS RIOS: A  
INTEGRAÇÃO NACIONAL DO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE  
(ALTO PURUS, 1904-1920)**

Tese de doutorado apresentada no curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Dr. Gilberto Hochman  
Co-orientadora: Dra. Dominichi Miranda de Sá

Rio de Janeiro  
2016

**ANDRÉ VASQUES VITAL**

**POLÍTICA E SAÚDE PÚBLICA NO CATIVEIRO DOS RIOS: A INTEGRAÇÃO NACIONAL DO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE (ALTO PURUS, 1904-1920)**

Tese de doutorado apresentada no curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dr. Gilberto Hochman (PPGHCS – Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz) – Orientador

---

Dra. Dominichi Miranda de Sá (PPGHCS – Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz) Co-orientadora

---

Dr. Kelerson Semerene Costa (Departamento de História – UNB)

---

Dr. José Augusto Pádua (Instituto de História – UFRJ)

---

Dr. Jaime Larry Benchimol (PPGHCS – Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz)

---

Dra. Lorelai Brilhante Kury (PPGHCS – Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz)

**Suplentes**

---

Dra. Hanna Helena Sonkajärvi (Faculdade Nacional de Direito – UFRJ)

---

Dr. Rômulo de Paula Andrade (PPGHCS– Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz)

Rio de Janeiro  
2016

## Ficha Catalográfica

V836p Vital, André Vasques.

Política e Saúde Pública no cativeiro dos rios: a integração nacional do território federal do Acre (Alto Purus, 1904-1920) / André Vasques Vital. – Rio de Janeiro: s.n., 2016.

342 f.

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2016.

1. Saúde Pública. 2. Política. 3. História. 4. Meio Ambiente. 5. Acre.

CDD 362.1098112

## AGRADECIMENTOS

Um livro não tem objeto nem sujeito; é feito de matérias diferentemente formadas, de datas e velocidades muito diferentes. Desde que se atribui um livro a um sujeito, negligencia-se este trabalho das matérias e a exterioridade de suas correlações.

Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Capitalismo e Esquizofrenia* v. 1. p. 11 (1995)

Essa tese só foi possível graças à colaboração de vários humanos e não-humanos, todos com diferentes formas, relações e sentidos, que me transformaram no que eu *estou* hoje e no que essa tese *está*. Aqui vou agradecer majoritariamente aos humanos, já que tomaria muitas páginas a menção a eventos, coisas, insetos e outros, que ajudaram na minha formação e no resultado que apresento nas próximas páginas.

Em primeiro lugar quero agradecer aos meus orientadores, os professores Gilberto Hochman e Dominichi Miranda de Sá. Nesses quatro anos aprendi muito entre debates, risos, tensões, críticas e elogios, que foram fundamentais para a qualidade do que ora apresento. Preciso agradecer a confiança e liberdade que me foram concedidos para a escrita desse trabalho. Sei que liberdade para neófitos como eu é um luxo na academia e espero que este trabalho esteja à altura de tamanho privilégio. Obrigado por terem sido tão generosos comigo e me suportado nesses quatro anos.

Os debates e dicas dadas pelas professoras Kaori Kodama e Lorelai Kury da COC/FIOCRUZ foram importantes durante essa jornada de quatro anos. Quero agradecer a elas e a todos os professores do PPGHCS pela confiança que sempre depositaram no meu trabalho. Registro aqui também o meu muito obrigado para os professores Simone Kropf e Robert Wegner pelo carinho e solicitude durante os processos burocráticos envolvendo a bolsa Nota 10 da FAPERJ.

Agradeço os meus colegas de turma pelo carinho, pelos elogios, críticas e debates que tivemos, principalmente no segundo ano do doutorado. Quero agradecer, principalmente, Gabriel Lopes Anaya, Goshai Daian Loureiro e Ingrid Fonseca Casazza pelas conversas, pelas maravilhosas mesas de Role Playing Game, por indicações de bibliografia, pela troca de ideias, pelo ombro amigo e pelo carinho. A presença de vocês fez toda a diferença nesse árduo processo.

Quero registrar também meu muito obrigado a André Felipe Cândido, Rômulo de Paula Andrade, Renato da Gama-Rosa Costa, Vanessa Pereira, Erika Carvalho, Júlia Gorges, Tamires Fonseca, Denis Jogas, Gabriela Bernardino, membros e ex-membros do grupo de estudos *História, Saúde e Ambiente* comandado pela Profa. Dominichi Miranda de Sá no PPGHCS. As conversas, *feedbacks* e debates foram importantes para a minha formação e para tese que ora apresento.

Gostaria de agradecer aos professores da Universidade Federal do Acre com quem tive oportunidade de entrar em contato e conversar sobre o meu trabalho. Especialmente a Francisco Bento da Silva pelo convite para apresentar algumas das minhas ideias na UFAC, em 2014, ao Gerson Albuquerque por ter me dado a oportunidade de pesquisar no CDIH-UFAC, Daniel Klein e Sergio Roberto Gomes de Souza. Também gostaria de agradecer a professora Ana Lúcia Reis da Costa (IFES) por ter, gentilmente, me enviado o seu livro *Madeira que Cupim não Rói*, quando eu ainda estava escrevendo o pré-projeto para o PPGHCS.

No Acre eu tive a oportunidade de conhecer pessoas que foram de grande ajuda na busca por fontes e bibliografia. Devo citar principalmente Antônia Sirlene da Costa, Liliane Nogueira (UFAC) e Thalyta França (Fundação Garibaldi Brasil - AC), pessoas a quem sou muito grato por todo o auxílio dado. Aqui no Rio contei com a importante ajuda de Janis Cassília, nos primeiros dois anos do doutorado, à qual também sou muito grato. Aproveito a oportunidade para agradecer também a Samantha Martins, meteorologista do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da USP, por ter me ajudado na leitura de dados da estação meteorológica de Sena Madureira nos meses de janeiro e fevereiro de 1915.

Agradeço também ao professor José Augusto Pádua (UFRJ) pela participação na banca de qualificação, pelos debates, indicações de leitura e pela paciência durante as aulas da disciplina *Natureza e História*, ofertada no primeiro semestre de 2012, no âmbito do Instituto de História da UFRJ. Devo muitas das abordagens desenvolvidas na tese aos debates travados nessa disciplina, que serviram de incentivo para me aprofundar no estudo de autores que dialogam com as ideias de Donna Haraway. Quero também agradecer ao professor Carlos Machado (ENSP-FIOCRUZ) pela indicação de bibliografia e Hanna Sonkajarvi (FND-UFRJ), pela oportunidade de apresentar e debater o meu trabalho no âmbito do seminário *Água, Alimentação e Meio Ambiente* em agosto de 2015.

Graças à tese, tive a oportunidade de conhecer Juliet Matos, a mais bela de todas as acrianas. Ela me ajudou na ida a alguns arquivos no Acre quando ainda éramos amigos. Mas a sua ajuda foi além, hoje somos casados e foi ela quem me ofereceu o suporte emocional adequado, em tempo integral, para a confecção desse trabalho. Agradeço a ela por me amar e por ter me suportado nos momentos de péssimo humor e de “presença ausente” por estar mergulhado na escrita da tese. Agradeço também aos meus pais que me incentivaram e torceram por mim ao longo desses quatro anos.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa que esteve vigente nos anos de 2012 e 2013. Agradeço também à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pela bolsa concedida nos anos de 2014 e 2015 no âmbito do Programa Bolsa-Nota 10. O suporte financeiro dado a essa pesquisa foi fundamental para a sua execução e qualidade.

Por fim, eu agradeço a Deus, sobre todas as coisas, pelas incontáveis relações e experiências que tive ao longo desses quatro anos de doutorado.

Oh, I beg you  
Can I follow?  
Oh, I ask you  
Why not always?

Be the ocean where I unravel  
Be my only, be the water  
And I'm wading

You're my river running high  
Run deep, run wild...

- Lykke Li: *I Follow Rivers* (2011)



## RESUMO

A tese tem por objetivo analisar os planos de integração nacional do Território Federal do Acre com foco no papel da saúde pública e de médicos na política local e na economia da borracha, que balizava o interesse do governo central na região. O recorte temporal privilegiado situa-se entre os anos de 1904 e 1920, e inclui a primeira configuração política dada pelo governo brasileiro à área anexada pelo Tratado de Petrópolis de 1903, o chamado período departamental. Examina sua organização em 1904, quando o Território do Acre foi dividido em departamentos independentes uns dos outros e governados por prefeitos nomeados pelo Presidente da República. Analisa a unificação do território em 1920, quando o Congresso Nacional indicou um governador para a região e definiu a cidade de Rio Branco como capital.

O trabalho busca compreender o complexo processo de anexação do Acre ao Brasil associando abordagens de história da saúde, história política e história ambiental. A tese parte de uma perspectiva teórica e metodológica neomaterialista, evidenciando o papel dos corpos de água na política. Ressalta que os rios, sobretudo o rio Iaco, foram personagens centrais nas tentativas de construção da ordem pública na região, nos diversos planos de incorporação territorial e nas disputas entre grupos de seringalistas, de diferentes cursos fluviais, pela primazia das relações com o governo federal. Tratava-se especialmente de uma competição para sediar o centro decisório, a capital de um futuro estado unificado, com consequente hegemonia política e econômica sobre toda a região. Nessa rivalidade, a assistência médica e a saúde pública foram utilizadas como vitrines da civilização, especialmente no Departamento do Alto Purus, na cidade de Sena Madureira. A tese conclui que os rios agiram decisivamente na atuação dos médicos e nas suas transientes alianças políticas e econômicas, nas dinâmicas da produção da borracha que sustentava os departamentos, na resolução violenta de conflitos entre seringalistas, nas relações políticas do governo federal com os agentes locais, nos surtos de doenças que marcavam a imagem externa e definiam relações na região, e na escolha definitiva da capital do Território, com a grande cheia de 1915.

Para o desenvolvimento da tese conjuntos documentais variados foram utilizados como correspondências, livros de memórias, debates transcritos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, artigos, notícias, notas, charges e imagens de revistas e jornais publicados no Território Federal do Acre, Manaus, Belém e Capital Federal. Também foram pesquisados relatórios dos prefeitos dos departamentos do Alto Purus, Juruá, Acre e Tarauacá, assim como

os relatórios do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Ministério da Viação e Obras Públicas e Ministério da Guerra.

**Palavras-chave:** Acre; Alto Purus, Primeira República; saúde pública; medicina; seringalistas; borracha; rios.

## ABSTRACT

The aim of this dissertation is to analyze the national integration plans of the Federal Territory of Acre, with a focus on the role of public health and doctors in local politics and the economy of rubber, that supported the interest of the central government in the region. The studied time frame is located between the years 1904 and 1920, and includes the first political configuration given by the Brazilian government to the annexed area by the Treaty of Petrópolis of 1903, the so-called ‘departamental period’. It examines its organization in 1904, when the territory of Acre was divided in independent departments with a few others being governed by mayors appointed by the President of the Republic. It analyzes the unification of the territory in 1920, when the Congress appointed a governor for the region and established the city of Rio Branco as the capital.

This paper seeks to understand the complex annexation process of Acre in Brazil, associating history of health approaches, political history, and environmental history. The paper is based on a theoretical perspective and a new materialist methodology, emphasizing the role of bodies of water in politics. It highlights that the rivers, above all, the Iaco River, were central figures in the attempts of constructing the public policy in the region, the diverse plans of territorial incorporation and the disputes between groups of Seringalistas, of different waterways, by the primacy of the relationship with the federal government. There was notably a competition to host the decision making center, the capital of the future unified state, which lead to political and economic hegemony over the entire area. In this rivalry, medical assistance and public health were utilized as windows of civilization, especially in the Department of Alto Purus, in the city of Sena Madureira. The thesis concludes that the rivers act decisively in the operation of doctors and the their transient political and economic alliances, in the dynamics of the production of rubber that sustained the departments, in the violent resolution of conflicts between Seringalistas, in the political relations of the federal government with local agents, in the outbreak of diseases that left an external image and defined relations in the region, and the final choice of the capital of the territory, with the great flood of 1915.

For the development of the dissertation an set of varied documentaries were utilized as correspondence, memoirs, debates, transcripts from the House of Representatives and the Senate, articles, news, notes, cartoons, and images of magazines and published journals in the Federal Territory of Acre, Manaus, Belém, and the Federal Capital. Researched reports were used as well of the mayors of the departments of Alto Purus, Juruá, Acre, and Tarauacá, as

well as reports from the Ministry of Justice and Internal Business, Ministry of Agriculture, Ministry of Transportation and Public Works and the Ministry of War.

**Key words:** Acre; Alto Purus, First Republic; public health; medicine; seringalistas; rubber, rivers.

## LISTA DE ABREVIATURAS

**DAD-COC-FIOCRUZ:** Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz

**CDIH-UFAC:** Centro de Documentação e Informação Histórica – Universidade Federal do Acre

**CDPI/CPI-AC:** Centro de Documentação e Pesquisa Indígena / Comissão Pró-Índio do Acre

**CODAC/Arquivo Nacional:** Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos / Arquivo Nacional, Rio de Janeiro – RJ

**DPHC/FEM:** Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural/ Fundação Elias Mansour – Rio Branco, Acre

**FBN:** Fundação Biblioteca Nacional

**FGB:** Fundação Garibaldi Brasil – Rio Branco, Acre

**MAIC:** Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

**MJNI:** Ministério da Justiça e Negócios Interiores

**MVOP:** Ministério da Viação e Obras Públicas

**LISTA DE FOTOGAFIAS**

<b>Foto 01:</b> Soldado com sequelas de malária contraída no Território do Acre.....	59
<b>Foto 02:</b> O seringalista Avelino de Medeiros Chaves na revista <i>Fon-Fon</i> (1913).....	72
<b>Foto 03:</b> Vapor Guanabara recebendo borracha no porto do seringal de mesmo nome (1913).....	75
<b>Foto 04:</b> Seringalistas e seus auxiliares posando com rifles Winchester calibre 44 em foto publicada em <i>O Malho</i> (1912).....	78
<b>Foto 05:</b> Seringalistas e agentes da União no Tarauacá posando com rifles Winchester 44 em foto publicada em <i>O Malho</i> (1913).....	79
<b>Foto 06:</b> Farmácia Brasil de Luiz Fernandes Barbosa Cordeiro.....	125
<b>Foto 07:</b> Hospital de Caridade 22 de Maio no dia da inauguração (1908).....	131
<b>Foto 08:</b> Anúncio da Farmácia Mattos, em Sena Madureira.....	150
<b>Foto 09:</b> Planta da cidade de Sena Madureira (1910).....	154
<b>Foto 10:</b> “Panorama da cidade de Sena Madureira tirado do alto da estação radiotelegráfica” (1913).....	156
<b>Foto 11:</b> Membros da Comissão do Instituto Oswaldo Cruz pelas ruas de Sena Madureira (1912).....	159
<b>Foto 12:</b> Dr Esperidião de Queiroz – médico da cidade de Xapuri, classificando o <i>Cellia albipes anopheles</i> , transmissor do paludismo no Acre.....	161
<b>Foto 13:</b> Trabalhadores da Comissão de Obras Federais (1908).....	175
<b>Foto 14:</b> Porto de Sena Madureira, durante a vazante do rio Iaco.....	185
<b>Foto 15:</b> Estrada no meio da mata, Sena Madureira.....	191
<b>Foto 16:</b> Descrição da Carta Geográfica do Território do Acre de João Alberto Masô (1907-1917).....	225

<b>Foto 17:</b> Curva do rio Iaco, em frente ao seringal “Pery”, acima do seringal “Guanabara” (1913).....	270
<b>Foto 18:</b> Quadro apresentado pela Estação Meteorológica de Sena Madureira em 01 de março de 1915.....	271
<b>Foto 19:</b> Porto de Sena Madureira, rio Iaco.....	274
<b>Foto 20:</b> Primeira página do jornal <i>O Imparcial</i> .....	280

**LISTA DE CHARGES**

<b>Charge 01:</b> O “Modus Vivendi” com o Peru.....	46
<b>Charge 02:</b> Um novo Colombo.....	57
<b>Charge 03:</b> Aí vem o surucucu da zona!.....	93
<b>Charge 04:</b> Acrisolado.....	171
<b>Charge 05:</b> O grupo do vai ou racha “para o Acre”.....	179
<b>Charge 06:</b> Exonerações Acres.....	231
<b>Charge 07:</b> Oligarquia em Perspectiva.....	241
<b>Charge 08:</b> Quando Chove.....	252
<b>Charge 09:</b> A Revolução no Acre.....	253
<b>Charge 10:</b> A Revolta da Borracha.....	255
<b>Charge 11:</b> Os vai-vens do Acre.....	256
<b>Charge 12:</b> Autonomia do Acre.....	258



**LISTA DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 01:</b> Seringalistas do Partido Progressista.....	86
<b>Gráfico 02:</b> Seringalistas do Partido Emancipacionista.....	89
<b>Gráfico 03:</b> Rede política dos médicos de Sena Madureira/Boca do Caeté.....	136

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 01:</b> Tríplice fronteira entre Brasil, Bolívia e Peru em 1842.....	20
<b>Mapa 02:</b> Rio Madeira e seus afluentes Beni e Madre de Dios em 1922.....	23
<b>Mapa 03:</b> Bacias hidrográficas do Purus e Juruá (1922).....	29
<b>Mapa 04:</b> Departamento Fluvial-Militar de Loreto (1922).....	32
<b>Mapa 05:</b> <i>Divortium aquarum</i> das bacias do Purus, Juruá, Madre de Dios e Ucayali.....	36
<b>Mapa 06:</b> Detalhe do <i>divortium aquarum</i> das bacias do Purus, Juruá, Madre de Dios e Ucayali.....	37
<b>Mapa 07:</b> Distribuição fluvial dos membros dos partidos Progressista e Emancipacionista.....	90
<b>Mapa 08:</b> Distâncias a serem percorridas entre as capitais dos departamentos por via fluvial.....	174
<b>Mapa 09:</b> As quatro faixas descontínuas da Reserva Florestal do Território do Acre (1911).....	199
<b>Mapa 10:</b> Traçado da Estrada de Ferro no Território do Acre segundo o Plano de Defesa da Borracha.....	205
<b>Mapa 11:</b> Traçado da E. F. Lábrea-Acre, conforma idealizado por João Alberto Masô.....	209
<b>Mapa 12:</b> Traçado da E. F. Lábrea-Acre, conforme aprovado pelo Congresso em fins de 1912.....	213

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO 1: ÁGUAS, DOENÇAS E SERINGALISTAS NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA NOS ALTOS RIOS PURUS E JURUÁ</b> .....	17
1. 1 - O <i>Divortium aquarum</i> : as bacias de Madre de Dios, Purus, Juruá e Ucayali na invasão boliviana, brasileira e peruana das <i>Tierras non Descubiertas</i> .....	19
1. 2 – Do transbordamento das tensões à conformação da fronteira Bolívia-Brasil-Peru.....	38
1. 3 - A trindade seringalistas-doenças-rios na desmilitarização do Território do Acre.....	48
<b>CAPÍTULO 2 – SENA MADUREIRA, CAPITAL SONHADA: A OLIGARQUIA DO IACO E A SAÚDE PÚBLICA NA GUERRA DOS RIOS</b> .....	67
2. 1 - A formação da oligarquia do rio Iaco.....	68
2. 2- A guerra dos rios parte 1: políticas, alianças e conflitos entre os senhores do Iaco-Macauã e Caeté-Purus.....	82
2. 3 - A guerra dos rios parte 2: imagens de civilização na disputa pela capital do futuro estado do Acre.....	94
2. 4- Carlos Chagas, Sena Madureira e a oligarquia do Iaco.....	104
<b>CAPÍTULO 3–OS MÉDICOS DO RIO IACO: ECONOMIA DA BORRACHA E POLÍTICA FLUVIAL NO ALTO PURUS</b> .....	119
3. 1 - Ser médico em Sena Madureira.....	120
3.1.1 – As opções de trabalho para um médico em Sena Madureira.....	121
3.1.2 – Os clínicos ‘obedientes’ e os ‘guerreiros’ do Iaco.....	134

3.1.3 – A autoridade médica diante da política e da economia da borracha.....	141
3. 2 – O controle sobre os corpos (de água): saúde e ciclo hidrológico em Sena Madureira.....	153
3.2.1- A drenagem das águas pluviais no espaço urbano de Sena Madureira.....	153
3.2.2- O ciclo fluvial e migratório da varíola e do sarampo.....	163
<b>CAPÍTULO 4 – AS DEMANDAS LOCAIS E O ESTADO NACIONAL NA INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO DO ACRE.....</b>	<b>171</b>
4. 1 – A Comissão de Obras Federais do Território do Acre (1907-1911) e a oposição de varadouros, oligarquias e águas.....	173
4. 2 – Para “proteger e assegurar a navegação fluvial”: a Reserva Florestal do Território do Acre.....	192
4. 3 – “Uma estrada de ferro, libertando-nos do cativo dos rios”: a E. F. Lábrea-Acre.....	204
4. 4 – João Alberto Masô e os agentes do Estado no Território do Acre.....	217
<b>CAPÍTULO 5 – A POLÍTICA DOS CORPOS DE ÁGUA: SENA MADUREIRA E OS MOVIMENTOS AUTONOMISTAS DE 1910 E 1912.....</b>	<b>227</b>
5.1 – Os debates sobre a autonomia no Congresso Nacional e as rebeliões autonomistas (1910-1912).....	228
5.1.1– As ações do Executivo Nacional no Território do Acre.....	228
5.1.2– Os Movimentos Autonomistas e o Congresso Nacional.....	232
5.1.3 - O rio Iaco e as rebeliões autonomistas de 1910 e 1912 .....	239
5. 2- A aliança política entre águas, doenças e seringalistas em charges na Capital Federal.....	249

<b>CAPÍTULO 6 –A GRANDE CHEIA DO RIO IACO DE 1915 E O DECLÍNIO DA CAPITAL SALUBRE.....</b>	<b>265</b>
6.1 – “Decorrem vinte e cinco dias assombrosa inundação e hora telegrafo águas tomam cidade inteira”: A grande cheia do rio Iaco de 1915.....	266
6.1.1 – A cheia.....	270
6.1.2 – A reação nos departamentos vizinhos e a repercussão na imprensa carioca.....	275
6.1.3 – A malária.....	280
6.2 – O declínio dos senhores do Iaco e da “Rainha do Acre”.....	284
6.2.1 – A queda de Samuel Barreira, a “tripeça diabólica” e as “quebradeiras” no Iaco.....	284
6.2.2 – “Revolta da terra”, perplexidade, lama e poeira.....	290
6.2.3 – Resignação e resistência no declínio político de Sena Madureira.....	297
6.2.4 – O fim.....	308
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>311</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>317</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>327</b>

## INTRODUÇÃO

A tese tem por objetivo analisar os planos de integração nacional do Território Federal do Acre, entre os anos de 1904 e 1920, com foco no papel da saúde pública e de médicos na política local e na economia da borracha, que balizava o interesse do governo central na região. O trabalho busca compreender o complexo processo de anexação do Acre ao Brasil associando abordagens de história da saúde, história política e história ambiental. A tese parte de uma perspectiva teórica e metodológica neomaterialista, evidenciando o papel dos corpos de água na política. Ressalta que os rios, sobretudo o rio Iaco, foram personagens centrais nas tentativas de construção da ordem pública na região, nos diferentes planos de incorporação territorial e nas disputas entre grupos de seringalistas, de diferentes cursos fluviais, pela primazia das relações com o governo federal. Tratava-se especialmente de competição para sediar o centro decisório, a capital de um futuro estado unificado, com consequente hegemonia política e econômica sobre toda a região. Para tanto, a assistência médica e a saúde pública foram utilizadas como vitrines da civilização, especialmente no Departamento do Alto Purus, na cidade de Sena Madureira. No Alto Purus, os seringalistas do rio Iaco financiaram ações de saúde, para conformar uma boa imagem para Sena Madureira, de modo a torná-la forte candidata a centro político do Território do Acre. Desse modo, as opções de trabalho dos médicos e as políticas de saúde na região ficaram atreladas aos interesses da oligarquia fluvial do Iaco até 1915, quando uma grande cheia desse rio destruiu o núcleo urbano de Sena Madureira e potencializou a decadência dos seringais nessa bacia hidrográfica.

Os anos de 1904 a 1920 são referentes ao Território do Acre dividido em três e, depois de 1912, quatro departamentos independentes uns dos outros governados por prefeitos nomeados pelo Governo Federal. Nesse período, o Território era dividido em: Departamento do Alto Acre (com sede em Rio Branco), Departamento do Alto Purus (com sede em Sena Madureira), Departamento do Alto Juruá (cuja capital era Cruzeiro do Sul) e Departamento do Tarauacá (cuja sede era Vila Seabra). Os diferentes projetos de integração que emergiram nesse momento eram concorrentes, passavam por disputas locais entre as capitais, e também consideravam a questão da elevação do Acre a estado da federação, com a autonomia política e econômica prevista às entidades federadas do Brasil pela Constituição de 1891.

Defendo na tese que os rios agiram decisivamente na atuação dos médicos e nas suas transientes alianças políticas e econômicas, nas dinâmicas da produção da borracha que sustentava os departamentos, na resolução violenta de conflitos entre seringalistas, nas

relações políticas do governo federal com os agentes locais, nos surtos de doenças que marcavam a imagem externa e definiam relações na região, e na escolha definitiva da capital do Território. Para demonstrar essa hipótese, optei por realizar um estudo em perspectiva situada a partir, principalmente, do rio Iaco e da cidade de Sena Madureira. Uma metodologia pautada em uma perspectiva situada, segundo Donna Haraway, apaga as fronteiras entre local-universal, regional-nacional, humano-natural, etc. Nesse caso, o local precisa ser analisado em tensão, estruturação e troca no interior de redes de poder, corporificados em sistemas globais, que extrapolam o tempo e espaço. O desafio é verificar tensões, ressonâncias, transformações e cumplicidades a partir de um ponto específico, que é um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, contra uma visão “de cima”, que tende a excluir particularidades.<sup>1</sup> Sena Madureira teve destaque durante o período departamental como a principal cidade do Território do Acre, sendo sede das principais repartições federais da região, até 1915. Esse *status* e a disputa entre a capital do Purus com Rio Branco e Cruzeiro do Sul, bem como a reorganização política de 1920 são entendidos como resultantes de complexos processos situados. Esses processos incluem o rio Iaco, seringalistas, médicos, seringueiros, saúde pública, rifles, capitais sonhadas, representantes das oligarquias do Amazonas, Pará e Ceará no Congresso Nacional, o rio Acre, o *Plasmodium*, o *Anopheles*, o ciclo hidrológico dos rios, a crise na economia da borracha, o Estado brasileiro, dentre outros.

Os rios aqui são entendidos como emaranhados de diferentes entidades, nos quais cada uma delas emerge como processos dinâmicos ora em cooperação, ora em tensão, ora em conflito. Em vários momentos, cooperação, tensão e conflito serão concomitantes. Três, das seis categorias propostas por Astrida Neimanis sobre as formas de existência dos corpos de água, definem a noção ontológica de rio que guia essa análise.<sup>2</sup> O rio é agente *comunicativo*: os cursos fluviais e seu ciclo hidrológico dominavam o transporte, promovendo tensões, prejuízos, fortalecendo posições políticas, esvaziando as ações de outros agentes, estabelecendo ligações materiais e etc. O rio é processo de *diferenciação*: os rios eram a

---

<sup>1</sup> Ver: HARAWAY, Donna. Situated Knowledge: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. In: HARAWAY, Donna. *Simians, Cyborgs, and Woman: The Reinvention of Nature*. New York: Routledge, 1991. p. 194-195.

<sup>2</sup> Astrida Neimanis lista seis características dos corpos de água, que ela define como categorias “hidro-lógicas” que emergem da associação humanos-águas. São as formas como os corpos de água afetam humanos e outros corpos. Ela divide essas características em: gestação, dissolução, comunicação, diferenciação, arquivo e incognoscibilidade. Ver: NEIMANIS, Astrida. Feminist subjectivity, watered. *Feminist Review*, n. 103, p. 23-41, 2013; NEIMANIS, Astrida. Thinking with Water: an aqueous imaginary and an epistemology of unknowability. In: *Entanglements of New Materialisms*. Linköping, Sweden, May, 25-26, 2012. Disponível em [http://www.academia.edu/1932447/Thinking\\_with\\_Water\\_An\\_Aqueous\\_Imaginary\\_and\\_An\\_Epistemology\\_of\\_Unknowability](http://www.academia.edu/1932447/Thinking_with_Water_An_Aqueous_Imaginary_and_An_Epistemology_of_Unknowability) Acessado em 02 de maio de 2013.

identidade política das elites seringalistas do Departamento do Alto Purus e tornaram possível a existência das oligarquias do Território do Acre tal como se estruturaram. O rio Iaco, em específico, é entendido também como força *dissolutiva* durante a grande cheia de 1915. O poder dissolutivo dos corpos de água está relacionado à capacidade de promover dramáticas transformações e está associado a fenômenos de grande intensidade como furacões e tsunamis. A cheia aqui é, sobretudo, encarada como um *agentic swarm*,<sup>3</sup> que é definido pela cientista política Jane Bennett como um grande evento que promove, de maneira fractal, múltiplas transformações, criações e reconfigurações políticas. Assim, a partir dessas três categorias, o rio é pensado em sua presença nos arranjos políticos, atuando ora a favor e ora contra determinados grupos em disputa nos departamentos.

Uma série de trabalhos encara que a construção da ordem nas partes altas das bacias dos rios Purus e Juruá se deu precisamente entre os anos de 1898 e 1904, período de vigência da Questão do Acre (1895-1903).<sup>4</sup> Teria início com a administração boliviana (1898-1899), passando pela proclamação da República de Galvez (1899), o Estado Independente do Acre, com Plácido de Castro (1902-1903), e culminando na anexação do Acre ao Brasil e sua transformação em território federal. Geralmente esses estudos enfatizam o caráter autoritário do Estado boliviano durante os cem dias de ocupação, entre 1898 e 1899, e do Estado brasileiro na construção da ordem pós-elevação da área como Território Federal do Acre em 07 de abril de 1904.

Alguns estudos, contudo, sugerem que a anexação do Acre ao Brasil e sua divisão em departamentos marca o início de um lento processo de construção da ordem nas partes altas

---

<sup>3</sup> Optamos, assim, a entender a cheia do rio Iaco de 1915 não como um ‘desastre natural’, mas como parte da guerra que são os encontros inesperados entre elementos compostos de forças muito desiguais. Essa guerra, nesse caso, está na origem das transformações políticas ocorridas no Acre entre os anos de 1915 e 1920. Aqui nos inspiramos também no pensamento ecológico proposto por Timothy Morton. Para Morton, os encontros entre animais, coisas e humanos podem ser pensados como parte de uma guerra ou de guerras, nas quais ocorrem alianças, associações, tensões e confrontos, em uma noção que se opõe à ideia de “harmonia ecológica”. Na tese, adotamos essa ideia, que se expressa nas muitas alusões a termos em um campo de batalha: “guerrados rios”, “aliança entre seringalistas, ciclo hidrológico e doenças”, “front diplomático” e etc. Ver: BENNETT, Jane. *Vibrant Matter: a political ecology of things*. Durham and London: Duke University Press, 2010. p 31-34.; MORTON, Timothy. *The Ecological Thought*. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press, 2010. p. 49-50.

<sup>4</sup> BULCÃO, Soares. Subsídio para a História do Departamento do Alto Purus. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará*, Fortaleza, [s.n.]. 1940.; BRANCO, José Moreira Brandão Castello. Caminhos do Acre. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 196, p. 74-225, julho-setembro, 1947.; TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.; CALIXTO, Valdir de Oliveira. *Plácido de Castro e a construção da ordem no Aquiri: contribuição à história das ideias políticas*. Rio Branco: Governo do Estado do Acre/ Fundação Elias Mansour, 2003.; RANZI, Cleusa Maria Damo. *Raízes do Acre*. Rio Branco: EDUFAC, 2008.; MENEZES, Maria Lúcia Pires; FERNANDES Nelson da Nóbrega. As Capitais do Acre: a cidade e os poderes. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v.IX, n. 194, p. 1-14, ago. 2005.



das bacias do Purus e Juruá.<sup>5</sup> Esses trabalhos enfatizam as dificuldades de comunicação da Capital Federal com os departamentos, a formação das primeiras cidades, as tensões entre o judiciário e as elites seringalistas, as disputas por poder em âmbito local e a fragilidade da atuação dos órgãos federais no Território do Acre. Essa tendência será aprofundada na presente tese. Aqui indicamos que a anexação das partes altas das bacias do Purus e Juruá ao Brasil esteve longe de significar ‘o fim de um drama’, como classificou Leandro Tocantins.<sup>6</sup> Defendo que a anexação do Acre foi, na verdade, o início da disputa pela construção da ordem entre agentes locais e federais. Uma ordem fortemente marcada pelas tentativas de consolidação do poder dos seringais por meio do controle político das prefeituras. Esse controle político alimentou tensões e conflitos entre oligarquias fluviais, e entre esses grupos e o Governo Federal. Os diferentes planos de integração nacional do Território do Acre ao Brasil emergiram dessas disputas.

Diferentes estudos já procuraram analisar o papel dos cientistas e, especialmente, dos médicos nos planos de integração/incorporação de áreas banhadas pelos rios da bacia amazônica ao Brasil.<sup>7</sup> Esses estudos dão ênfase especialmente à atuação de cientistas em comissões enquadradas por Nísia Trindade Lima como as “missões civilizatórias” da Primeira República.<sup>8</sup> As missões tinham por objetivo realizar obras de infraestrutura e produzir conhecimento sobre áreas do interior do Brasil de modo a integrar e propor meios de incorporar política e economicamente essas áreas ao sistema produtivo nacional. Há em

---

<sup>5</sup> COSTA, Francisco Pereira. *Seringueiros, patrões e a justiça no Acre Federal (1904-1918)*. Rio Branco: EDUFAC, 2005.; COSTA, Ana Lúcia Reis Melo Fernandes da. *Madeira que Cupim não Rói: Xapuri em Arquitetura (1913-1945)*. 2ª ed. Rio Branco: Gráfica 2 Irmãos, 2010.; IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. *Os Kaxinawá de Felizardo: Correrias, Trabalho e Civilização no Alto Juruá*. Brasília: Paralelo 15, 2010. LOUREIRO, Antônio José Souto. *A Gazeta do Purus: cenas de uma epocha (Senna Madureira, 1918/1924)*. Manaus: Imprensa Oficial, 1981.; LOUREIRO, Antônio José Souto. *O Brazil Acreano*. Manaus: Gráfica Lorena, 2004.

<sup>6</sup> TOCANTINS. *Formação Histórica do Acre v. 2. op. cit.*, p. 422.

<sup>7</sup> SCHWEICKARDT, Julio Cesar; LIMA, Nísia Trindade. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-1913). *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p. 15-50, dez. 2007.; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero de; LIMA, Nísia Trindade. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 779-810, jul-set. 2008.; SCHWEICKARDT, Julio Cesar. *Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011. VITAL, André V. *Comissão Rondon, Política e Saúde na Amazônia: A Trajetória de Joaquim Augusto Tanajura no Alto Madeira (1909-1919)*. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS), Casa de Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2011.; SOUZA, Sergio Roberto Gomes de. *Dernervados, desfibrados e amarelos em busca de cura: saúde pública no Acre Territorial*. 256 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

<sup>8</sup> Como a Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915) e as expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz no Vale do Rio Madeira (1909) e no Vale do Amazonas (1912-1913). Ver: LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/ IUPERJ/ UCAM, 1999.

comum nessa historiografia um tipo de análise que parte do binômio nação-região para analisar as relações mantidas pela Capital Federal ou por agentes da capital com as regiões de fronteira, como o norte de Mato Grosso, o oeste do estado do Amazonas e mesmo o Acre. A contribuição que esta tese pretende dar a esse conjunto de estudos é uma abordagem inversa e ao mesmo tempo não binária, por levar em consideração a força dos diferentes grupos políticos locais e do cenário nacional no debate sobre a integração do Acre. Parte-se dos diferentes projetos de integração nacional das elites seringalistas em disputa no Território Federal do Acre e de sua relação com os planos emanados da Capital Federal. A partir dessa análise, busca-se compreender qual o papel que os agentes enviados pela União, especialmente os médicos, tiveram nesses projetos em disputa.

A presente tese também é uma história de rios, por considerar que esses corpos de água foram decisivos na conformação da frágil ordem pública, na emergência de diferentes planos de integração nacional na região e no fracasso de alguns desses planos. Há uma pioneira corrente historiográfica que enfatiza o papel dos rios na colonização da bacia hidrográfica amazônica e no tipo de colonização que ocorreu nessa região desde o período colonial.<sup>9</sup> É o caso, por exemplo, das obras de Leandro Tocantins, Samuel Benchimol, Raimundo Morais e Arthur Cesar Ferreira Reis, este último, classificando o habitante do rio Amazonas, no período colonial, de “sertanista-fluvial”. O sertanista-fluvial representa o modelo de colonização e fundação horizontal do país por ser o indivíduo que migrava e permanecia mobilizado sem se arraigar à terra.<sup>10</sup> Essa historiografia coloca em evidência o regime de cheias e vazantes no cotidiano das populações dos diversos afluentes do rio Amazonas, conformando processos sociais, afetando a cultura, a política e a economia ao longo do tempo.<sup>11</sup>

A tese da centralidade dos rios na vida das populações da bacia amazônica e na própria expansão da fronteira brasileira rumo ao extremo oeste das bacias dos rios Purus e

---

<sup>9</sup> A principal obra dessa natureza a tratar sobre o que chamamos hoje de Acre é: TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. v. 1 e 2. *op. cit.*

<sup>10</sup> Sobre as ideias de Arthur Cesar Ferreira Reis, e do próprio Leandro Tocantins sobre o termo “sertanista-fluvial” ver: TOCANTINS, Leandro. *Amazônia: natureza, homem e tempo*. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 68-69.

<sup>11</sup> Ver: MORAIS, Raimundo. *Na Planície Amazônica*. 7º ed. Brasília: Senado Federal, 2000. (especialmente o capítulo “A inundação” p. 55-60) e BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977. p. 425-516.

Juruá tem seu ápice na obra *O Rio Comanda a Vida* de Leandro Tocantins.<sup>12</sup> Composto de vinte e nove ensaios, esse trabalho pretendia:

(...) interpretar alguns aspectos regionais, apresentando um conjunto de sugestões para a caracterização da vida amazônica. A unidade do livro se justifica na ideia de que a natureza absorve e prende o homem em suas malhas, apesar do lento e continuado esforço para humanizá-la. Daí o rio – uma das mais poderosas forças do meio – dominar a vida, que ainda é nesta época de revolução técnica, marcada profundamente pelos fatores geográficos.<sup>13</sup>

O rio nessa obra é o elemento essencial para analisar os processos de povoamento, incorporação ao mercado internacional, introdução de interesses nacionais e internacionais, além da produção de lendas, crenças, costumes e doenças. Desse modo, o rio seria um “poderoso gerador de fenômenos sociais”.<sup>14</sup> Outro intelectual de destaque nesse grupo é José Moreira Brandão Castello Branco, que escreveu uma série de trabalhos sobre a história do Território do Acre, evidenciando também o papel dos rios na conformação de todos os aspectos da vida humana na região.<sup>15</sup>

Esses trabalhos apresentam forte tendência ao determinismo geográfico na análise de processos sociais. Subjaz neles a dicotomia sociedade-natureza, por pressuporem que relações sociais são moldadas pelo meio. Importante mencionar que o rio, nesses trabalhos, possui uma dinâmica estanque, constituída pelo fenômeno das cheias e vazantes, mesmo as mais intensas. Em *Amazônia: Natureza, Homem e Tempo*, Leandro Tocantins, já no período de ascensão do movimento ambientalista, afasta-se desse determinismo voltando-se para uma análise mais ecológica do espaço amazônico. Contudo, esse trabalho continua preso a uma história de adaptação do humano ao meio, com a novidade de adicionar à narrativa a premissa de desequilíbrio e destruição da natureza pelos humanos.<sup>16</sup>

<sup>12</sup> TOCANTINS, Leandro. *O Rio Comanda a Vida: uma interpretação da Amazônia*. 7º Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1961. p. XXI.

<sup>13</sup> *Ibidem*. p. XV.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 249.

<sup>15</sup> Ver:BRANCO. Caminhos do Acre.*op. cit*; BRANCO, José Moreira Brandão Castello. *Descobrimto das Terras da Região Acreana*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960.;BRANCO, José Moreira Brandão Castello. O Povoamento da Acreania. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 250, p. 118-256, janeiro-março, 1961.

<sup>16</sup> TOCANTINS. *Amazônia. op. cit*.

Aqui nos manteremos afastados do determinismo geográfico, sem, contudo, incorrer no excessivo temor que muitos historiadores devotaram a essa tendência, levando-os a outro tipo de determinismo, expresso, principalmente, nas primeiras gerações da chamada Escola dos *Annales*. A História, segundo Marc Bloch, é a “ciência dos homens no tempo”. Solos, rios, gelo, todo o resto, é campo de estudo de geólogos, físicos e outros.<sup>17</sup> Seguindo o mesmo viés, um rio para o historiador, é, segundo Lucien Febvre, uma construção humana expressa em imagens, significados, histórias e relatos, visíveis a partir dos documentos.<sup>18</sup> Aqui optamos por seguir a historiadora Ewa Domanska, que sugere a urgência de desafiar e transcender essas visões antropocêntricas das primeiras gerações dos *Annales*. Para ela, é necessário incorporar à História quaisquer entidades não-humanas como protagonistas, agentes ativos na história, a partir de suas materialidades, relações e presença no passado, rejeitando-os como meros objetos, receptores e palco das representações e ações humanas.<sup>19</sup>

Atualmente os rios estão sendo tomados como objeto de análise por parte de historiadores filiados à chamada História Ambiental.<sup>20</sup> A maioria desses trabalhos analisa o rio a partir de três perspectivas que, em muitos casos, se entrelaçam. Na primeira, o rio é cenário das relações sócio-humanas. Nessa perspectiva os rios são o lugar e um condicionante geográfico onde ocorrem conformações e tensões sociais, conflitos, guerras, expansões de fronteiras e etc. Os historiadores que trabalham com esta tendência costumam sublinhar que o tempo do rio seria mais lento do que o tempo dos humanos, argumento que encontra força nos estudos de Fernand Braudel.<sup>21</sup> Na segunda perspectiva, o rio é um recurso natural. Ele emerge como meio de comunicação, fonte de recursos hídricos e também como corpo de água

<sup>17</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002. p.55.

<sup>18</sup> FEBVRE, Lucien. *O Reno: mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 71.

<sup>19</sup> DOMANSKA, Ewa. Para Além do Antropocentrismo nos Estudos Históricos. *Expedições: Teoria da História e Historiografia*, v. 4, n. 1, p. 9-26, jan.-jul. 2013.

<sup>20</sup> Ver, por exemplo, os artigos contidos nas coletâneas: ARRUDA, Gilmar (org.). *A Natureza dos Rios: História, Memória e Territórios*. Curitiba: Ed. UFPR, 2008.; BRASIL, Vanessa M.; GANDARA, Gercinair Silvério (org.). *Cidades, Rios e Patrimônios: Memórias e Identidades Beiradeiras*. Goiânia: Ed. PUC-Goiás, 2010. Ver também os seguintes trabalhos: JORGE, Janes. *Tietê: o rio que a cidade perdeu*. São Paulo, 1890-1940. São Paulo: Alameda, 2006.; SANT’ANNA, Denise Bernuzzi. *Cidade das Águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes na cidade de São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007.; ARRUDA, Gilmar. Rios e Governos no Estado do Paraná: pontes, “força hidráulica” e a era das barragens. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 153-175 jan.-jun. 2008.

<sup>21</sup> Essa ideia daria origem à noção de “longa duração” nas análises históricas, nas quais o espaço é testemunha das dinâmicas respostas que diferentes grupos humanos dão aos condicionantes geográficos. Braudel desenvolve sua ideia na obra *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II (1949)*. Nela, o Mediterrâneo emerge como uma encruzilhada de rotas marítimas e terrestres, com múltiplasidades, mares, economias, políticas e culturas. Consideramos inadequado dizer que o Mediterrâneo, nessa obra, seja um protagonista da História, pois, o que importa para Braudel, em última instância, são as estruturas e as conjunturas sociais. O espaço geográfico, neste caso, emerge como um condicionante.

gerenciado por humanos que geralmente o degradam por meio da construção de barragens, alteração do seu curso, utilização em projetos de irrigação, lançamento de resíduos e etc. Alguns historiadores que seguem essa segunda dimensão ressaltam a ‘reação do rio’ às intervenções humanas no seu curso, que, no final, são evidenciadas como consequências da ação humana. Na terceira perspectiva, os rios são representação humana. Emergem como memória, relatos de viagens científicas, ideias, símbolos produzidos pela cultura, ciência, religião e etc. Em resumo, os rios nesses trabalhos seguem o que Gilmar Arruda resumiu como sendo a análise da “apropriação de um rio por parte dos homens”, ou a função dada pelos humanos a esse elemento natural ao longo da História.<sup>22</sup>

Essas três perspectivas também dialogam com um clássico artigo de Donald Worster, traduzido para o português e publicado na revista *Estudos Históricos*, em 1991, com o título *Para Fazer História Ambiental*. Worster sugere nesse artigo três níveis de análise para a História Ambiental, que deveriam se entrelaçar. No primeiro nível, trata-se do entendimento da natureza e como ela se organizou e funcionou no passado. No segundo nível, introduz o domínio sócio-econômico em relação ao meio ambiente e no terceiro a interação exclusivamente humana, enfatizando as operações mentais e intelectuais sobre a natureza.<sup>23</sup> Embora o primeiro nível de análise proposto por Worster conceda mais força ao ambiente, na prática, o humano continua sendo o protagonista principal e dinâmico, pelo menos nas análises que envolvem os rios.

O próprio Donald Worster possui dois importantes trabalhos sobre rios, o livro *Rivers of Empire*<sup>24</sup> e o artigo *Pensando como um Rio*.<sup>25</sup> Em ambos, subjaz a crítica ao uso econômico dos rios e a forma como esse uso é mediado pelo controle tecnológico. Os rios seriam uma espécie de ‘vítimas’ da sociedade capitalista moderna à espera de humanos organizados em

---

<sup>22</sup> ARRUDA, Gilmar. História de rios: história ambiental? *Signos Históricos*, n. 16, p. 17-44, jul.-dec. 2006, p. 31.

<sup>23</sup> WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

<sup>24</sup> Nesse trabalho, Worster analisa de maneira estrutural a intervenção humana nos cursos fluviais que cruzavam o oeste norte-americano, a partir da construção de barragens e grandes sistemas de irrigação no início do século XX. Esse estudo dialoga com as ideias de Karl Wittfogel, que, em 1949, lançou um estudo analisando o sistema de irrigações no mundo antigo, onde, em casos extremos, como no Império Chinês, a construção de represas e canais de irrigação levou ao surgimento de elites burocráticas que exerceram um forte controle sobre rios e pessoas. O caso americano seria uma variação ocidental e capitalista dessa política hidráulica, e teve o seu ápice na década de 1930. Ver: WORSTER, Donald. *Rivers of Empire: water, aridity, and the Growth of the American West*. New York: Pantheon Books, 1985.

<sup>25</sup> WORSTER, Donald. Pensando como um rio. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). *A natureza dos rios: história, memória e territórios*. Paraná: UFPR, 2008, p. 27-46. A versão original desse artigo foi publicada em 1993 na obra: WORSTER, Donald. *The Wealth of Nature: environmental history and the ecological imagination*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1993.

prol de maneiras alternativas e mais harmônicas de relação com as águas. Mas é importante mencionar que, apesar dessa crítica ao uso econômico, a água nos trabalhos de Worster é um recurso. Um recurso passivo, neutro, “vulnerável” e em destruição pela ação humana. Perpassa nesses trabalhos a narrativa de domínio e destruição da natureza pelos humanos, especialmente pelo Estado em associação com as elites econômicas. Esse tipo de narrativa é majoritária dentro dos estudos sobre rios na História Ambiental.

Outros historiadores, contudo, têm questionado o problema da passividade do rio nas análises em História Ambiental e a excessiva ênfase na narrativa de destruição. Questionam também o problema da dualidade sociedade-natureza nesses estudos. É o caso de Richard White, que rejeita, por exemplo, a noção de “extermínio do rio”, argumentando que não é possível aos humanos destruir um curso fluvial, mas modificá-lo, o que não significa que sua existência esteja sob o controle humano. Para ele, humanos, tecnologia e rios estão em contínua relação e mútua transformação em casos como os das barragens.<sup>26</sup> Por outro lado, Christof Mauch e Thomas Zeller reuniram nove trabalhos de historiadores que examinam a força dos rios em determinados processos sociais, fazendo coro aos críticos de uma visão neutra e estática desses corpos de água.<sup>27</sup> Erik Swyngedouw, por sua vez, questiona as fronteiras entre águas, humanos, objetos técnicos e principalmente as tradicionais separações espaciais em escalas local, regional, nacional, ao analisar o processo de construção do sistema de abastecimento de água em Guayaquil no século XX.<sup>28</sup>

Aqui no Brasil, o historiador Vitor Leonardi, ao analisar a história dos rios da bacia amazônica se afasta da narrativa de destruição, optando por um estudo que agrega os rios aos processos sociais, culturais e econômicos na região.<sup>29</sup> José Augusto Pádua, por sua vez, aponta o desafio dos historiadores ambientais em buscar modos de análise menos centrados na destruição de sistemas naturais pelos humanos, reconhecendo a necessidade de renovar as perspectivas rumo a narrativas menos dualistas.<sup>30</sup> Bruno Capilé em recente artigo sobre rios urbanos também ressalta o problema da passividade dos rios, da centralidade da narrativa de

---

<sup>26</sup> WHITE, Richard. *The Organic Machine: the remaking of the Columbia River*. New York: Hill and Wang; Fifteenth Printing Edition, 1996.

<sup>27</sup> Ver: MAUCH, Christof; ZELLER, Thomas (org.). *Rivers in History: Perspectives on Waterways in Europe and North America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2008.

<sup>28</sup> SWYNGEDOUW, Erik. *Social Power and Urbanization of Water: flows of power*. Oxford and New York: Oxford University Press, 2004.

<sup>29</sup> LEONARDI, Victor. *Os Historiadores e os Rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15/UNB, 1999. p. 15.

<sup>30</sup> PÁDUA, José Augusto. As Bases Teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

destruição e da dualidade sociedade-natureza nesses estudos. Ele propõe uma abordagem mais relacional, que enfatize a presença dos corpos de água no cotidiano e conformação das cidades.<sup>31</sup>

Apesar das críticas que a narrativa de destruição vem recebendo dentro da própria História Ambiental, ainda são tímidas as iniciativas, inclusive teóricas, que ultrapassem tanto essa tendência como também a das narrativas centradas nas representações. Os historiadores ambientais também apresentam uma dificuldade em realizar análises menos binárias, talvez fruto da adoção da ideia de natureza e ambiente, muito cara a essa historiografia. Para a confecção da tese, optou-se por seguir outro caminho teórico-metodológico, ligado a autores de tendência transdisciplinar e em diálogo com a filosofia, a física, a teoria crítica pós-colonial e materialista. Esses autores estão comprometidos com uma renovação ontológica rumo a análises menos verticais, antropocêntricas e dicotômicas, por entender que binarismos tais como feminino-masculino, cultura-natureza, máquina-organismo, e outros, engendram formas de hierarquia, dominação e exclusão. Nesses estudos a noção de agência é repensada e expandida, sendo possível pensar rios, varadouros e rifles como agentes. Aqui seguimos essa tendência, procurando trabalhar com alguns conceitos e métodos que me permitem entender o rio como mais um agente político, e não uma vítima indefesa da degradação, o receptáculo da representação ou o palco de ações humanas.

Desse modo, trata-se aqui de fazer uma história política *com* os rios e vários dos seus associados que são entendidos como *agentes políticos* no contínuo processo aberto de materialização. Na análise das fontes, nos afastamos da ideia de interação, que pressupõe a existência prévia das entidades que se relacionam, para dialogar com o modelo de intra-ação proposto pela física e teórica feminista Karen Barad.<sup>32</sup> Na intra-ação não existem objetos

---

<sup>31</sup> CAPILÉ, Bruno. Rios urbanos e suas adversidades: repensando maneiras de ver as cidades. *HALAC- Revista de La Sociedad Latinoamericana e Caribeña de Historia Ambiental*, Guarapuava, v. 5, n. 1, p. 81-95, set-dez. 2015.

<sup>32</sup> Karen Barad, assim como Astrida Neimanis, é identificada como parte do movimento intelectual chamado neomaterialismo. O termo neomaterialismo foi cunhado em meados da década de 1990 por Manuel De Landa e Rosi Braidotti e, até o momento, é usado para se referir a autores com perspectivas muito heterogêneas, mas que têm em comum a rejeição a qualquer divisão entre linguagem e matéria, por entenderem que a cultura é materialmente construída tanto quanto a matéria é culturalmente mediada. A mente é matéria, por ser produzida pelo cérebro. Ao mesmo tempo, a matéria é parte da mente, pois é definida também a partir de processos cognitivos. A noção tradicional de agência, nesse caso, é repensada em termos relacionais. Esses autores dialogam com pensadores de tradição materialista, como Alfred Whitehead, Baruch Spinoza, Gabriel Tarde, Simone de Beauvoir, Henri Bergson, dentre outros. Nasceu como uma reação de autoras feministas ao representacionismo pós-moderno, que, a partir de um construtivismo radical, perdeu o contato com as relações materiais, por um lado, e como uma maneira de dar respostas às dramáticas mudanças que ocorrem no planeta, como a proliferação de resíduos e objetos tecnológicos descartados nos oceanos e as mudanças climáticas. O neomaterialismo nada tem a ver com o materialismo histórico, mas com as matérias em relação. Ver:

independentes com fronteiras e características inerentes, mas relações primárias que configuram e re-configuram os limites e propriedades da própria matéria, produzindo diferença material-discursiva.<sup>33</sup> É na intra-ação que ocorre o corte agencial, as diferenciações e separações, nas quais indivíduos, animais, coisas, colocam-se em condição de exterioridade uns com os outros, mas ainda dentro das relações intra-ativas.<sup>34</sup> Assim, rios, seringalistas, seringueiros, rifles, varadouros, não são ‘objetos fechados’ em relação, mas fenômenos, processos materiais-discursivos dinâmicos, enredos, relacionalidades, articulações e rearticulações. Toda a matéria é historicidade em curso. Agência, nesse caso, não é um atributo possuído por humanos ou não-humanos, mas reconfigurações que conformam o mundo, incluindo o tempo e o espaço.<sup>35</sup> As mudanças e transformações não são sucessórias ou contínuas, mas envolvem diversos espaços, tempos e materializações em relação.<sup>36</sup>

Em termos metodológicos as intra-ações definem a força política de qualquer ideia, projeto, humano, rio e etc, na narrativa. Para o historiador Dipesh Chakrabarty a força é a capacidade que alguma coisa adquire para promover transformações e mudanças.<sup>37</sup> Ao falar sobre águas, Cecília Chen enfatiza também a sua força na capacidade criativa e destrutiva, seguindo as propostas de Astrida Neimanis, citadas anteriormente.<sup>38</sup> Jane Bennett, por sua vez, aponta a necessidade de análises que incluam a força de eventos e objetos nas

---

FERRANDO, Francesca. Posthumanism, Transhumanism, Antihumanism, Metahumanism, and New Materialisms Differences and Relations. *Existenz*, v. 8, n. 2, p. 26-32, Fall 2013.; LEMKE, Thomas. Varieties of Materialism. *BioSocieties*, v. 10, n. 4, p. 490-495, 2015. GRATTON, Peter. Vibrant Matters: an interview with Jane Bennett. *Phylosophy in a Time of Error* (Blog) 22 de abril de 2010. Disponível em <http://philosophyinatimeoferror.com/2010/04/22/vibrant-matters-an-interview-with-jane-bennett/> Acesso em 10 de setembro de 2014.

<sup>33</sup> BARAD, Karen. Posthumanist Performativity: Toward an Understanding of How Matter Comes to Matter. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 28, n. 3, p. 801-831, 2003.

<sup>34</sup> KLEINMAN, Adam. Intra-actions: interview of Karen Barad by Adam Kleinman. *Mousse Magazine*, Milan, v. 34, p. 76-81, 2012.

<sup>35</sup> Agência aqui, não é tratada no sentido tradicional kantiano como vontade autônoma inscrita na razão humana ou intencionalidade. A intencionalidade emerge da intrincada dança entre forças humanas e não-humanas. Vontade, inteligência, razão e desejo humano são compostos de emaranhados de forças ativas que estão dentro e fora do corpo humano. Agência é congregacional, pois qualquer ação ou mudança sempre ocorre na colaboração, cooperação, interferência e tensão entre vários corpos e forças, independente de ser humano, não-humano, orgânico ou inorgânico. Ver:BARAD. Posthumanist Performativity. *op.cit*, 2003.; DOLPHIJN, Rick; TUIN, Iris Van Der. “Matter Feels, Converses, Suffers, Desires, Yearns and Remembers”: interview with Karen Barad. In: *New Materialism: interviews and cartographies*. Michigan: Open Humanities Press, 2012.; BENNETT. *Vibrant Matter*. *op. cit*, p. 31.; LOENHART, Klaus. Vibrant Matter, Zero Landscape: an interview with Jane Bennett. *GAM: Architecture Magazine*, v. 7, 19 de setembro de 2011. Disponível em <http://www.eurozine.com/articles/2011-10-19-loenhart-en.html> Acesso em 10 de junho de 2015.

<sup>36</sup> BARAD, Karen. *Meeting the Universe Halfway: quantum physics and the entanglement of matter and meaning*. Durham and London: Duke University Press, 2007. p. 179-180.

<sup>37</sup> CHAKRABARTY, Dipesh. Brute Force. *Eurozine*, 07 de outubro de 2010. Disponível em <http://www.eurozine.com/articles/2010-10-07-chakrabarty-en.html> Acesso em 01 de março de 2015.

<sup>38</sup> CHEN, Cecília. Mapping Waters: thinking with watery places. In: CHEN, Cecília; MacLEOD, Janine; NEIMANIS, Astrida (org.). *Thinking with Water*. Montreal; Kingston; London; Ithaca: McGill-Queen’s University Press, 2013. p. 277.



transformações políticas.<sup>39</sup> Aqui seguimos a tendência desses autores, ao entender a força como a capacidade de qualquer entidade em promover transformações, mudanças, diferenciação entre grupos políticos, fortalecer e destruir interesses em comum no espaço público.<sup>40</sup> A leitura das fontes, assim, mapeará as intra-ações que originaram as transformações políticas promotoras dos planos de integração nacional, da construção da ordem e da emergência das políticas de saúde, especialmente no Purus.

Para a escrita da tese foram utilizadas fontes de diversos tipos e procedências. As principais fontes utilizadas foram artigos, notícias e notas em periódicos publicados nos departamentos do Território Federal do Acre, em Manaus, Belém e na Capital Federal. Esses periódicos foram consultados no espaço físico da Biblioteca Nacional e, principalmente, na Hemeroteca Digital Brasileira (<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>), que contém vários periódicos digitalizados sob a guarda da Biblioteca Nacional. A pesquisa no portal da Hemeroteca se deu a partir de palavras-chaves, tais como: “cheia”, “Yaco”, “Senna Madureira”, “autonomistas”, “malária”, “Acre”, dentre muitas outras. Foi a partir do uso de palavras-chaves que mapeamos as redes de alguns dos principais seringalistas do rio Iaco e Caeté, além da rede dos médicos que atuavam em Sena Madureira. Mapeamos também as charges publicadas nas revistas ilustradas *O Malho*, *Fon-Fon* e *Careta*, que faziam referência às revoltas autonomistas e às tensões políticas no Território do Acre.

Além das fontes em periódicos, foram também utilizados os relatórios dos prefeitos dos departamentos do Alto Purus, Juruá, Acre e Tarauacá. Esses relatórios eram escritos anualmente, sendo que a maioria deles se perdeu. Alguns dos relatórios perdidos, contudo, podem ser encontrados nos jornais mantidos pelas administrações dos departamentos, que publicavam esses relatórios. Outros permanecem sob a guarda da Biblioteca Nacional, no setor de periódicos, onde foram consultados. Também foram importantes para a confecção da tese os relatórios do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Ministério da Viação e Obras Públicas e Ministério da Guerra. Esses relatórios estão digitalizados no site <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial> mantido pela Universidade de Chicago.

---

<sup>39</sup> BENNETT. *Vibrant Matter*. *op. cit.*

<sup>40</sup> Aqui nos procuramos seguir algumas das orientações propostas por Cecília Chen *et al*, que realiza uma apropriação pós-humanista do conceito de política na obra *A Condição Humana* de Hannah Arendt. Ver: CHEN, Cecília; MaCLEOD, Janine; NEIMANIS, Astrida. Introduction: Toward a Hydrological Turn? In: CHEN, Cecília; MaCLEOD, Janine; NEIMANIS, Astrida (org.). *Thinking with Water*. Montreal; Kingston; London; Ithaca: McGill-Queen’s University Press, 2013. p. 6.

O relatório e os manuscritos que deram origem ao *Relatório das Condições Médico-Sanitárias do Vale do Amazonas*, escrito por Carlos Chagas e assinado por Oswaldo Cruz em 1913 foram muito importantes para a tese.<sup>41</sup> Nos manuscritos foram encontrados detalhes e pistas sobre a situação política no Departamento do Alto Purus em fevereiro de 1913, poucos meses depois da Revolta Autonomista de 1912, liderada pelos seringalistas do rio Iaco. O relatório e os manuscritos de Carlos Chagas foram pesquisados no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ. Também no DAD-COC/FIOCRUZ, encontramos algumas fotos que ilustram o presente estudo.

Outro conjunto documental de grande importância foram as cartas enviadas pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores para os prefeitos dos departamentos. Os conteúdos dessas cartas são, principalmente, respostas a cobranças de dívidas dos servidores das prefeituras e dúvidas que partiam dos prefeitos. Elas foram encontradas na coleção Interior, série Diretoria do Interior, no fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Aqui também utilizamos uma carta inédita enviada por um juiz de Sena Madureira, em oposição aos seringalistas iacoaras, a Carlos Chagas, em fevereiro de 1913, denunciando as violências praticadas pela oligarquia do Iaco em Sena Madureira. Essa carta está no mesmo fundo que os manuscritos do *Relatório das Condições Médico-Sanitárias do Vale do Amazonas*, no DAD-COC/FIOCRUZ.

Também são bastante utilizados na tese os debates na Câmara dos Deputados e no Senado Federal entre os anos de 1905 e 1920. A transcrição desses debates está presente no site (<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>), mantido pela Câmara Federal. Por outro lado, algumas fotos utilizadas ao longo da tese são da coleção “Vistas da Cidade de Sena Madureira no Acre 1905-1911”, da Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos do Arquivo Nacional, digitalizadas no site (<http://www.arquivonacional.gov.br>), outras foram conseguidas no DAD-COC/FIOCRUZ e algumas outras na Fundação Elias Mansour, em Rio Branco, no Acre.

Trabalhamos também com alguns livros de memórias e estudos da época, publicados por quem atuava no Território Federal do Acre. A mais citada é a obra *11 anos na Amazônia* (1966) escrita pelo médico Esperidião de Queiroz Lima, que atuou no rio Acre e no Tarauacá entre os anos de 1904-1915. Esses livros de memórias são utilizados pontualmente, de modo a

---

<sup>41</sup>Essas fontes foram trabalhadas por Júlio Schweickardt e Nísia Trindade Lima no artigo: SCHWEICKARDT; LIMA. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia. *op. cit.*

confrontar e aprofundar o entendimento sobre algumas informações obtidas junto a outras fontes, como artigos em periódicos, dados em relatórios e etc. Raramente os livros de memórias serão usados aqui como fonte principal. O mesmo pode-se dizer de estudos realizados na época, sobre a economia e a sociedade nos seringais, como a obra *Os Seringais* (1920) de Mário Guedes, advogado que atuou no Departamento do Alto Purus na década de 1910. Essas obras foram encontradas em arquivos de instituições no Acre, como no Centro de Documentação e Pesquisa Indígena da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC), na Fundação Elias Mansour (FEM), Fundação Garibaldi Brasil (FGB) e Centro de Documentação e Informação Histórica, da Universidade Federal do Acre (CDIH-UFAC)

O tratamento dado a esses conjuntos documentais busca ir além das representações, além dos significados, dos sentidos que os agentes queriam dar a suas falas, para reconstruir as relações e as múltiplas origens das mudanças no curso dos diferentes eventos. Não se trata de tirar uma ‘fotografia’ das relações, mas capturar as múltiplas relações em movimento a partir de capítulos que priorizam determinado tema. Esses temas são as linhas mestras dos capítulos aqui propostos: expansão da fronteira, militarização e desmilitarização do Território do Acre, formação e consolidação das oligarquias fluviais, fundação das capitais, a disputa entre capitais, a relação dos médicos com a economia da borracha, a relação da saúde pública com a oligarquia fluvial do Iaco, a falta de investimentos do Governo Federal, a luta pela autonomia do Acre, a integração física dos departamentos, a aliança entre seringalistas, ciclo hidrológico e doenças nas rebeliões autonomistas, a cheia do rio Iaco e a elevação de Rio Branco como capital do Acre.

No primeiro capítulo, será analisado o papel dos rios na ocupação brasileira, boliviana e peruana das chamadas *Tierras non Descubiertas* e o transbordamento dos conflitos locais para uma ampla tensão diplomática entre o Brasil, a Bolívia, e o Peru, envolvendo, também, Chile, Argentina, Equador e EUA. Após a assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903, a área foi anexada como um território federal e militarizada pelo governo brasileiro. Entretanto, a atuação concomitante dos seringalistas, das variações no ciclo hidrológico das bacias do Purus e Juruá e a incidência de doenças como beribéri e malária promoveram hecatombes e deserções no âmbito das tropas lá estacionadas e altos prejuízos para o Ministério da Guerra e Governo Federal. Esses fatores levaram à rápida desmilitarização da área e consequente consolidação do poder político dos seringalistas.

No capítulo dois, será analisada a formação da oligarquia do rio Iaco e sua inserção na ‘guerra dos rios’, com o controle da nascente cidade de Sena Madureira. A guerra dos rios aqui é entendida em duas dimensões: a primeira é a da luta pelo controle político de Sena Madureira com seringalistas de outros cursos fluviais do Departamento do Alto Purus. A segunda dimensão é da disputa com as oligarquias hegemônicas nos departamentos vizinhos, com o objetivo de tornar Sena Madureira a futura capital do estado do Acre. A saúde pública emerge aqui como medida de promoção de uma imagem para a capital sonhada, visando chamar a atenção do Governo Federal para as potencialidades da cidade como futuro centro decisório do Acre. A importância política da imagem de salubridade mobilizou um grande esforço para convencimento dos membros da Comissão Sanitária do Instituto Oswaldo Cruz, em fevereiro de 1913, em atestar as boas condições de vida em Sena Madureira.

O terceiro capítulo terá como foco a relação entre médicos, economia da borracha, saúde pública, seringalistas do rio Iaco e corpos de água, enfatizando como essas intra-ações conformavam e constrangiam a atividade médica no Departamento do Alto Purus. Serão analisadas as relações entre as elites iacoaras e os médicos em Sena Madureira, em meio ao *boom* da borracha, no início do século XX. Será analisada também a relação dos médicos com o rio Iaco, na tentativa de promover saúde pública por meio de obras de drenagem de águas pluviais e pelo controle do trânsito de pessoas infectadas por varíola e sarampo no porto de Sena Madureira.

O capítulo quatro é dedicado a analisar as principais iniciativas tomadas pelo Estado brasileiro para a integração dos departamentos do Território do Acre entre si e com o Brasil. As iniciativas analisadas serão a construção das estradas Leste-Oeste e “Lobão”, o projeto de lei instituindo a Reserva Florestal do Território do Acre e a proposta de construção da Estrada de Ferro Lábrea-Acre. Foram três projetos ligados à preocupação com a integração, mas os três casos também se assemelham pelo desconhecimento do Governo Federal com as realidades locais, culminando assim, no fracasso desses projetos. Por fim, será analisado o caso de João Alberto Masô e sua Carta Geográfica do Território do Acre (1917), para abordar a difícil situação dos agentes do Governo Federal que atuavam no Território Federal do Acre. A falta de incentivos, especialmente financeiros, fazia com que esses agentes priorizassem projetos pessoais, muitas vezes em aliança com as elites seringalistas.

No quinto capítulo, serão analisados os debates e tensões em torno da autonomia estadual e da reorganização do Território Federal do Acre. A ênfase recairá no rio enquanto

uma confederação de corpos de água, a partir da noção de intra-ação entre o regime de cheias/vazantes e os índices pluviométricos na região. A presença política do rio nas disputas envolvendo a autonomia do Território será mapeada por meio do seu papel durante as revoltas autonomistas e nos traços do seu impacto nos acontecimentos políticos envolvendo a integração política do Acre. A partir de charges e editoriais publicados em jornais e revistas na Capital Federal também serão examinadas as visões da imprensa sobre a aliança política entre seringalistas, ciclo hidrológico e doenças nas revoltas autonomistas.

No último capítulo abordarei a grande cheia do rio Iaco de 1915, o consequente declínio político da cidade de Sena Madureira e o aprofundamento da decadência dos seringais iacoaras. A capital do Purus, de cidade com a imagem atrelada à saúde pública e forte candidata a centro decisório do Território do Acre, transformou-se em um lugar de doenças e miséria. Esse processo facilitou algumas medidas tomadas pelo Congresso Nacional no sentido de isolar os seringalistas do rio Iaco e transferir a sede das principais repartições federais para Rio Branco. O dramático declínio político de Sena Madureira vai culminar em uma nova reorganização do Território Federal do Acre em outubro de 1920, dissolvendo os departamentos, unificando administrativamente o território, elevando Rio Branco à condição de capital e modificando as relações entre médicos e seringalistas no Alto Purus.

## CAPÍTULO 1: ÁGUAS, DOENÇAS E SERINGALISTAS NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA NOS ALTOS RIOS PURUS E JURUÁ

Rio das Vidas, peregrinas águas.  
 Em que fontes de risos e de mágoas  
 Nascestes assim para eterno correres?  
 Sem que te importe, ao soçobrar das naus.  
 O naufrágio dos justos e dos maus.  
 O gemido das pedras e dos seres.

Antônio Pinto do Areal Souto (1910)

Na segunda metade do século XIX e, principalmente, na virada do século XIX para o XX, as partes altas das bacias dos rios Purus, Juruá, Ucayali e Madre de Dios foram palco de múltiplas tensões e sangrentos conflitos envolvendo a invasão de bolivianos, brasileiros e peruanos em busca da *Hevea brasiliensis* e da *Castilla elástica*. De ambas as árvores eram extraídas o látex que supria a crescente demanda internacional por borracha. Povos indígenas foram dizimados, muitos escravizados, culminando na ocupação de brasileiros, vindos do interior dos estados do Nordeste, dos principais rios formadores do Purus e Juruá. Essa área, no entanto, era pertencente à Bolívia, pelo Tratado de Ayacucho (1867), acordo não reconhecido pelo Peru que considerava sua a área Juruá-Purus. A ocupação brasileira das chamadas *Tierras non Descubiertas* - área hoje, correspondente ao Acre - por força de iniciativas privadas, levaria os três países a um sério conflito diplomático.

Esses rios, no entanto, foram muito mais do que palco das ações e conflitos humanos. A dinâmica dos cursos fluviais e do ciclo hidrológico teve relevante papel na ocupação brasileira dessa área, no domínio efetivo dos seringalistas brasileiros sobre a região e sua desmilitarização após a resolução do conflito entre Brasil, Bolívia e Peru. Neste capítulo, será analisado o papel dos rios na ocupação brasileira, boliviana e peruana das chamadas *Tierras non Descubiertas* e o transbordamento dos conflitos locais para uma ampla tensão

diplomática entre o Brasil, a Bolívia, e o Peru, envolvendo, também, Chile, Argentina, Equador e EUA. Após a assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903 a área foi anexada como um território federal e militarizado pelo governo brasileiro. Entretanto, vários fatores, envolvendo seringalistas, águas e doenças, promoveram deserções, prejuízos e mortes no âmbito das tropas lá estacionadas, o que levou à rápida desmilitarização da área, consolidando o poder político das elites locais.

O capítulo é dividido em três partes. Na primeira, serão analisados os processos de ocupação/invasão por bolivianos, peruanos e brasileiros da parte alta das bacias dos rios Purus e Juruá e o papel dos caminhos fluviais nesses processos. A segunda parte analisa as consequências internacionais da presença de brasileiros na parte alta das bacias dos rios Purus e Juruá. A Questão do Acre (1894-1903) transformou-se em um conflito de caráter regional envolvendo diretamente o Brasil, a Bolívia e o Peru. O governo brasileiro inicialmente reafirmou seu apoio às fronteiras estabelecidas no Tratado de Ayacucho. Entretanto, os seringalistas do rio Acre reagiram com sucessivas rebeliões apoiadas pelo estado do Amazonas, levando La Paz a arrendar a área para o *Bolivian Syndicate*, um consórcio de empresas norte-americanas, inglesas e alemãs. Temendo a perda de soberania na bacia do rio Amazonas em longo prazo, o governo brasileiro passou a negociar a compra da área, processo que culminou com o Tratado de Petrópolis de 1903. As rebeliões e a mudança de postura brasileira provocarão uma série de tensões, a mais séria delas, envolvendo Lima, que mobilizou tropas do exército rumo ao Ucayali e Juruá levando à militarização da área em disputa.

Por fim, será analisado como seringalistas, doenças e águas atuaram no processo de desmilitarização do então Território do Acre. Os soldados brasileiros no Acre sofreram com a alta mortalidade provocada pela malária e beribéri, o que teve considerável repercussão na imprensa da Capital Federal. Por outro lado, muitos soldados e oficiais desertavam para trabalhar nos seringais. Por fim, o ciclo hidrológico, com o regime de cheias e vazantes dos rios, deixava os soldados isolados na região e encarecia sobremaneira o transporte de tropas e víveres. Diante dos enormes prejuízos financeiros e perdas humanas, o Ministério da Guerra conseguiu a resolução do Governo Federal para a rápida retirada do contingente após a assinatura do *modus vivendi*<sup>42</sup> entre o Brasil e o Peru em 1904. A desmilitarização da área

---

<sup>42</sup> *Modus vivendi* é um acordo internacional informal e provisório entre países em conflito. O *modus vivendi* geralmente é o primeiro passo para um acordo mais amplo e duradouro, como um tratado.

levou ao exercício do poder pelos seringalistas com o seu controle sobre os prefeitos nomeados pela União.

### **1.1 - O *Divortium aquarum*: as bacias de Madre de Dios, Purus, Juruá e Ucayali na invasão boliviana, brasileira e peruana das *Tierras non Descubiertas***

O engenheiro e escritor Euclides da Cunha chefiou a delegação brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus em 1905 e, anos mais tarde, publicou o artigo “Um Rio Abandonado” na revista *Almanaque Brasileiro*, analisando as características do rio Purus. Nesse artigo, ele fez a seguinte observação:

De fato, o que sobremaneira impressionou é o espetáculo da terra profundamente trabalhada pelo indefinido e incomensurável esforço dos formadores do rio. Chega, depois de trilhar o *cañón* coleante do Pucani, ao sopé das últimas vertentes; defronte a clivosa escarpa de uma corda insignificante de cerros deprimidos; vinga-lhe em três minutos a altura relativa de sessenta metros escassos – e não acredita que esteja na fronteira hidrográfica mais extraordinária do globo podendo ir de uma passada única do Amazonas ao vale do Ucayali.

A altura em que se vê não lhe basta a despertar os horizontes, ou atalaiar as distâncias. É inapreciável. Não há [como] abrangê-la com a escala mais favorável dos mapas. E sem dúvida jamais compreenderia tão indeciso *divortium aquarum* a tão opulentas artérias, se ao buscar aqueles rincões, varando, ao arripio das itaipavas, por dentro das calhas reprofundadas do Cujar, do Cavaljani e do Pucani, o observador se não habituassem a contemplar, longos dias, os mais enérgicos efeitos da dinâmica poderosa das águas que transmutaram a paragem outrora mais em relevo e dominante.<sup>43</sup>

*Divortium aquarum* é uma expressão latina que significa “divisória de águas” e descreve limites entre duas ou mais bacias hidrográficas, utilizada, em vários casos pelo direito internacional, para definir fronteiras entre países. Euclides da Cunha, no seu relato, estava descrevendo a área das nascentes dos principais rios que formam quatro das mais importantes bacias hidrográficas do rio Amazonas: Ucayali, Madre de Dios, Purus e Juruá. No momento de sua chegada, as quatro bacias estavam interligadas, nessa área, por pequenas estradas (varadouros) e haviam se consolidado como lugar, estrada e fronteira aquosa coprodutora das disputas envolvendo brasileiros, peruanos, bolivianos e povos indígenas.

Ao longo do século XIX a área hoje conhecida como Acre eram as *Tierras non Descubiertas* para a Bolívia; país, em tese, detentor do espaço em branco nos mapas e cuja

<sup>43</sup> CUNHA, Euclides. Rios em Abandono. In: CUNHA, Euclides. *Um Paraíso Perdido*: Reunião de Ensaios Amazônicos. Coleção Brasil 500 Anos. Brasília: Senado Federal/ Conselho Editorial, 2000. p. 131-144.



fronteira havia sido debilmente estabelecida com o Brasil. O Tratado de Ayacucho ou Muñoz-Netto (1867) confirmou o que já estava estabelecido nos Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777), ambos não-reconhecidos pelo Império do Brasil mas que serviram de base para o novo tratado com a Bolívia para negociar a sua neutralidade na Guerra do Paraguai (1864-1870).<sup>44</sup> A esta altura, o tratado contrariava interesses de Lima, que protestou contra a negociação de terras supostamente peruanas entre Brasil e Bolívia. Os protestos peruanos eram ignorados por esses dois países.<sup>45</sup>

**Mapa 01:** Tríplice fronteira entre Brasil, Bolívia e Peru em 1842



No detalhe, a tríplice fronteira entre o Brasil, Bolívia e Peru, antes da assinatura do Tratado de Ayacucho. Na região onde hoje é conhecida como Acre há um espaço em branco pelo desconhecimento total da área na ocasião.

<sup>44</sup> Ver: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Barão de Rothschild e a Questão do Acre. *Rev. Bras. Polít. Int.*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 150-169, 2000.

<sup>45</sup> Sobre as relações entre o Brasil e o Peru, no século XIX e XX ver: CUETO, Marcos; LERNER, Adrián. *Indiferencias, tensiones y hechizos: médio siglo de relaciones diplomáticas entre Perú y Brasil, 1889-1945*. Lima: Embajada de Brasil em Perú, IEP, 2012. p. 51.

**Fonte:** SOCIETY FOR THE DIFFUSION OF USEFUL KNOWLEDGE. *Bolívia and Peru with Part of Brazil* by J. & C. Walker (1842?). London: Chapman & Hall, 1844. p. 151. Disponível em <<http://www.davidrumsey.com/>> Acesso em 15 de dezembro de 2015

Os bolivianos, no entanto, não migraram para as *Tierras non Descubiertas* e não foram incentivados pelo Estado. Sua população vivia nos altiplanos e o governo em La Paz tinha outras prioridades. A Bolívia foi sacudida por guerras e instabilidades políticas desde a sua independência em 1825. Vários presidentes governaram o país em poucos anos, até o presidente Andrés Santa Cruz unificar Bolívia e Peru, em uma confederação apoiada por elites peruanas do sul, transferindo a capital para Lima em 1836. A decisão desagradou os bolivianos e também as autoridades do Chile e da Argentina, levando a um conflito armado de amplitude regional que duraria até 1839, ano da dissolução da confederação.<sup>46</sup> Posteriormente a Bolívia continuaria sendo acossada nas fronteiras: perderia Puna de Atacama para a Argentina e a saída para o mar, anexada pelo Chile em 1884, após a Guerra do Pacífico (1879-1883). Segundo Cristián Vera, em 1898 o governo peruano propôs formalmente ao Chile e Argentina a invasão e divisão da Bolívia entre os três países, enquanto observadores, a serviço dos EUA na região, davam como certo o futuro desaparecimento do país.<sup>47</sup>

Ainda assim, mesmo sem incentivos estatais e com as graves instabilidades políticas, o rio Beni começou a ser ocupado a partir das décadas de 1840 e 1850, por comerciantes interessados na extração da borracha. Em resposta à exploração da parte baixa do Beni, o governo boliviano criou o Departamento do Beni em 1842, visando a incentivar a navegação nesse rio. Era questão de tempo para que os bolivianos chegassem à confluência do rio Beni com o Amaru-mayú.<sup>48</sup>

Amaru-mayú (rio serpente, para os Incas) foi alvo de inúmeras controvérsias ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII sobre seu nome e curso. Foi o padre Julian Bovo de Revello, em missão patrocinada pelo governo de Cuzco, no Peru, quem propôs o nome “Madre de Dios” para o Amaru-mayú, após suas expedições de reconhecimento terem fracassado. Somente entre 1860 e 1861, a dramática expedição de D. Faustino Maldonado, um empresário

<sup>46</sup> WASSERMAN, Claudia. A Formação do Estado Nacional na América Latina: As Emancipações Políticas e o Intrincado Ordenamento dos Novos Países. In: WASSERMAN, Claudia (org.). *História da América Latina: Cinco Séculos*. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 177-214.

<sup>47</sup> Ver: VERA, Cristián Garay. El Acre y los “Assuntos Del Pacífico”: Bolívia, Brasil, Chile e Estados Unidos, 1898-1909. *História*, Santiago, v. 42, n. 2, p. 341-369, jul.-dec. 2008.

<sup>48</sup> BRANCO, José Moreira Brandão Castello. Caminhos do Acre. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 196, p. 74-225, julho-setembro, 1947. p. 217-218.

que vivia em Cuzco, conseguiu explorar todo o rio Madre de Dios, constatando que ele desaguava no Beni e fazia parte da bacia do rio Madeira. Longe de significar o início da navegação e exploração do rio Madre de Dios, a expedição de Maldonado lançou luz sobre a impossibilidade imputada ao rio pela dificuldade da ocupação boliviana e peruana de suas margens naquele momento. D. Faustino Maldonado morreu vítima dos trechos encachoeirados dos rios Madre de Dios e Madeira, junto com metade de sua expedição.<sup>49</sup>

Somente com a fundação do entreposto comercial de *Cachuela Esperanza* em 1882, pela firma *Suarez Hermanos*, na confluência dos rios Beni e Madre de Dios, houve renovação do ímpeto da iniciativa privada na exploração e estabelecimento de seringais nesses rios, culminando com a penetração do baixo e alto rio Tahuamano (rebatizado de rio Órton) e Manupiri.<sup>50</sup> Esses rios fazem parte da bacia do rio Madeira e, por essa razão, havia dificuldade de penetração boliviana nas *Tierras non Descubiertas*. Isso porque os principais rios a cortar a região incógnita, como seriam constatados por expedições vindas do lado brasileiro da fronteira, faziam parte das bacias hidrográficas do Purus e Juruá, a exemplo do próprio rio Acre, fato desconhecido dos bolivianos até então.<sup>51</sup> Na última década do século XIX, ainda havia dúvidas sobre uma possível ligação do rio Madre de Dios com o Purus.<sup>52</sup> Somente em 1895 o seringalista Miguel Rocca, em associação com a *Suarez Hermanos*, chegou ao igarapé Bahia, no alto rio Acre, via rios Órton e Abunã, fundando um seringal. Nesse momento, o alto e baixo Acre já eram largamente dominados por seringalistas brasileiros, e o rio Abunã, via de chegada dos bolivianos, já era famoso pela resistência indígena e pela onipresença de doenças como a malária.<sup>53</sup>

Na última década do século XIX, os rios Beni, Madre de Dios e afluentes eram pertencentes, de fato, a três empresas: *The Orton Rubber Company* (do seringalista Vacca Diez em sociedade com investidores britânicos), *Suarez Hermanos* (dos irmãos Francisco, Nicolás, Pedro, Rômulo e Gregório Suarez, com filiais no exterior, e em Belém do Pará,

<sup>49</sup> *Ibidem*, p217-218.

<sup>50</sup> TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 112.

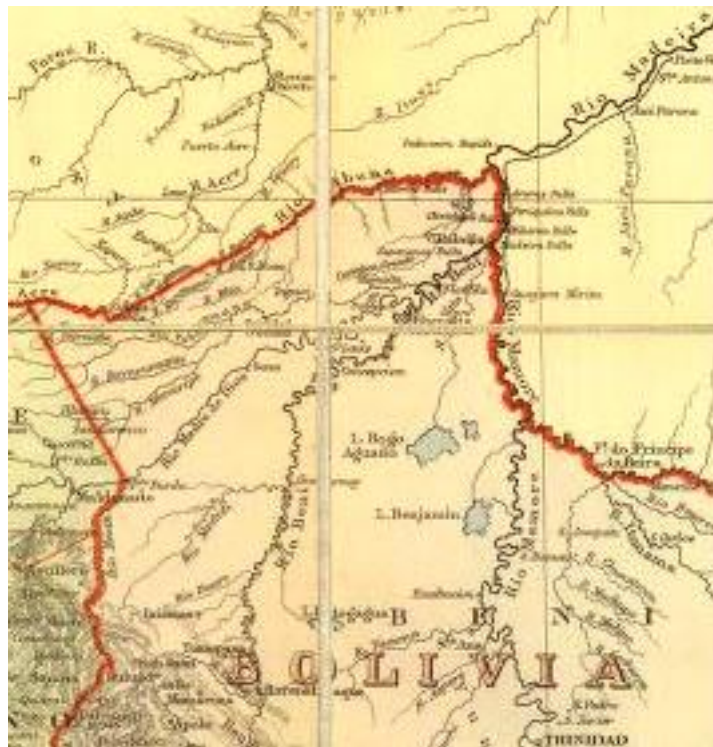
<sup>51</sup> Em 28 de junho de 1886 o ministro boliviano D. Juan Francisco Velarde, em conferência na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, imaginava as *Tierras non Descubiertas* cortadas pelos rios Órton e Abunã. Ele desconhecia, e provavelmente grande parte da sua platéia também, incluindo o próprio imperador D. Pedro II, a existência de seringalistas brasileiros explorando seringais na região e por essa razão, considerava que a área estava deserta e em breve seria pioneiramente explorada por seringueiros bolivianos. Ver: TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 126-127.

<sup>52</sup> Mais tarde, seria reconhecida que a controvérsia sobre a ligação entre o Purus e o rio Madre de Dios se dava pela proximidade física das nascentes de ambos os rios na área do *divortium aquarum*. Ver: BRANCO. *Caminhos do Acre*. *op. cit.*, p.219.

<sup>53</sup> TOCANTINS. *Formação Histórica do Acre* v. 2. *op. cit.*, p. 113.

dedicadas à exportação de borracha) e a de Nicanor Gonzalo Salvatierra, ‘senhor’ de todo o baixo Madre de Dios. O Estado boliviano só chegou ao Madre de Dios em 1893, quando uma repartição pública para coleta de impostos foi instalada nesse rio.<sup>54</sup> Porém, ainda estava longe do horizonte dos políticos de La Paz instalar qualquer órgão público nos rios Abunã e Aquiry (Acre).

**Mapa 02:** Rio Madeira e seus afluentes Beni e Madre de Dios em 1922



No detalhe, os rios Beni e Abunã como afluentes do rio Madeira.

**Fonte:** STANFORD, Edward. Colombia, Ecuador and Peru, also Panamá. *In:* STANFORD, EDWARDS. *London Atlas Series*. London: Stanford's Geographical Establishment, 1922. Disponível em <http://www.davidrumsey.com/> Acesso em: 15 de dezembro de 2015

As margens dos rios Beni, Madre de Dios, Orton e afluentes eram abundantes em *Hevea brasiliensis*, principal árvore da qual era extraída a borracha para suprir o mercado internacional. Mas eram péssimos aliados dos seringalistas bolivianos no que tange à comunicação com os rios pertencentes às *Tierras non Descubiertas*. De maneira complexa, levavam a um rio problemático para qualquer forasteiro humano que se considerava ‘civilizado’: o Abunã. O Abunã, em sua parte baixa, media em torno de 100 metros de largura

---

<sup>54</sup> *Ibidem*.

e era somente navegável em 500, dos seus 800 km de extensão entre os meses de novembro e abril, período das cheias, desaguando no rio Madeira.<sup>55</sup> Era abundante em *Hevea* de boa qualidade, mas era fartamente habitado pelos povos indígenas Tahuamano, Pacauara e Cacharari. Os Pacauara, índios considerados antropófagos pelos colonizadores, exerciam vigorosa resistência à penetração de brasileiros e bolivianos.<sup>56</sup> Para piorar, as margens do Abunã ofereceram condições favoráveis para a propagação da malária, que chegou à região no trânsito de brasileiros infectados pelo *Plasmodium falciparum*, tornando esse rio célebre pela devastação causada pelas febres.<sup>57</sup> A resistência indígena e a malária dificultaram o trânsito e estabelecimento dos bolivianos (e também dos brasileiros). Essas condições consolidaram o isolamento do sistema hidrográfico Beni-Madre de Dios em relação ao sistema Acre-Purus.

Por outro lado, os brasileiros vindos do Pará e Amazonas tinham nos rios do extremo oeste das bacias do Purus e Juruá importantes aliados na locomoção para aquela área. Ambas as bacias eram as maiores formadoras dos rios Solimões e Amazonas. Em 1905, o general Belarmino Mendonça, membro da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Juruá, estimou que esse rio, por exemplo, possuía, ao todo, cerca de 3.283 km de extensão. O baixo Juruá (da foz até a confluência com o rio Tarauacá) tinha cerca de 1.697 km de extensão, e sua largura entre as margens variava entre 352 metros (na foz) e 150 metros (no Tarauacá) e sua profundidade oscilava entre 20 a 12 metros no mês de maio, ou seja, no período de vazante. O médio Juruá ia até a confluência com o rio Breu (já nas *Tierras non Descubiertas*), tendo 1.277,5 quilômetros de extensão e largura que variava entre 310 e 90 metros.<sup>58</sup> Esses dados apontam que o Juruá era navegável até a foz do rio Breu por vapores de grande e médio porte nos períodos de cheia.

<sup>55</sup> BRANCO. Caminhos do Acre. *op. cit.*, p. 95.

<sup>56</sup> Os Tahuamano viviam no alto Abunã, os Pacauara dominavam o baixo Abunã e os Cacharari viviam entre o Abunã e o Iquiri. Além dessas nações, havia também um grupo Canamari, no alto Abunã, e Arara, também no alto Abunã. A maioria desses povos desapareceu por força das doenças ou do confronto com os bolivianos e brasileiros. Ver: PICCOLI, Jaco Cesar. *Sociedades Tribais e a Expansão da Economia da Borracha na Área Juruá-Purus*. 530 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993. p. 73-123. Além da resistência indígena, das dificuldades de navegação e dos surtos de malária, o Abunã tornou-se refúgio de assassinos e criminosos entre 1900 e 1910, cujos codinomes “Casca Grossa”, “Onça Preta”, “Cascavel”, “Terto” e outros, tornaram-se célebres, retardando o estabelecimento de seringais nessa região até meados da década de 1910. Ver: BRANCO. Caminhos do Acre. *op. cit.*, p. 100-101.

<sup>57</sup> *Ibidem*.

<sup>58</sup> MENDONÇA, Gen. Belarmino. *Reconhecimento do Rio Juruá (1905)*. Rio Branco/ Belo Horizonte: Fundação Cultural do Estado do Acre/ Editora Itatiaia Limitada, 1989. p. 3-10.

A demanda na Europa e EUA por borracha era uma realidade no início do século XIX, embora em quantidades pequenas. Objetos manufaturados como apagadores, botas e outros eram responsáveis pela importação de borracha dos rios da bacia amazônica que, em 1827, chegava a 31 toneladas.<sup>59</sup> Mas o seu uso na indústria foi crescentemente ampliado após 1839, com o aperfeiçoamento do processo de vulcanização por Charles Goodyear, tornando a borracha resistente às variações de temperatura, podendo, assim, ser empregada na produção de telhas, correias, rodas, mangueiras, e, em conjunto com o ferro e aço, para a fabricação de máquinas industriais, composições ferroviárias e etc.<sup>60</sup> É nesse momento que a atenção da Inglaterra e de outros países europeus, além dos EUA, aumentou consideravelmente em relação ao rio Amazonas que era o único caminho que levava à *Hevea* naquele período. Abrir o rio Amazonas à livre navegação significava integrar ao mercado internacional os seus gigantescos afluentes: Xingu, Tapajós, Solimões (com a bacia do Ucayali, no Peru), Negro, Purus, Juruá e Madeira (juntamente com o complexo Beni - Madre de Dios, na Bolívia), detentores únicos, até aquele momento, das árvores que jorravam a seringa de melhor qualidade.

A pressão dos EUA pela abertura da navegação do rio Amazonas e ameaça de uso da força surpreendeu o governo imperial brasileiro, já que a região não era, até aquele momento, prioridade da Corte. A fundação da Província Autônoma do Alto Amazonas em 1852, reafirmando a soberania brasileira levaria à intensificação das tensões. Contudo, sem chances de conseguir manter por muito tempo, o efetivo monopólio da navegação fluvial, o Império finalmente abriu o Amazonas à livre navegação em 1866.<sup>61</sup>

A abertura do rio Amazonas e o *boom* da economia da borracha levaram diversos aventureiros financiados pelo capital privado, de empresas de importação e exportação em Belém, a explorar e estabelecer propriedades seringalistas nos principais afluentes na bacia. Essas firmas, em sua maioria, eram de propriedade de brasileiros e portugueses, cuja fonte de renda estava no sistema de exportação da borracha e importação de suprimento para os seringais (incluindo armas, alimentos em conserva, e toda a sorte de equipamentos destinados aos seringueiros).<sup>62</sup> A expansão dos seringais era fundamental para o aumento dos lucros e,

<sup>59</sup> WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência, 1950-1920*. São Paulo: Edusp, 1993. p. 23.

<sup>60</sup> *Ibidem.*; DEAN, Warren. *A Luta pela Borracha no Brasil: Um Estudo de História Ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989. p. 32.

<sup>61</sup> MACHADO, Lia Osório. O Controle Intermitente do Território Amazônico. *Revista Território*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 19-32, jul.-dez. 1997.

<sup>62</sup> WEINSTEIN. *A borracha na Amazônia. op. cit.*, p. 94-95.

por essa razão, quem tivesse disposição e homens, para adentrar os rios e estabelecer propriedades, recebia patrocínio.

A grande seca na região Nordeste do Brasil entre 1877 e 1879 foi fundamental no processo de invasão dos rios Purus e Juruá. A enorme quantidade de flagelados, que a seca produziu, facilitou a mobilização de mão-de-obra tanto para as iniciativas de abertura de novos seringais, quanto para suprir de trabalhadores esses mesmos seringais, expandindo o sistema que ficou conhecido como aviamento.<sup>63</sup> As casas de importação no exterior davam crédito adiantado para as casas exportadoras de Belém e Manaus, que, por sua vez, supriam os seringais no interior. Os seringalistas ou patrões concediam a crédito tudo o que o seringueiro precisava para trabalhar. A dívida do seringueiro para com o seu patrão seria paga em borracha produzida. Por sua vez, o patrão pagava as casas exportadoras também com borracha e assim por diante. Estima-se que mais 25 mil pessoas migraram para o interior do Amazonas durante o período da grande estiagem. Até 1903, ano da anexação das *Tierras non Descubiertas* ao Brasil, estimava-se que cerca de 70 mil brasileiros viviam nessa área.<sup>64</sup>

Os incentivos das casas de exportação em Belém do Pará promoveram a ocupação e fundação de seringais nos rios Purus e Juruá, na segunda metade do século XIX. A ocupação foi mais intensa do que ocorreu no Beni e Madre de Dios. Em 1883, só o Purus, sem contar os seus afluentes, contava com 400 seringais, além do núcleo urbano de Lábrea.<sup>65</sup> Entretanto, havia firmas e seringalistas que dominavam enormes cursos fluviais e áreas, ou eram donos de seringais em todo ou quase todo o curso de um determinado rio, como no Juruena, afluente do rio Madeira, de propriedade da firma *Asensi & Co.*<sup>66</sup>

O Purus já era alvo de exploração de regatões ou coletores de drogas do sertão desde o século XVIII, e também de expedições de reconhecimento enviadas pela Província do Amazonas. Mas foi a chegada do maranhense Antônio Rodrigues Pereira Labre em 1871 que

---

<sup>63</sup> O sistema de aviamento permeava toda a cadeia produtiva da borracha. Estima-se que as transações envolviam dinheiro apenas entre as casas exportadoras e importadoras, sendo que todas as relações comerciais que ocorriam nos seringais não envolviam papel moeda, apenas borracha. No Alto Juruá, por exemplo, Glimeses do Rego Barros, filho do Capitão Francisco Siqueira do Rego Barros, prefeito desse Departamento entre 1912 e 1915, observou que moedas como libras esterlinas e outras, eram desprezadas na região, sendo usadas para confecção de jóias, pulseiras, broches, fivelas, argolas e outros. Ver: BARROS, Glimeses Rego. *A presença do capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915)*. Brasília: Senado Federal, 1982.

<sup>64</sup> RANZI, Cleusa Maria Damo. *Raízes do Acre*. 3 ed. Rio Branco: EDUFAC, 2008. p. 39.

<sup>65</sup> BRANCO. Caminhos do Acre. *op. cit.*, p. 121.

<sup>66</sup> Ver: VITAL, André V. *Comissão Rondon, Política e Saúde na Amazônia: A Trajetória de Joaquim Augusto Tanajura no Alto Madeira (1909-1919)*. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS), Casa de Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2011. p. 62-63.

fomentou o início da migração efetiva no rio Purus em decorrência da economia da borracha. Tenente-coronel da Guarda Nacional, Labre chegou no Pará em 1869, onde conheceu o português Elias José Nunes da Silva, o Visconde de Santo Elias, dono de uma casa exportadora. Com visão empreendedora, Labre demonstrou interesse em explorar seringais no Purus e ganhou patrocínio de Santo Elias para a sua primeira viagem de reconhecimento do rio naquele mesmo ano. Retornou em 1871, já com pessoas dispostas a trabalhar na extração, e com mercadorias para fixar residência, fundando na foz do rio Ituxi o povoado de São Luiz de Lábrea.<sup>67</sup> Lábrea floresceu como entreposto comercial e foi transformada em município em 07 de março de 1886.

O coronel Labre realizou viagens de exploração dos afluentes do alto Purus e incentivou a ida de outros exploradores que desejavam fundar seringais. Chegou a proferir palestras na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, mostrando os resultados de sua expedição de reconhecimento dos afluentes do Purus, buscando uma saída fluvial para o Beni e Madre de Dios, na Bolívia.<sup>68</sup> Essa expedição foi vencida pelo rio Abunã e os povos indígenas de suas margens que impediram a conclusão dos trabalhos.<sup>69</sup> Antônio Labre publicou também um livro, o *Rio Purus: Notícia* (1872), no qual analisa o regime de cheias e vazantes do Purus, o clima, os povos indígenas, as riquezas minerais vistas no rio Acre e a atividade extrativista.<sup>70</sup>

Na década de 1890, já havia seringais brasileiros estabelecidos nos rios Iaco e Acre, que, em tese, estavam em área boliviana segundo o Tratado de Ayacucho. O governo do Amazonas cobrava impostos da borracha vinda desses cursos fluviais. O coronel Antônio Labre, inclusive, propôs na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro a construção de uma ampla rede de estradas a ligar os rios Purus, Madeira, Beni, Madre de Dios, Abunã e Órton, passando por dentro do território boliviano.<sup>71</sup> O objetivo declarado era fomentar relação comercial entre o Departamento do Beni e o Amazonas para a importação de gado, demonstrando também conhecimento das dificuldades de comunicação do rio Madre de Dios com o Purus e Juruá.<sup>72</sup> Era também um plano alternativo à construção da ferrovia Madeira-

<sup>67</sup> BRANCO, José Moreira Brandão Castello. *Descobrimto das Terras da Região Acreana*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960. p. 44-45.

<sup>68</sup> BRANCO. *Caminhos do Acre*. op. cit., p. 115.

<sup>69</sup> BRANCO. *Descobrimto das Terras da Região Acreana*. op. cit., p.46.

<sup>70</sup> LABRE, Antônio Rodrigues Pereira. *Rio Purus: Notícia*. Maranhão: Typ do Paíz/ Imp. M.R.V. Pires, 1872.

<sup>71</sup> Ver: PEREIRA, Sergio Nunes. *Navegação Fluvial e Vias Auxiliares: Uma Controvérsia Geográfica no Brasil no Final do Século XIX. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, São Paulo, p. 11.640-11.664, 2005.

<sup>72</sup> *Ibidem*.



Mamoré, que tinha potencial de desviar a produção de borracha do sistema Beni para Belém do Pará, sem passar por Manaus.

O geógrafo Sergio Nunes Pereira observa a transgressão operada por Labre e pelo engenheiro Alexandre Haag, comissionado pelo estado do Amazonas. Ambos estudaram e propuseram um projeto que, na prática, violava a soberania boliviana. De acordo com Pereira, o plano de construção das estradas era parte de uma estratégia do governo amazonense para canalizar o escoamento da produção de borracha dos rios Beni e Madre de Dios, via rio Purus, para a cidade de Manaus.<sup>73</sup> Assim, os governos do Amazonas e Pará lutavam por expandir sua influência comercial em área boliviana, de acordo com os conhecimentos que tinham sobre a hidrografia da região.

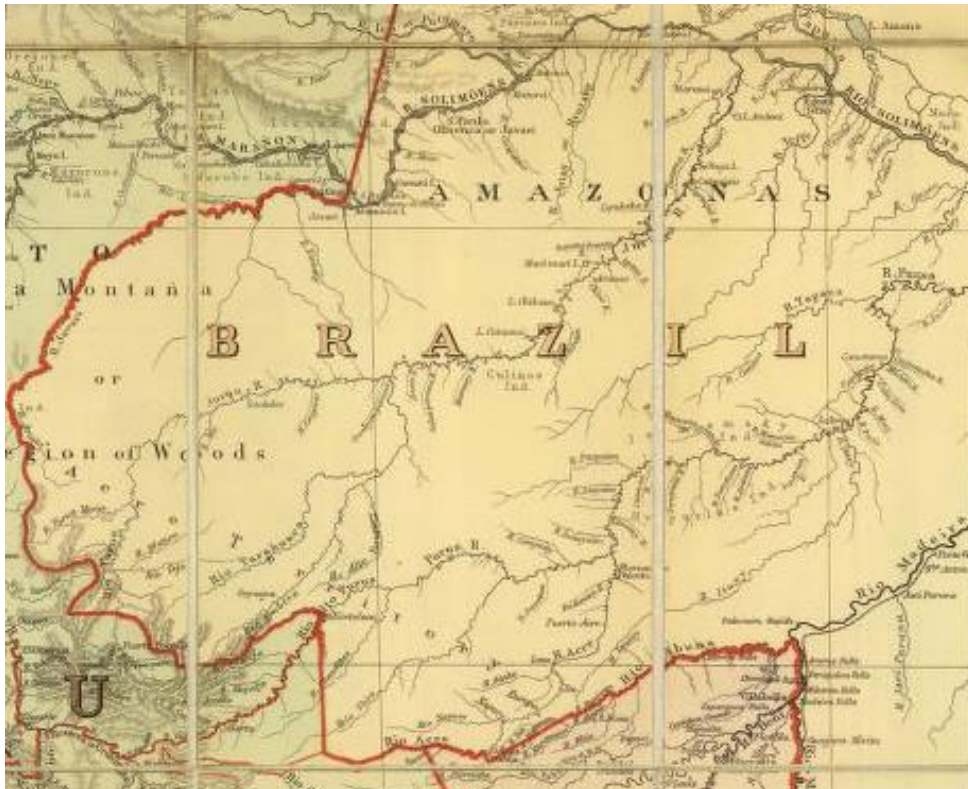
Leandro Tocantins aponta que as elites políticas do estado do Amazonas tinham amplo conhecimento dos caminhos fluviais e da migração de brasileiros para as *Tierras non Descubiertas* no final do século XIX. Desde a década de 1850 o governo amazonense enviava expedições de reconhecimento aos altos rios Purus e Juruá, inicialmente para descobrir rotas para o rio Madeira e para o Beni e Madre de Dios. Foi o caso das expedições de João Rodrigues Cametá, no Purus (1852), e Romão José de Oliveira, no Juruá (1852), Manoel Urbano da Encarnação, no Purus (1861), João Martins da Silva Coutinho, também no Purus (1862), João da Cunha Corrêa, no Juruá (1854), todas visando à futura exploração das chamadas “drogas do sertão”.<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup> *Ibidem.*

<sup>74</sup> TOCANTINS. *Formação História do Acre v. 1. op. cit.,p. 94-97.*

**Mapa 03:** Bacias hidrográficas do Purus e Juruá (1922)



No detalhe, o então Acre como parte das bacias dos rios Purus e Juruá, principais afluentes do rio Solimões, na parte de cima do mapa.

**Fonte:** STANFORD, Edward. Colombia, Ecuador and Peru, also Panamá. In: STANFORD, EDWARDS. *London Atlas Series*. London: Stanford's Geographical Establishment, 1922. Disponível em: <<http://www.davidrumsey.com/>> Acesso em: 15 de dezembro de 2015

As grandes potências da época também estavam atentas às oportunidades estratégicas e econômicas da região, desde a segunda metade do século XIX. Em 1864, o geógrafo William Chandless chegava ao Purus e Juruá, enviado pela *Royal Geographical Society of London*, realizando um imenso trabalho de reconhecimento dos afluentes do Juruá e Purus.<sup>75</sup> Em 1868, um aventureiro norte-americano, Asrael D. Piper, requisitou ao governo em La Paz a concessão de terras no alto Purus para povoá-las. Viveu, posteriormente, alguns anos junto aos índios Apurinã e algumas pessoas que trouxe dos EUA.<sup>76</sup> Próximo a essa região, segundo Domingos Garcia, na margem direita do alto rio Madeira, no norte de Mato Grosso,

<sup>75</sup> Sobre as expedições de Chandless, ver: ISHII, Raquel Alves. *Viagens do "homem que virou rio": narrativas, traduções e percursos de William Chandless, pelas Amazônias, no século XIX*. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Identidade, Centro de Educação, Letras e Artes/ Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2011.

<sup>76</sup> BRANCO. *Descobrimto das Terras da Região Acreana*. op. cit., p. 41-44.

desenvolveu-se a estratégia belga de ocupação e desenvolvimento de atividades econômicas nutrindo o sonho da criação de um ‘Congo Belga’ na América do Sul na última década do século XIX.<sup>77</sup>

As iniciativas por parte do governo do Amazonas, as controvérsias sobre a integração da área e as investidas estrangeiras não suscitaram ações governamentais efetivas na Corte Imperial e, depois, Capital Federal, de modo a demarcar em definitivo as fronteiras entre o Brasil e a Bolívia. Durante o período imperial, ocorreram duas iniciativas fracassadas de demarcação definitiva, de modo a confirmar os termos do Tratado de Ayacucho, liderada, primeiramente por Visconde de Maracaju (1870) e, posteriormente, pelo Barão de Parima (1878).<sup>78</sup> De acordo com Leandro Tocantins, o governo brasileiro só tomaria providências mais efetivas após sofrer pressão de La Paz em 1894, instituindo expedições bilaterais para a demarcação da fronteira entre os dois países. As principais são as de Gregório Thaumaturgo de Azevedo (1895), a de Augusto Cunha Gomes (1897) e Luiz Cruls (1901).<sup>79</sup>

Sobre a morosidade do governo brasileiro em tomar providências em relação à área, é possível citar o discurso do então Visconde de Rio Branco no Senado do Império em 10 de outubro de 1877. Para Rio Branco, as propostas na Corte Imperial, e que envolviam o desenvolvimento de atividades econômicas na bacia do rio Amazonas, sua política e fronteiras, tinham uma “caveira de burro”. Isso significa que todo empreendimento destinado a região estaria fadado ao esquecimento e ao fracasso. Trata-se de uma figura de linguagem apontando que “por mais que se chame atenção do Governo, por mais que se faça um ou outro ministério, afinal esses negócios caem no esquecimento e no abandono”.<sup>80</sup>

Para Leandro Tocantins, a anexação do Acre ao Brasil era questão de tempo, pois o sistema hidrográfico das *Tierras non Descubiertas* era completamente isolado dos ramos orientais dos rios que atravessavam o território boliviano. Para ele, a área era uma “dependência geográfica do Brasil”, parafraseando o Barão do Rio Branco.<sup>81</sup> De fato, os bolivianos tiveram maior dificuldade em penetrar a área, pois os rios Beni e Madre de Dios

<sup>77</sup> GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Território e Negócios na “Era dos Impérios”*: os belgas na fronteira oeste do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

<sup>78</sup> TOCANTINS. *Formação História do Acre v. I. op. cit.*, 1979, p.141.

<sup>79</sup> VERGARA, Moema de Rezende. *Ciência, Fronteiras e Nação: Comissões Brasileiras na Demarcação dos Limites Territoriais entre Brasil e Bolívia, 1895-1901. Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi.*, Belém, v. 5, n. 2, p. 345-361, mai.-ago. 2010.

<sup>80</sup> O discurso de Rio Branco em 1877 foi reproduzido na conferência do Capitão de Mar e Guerra José Carlos de Carvalho na Associação Comercial do Rio de Janeiro em 1903. CARVALHO, José Carlos de. *O Acre: Limites do Brasil com a Bolívia*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1903. p. 4.

<sup>81</sup> TOCANTINS. *Formação História do Acre v. I. op. cit.*, p. 142.

eram parte da bacia do rio Madeira, não se comunicando com as bacias do Purus e Juruá. Contudo, não se trata de uma fatalidade geográfica. O caso peruano mostra que a força desses cursos fluviais, na ocupação da área, emergiu principalmente a partir das relações mantidas entre agentes da iniciativa privada, do Estado e das bacias hidrográficas.

Lima reconheceu precocemente a importância dos rios na integração política e econômica da bacia amazônica. A bacia do rio Ucayali já era conhecida e traficada pelos Incas, que comercializavam e guerreavam com os povos da parte alta das bacias do Purus, Juruá e baixo Ucayali. Após a chegada dos colonizadores europeus a maioria das nações indígenas do Ucayali permaneceu, por algum tempo, livre de assédios externos. Chamada de “Província de Mainas”, parte da região foi percorrida pelos jesuítas, mas a área deixou de ter a influência de Quito ou Lima após a expulsão da Companhia de Jesus em 1767, e, principalmente, depois das guerras de independência.<sup>82</sup>

Em fins da década de 1840, o governo peruano passou a se preocupar com a área devido a suposta possibilidade de expansão territorial do Império do Brasil via rio Solimões, e do interesse declarado dos governos do Equador e da Colômbia sobre a região do alto Solimões/Amazonas. Nesse sentido, o governo do presidente José Rufino Echenique (1851-1855) conseguiu assinar com o Brasil o Tratado de Comércio e Navegação (1851), que compartilhava o monopólio da navegação do rio Amazonas com o Império e confirmava o dispositivo *Uti possidetis* para aquela região, afastando as pretensões equatorianas e colombianas.<sup>83</sup>

---

<sup>82</sup> BRANCO. Caminhos do Acre. *op. cit.*, p. 210-212.

<sup>83</sup> GRANERO, Fernando Santos; BARCLAY, Frederica. *La Frontera Domesticada: História Económica y Social de Loreto, 1850-2000*. Lima: Fondo Editorial de La Pontificia Universidad Católica Del Peru, 2002. p. 29-32.

**Mapa 04:** Departamento Fluvial-Militar de Loreto (1922)



No detalhe, o Departamento Fluvial-Militar de Loreto.

**Fonte:** STANFORD, Edward. Colombia, Ecuador and Peru, also Panamá. In: STANFORD, EDWARDS. *London Atlas Series*. London: Stanford's Geographical Establishment, 1922. Disponível em: <<http://www.davidrumsey.com/>> Acesso em: 15 de dezembro de 2015

Em 1853, Lima criou uma série de medidas para incentivar a colonização rumo aos rios Marañón e Amazonas, importando embarcações dos EUA para serem usadas na região, incentivando a migração nacional e estrangeira, além de auxiliar as atividades econômicas locais, especialmente nos povoados e portos de Loreto e Nauta. Também seria fundada a Gobernación de Loreto, dividindo a região em áreas administrativas guarnecidas por tropas do exército.<sup>84</sup> Essa condição não impediu que o Equador assinasse, em 1857, um acordo com credores ingleses assegurando que terras a oeste dos rios Bobonaza e Pastaza seriam entregues como garantia de pagamento da sua dívida externa, área que o governo peruano reclamava ser

<sup>84</sup>*Ibidem.*, p. 32-33.

sua. O Peru declarou guerra ao Equador em 1859, sitiou o porto de Guayaquil em 1860, impondo a vitória e iniciando um longo ressentimento entre ambos os países.<sup>85</sup>

Sob a ameaça de mais um conflito armado pela posse da região, Lima transformou a Gobernación de Loreto em Departamento Fluvial-Militar de Loreto com base em Iquitos em 1861, militarizou os rios com a aquisição de canhoneiras importadas da Inglaterra, instituiu a Comissão Hidrográfica do Amazonas e instalou uma Escola Naval em Iquitos. No início da década de 1870, período de intensificação da economia da borracha, o Estado peruano já tinha mapeado o Amazonas e o Ucayali, facilitando a atuação dos caucheiros. A crise econômica da década de 1870 e a Guerra do Pacífico (1879-1882) promoveram a diminuição da presença estatal em Loreto, mas, nessa altura, a região passava a ser fortemente dominada pelas casas comerciais de Iquitos e Belém do Pará a partir da exploração do caucho.<sup>86</sup>

O rio Apurá (que para a maioria das nações indígenas da área significava “Senhor das Chuvas”) ou Ucayali (na língua Omagua: Aucayale “Rio dos Inimigos”) era navegável quase até a sua nascente, por meio de canoas. Sua nascente é muito próxima dos afluentes dos rios Purus, Juruá e Madre de Dios, sendo possível transitar de uma bacia para a outra em algumas horas de caminhada por meio de varadouros no *divortium aquarum*.<sup>87</sup> A maioria desses varadouros foi construída por povos indígenas da região, já existiam no século XIX, e eram usados, principalmente, pelas populações de língua Pano.<sup>88</sup>

A bacia do Ucayali e do alto Madre de Dios eram abundantes em *Castilla elástica*<sup>89</sup>, árvore da qual também poderia ser extraída a borracha para suprir o mercado internacional, segundo as observações de La Condamine em 1736.<sup>90</sup> A *Castilla* possui diferenças significativas em relação à *Hevea* que foram decisivas na conformação de dinâmicas distintas de penetração e relação entre os exploradores e os rios. Na *Hevea brasiliensis*, o látex era encontrado na superfície do tronco, e, por essa razão, toda a manhã o seringueiro fazia cortes transversais rasos e instalava um pequeno recipiente para o látex escorrer pelas incisões e ser aparado pelo objeto, onde ficava depositado. Fazia isso em todas as árvores de sua estrada, e,

<sup>85</sup> *Ibidem.*, p. 37.

<sup>86</sup> *Ibidem.*, p. 38-42.

<sup>87</sup> BRANCO. Caminhos do Acre. *op. cit.*, p.208.

<sup>88</sup> *Ibidem.*, p.212-213.

<sup>89</sup> A *Castilla elástica* era abundante no vale do Ucayali e no alto Madre de Dios, estando presente em alta concentração no alto Purus e Juruá. Era mais rara nas áreas distantes das nascentes dos rios. Ver: TOCANTINS. *Formação História do Acre v. 2.op. cit.*, p.339.

<sup>90</sup> DEAN. *A Luta pela Borracha no Brasil.op. cit.*, p.32.

mais tarde, voltava com um recipiente maior para esvaziar os potes.<sup>91</sup> Esse processo era menos agressivo à árvore e poderia ser repetido por vários anos, o que fomentou a delimitação de propriedades e características mais sedentárias na atividade seringalista.

Já o látex na *Castilla elastica* é encontrado em células isoladas nas partes mais profundas do tronco, sendo necessário fazer cortes muito profundos, provocando a morte das árvores. Assim, os caucheiros tinham duas opções: não derrubar a árvore e fazer os cortes profundos ou derrubá-la e fazer incisões totais na árvore para extrair o látex. Ambas as modalidades de extração do caucho aniquilavam rapidamente os cauchais, sendo necessária a busca por novas áreas, proporcionando um modo de vida intensamente itinerante.<sup>92</sup> No final do século XIX, os peruanos adentraram o Purus e Juruá e também penetraram os rios da Colômbia e Equador, firmando alianças com alguns povos indígenas e escravizando ou massacrando brutalmente várias outras nações.

Quem emerge como proprietário principal de cauchais no Ucayali, na década de 1880, é Carlos Fermín Fitzcarrald. Nascido em 1862, filho de um marinheiro norte-americano com uma peruana, Fitzcarrald, em associação com uma firma brasileira, iniciou a exploração de cauchais no Ucayali em fins da década de 1870.<sup>93</sup> Em 1888, ele já era reconhecido em Iquitos como o mais importante proprietário do Ucayali, aviando proprietários menores, os *tenientes*, para exploração dos cauchais. Com extrema violência e também persuasão, conseguiu mobilizar diversos povos indígenas. Vários líderes Ashaninka aliaram-se a Fitzcarrald, reconhecido por muitos deles como encarnação do Inca Juan Santos Atahualpa, promovendo a destruição de populações contrárias à atividade dos caucheiros.<sup>94</sup>

Em 1894 os subordinados de Fitzcarrald conseguiriam estabelecer comunicação, por meio de varadouro, entre o rio Mishagua, afluente do Ucayali, e o Madre de Dios, firmando sociedade com a *Suarez Hermanos* e com Antônio Vacca Diez. Em 1896, já dispondo de uma frota de embarcações estabelecida na região e uma luxuosa mansão no alto Ucayali, Fitzcarrald conseguiria junto ao Ministério da Guerra, em Lima, o direito exclusivo de navegação dos rios Ucayali, Urubamba, Manu e Madre de Dios.<sup>95</sup> Segundo Ana Pizarro, a atividade econômica do “Rey Del Caucho” não se limitava ao látex. Geralmente nas correrias

<sup>91</sup> *Ibidem.*, p. 68.

<sup>92</sup> GRANERO & BARCLAY. *La Frontera Domesticada. op. cit.*, p.50-52.

<sup>93</sup> PIZARRO, Ana. *Amazonía: El Rio Tiene Voces*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2009. p. 107.

<sup>94</sup> IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. *Os Kaxinawá de Felizardo: Correrias, Trabalho e Civilização no Alto Juruá*. Brasília: Paralelo 15, 2010. p. 69.

<sup>95</sup> PIZARRO. *Amazonia. op. cit.*, p.108.; IGLESIAS. *Os Kaxinawá de Felizardo. op. cit.*, p.69.

(guerra contra os índios que não se submetiam), capturava mulheres e crianças que eram vendidas por preços que variavam entre 200 e 400 soles cada uma.<sup>96</sup> Fitzcarrald morreria em 1897, vítima de um naufrágio, mas seus *tenientes* continuariam o trabalho de busca por novos cauchais.

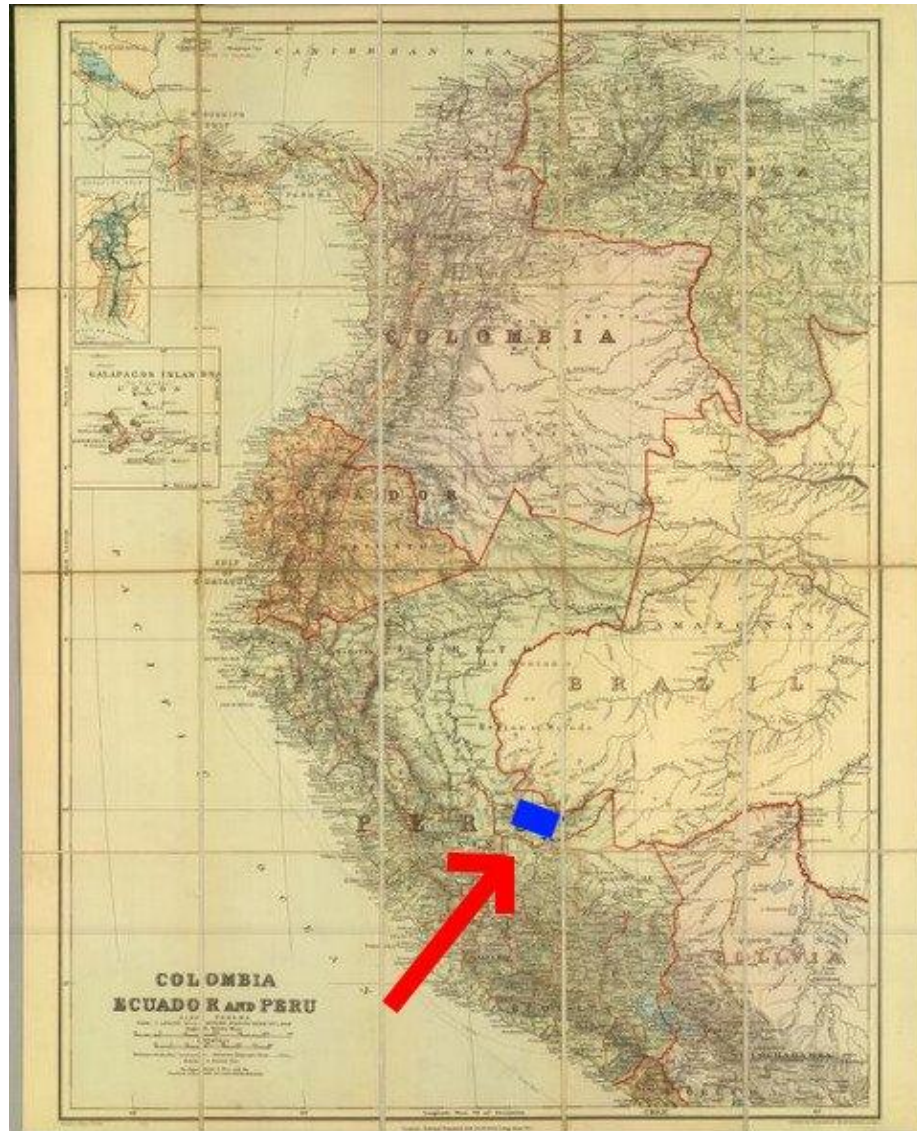
A entrada dos caucheiros nas bacias dos rios Purus e Juruá ocorreria graças ao *divortium aquarium*. Trata-se, como já mencionado, da área onde estão as nascentes dos principais rios de quatro bacias diferentes: Juruá, Purus Ucayali e Madre de Dios, uma verdadeira fronteira das águas. Área que, além de congregar trajetórias, corpos fluviais e interesses privados de grupos distintos, viria a se tornar foco da disputa política entre Brasil, Bolívia e Peru.

---

<sup>96</sup>PIZARRO. *Amazonia. op. cit.*, p. 107.



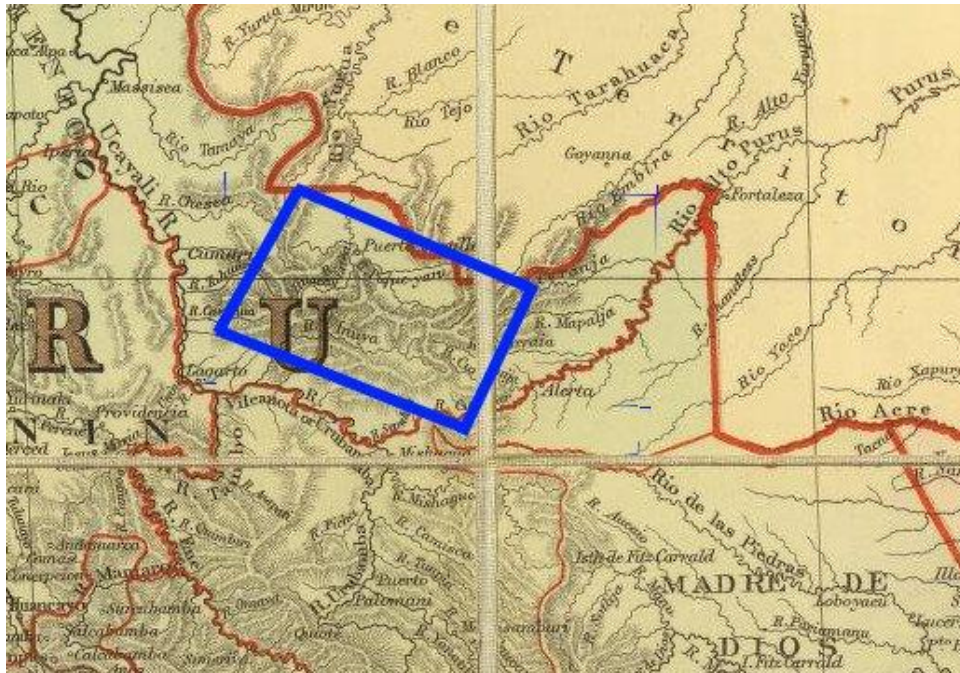
**Mapa 05:** *Divortium aquarum* das bacias do Purus, Juruá, Madre de Dios e Ucayali



O ponto em azul indica a área do *divortium aquarum* das bacias dos rios Ucayali, Madre de Dios, Purus e Juruá, quatro dos maiores formadores da bacia amazônica.

**Fonte:** STANFORD, Edward. Colombia, Ecuador and Peru, also Panamá (1922?). In: STANFORD, EDWARDS. *London Atlas Series*. London: Stanford's Geographical Establishment, 1922. Disponível em <http://www.davidrumsey.com/> Acesso em 15 de dezembro de 2015. Adaptado por André Vasques Vital

**Mapa 06:** Detalhe do *divortium aquarum* das bacias do Purus, Juruá, Madre de Dios e Ucayali



No detalhe em azul, a partir do mapa acima, o *divortium aquarum* das bacias dos rios Ucayali, Madre de Dios, Purus e Juruá. Adaptado por André Vasques Vital

Em 1899, já em plena vigência da “Questão do Acre”, a área do *divortium aquarum* seria ocupada pelos caucheiros e seus aliados, transformando-se em um complexo quartel general do caucho. O governo em Lima, tendo reconhecido a importância estratégica e político-econômica da área, ofereceu apoio militar para os caucheiros, visando ocupar militarmente também os rios Purus e Juruá. Seguindo a mesma tendência, o governo do Departamento de Loreto, em conjunto com as casas comerciais em Iquitos, ofereceu ajuda militar e financeira para a consolidação da presença peruana na região. O objetivo era explorar os cauchais no Purus e Juruá, garantir a ocupação peruana desses rios e a fundação de um governo local, conformando uma saída diplomática favorável de anexação do extremo oeste das bacias do Purus e Juruá.<sup>97</sup> Assim, diferente do que aconteceu no Brasil e na Bolívia, o governo central peruano teve papel mais relevante na ocupação dos caucheiros na área Purus-Juruá, consolidando a posição de Lima na disputa da área.

<sup>97</sup> IGLESIAS. *Os Kaxinawá de Felizardo*. op. cit., p. 69.

## 1.2 – Do transbordamento das tensões a conformação da fronteira Bolívia-Brasil-Peru

Na primeira metade da década de 1890, La Paz foi sacudida pela tentativa de golpe de estado contra o então presidente Aniceto Arce (1888-1892). Com o fracasso do golpe, várias lideranças do movimento foram condenadas ao exílio no rio Madre de Dios. Um dos exilados, o oficial do exército Juan Manuel Pando, passou a trabalhar para a *Suarez Hermanos*. Certo dia, Pando estava no povoado de Santo Antônio do Madeira, na margem direita do alto rio Madeira, no lado brasileiro da fronteira, quando encontrou um dos escritos do Coronel Labre, advogando sobre a necessidade da construção de uma estrada ligando a cidade de Lábrea ao baixo rio Beni. Surpreso com as coordenadas geográficas detalhadas contidas no folheto, até então desconhecidas para os bolivianos, Pando utilizou-se da obra e do patrocínio da *Suarez Hermanos* para percorrer o rio Acre em 1894, constatando o domínio dos brasileiros. Escreveu um detalhado relatório da situação e retornou a La Paz, sendo anistiado por “serviço de patriotismo”, tornando-se, posteriormente, presidente da Bolívia entre 1899 e 1904.<sup>98</sup>

Por vários motivos, o último lugar no cosmos nacional onde os olhares do governo brasileiro estariam, naquele momento, era o extremo oeste da bacia amazônica. Em 15 de novembro de 1889, um golpe de estado mandava a família real para o exílio e nascia a República dos Estados Unidos do Brasil. De 1889 até 1895, o país mergulhou em uma intensa crise política e econômica, sendo que, na maior parte desse tempo, a União esteve sob comando do Mal. Floriano Peixoto (1891-1894), que tomou para o seu governo a incumbência de consolidar a República e silenciar as oposições formadas por monarquistas e, principalmente, federalistas.<sup>99</sup> Rebeliões, principalmente de caráter federalista, explodiram pelo país, e muitos dos aprisionados foram condenados ao desterro justamente no interior do Amazonas. No sul, houve a Revolução Federalista (1893-1895), na Capital Federal ocorreram a primeira e a segunda Revolta da Armada (1891 e 1893-1894).<sup>100</sup> Se não bastasse, ainda haveria a Guerra de Canudos (1896-1897), assolando o interior do estado da Bahia, que, na prática, contribuiu para abater o moral do exército que enfrentou diversos reveses nas batalhas. Nesse ínterim, o governo brasileiro foi surpreendido com as pressões exercidas pela chancelaria boliviana.

<sup>98</sup> TOCANTINS. *Formação Histórica do Acre v. 1.op. cit.*, p. 143.

<sup>99</sup> Os federalistas defendiam a Constituição de 1891 que garantia maior autonomia dos estados. Já o governo do presidente Floriano Peixoto foi marcado por intervenções nos estados e maior centralização política, modelo que era bastante defendido no exército. Para mais detalhes sobre as instabilidades políticas desse período, Ver: FLORES, Elio Chaves. A Consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano I – O Tempo do Liberalismo Excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 47-88.

<sup>100</sup> *Ibidem*.

Não era prudente o governo brasileiro arriscar a possibilidade de um conflito diplomático, menos ainda um conflito armado. Na virada do século XIX para o XX, o Brasil sofria com uma grave crise econômica acompanhada da desvalorização da moeda e aumento do custo de vida.<sup>101</sup> O regime federalista, com a política dos governadores, ainda dava seus primeiros passos que seriam consolidados na presidência de Campos Sales (1898-1902). De acordo com o historiador Frank McCann, em termos de aparato humano para um conflito militar, o efetivo do exército chegava a 10 ou 15 mil homens, formados por soldados, em sua maioria, doentes e por oficiais mais preocupados em atuar no cenário político estadual e nacional.<sup>102</sup> Já Clodoaldo Bueno destaca que a marinha, após o turbulento período florianista, estava aniquilada e o Brasil figurava como a terceira força naval sul-americana atrás do Chile e da Argentina.<sup>103</sup> Para Rui Barbosa, o Brasil já corria o risco de se transformar no “doente da América do Sul”, “uma Turquia americana”, dada à sua fraqueza bélica marítima frente aos vizinhos.<sup>104</sup> Assim, inicialmente, o governo brasileiro deu todo o apoio possível a La Paz no que concerne a organizar alfândegas nos rios Acre, Purus, Iaco e Juruá independente de haver brasileiros na área. Assinou também um protocolo em 1895, se comprometendo a instituir, com aquele país, comissões de demarcação para confirmar o Tratado de Ayacucho.<sup>105</sup>

O governo do Amazonas, procurando defender seus interesses, havia organizado uma intendência municipal cuja área de abrangência era formada pelos rios Acre, Iaco e Purus, chamada de “Floriano Peixoto”.<sup>106</sup> Em dezembro de 1898, chegou à região a primeira delegação boliviana buscando estabelecer um governo, primeiramente no rio Acre, destituindo todas as autoridades brasileiras e instalando o posto aduaneiro de Puerto Alonso, passando a cobrar um imposto de 30% sobre a borracha transportada pelos rios Acre e Xapuri.<sup>107</sup> O imposto contrariou os proprietários seringalistas desses rios e causou prejuízos à arrecadação amazonense, de modo que os governadores José Cardoso Ramalho Júnior (1898-1900) e Silvério José Néri (1900-1904) passaram a incentivar e apoiar rebeliões no rio Acre,

---

<sup>101</sup> *Ibidem*.

<sup>102</sup> McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 115-126.

<sup>103</sup> BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu – 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 193.

<sup>104</sup> *Ibidem*.

<sup>105</sup> TOCANTINS. *Formação Histórica do Acre v. 1.op. cit.*, p. 163.

<sup>106</sup> *Ibidem*, p. 169.

<sup>107</sup> *Ibidem*, p. 171. McCANN. *Soldados da Pátria. op. cit.*, p. 122.

enquanto pressionavam os políticos na Capital Federal a agir contra a intervenção boliviana.<sup>108</sup>

Embora existisse uma organização municipal, ela era débil e quem mandava de fato no rio eram os proprietários seringalistas, que, até aquele momento, apoiavam a administração amazonense. A nova autoridade boliviana, com apoio irrestrito do presidente brasileiro Campos Salles (1898-1902) e do seu chanceler Dionísio Cerqueira, baixou decretos, organizou o município à revelia das elites seringalistas e subestimou o poder dos senhores dos rios, conquistando rapidamente a antipatia. Os aproximadamente 50 bolivianos que desembarcaram para a organização municipal, o fizeram no mês de dezembro de 1898, período da cheia do rio Acre. Os seringalistas aguardaram até abril de 1899, início do período de vazante dos rios, momento em que a navegação fluvial era mais difícil e quando os surtos de malária se intensificavam para lançar a primeira ofensiva.<sup>109</sup>

Vários proprietários seringalistas, dentre eles, Joaquim Victor da Silva, dono dos seringais Caquetá e Bom Destino, os mais ricos do rio Acre, entregaram a liderança da rebelião a José Carvalho, ex-funcionário da intendência de Floriano Peixoto. Efetuaram um cerco contra Puerto Alonso, expulsando as autoridades bolivianas sem um tiro.<sup>110</sup> Violentos surtos de malária e beribéri, que assolavam os bolivianos em Puerto Alonso, contribuíram para a rápida rendição.<sup>111</sup> Concomitantemente a esses eventos, houve um grave acontecimento que alarmou o governo brasileiro: a canhoneira norte-americana *Wilmington* navegou, sem permissão, as águas do Amazonas e Solimões, indo até Iquitos, no Peru. A canhoneira supostamente buscava uma proposta boliviana de acordo com os EUA para apoio diplomático e militar contra qualquer pretensão territorial brasileira no rio Acre. Embora Bolívia e EUA tenham desmentido a existência do acordo, as tensões entre Brasil e Bolívia se consolidaram envolvendo também outros países da região.<sup>112</sup>

O governo do Amazonas, antecipando possíveis consequências negativas da reorganização do município de Floriano Peixoto, apoiou Luiz Galvez Rodrigues de Árias, um aventureiro letrado, de origem espanhola, a declarar o Estado Independente do Acre, Purus e Iaco em julho de 1899. Embora o objetivo de Galvez fosse a anexação do novo país ao Brasil,

<sup>108</sup> BANDEIRA. *O Barão de Rothschild e a Questão do Acre. op. cit.*, p. 150-169.

<sup>109</sup> CARVALHO, José. *A Primeira Insurreição Acreana (documentada)*. Pará-Belém: Typ. De Gillet & Comp. 1904.

<sup>110</sup> *Ibidem*.

<sup>111</sup> BULCÃO, Soares. Subsídio para a História do Departamento do Alto Purus. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará*, Fortaleza, [s.n.]. 1940. p. 24.

<sup>112</sup> BANDEIRA. *O Barão de Rothschild e a Questão do Acre. op. cit.*, p. 150-169.

o governo brasileiro apressou-se em unir forças com a Bolívia por meio das embarcações do tipo “aviso de guerra”<sup>113</sup> *Tocantins e Jutahy*<sup>114</sup>, para depor Galvez como forma de assegurar o Tratado de Ayacucho e negociar diretamente com a Bolívia a resolução do problema. A anexação do Acre era completamente descartada pelo governo brasileiro, mas crescia o apoio da imprensa e da opinião pública a sua incorporação, aumentando a impopularidade do presidente Campos Sales.<sup>115</sup>

Em novembro de 1900, o governo do Amazonas e alguns proprietários do rio Iaco, notadamente Avelino de Medeiros Chaves (seringal Guanabara) e Arnaldo Machado (seringal Porangaba), apoiaram um grupo de intelectuais, dentre eles, João Barreto de Menezes, filho de Tobias Barreto, a montar uma expedição para lutar contra o governo boliviano no rio Acre. A “Expedição dos Poetas” como ficou conhecida, era composta por aproximadamente 100 homens, em sua maioria bacharéis animados com o que classificavam de “patriotismo” da população do rio Acre. Levavam consigo 20 homens da força policial do Amazonas, duas metralhadoras e um canhão. O advogado Laudelino Benigno, o médico Epaminondas Jacome e Deoclesiano Coelho de Souza, que posteriormente se converteriam em importantes nomes na política do Território Federal do Acre, participaram dessa expedição. Embora a ofensiva tenha angariado apoio do proprietário Joaquim Victor da Silva, ela foi derrotada pelas forças bolivianas em poucos dias.<sup>116</sup>

Mesmo que o governo brasileiro negasse qualquer interesse em anexar o Acre, o estrago diplomático provocado pela resistência local, apoiada pelo estado do Amazonas, foi grande. Diante da resistência seringalista em aceitar um governo boliviano no Acre, Santiago do Chile ofereceu apoio de sua marinha de guerra para fazer valer os direitos da Bolívia sobre a região.<sup>117</sup> Na prática, o governo chileno sinalizava disposição em adentrar o rio Amazonas com sua vitoriosa esquadra da Guerra do Pacífico, com ou sem permissão brasileira. A resolução era fruto das insatisfações do Chile, parceiro histórico do Império do Brasil, à política externa adotada nos primeiros anos da República, valorizando a aproximação com a

---

<sup>113</sup> Aviso de guerra é uma embarcação pequena ou média, de grande velocidade, que, por suas características, é dotada de pouco armamento.

<sup>114</sup> RIBEIRO, Napoleão. *O Acre e os Seus Heróis: contribuição para a história do Brasil*. 7 ed. Brasília, Senado Federal, 2008. p. 74.

<sup>115</sup> BANDEIRA. O Barão de Rothschild e a Questão do Acre. *op. cit.*, p. 150-169.

<sup>116</sup> RIBEIRO. *O Acre e os Seus Heróis. op. cit.*, p.86-94.

<sup>117</sup> O Chile na época contava com uma esquadra de trinta embarcações de guerra, com, pelo menos, dois encouraçados de geração recente. O Brasil contava com dezessete embarcações. Ver: GARCIA, Eugenio Vargas. A Diplomacia dos Armamentos em Santiago: o Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923. *Rev. Bras. Hist.* Rio de Janeiro, v. 23, n. 46, p. 173-200, 2003.

Argentina e apoiando medidas que causavam embaraços jurídicos ao Chile na completa definição de fronteiras pós-Guerra do Pacífico.<sup>118</sup> A ajuda chilena tinha o seguinte preço: a Bolívia deveria reconhecer formalmente que Arica, a única saída da Bolívia para o mar, estava perdida para sempre.

Mas o pior ainda estava por vir. O governo em La Paz, reconhecendo sua fragilidade em manter o controle sobre a área em litígio, e declinando da ajuda chilena, arrendou a região para um consórcio chamado *Bolivian Syndicate*, formado pelas empresas *Cary & Withridge*, *United States Rubber Company* e *Export Lumber*, envolvendo capital inglês, norte-americano e alemão em 11 de junho de 1901.<sup>119</sup> Este consórcio era uma *chartered company*, similar àquelas que operavam na Ásia e na África no início do processo de colonização daqueles continentes no século XIX e teria amplos poderes para administrar o Acre, cujo território nem possuía divisas bem definidas, segundo o direito internacional.<sup>120</sup> O estabelecimento deste consórcio poderia levar, no médio e longo prazo, à perda da soberania brasileira nos rios da bacia amazônica, e demonstrava que o Brasil não era de todo imune às pretensões imperialistas das grandes potências da época.

Na Capital Federal, os protestos se avolumaram frente aos riscos representados pelo *Bolivian Syndicate*, e o governo brasileiro começou a cogitar a hipótese de compra da área em litígio e sua anexação para impedir o arrendamento. Nesse momento, a chancelaria brasileira iniciou várias negociações com a Bolívia, as companhias envolvidas no consórcio, os EUA, a Inglaterra e a Alemanha. Essas negociações foram lideradas, inicialmente, por Olinto Magalhães e concluídas pelo Barão do Rio Branco.<sup>121</sup>

Em setembro de 1902, frente à grande vazante do rio Acre e, a um devastador surto de malária, que atingia os seringais e, especialmente, aos bolivianos em Puerto Alonso, os seringalistas dos rios Acre e Xapuri uniram forças, delegando a liderança de seus homens a Plácido de Castro. O agrimensor José Plácido de Castro, natural do Rio Grande do Sul, havia chegado naquele ano ao Acre e trabalhava no seringal Vitória, de propriedade do Coronel José Galdino de Assis Marinho. Teria ele demonstrado interesse em ajudar na luta contra o governo boliviano, e José Galdino convocou reunião com os proprietários locais no seringal Caquetá, de propriedade de Joaquim Victor da Silva para costurar as alianças para o novo

<sup>118</sup> VERA. El Acre y los “Assuntos Del Pacifico”. *op. cit.*, p.341-369.

<sup>119</sup> BANDEIRA. O Barão de Rothschild e a Questão do Acre. *op. cit.*, p. 150-169.

<sup>120</sup> BUENO. *Política Externa da Primeira República*. *op. cit.*, p. 310.

<sup>121</sup> BANDEIRA. O Barão de Rothschild e a Questão do Acre. *op. cit.*, p. 150-169.

levante. Ficou definido que o objetivo da rebelião seria expulsar o governo boliviano, decretar o Estado Independente do Acre e estender os seus limites até o rio Madre de Dios.<sup>122</sup>

Em pouco tempo as forças comandadas por Plácido de Castro (em torno de 1400 homens) expulsaram as tropas bolivianas e o conflito estendeu-se para além do igarapé Bahia, já em área dominada pela firma *Suarez Hermanos*. O Estado Independente do Acre foi novamente proclamado, com a confecção de hino e bandeira nacional. Contudo, Castro sinalizou a disposição do Estado independente em ser anexado ao Brasil. Por outro lado, as incursões bem sucedidas pelas forças de Plácido de Castro no rio Órton, rumo ao Madre de Dios, foram um sinal de que o estabelecimento de um Estado arrendado seria custoso, em termos financeiros, para o *Bolivian Syndicate*. A tensão entre Brasil e Bolívia, na virada de 1902 para 1903, atingiu o auge com a mobilização de tropas brasileiras e do exército boliviano, sob a liderança pessoal do presidente Juan Manoel Pando, para conter o avanço das forças de Castro. No entanto, o desastre boliviano nos combates favoreceu a diplomacia brasileira, pois La Paz reconheceu as dificuldades de vencer as elites do rio Acre e Xapuri.<sup>123</sup>

Sob o comando do Barão do Rio Branco, o Brasil conseguiu afastar a possibilidade de guerra com a Bolívia e as pretensões do consórcio firmando um acordo em fevereiro de 1903 com o *Bolivian Syndicate* através do pagamento de indenizações no valor de 114 mil libras esterlinas pela suspensão do contrato. Posteriormente o Brasil comprou o território em litígio com a Bolívia por 2 milhões de libras esterlinas, encerrando a contenda por meio da assinatura do Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903.<sup>124</sup> Imediatamente, o extremo oeste das bacias dos rios Purus e Juruá foi ocupado por forças militares brasileiras, frustrando o avanço de Plácido de Castro por dentro do território boliviano. Como a contenda entre Brasil e Bolívia ocorreu devido às rebeliões no rio Acre, a área englobando até mesmo o rio Juruá, passou a ser conhecida oficialmente pelo governo brasileiro como “Território do Acre”.

Entretanto, a Questão do Acre não estava encerrada e passaria a adquirir contornos mais graves depois da assinatura do Tratado de Petrópolis. O Peru não reconheceu o tratado por considerar que a área Juruá-Purus era sua. Lima subiu o tom com La Paz sobre a delimitação de fronteiras na região do lago Titicaca, enquanto apoiava militarmente a expansão dos caucheiros nos rios Juruá, Purus e Putumayo, no Equador. Em 1903, Lima conseguiu firmar aliança defensiva com Buenos Aires de modo a confrontarem o Brasil e o

<sup>122</sup> RIBEIRO. *O Acre e os Seus Heróis*. op. cit., p.103-143.

<sup>123</sup> BANDEIRA. *O Barão de Rothschild e a Questão do Acre*. op. cit., p. 150-169.

<sup>124</sup> *Ibidem*.



Chile. O apetite territorial do governo argentino, no entanto, dirigia-se tanto para a região da Patagônia, na fronteira com o Chile, quanto para a região de Santa Cruz de La Sierra na Bolívia.<sup>125</sup>

No rio Iaco, pouco foi sentida a ocupação boliviana dos rios Acre e Xapuri, a não ser pela pressão exercida contra as nações indígenas que viviam na margem direita do alto Iaco, alvos de violentas correrias<sup>126</sup> promovidas por bolivianos vindos do interior.<sup>127</sup> Tampouco parecia haver simpatia pela administração amazonense, embora alguns proprietários locais tenham apoiado a Expedição dos Poetas. A cobrança de impostos sobre a borracha em postos aduaneiros estaduais era vista como prática de extorsão que não se convertia em benefício para os proprietários, sendo impopular, ao menos no Iaco e alto Purus.<sup>128</sup>

Os proprietários do rio Iaco e alto Purus tinham outras preocupações em sua própria área de atuação. Alguns proprietários, como apontamos, envolveram-se na Expedição dos Poetas. Durante a revolta liderada por Plácido de Castro, alguns proprietários iacoaras contribuíram aviando mercadorias e relevando a dívida de alguns fregueses (seringueiros) que, estabelecidos no interior da margem direita do Iaco e mais próximos ao rio Acre, abandonaram seus postos para lutar contra os bolivianos.<sup>129</sup> Contudo, desde 1899, o alto Purus e o Iaco eram percorridos por caucheiros peruanos vindos do *divortium aquarum* e liderados por Leopoldo Collazos e, depois, por Carlos Scharff, sendo guarnecidos por centenas de índios Ashaninka, Piro e Amahuaca do rio Ucayali.

A relação entre seringalistas e caucheiros, embora permeada por desconfianças, era positiva no início. Como não havia interesse dos seringalistas em explorar cauchais, os caucheiros entravam e saíam dos seringais sem serem importunados, desde que não provocassem estragos nos varadouros. A extrema violência praticada pelos peruanos contra as nações indígenas também era bem vinda pois poupava trabalho aos seringalistas. Em alguns casos, peruanos e brasileiros uniam-se em correrias.<sup>130</sup> O problema é que os barões do caucho aviavam diversas mercadorias com proprietários locais e, valendo-se de sua força de combate e do apoio velado do governo peruano, não quitavam as dívidas.

<sup>125</sup> *Ibidem.*; VERA. El Acre y los “Assuntos Del Pacífico”. *op. cit.*, p. 341-369.

<sup>126</sup> Correria é o nome dado às expedições contra povos indígenas no Acre, nesse período.

<sup>127</sup> BULCÃO. Subsídio para a História do Departamento do Alto Purus. *op. cit.*, p. 21.

<sup>128</sup> *Ibidem.*, p. 19.

<sup>129</sup> *Ibidem.*, p. 39.

<sup>130</sup> IGLESIAS. *Os Kaxinawá de Felizardo*. *op. cit.*, p. 73-91.

No seringal Oriente, de propriedade da viúva conhecida como “Dona Aurora”, na confluência dos rios Purus e Chandless, Carlos Scharff fez inúmeras dívidas, provocando os primeiros confrontos armados.<sup>131</sup> Com a ajuda de forças militares enviadas pelas autoridades de Iquitos, Scharff estabeleceu-se em Oriente em 1903, avançando e dominando seringais no Purus, enquanto era instalado um posto aduaneiro do governo peruano. Seringalistas do alto (rio) Purus se uniram e conseguiram derrotar as forças de Scharff. No entanto, no início de 1904, Scharff retornaria com um contingente maior de soldados, índios e caucheiros, promovendo um violento massacre contra brasileiros no Purus.<sup>132</sup> Os seringais Sobral, Funil e Cruzeiro foram os mais atingidos: matanças, estupros e torturas foram cometidos contra seringalistas e seringueiros.<sup>133</sup> Essa ofensiva teve repercussão na Capital Federal, sendo noticiada pelo *Jornal do Commercio* e *O Paiz*. Em abril de 1904, os seringalistas do Purus e Iaco expulsariam novamente as forças peruanas do rio Purus.<sup>134</sup>

Durante a contenda com a Bolívia o governo peruano esforçou-se para que o Brasil resolvesse a Questão do Acre em uma negociação envolvendo os três países. O Barão do Rio Branco rejeitou as investidas diplomáticas de Lima que, em resposta, autorizou a ocupação militar dos rios Purus e Juruá em fins de 1902, dando prosseguimento à política de expansão peruana. Diante do avanço militar de Lima sobre as partes altas do sistema Purus-Juruá, o presidente Rodrigues Alves (1902-1906) ordenou a mobilização de um efetivo superior a 500 homens para a área conflagrada e bloqueou a subida de vapores pelo Amazonas com destino ao Departamento de Loreto. A apreensão de dois vapores ingleses carregados de armas e munição com destino a Iquitos elevou mais as tensões entre Brasil e Peru.<sup>135</sup>

<sup>131</sup> BULCÃO. Subsídio para a História do Departamento do Alto Purus. *op. cit.*, p. 42.

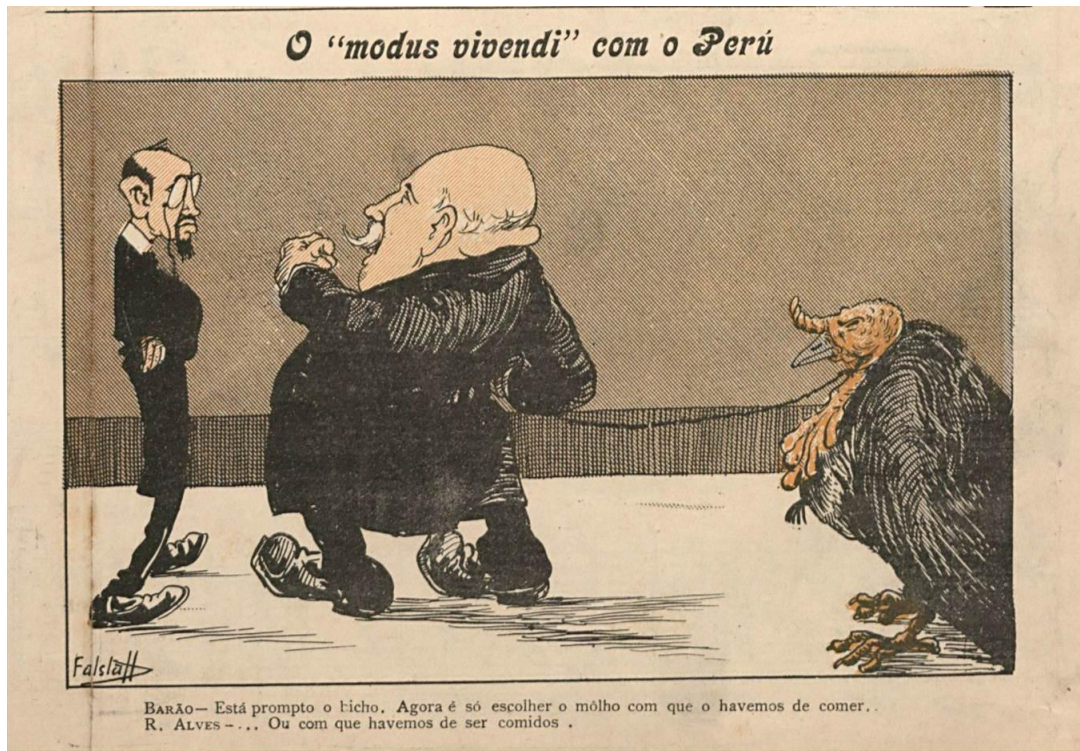
<sup>132</sup> *Ibidem.*, p. 42-44.; TOCANTINS. *Formação Histórica do Acre* v. 2. *op. cit.*, p.360-361.; IGLESIAS. *Os Kaxinawá de Felizardo*. *op. cit.*, p. 69.

<sup>133</sup> BULCÃO. Subsídio para a História do Departamento do Alto Purus. *op. cit.*, p. 44.; IGLESIAS. *Os Kaxinawá de Felizardo*. *op. cit.*, p. 73-91.

<sup>134</sup> IGLESIAS. *Os Kaxinawá de Felizardo*. *op. cit.*, p. 69.

<sup>135</sup> BANDEIRA. O Barão de Rothschild e a Questão do Acre. *op. cit.*, p. 150-169.

### Charge 01: O “Modus Vivendi” com o Peru



**Fonte:** O MALHO. O “modus vivendi” com o Perú. Rio de Janeiro, 23 de julho de 1904. p. 4. Acervo FBN.

A guerra parecia inevitável nos primeiros meses de 1904 e ganhou dimensão continental. O Congresso peruano autorizou um empréstimo para a compra de armamentos e encomendou canhões da empresa alemã Krupp. Na Europa circulavam informações de que Lima autorizou a ocupação, via Juruá e Purus, de várias cidades amazonenses, incluindo Manaus, enquanto uma ampla mobilização militar era decretada e batalhas ocorriam entre seringueiros e caucheiros no Juruá. Já o ministro da guerra, marechal Francisco de Paula Argollo, foi instado a mobilizar um contingente de tropas do exército para o Amazonas com condições suficientes para invadir e dominar o rio Ucayali, única via de comunicação entre Lima e a área em litígio.<sup>136</sup>

No *front* diplomático, o governo peruano clamou pela ajuda militar dos EUA. O chanceler Javier Prado y Ugarteche declarou que o Peru poderia se submeter a protetorado

<sup>136</sup> *Ibidem.*

dos EUA em troca dessa ajuda.<sup>137</sup> Por outro lado, o ministro da guerra brasileiro conseguiu firmar uma aliança militar secreta com o Equador, que também tinha problemas de fronteira com o Peru.<sup>138</sup> Já a chancelaria sob comando do Barão do Rio Branco, velho conhecido da chancelaria chilena no tempo do Império, conseguiu dissolver as desconfianças de Santiago que passou a vislumbrar a possibilidade de aliança militar Chile-Brasil em caso de guerra contra o Peru e a Argentina devido a questões de fronteira na região da Patagônia.<sup>139</sup>

O governo dos EUA, no entanto, se negou a participar da contenda entre Brasil e Peru, devido à modificação de sua política externa para a América Latina, frustrando assim, os planos do governo peruano em confrontar o Brasil.<sup>140</sup> A intimidação gerada pela mobilização de tropas brasileiras também fez com que Lima buscasse diminuir as tensões assinando o *modus vivendi* com o Brasil em 12 de julho de 1904. Em novembro de 1904 ocorreu a Batalha do Rio Amônia, no alto Juruá, na qual tropas brasileiras venceram as tropas peruanas estacionadas nesse rio, o que reforçou a posição brasileira.<sup>141</sup> Contudo, somente em 08 de setembro de 1909, durante uma nova intensificação das questões de fronteira envolvendo Bolívia e Peru, o Brasil assinou um tratado secreto com Lima que colocava fim à Questão do Acre.<sup>142</sup> As fronteiras foram definidas, mas de modo algum isso significou o fim da atividade dos caucheiros peruanos, especialmente no Juruá que permaneceu intensamente ativa até meados da década de 1910.<sup>143</sup>

---

<sup>137</sup> *Ibidem.*

<sup>138</sup> *Ibidem.*

<sup>139</sup> A mudança de atitude de Santiago em relação ao Brasil ocorreu principalmente devido às pretensões da Argentina e pela possibilidade de ingerência dos EUA na América do Sul. Ver: VERA, op. cit., 2008, p.341-369.

<sup>140</sup> O período de intervenções e formação de protetorados na América Latina chegou ao fim, especialmente após o bloqueio marítimo de países europeus à Venezuela em 1902. Havia receio de que a Doutrina Monroe fosse desrespeitada devido à política dos EUA de intervenção direta na região, o que representava uma contradição à própria doutrina. Conformou-se a ideia no Congresso Americano de que era possível garantir o domínio sobre a América Latina de outras formas, mantendo a independência política dos países, ao mesmo tempo garantindo a supremacia e precedência dos EUA sobre a região. Essa mudança de orientação política teria sido fundamental para o sucesso brasileiro na Questão do Acre. Ver: GARCIA. *Território e Negócios na "Era dos Impérios"*. op. cit., p.205-211.

<sup>141</sup> TOCANTINS. *Formação Histórica do Acre v. 2, op. cit.*, p. 396-405.

<sup>142</sup> BANDEIRA. O Barão de Rothschild e a Questão do Acre. op. cit., p. 150-169.; TOCANTINS. *Formação Histórica do Acre v. 2, op. cit.*, p. 422-439.

<sup>143</sup> IGLESIAS. *Os Kaxinawá de Felizardo. op. cit.*, p. 72.

### 1.3 - A trindade seringalistas-doenças-rios na desmilitarização do Território do Acre

A ocupação militar dos rios Acre, Iaco, Purus e Juruá foi acompanhada de medidas tomadas pelo governo brasileiro no sentido de organizar uma administração no que passou a ser chamado de “Território Federal do Acre”. Em 25 de fevereiro de 1904, o presidente Rodrigues Alves sancionou o decreto n. 5.188 organizando o executivo e o judiciário do Território do Acre, rechaçando as pretensões do governo do Amazonas em anexar a área ao torná-la um território federal.<sup>144</sup> Pelo decreto, o Território Federal do Acre seria subdividido em três departamentos administrativos independentes um do outro: Departamento do Alto Acre, Departamento do Alto Purus e Departamento do Alto Juruá (em 1912 seria fundado o quarto Departamento: Tarauacá, área desmembrada do Juruá). O Departamento do Alto Purus compreenderia “a região regada pelo Yaco ou Hyuaco e pelo Alto Purus com todos os outros afluentes deste, inclusive o Chandless, o Curanja e o Curiúja, até as cabeceiras dos mesmos rios (...)”.<sup>145</sup>

Os três departamentos seriam governados por prefeitos nomeados pelo Presidente da República, dispondo de poderes quase ditatoriais. Eles podiam exercer o papel de chefe de polícia e poderiam estabelecer a divisão administrativa judicial dos departamentos.<sup>146</sup> O Governo Federal passou também a cobrar imposto sobre a borracha exportada e regularia anualmente, por votação no Congresso, a dotação orçamentária para os departamentos. As medidas adotadas pela União, pelo menos, em um primeiro momento, foram pautadas pela tentativa de uma gestão militar dos rios.

Esse plano, no entanto, fracassou por diversos motivos. Primeiro porque muitos oficiais não demonstravam entusiasmo com a anexação da área ao Brasil e menos ainda tinham empatia pelos habitantes brasileiros que lá viviam. Parte dos oficiais do exercito deixou explícita a sua aversão aos seringalistas e seringueiros do Acre logo que chegaram à região. Plácido de Castro assim se referiu à expedição do General Olimpio da Silveira,

<sup>144</sup> O governo amazonense ainda tentaria reivindicar na justiça a anexação do Território do Acre ao Amazonas, mas não teria sucesso. Ao longo das décadas de 1900 e 1910, era comum as elites seringalistas amazonenses protestarem nos jornais sobre a criação do Território Federal do Acre, apontado como “feudo da União” ou “área usurpada pelo Governo Federal”.

<sup>145</sup> BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, MINISTRO J.J.SEABRA. Relatório dos anos de 1903 e 1904 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em março de 1904. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. p. 520.

<sup>146</sup> *Ibidem*. p. 519-526.

primeiro oficial designado pela União para ocupar militarmente o Acre sob o cargo provisório de “Governador do Acre Meridional”:

Em março segui para “Xapuri” e me dispunha a ir novamente ao “Thauamano”, quando tive notícia de que por aqueles dias chegariam ao Acre as forças do exército brasileiro. Deixando em “Xapuri” o Coronel José Brandão, desci para “Porto Acre”, afim de receber o general brasileiro, que era o Sr. Olimpio da Silveira. Recebi-o da melhor forma. Deu-me a ler alguns jornais do Rio pelos quais soube que vinha ele assumir o governo do Acre por nós conquistado; entretanto, pessoalmente nada me disse. Passando por “Porto Acre” não quis deter, mas em data de 2 ou 3 de abril publicou uma proclamação, dizendo assumir o governo daquela região.

Fingindo não compreender o quanto aquele ato ofendia a minha autoridade, baixei um decreto entregando-lhe aquela parte do território, transferindo o meu governo para “Xapuri” e a alfândega para “Capatará”.

Todo o Exército Brasileiro ali estava raivoso contra mim; dia e noite murmuravam os oficiais, como bem ensaiadas carpideiras; uns diziam que por minha culpa estavam ali *sofrendo*, outros se queixavam por haver deixado as suas famílias, outros ainda, como o Major Alcino Braga diziam: “Isto é ultra-boliviano”. Transformaram-se em professores da Constituição e começaram sem o menor escrúpulo, a implantar a indisciplina, que os caracterizava, entre os meus soldados, dizendo-lhes que eu era paisano (cidadão para eles sinônimo de cachorro) e, como tal, os não podia comandar e muito menos os obrigar ao serviço militar, e que fossem queixar ao General Olimpio, que daria providências. Entretanto, esse exército não tinha serviço de observação e reconhecimento. O seu acampamento era o atestado da inépcia dos seus chefes. As bocas de fogo estavam voltadas para o rio, que era navegado por embarcações nacionais, e com as culatras para o varadouro que conduzia a Bolívia, distante apenas 50 metros.<sup>147</sup>

A postura do exército brasileiro, indicada por Plácido de Castro, guardava indícios do que alguns oficiais pensavam a respeito da Questão do Acre e do suposto patriotismo dos seringalistas locais. A imprensa na Capital Federal alardeou em favor dos brasileiros no rio Acre, apontados, muitas vezes, como homens abandonados à própria sorte que lutaram contra o estrangeiro para figurarem no seio da própria pátria.<sup>148</sup> Mas no meio militar alguns oficiais tinham uma visão mais pragmática: os supostos brasileiros patriotas do rio Acre não passavam de invasores do território boliviano que quase levaram o Brasil a um conflito armado de consequências inimagináveis. A expressão “isto é ultraboliviano” significava que o

<sup>147</sup> PLÁCIDO DE CASTRO, José. Apontamentos sobre a Revolução Acreana. In: CASTRO, Genesco de. *O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro (Excerptos Historicos)*. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998. p. 54-55.

<sup>148</sup> COUTO, Felipe Rabelo. A Opinião Pública Carioca e a Questão da Incorporação do Acre ao Brasil (1898-1903). *Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em [http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338315410\\_ARQUIVO\\_Artigo.FelipeRabeloCouto.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338315410_ARQUIVO_Artigo.FelipeRabeloCouto.pdf) Acesso em 2 de julho de 2014.

rio Acre era da Bolívia e sua anexação ao Brasil era uma injustiça contra seu desafortunado vizinho.<sup>149</sup>

Em 22 de agosto de 1903, ou seja, poucos meses antes da assinatura do Tratado de Petrópolis, o Capitão de Mar e Guerra José Carlos de Carvalho, que esteve no Acre em serviço de demarcação de fronteiras com a Bolívia, teceu duras críticas ao estado do Amazonas e aos seringalistas da região em uma conferência pública realizada na sede da Associação de Empregados do Comércio do Rio de Janeiro. Para Carvalho, a boa fé da imprensa e do Governo Federal estava sendo explorada com fins “menos patrióticos” pelo governo do Amazonas, criando questões de limites e conflitos entre o Brasil, a Bolívia e o Peru, com riscos de comprometer a imagem do Brasil como “nação leal e justa”. Ele ainda aproveita para criticar o regime republicano brasileiro:

Estamos em 1903, e os “Estados Unidos do Brasil” parecem reconhecer o direito de bandos armados, que se organizaram no seu território, levantaram uma bandeira de guerra e invadiram a Bolívia por entender-se agora no Brasil que o direito das gentes natural e pelo moderno é nos apoderarmos da navegação de todo o rio Acre, das riquezas naturais desse vale como patrimônio comum a sua bandeira e a do “Estado Independente do Acre” fundado em 26 de janeiro de 1903! Oh, senhores, como se vai compreendendo a - Ordem e Progresso – da bandeira da República!<sup>150</sup>

É muito provável que a visão dos brasileiros no Acre como “bandos armados” ganhasse mais força, gerando antipatia no meio militar, devido à lembrança do antagonismo entre elites locais, defensoras de uma política federalista, ou seja, descentralizadora, concedendo plena autonomia aos estados, e outra centralizadora, como queria o então ex-presidente Floriano Peixoto. Fato é que a ação do governo amazonense, no sentido de forçar a anexação do Acre, era diretamente fruto de uma política de autonomia que tinha como princípio básico o desprezo com os desdobramentos políticos a serem resolvidos pelo Governo Federal. Segundo Sylvio Ferreira, o que realmente importava para o estado do

---

<sup>149</sup> Leandro Tocantins observa que o Barão do Rio Branco ficou incomodado com a forma vagarosa e com pouco resguardo com que o Ministério da Guerra mobilizou forças para a Amazônia, pela possibilidade de conflito com a Bolívia e o Peru, a ponto de enviar várias cartas de tom pessimista para o Marechal Argolo, então Ministro da Guerra, na esperança de mudar a postura do exército nesse momento. Tocantins atribui essa postura à “índole cordial” e “tradicional boa-fé do brasileiro”. No entanto, consideramos mais viável a hipótese dos oficiais estarem reticentes ou até resistentes à possibilidade de guerrear contra a Bolívia e o Peru pelo motivo de anexação do Acre. Ver: TOCANTINS. *Formação Histórica do Acre* v. 2. *op. cit.*, p. 375.

<sup>150</sup> CARVALHO. *O Acre. op. cit.*, p. 6.

Amazonas, nesse momento, era a economia da borracha, grande alicerce político da oligarquia amazonense em âmbito nacional.<sup>151</sup>

Durante o Congresso Constituinte de 1891, duas posições nortearam os debates: os unionistas defendiam maior centralização e poder fiscal da União, significando maior poder político para o Governo Federal, e os federalistas, que defendiam a autonomia dos estados, incluindo a questão da discriminação das rendas estaduais. De acordo com Sylvio Ferreira, os representantes do Amazonas adotaram postura localista, defendendo especialmente a autonomia fiscal dos estados e maior arrecadação com impostos de importação e exportação. A visão corrente era que a fragilidade política amazonense em relação à União (dominada, especialmente, pelas elites paulistas) deveria ser compensada com maior poder econômico a partir do monopólio da extração da borracha. A Questão do Acre, assim, era parte do jogo político-oligárquico do governo amazonense.<sup>152</sup> Ou seja, a anexação dessa área afirmava-se como consequência direta de uma política oligárquica que representava exemplo máximo do que os republicanos contrários ao federalismo rejeitavam.

O discurso do Capitão José Carlos de Carvalho aponta também para uma opinião corrente no meio militar e que ecoava no Congresso Nacional: a anexação do Acre ao Brasil era um ato imperialista. Segundo Leandro Tocantins<sup>153</sup>, o então senador paraense Lauro Sodré, por exemplo, foi contra a anexação. Durante a votação do Tratado de Petrópolis, Sodré subiu a tribuna para criticar a política imperialista do Barão do Rio Branco e lamentou que, com a anexação do Acre, o Brasil igualava-se à França, à Inglaterra e aos EUA, países que estavam no auge das conquistas territoriais. Lembrou que as potências da Europa e os EUA eram economicamente mais prósperas e tinham poderosas forças navais e militares. Para Sodré, o Brasil ao imitar as grandes potências com seu “imperialismo de última hora, torna-se ridículo”.<sup>154</sup> Outros políticos e militares escreveram artigos na imprensa deplorando o Tratado de Petrópolis, classificando-o como “tão bárbaro quanto à conquista”, “desastre nacional” e “ato de polonização da Bolívia”.<sup>155</sup>

<sup>151</sup> Sobre a postura agressiva da oligarquia amazonense frente aos seus interesses ligados à autonomia estadual e à economia da borracha na virada do século XIX para o XX, ver: FERREIRA, Sylvio Mário Puga. *Federalismo, Economia Exportadora e Representação Política: o Amazonas na República Velha (1889-1914)*. Manaus: EDUA/FAPEAM, 2007. p. 181-211.

<sup>152</sup> *Ibidem.*

<sup>153</sup> TOCANTINS. *Formação Histórica do Acre v. 2. op. cit.*, p. 285-290.

<sup>154</sup> *Ibidem.*, p. 290.

<sup>155</sup> O termo “polonização da Bolívia” fazia referência a Partilha da Polônia entre o Império Russo, o Império Austro-Húngaro e a Prússia em 1772. Ver: *Ibidem.*, p. 285-287.



Do outro lado, a impressão entre os seringalistas do rio Acre e também do Iaco, Purus, Juruá e Tarauacá em relação ao governo brasileiro era péssima devido à falta de apoio ao movimento de rebelião no rio Acre. Em seu livro de memórias, Alfredo Cabral, que trabalhava em um seringal do rio Tarauacá na época do conflito, menciona da seguinte forma a posição da União frente aos rebelados no rio Acre: “o governo cruzou os braços sem o menor auxílio, sem enviar pelo menos um paneiro de farinha e uma saca de açúcar para o chibé daquela gente”.<sup>156</sup> Mas o clima piorou, especialmente no rio Acre, quando as tropas sob as ordens de Olimpio da Silveira confiscaram uma embarcação de guerra boliviana tomada pelos rebelados do Acre e mais de 300 rifles utilizados pelos seringueiros supostamente a mando do Ministério da Guerra. Plácido de Castro e as principais lideranças do movimento protestaram, argumentando que a embarcação era um monumento da resistência seringalista. Castro denunciou na Capital Federal que as tropas brasileiras saquearam suprimentos de guerra, efetuaram a prisão de proprietários e trataram com cordialidade as tropas bolivianas, o que aumentou a indignação dos seringalistas.<sup>157</sup>

As denúncias de Plácido de Castro desagradaram tanto o Governo Federal quanto o Ministério da Guerra pois representava um fator desagregador no momento em que as tensões com o Peru ainda estavam elevadas. Esse evento levou à exoneração de Olimpio da Silveira como Governador do Acre Meridional.<sup>158</sup> Em seu lugar foi nomeado o primeiro prefeito do recém-criado Departamento do Alto Acre, o Cel. Raphael da Cunha Matos. Em setembro de 1904, chegariam aos rios Iaco e Juruá, respectivamente, o Gen. José Siqueira de Menezes e o Cel. Gregório Thaumaturgo de Azevedo, com a incumbência de comandar as tropas federais contra as investidas peruanas e erigir as capitais dos recém-fundados departamentos do Alto Purus e do Alto Juruá.<sup>159</sup> Nesse momento, a Capital Federal continuava a reforçar a segurança da área com o envio de tropas. A marinha formou a Divisão Naval do Norte, que ficou composta por alguns avisos de guerra do estado do Amazonas e por três embarcações federais: o couraçado *Floriano*, o cruzador-torpedeiro *Tupi* e o caça-torpedeiro *Gustavo Sampaio*.<sup>160</sup>

<sup>156</sup> CABRAL, Alfredo Lustosa. *Dez anos no Amazonas (1897-1907)*. 2. Ed. João Pessoa: Escola Industrial de João Pessoa, Curso de Encadernação e Tipografia, 1989. p. 53.

<sup>157</sup> PLACIDO DE CASTRO. Apontamentos sobre a Revolução Acreana. *op. cit.*, p.54-59.

<sup>158</sup> BARROS. *Nos Confins do Extremo Oeste*. 1. *op. cit.*, p. 27.

<sup>159</sup> RANZI. *Raízes do Acre*. *op. cit.*, p.251-252.

<sup>160</sup> BRASIL, MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Contra-Almirante Julio Cesar de Noronha, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903. p. 12.

Com a área militarizada, os primeiros prefeitos militares lançaram mão, inicialmente, de formas bastante autoritárias de poder sobre os departamentos. O mais célebre caso foi do Cel. Gregório Thaumaturgo de Azevedo. Tendo ao seu dispor um contingente superior a duzentos homens do 15º Batalhão de Infantaria, Azevedo, em um primeiro momento, tentou exercer o poder no Departamento do Alto Juruá com mãos de ferro. Ostentou em seu primeiro relatório para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores uma série de medidas radicais e um discurso agressivo voltado contra a elite seringalista do Juruá. Uma delas foi a “Lei do Trabalho” (Decreto 15, de 15 de dezembro de 1904), que tinha como objetivo explícito acabar com o sistema de aviamentos ou com a escala “o trabalhador explora a seringa, o patrão explora o trabalhador, e os comerciantes do Pará e Manaus exploram os padrões”.<sup>161</sup> Regulamentava as horas de trabalho, a renda, obrigações e direitos de seringalistas e seringueiros, além de obrigar a formulação de contratos de trabalho anuais assinados pelos seringueiros. Essa lei também instituiu a obrigatoriedade dos seringueiros em trabalhar com pequenos roçados nos barracões e incentivava o plantio de seringueiras e sua proteção. Em 24 de dezembro Azevedo assinou o decreto número 16, tornando todos os rios do Departamento de “domínio público”, dando sinal verde para a ação dos regatões, que comercializavam a preços menores.<sup>162</sup> Essa lei, em suas próprias palavras, era uma afronta ao poder exercido pelos seringalistas:

De modo que os ocupantes de terras, uma vez aprovadas a demarcação pelo governo estadual, julgam-se senhores absolutos, verdadeiramente feudais, do domínio desenhado, e falso, na sua planta, incluindo os rios e igarapés que lhes banham as propriedades. E assim, proibiam a entrada a estranhos, particularmente aos “regatões”, prendendo-os, espancando-os ou matando-os.<sup>163</sup>

Azevedo ainda relata ter prendido vários dos mais poderosos e temidos proprietários mostrando disposição para confrontar as elites locais:

Fui encontrar os seringais na posse de verdadeiros senhores feudais, dispondo ao seu talante dos homens e mulheres domiciliados em suas terras. O “tronco” era uma instituição. Extinguira-se em 1888 o cativo dos negros, mas imperava ainda escandalosamente a escravatura branca, no regime do trabalho e dos castigos. Os índios eram perseguidos, massacrados e vendidos. Tal era situação ao chegar aquelas paragens.

---

<sup>161</sup> PREFEITURA DO ALTO JURUÁ. *Primeiro relatório semestral apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Coronel do Corpo de Engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Prefeito do Departamento*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. p. 6.

<sup>162</sup> *Ibidem.*, p. 9.

<sup>163</sup> *Ibidem.*

Informei-me devidamente, ouvi queixosos de toda a espécie e, sem detença, fiz prender alguns dos mais poderosos e temidos desses acusados para mostrar aos demais que a ação da justiça começava pelos ricos e não pelos deserdados da sorte. Este meu passo, causando alarma e estupefação teve o merecimento de chamar a ordem os extraviados e impedir novos crimes.<sup>164</sup>

Embora o prefeito do Alto Juruá tenha optado pelo confronto direto com as elites seringalistas, ele parecia ter plena ciência dos riscos que corria com essas ações. Ele alertou, nesse mesmo relatório, sobre a necessidade de manutenção de uma força do exército estacionada na região para realizar o policiamento, além de guarnecer a fronteira.<sup>165</sup>

Sua recomendação ao Governo Federal, todavia, não foi ouvida. Já no relatório do primeiro semestre de 1906, ou seja, no ano seguinte, a linguagem agressiva direcionada aos seringalistas e a imagem dos horrores do domínio dos senhores dos rios deu lugar a um discurso bem mais dócil e otimista. O Departamento do Juruá, com a sua capital, Cruzeiro do Sul, emerge no relatório de 1906 como um lugar onde o ‘progresso’ e a ‘civilização’ se faziam presentes, estando a área pronta para tornar-se mais uma unidade autônoma dentro da federação.

Os funcionários trabalham com pontualidade e aprazimento, sendo as suas nomeações feitas por concurso público; os juízes de paz familiarizaram-se com as suas atribuições; o número de escolas públicas duplicou, subsidiadas pela prefeitura quadruplicou; a imprensa oficial funciona a contento; a alimentação melhorou consideravelmente (...) a capital do Departamento vai num progresso desusado, borbulhando a vida por todos os recantos; as construções particulares de Cruzeiro do Sul assumiram proporções avantajadas; entrou em vigor o serviço postal; o trabalho regional – relações entre proprietários e trabalhadores – está sensivelmente aperfeiçoado; os negócios comerciais, que se efetuavam desordenadamente, legalizaram-se (...) a higiene melhorou; o comércio desenvolveu-se, a população aumenta e todos, ansiosos, aguardam a autonomia estadual do território.<sup>166</sup>

Em pouco mais de seis meses o Departamento do Alto Juruá, de lugar de desordem e domínio seringalista, teria se tornado uma área próspera, na qual até mesmo as relações de trabalho foram modificadas por força da autoridade da prefeitura. E Gregório Thaumaturgo de Azevedo ainda passou a apoiar em relatório oficial a aspiração de autonomia estadual do território!

<sup>164</sup> *Ibidem.*, p. 20.

<sup>165</sup> *Ibidem.*

<sup>166</sup> PREFEITURA DO ALTO JURUÁ. *Relatório primeiro semestre de 1906*: apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Felix Gaspar de Barros e Almeida, Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Coronel do Corpo de Engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Prefeito do Departamento. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. p. 5-6.

Nesse mesmo relatório, no anexo enviado ao ministro da guerra, Azevedo dá pistas sobre os motivos de sua repentina mudança de postura. Azevedo reclama que o quartel do exército em Cruzeiro do Sul transformou-se em um foco de beribéri, sendo forçado a enviar os doentes para Manaus em busca de tratamento. Entretanto, com a diminuição das tensões entre o governo brasileiro e peruano, em fins de 1904, devido à assinatura do *modus vivendi*, o comandante do 1º Distrito Militar não enviou soldados em substituição aos doentes que foram remetidos para Manaus. Em fins do primeiro semestre de 1906, restavam apenas onze soldados que se revezavam na tarefa de guarnecer a fronteira e policiar o departamento.<sup>167</sup> Enquanto muitos soldados adoeciam e morriam, a Divisão Naval do Norte era oficialmente dissolvida em agosto de 1905.<sup>168</sup>

A hecatombe responsável pela gradual retirada do contingente militar no Alto Juruá também favoreceu a retirada de tropas no Alto Acre e Purus. Segundo Gilmedes do Rego Barros, dos 1.183 soldados e oficiais do exército estacionados em Volta da Empresa, no rio Acre, 260 morreram em decorrência de malária e de beribéri<sup>169</sup> durante o ano de 1903.<sup>170</sup> A reduzida quantidade de médicos ao dispor da tropa e a alimentação baseada em gêneros trazidos do sul do país, chegando ao Acre em más condições para consumo, também teria ajudado no adoecimento dos soldados.<sup>171</sup> No Purus, nem o Gen. José Siqueira de Menezes escapou das doenças, pedindo exoneração do cargo de prefeito, poucos meses após ter chegado à região.<sup>172</sup> Em fins de 1904, a apreensão do Governo Federal frente à dramática situação de praças e oficiais do exército no Território do Acre virou piada nas páginas do jornal carioca *O Malho*:

---

<sup>167</sup> *Ibidem.*, p. 126-127.

<sup>168</sup> BRASIL, MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Vice-Almirante Julio Cesar de Noronha, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. p. 14.

<sup>169</sup> Beribéri é uma doença provocada pela deficiência de vitamina B1 no organismo, resultando em fraqueza muscular, problemas cardiovasculares, respiratórios e gastro-intestinais.

<sup>170</sup> BARROS, Gilmedes do. *Nos Confins do Extremo Oeste*. v. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993. p. 39.

<sup>171</sup> *Ibidem.*

<sup>172</sup> PREFEITURA DO ALTO PURUS, TERRITÓRIO DO ACRE. *Primeiro relatório anual*: apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo bacharel em Matemática, Ciências físicas e Naturais, Engenheiro Militar Cândido José Mariano, Prefeito do Departamento. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. p. V.

## NO CATETE

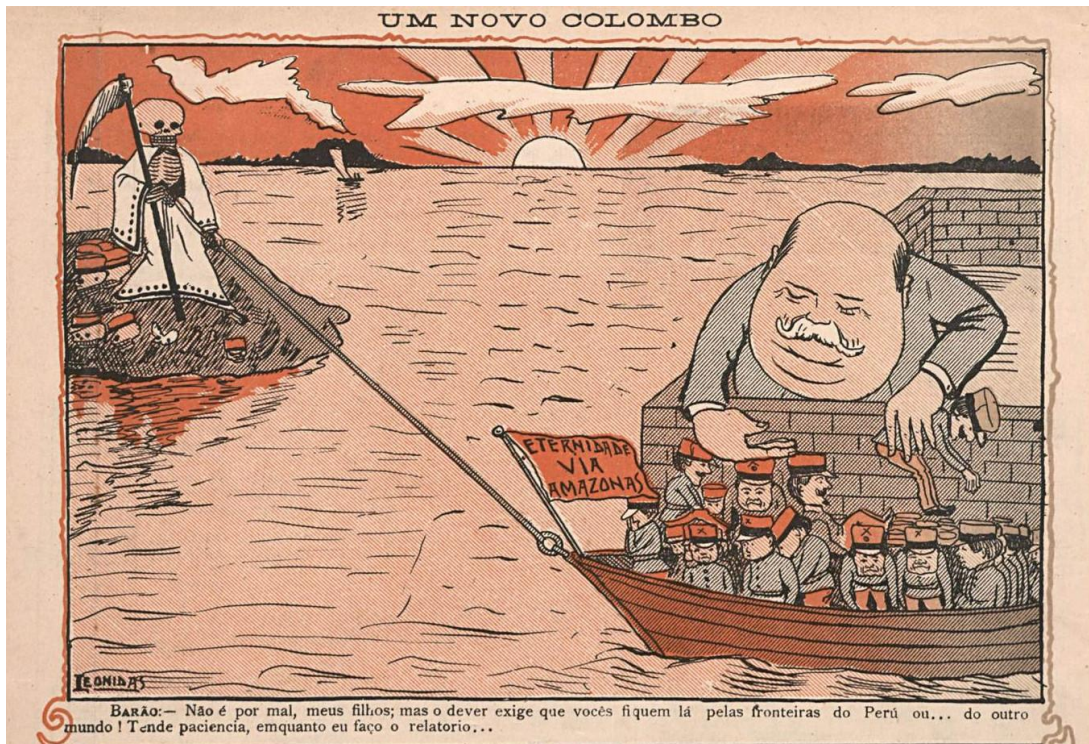
- Então *caríssimo* chanceler, quando podemos retirar os soldados do Acre?
- Quando não houver mais um só...
- Que me diz?!
- ... um só conflito diplomático.
- Então, vão-se todos os soldados!<sup>173</sup>

Foi nesse momento que a imagem do Território do Acre como lugar de abundância de águas e doenças começou a se consolidar na imprensa carioca. Mais do que isso, ir para o Território do Acre tornou-se sinônimo de morte. Na charge abaixo, o sofrimento dos soldados e sua relação com a penosa viagem pelas águas costeiras e, depois, pelas águas da bacia do rio Amazonas fica evidente. Chama a atenção também a percepção de que, após superar o sofrimento com a viagem entre a Capital Federal e o Acre, por meio dos caminhos aquosos, os soldados deveriam ainda encarar a morte. Os soldados estavam indo para a fronteira do Brasil com o Peru, que era também a fronteira entre a vida e a morte. Na visão do experiente caricaturista Leônidas Freitas, o Território do Acre era um grande cemitério de soldados brasileiros, a “eternidade via Amazonas”. Já o Barão do Rio Branco, emerge como o “novo Colombo”, aquele que enviava os soldados para além-mar e além-rio para a glória de novas conquistas territoriais ou para a morte certa.

---

<sup>173</sup> O MALHO. No Catete. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1904. p. 7. Acervo FBN.

### Charge 02: Um novo Colombo



Barão: Não é por mal, meus filhos; mas o dever exige que vocês fiquem lá pelas fronteiras do Peru ou... do outro mundo! Tende paciência, enquanto eu faço o relatório...

**Fonte:** O MALHO. Um novo Colombo. Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1904. p. 14. Acervo FBN.

As análises de charges envolvendo a relação entre águas, doenças e morte serão retomadas em capítulo oportuno. Por agora, é importante frisar que as piadas da revista *O Malho* deixam antever o mal estar da imprensa e da opinião pública com a trágica situação dos soldados brasileiros no Território do Acre.

Por outro lado, na esteira da Questão do Acre e da militarização da área, a revista *Brazil-Médico*, principal periódico médico do Brasil publicou sobre casos graves de malária com sintomas considerados altamente destrutivos e persistentes, em soldados doentes vindos do Acre para o Rio de Janeiro. Esses casos serviram de matéria-prima para o estudo e publicação de análises médicas sobre os sintomas da malária e também para outras experiências envolvendo a doença. Havia, nessa época, uma grande efervescência em estudos clínicos sobre a malária no Brasil, em função da repercussão da descoberta do agente etiológico, do vetor e da institucionalização da medicina tropical. Em 1880, o médico francês Aphonse Laveran incriminou o *Plasmodium* como agente etiológico da malária e em 1899 o

mosquito *Anopheles* foi apontado como vetor da doença pelo médico inglês Ronald Ross e pelo italiano Giovanni Battista Grassi.<sup>174</sup>

Na Capital Federal, em 1903, as ideias da medicina tropical, com a sua a noção de profilaxia pelo combate ao vetor da doença, eram colocadas em prática na caça ao *Stegomyia fasciata*, vetor da febre amarela<sup>175</sup>, ao mesmo tempo em que vários médicos estudavam os enfermos de malária vindos do Acre. No rio Acre, o médico italiano Romolo Peretti testava em soldados brasileiros o *Esanopheles*, um preparado de quinino com ferro, arsênico e sucos amargos fabricado pela empresa *Felice Bisleri* de Milão.<sup>176</sup> Diante da situação de tensão e conflito armado em uma área com altos índices de malária, a *Felice Bisleri* aproveitou para enviar uma pequena expedição com a finalidade de concluir os testes com sua nova fórmula. Os testes teriam sido um sucesso, levando a larga produção e comercialização da linha de produtos *Esanofele*, que incluía o remédio *Esanofele*, a *Esanofelina* (uma versão menos amarga do *Esanofele*) e o tônico *Ferro-China Bisleri*.<sup>177</sup> Assim, a alta morbidade no Acre era péssima para os soldados e para o exército, causava mal estar na opinião pública, mas era uma oportunidade de negócios para alguns médicos e empresas farmacêuticas.

Em 08 de junho de 1902, o médico Francisco Fajardo, da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, publicou um artigo sobre as formas clínicas da malária. Esse estudo contemplava o caso do soldado boliviano F.R. de 20 anos, que serviu poucos meses no Acre, e foi para o Rio de Janeiro em busca de socorro. F.R. sofria de acessos intermitentes graves, estava muito pálido, enfraquecido e seus acessos febris eram acompanhados de vômitos, além de sangue na urina que, segundo Fajardo, ocorria por complicações na bexiga em decorrência do inchaço do fígado e baço. De acordo com exames microscópicos o médico confirmou que se tratava de um caso de malária.<sup>178</sup> Em 08 de setembro de 1903, outros dois casos de soldados bolivianos, sob os cuidados do Dr. Rocha Faria, também na Santa Casa de

<sup>174</sup> Sobre a institucionalização da medicina tropical: WORBOYS, Michael. Germs, Malária and the Invention of Mansonian Tropical Medicine: from “disease in the tropics” to “tropical diseases”. In: ARNOLD, David. (org.). *Warm Climates and Western Medicine: the emergence of tropical medicine, 1500-1900*. Amsterdã/Atlanta, Rodopi, 1996. p. 181-207. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos Micróbios aos Mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ/ Ed. UFRJ, 1999.

<sup>175</sup> Sobre o combate à febre amarela na Capital Federal e a institucionalização da medicina tropical no Brasil, ver: BENCHIMOL, Jaime L. Adolpho Lutz: um esboço biográfico. *História, Ciências e Saúde – Mamguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 13-83, jan. abr. 2003.

<sup>176</sup> PERETTI, Romolo. *Experiências de Tratamento da Malária com o “Esanofele” na Amazônia*. (Fac-simile). Col. Documentos da Amazônia. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/ Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2002.

<sup>177</sup> *Ibidem*. Na mesma obra, há as autorizações de venda desses remédios no Brasil e uma propaganda do tônico Ferro-China Bisleri, também testado no Acre.

<sup>178</sup> FAJARDO, Francisco. Notas para o estudo das formas clínicas do impaludismo no Rio de Janeiro (continuação). *Brazil Médico*. Rio de Janeiro, ano XVI, n. 22, p. 211-212, 08 jun. 1902. Acervo FBN.

Misericórdia do Rio de Janeiro, foram relatados no estudo sobre formas clínicas de malária do Dr. Eduardo Meirelles, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ambos sofriam de febre e grande aumento do baço sendo diagnosticados como portadores de “febre tropical ou perniciososa”.<sup>179</sup> Em 08 de julho de 1905, o Dr. Salles Filho, do Hospital Central do Exército, analisou um caso de nevrite palustre localizada em um dos internos do hospital. F., de 31 anos de idade, serviu no Acre em 1903, quando contraiu malária. Desde então ele sofria com formigamentos, dores e inchaço na perna esquerda. Embora o paciente não mais sofresse com febres desde que deixou o Acre, o exame comprovou um persistente aumento do baço, indicando a continuidade da infecção e sua responsabilização nos fenômenos clínicos que acometiam a perna esquerda.<sup>180</sup>

**Foto 01:** Soldado com sequelas de malária contraída no Território do Acre



F., soldado diagnosticado com nevrite palustre localizada na perna esquerda, posando para a foto.

**Fonte:** FILHO, Salles. Nevrite palustre localizada. *Brazil Médico*. Rio de Janeiro, ano XIX, n. 26, p. 255-257, 08 jul. 1905. p. 256. Acervo FBN.

<sup>179</sup> MEIRELLES, Eduardo. Estudo de Algumas Formas Clínicas do Paludismo (conclusão). *Brazil Médico*. Rio de Janeiro, ano XVII, n. 39, p. 333-336, 08 set. 1903. Acervo FBN.

<sup>180</sup> FILHO, Salles. Nevrite palustre localizada. *Brazil Médico*. Rio de Janeiro, ano XIX, n. 26, p. 255-257, 08 jul. 1905. Acervo FBN.



A repercussão na imprensa médica confirmava a dramática situação dos soldados no Território do Acre. Mas autoridades na Capital Federal tinham motivos, para além do humanitário e das repercussões para se preocuparem com a dizimação das tropas estacionadas no Território do Acre. Para a União e o Ministério da Guerra, as mortes de soldados eram um sério problema para as finanças públicas. Segundo Gilmedes Rego Barros, havia uma grande disparidade financeira entre os custos dos enterros no sul do Brasil e em Manaus, sendo cobrados vinte e três mil réis no sul e cento e trinta e quatro mil réis em Manaus.<sup>181</sup> A carestia funerária aumentava a sangria das finanças do Ministério da Guerra.

O exército e a marinha na região tiveram grandes problemas também com as deserções. Muitos soldados e marujos abandonaram a tropa para começar a trabalhar nos seringais. Gilmedes Barros aponta que o canteiro de obras da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré seria também um dos pontos escolhidos por muitos dos desertores, devido aos atrativos salários oferecidos.<sup>182</sup> Já no Alto Juruá, Gregório Thaumaturgo de Azevedo teve problemas com o médico militar João Cavalcante de Ferreira Melo, único clínico responsável pela tropa estacionada no Juruá, e, designado por Azevedo, como Diretor de Higiene do departamento. De acordo com um capítulo do seu relatório chamado “Disciplina no Contingente”, Melo teria abandonado suas responsabilidades com a tropa e a saúde no departamento, limitando-se apenas a passar atestados de óbito e encaminhar os soldados enfermos para Manaus. Primo de um juiz designado para atuar no departamento, João Cavalcante de Ferreira Melo abriu sociedade com uma “bodega” e uma “farmácia” e pediu licença médica por estar sofrendo de “beribéri incipiente”. Azevedo concedeu a licença, mas denunciou ao comandante do 1º Distrito Militar que a enfermidade do médico era falsa pois ele andava diariamente pela cidade “cuidando com azafama dos seus interesses particulares” e que a doença não era “mais do que um pretexto para ir a Manaus fazer aviamentos para os seus negócios”.<sup>183</sup>

Por fim, outro grave problema era o dos altos custos financeiros para transporte e manutenção da tropa no Acre. O contingente militar foi majoritariamente mobilizado para o Acre entre os anos de 1903 e 1904 por meio de navios das empresas *Novo Lloyd Brasileiro* e *Companhia de Navegação do Amazonas*, devido ao número reduzido de embarcações para transporte de guerra da marinha. O ministro da guerra marechal Francisco de Paula Argollo,

<sup>181</sup> BARROS. *Nos Confins do Extremo Oeste v. 1. op. cit.*, p. 39.

<sup>182</sup> *Ibidem.*, p. 36-37.

<sup>183</sup> PREFEITURA DO ALTO JURUÁ. *Relatório primeiro semestre de 1906. op. cit.*, p.123.

em seu relatório de 1903, lamentou a dependência do exército em relação às empresas de navegação privada que atuavam na bacia amazônica e que, além de custosas, tornavam “penosa a viagem para os nossos oficiais e praças” devido à total falta de conforto nas acomodações.<sup>184</sup> No início do ano de 1903, o ministério pediu ao Congresso um crédito extra de 1.000:000\$ para cobrir os gastos de mobilização do exército para o Acre.<sup>185</sup> Em meados desse mesmo ano, o ministério pediu mais 2.000:000\$ de verba extra para o mesmo fim.<sup>186</sup> Entre outubro de 1903 e março de 1904 o ministro pediu mais 4.275:472\$937 para transporte de tropas.<sup>187</sup> Em agosto de 1904, mais 5.000:000\$000 foram requeridos para a locomoção dos soldados no Acre.<sup>188</sup> No relatório de 1904, finalmente o Ministério da Guerra, diante do *modus vivendi* assinado entre Brasil e Peru, sinalizou providências no intuito de retirar as tropas da região, mantendo um contingente mínimo de 100 soldados divididos pelos três departamentos do território.<sup>189</sup>

Durante a atuação da marinha brasileira no Purus e Juruá entre 1903 e 1904, as embarcações sofreram múltiplas avarias devido aos trechos fluviais de difícil navegação no período de vazante.<sup>190</sup> Cientes dessas dificuldades, as companhias de navegação e empresas que atuavam nos portos cobravam preços exorbitantes por quaisquer serviços destinados aos altos rios, principalmente durante as vazantes.

Mesmo mantendo um contingente militar pequeno na região, o Ministério da Guerra continuou enfrentando problemas financeiros decorrentes de sua presença no Território do Acre. Esses problemas foram relatados em maio de 1910 e o ciclo hidrológico<sup>191</sup> dos rios foi apontado como o principal responsável. Em relatório do Ministério da Guerra de 1910, o marechal José Bernardino Bormann enumerou o regime de cheia e vazante dos rios Purus, Acre e Juruá, as dificuldades de navegação por esses cursos fluviais, sublinhando o

<sup>184</sup> BRASIL, MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Marechal Francisco de Paula Argollo, ministro do estado da guerra em maio de 1903*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903. p.5.

<sup>185</sup> *Ibidem.*, p. 84.

<sup>186</sup> BRASIL, MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Mal Francisco de Paula Argollo, ministro do estado da guerra em maio de 1904*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. p.4.

<sup>187</sup> *Ibidem.*, p. 62.

<sup>188</sup> BRASIL, MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Mal Francisco de Paula Argollo, ministro do estado da guerra em maio de 1905*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. p. 67.

<sup>189</sup> BRASIL, MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado (...) em maio de 1904*. *op. cit.* p. 14.

<sup>190</sup> BARROS. *Nos Confins do Extremo Oeste v. I. op. cit.*, p. 35.

<sup>191</sup> O ciclo hidrológico ou o ciclo da água é o movimento contínuo da água entre os oceanos, a atmosfera, o solo, os rios, o subterrâneo, os corpos, etc. É o movimento planetário das águas, alimentado, principalmente, pela atividade solar e pela força da gravidade, ambos produzindo evaporação e precipitação. O fenômeno das cheias e vazantes dos rios é conformado pelo ciclo hidrológico.

isolamento dos soldados. Ele alertou que a verba destinada pela União para a passagem de praças e oficiais, além de remessa de volumes, era insuficiente, acabando no início do ano e acumulando dívidas para o ano seguinte. Bormann ainda destacou que, nos períodos de vazante, as companhias de navegação aumentavam o valor do frete e transporte de pessoas em 50%, agravando os custos de manutenção da tropa.<sup>192</sup> Esses problemas determinavam a situação precária dos quartéis e dos soldados designados a atuar no Território do Acre e também o diminuto contingente estacionado na região, o que, na prática, facilitava a manutenção do poder local nas mãos da iniciativa privada dos senhores dos rios.

As difíceis condições de manter uma força militar estacionada no Território do Acre e o fato de as comunicações entre a Capital Federal e os departamentos serem ditadas pelo ciclo hidrológico tornaram os agentes do Estado reféns dos rios, dos seringalistas e das companhias de navegação. Por outro lado, a dinâmica dos rios e da precipitação pluviométrica também dificultava as tentativas de intervenção do Governo Federal na área de modo a atenuar esses problemas.

Em dezembro de 1908, o engenheiro civil Antônio Manuel Bueno de Andrada, chefe da Comissão de Obras Federais no Território do Acre, ilustrou em relatório para o Ministro da Justiça e Negócios Interiores as difíceis condições de trabalho da Comissão diante do ciclo hidrológico. Segundo Andrada, os trabalhos de abertura da estrada ligando Sena Madureira a Cruzeiro do Sul ocorriam somente no período de vazante dos rios. Para ele, “a época das chuvas não mais permitia trabalhos aproveitáveis no preparo do leito da estrada”.<sup>193</sup> A Comissão precisou adquirir duas embarcações fluviais, o *Tavares de Lyra* e o *Acreano*, devido aos preços exorbitantes cobrados nos portos de Manaus e Belém para o Governo Federal transportar passageiros e cargas.<sup>194</sup> No caso do *Acreano*, tratou-se de uma embarcação especial encomendada na Europa, após um estudo feito a partir das dinâmicas características do alto rio Juruá, de modo que a Comissão pudesse se locomover pelos rios no período de vazante. Andrada comemorou o fato de o vapor *Acreano* ter conseguido vencer os problemas de navegação, mas sua análise no relatório mostra bem as dificuldades do Estado em

---

<sup>192</sup> BRASIL, MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão José Bernardino Bormann, Ministro de Estado da Guerra em maio de 1910*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910. p. 43-44.

<sup>193</sup> Vale lembrar que esse também era o regime de trabalho dos seringais, que mantinham-se ativos na extração do látex no período de vazante, devido a inundação das estradas no período de chuvas e cheias dos rios.

<sup>194</sup> ANDRADA, Antônio Manuel Bueno de. Segundo Relatório da Comissão de Obras Federais no Território do Acre em 1908. In: BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. *Relatório dos anos de 1908 e 1909 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Sr. Augusto Tavares Lyra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. p. 72.

estabelecer comunicação, realizar manobras militares e obras de infraestrutura no Território do Acre:

Como é geralmente sabido, durante os meses da vazante dos rios a navegação a vapor, pelo Purus e Juruá não atinge os limites do território para a distância de 300 milhas. De modo que de junho a novembro, podia considerar-se o território do Acre separado de todo o país. As relações oficiais e as particulares, principalmente as comunicações muito padeciam com este isolamento. Ora, a viagem do *Acreano* realizou-se por ocasião das águas mais baixas, em uma das vazantes mais pronunciadas de que há memória, em tempo igual ao que gastam os navios no tempo das enchentes e sem avarias notáveis. Apenas uma vez tocou em um madeiro mergulhado, do que resultou cajambrar o leme, que foi consertado em menos de quatro horas.<sup>195</sup>

O ciclo hidrológico dos rios definia os períodos em que poderia haver comunicação dos Departamentos do Alto Purus e do Alto Juruá com a Capital Federal. Veremos nos próximos capítulos, que a hegemonia dos rios sobre a integração física do Território do Acre com o Brasil definirá uma série de eventos políticos envolvendo as elites seringalistas e o Governo Federal. Aqui cabe salientar que Bueno de Andrada, nesse mesmo relatório irá admitir também as dificuldades e custos do trabalho de desobstrução dos rios, apontando que a solução para a integração do Território poderia estar na construção de navios especiais do mesmo modelo que o *Acreano* para que o Governo Federal pudesse promover comunicações permanentes com os departamentos.<sup>196</sup>

A retirada gradual do exército e da marinha da parte alta das bacias do Purus e Juruá, após a diminuição das tensões entre Brasil e Peru, deveu-se a vários fatores, em que três se destacam. As doenças que dizimavam a tropa, o ciclo hidrológico que encarecia, causava prejuízos, e dificultava as comunicações do Brasil com o Território Federal e a absorção de muitos soldados e oficiais aos interesses locais, fruto de alianças financeiramente mais vantajosas. Essas condições solaparam as possibilidades que os prefeitos militares tinham de fazer frente ao poder dos seringalistas. Por essa razão, os prefeitos dos Departamentos do Alto Juruá e do Alto Purus se submeteram, em grande medida, aos interesses locais ou mantiveram

---

<sup>195</sup> *Ibidem.*, p. 75.

<sup>196</sup> *Ibidem.*

com eles um diálogo privilegiado. No Alto Acre, a situação permaneceu tensa por mais tempo, levando a sucessivas derrubadas de prefeitos entre 1905 e 1910.<sup>197</sup>

Por outro lado, sem suficiente força militar e com as dificuldades impostas especialmente pelo ciclo hidrológico, a União precisou agir para garantir a proteção da fronteira. O Ministério da Justiça e Negócios Interiores passou, assim, a distribuir, a partir de 1906, patentes da Guarda Nacional entre seringalistas e comerciantes locais, consolidando o poder dos senhores dos rios. As primeiras nomeações para a Guarda Nacional no Território do Acre foram desastrosas, pois havia desconhecimento completo sobre quem, de fato, era morador da região. O então deputado do Rio Grande do Sul, Germano Hasslocher, subiria na tribuna da Câmara Federal, denunciando o fato de pessoas completamente estranhas aos Departamentos terem sido nomeadas para a Guarda Nacional em 1906. Desse modo, o Ministério da Justiça suspendeu as primeiras nomeações, mas as seguintes continuaram provocando indignação e ataques mútuos entre grupos rivais.<sup>198</sup>

O Ministério da Guerra ainda ficou com a responsabilidade de manter contingentes mínimos nos departamentos do Território Federal do Acre. Embora fossem destinados, por lei anualmente votada pelo Congresso Nacional, de 100 a 300 soldados para a região<sup>199</sup>, na prática, apenas algumas poucas dezenas de almas efetivamente serviam nos departamentos. Era muito difícil conseguir voluntários e pessoas dispostas a servir no Território do Acre, mesmo que o tempo de permanência nessa região contasse, por lei, o dobro do tempo para reforma ou baixa no serviço militar.<sup>200</sup> Entretanto, mesmo que fossem poucos os oficiais e soldados aquartelados nos departamentos (geralmente entre 10 e 20 homens), os custos com a manutenção e transporte da tropa ainda eram encarados como um problema.

---

<sup>197</sup> O médico Esperidião de Queiroz Lima relata algumas dessas tensões envolvendo prefeitos recém-nomeados e as elites dos rios Acre e Xapuri ao longo do seu livro de memórias. Ver: LIMA, Esperidião de Q. *11 anos na Amazônia*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966. Segundo levantamento organizado pelo historiador Valdir de Oliveira Calixto, pelo Departamento do Alto Acre passaram 14 prefeitos entre 1905 e 1910. Ver: CALIXTO, Valdir de Oliveira. *Resumo do projeto levantamento da história político – administrativa do estado do Acre e município de Rio Branco*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/15440553/Lisla-e-Prefeitos-e-Governadores-do-Acre>. Acesso em 22 de junho de 2012.

<sup>198</sup> PREFEITURA DO ALTO ACRE. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Augusto Tavares de Lyra, DD. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, por J. Plácido de Castro, Prefeito Interino – 1906,1907. In: CASTRO, Genesco de. *O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro: Excerpts Históricas*. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998. p. 179.

<sup>199</sup> As companhias regionais permaneceram como destacamentos provisórios ao longo das décadas de 1900 e 1910 no Território do Acre, conforme indicam todos os relatórios do Ministério da Guerra entre 1908 e 1917.

<sup>200</sup> Sobre a lei que determinava que os soldados e oficiais do exército que atuassem no Território do Acre contariam o dobro de tempo de sua permanência na região para a baixa no serviço militar ou reforma, ver: BRASIL, MINISTÉRIO DA GUERRA., *Relatório apresentado (...) em maio de 1905.op. cit.*, Anexo, p. 19.

Não tardou para que o Ministério da Guerra advogasse a partilha da responsabilidade pela segurança do Território do Acre, ou mesmo que ela fosse entregue a outros ministérios. Em 1908, o ministro Mal. Hermes da Fonseca argumentou que a forma mais eficaz de proteger a área seria estabelecer uma divisão fluvial da marinha de guerra, insinuando que o exército deveria apenas dar suporte a essa divisão.<sup>201</sup> Em 1913, o então ministro Gen. Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva foi mais longe. Ele apontou que as tropas aquarteladas no Território do Acre trabalhavam exclusivamente no policiamento local, sob as ordens dos prefeitos, função estranha aos militares segundo a Constituição de 1891. Para ele, as companhias regionais deveriam ser substituídas por companhias a cargo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Estas unidades, que são postas a disposição dos prefeitos das respectivas regiões, imediatamente subordinadas ao Ministério da Justiça, e que exercem, quase que exclusivamente, funções policiais, estranhas, por consequência, ao papel atribuído às unidades do exército, cujo serviço fica assim perturbado e desviado do seu objetivo legal, consoante ao dispositivo do artigo 14 da Constituição da República, parece que devem ser substituídas por outras cuja organização mais se harmonize com a natureza dos serviços de que são encarregadas e que de fato e de direito imediatamente subordinadas ao Ministério da Justiça, quer sob o ponto de vista administrativo, quer sob o ponto de vista disciplinar.<sup>202</sup>

O Gen. Vespasiano Silva reforçou, uma vez mais, no mesmo relatório, que as companhias regionais deveriam ser extintas, tanto pela precariedade da vida e organização nesses destacamentos isolados, quanto pelo alto custo de sua manutenção. Três anos depois, o Ministério da Guerra conquistava uma importante vitória no Congresso Nacional. A lei n. 3.089, de 08 de janeiro de 1916, fixou o orçamento dos ministérios e determinou que o comando e manutenção das companhias regionais do Território do Acre fossem completamente transferidos para o Ministério da Justiça. Na prática, o Ministério da Guerra passou a contribuir apenas com os soldados e oficiais escolhidos pelo Ministério da Justiça.

---

<sup>201</sup> BRASIL, MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Mal. Hermes da Fonseca, ministro do estado da guerra em maio de 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1908. p. 9.

<sup>202</sup> BRASIL, MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Gen. Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, ministro do estado da guerra em maio de 1913*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1913. p.10.

Por outro lado, os salários, transporte, aquartelamento, disciplina, alimentação e manutenção da tropa ficaram sob a responsabilidade do ministro da justiça.<sup>203</sup>

Os problemas enfrentados pelo exército no Território do Acre e a consequente desmilitarização da área foram cruciais para a consolidação do poder dos proprietários seringalistas, especialmente no Departamento do Alto Purus. Mesmo que não pudessem votar, os proprietários das bacias do Iaco e Caeté forjaram alianças com seus vizinhos de seringal, formando verdadeiras oligarquias fluviais, que, na prática, passaram a controlar os prefeitos nomeados pela União, no Purus. O ciclo hidrológico e a dinâmica das bacias fluviais do Purus e Juruá foram fundamentais na invasão brasileira às *Tierras non Descubiertas* e sua posterior anexação ao Brasil. Mas foram também responsáveis pelo retorno e manutenção do poder local na mão dos proprietários seringalistas até o ano de 1920.

---

<sup>203</sup> BRASIL, MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Mal. José Caetano de Faria, ministro do estado da guerra em maio de 1917*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1917. Anexo, p. 4.

## CAPÍTULO 2 – SENA MADUREIRA, CAPITAL SONHADA: A OLIGARQUIA DO IACO E A SAÚDE PÚBLICA NA GUERRA DOS RIOS

(...) Como serpe voraz, de opulenta nervura.  
 O dorso estende, enreda e coleando tritura,  
 O arbusto pequenino, o cedro, a castanheira.  
 É comum nos rincões, onde o monstro domina,  
 Ver-se-o torpe mordendo, em volúpia assassina,  
 O corpo senhoril de uma esbelta palmeira.

Antônio Pinto de Areal Souto (1913)

Com a desmilitarização do Território Federal do Acre, o poder local passou a ser exercido, de fato, pelos seringalistas. A divisão administrativa em departamentos, contudo, promoveu reconfigurações importantes nas relações entre os senhores dos rios. No Alto Purus, os limites do departamento, imposto pelo Governo Federal, aproximaram as elites de diferentes cursos fluviais, ajudando a formação de grupos aliados e antagônicos, animados por disputas comerciais, ideais de autonomia, laços de solidariedade e desejos de controle político das prefeituras. Esse processo conformou uma agenda inédita para as elites locais: o sonho de ter o controle sobre o futuro centro decisório do Acre como estado da federação.

Esse capítulo visa a analisar a formação da oligarquia do Iaco e sua inserção na ‘guerra dos rios’. A guerra dos rios aqui é entendida em duas dimensões: a primeira é a da luta pelo controle político de Sena Madureira e do Departamento do Alto Purus. A segunda dimensão é da disputa com as oligarquias hegemônicas nos departamentos vizinhos, com o objetivo de tornar Sena Madureira a futura capital do estado do Acre. A saúde pública emerge como uma medida para a promoção de uma imagem positiva para a capital sonhada, visando a chamar a atenção do Governo Federal para as potencialidades de Sena Madureira como futuro centro decisório do Acre.



Primeiramente será analisada a formação da oligarquia do Iaco, grupo político que controlou, na maior parte do tempo, o executivo e o judiciário de Sena Madureira ao longo dos anos de 1905 e 1920. O rio era a base comum para a formação dos laços comerciais, políticos e de solidariedade no Iaco.

Em seguida será analisada uma dimensão importante da guerra dos rios: as tensões e conflitos pelo controle político do Departamento do Alto Purus, a partir da capital Sena Madureira. Essas tensões tiveram início com a formação do Partido Emancipacionista, apoiado pela *J. Gadelha & Irmãos*, empresa que controlava seringais no rio Caeté. Discordâncias envolvendo os métodos para se conquistar a autonomia do Acre, a disputa pelo poder em Sena Madureira e as inimizades entre seringalistas dos rios Caeté, Purus e Macauã, foram três dos principais fatores que levaram ao acirramento dos ânimos no departamento. O conflito se consolidou em 1910 com a formação do Partido Progressista, sob a tutela dos seringalistas iacoaras, culminando com perseguições e morte de emancipacionistas.

Na terceira parte será analisado um outro lado da guerra dos rios: a disputa entre as oligarquias hegemônicas nos departamentos para tornar a sua capital a mais indicada para ser o centro decisório do futuro estado do Acre. Os prefeitos dos departamentos, em sua maioria, se submeteram aos senhores dos rios, representando as suas vontades junto ao Governo Federal.

A última parte será destinada a analisar como agentes do Governo Federal, em viagem e visita à região, tornavam-se parte das disputas políticas no Departamento do Alto Purus e no Território do Acre. O caso analisado será o da expedição do Instituto Oswaldo Cruz, liderada por Carlos Chagas, que esteve em Sena Madureira entre 18 e 20 de janeiro de 1913.

## **2. 1 - A formação da oligarquia do rio Iaco**

No rio Iaco foi erguida a cidade de Sena Madureira, a capital do Departamento do Alto Purus. O rio fica em uma depressão e, em comparação com os vales dos rios Acre e Juruá, seu relevo é o mais baixo frente ao nível do mar. Seus principais afluentes são os rios Caeté (Caeté – mata virgem ou Caheté – Vespa-má) e o Macauã (Macahuã - ave de rapina). Inicialmente esse curso fluvial era chamado de Hyuacú, Hyuaco. Seu nome foi modificado

para Yaco ou Iaco, por força de atos do governo do Amazonas em sucessivas tentativas de criar um distrito policial, com o nome de “Santa Maria do Iaco” nos anos de 1882, 1889 e 1892.<sup>204</sup> Os dois primeiros nomes parecem vir do termo *huaccu* (que, na língua aimará, significa “mulher que não faz caso do frio, do trabalho, etc”). Já Iaco, pode vir de *yácu* (“água” ou “rio”, em dialeto quechua-kallu).<sup>205</sup> Ambas as línguas pertencem a povos indígenas que viviam e ainda vivem na Bolívia, Peru, Chile, Equador e Argentina.

Manuel Urbano da Encarnação é frequentemente apontado como o primeiro brasileiro a chegar ao rio Iaco em 1861. Contudo, o processo de invasão e estabelecimento dos primeiros seringais brasileiros ocorreu apenas a partir de 1877, com a chegada do vapor *Anajás*, na foz do rio Acre, sob o comando do cearense João Gabriel de Carvalho e Mello, proprietário de seringais no baixo Purus.<sup>206</sup> Segundo Soares Bulcão, chegariam ao Iaco vários vapores seguindo o *Anajás*, trazendo pessoas dispostas a delimitar e fundar seringais, seja para explorá-los ou para vendê-los em seguida.<sup>207</sup> Nesse período inicial, as empresas *José Nunes da Silva & Cia*, *Teixeira & Roiz* e a *B. Antunes & Cia*, todas com sede em Belém, seriam as principais patrocinadoras do estabelecimento de seringais no Iaco. A ocupação do rio Caeté começaria em 1880 e no Macauã em 1881.<sup>208</sup> Entre 1877 e 1885 chegaram à bacia do Iaco pessoas que viriam a se tornar importantes seringalistas, como o coronel José Ferreira de Araújo (Liberdade e Caridade), Agostinho Escócio Vieira (São João) e José Alves de Oliveira (Santa Clara e Itamaraty).<sup>209</sup>

No fim década de 1890 estabeleceram-se no rio Iaco dois indivíduos que viriam a fazer grande fortuna na região: Childerico José Fernandes e Avelino de Medeiros Chaves. Childerico Fernandes vinha da cidade de Pau dos Ferros, no interior do Rio Grande do Norte. Órfão de mãe, Childerico decidiu, aos 15 anos, ir para Belém e tentar a vida nos altos rios da bacia amazônica. Após conseguir patrocínio no Pará, Fernandes seguiu para a bacia do rio Purus, onde fundou os seringais Oriente e Natal, no médio Iaco por volta de 1899.<sup>210</sup> Avelino Chaves era de Sítio do Meio, no interior de Sergipe. Fez uma pequena carreira militar no Rio

<sup>204</sup> BRANCO, José Moreira Brandão Castello. Caminhos do Acre. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 196, p. 74-225, jul.-set. 1947. p. 143

<sup>205</sup> *Ibidem*.

<sup>206</sup> BULCÃO, Soares. Subsídio para a História do Departamento do Alto Purus. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará*, [s.n.]. 1940, p. 10.

<sup>207</sup> *Ibidem*, p. 14; BRANCO, José Moreira Brandão Castello. O Povoamento da Acreania. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 250, p. 118-256, jan.-mar. 1961. p. 174.

<sup>208</sup> BRANCO. Caminhos do Acre. *op. cit.*, p. 147-148.

<sup>209</sup> BULCÃO. Subsídio para a História do Departamento do Alto Purus. *op. cit.*, p. 10

<sup>210</sup> CASCUDO, Luis da Camara. História de Childerico José Fernandes. *A República*. Natal, 24 de agosto de 1939.p. 3. Acervo FBN.

de Janeiro, mas pediu reforma e fez um curso de agrimensura na Escola Politécnica do Pará. Em 1896, com auxílio do capital inglês da companhia de navegação *The Amazon River Steam Navigation*, penetrou o alto Iaco na mesma época que João Cândio Fernandes, meio irmão de Childerico.<sup>211</sup> Ambos entraram em acordo e fundaram a empresa *A. Chaves & Cia*, detentora dos seringais Guanabara, Arvoredo e Peri, os últimos do alto Iaco. Posteriormente, Avelino Chaves expandiu seus negócios para os rios Acre e Xapuri, adquirindo os seringais Canadá, Paraná, Califórnia e Mato Grosso.<sup>212</sup> Em poucos anos, Childerico Fernandes e Avelino Chaves se tornaram os dois seringalistas mais influentes do rio Iaco.

A seguinte citação do então deputado federal Luis Câmara Cascudo, em 1939, ao homenagear Childerico Fernandes pela ocasião de sua morte é bastante ilustrativa da atuação política desse seringalista no Iaco: “Quem vivera onze anos entregue a si mesmo, decidia agora de quase todo rio, dando a voz de justiça, de paz e de guerra, na citação inapelável de oitenta rifles trovejantes.”<sup>213</sup> Fernandes exerceu forte controle sobre a prefeitura e o judiciário do Departamento do Alto Purus, principalmente entre os anos de 1910 e 1916, a partir de métodos coercitivos.

Exemplos de sua atuação na política do Departamento do Alto Purus e de seu pragmatismo são abundantes. Em setembro de 1910, o grupo político de oposição, formado por juízes, advogados e comerciantes, sofreu violenta perseguição liderada por Fernandes.<sup>214</sup> Ocorreram tiroteios em Sena Madureira, culminando na expulsão de juízes que atuavam no Purus.<sup>215</sup> Nesse episódio, Fernandes conseguiu indicar seu amigo, o seringalista Bernardo Porto, e outros nomes que ele apoiava para substituir os magistrados expulsos de Sena Madureira.<sup>216</sup> Em 1912, Childerico José Fernandes liderou a Revolta Autonomista do Alto Purus. Com a rebelião, o seringalista conseguiu junto ao Governo Federal a nomeação de Bernardo Porto e, logo em seguida, Samuel Barreira, também seu aliado, para a prefeitura do Purus, governo que durou até 1915.<sup>217</sup> Em janeiro de 1915 o nome de Childerico Fernandes seria estampado nas páginas do jornal *O Paiz*, na Capital Federal, por supostamente liderar

<sup>211</sup> REVISTA FON-FON. Avelino de Medeiros Chaves. Rio de Janeiro. 01 de junho de 1911. Acervo FBN.

<sup>212</sup> *Ibidem*.

<sup>213</sup> CASCUDO. História de Childerico José Fernandes. *op. cit.*, p. 3

<sup>214</sup> FOLHA DO ACRE. Situação Desoladora em Sena Madureira: constrangimentos e ameaças. Rio Branco, 24 de novembro de 1910. p. 2. Acervo FBN.; FOLHA DO ACRE. Situação Desolada no Departamento do Alto Purus: violências e despotismos - a deportação do Presidente do Tribunal de Apelação. Rio Branco, 4 de dezembro de 1910, p. 2. Acervo FBN.; CORREIO DO NORTE. Sucessos do Alto Purus – Graves Ocorrências: Assassinatos. Manaus, 11 de janeiro de 1911. p. 1. Acervo FBN.

<sup>215</sup> O PAIZ. Avulsos. Rio de Janeiro, 06 de novembro de 1910. p. 4. Acervo FBN.

<sup>216</sup> FOLHA DO ACRE. Situação Desolada no Departamento do Alto Purus. *op. cit.*, p. 2.

<sup>217</sup> CASCUDO. História de Childerico José Fernandes. *op. cit.*, p. 3

um massacre de seringueiros que trabalhavam em Nova Olinda, seringal do seu aliado e vizinho, João Alves Vieira.<sup>218</sup>

Avelino de Medeiros Chaves tinha um estilo muito diferente do seu colega do médio Iaco. Ele apostava menos no poder de coerção na atuação política. Chaves preferia utilizar a grande quantidade de contatos políticos que possuía no alto escalão do Governo Federal, na imprensa carioca, além de fazer propaganda de suas riquezas e ostentar um estilo *smart*.<sup>219</sup> A revista ilustrada *Fon-Fon*, maior referência de moda e estilo de vida burguês do Brasil<sup>220</sup> na época, rendeu uma extensa homenagem a Chaves em um dos seus números de junho de 1911. A revista traçou a biografia de Chaves, frisando o espírito empreendedor, o luxo, a modernidade, o intelecto e o poder aquisitivo do “rei do Iaco”.<sup>221</sup> Nesse mesmo artigo, a revista enfatizou que um dos seus seringais, o Guanabara, rendia anualmente 190 toneladas de borracha, valor equivalente a 475 mil libras esterlinas ou 3,6 toneladas de ouro, segundo a cotação de setembro daquele ano.<sup>222</sup> Era comum que essa revista seguisse os passos de Chaves quando ele estava na Capital Federal, rendendo-lhe homenagens, publicando fotos do seringalista reunido com amigos em jantares de gala e passeios ao ar livre.<sup>223</sup>

<sup>218</sup> O PAIZ. Nove assassinatos na Prefeitura do Purus. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1915. p. 7. Acervo FBN.

<sup>219</sup> O smartismo foi um estilo associado ao cultivo diário da aparência pessoal consoante aos símbolos da modernidade em equilíbrio com certos traços de tradição, característicos de distinção social. Inclui os modos de se vestir, gestos e comportamentos no espaço público, que lembram o individualismo e o cosmopolitismo burguês de Paris e Londres, geralmente ligados ao estilo despojado do paletó claro com chapéu, sempre atualizado diante das últimas tendências da moda na Europa. Essa era uma tendência forte na Capital Federal na *Belle Époque* e marcava uma distinção social aos aspectos tradicionais do estilo de vida no Império, apontados como símbolos do atraso. Ser *smart*, na Capital Federal do início do século XX, era sinônimo de prestígio social. Sobre o papel do smartismo na ascensão da nova elite burguesa no Brasil ver: SEVCENKO, Nicolau. *Literatura Como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 44-55.

<sup>220</sup> A revista *Fon-Fon* publicava charges, mas, sobretudo, tinha como foco principal retratar com humor a moda, o estilo de vida e a modernidade das elites cariocas na *Belle Époque*, e exaltando tudo o que estava em conformidade com os padrões europeus, principalmente franceses, de comportamento. Ver: ZANON, Maria Cecília. A sociedade carioca da Belle Époque nas páginas da *Fon-Fon*. *Patrimônio e Memória*. São Paulo, v. 4, n. 2, p. 217-235, jun. 2009.

<sup>221</sup> REVISTA FON-FON. Avelino de Medeiros Chaves. *op. cit.*

<sup>222</sup> *Ibidem*.

<sup>223</sup> A revista *Fon-Fon* seguia os passos de Avelino Chaves quando ele visitava a Capital Federal, publicava suas notas de despedida a amigos e também suas manobras políticas em favor do Território do Acre. Entre 1911 e 1915, a revista seguiu os passos de Chaves em, pelo menos, cinco ocasiões, publicando fotos em que ele observa uma cachoeira, na Tijuca, em um jantar de gala no centro do Rio, próximo ao porto, geralmente acompanhado de numerosas pessoas. Em 1913, há também a publicação de fotos de suas propriedades e do vapor Guanabara, no alto Iaco.

**Foto 02:** O seringalista Avelino de Medeiros Chaves na revista *Fon-Fon* (1913)



Avelino de Medeiros Chaves (*no centro, segurando uma revista*) na Capital Federal, rodeado de amigos no dia de sua partida para o Território do Acre em outubro de 1913.

**Fonte:** REVISTA FON-FON. Os que Partem. Rio de Janeiro, 01 de novembro de 1913. p.30. Acervo FBN.

Essa autopromoção era, em parte, resultado da estratégia de Chaves para atingir seus objetivos políticos. Ele financiava e mantinha boas relações com donos de jornais na Capital Federal. De acordo com a historiadora Maria Alice Rezende de Carvalho, Avelino Chaves foi um dos maiores financiadores, junto com João do Rio, da fundação do jornal *A Noite*, de Irineu Marinho, em 1911.<sup>224</sup> Em 1910, já havia comprado o *Le Courier Du Brésil*, principal jornal publicado em Paris com ênfase em propagandas e notícias sobre o país.<sup>225</sup> Ele mantinha

<sup>224</sup> CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Irineu Marinho: imprensa e cidade*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2012. p. 100.

<sup>225</sup> Avelino de Medeiros Chaves costumava visitar a redação de grandes jornais na Capital Federal, como no caso da revista *Fon-Fon*. É possível que esses jornais tivessem algum aporte financeiro de Chaves, justamente por segui-lo de perto construindo sempre uma imagem positiva, embora não tenhamos encontrado fontes que comprovassem essa ligação.

intenso contato também com políticos e oficiais do exército. Essas relações resultaram na sua nomeação como Comandante Superior da Guarda Nacional do Alto Purus e, em agosto de 1912, como membro do Clube Militar.<sup>226</sup> Como será pontuado ao longo da tese, Chaves atuou como lobista no Congresso Nacional, entre os anos de 1909 e 1919, intervindo no Departamento do Alto Purus e no Território Federal do Acre, quando se tratava de temas de interesse pessoal, político e econômico.

O poder econômico e a relevância política de Childerico Fernandes e Avelino de Medeiros Chaves estavam diretamente ligados à sua inserção no sistema de aviamentos do rio Iaco. E o papel dos navios a vapor, ou seja, do meio de transporte de borracha e mercadorias pelo curso fluvial, também é fundamental para entender como a *A. Chaves & Cia* e Childerico Fernandes tornaram-se os mais importantes proprietários da região.

A historiografia frequentemente aponta para a complexidade do sistema de aviamentos e suas variantes internas. Segundo Pedro Martinello, a cadeia era constituída, em sua base, pelo seringueiro (freguês), que extraía e produzia a borracha, vendida para o seringalista (o patrão, dono do seringal). O seringalista vendia a produção do seu seringal para as casas exportadoras (aviadores) de Manaus e Belém. Por sua vez, os aviadores vendiam a produção para as casas importadoras nos EUA e Europa. Essas casas importadoras, por fim, financiavam toda a cadeia produtiva, fornecendo crédito, exportando gêneros alimentícios, utensílios e instrumentos às casas aviadoras, que repassavam as mercadorias para os seringalistas, e os seringalistas para os seringueiros.<sup>227</sup> Entre os elos ‘seringalista’, ‘casa de exportação’ e ‘importador’, havia os intermediários ou atravessadores de primeira linha (que transportavam borracha e mercadorias entre os portos do Brasil e Europa) e os intermediários de segunda linha (que transportavam borracha e mercadorias entre os seringais e os portos de Manaus e Belém). Os intermediários eram muito criticados pelos seringalistas, por imporem preços e condições, muitas vezes abusivos, para o transporte de borracha e mercadorias.<sup>228</sup>

Roberto Santos enfatiza que esse sistema sofreu várias desarticulações e transformações, principalmente entre 1911 e 1914, o momento mais dramático de queda dos preços da borracha.<sup>229</sup> Por sua vez, o historiador Daniel Klein, a partir de um estudo sobre a

<sup>226</sup> O PAÍZ. Club Militar. Rio de Janeiro. 10 de agosto de 1912. p. 7. Acervo FBN.

<sup>227</sup> MARTINELLO, Pedro. *A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial*. Rio Branco: EDUFAC, 2004. p. 51.

<sup>228</sup> *Ibidem.*, p. 38-39.

<sup>229</sup> SANTOS, Roberto A. de Oliveira. *História Econômica da Amazônia (1820-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. p. 14-15.

empresa seringalista *N. & Maia*, que atuava no rio Acre, analisa como diferentes agentes da cadeia de aviamentos buscaram aumentar suas operações e possibilidades de ganho dentro do sistema e também lutaram para se adaptar nos tempos de crise.<sup>230</sup> O trabalho de Klein aponta para as constantes transformações internas do sistema de aviamentos nos cursos fluviais, com falências, expansão de operações, problemas de dívidas e pagamentos entre empresas seringalistas, intermediárias e exportadoras.

Essas variantes internas e transformações na cadeia de aviamentos podem ser percebidas na ascensão de Childerico Fernandes e Avelino Chaves no rio Iaco. Ambos optaram por encomendar embarcações na Europa adaptadas às características da rede hidrográfica das bacias do Purus e Iaco, para que eles mesmos transportassem a sua produção para as casas aviadoras de Belém. Com essas embarcações eles podiam também ser os intermediários dos demais seringalistas iacoaras, aumentando seu poder econômico, expandindo sua influência política no curso fluvial e reforçando os laços de solidariedade com seus vizinhos pela via comercial.

Em fins de 1909, diante da possibilidade de queda nos preços da borracha, Chaves e Fernandes agiram rápido. Em 1910, Avelino de Medeiros Chaves investiu na construção de sua própria frota para o transporte de borracha e mercadorias, de modo a eliminar os custos com fretes. Mandou construir em estaleiros da Europa o vapor *Guanabara*, um luxuoso navio para os padrões da época e mais duas embarcações menores: *Sena Madureira* e *Catiana*.<sup>231</sup> A *A. Chaves & Cia*, ampliava, assim, as suas operações, transformando-se em empresa seringalista e intermediária de segunda linha. No mesmo ano, Childerico Fernandes adquiriu três grandes embarcações para o transporte de borracha: *Imperador*, *Coronel* e *Yaco*, também construídos em estaleiros na Europa e ostentando características comparáveis ao *Guanabara* de Avelino Chaves.<sup>232</sup> Segundo Loureiro, na época, a aquisição dos navios foi localmente propagandeada por esses seringalistas como uma conquista de todos os proprietários do rio Iaco, tendo ocorrido, inclusive, um desfile das embarcações.

---

<sup>230</sup> KLEIN, Daniel. *A Borracha no Acre: economia, política e representações (1904-1945)*. 346 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História Social (PPGHS), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. p. 99-105.

<sup>231</sup> LOUREIRO, Antônio José Souto. *O Brasil Acreano*. Manaus: Gráfica Lorena, 2004. p. 94.

<sup>232</sup> *Ibidem*, p. 97.

**Foto 03:** Vapor Guanabara recebendo borracha no porto do seringal de mesmo nome (1913)



**Acervo:** Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural – FEM.

Childerico Fernandes foi mais longe que o seu vizinho Avelino Chaves na expansão dos seus negócios dentro do sistema de aviamentos. O seringalista comprou parte das ações da empresa exportadora *Rocha & Silva*, de Belém do Pará, e investiu na sua própria empresa intermediadora, a *Fernandes & Cia*, com sede em Belém.<sup>233</sup> Esse movimento tornou Fernandes chefe de grande parte da cadeia de aviamentos do rio Iaco: transportava pessoas e mercadorias e exportava a borracha da maioria dos seringalistas iacoaras.<sup>234</sup>

O fato de Fernandes e Chaves serem seringalistas e intermediadores não fez com que todos os proprietários do Iaco passassem a ser fregueses de suas empresas. A partir da coluna “Várias Notícias” do jornal *O Alto Purus*, que noticiava a chegada e saída de embarcações do porto de Sena Madureira, nota-se que algumas empresas intermediadoras continuaram normalmente suas operações no Iaco. São, por exemplo, a *The Amazon River Steam*

<sup>233</sup> ESTADO DO PARÁ. *Tribuna Livre*: como protesto. Belém, 27 de agosto de 1915. p. 5. Acervo FBN.; LOUREIRO. *O Brazil Acreano.op. cit.*, p. 97.

<sup>234</sup> Childerico Fernandes insinuou em entrevista em abril de 1916, que a *Fernandes & Cia*, naquele ano, transportava borracha e mercadorias para a maioria dos seringais do rio Iaco, exceto os seringais da *A. Chaves & Cia* e São João, propriedade de Maria Joana Escóssio, viúva do seringalista Agostinho Escóssio Vieira. Ver: COMMERCIO DO ACRE. Situação Acreana: Entrevista dada a Folha do Norte de Belém pelo Nosso Distinto Amigo Coronel Childerico Fernandes (Primeira Parte). Xapuri. 09 de abril de 1916. p.1. Acervo FBN.



*Navegation*, com os navios *Campinas*, *Índio do Brazil*, *Olinda* e outros, a *José Furtado de Mendonça*, com o navio *Marechal*, e a *Pinho, Certo & Cia* com o *Riozinho*. A continuação das operações de outras empresas intermediadoras indica que não foi completa a dependência econômica dos seringais iacoaras às empresas de Fernandes e Chaves, mantendo o equilíbrio de poder entre os seringalistas do rio Iaco.

Mas havia outro agente que se mostrava fundamental nesse equilíbrio de poder: as armas de fogo, principalmente o rifle Winchester calibre 44, da empresa norte-americana *Winchester Repeating Arms Company*. Esse rifle era uma arma de repetição, de dois tiros por segundo, fabricada em 1866. Foi apresentada ao público na primavera de 1877, sendo, originalmente, produzida para matar ursos, devido à espessura do calibre e pelo raio de alcance (200 metros).<sup>235</sup> Logo a empresa recebeu pedidos de compra dessa arma pelos exércitos de vários países da Europa, Ásia e América, incluindo o Brasil, conseguindo, em poucos anos, uma posição de destaque mundial no mercado de armas.<sup>236</sup> A Winchester 44 tornou-se extremamente popular nas décadas seguintes, principalmente durante o processo de expansão para o oeste nos EUA.<sup>237</sup> Sua popularidade, aliada à cor amarela no receptor, garantiu a essa arma o apelido “yellow boy” nos EUA e “papo amarelo” no Brasil.

A “yellow boy” conquistou também os brasileiros que rumavam para o oeste em busca da *Hevea brasiliensis*. O rifle Winchester 44 é personagem constante na historiografia do processo de invasão dos altos rios das bacias do Purus e Juruá. Marcelo Iglesias afirma que, em relatos orais, é constante a referência a vigência da “lei do papo amarelo” ou “lei do 44” nos seringais no início do século XX.<sup>238</sup> Castello Branco aponta que o Território do Acre era o ‘império do rifle 44’, e mandava no rio o seringalista que tinha mais armas. Ele sugere que os confrontos com os índios e o contato com os animais da floresta favorecia a larga distribuição das armas para os seringueiros, que, por outro lado, eram usadas nas guerras entre seringalistas, saques e assassinatos.<sup>239</sup> Cristina Wolff sugere que as relações de gênero também eram, em grande medida, mediadas pelo rifle, pois ele estava presente no rapto de

<sup>235</sup> SOUTER, Gerry. *American shooter: a personal history of gun culture in United States*. Washington, DC: Potomac Books, 2012. p. 30. HENSHAW, Thomas. *The History of Winchester Firearms (1866-1992)*. 6° Ed. Winchester Press, 1993. p.8.

<sup>236</sup> Sobre pedidos de Winchester feitos pelos exércitos ver: HOUZE, Herbert G. *Winchester Repeating Arms Company: its history and development from 1865-1981*. Krause Publications, 2004. p. 55-66.

<sup>237</sup> JONES, Karen. Guns, Masculinity and and Marksmanship: codes of killing and conservation in the nineteenth-century in american west. In: JONES, Karen; MACOLA, Giacomo; WELCH, David (org.). *A Cultural History of Firearms in the Age of Empire*. Burlington, Vt.: Ashgate Publishing Company, 2013. p. 39-56.

<sup>238</sup> IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. *Os Kaxinawá de Felizardo: Correrias, Trabalho e Civilização no Alto Juruá*. Brasília: Paralelo 15, 2010. p. 61.

<sup>239</sup> BRANCO. O Povoamento da Acreania. *op. cit.*, p. 227-228.

índias nas correrias, nas brigas conjugais, nas estratégias de autoproteção das mulheres nos varadouros e etc.<sup>240</sup>

O Winchester 44 era onipresente nos rios e tinha nos seringalistas o seu grande defensor. Euclides da Cunha, ao falar sobre o endividamento do seringueiro, menciona que, como item básico para o trabalho de extração da borracha, o freguês recebia uma Winchester 44 e 200 balas.<sup>241</sup> Contudo, a quantidade de armas por seringueiro variava, pois o seringalista Avelino de Medeiros Chaves mencionou, em 1913, que entregava dois rifles.<sup>242</sup> O prefeito do Alto Purus, Samuel Barreira, apontou em relatório para o Ministério da Justiça em 1914, que era possível “avaliar o número de rifles nesta região pelo número de indivíduos que a habitam”, pois eram portados por homens, mulheres e crianças. Barreira menciona também que os seringalistas advogavam a necessidade de os seringueiros portarem as armas como proteção contra o ataque de animais e para abastecimento de carne de caça.<sup>243</sup> Já o engenheiro João Alberto Masô, delegado do Ministério da Agricultura no Território do Acre, via com bons olhos o fato, assinalando que as fronteiras do Brasil com a Bolívia e o Peru estavam muito bem protegidas, pois, em sua opinião, os seringueiros e seringalistas do Território do Acre eram os “melhores atiradores do mundo”.<sup>244</sup>

Os livros de memória e a própria produção historiográfica citam casos que ilustram a forte inserção dos rifles na sociedade. Algumas pessoas davam nomes femininos para as suas armas, como no caso da “Matadeira” do advogado Josias Lima, que atuava no alto Acre.<sup>245</sup> Um caso célebre é o do seringalista Francisco Freire de Carvalho, no Juruá, que se frustrou com o seu rifle após errar, por centímetros, um tiro contra a cabeça de um suposto ladrão de melancias que atacava a sua propriedade.<sup>246</sup> Outro caso tornado célebre é o de outro

<sup>240</sup> Ver, principalmente, o capítulo 5 “A linguagem da violência” em: WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta: uma história – Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

<sup>241</sup> CUNHA, Euclides. *Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaios Amazônicos*. Coleção Brasil 500 Anos. Brasília: Senado Federal/ Conselho Editorial, 2000. p. 127.

<sup>242</sup> CHAVES, Avelino de Medeiros. *A exploração da Hevea no Território Federal do Acre*: monografia apresentada à Exposição Nacional da Borracha. Rio de Janeiro: Turmaus & Machado, 1913. p. 67-68.

<sup>243</sup> BARREIRA, Samuel. Relatório apresentado ao exm. Sr. Dr. Samuel Barreira ao exm. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores (continuação). *Alto Purus*, Sena Madureira, 06 de março de 1914. p. 2. Acervo FBN.

<sup>244</sup> O CRUZEIRO DO SUL. Delegacia do Ministério da Agricultura no Território do Acre: relatório apresentado do Sr. Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio em 1912, pelo delegado engenheiro João Alberto Masô (continuação). *Cruzeiro do Sul*, 12 de julho de 1914. p. 2. Acervo FBN.

<sup>245</sup> LIMA, Esperidião de Q. *11 anos na Amazônia*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966. p. 125.

<sup>246</sup> BRANCO. *O Povoamento da Acreania*. *op. cit.*, p. 242.

seringalista, no rio Acre que marcava, com cruces, todos os assassinatos que havia praticado na coronha do seu rifle, como forma de impor medo.<sup>247</sup>

O Winchester 44, não raro, também posava em fotos com seus donos. Percebe-se essa prática nas fotos enviadas por seringalistas para revistas ilustradas na Capital Federal, como *O Malho*. No caso de *O Malho*, a revista publicava, na coluna “Aspectos da Vida nos Confins do Brasil”, fotografias enviadas por leitores do interior do país. Em pelo menos duas ocasiões mostradas abaixo, a revista publicou fotos enviadas por leitores do Território Federal do Acre. Na descrição de uma das fotos, a revista criticou de forma irônica a quantidade de armas empunhadas pelas pessoas que posaram para a foto, afirmando que, provavelmente, o grupo estava esperando por um ataque de índios. Observa-se também que apenas as crianças não estavam empunhando os rifles.

**Foto 04:** Seringalistas e seus auxiliares posando com rifles Winchester calibre 44 em foto publicada em *O Malho* (1912)



**Fonte:** O MALHO. Aspectos da vida nos confins do Brasil. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1912. p. 42. Acervo FBN.

<sup>247</sup> TOCANTINS, Leandro. *O Rio Comanda a Vida*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961. p. 201.

Na foto abaixo, publicada em 1913, as pessoas tiveram um cuidado maior de posar com elementos outros, que implicitamente justificassem a presença do Winchester 44. O rifle “papo amarelo” aparece com amplo destaque no centro, mas acompanhado de uma mandíbula de jacaré. Outros elementos também aparecem com destaque, como um número da própria revista e uma chaleira.

**Foto 05:** Seringalistas e agentes da União no Tarauacá posando com rifles Winchester 44 em foto publicada no *O Malho* (1913)



**Fonte:** O MALHO. Nos Confins do Brasil. Rio de Janeiro, 21 de junho de 1913. p. 50. Acervo FBN.

O rifle Winchester 44 era um agente fundamental na comunicação entre seringalistas e seringueiros no espaço do seringal. Para convocar os seringueiros das diversas colocações da sua propriedade, seja por causa da chegada de mercadorias, pela celebração de alguma festa no barracão ou com o objetivo de defender os interesses do seringal, o seringalista dava tiros ao alto. Era uma forma de comunicação compartilhada. Os seringueiros mais próximos do barracão, ao ouvir os tiros, deveriam replicar os disparos, para que os fregueses em colocações mais distantes ouvissem o chamado do patrão, e assim por diante. Esse tipo de

linguagem era a forma mais rápida de convocar os seringueiros, já que muitos deles trabalhavam e viviam em colocações há horas ou dias de viagem do barracão. O médico Esperidião de Queiroz Lima, em seu livro de memórias, detalha como funcionava esse método de comunicação nos seringais:

Partiram de cada barracão seis tiros de rifle disparados com espaços diversos à semelhança do código Morse, formando um sinal convencionado e diferente para cada seringal. Era “o sinal de chamada” ao barracão, a ordem de saída de todos os seringueiros do centro para a margem do rio. Nas barracas dispersas ao longo dos varadouros, cada seringueiro, ouvindo o sinal o chefe, no mesmo instante disparava seu rifle, repetindo com exatidão, o que servia ao mesmo tempo de resposta ao chamado e de retransmissão para as barracas mais distantes. Assim repetido, o sinal alcançou em poucos minutos as últimas moradias do centro do seringal, situadas a um ou dois dias de viagem. Cada seringueiro, depois de repetir “o sinal de chamada”, punha-se imediatamente a caminho do barracão, levando o seu rifle e a munição que possuía.<sup>248</sup>

Era dever de todo o seringueiro defender os interesses do patrão, manter a ordem e a disciplina no seringal, ou mesmo fora dele, se o seringalista assim o quisesse. Desse modo, como cada seringueiro tinha um ou dois rifles e munição, os poderes de defesa e ataque de um seringalista, bem como o seu raio de atuação, estava relacionado à quantidade de trabalhadores no seringal.

No caso específico do rio Iaco, paradoxalmente, os rifles ajudaram a equilibrar as forças entre os seringalistas. A posição privilegiada de Childerico Fernandes e Avelino Chaves na cadeia de aviamentos do rio Iaco não significou um domínio efetivo sobre os demais proprietários. Ambos tiveram papel de liderança nas ações políticas da oligarquia do rio Iaco, mas, entre os membros desse grupo, houve um equilíbrio de poder fundamental para a manutenção dos laços de solidariedade. Os principais desentendimentos, tensões e conflitos entre seringalistas iacoaras, entre os anos de 1906 e 1920, incluindo uma séria discórdia entre Fernandes e Chaves nos anos de 1915 e 1917, terminaram em reconciliação ou diálogo, pela ponderação das consequências políticas e, principalmente, econômicas dos possíveis conflitos armados.

Um dos exemplos mais notáveis de que as armas contribuía para o equilíbrio de forças no Iaco foram às tensões envolvendo a seringalista Clara Linda do Amor Divino e Childerico José Fernandes entre 1915 e 1917. Amor Divino era viúva de José Alves de Oliveira, e herdou os seringais Santa Clara e Itamarati, ascendendo a seringalista em 1903.

---

<sup>248</sup> LIMA. *11 anos na Amazônia*. *op. cit.* p. 153.

Ambos os seringais utilizavam dos serviços da *Fernandes & Cia* para o transporte de borracha e mercadorias. O estopim da crise foi uma denúncia feita em um jornal em Belém do Pará, em 1915, de que funcionários do judiciário de Sena Madureira estavam sendo coagidos por Childerico José Fernandes a validar documentos supostamente falsos que indicavam que Amor Divino teria dado seus seringais como garantia do pagamento de uma dívida contraída com a *Fernandes & Cia*.<sup>249</sup>

Diante da denúncia, Joaquim Alves de Oliveira, filho de Amor Divino, e proprietário dos seringais Fortaleza e Paraíso, assumiu, como representante, os negócios de sua mãe, por ela ser octogenária e pela deterioração de suas condições mentais. O judiciário de Sena Madureira, controlado por Childerico Fernandes, declarou a ilegalidade da ação em 1917.<sup>250</sup> O Tribunal de Justiça também declarou que Amor Divino não tinha condições mentais de designar um representante, mesmo que fosse seu filho, e indicou a interdição da proprietária. Com a interdição, somente o tribunal poderia nomear um novo representante comercial para Santa Clara e Itamarati. Joaquim Alves de Oliveira, diante da decisão judicial, mobilizou os seringueiros e suas armas em Santa Clara, Itamarati, Fortaleza e Paraíso. A possibilidade de um conflito armado levou Avelino de Medeiros Chaves, na condição de prefeito do departamento, a intervir e negociar com Oliveira uma saída pacífica para a crise.<sup>251</sup>

Além das relações comerciais e do equilíbrio de poder pelas armas, a oligarquia do rio Iaco teve seus laços de solidariedade estruturados a partir das relações de amizade, compadrio e de trocas de favores. Por exemplo, a empresa seringalista *Hoyos Hermanos* (dos irmãos Dom Fabriciano, Emygídio e Secundino Hoyos) era proprietária dos seringais Florescência e São Francisco no médio Iaco e freguês da *Rocha & Silva* de Belém, que tinha como um dos sócios Childerico José Fernandes.<sup>252</sup> Em janeiro de 1915, Fernandes foi padrinho de casamento de Dom Fabriciano Hoyos com Dona Soíla Hoyos, tendo, como testemunha, o seringalista Bernardo Porto, amigo e aliado de Childerico.<sup>253</sup> Entre 1903 e 1913, Bernardo Porto e Dom Fabriciano Hoyos foram sócios na firma *Hoyos & Porto*, que administrava o seringal Florescência.

<sup>249</sup> ESTADO DO PARÁ. Como Protesto. *op. cit.*, p. 5. Acervo FBN.

<sup>250</sup> CHAVES, Pompeu. Interdição de dona Clara Linda do Amor Divino. *O Alto Purus*. Sena Madureira, 10 de outubro de 1915.p. 4. Acervo FBN.

<sup>251</sup> O ALTO PURUS. Várias Notícias. Sena Madureira, 07 de maio de 1917. p. 4. Acervo FBN.

<sup>252</sup> FILHO, Antônio Cesário de Alvim. De Protesto. *O Alto Purus*. Sena Madureira, 12 de setembro de 1915. p. 4. Acervo FBN.

<sup>253</sup> O ALTO PURUS. Casamento. Sena Madureira. 17 de janeiro de 1915. p. 3. Acervo FBN.

Essa rede fluvial era mais extensa e complexa, mas, não cabe aqui esgotar o tema, e sim salientar como o grupo político do rio Iaco se organizou. A proximidade pelo curso fluvial era a base para a aliança entre esses proprietários. O equilíbrio de forças pelas armas disponíveis, pelas afinidades, pelos laços comerciais e trocas de favores tornou possível a formação do Partido Progressista em 1910; agremiação que congregou a maior parte dos senhores do rio Iaco. Expressão máxima da agremiação foi o periódico *Brazil Acreano*, jornal publicado entre os anos de 1910 e 1912, que expunha o posicionamento dos seringalistas iacoaras frente à autonomia política e econômica do Território do Acre.

## **2. 2- A guerra dos rios parte 1: políticas, alianças e conflitos entre os senhores do Iaco-Macauã e Caeté-Purus.**

O rio Iaco não era o único curso de água a atravessar a área dentro dos limites do Departamento do Alto Purus. Os rios Macauã, Caeté e alto Purus também cruzavam o departamento e tinham, pois, relação com as lógicas de formação dos seringais, dos laços comerciais e de solidariedade. A formação da indústria extrativista no rio Macauã esteve muito ligada à formação dos primeiros seringais do médio Iaco, o que explica, em parte, a proximidade política mantida entre os seringalistas do Iaco e Macauã. Por outro lado, os laços de solidariedade entre os seringalistas do alto Purus e Caeté eram mais frágeis, o que facilitou a emergência de graves tensões e conflitos armados por questões comerciais. Muitos desses proprietários tinham seus próprios objetivos e interesses políticos que passavam pelo controle do poder em Sena Madureira, a capital do Departamento do Alto Purus, criada em 1904. Em última instância, o Governo Federal, com a fundação do departamento, reuniu grupos com formações, objetivos e formas de atuação bastante distintas, favorecendo as violentas disputas que ocorreram pelo controle do poder em Sena Madureira.

Para além dos diferentes interesses e formações, a ansiedade pela transformação do Acre em estado da federação intensificou as tensões entre os senhores dos rios Iaco-Macauã e Caeté-Purus, potencializando as divergências de opinião quanto à maneira pela qual deveria ser alcançada a autonomia. Havia também discordâncias sobre a cidade sede do futuro estado. Tantas divergências levaram à consolidação e guerra entre essas diferentes oligarquias

fluviais, arrebatando os grupos profissionais e sociais que atuavam na capital do Purus. O que estava em jogo eram a hegemonia política e o monopólio da relação com o Estado.

As primeiras investidas mais agressivas de transformar o Acre em estado autônomo, no Departamento do Alto Purus, partiram de um grupo de advogados, juizes e “râbulas”<sup>254</sup>, reunidos em torno de Laudelino Benigno, também coronel da Guarda Nacional, e José Martins de Freitas. Benigno e Freitas atuavam como advogados em Sena Madureira e em Boca do Caeté, povoado localizado algumas horas abaixo de Sena Madureira, na confluência do rio Iaco com o Caeté. Eles também trabalhavam em dois escritórios da empresa intermediadora *B. Santos & Co.* que transportava pessoas, borracha e mercadorias no vapor *Canutama*. Esse grupo criou um periódico que começou a ser publicado em 11 março de 1909, o *Estado do Acre*, por meio do qual diziam-se “emancipacionistas” contrários à discriminação econômica e política sofrida pelo Território do Acre por parte das autoridades na Capital Federal. A maior reclamação do grupo era que o Governo Federal arrecadava muito em impostos sobre a borracha no Acre, mas pouco investia na região, tratando-a como uma colônia do Brasil.

Ao nosso silêncio só se poderia qualificar de pérfido, e a nossa agitação constitucional, nossa opinião ecoando muito além de nossas florestas, se não tem a força da dinamite explodindo nos pés da República, terá o poder da evolução, contra o qual não há caprichos humanos e individuais (...) A insistência do governo em nos olhar como colonos nenhum prejuízo lhe traz, mas é um desastre para as nossas finanças, nosso progresso e nosso brio.<sup>255</sup>

Ambos os líderes emancipacionistas eram ligados aos irmãos Antônio, José e Tristão da Costa Gadelha, seringalistas donos da empresa *J. Gadelha & Irmãos*. Tristão era sócio também de outra empresa: a *Gadelha & Bastos*. Juntas, as duas firmas eram donas de diversos seringais na confluência dos rios Caeté e Iaco, destacando-se os seringais Granja, Campinas, Canamari e Curitiba. O povoado de Boca do Caeté era praticamente uma propriedade dos irmãos Gadelha, no qual eles faziam festas, piqueniques e centravam as operações políticas do grupo emancipacionista. A *J. Gadelha & Irmãos* era mais do que uma grande empresa seringalista. Do mesmo modo que seus colegas Avelinos Chaves e Childerico Fernandes, no Iaco, os Gadelha possuíam também a sua frota de transportes de mercadorias e borracha que

<sup>254</sup> Pessoas que exerciam a advocacia, sem serem diplomadas.

<sup>255</sup> O ESTADO DO ACRE. Acreanos! Sena Madureira, 11 de março de 1909. p. 2. Acervo FBN.



contava com uma luxuosa embarcação construída na Europa, o *Marie*. Esses proprietários eram, assim, seringalistas e intermediários da cadeia de aviamentos dos rios Caeté e Purus. Em 1909, os Gadelha buscavam aumentar sua influência política em Sena Madureira durante a administração do prefeito Cândido José Mariano (1905-1910).<sup>256</sup>

Os emancipacionistas além de organizarem uma série de eventos e passeatas de apoio à autonomia, incentivavam os seringalistas a pegarem em armas contra o Governo Federal pela transformação do Acre em estado. Em julho de 1909, explodiu um confronto armado no rio Purus entre emancipacionistas favoráveis à derrubada do prefeito substituto Samuel Barreira, amigo de Childerico Fernandes, e proprietários favoráveis aos seringalistas do rio Iaco<sup>257</sup>, terminando com a rápida derrota e prisão dos rebelados.<sup>258</sup> A forte tensão foi momentaneamente dissolvida com as notícias sobre a alta cotação da borracha em 25 de agosto, chegando a 11\$300 o quilo. A notícia foi tão bem recebida que Laudelino Benigno, representando os proprietários emancipacionistas do rio Caeté e Purus, especialmente a *J. Gadelha & Irmãos*, cavalgou ao lado de Avelino de Medeiros Chaves, Childerico José Fernandes e outros proprietários do Iaco em desfile de comemoração pelas ruas de Sena Madureira.<sup>259</sup>

Em outubro de 1909 a tensão entre os seringalistas do rio Iaco e emancipacionistas aumentaria com o apoio formal do coronel Antônio Antunes de Alencar ao grupo emancipacionista do Caeté/Purus, inclusive com oferta de financiamento de ações.<sup>260</sup> Alencar foi um dos nomes a liderar a rebelião do rio Acre contra o domínio boliviano e considerava-se sucessor de Plácido de Castro, assassinado em 11 de agosto de 1908. Era um dos mais célebres bastiões da causa autonomista no rio Acre.<sup>261</sup> A esse grupo se juntaria também

<sup>256</sup> Todas essas informações podem ser encontradas no jornal *Estado do Acre*, que sempre noticiava eventos do cotidiano que envolvia os irmãos Gadelha e até detalhes de suas vidas particulares.

<sup>257</sup> Sobre esse episódio ver: LOUREIRO. *O Brasil Acreano.op. cit.*, p. 40-41.

<sup>258</sup> *Ibidem*, p. 25-26.

<sup>259</sup> *Ibidem*., 2004, p. 27.

<sup>260</sup> Ver a parte “Ordem Pública” em: TERRITÓRIO DO ACRE, DEPARTAMENTO DO ALTO PURUS. *Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Rivadavia da Cunha Correa, Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores pelo Dr. Godofredo Maciel, prefeito do Alto Purus*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1912.

<sup>261</sup> Embora Alencar fosse considerado pelo seu grupo político o “sucessor de Plácido de Castro”, não era assim que muitos pensavam no Território do Acre. Há mesmo um célebre episódio narrado pelo próprio Plácido de Castro e geralmente repetido pelos seus adversários políticos. O episódio diz respeito a Alencar no comando de uma operação que visava forçar a passagem do navio *Independência* pelo rio Acre, atravessado por correntes pelo exército boliviano: “Isto muito impressionou o Coronel Alencar, que, devendo achar-se na véspera do dia marcado para a passagem em uma volta acima de Porto Acre, deixou-se ficar em São Jerônimo, pedindo-me dali dispensa do comando, por se achar doente do fígado e desconfiado de estar atacado de pneumonia. A este conjunto confuso de enfermidades nas ocasiões de grandes lances, eu costumo chamar <<cagacite-aguda>>, não sei se com propriedade ou não.” Ver: CASTRO, J. Plácido. Apontamentos sobre a Revolução Acreana. In:

Augusto Alves da Silva Bacurau, ex-gerente do seringal Catuaba, no rio Acre, aliado de Alencar, arrendatário do seringal Arapixi, no Caeté, em 1910. Bacurau se converteria em um importante opositor aos seringalistas do Iaco nos anos seguintes.<sup>262</sup>

Em reação à formação do movimento emancipacionista, os seringalistas do rio Iaco criaram o Partido Progressista, em 30 de novembro de 1910. Esse partido congregava seringalistas, comerciantes, advogados e outros que defendiam a conquista progressiva da autonomia estadual do Território do Acre, por vias legais e sem o uso da força. O jornal *Brazil Acreano* já existia desde abril de 1910, sendo dirigido pelo advogado Antônio Pinto de Areal Souto, um dos líderes do partido. De novembro de 1910 em diante, o *Brazil Acreano* tornou-se oficialmente o porta voz do Partido Progressista e o então prefeito Samuel Barreira foi nomeado presidente da agremiação.

Importante frisar que os seringalistas dos rios Iaco e Caeté evitaram se colocar na linha de frente dos partidos nomeando, para tal, representantes que moravam em Sena Madureira. A postura inicial, de ambos os lados, foi observar os seus representantes se digladiarem pelas páginas dos jornais. Mas a escalada de tensões levou a situação a níveis mais graves e os seringalistas passaram para a linha de frente do confronto. Primeiramente, vieram as moções de apoio aos partidos com o nome dos seringalistas e os rios de origem. Depois, surgiram as publicações assinadas por seringalistas, contendo ameaças veladas e, posteriormente, explícitas de violência pelo uso das armas. Desde o primeiro momento tornava-se mais claro quem eram os seringalistas que, de fato, mandavam nos partidos.

O quadro abaixo mostra a lista de seringalistas que eram delegados regionais, filiados ou entusiastas do Partido Progressista. Cada seringalista foi separado pelo rio onde se

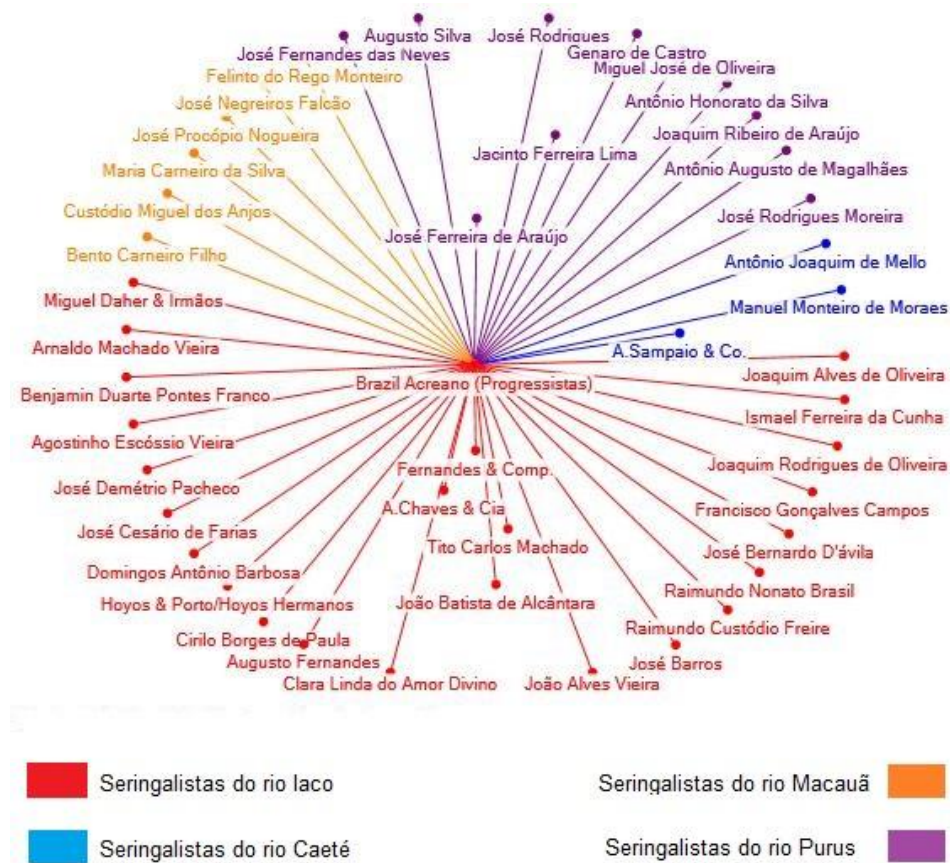
---

CASTRO, Genesco de. *O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro: Excerptos Históricos*. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998. p. 51.

<sup>262</sup> O coronel Augusto Bacurau, homem “marcado com dezoito cicatrizes, de ferimentos recebidos nas lutas políticas na cidade de Crato, no Ceará”, segundo o médico Experidião de Queiroz Lima, atuou na segurança do governo do prefeito Gabino Bezouro, no Departamento do Alto Acre e gerente do seringal Catuaba da firma *The Mello Rubber Company*, no rio Acre, até fins de 1909, quando foi vítima de um tiro de raspão na altura do tórax em uma emboscada. Bacurau foi acusado no jornal *Gazeta da Tarde*, na Capital Federal, de ser chefe do grupo armado do coronel Antônio Antunes de Alencar, denunciado pela prática de espancamentos e censura a jornais de oposição em Xapuri. No jornal *A Noite*, também na Capital Federal, foi acusado em junho de 1912, de ser um “cangaceiro muito conhecido em Belém e no Ceará”. Em Arapixi, Bacurau aliou-se a Laudelino Benigno e deu proteção para o prefeito deposto Tristão Araripe em 1912, apoiando também as tropas federais que sufocaram a Revolta Autonomista do Alto Purus, liderada por Childerico José Fernandes. Em carta enviada à redação do jornal *O Município*, no Tarauacá, Augusto Bacurau classificou a revolta de “comédia aventureira” liderada por “indivíduos já tão tristemente conhecidos nesta parte do país pelos seus atos de extrema baixezza”. Ver: LIMA. *11 anos na Amazônia. op. cit.*, p. 117 e 122-123.; Mello, A. O Alto Purus: Sr. Távora é o maior responsável pela revolução. *A Noite*. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1912. p. 2. Acervo FBN.; O MUNICÍPIO. Revolução em Sena Madureira. Rio Tarauacá, 29 de junho de 1912. p. 1. Acervo FBN.

localizava as suas propriedades e pela sua posição no partido. Quanto mais próximo do núcleo, maior o grau de autoridade dentro da agremiação.

**Gráfico 01:** Seringalistas do Partido Progressista



No rio Iaco, Childerico Fernandes, Avelino Chaves, Tito Carlos Machado e João Batista de Alcântara eram os delegados mais ativos do Partido Progressista. Desse rio, 24 seringalistas eram ligados à agremiação. A maioria deles era proprietária de dois ou mais seringais, que totalizavam 67. No Macauã, 5 seringalistas, detentores de 10 seringais apoiavam os progressistas. Grande parte dos senhores do rio Iaco e Macauã apoiava o partido, deixando explícita a aliança construída em torno do projeto iacoara de controle da prefeitura de Sena Madureira.<sup>263</sup>

Surpreende, à primeira vista, o número de seringalistas dos rios Purus e Caeté nesse quadro. Mas, pelo que se pode apreender nas fontes, a filiação desses proprietários está

<sup>263</sup> Esses nomes foram tirados de vários artigos de apoio ao Partido Progressista publicados no jornal *Brazil Acreano*, principalmente duas moções de apoio ao Partido Progressista contidas em: BRAZIL ACREANO. Grande Reunião Cívica: moção de apoio ao Presidente Nilo Peçanha em relação à autonomia do Acre por meios pacíficos e aos poucos. Sena Madureira, 12 de abril de 1910. p. 1.; BRAZIL ACREANO. O Departamento do Alto Purus perante a autonomia do Território: documento de alto valor. Sena Madureira, 11 de junho de 1910. p. 2. Acervo FBN.

intimamente ligada as conturbadas relações comerciais e de inimizade entre seringalistas vizinhos nesses dois rios. Se no rio Iaco o grau de solidariedade e coesão entre os seringalistas vizinhos era considerável, o mesmo não se pode dizer em relação ao Caeté e Purus. Problemas comerciais e disputa por seringais nesses dois rios levaram muitos proprietários a aliança com os seringalistas do rio Iaco, buscando forças para proteger ou expandir as suas propriedades.

O próprio periódico *Estado do Acre* deu publicidade aos violentos conflitos internos no rio Caeté. Por exemplo, em 1909, a *J. Gadelha & Irmãos* movia ação na justiça contra a empresa seringalista *Antônio Cruz & Co.* pela posse do seringal Iracema. Essa empresa, por meio de seu gerente, Julião Sampaio, entrou para o Partido Progressista e foi uma das grandes defensoras da agremiação. Já no Purus, o temido coronel José Ferreira de Araújo, célebre por sangrentas façanhas durante confrontos ocorridos anos antes no Ceará, ameaçava desde 1909 o seu vizinho, o major Cassiano Ferreira, dono dos seringais Lauro Sodré e Boa Vista, por supostamente ter invadido parte de suas terras.<sup>264</sup> José Ferreira de Araújo rompeu também, em 1908, uma parceria comercial de 10 anos com a *J. Gadelha & Irmãos* por disputar a posse do seringal Boca do Iaco.<sup>265</sup>

Os desentendimentos comerciais nos rios Caeté e Purus foram importantes para a conformação dos grupos emancipacionista e progressista. Mas além dessas contendas, havia uma grande disputa por seringais nos rios Macauã e Caeté, cursos fluviais que corriam paralelamente próximos um do outro. Os conflitos no sistema Caeté-Macauã podem ter levado também os seringalistas desse último curso fluvial a apoiarem os senhores do rio Iaco. O *Estado do Acre* deu ampla publicidade às tensões no Caeté-Macauã, como no caso do coronel Demétrio Padilha, emancipacionista, duramente acochado no alto Caeté por tentativas de invasão do seu seringal por Ramon Ludena, proprietário no alto Macauã. Situação similar foi denunciada por Bernardo D'Ávila, no igarapé Cuatipari, também no alto Caeté, proprietário que constantemente trocava tiros com os seringalistas do alto Macauã, nos fundos de sua propriedade.<sup>266</sup>

O apoio que os seringalistas iacoaras tinham no Caeté e Purus gerou provocações mais graves, que convocavam os seringalistas opositores para uma guerra aberta. Em 11 de junho de 1910, o jornal *Brazil Acreano* publicou um diálogo fictício entre os principais líderes do

<sup>264</sup> Esses conflitos eram constantemente noticiados no jornal *Estado do Acre*, entre 1908 e 1909, quando o periódico se posicionava contra os seringalistas que rejeitavam os emancipacionistas.

<sup>265</sup> BRANCO. *Caminhos do Acre.op. cit.*, p. 147.

<sup>266</sup> Essas denúncias ocorrem em vários números do jornal *Estado do Acre*, entre os anos de 1908 e 1909.

Partido Emancipacionista insinuando, com ironia, que nenhum seringalista os apoiava. O texto continha também uma ameaça velada quanto ao futuro do Partido Emancipacionista em Sena Madureira:

(...) Que somos nós? Sondei todas as paragens e só ouvi maldições!

O Iaco – era uma esfinge de lábios cerrados aos nossos lamentos.

O Macauã – uma planície gelada ao calor de nossas invocações

O Caeté – um penedo imóvel às nossas súplicas

O Purus – o impenetrável sobreposto aos nossos reclamos

Sena Madureira – a cidade ingrata que “não possuirá mais os nossos ossos”.<sup>267</sup>

Essa ironia encobre a realidade das alianças do grupo emancipacionista. Com o aumento das tensões, em fins de 1909, Tristão da Costa Gadelha ofereceu total apoio aos emancipacionistas em caso de agressão. Cassiano Ferreira também fez o mesmo e deu ampla publicidade ao fato.<sup>268</sup> Já em 13 de abril de 1910, o *Estado do Acre* publicaria um manifesto atestando que o jornal era o único e legítimo órgão dos interesses autonomistas no Departamento do Alto Purus. O manifesto foi assinado por diversos proprietários seringalistas.<sup>269</sup>

Esse manifesto descortina a ampla rede que fazia oposição às elites iacoaras. Nenhum proprietário dos rios Iaco e Macauã assinou o manifesto, ao passo que 15 seringalistas do rio Purus, possuidores de, no mínimo, 17 seringais, assinaram o documento. No rio Caeté, 6 proprietários de, no mínimo, 12 seringais assinaram o manifesto.<sup>270</sup> O quadro abaixo, detalha a origem e grau de liderança que esses seringalistas tinham no Partido Emancipacionista.

<sup>267</sup> O BRAZIL ACREANO. Novas e velhas. Sena Madureira, 11 de junho de 1910. p. 1. Acervo FBN.

<sup>268</sup> O ESTADO DO ACRE. Sena Madureira, 13 de novembro de 1909. p. 3. Acervo FBN.

<sup>269</sup> O ESTADO DO ACRE. Manifesto. Sena Madureira, 13 de abril de 1910. p. 1-2. Acervo FBN.

<sup>270</sup> *Ibidem*.

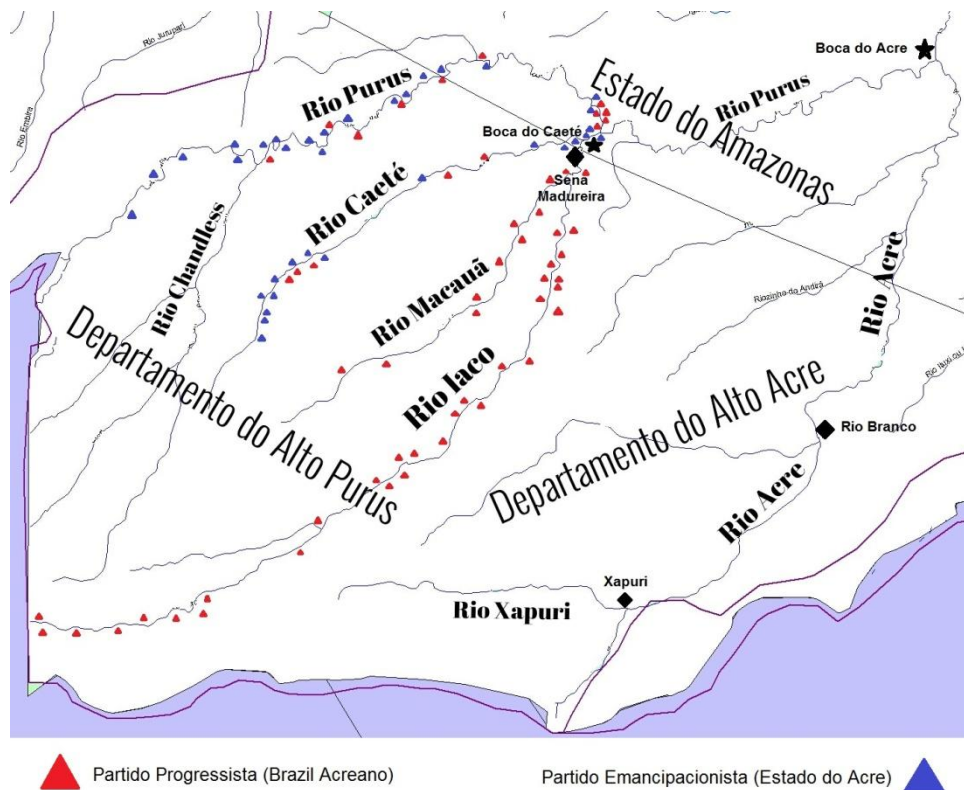
**Grafico 02:** Seringalistas do Partido Emancipacionista



Pelo quadro acima, percebe-se que o grupo era liderado pelos irmãos Gadelha, mas tinha amplo apoio tanto no Purus quanto, principalmente, no rio Caeté. Nenhum proprietário dos rios Iaco e Macauã apoiava o Partido Emancipacionista, o que os deixava em situação de desvantagem em caso de guerra aberta pelo controle político de Sena Madureira. Qualquer desavença entre os dois grupos provocaria conflitos armados entre vários seringais no Purus e Caeté, desestabilizando essas áreas, ao passo que os seringalistas do rio Iaco não corriam esse risco.

No mapa abaixo, de acordo com a indicação dos seringais na Carta Geográfica do Território Federal do Acre, de autoria do engenheiro João Alberto Masô em 1917, procurou-se, *grosso modo*, marcar a localização dos seringais de propriedade dos seringalistas que apoiavam o Partido Progressista e os que apoiavam o Partido Emancipacionista. Observa-se que os progressistas, em geral, estavam ao lado ou cercados por propriedades de emancipacionistas nos rios Purus e Caeté. Nos rios Iaco e Macauã havia consenso no apoio aos progressistas.

**Mapa 07:** Distribuição fluvial dos membros dos partidos Progressista e Emancipacionista



Mapa adaptado por André Vasques Vital a partir da localização e nome dos seringais contidos na Carta Geográfica do Território do Acre (1907-1917) do engenheiro João Alberto Masô.

**Acervo:** CDPI - Comissão Pró-Índio do Acre

As tensões entre os dois grupos, no Departamento do Alto Purus, ficaram mais graves a partir de 1910, quando, na esteira do escândalo de Putumayo<sup>271</sup>, o jornal *Estado do Acre* publicou uma série de denúncias, acusando os seringalistas do rio Iaco e seus aliados de praticarem assassinatos e barbáries contra seringueiros. O primeiro alvo foi o gerente Julião Sampaio, acusado de amarrar e fuzilar fregueses em Iracema, no rio Caeté.<sup>272</sup> Mas o que provocou a ira dos senhores do rio Iaco foi a ampla repercussão dada à fuga e posterior

<sup>271</sup>O rio Putumayo era uma área de litígio entre o Peru e a Colômbia, dominada pelo seringalista e caucheiro Julio Cesar Arana, dono das firmas *J. C. Arana y Hermanos* (com filiais em Lisboa, New York e Londres) e da *Peruvian Amazon Rubber Co.* com sede em Londres e com capitais ingleses. Em 1909, ocorreram denúncias em Lima sobre os horrores contra os povos indígenas da região, como escravidão, incêndios, envenenamentos, estupros, torturas, mutilações e etc. Pouco depois, mais denúncias foram feitas, dessa vez em Londres, por um aventureiro inglês, Walt Hardenburg, que viajou pelo rio Putumayo, apelidando a região de “paraíso do demônio”. A partir daí, o caso Putumayo ganhou contornos de escândalo internacional, sendo aberta investigação e processo contra Arana, movidos pela Câmara dos Comuns, na Inglaterra em associação com a Sociedade Antiescravista e de Proteção aos Aborígenes. Ver: PIZARRO, Ana. *Amazonia: El rio tiene vocês – Imaginario y Modernización*. Santiago: Fondo de Cultura Económica Chile, 2009. p. 108-129.

<sup>272</sup>O ESTADO DO ACRE. Sena Madureira, 23 de outubro de 1909. p. 2. Acervo FBN.

captura de sete seringueiros de Oriente, seringal do coronel Childerico José Fernandes em 12 de junho de 1910. O jornal noticiou que seis deles foram torturados e um morto a tiros. Além disso, o *Estado do Acre* denunciou a submissão da prefeitura, da polícia e do judiciário local ao poderio de Fernandes.<sup>273</sup> O caso ganhou repercussão na Capital Federal e em outros estados, forçando Childerico Fernandes a se defender pela imprensa de Manaus.<sup>274</sup>

Avelino de Medeiros Chaves manteve-se à distância desse conflito. Mas o seu sócio na *A. Chaves & Cia*, João Câncio Fernandes tomou as dores de seu irmão mais novo e publicou um inflamado artigo no jornal *Brazil Acreano*, defendendo Childerico e concluindo com uma nova e mais explícita ameaça ao grupo emancipacionista: “Tomem um conselho: pode a canzoada continuar a ladrar, mas que o faça sempre assim, covardemente, sempre de longe. Do contrário corre muito o risco de ver a dentuça despedaçada pelos tacões de nossas botas!”<sup>275</sup>

A primeira efetiva retaliação feita pelos proprietários iacoaras ocorreu em fins de junho de 1910, quando a embarcação do coronel Luiz de Hollanda, então proprietário do seringal Arapixi, no Caeté, foi recebida a tiros quando passava pelo rio Iaco, na altura dos seringais Oriente, Natal, Nova Olinda e Florescência. O *Estado do Acre* classificou o episódio como “grave agressão” e acusou os seringalistas Childerico Fernandes, Alfredo Vieira Lima e Bernardo Porto pelo atentado.<sup>276</sup> Em 22 de setembro de 1910, os confrontos se ampliaram, chegando a Sena Madureira, com tiroteios, expulsão e fuga dos desembargadores Fernando Luiz Ferreira Vieira, Elisário Távora e Domingos Américo de Carvalho, do juiz Tranquilino Leitão e dos advogados Laudelino Benigno e José Martins de Freitas, que se refugiaram com suas famílias em Boca do Caeté e Manaus.<sup>277</sup>

Os confrontos em Sena Madureira foram entendidos como sinal verde para que os vizinhos, no rio Caeté, pudessem acertar suas contas. O coronel José Ferreira de Araújo aproveitou o momento de instabilidade e com 60 homens sitiou o barracão do seringal Lauro Sodré. O sítio terminou com o brutal assassinato do coronel Cassiano Ferreira, executado com mais de cem tiros. Não satisfeito, o coronel Ferreira tentou, sem sucesso, atacar o vapor

<sup>273</sup> O ESTADO DO ACRE. Autoridades Assassinas: Sena Madureira. Sena Madureira, 12 de junho de 1910. p. 3. Acervo FBN.

<sup>274</sup> Ver, por exemplo: O PAIZ. Avulsos. Rio de Janeiro, 06 de novembro de 1910. p. 4. Acervo FBN.

<sup>275</sup> FERNANDES, João Câncio. Um Troco Certo. *O Brazil Acreano*. Sena Madureira, 28 de maio de 1910. p. 3. Acervo FBN.

<sup>276</sup> O ESTADO DO ACRE. Última Hora: Fatos Graves. Sena Madureira, 03 de julho de 1910. p. 4. Acervo FBN.

<sup>277</sup> Ver: LOUREIRO. *O Brazil Acreano. op. cit.*, p. 37; TERRITÓRIO DO ACRE, DEPARTAMENTO DO ALTO PURUS. *Relatório apresentado (...) op. cit.*



*Cearense*, no qual estavam, em fuga, o juiz Tranquilino Leitão, o coronel Laudelino Benigno e o coronel Agostinho Meirelles, este último, sócio da firma *Meirelles & Co.* e com o qual Ferreira também tinha desavenças.<sup>278</sup>

Entre 1905 e 1920, o poder político do Departamento do Alto Purus ficou majoritariamente na mão de prefeitos aliados, simpáticos ou mesmo seringalistas do grupo político da bacia do rio Iaco. O único prefeito que conseguiu manter diálogo tanto com progressistas como emancipacionistas foi Cândido José Mariano (1905-1910). Entre março e novembro de 1912, houve um momento de forte tensão, quando o departamento foi governado pelo coronel Tristão de Araripe, com assessoria de Laudelino Benigno e aliança com os emancipacionistas. Foi durante o governo Araripe que ocorreu a Revolta Autonomista de maio-julho de 1912, que depôs o prefeito. Após esse episódio, a maioria dos sucessivos prefeitos do Purus até 1920 foram seringalistas, membros ou simpatizantes do chamado “Partido Progressista”, o grupo iacoara: Bernardo Porto (1912), Samuel Barreira (1912-1916), Antônio Pinto de Areal Souto (1916), Avelino de Medeiros Chaves, Flaviano Flávio Batista<sup>279</sup> e José Inácio (1916-1918). Eleutério Frazão Muniz Varela (1918), Major João Batista D’Alcantara (1918-1919) e Fernando Pires Ferreira<sup>280</sup> (1919-1920).

A maioria dos prefeitos do Território do Acre entre 1905 a 1920, se aliou às principais oligarquias fluviais e aos grupos políticos vitoriosos em disputa nos departamentos. Alguns prefeitos tentaram se manter neutros, mas não tiveram habilidade suficiente para congregar os grupos antagônicos e fizeram governos considerados desastrosos. É o caso de Raphael Augusto da Cunha Mattos, prefeito responsável por um governo despótico no Departamento do Alto Acre em 1905, que teve um fim melancólico com sua solitária descida no barranco do rio Acre rumo ao vapor que o levaria de volta ao Rio de Janeiro, após a sua exoneração.<sup>281</sup> No entanto, esse caso não foi o único e nem o mais dramático.

José Thomaz da Cunha Vasconcelos, governou com mãos de ferro o Tarauacá entre abril de 1916 e fevereiro de 1918, e rejeitou qualquer diálogo com os seringalistas e com os

<sup>278</sup> CORREIO DO NORTE. Sucessos do Alto Purus: Graves Ocorrências – Assassinatos. Manaus, 11 de janeiro de 1911. p. 1. Acervo FBN.

<sup>279</sup> Flaviano Flávio Batista foi o único que se tornou oposição ao grupo iacoara, aliando-se a Antônio da Costa Gadelha, seringalista de Boca do Caeté. Ver: LOUREIRO, Antônio José Souto. *A Gazeta do Purus: cenas de uma epocha* (Senna Madureira, 1918/1924). Manaus: Imprensa Oficial, 1981.

<sup>280</sup> Segundo o historiador Francisco Pereira Costa, Fernando Pires Ferreira buscou o diálogo com os dois grupos políticos locais, tentando imprimir uma gestão mais imparcial. Não teve sucesso, caindo em isolamento total. Ver: COSTA, Francisco Pereira. *Seringueiros, patrões e a justiça no Acre Federal (1904-1918)*. Rio Branco: EDUFAC, 2005. p. 277.

<sup>281</sup> *Ibidem*.

comerciantes de Vila Seabra, capital do departamento. Sua fama espalhou-se por todo o Território do Acre, chegando também à Capital Federal, onde foi apelidado de “surucucu da zona policial”. Ao tentar impor a justiça nos seringais do rio Jurupari teve como resposta o brutal assassinato do delegado de polícia Sólón da Cunha em maio de 1916.<sup>282</sup> Mas seriam os comerciantes sírios de Vila Seabra que dariam fim ao seu governo.<sup>283</sup> Em janeiro de 1918, Cunha Vasconcelos sofreu um atentado a bomba dentro de sua residência, deixando sua esposa gravemente ferida.<sup>284</sup> O atentado pôs fim a administração Vasconcelos, que desceu o barranco rumo ao porto, com sua esposa sendo carregada. Sua partida teria deixando o Tarauacá em festa.<sup>285</sup>

### Charge 03: Aí vem o surucucu da zona!



<sup>282</sup> Sólón da Cunha era filho de Euclides da Cunha. Ver: JORNAL OFICIAL. Vila Seabra, 07 de maio de 1916. p. 1. Acervo FBN.

<sup>283</sup> Dois comerciantes sírios seriam apontados como responsáveis pelo atentado. Um como mandante e o outro como executor. Ver: JORNAL OFICIAL. Vila Seabra, 03 de março de 1918. p. 1. Acervo FBN.

<sup>284</sup> JORNAL OFICIAL. Vila Seabra, 20 de janeiro de 1918. p. 1. Acervo FBN.

<sup>285</sup> JORNAL OFICIAL. Vila Seabra, 03 de março de 1918. p. 1. Acervo FBN.

**Fonte:** O MALHO. Aí vem o surucucu da zona! Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1917. p. 41.

Acervo FBN

Acoçados por diferentes grupos e sem forças ou habilidades para reverter esse quadro, os prefeitos se viam obrigados a escolher os seus lados nas disputas intra-departamentais. A estabilidade política nos departamentos e a longevidade de um governo dependiam dessas escolhas.

### **2.3 - A guerra dos rios parte 2: imagens de civilização na disputa pela capital do futuro estado do Acre**

A cidade de Sena Madureira foi fundada em meio às tensões entre o Brasil e o Peru no dia 24 de setembro de 1904. O general José Siqueira de Menezes, veterano da guerra de Canudos, foi designado, meses antes, comandante-em-chefe das tropas brasileiras contra as forças peruanas e prefeito do Departamento do Alto Purus, com a missão de fundar a capital do departamento. Seguiu com trezentos homens, mas foi destituído do cargo de comandante ainda em viagem pelo rio Purus, já que fora assinada entre Brasil e Peru a convenção de arbitramento que afastava a possibilidade de guerra entre os países. Siqueira de Menezes seguiu viagem e estacionou com suas tropas no povoado de Boca do Caeté, ainda dentro dos limites do estado do Amazonas. Dias depois, retomou viagem, já na companhia de vários indivíduos, seringalistas, advogados, juízes e outros, que viviam no Caeté e no baixo Iaco para fundar a capital do departamento. Aportou na margem esquerda do rio Iaco, em terras do seringal Santa Fé, pouco acima dos limites com o estado do Amazonas. Deu ao lugar o nome de Sena Madureira. Ele e os soldados que o acompanhavam iniciaram os trabalhos de derrubada das matas, divisão do terreno em lotes e construção de um *tapiri* que serviria de sede provisória da prefeitura do Alto Purus.<sup>286</sup>

Nesse momento, o rio Iaco enquanto caminho fluvial tinha uma péssima reputação. O Iaco era tido como um cemitério de embarcações, com vários vapores encalhados ao longo do

---

<sup>286</sup> LOUREIRO. *A Gazeta do Purus. op. cit.*, p. 67-70; SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *História do Acre: novos temas, nova abordagem*. 3º Ed. Rio Branco: Ed. Carlos Alberto Alves de Souza, 2006. p. 103; RANZI, Cleusa Maria Damo. *Raízes do Acre*. Rio Branco: EDUFAC, 2008. p. 251.

seu curso.<sup>287</sup> O rio Purus, próximo à confluência com o rio Iaco, por sua vez, também se mostrava um curso fluvial de difícil navegação devido à grande quantidade de galhos e troncos de árvores arrastadas durante as cheias, que se chocavam com os vapores, provocando danos nos cascos. Em 1906, o prefeito do Departamento do Alto Purus, Cândido José Mariano (1905-1910) registrou, em relatório para o Ministério da Justiça, que a navegação no rio Iaco era completamente nula nos períodos de vazante, mesmo para embarcações de pequeno porte. Ele responsabilizaria os “paus e grossos madeiros” que ficavam depositados no leito do rio, após o fim das cheias.<sup>288</sup>

Siqueira de Menezes, doente, conseguiu a sua exoneração em 1904. A ele se seguiu, no governo do Departamento do Alto Purus, o Major Olimpio Agobar, que, igualmente, logo deixaria o cargo, sendo substituído interinamente pelo capitão Adolpho Lins nos primeiros meses de 1905.<sup>289</sup> Lins não se submeteu a *J. Gadelha & Irmãos* e foi rapidamente derrubado por homens armados sob o comando do coronel Laudelino Benigno.<sup>290</sup> Em vista do ocorrido, o Governo Federal designou um sucessor para Adolpho Lins: o engenheiro militar Cândido José Mariano, em março de 1905.<sup>291</sup> Mariano já atuava no interior do Amazonas e foi para Boca do Caeté com a tropa sob o comando do General Siqueira de Menezes. Diferente dos seus antecessores, Mariano instalou-se em Sena Madureira e criou os serviços de higiene, instrução pública, polícia e outros, procurando dialogar tanto com os seringalistas do rio Caeté, em torno dos irmãos Gadelha, quanto com os proprietários do rio Iaco. Essa transferência gerou uma perda de 1:000\$000 na arrecadação mensal da empresa *J. Gadelha &*

<sup>287</sup> Em 1902, uma expedição Amazonense, o “Juruema”, viajou pelo rio Iaco e encontrou nele, pelo menos três vapores encalhados “há longo tempo”. LOUREIRO. *A Gazeta do Purus.op.cit.*, p. 55.

<sup>288</sup> PREFEITURA DO ALTO PURUS, TERRITÓRIO DO ACRE. *Primeiro relatório anual*: apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo bacharel em Matemática, Ciências físicas e Naturais, Engenheiro Militar Cândido José Mariano, Prefeito do Departamento. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. p. 63-64.

<sup>289</sup> *Ibidem*, p. VI.

<sup>290</sup> Segundo uma biografia traçada por desafetos políticos de Laudelino Benigno, ele teria desembarcado em Lábrea, pela primeira vez, aos 17 anos de idade, para morar com o seu tio materno, o ourives Felipe de Raulino da Silva. Atuou primeiramente como aprendiz de alfaiate, mas em dado momento passou a atuar como “rábula”, conquistando dinheiro e poder em Lábrea. Entretanto, Benigno entrou em rota de colisão com importantes seringalistas que atuavam em Lábrea, sendo expulso dessa cidade e refugiando-se em Boca do Caeté. Entre 1908 e 1915 foi protagonista de episódios violentos contra as administrações da prefeitura e comerciantes pró-Iaco no Purus, sendo expulso de Sena Madureira duas vezes, tornando-se notório e temido em vários pontos do Território Federal do Acre, mas conquistando a amizade de Antônio Antunes de Alencar. Ver: GUERRA, Nilo. Sena Madureira. *O Correio do Purus*. Lábrea, 30 de junho de 1912. p. 2. Acervo FBN.; O MUNICÍPIO. Indivíduo Perigoso. Vila Seabra, 12 de março de 1916. p. 2. Acervo FBN.; BRANCO. Caminhos do Acre. *op. cit.*, p. 147.

<sup>291</sup> PREFEITURA DO ALTO PURUS, TERRITÓRIO DO ACRE. *Primeiro relatório anual*. *op. cit.*, p. V.

*Irmãos* que alugava duas casas em Boca do Caeté para a prefeitura. Essas casas serviam de sede administrativa, residência do prefeito e posto fiscal.<sup>292</sup>

Como prefeito, Mariano se esforçou por congregar grupos distintos e se colocar como representante dos interesses locais frente à União. No relatório de abril de 1906, Candido Mariano exalta suas próprias habilidades políticas para o cargo de prefeito do Purus, por ser conhecedor das necessidades locais. No capítulo “Ordem Pública”, o prefeito sublinha as dificuldades anteriores do governo do Amazonas em conseguir fazer valer a ordem e a justiça no Território do Acre, admitindo a existência do tronco como instrumento de tortura largamente utilizado pelos proprietários seringalistas contra fregueses e desafetos. Contudo, ele celebra a criação do Território Federal do Acre e sua divisão em departamentos para a conformação da ordem e da paz na região, ao mesmo tempo em que exalta a índole pacífica dos habitantes do Purus, minimizando as causas dos crimes ali cometidos. Diferente do que ocorre no primeiro relatório escrito por Thaumaturgo de Azevedo, no Juruá, Cândido Mariano opera um duplo movimento discursivo visando a agradar a União (elogiando suas decisões sobre o Território) e a ostentar um suposto respeito e satisfação das populações locais com a ordem pública:

Com a criação do Território do Acre, além das vantagens sem número que aos habitantes trouxe a instituição, veio também a facilitar o policiamento do interior, tornando uma realidade as garantias a vida, a liberdade, e a propriedade dos que residem nestes confins do território pátrio, pelo menos, para os que habitam este departamento, sobre o qual me pronuncio com pleno conhecimento de causa (...) Quase sempre as faltas cometidas, o são por efeito da excitação alcoólica, muito comum infelizmente, ou em satisfação de vinganças particulares, afrontas a honra e valentias do momento.

Conheço bastante de nosso país e boa parte do seu interior, para afirmar que em nenhuma outra zona o viajante encontra mais segurança para a sua vida e bens que nas margens do Amazonas e seus afluentes.<sup>293</sup>

Cândido Mariano foi mais adiante na defesa dos interesses locais e apontou erros cometidos pelos outros prefeitos, tentando se colocar como uma liderança regional. Requisitou do Governo Federal o aumento do repasse de verbas para melhor poder conformar a administração pública do departamento e teceu duras críticas ao comportamento “ditatorial” dos prefeitos dos departamentos vizinhos. Segundo Mariano, os prefeitos aproveitavam as brechas contidas no decreto nº 5.188, de criação dos departamentos, para se tornarem “supremos árbitros” da vida local: teriam criado impostos extras nos departamentos e

<sup>292</sup> *Ibidem.* p. 20 e 36.

<sup>293</sup> *Ibidem.* p. 13-15.

interferido no judiciário. Essa denúncia era um ataque frontal aos prefeitos Gregório Thaumaturgo de Azevedo e Raphael da Cunha Matos, que, além de exercerem controle sobre o judiciário, criaram diversos impostos no Alto Juruá e Alto Acre sem a permissão do Governo Federal.<sup>294</sup>

Em resposta a essa denúncia, o governo do general Thaumaturgo de Azevedo deixou explícito os interesses em jogo nas críticas que lhe eram dirigidas, ao publicar no jornal *O Cruzeiro do Sul*, uma conversa, sobre o Departamento do Alto Purus, travada entre autoridades do governo do Amazonas em um evento social em Manaus:

Do prefeito do Purus, num banquete em Manaus, disse o dr. Moreira Alves que as coisas ali corriam tão bem que até ignorava o nome do dr. Cândido Mariano! O ilustre juiz da comarca lançou assim uma acuradíssima ironia sobre o ex-chefe da repartição de obras públicas do Amazonas, querendo enaltecer o patriarcal sossego, próprio das famílias felizes, em que o Sr. Cândido Mariano vive no Purus com os grandes proprietários daquelas paragens.

E, no entanto, os ódios dos salarizados dos srs. Neris, convergem especialmente para o Juruá, decerto por ser o único Departamento em que se tem progredido.<sup>295</sup>

A passagem aqui exposta é elucidativa por expor os grupos políticos em choque nesse momento em nível regional. O Departamento do Alto Acre debatia-se em instabilidades políticas, enquanto os seus sucessivos prefeitos procuravam alardear feitos das administrações e sublinhar o progresso do seu departamento frente aos vizinhos. Cândido Mariano, no Purus, governava tranquilo, mas *com e para* os proprietários seringalistas das bacias hidrográficas do Iaco, Caeté e Purus. Embora Azevedo pudesse estar mais inclinado aos interesses dos proprietários do Juruá, cabe lembrar que o início de sua relação com estes foi conturbado, marcada por uma tentativa de sujeitá-los, ou seja, não gozava do mesmo apoio político interno de Mariano no Purus. Para piorar, havia a oligarquia do estado do Amazonas que nutria forte ressentimento pela anexação do Acre como Território Federal, e por essa razão era antipática a qualquer boa notícia que viesse do “feudo da União”.<sup>296</sup>

<sup>294</sup> *Ibidem*, p. 3-4. Sobre os impostos cobrados no Alto Acre ver: PREFEITURA DO ALTO ACRE. Relatório apresentado (...) por J. Plácido de Castro, Prefeito Interino – 1906,1907. *op. cit.*, p. 183.

<sup>295</sup> O CRUZEIRO DO SUL. Boas Pilherias. *Cruzeiro do Sul*, 29 de julho de 1906. p. 1. Acervo FBN.

<sup>296</sup> O termo “feudo da União” foi utilizado no editorial do jornal do *Correio do Purus*, publicado na cidade de Lábrea em 11 de fevereiro de 1909, quando noticiou sobre êxodo de populações do Purus amazonense para Sena Madureira, buscando melhores condições de vida. Nesse editorial, o redator Manoel de Castro Paiva criticou a usurpação do Território do Acre pela República e a consolidação da injustiça ao incentivar o progresso da região e sua propaganda como o novo El-dourado, promovendo assim a migração dos habitantes do Purus e Juruá para o Território Federal. Ver: PAIVA, Manoel de Castro. Editorial. *O Correio do Purus*. Lábrea, 11 de fevereiro de 1909. p. 1. Acervo FBN.

Os conflitos entre os prefeitos dos diferentes departamentos podem ser interpretados como sinais das primeiras ofensivas dos senhores dos rios visando a propagar uma imagem de civilidade e adequação das cidades, nas margens dos seus respectivos rios, como destinada a futura capital de um estado unificado do Acre. Desse modo, as capitais dos departamentos emergem como vitrines que indicavam o preparo das prefeituras e das elites seringalistas para receber, em seus núcleos urbanos, a capital do estado do Acre. A eleição de uma cidade como capital do Território ou estado do Acre implicaria na hegemonia das oligarquias fluviais do respectivo departamento sobre as demais, assim como no monopólio na interlocução com o Governo Federal.

Como aponta Laurent Vidal, a imagem de concentração e estabilidade do poder é parte fundamental dos diferentes projetos de capitais sonhadas. Assim como também é importante para o marketing da futura capital, emanar as aspirações sociais do seu tempo e congregar eventos simbólicos de um novo tempo: ser o lugar de fundação do primeiro hospital, da primeira instituição de ensino secundário, da primeira linha de bondes e etc.<sup>297</sup> Os seringalistas do rio Iaco escolheram a saúde pública como a ponta de lança da imagem que poderia alavancar o projeto de transformação de Sena Madureira como capital do Acre. Assim, concomitante aos ataques realizados contra os prefeitos do Alto Acre e Juruá, conformando uma liderança política territorial para Sena Madureira, o prefeito Cândido Mariano priorizou políticas de ordenamento espacial da cidade visando a criar uma imagem de cidade salubre a partir da saúde pública.<sup>298</sup>

Mariano criou, em 1906, a primeira Diretoria de Higiene do Território do Acre. Ela passou a atuar em conjunto com a Diretoria de Obras Públicas de modo a manter um rígido ordenamento urbano de acordo com preceitos de hidrografia sanitária, o que será analisado em capítulo oportuno. Já em março de 1908, o jornal oficial da prefeitura do Purus ostentava em seu discurso a transformação “miraculosa, da inextricável e emaranhada floresta, n’uma cidade cheia de vida e movimento”.<sup>299</sup> O reduzido número de doentes e mortos no perímetro urbano de Sena Madureira passava a ser prova do preparo da incipiente cidade para tornar-se capital do futuro estado unificado do Acre:

<sup>297</sup> VIDAL, Laurent. Capitais sonhadas, capitais abandonadas: considerações sobre a mobilidade das capitais nas Américas (séculos XVIII – XX). *História*. São Paulo, v. 30, n. 1, p. 3-36, jan.-jun., 2011.

<sup>298</sup> O ALTO PURUS. O Acre e seu Futuro. Sena Madureira, 1 de março de 1908. p. 1. Acervo FBN.

<sup>299</sup> O ALTO PURUS. Sena Madureira: Capital do Departamento. Sena Madureira, 1 e março de 1908. p. 1-2. Acervo FBN.

A povoação já conta um grande número de prédios, tem as suas ruas em número de dez todas abertas, possui mais de vinte casas de comércio, achase drenada convenientemente, de modo a permitir o fácil enxugo do solo e goza de excelentes condições de salubridade, como atesta veementemente a proporção mínima de mortalidade que apresenta (...)

Escrevemos essas ligeiras e despreziosas notas sobre a capital do Departamento, a fim de tornar conhecidas lá fora as nossas condições morais e materiais de existência, convencidos que prestamos bom serviço aos que se interessam pelo adiantamento e progresso desta região, mormente quando se cogita de uma sede única para a administração do Território do Acre, no caso de unificação das atuais prefeituras, achando-se Sena Madureira indicada naturalmente, pelo seu grau de prosperidade, índole dos habitantes e situação geográfica, para ser o coração do novo organismo político, administrativo e judiciário.<sup>300</sup>

O objetivo de Cândido Mariano era convencer o Governo Federal de que Sena Madureira era o lugar propício para ser capital de um estado unificado. Concomitante ao discurso do prefeito, os seringalistas do rio Iaco agiam: fundaram com recursos próprios o primeiro hospital do Território Federal do Acre, o Hospital de Caridade 22 de Maio, em 22 de maio de 1908, dia do aniversário do prefeito Cândido Mariano.<sup>301</sup>

O nome “Sena Madureira”, para a capital do Purus foi uma homenagem, do 1º prefeito do Purus, Siqueira de Menezes, ao oficial Antônio de Sena Madureira (1841-1889), um dos militares que se destacou na Guerra do Paraguai (1864-1870). Tratava-se de uma homenagem explícita ao exército, marcando simbolicamente a presença do Estado brasileiro no Acre. Cândido Mariano, contudo, sinalizou a associação entre o poder público e o privado dos seringais colocando nomes de rio para todas as ruas da cidade. Segundo ele, a decisão se justificava porque os rios resumiam “toda a existência comercial e política desta zona e também são eles os veículos do progresso e grandeza do nosso território”.<sup>302</sup> Nome de rio para as ruas é uma alusão aos corpos de água, mas sobretudo, uma referência aos grupos políticos organizados a partir de laços comerciais nesses cursos. Assim, as principais ruas de Sena Madureira chamavam-se Amazonas, Purus, Iaco, Caeté, Macauã, Canamari e etc.

Nesse primeiro momento, além de ter um prefeito que acenava com o diálogo para as elites seringalistas, Sena Madureira tinha uma vantagem importante sobre as demais capitais: estava edificada em uma área central do Território do Acre. Como aponta Laurent Vidal,

<sup>300</sup> *Ibidem*.

<sup>301</sup> LIBANIO, Samuel; LIBANIO, Cândido. Directoria de Hygiene: relatório apresentado pelodirector de hygiene ao exm. Sr. Dr. Prefeito do Departamento. In: PREFEITURA DO ALTO PURUS. *Relatório apresentado ao exm. Sr. dr. Augusto Tavares de Lyra, DD. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo prefeito do Departamento Dr. Cândido José Mariano concernente ao ano de 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. p. 53.

<sup>302</sup> PREFEITURA DO ALTO PURUS, TERRITÓRIO DO ACRE. *Primeiro relatório anual* op. cit., p. 21.



estava em voga, nesse período, uma filosofia política de centralização territorial das capitais: ou seja, valorizava-se a edificação de capitais em áreas centrais de uma unidade política. Nos EUA, a maioria dos novos territórios federais e estados da federação adicionou em suas constituições o dispositivo de centralidade geográfica de suas capitais.<sup>303</sup> A posição geográfica da cidade (entre Volta da Empresa e Cruzeiro do Sul) e sua propagada salubridade fez com que Sena Madureira, já em 1908, começasse a receber a sede das principais repartições federais do Território do Acre. Foram fundados o tribunal de apelação, a mesa de rendas federais, sede dos correios, delegacia do Ministério da Agricultura e outros.<sup>304</sup> Com a fundação dessas sedes, Sena Madureira foi, na prática, elevada à condição de capital do Território Federal do Acre, levando os seringalistas iacoaras a chamá-la de “Rainha do Acre”, uma provocação às demais capitais.<sup>305</sup>

Diante do sucesso inicial de Sena Madureira, os prefeitos dos Departamentos do Alto Juruá e Alto Acre agiram. O prefeito do Alto Juruá, General Thaumaturgo de Azevedo também construiu e divulgou uma imagem para Cruzeiro do Sul, a capital do Juruá. Estando Cruzeiro do Sul a duzentos metros acima do nível do mar, Azevedo comentou em um dos seus relatórios que “o paludismo, que tanto flagela a Amazônia, é quase desconhecido no Juruá”.<sup>306</sup> Costumava elogiar as temperaturas locais como forma de mostrar que o clima era mais ameno do que nas demais localidades da bacia amazônica brasileira. Contudo, alguns juruaenses faziam piada dessa imagem. Em 1908, um jornal humorístico publicado no Alto Juruá atribuiu jocosamente a um engenheiro que atuava na região a frase: “O Cruzeiro do Sul é a Petrópolis do Acre”.<sup>307</sup> Independente do alcance dessa imagem, fato é que a capital do Juruá permaneceu carente de uma Diretoria de Higiene organizada, tal como em Sena Madureira, ao longo das décadas de 1900 e 1910.

<sup>303</sup> VIDAL, Laurent. Capitais sonhadas, capitais abandonadas. *op. cit.*, p. 3-36.

<sup>304</sup> Outro fator que ajudou na decisão foi o tempo de viagem por via fluvial entre Volta da Empresa e Cruzeiro do Sul. Essa viagem durava mais de um mês, por ser necessário descer o rio Purus, até a confluência com o Solimões, para então subir até o rio Juruá. Assim, optou-se por fazer de Sena Madureira a sede das principais repartições federais, como um meio termo entre ambos os extremos do Território, e visando também a futura construção de estradas de rodagem ligando os três departamentos. Ver: MENEZES, Maria Lúcia Pires; FERNANDES Nelson da Nóbrega. *As Capitais do Acre: a cidade e os poderes. Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v.9, n. 194, ago. 2005.

<sup>305</sup> O *Almanak Laemmert* deu publicidade ao codinome “Rainha do Acre” para Sena Madureira, classificando a capital do Purus como “cidade muito moderna”. Ver: ANUARIO ADMINISTRATIVO, AGRÍCOLA, PROFISSIONAL, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL PARA 1914. *Almanak Laemmert: 70º Anno, 1º Volume – Território do Acre*. Rio de Janeiro: Typographia do Almanak Laemmert, 1914. p. 671. Acervo FBN.

<sup>306</sup> PREFEITURA DO ALTO JURUÁ. *Relatório primeiro semestre de 1906*: apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Felix Gaspar de Barros e Almeida, Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Coronel do Corpo de Engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Prefeito do Departamento. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. p. 84.

<sup>307</sup> O ALHO. “Cacos de Garrafa”. Cruzeiro do Sul, 1 de agosto de 1908, p. 4. Acervo FBN.

Por outro lado, houve no Departamento do Alto Juruá um forte investimento em educação. Foram construídas diversas escolas primárias, e, em 1906, foi idealizado o primeiro museu do Território do Acre, o Museu Acreano, que nunca saiu do papel.<sup>308</sup> Em 1908, também seria fundada a primeira escola secundária do Território do Acre, o Liceu Afonso Penna, que, no entanto, teve existência curta. A opção pelo investimento em educação, na tentativa de tornar atrativa a candidatura de Cruzeiro do Sul, a futura capital teve como resultado principal o crescimento do número de crianças matriculadas na escola. Em 1920, o primeiro governador do Território Federal do Acre apontava que o Juruá era o lugar com a maior população escolar do território.<sup>309</sup>

O Departamento do Alto Acre também estava envolvido nessa disputa, mas encontrava-se mergulhado em crises políticas e em controvérsias sobre o lugar mais adequado para ser a capital do departamento. Por alguns anos houve embate entre os partidários da cidade de Xapuri (na confluência do rio Xapuri com o Acre), por já ser um pequeno núcleo urbano em 1904, e os que advogavam a cidade de Volta da Empresa (posteriormente Penápolis e, finalmente, Rio Branco), nas margens do rio Acre, como capital. Xapuri tinha melhor estrutura física e, inclusive, sanitária para ser capital, ao passo que Volta da Empresa era apontada como área insalubre.<sup>310</sup> Contudo, a facilidade de navegação do rio Acre até a altura de Volta da Empresa foi fator determinante para que a capital do Alto Acre lá permanecesse.

O ano de 1910 é marcado pela efetiva entrada do Departamento do Alto Acre na guerra dos rios. Com o seringalista Deoclesiano Coelho de Souza como prefeito e o início da estabilidade política do departamento, a administração devotou suas forças em sinalizar para a União que Penápolis, então capital do Alto Acre, era a cidade mais indicada para capital do futuro estado do Acre. Como exemplo dessa atuação, em seu primeiro relatório ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Souza lançou duras críticas à possibilidade de o Governo Federal escolher Sena Madureira como capital de um território unificado ou estado do Acre. Nessa crítica, Souza mirava o ponto fraco de Sena Madureira, a navegabilidade do rio Iaco:

<sup>308</sup> PREFEITURA DO ALTO JURUÁ. *Relatório primeiro semestre de 1906. op. cit.*, p. 140.

<sup>309</sup> TERRITÓRIO DO ACRE. *Relatório apresentado ao exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Governador Dr. Epaminondas Jacome*: julho de 1922. Rio de Janeiro: Empr. Ind. Editora “O Norte”, 1922. p. 11.

<sup>310</sup> Em Xapuri, o periódico *O Acre* classificava, em 1907, Volta da Empresa como um lugar “feio, triste, circundado de pântanos”, apelidada de “antecâmara da morte”. Plácido de Castro também em 1907 apontaria na mesma direção em relatório de governo para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Ver: Gabreno. Sede do Departamento do Acre. *O Acre*. Xapuri, 24 de junho de 1907. p. 1. Acervo FBN.; PREFEITURA DO ALTO ACRE. Relatório apresentado (...) por J. Plácido de Castro, Prefeito Interino – 1906, 1907. *op. cit.*, p. 144-146.

De todos os pontos do Território é justamente Sena Madureira o de mais difícil acesso durante o estio. É o Iaco, que banha referida cidade, um dos afluentes do Purus menos navegáveis na baixa das águas, sucedendo muitas vezes que a correspondência daquela capital, para chegar mais prontamente ao seu destino, é remetida via Acre, daqui seguindo por estafetas terrestres.

Quem conhece as condições atuais do Acre, conclui facilmente que um governador geral em Sena Madureira não pode absolutamente fazer chegar a sua autoridade, já não digo a este departamento, porém ao Juruá. Qualquer ordem desse governo só atingirá Cruzeiro do Sul dois meses depois de expedida, na época mais favorável, e quatro meses no verão.

Das três capitais dos departamentos é a do Purus a de mais difícil comunicação entre o Distrito Federal e mais estados da República, na época de baixa das águas e não se compreende mesmo que a escolha, em tais condições, para capital do Território nela recaia, abandonando-se Penápolis, capital deste departamento, em condições muito mais vantajosas.<sup>311</sup>

A declaração do prefeito do Alto Acre aumentou a tensão entre os dois departamentos. O prefeito Deoclesiano de Souza reportava um problema já identificado pelo prefeito Cândido Mariano, quando enfatizou em relatório ao Ministério da Justiça que as correspondências raramente chegavam a Sena Madureira no período de vazante do rio Iaco, ficando a prefeitura “sem notícias do resto do Brasil”.<sup>312</sup>

Os proprietários do rio Iaco reagiram prontamente ao ataque de Deoclesiano de Souza em artigo no *Brazil Acreano*. No artigo defendiam as características materiais do rio Iaco: “Aqui, como em Penápolis e Cruzeiro do Sul, as comunicações, durante o verão se fazem no mesmo grau de maior e menor dificuldade, à mercê das mutações caprichosas inerentes ao regime de nossos rios”. Lembrava que a viagem entre a confluência do rio Iaco com o Purus até Sena Madureira durava uma hora de navegação, enquanto que da confluência do rio Acre com o Purus, até Penápolis, demorava três dias e conclui que:

(...) Qual a vantagem real do rio Acre sobre o Iaco em curso, volume d’água, profundidade, número e valor dos seus afluentes? Os dois rios correm paralelos, na mesma zona, se assemelham e se equiparam de modo notável. Logo não procede o argumento relativo às condições de navegabilidade do rio Acre sobre o Iaco.<sup>313</sup>

O artigo classifica o evento das correspondências e o da duração da viagem entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, durante o período de verão (tempo de vazantes dos rios) como lenda, argumentando que o tempo de viagem nesses períodos era de um mês. Sobre as vantagens de Penápolis ser capital, o artigo rebate com ironia, ostentando a salubridade de

<sup>311</sup> O BRAZIL ACREANO. S. Madureira e Penápolis. Sena Madureira, 09 de julho de 1910. p. 1. Acervo FBN.

<sup>312</sup> PREFEITURA DO ALTO PURUS, TERRITÓRIO DO ACRE. *Primeiro relatório anual*. cit., p. 69.

<sup>313</sup> O BRAZIL ACREANO. S. Madureira e Penápolis. *op. cit.*, p. 1.

Sena Madureira e a forma como morreram os operários da Comissão de Obras Federais, enquanto atuaram no Purus:

Concordaríamos, se s. exc<sup>o</sup>. assim o quisesse, que sobre as de Sena Madureira, as flores de Penápolis tenham mais perfume, mais melodia o canto dos passarinhos, as moças mais formosura, os homens mais fortuna e sabedoria, a cidade e a natureza encantos e atrativos outros. Concordaríamos ainda que o Acre, o *Acre verdadeiro*, rico, heróico, opulento, e ativo, tenha todas as primazias e direitos a todas as recompensas e considerações, porque sobejamente couberam-lhe as primazias dos grandes sacrifícios cruentos. Com esse critério, estaríamos de pleno acordo.

Mas guiado pelo acatamento que s.exc<sup>o</sup>. nos merece e sem intuito outro que não o da verdade e dos interesses coletivos, sem atender a razões locais de qualquer espécie, julgamos que seria erro grave escolher Penápolis para capital do Território. E isto pela razão muito simples, mas muito poderosa, de ser Penápolis ponto reconhecidamente insalubre, quando Sena Madureira é provadamente salubérrima (...)

(...) A seção da Comissão de Obras neste departamento, após dois anos e tanto de permanência, em trabalhos de toda a espécie, com um pessoal de cerca de cento e cinquenta homens que trouxe, operários e graduados, perdeu apenas dois – afogados.<sup>314</sup>

Como vemos, o jornal *Brazil Acreano* rebateu as críticas de Souza, ostentando, uma vez mais, a salubridade da cidade de Sena Madureira, e ainda deixou implícito, que o rio Iaco tinha água o suficiente para levar os operários da Comissão de Obras Federais à morte. O artigo conclui lembrando a hecatombe sofrida pela seção da Comissão de Obras Federais na capital do Departamento do Alto Acre quando a malária matou muitos operários levando à dissolução da mesma. Percebe-se de forma mais explícita o papel da saúde pública nos discursos dos seringalistas iacoaras para transformar Sena Madureira na capital do Acre. Contra a poderosa imagem de “cidade saneada”, as forças políticas do rio Acre mobilizavam os problemas da navegação fluvial no rio Iaco chamando a atenção para a sua inadequação pelas precárias condições de comunicação com a Capital Federal.

Ao longo de todo o período em que o Território do Acre esteve sob a divisão política departamental (1904-1920), a guerra dos rios se materializou na disputa entre as cidades sedes dos departamentos para se tornar a capital do futuro estado do Acre. Essa disputa atingia e absorvia os residentes nessas áreas e, principalmente, os agentes do Governo Federal que para lá se dirigiam. Um exemplo de assédio sofrido por esses agentes e de seu envolvimento, mesmo involuntário, nas lutas políticas no âmbito da guerra dos rios pode ser encontrado nos documentos da expedição do Instituto Oswaldo Cruz, que percorreu o Vale do Amazonas

---

<sup>314</sup> *Ibidem.*

entre outubro de 1912 e abril de 1913. Os representantes dos seringalistas do rio Iaco, em Sena Madureira, conquistaram a simpatia da Comissão dirigida por Carlos Chagas. O resultado foi um relatório, destinado ao Governo Federal, que reforçava a imagem da capital do Purus como a cidade mais salubre do Território do Acre.

#### **2. 4- Carlos Chagas, Sena Madureira e a oligarquia do Iaco**

O ano de 1912 foi marcado pelo início da crise da borracha. Consequência direta do contrabando de sementes de *Hevea brasiliensis* realizado, com sucesso, no ano de 1876, sob a liderança do botânico Henry Wickham e com patrocínio da Grã-Bretanha. As pequenas experiências de plantação da *Hevea* no Ceilão e Malásia deram bons resultados, a ponto de em 1910, segundo Warren Dean (1989), já existirem 400 mil hectares de plantações no sudeste asiático.<sup>315</sup> A exportação da borracha silvestre coletada em seringais brasileiros atingiria, em 1912 a histórica marca de 42.286 toneladas, quantidade que superava em muito as exportações do ano anterior (36.547).<sup>316</sup> Contudo, em 1913, o sudeste asiático exportava 54.356 toneladas de borracha contra 36.232 do Brasil, diferença que seria ampliada em 1914, quando as exportações brasileiras cairiam para 33.531 toneladas e as da Ásia atingiriam 75.692 toneladas.<sup>317</sup>

Frente à ameaça representada pela produção asiática, políticos e seringalistas pressionaram a União, e especialmente o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no sentido de aprovar resoluções que viessem a incentivar a produção da borracha amazônica. Do alto Iaco ergueu-se Avelino de Medeiros Chaves como uma das vozes no Território do Acre a pressionar o Governo Federal a auxiliar a indústria gomífera. Chaves conseguiu do então ministro da agricultura, Pedro de Toledo, a iniciativa de convocar reunião com políticos, governadores e autoridades dos estados do norte para formular um plano de defesa econômico.<sup>318</sup> Em 14 de agosto de 1911 foram debatidas as premissas do Plano de Defesa da Borracha e em 05 de janeiro de 1912, o Congresso Nacional aprovaria a criação da

<sup>315</sup> DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, 1989. p. 64.

<sup>316</sup> Ver: BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Manaus: Umberto Calderaro, 1977. p. 252.

<sup>317</sup> Ver mais em: MARTINELLO. *A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial*. op. cit., p. 139.

<sup>318</sup> ESTADO DO PARÁ. Informações. Belém. 20 de junho de 1911. p. 1. Acervo FBN.

Superintendência de Defesa da Borracha e o Plano de Defesa da Borracha. O plano previa, entre outros pontos, incentivos econômicos para a plantação da *Hevea brasiliensis*, serviços de assistência médica, assistência aos migrantes, que se dirigiam ao trabalho nos seringais, além da criação de uma estrada de ferro ligando as capitais dos Departamentos do Acre.<sup>319</sup>

O Plano de Defesa da Borracha não foi efetivamente concretizado. A organização de uma comissão sanitária que estudaria as condições de saúde das populações nos principais rios da bacia amazônica, de modo a propor medidas para o saneamento da região, foi uma das poucas medidas previstas adotadas. O Instituto Oswaldo Cruz foi designado para coordenar a Comissão que foi composta pelos médicos Carlos Chagas (cientista do Instituto Oswaldo Cruz), João Pedroso (então Secretário Geral de Saúde Pública do Rio de Janeiro) e Pacheco Leão (professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro). Eles percorreram, entre outubro de 1912 e abril de 1913, os rios Solimões, Tarauacá, Purus, Iaco, Negro e Branco. Oswaldo Cruz fez uma espécie de trabalho de retaguarda, organizando os dados coletados pela Comissão, corrigindo e reescrevendo a versão final do “Relatório das Condições Médico-Sanitárias do Vale do Amazonas”, entregue por Chagas. A versão final do relatório possui a assinatura de Oswaldo Cruz.<sup>320</sup>

Existem alguns trabalhos que analisaram a expedição de Carlos Chagas aos rios da bacia amazônica entre 1912 e 1913, a partir do relatório entregue por Oswaldo Cruz ao então ministro da agricultura, Pedro de Toledo. Nancy Stepan privilegia em sua análise as condições de insalubridade encontradas pela Comissão no chamado Vale do Amazonas, associadas especialmente à malária, além dos projetos sanitários formulados para o controle da enfermidade.<sup>321</sup> Já Eduardo Thielen *et al* analisam as condições sociais e sanitárias relatadas pela Comissão, suas representações frente ao contato com a realidade social no interior do

---

<sup>319</sup> Ver: BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Ministro Pedro de Toledo: Relatório dos anos de 1910 e 1911 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912. p. 153-167.

<sup>320</sup> Para mais informações ver: SCHWEICKARDT, Julio Cesar. *Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011. p.209.; SCHWEICKARDT, Julio Cesar; LIMA, Nisia Trindade. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-1913). *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p. 15-50, dez. 2007.

<sup>321</sup> STEPAN, Nancy. “The Only Serious Terror in These Regions”: Malária Control in the Brazilian Amazon. In: Armus, Diego (org.). *Disease in the History of Modern Latin América, From Malária to Aids*. Durham/London: Duke University Press, 2003.

Amazonas e Território do Acre e o caráter “civilizatório” com que os médicos classificavam a expedição.<sup>322</sup>

Seguindo por viés similar e aprofundando a análise sobre o processo de escrita do relatório entregue pela Comissão, Schweickardt & Lima analisam as representações e imagens construídas pela comissão sobre a região da bacia amazônica. A análise parte do processo de escrita do relatório, confrontando os cadernos de viagem manuscritos de Carlos Chagas, uma versão manuscrita do relatório assinada por todos os membros da Comissão, uma primeira versão datilografada e a versão final revisada por Oswaldo Cruz. Os autores destacam o cotidiano da Comissão, a pesquisa sobre as doenças, o atendimento às populações ribeirinhas, os problemas relativos ao regime de trabalho nos seringais e, principalmente, o próprio processo de escrita dos relatórios.<sup>323</sup>

Já Sergio Roberto Gomes de Souza chama atenção para o fato de a Comissão ter entrado em contato apenas com uma pequena parcela das populações locais, ou seja, aquela que vivia nos povoados ou trabalhava nos barracões, e não nas colocações,<sup>324</sup> que ficavam há várias horas e dias de distância da margem do rio, floresta adentro. O autor também destaca o papel das informações prestadas por seringalistas na conformação do relatório apresentado por Oswaldo Cruz, questionando o tempo disponível dos cientistas durante as paradas realizadas nos seringais e povoados, para pesquisas sobre as doenças na região.<sup>325</sup> É relevante destacar que Souza chega a essa conclusão utilizando-se apenas da versão publicada do relatório, sem recorrer às versões manuscritas e datilografadas.

Esses trabalhos não problematizam a elaboração do relatório do ponto de vista das concretas relações micropolíticas mantidas entre os membros da Comissão e as autoridades que receberam a expedição nas vilas e cidades percorridas. Se boa parte do relatório foi escrita com base nas informações prestadas por seringalistas e autoridades locais, conforme apontado por Sérgio Gomes de Souza, sem dúvida os objetivos políticos das oligarquias hegemônicas, principalmente nos departamentos do Território do Acre, tiveram algum

<sup>322</sup> THIELEN, Eduardo Vilela *et al.* *A Ciência a Caminho da Roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao Interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Casa de Oswaldo Cruz, 1991. p. 116-124.

<sup>323</sup> SCHWEICKARDT. *Ciência, Nação e Região*. *op. cit.*, p. 209.; SCHWEICKARDT. & LIMA. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia. *op. cit.*, p. 15-50.

<sup>324</sup> Locais onde eram produzidas a borracha, no interior da floresta à horas ou dias de viagem.

<sup>325</sup> SOUZA, Sergio Roberto Gomes de. *Dernervados, desfibrados e amarelos em busca de cura: saúde pública no Acre Territorial*. 256 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 112-132.

impacto na escrita do relatório. Aqui cabe analisar a passagem da Comissão pelo rio Iaco, mais precisamente por Sena Madureira, onde Carlos Chagas, Pacheco Leão e João Pedroso permaneceram de 18 a 20 de janeiro de 1913.<sup>326</sup> Deixaremos de lado o caráter científico da Comissão, já tão analisado em trabalhos anteriores. Também não será abordado o caráter “civilizatório” ou de identidade das expedições, menos ainda a bacia hidrográfica amazônica representada no relatório. Aqui serão analisadas as relações entre Carlos Chagas e as oligarquias fluviais, mapeando o seu impacto no processo de escrita do relatório e no seu resultado final.

A partir das notícias publicadas no jornal *O Alto Purus*, das anotações de Carlos Chagas, das diferentes versões do relatório e de uma carta enviada a Carlos Chagas por um juiz de Sena Madureira, refugiado em Boca do Caeté, será analisado o envolvimento da Comissão nos assuntos políticos locais. A revisão feita por Oswaldo Cruz na versão manuscrita do relatório impediu que a parte destinada a Sena Madureira se transformasse em uma consistente exaltação dos representantes das elites iacoaras que recepcionou a expedição, especialmente do então prefeito Bernardo Porto e do médico Astolpho Margarido da Silva. Chama-se atenção também para o fato de a Comissão ter passado pelo povoado de Boca do Caeté para chegar a Sena Madureira, mas tanto os manuscritos quanto as demais versões do relatório guardam silêncio sobre a existência do povoado que congregava os inimigos políticos dos seringalistas do rio Iaco.

Em 09 de novembro de 1912, o Governo Federal nomeou o juiz e seringalista iacoara Bernardo Magalhães da Silva Porto como prefeito interino do Alto Purus. A nomeação de Porto veio logo depois da anistia completa aos participantes da revolta autonomista de maio-julho de 1912 e exoneração do prefeito Tristão Araripe. Era uma tentativa do Governo Federal em pacificar o departamento. O primeiro número do jornal oficial da prefeitura do Alto Purus, sob a administração de Bernardo Porto, conclamou a população a viver um novo período de paz no departamento, ressaltando a disponibilidade das elites iacoaras em esquecer as desavenças do passado (em clara alusão ao grupo emancipacionista que apoiou o prefeito Tristão Araripe). Apesar do discurso, Laudelino Benigno e outros partidários de Tristão Araripe fugiram de Sena Madureira assim que Araripe deixou o poder.

O que será o governo Samuel Barreira e Bernardo Porto, já se pode prever nos poucos dias em que os destinos d’este Departamento se acham em suas

---

<sup>326</sup> Cf. O ALTO PURUS. Comissão Sanitária. Sena Madureira, 20 de janeiro de 1913. p. 1-2. Acervo FBN; O ALTO PURUS. Comissão Sanitária. Sena Madureira, 02 de fevereiro de 1913. p. 2. Acervo FBN.



mãos. Nem um ato de vingança, nem uma palavra de queixa, antes um olhar e uma fisionomia de esperança, mesmo n'aqueles que com orgulho de uma vitória fictícia os oprimiam há poucos dias, é o que se nota em toda a população.<sup>327</sup>

Nesse momento, a Comissão do Instituto Oswaldo Cruz já estava percorrendo os rios da bacia amazônica. Porto nomeou o farmacêutico Rui de Alencar Matos provisoriamente como Diretor de Higiene.<sup>328</sup> Na atmosfera dos preparativos para a chegada da Comissão, a Diretoria de Higiene realizou na última quinzena de novembro três intimações de asseio.<sup>329</sup> Em 08 de dezembro, Astolpho Margarido da Silva chegaria a Sena Madureira, vindo de Manaus, e passou a ser o novo Diretor de Higiene. Como forma de preparar o núcleo urbano para receber a Comissão, em 16 de janeiro, a Diretoria fixou em lugares públicos a ordem para:

Os senhores proprietários, inquilinos, e procuradores de casas e terrenos urbanos, a fazerem dentro do prazo de 15 dias, a contar da publicação deste, a capinação e limpeza dos terrenos, sendo que os edificadas, limpos as frentes à enxada e os fundos capinados a terçado. O capim de frente ficará junto, para facilitar a remoção que será feita pela carroça de limpeza pública e os quintais servirão para aterro de buracos existentes, para evitar empoçamento das águas. Deverá ser também tirado dos quintais o lixo, latas e garrafas que serão carregadas pela mesma carroça de limpeza pública. Os infratores ficarão sujeitos à multa de 200\$000 por cada terreno e o dobro na reincidência.<sup>330</sup>

Até a data da chegada da Comissão, 74 intimações de asseio haviam sido feitas pela Diretoria de Higiene no mês de janeiro.<sup>331</sup> Esse dado mostra o nível de transtorno que a iminente chegada da Comissão deve ter gerado aos habitantes do núcleo urbano. Depois que a ilustre expedição deixou Sena Madureira, a Diretoria de Higiene prorrogou os prazos de capina e limpeza dos terrenos, não havendo notícias de multas aplicadas.<sup>332</sup>

Em 18 de janeiro de 1913, Carlos Chagas, Pacheco Leão e João Pedroso desembarcavam em Sena Madureira. Era a última cidade do Território do Acre a ser visitada pela expedição. O jornal *O Alto Purus* publicou que a Comissão foi recepcionada pelo prefeito Bernardo Porto, os juízes Alberto Diniz, Gustavo Farnese e pelo Diretor de Higiene Astolpho Margarido da Silva, que trataram de oferecer-lhes “confortável hospedagem em

<sup>327</sup> O ALTO PURUS. Paz no Departamento do Alto Purus. Sena Madureira, 24 de novembro de 1912. p. 1. Acervo FBN.

<sup>328</sup> O ALTO PURUS. Sena Madureira, 24 de novembro de 1912. p. 1. Acervo FBN.

<sup>329</sup> O ALTO PURUS. Sena Madureira, 8 de dezembro de 1912. p. 1. Acervo FBN.

<sup>330</sup> GETÚLIO, Gabriel. Diretoria de Higiene. O Alto Purus. Sena Madureira, 20 de janeiro de 1913. p. 4. Acervo FBN.

<sup>331</sup> O ALTO PURUS. Sena Madureira, 20 de janeiro de 1913. p. 2. Acervo FBN.

<sup>332</sup> O ALTO PURUS. Sena Madureira, 2 de março de 1913. p. 3. Acervo FBN.

terra”.<sup>333</sup> Chama a atenção que nessa mesma notícia o jornal publica a trajetória profissional de cada um dos membros da Comissão, sendo que quatro parágrafos são destinados a exaltar a trajetória de Carlos Chagas e dois pequenos parágrafos destinados a Pacheco Leão e João Pedroso.

O Dr. Carlos Chagas é autor de valiosos trabalhos, por ele apresentados e brilhantemente defendidos no seio do Congresso de Higiene que se realizou em 1910 em Dresden, na Alemanha. Por isso obteve o prêmio Schandinn, conferido pela Escola de Medicina Tropical de Hamburgo.

Esse prêmio é conferido ao experimentador que tenha produzido o melhor trabalho de medicina experimental, por uma eleição, cujos votantes são das maiores notabilidades médicas do mundo.

A descoberta do Dr Chagas foi d’uma nova moléstia humana transmitida por um grande inseto (barbeiro) que grassa, endemicamente, nos Estados do Sul. Faz parte desta moléstia a papeira, cuja causa ficou assim verificada.

Tão proeminente perscrutador dos segredos que encobrem no ainda espesso véu da ciência de Pasteur tem sido sempre chefe do serviço do Instituto Oswaldo Cruz.

O Dr. Pacheco Leão foi Diretor Geral de Saúde Pública do Rio de Janeiro, e é, hoje, professor de História Natural Médica, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

O Dr. João Pedroso é Secretário Geral da Diretoria de Saúde Pública do Rio de Janeiro e foi chefe do Serviço de Profilaxia da Febre Amarela, no Pará.<sup>334</sup>

Essa passagem mostra que o alvo preferencial das autoridades de Sena Madureira era Carlos Chagas, tanto por chefiar a Comissão, quanto pelo prestígio que já gozava nos meios científicos nacional e internacional. Provavelmente a missão de Astopfo Margarido e das demais autoridades do departamento era tornar Chagas um aliado, mesmo que inconsciente, das pretensões políticas iacoaras.

Carlos Chagas, na época, tinha 34 anos de idade e havia se formado em 1903 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Desde 1902 atuava no Instituto Oswaldo Cruz e em abril de 1909 eram divulgadas em diferentes *fronts* acadêmicos brasileiros a sua grande descoberta: a etiologia e vetor do que viria a se chamar tripanossomíase americana, ou doença de Chagas. Sua carreira, a partir de então, entrou em forte ascensão. Em 1910 passou no concurso de “Chefe de Serviço” no Instituto Oswaldo Cruz e foi admitido na Academia Nacional de Medicina, ampliando seus poderes dentro e fora do Instituto. Em 1911, apresentaria suas experiências na Exposição Internacional de Higiene e Demografia, em

<sup>333</sup> O ALTO PURUS. Comissão Sanitária. Sena Madureira, 20 de janeiro de 1913. p. 1-2. Acervo FBN.

<sup>334</sup> *Ibidem*.

Dresden, Alemanha e em junho de 1912 ganharia o Prêmio Schaudinn, concedido quadrienalmente pelo Instituto de Doenças Marítimas e Tropicais de Hamburgo aos melhores trabalhos na área de protozoologia.<sup>335</sup> Ou seja, Chagas já percorria, há pelo menos dois anos, as altas esferas do poder nacional e mesmo internacional por conta de sua descoberta. Ter um médico como ele, a atestar a salubridade de Sena Madureira e a competência das autoridades, apoiadas pelos seringalistas do rio Iaco, em construir uma cidade saneada e apropriada para se viver na região, fortaleceria a imagem de Sena Madureira junto ao Governo Federal.

Em 19 de janeiro o prefeito Bernardo Porto ofereceu um banquete em homenagem aos membros da Comissão. Estiveram presentes grande parte dos membros do governo e outras pessoas importantes da região, dentre eles os juízes Alberto Diniz, Virgolino Alencar e Gustavo Farnese. Discursaram à mesa, homenageando a Comissão, o prefeito Bernardo Porto, os juízes Alberto Diniz, Gustavo Farnese, Virgolino Alencar, e o Diretor de Higiene Astolpho Margarido da Silva. Os membros da Comissão “agradeceram, com elogiosas palavras, a cavalheirosa deferência com que os distinguiu o ofertante do banquete, o Dr. Bernardo Porto”.<sup>336</sup> No dia seguinte, um domingo, a Comissão deixava Sena Madureira rumo a Manaus.

Os desafetos políticos das elites iacoaras estavam cientes do que representava a vinda de Carlos Chagas a Sena Madureira e agiram. Em 19 de janeiro, o ex-juiz substituto do Departamento, Daniel Vieira Carneiro enviou uma carta a Carlos Chagas. Essa carta encontra-se disponível no Fundo Carlos Chagas, no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, ou seja, Chagas recebeu a correspondência, provavelmente leu e guardou consigo. Carneiro atuava no Departamento do Alto Purus desde os tempos de governo Cândido Mariano, e em 1911 era juiz substituto. Era simpatizante do grupo emancipacionista, mas não foi expulso de Sena Madureira, como os seus partidários em 1910.<sup>337</sup> Em janeiro de 1913, Daniel Carneiro encontrava-se refugiado em Boca do Caeté e

---

<sup>335</sup> Para mais detalhes sobre a trajetória de Chagas, ver: KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação (1909-1962)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. p. 64-111.

<sup>336</sup> O ALTO PURUS. Comissão Sanitária. Sena Madureira, 02 de fevereiro de 1913. p. 2.

<sup>337</sup> Daniel Carneiro foi um dos que pressionaram o Ministério da Justiça e Negócios Interiores para exonerar o prefeito Godofredo Maciel, apoiado pelas elites iacoaras. Ele aliou-se ao prefeito Tristão Araripe, que fez um governo pautado no confronto direto com as elites iacoaras, entre março e novembro de 1912, com apoio do grupo autonomista. Foi durante o seu governo que explodiu a Revolta Autonomista do Alto Purus, sob a liderança do seringalista Childerico Fernandes. Sobre as ligações de Carneiro com os irmãos Gadelha ver: CAVALCANTI, Benigno de Almeida. Eterno desprezo. *O Alto Purus*. Sena Madureira, 18 de julho de 1915. p. 3. Acervo FBN.

considerava seu “imprescindível dever (...) dirigir estas linhas sobre as coisas e os homens desta terra” a Carlos Chagas.<sup>338</sup>

Daniel Carneiro argumenta no início da carta que enviava a mensagem pelo receio que tinha de que, em pouco tempo, Chagas pudesse ser atraído por “falsos aspectos, não a respeito de dados científicos, mas relativamente ao composto desta cidade em formação”. Interrompe o assunto para lamentar o fato de não poder estar presente e conhecê-lo pessoalmente, classificando Carlos Chagas como um dos “mais festejados talentos da moderna geração de meu país”. Logo depois ele justifica sua ausência, jurando pelos seus três filhos pequenos, que, desde o dia da chegada da Comissão, o seu livre trânsito pela cidade de Sena Madureira estava proibido devido à “pressão de baixos ódios em conflito”.<sup>339</sup>

Ele denunciou que, no momento em que se dirigia com outras pessoas ao cais, para também cumprimentar os membros da Comissão, foi impedido por capangas armados que costumavam circular pela cidade com condescendência da prefeitura e do juiz Alberto Diniz. Argumenta também que isso se deu por ser “desafeto da situação dominante”. O juiz Gustavo Farnese também é apontado na carta como um membro da oposição mas que, por conveniência, mantinha-se preso a relações amistosas com Alberto Diniz, e por isso teve permissão de estar no almoço oferecido por Bernardo Porto à Comissão.

Carneiro revelou também que os presos da cadeia pública foram soltos na véspera da chegada de Carlos Chagas como ameaça aos juízes não-alinhados com a prefeitura, argumentando que essa era uma das provas de que inexistia vida civilizada no Purus. Acrescentava que, ao primeiro embate com o poder local, vinha à tona “a ferocidade dos instintos em sua primitividade inalterada, a bestialidade dos ódios candentes e incansáveis ações pela ambição sôfrega.”<sup>340</sup> Esse relato culmina com a exposição do caso de um homem chamado Franklin Passos, condenado por Carneiro, contra o qual tinha sido expedido mandato de prisão, mas era visto andando pelas ruas durante o dia e ainda mandava recados, ameaçando o juiz de morte por tê-lo condenado.<sup>341</sup>

Mais adiante, Daniel Carneiro esclarece os motivos pelos quais estava escrevendo aquela carta e o que esperava de Carlos Chagas:

---

<sup>338</sup> Carta enviada à Carlos Chagas por Daniel Carneiro em 19 de dezembro de 1913. Presente no Fundo Carlos Chagas, subgrupo Outras Doenças, série Cartas [CC.05.03.015], no acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação.

<sup>339</sup> *Ibidem.*

<sup>340</sup> *Ibidem.*

<sup>341</sup> *Ibidem.*

Tudo isso devo dizer a V.Exc. para mais perfeitamente orientar suas observações aqui, podendo confrontar as minhas asserções com a verdade que lhes parecer de melhor fonte.

Sei que V.Exc. veio até Sena Madureira aos serviços da ciência médica, em que, como prodígio, se tem alçado acima do nível mais saliente.

Nessa tarefa transcendente, deverá V.Exc. dedicar estudos não só em bem da ordem física, mas, igualmente, da nossa ordem moral aqui, perseguindo no conjunto das próprias circunstâncias mesológicas as profundas modificações que as afetam debaixo da ação direta do homem, ao contrário dos outros meios onde a natureza não se remodela e não se altera sobre as vistas do desbravador.

Aqui a obra do humano é capital. Transformar os fenômenos físicos e preparar as condições de saúde moral, de que por igual aqui necessitamos.<sup>342</sup>

Nessa parte, Daniel Carneiro utiliza-se de certa visão naturalista (do homem como produto do meio), para insinuar que fazia parte do trabalho do ilustre médico analisar o que ele chama de “saúde moral” dos habitantes e autoridades constituídas em Sena Madureira. Em apenas um parágrafo, o argumento de Carneiro mobiliza tanto o perceptível dinamismo material do ambiente amazônico quanto um conjunto muito amplo de ideias de determinação climática e ambiental que, desde o século XIX, apontava para a degeneração moral e mesmo racial dos humanos em regiões de clima tropical. Entretanto, nessas circunstâncias, o argumento torna-se frágil por duas razões. Em primeiro lugar, Carlos Chagas, alguns anos mais tarde, faria parte de um movimento composto por médicos e intelectuais que apontarão as doenças e o abandono do poder público como responsáveis pelas mazelas das populações no interior do país, ou seja, rejeitando por completo as ideias de determinismo climático e ambiental.<sup>343</sup> E em segundo lugar, era explícito, no texto de Carneiro, que o foco não era a saúde física ou moral das populações iacoaras, mas a suposta imoralidade de uma pequena parcela dos habitantes, ou seja, das elites políticas de Sena Madureira e do rio Iaco.

Na parte final da carta, Daniel Carneiro tenta jogar com o caráter observador que ele julga haver em Carlos Chagas para, mais uma vez, tentar convencê-lo das arbitrariedades cometidas pelas elites que estavam no poder em Sena Madureira, naquele momento: “Reparou V.Exc. nos estragos de fuzil que muitas casas ostentam, algumas com as paredes feitas com crivo? Pois tudo isso é obra exclusiva dos dominadores atuais (...)”. E lamenta a decisão da

---

<sup>342</sup> *Ibidem*.

<sup>343</sup> Sobre o Movimento Sanitarista da Primeira República, que resultou na criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil entre 1917 e 1919 ver: LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/ IUPERJ/ UCAM, 1999.; LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República*. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ/ CCB, 1996. p. 23-40.

União em tê-los colocado no poder, abandonando-o e também as demais pessoas que lutaram pela legalidade, ao lado das tropas do exército, dizendo que se achava em Boca do Caeté esperando pelo primeiro vapor em direção a Manaus. Carneiro também pede ‘carona’ a Carlos Chagas no vapor que o levaria para Manaus, prometendo dar mais detalhes sobre toda a situação que lhe expôs na carta.<sup>344</sup>

Apesar do esforço de Daniel Carneiro em sensibilizar Chagas, a carta parece não ter surtido o menor efeito desejado. Aliás, pode mesmo ter surtido efeito contrário ao pretendido já que nenhuma referência é feita ao grupo político opositor das elites iacoaras nas anotações e na versão manuscrita do relatório assinado pelos membros da Comissão.

A versão manuscrita do relatório de Carlos Chagas possui alguns comentários breves sobre os conflitos políticos em alguns povoados do estado do Amazonas onde os embates eram mais sangrentos. Esses comentários foram cortados da versão final do relatório por Oswaldo Cruz e são os dados mais reveladores para entender as relações, impressões, sentimentos e posicionamentos adotados pela Comissão no contato com o jogo político das diferentes elites fluviais. Foi o caso das observações feitas por Chagas sobre as lutas políticas no povoado de Antimari (Floriano Peixoto), no rio Acre, ainda nos limites do estado do Amazonas:

Nesta vila tem havido grandes lutas políticas entre grupos locais que disputam o predomínio administrativo. E ainda não há muito tempo foi a vila atacada por um seringueiro [seringalista?] da vizinhança acompanhado de numerosos capangas, por uma questão política com o chefe dominante. Houve então verdadeiros tiroteios entre os grupos opostos, deles resultando diversas mortes.<sup>345</sup>

Na parte destinada às capitais do Alto Acre e Alto Purus, a narrativa guarda grande diferença frente aos relatos sobre os povoados do interior do estado do Amazonas. Nesse caso são fartos os elogios aos políticos locais. A Comissão teceu os seguintes comentários sobre o então prefeito do Departamento do Alto Acre:

O atual prefeito do Alto Acre, Dr. Deocleciano Coelho de Souza é um moço bastante culto, de grande atividade, parecendo possuir orientação acertada em assuntos administrativos. Goza de geral estima sobre os seus

<sup>344</sup> Carta enviada a Carlos Chagas por Daniel Carneiro em 19 de dezembro de 1913. Presente no Fundo Carlos Chagas, subgrupo Outras Doenças, série Cartas [CC.05.03.015], no acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação.

<sup>345</sup> CHAGAS, Carlos; LEÃO, Pacheco; PEDROSO, João. Relatório dos estudos realizados nos rios Purus, Acre e Iaco. Rascunho manuscrito presente no Fundo Carlos Chagas, subgrupo Outras Doenças, série Relatórios [CC.05.03.012], no acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação.

jurisdicionados, de todos sendo ouvidas referências lisonjeiras às suas normas de governo, à sua honestidade e tolerância.<sup>346</sup>

Ressalte-se que essas observações foram excluídas da versão final do relatório. No caso de Rio Branco, claramente a Comissão apoiou o governo local comandado por um seringalista do rio Acre.<sup>347</sup> A passagem seguinte, também excluída da versão final, esclarece mais sobre o papel que o prefeito teve na coleta de informações iniciais para o trabalho da Comissão e na recepção de seus membros:

Recebeu-nos o prefeito do Acre com a maior distinção, proporcionando-nos todos os elementos necessários ao desempenho de nossa Comissão, dando-nos as informações de que necessitávamos relativas à população atual do território, à letalidade, à vida dos seringueiros, à produção e renda do Acre, etc.<sup>348</sup>

As partes excluídas do relatório revelam as dificuldades da Comissão em manter neutralidade diante das relações travadas no Território do Acre. Além das constantes demonstrações de amabilidade dos poderes e médicos locais, ocorreu o provável reencontro de um colega de profissão que os membros da Comissão conheciam de longa data no Rio de Janeiro, mas que naquele momento vivia no Acre. A parte em que os membros da Comissão registram os nomes dos médicos que atuavam em Rio Branco é particularmente reveladora. Na versão final do relatório há a seguinte afirmação: “Exercem a clínica em Rio Branco, com bastante proficiência, três colegas. A força federal também tem o seu médico”.<sup>349</sup> Já na versão manuscrita, era assim:

Exercem a clínica em Rio Branco, com bastante proficiência três colegas dos quais recebemos cativantes demonstrações de cordialidade. Um deles, o Dr. Leone Menescal foi auxiliar acadêmico no Serviço de Profilaxia da Febre Amarela. Outro, o Dr. Domingues Carneiro, possui algumas noções de microscopia clínica e exerce a medicina com bastante aptidão, sem dúvida possuindo um espírito de observação bem racional. O 3º colega, o Dr. Fabiano Alves, também ilustrado, exerce as funções de Diretor de Higiene no Departamento. A força federal também tem um médico, Dr. Ferreira Braga com quem mantivemos amistoso convívio.<sup>350</sup>

---

<sup>346</sup> *Ibidem.*

<sup>347</sup> Deoclesiano Coelho de Souza era proprietário do seringal Soledade.

<sup>348</sup> CHAGAS, Carlos; LEÃO, Pacheco; PEDROSO, João. Relatório dos estudos realizados nos rios Purus, Acre e Iaco. Rascunho manuscrito presente no Fundo Carlos Chagas, subgrupo Outras Doenças, série Relatórios [CC.05.03.012], no acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação.

<sup>349</sup> BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA BORRACHA. *Relatório sobre as condições médico-sanitárias do Vale do Amazonas apresentado a S. Ex<sup>o</sup> o Sr. Dr. Pedro de Toledo, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz.* Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1913. p. 21.

<sup>350</sup> CHAGAS, Carlos; LEÃO, Pacheco; PEDROSO, João. Relatório dos estudos realizados nos rios Purus, Acre e Iaco. Rascunho manuscrito presente no Fundo Carlos Chagas, subgrupo Outras Doenças, série Relatórios [CC.05.03.012], no acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação.

Apesar da empatia em relação a alguns médicos e autoridades no rio Acre e da carta enviada por Daniel Carneiro, Sena Madureira foi o local mais contemplado por informações positivas ao longo de toda a versão manuscrita e final do relatório. A parte destinada ao rio Iaco é bastante sucinta (menos de uma página, divididos em treze parágrafos), versa somente sobre a capital do Departamento do Purus e ignora a existência do povoado de Boca do Caeté, na confluência dos rios Iaco e Caeté. Na versão final do relatório, assim ficou caracterizada Sena Madureira:

Querendo conhecer as condições sanitárias do rio Iaco, de grande tradição epidêmica, resolveu a Comissão levar a excursão até Sena Madureira, capital do Departamento do Alto Purus (...)

Sena Madureira apresenta condições de conforto incomparavelmente superiores às de todas as outras cidades que a Comissão conhece no vale do Amazonas. Acha-se situada numa vasta planície não invadida pelas enchentes do Iaco e apresenta condições topográficas muito favoráveis ao seu embelezamento e saneamento. As ruas aí obedecem a um plano bem delineado, havendo na cidade diversas praças, uma das quais em trabalhos de ajardinamento.

As casas, na sua totalidade de tábuas e cobertas de asbestos, são bastante confortáveis e de aspecto agradável. Ao contrário do que a Comissão observou em outras cidades, Sena Madureira não apresenta as ruas encharcadas, devido as valas de drenagem que atravessam diversos pontos da cidade e levam as águas da chuva para o rio.<sup>351</sup>

A Comissão ainda traçou comparações diretas entre aspectos econômicos e sociais entre os rios Iaco, Acre e Purus, áreas, como analisado, em constante tensão política na região:

A vida nessa cidade, ainda muito cara, não é tanto quanto nas cidades do Acre (...) O rio Iaco é um dos mais ricos em borracha, quase comparável neste ponto ao rio Acre. O mesmo não acontece à parte do rio Purus, compreendida entre as bocas do Acre e do Iaco. Zona de trabalho em franca decadência, os barracões de seringueiros aí, pelo seu aspecto, bem traduzem a nenhuma prosperidade econômica neste trecho do rio. Ao contrário, o Iaco é próspero, existindo em suas margens seringais de importância e sendo o rio bastante habitado.<sup>352</sup>

Ambos os trechos colocam Sena Madureira em condições propícias (porém, não explicitamente ditas) como a capital de um estado unificado. Nas partes do relatório destinadas a Rio Branco e Xapuri (os dois núcleos urbanos do Departamento do Alto Acre) há poucas menções a possibilidades topográficas de “embelezamento” e “saneamento”. Pelo

<sup>351</sup> MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA BORRACHA. *Relatório sobre as condições médico-sanitárias (...)*. *op. cit.*, p. 30.

<sup>352</sup> *Ibidem.*



contrário, parte de Rio Branco é apontada como inundável durante as cheias (bairro Empresa), assim como ocorria em Xapuri. Já sobre o rio Acre a Comissão ressalta que “constitui um dos maiores focos mórbidos da Amazônia (...) e a fama de campeão da morte, que lhe cabe desde o início de sua exploração, é bem justificável”.<sup>353</sup> Sobre o índice de malária em Sena Madureira, a Comissão apontou que era “incomparavelmente menor do que o observado nas cidades do Acre e do Purus”.<sup>354</sup> Sena Madureira assim, emerge no relatório como espaço propício ao seu “embelezamento e saneamento”, provavelmente em referência ao processo pelo qual cidades como Belém e Manaus passaram na virada do século XIX para o XX, e com um núcleo urbano com condições sanitárias e de conforto maior do que as que com ela disputava a capital de um futuro estado. Essas observações fortaleciam os argumentos das elites iacoaras de Sena Madureira como a cidade mais salubre da região.

Na versão final do relatório, há a menção a um “clínico estudioso” que realizava a assistência médica no Departamento do Alto Purus. Na versão manuscrita a Comissão o indica nominalmente: “Dr. Astolpho Margarido”.<sup>355</sup> Sobre a recepção que teve do governo do Purus, assim eles se manifestaram na versão manuscrita:

Fomos na capital do Alto Purus fidalgamente recebidos pelo atual prefeito interino Dr. Bernardo Porto e pelos funcionários da justiça federal e local do território, desembargadores, juízes, etc. Recebemos de todos acolhimento excepcional, ouvindo aí as mais lisonjeiras referências à obra sanitária e científica do Diretor do Instituto Oswaldo Cruz.<sup>356</sup>

Podemos especular que os discursos de louvor à obra do Instituto Oswaldo Cruz tiveram peso na empatia dos membros da Comissão pelos representantes dos proprietários do rio Iaco. É importante destacar que a Comissão não foi bem recebida em todos os lugares pelo qual passou. No seringal Sebastopol, no médio rio Purus, por exemplo, segundo a versão final, o gerente recusou-se a dar informações sobre o estado sanitário local, mas a versão manuscrita informa que essa mesma pessoa tratava-se de um “indivíduo de má conduta e péssimos bofes”.<sup>357</sup> Nas outras localidades da bacia do rio Purus não há menções a boas recepções comparáveis ao que ocorreu em Rio Branco e Sena Madureira.

---

<sup>353</sup> *Ibidem*, p. 22.

<sup>354</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>355</sup> CHAGAS, Carlos; LEÃO, Pacheco; PEDROSO, João. Relatório dos estudos realizados nos rios Purus, Acre e Iaco. Rascunho manuscrito presente no Fundo Carlos Chagas, subgrupo Outras Doenças, série Relatórios [CC.05.03.012], no acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação.

<sup>356</sup> *Ibidem*.

<sup>357</sup> *Ibidem*.

Observa-se também que a Comissão antes de chegar a Sena Madureira, passou por Boca do Caeté (distante mais ou menos uma hora de Sena Madureira), mas inexistiu qualquer referência sobre esse pequeno povoado nas várias versões do relatório. Não há nem mesmo referências a seringais no rio Iaco entre a confluência do Purus e a cidade de Sena Madureira (na qual ficava exatamente o povoado de Boca do Caeté). Teriam eles decidido não desembarcar em Boca do Caeté? Por qual motivo? E, se desembarcaram, porque não há menção alguma a esse povoado?<sup>358</sup> Independente do motivo, a ausência de referência a esse local no relatório beneficiou uma vez mais as elites do rio Iaco, pois Caeté era o principal refúgio dos indivíduos que faziam oposição aos governos apoiados pelos seringalistas iacoaras.

Em fevereiro de 1913, Carlos Chagas já era um notório homem público e estava um pouco distante de ser um indivíduo ingênuo. Quais as possíveis consequências se Carlos Chagas deixasse grupos políticos periféricos de um Território Federal ter voz em um relatório que seria assinado por Oswaldo Cruz? O risco de conquistar a antipatia das oligarquias hegemônicas do Território poderia ser grande, o que seria politicamente incômodo se no curto e médio prazo o Acre se transformasse em estado. Talvez essa condição explique os fortes elogios destinados aos prefeitos dos Departamentos do Acre e Purus no relatório. Sena Madureira, por ter um *status* informal de capital do Território Federal, mereceu as melhores palavras de elogio à sua estrutura física e aos seus administradores, mesmo que a Comissão tenha permanecido ali apenas dois dias. Ou seja, Carlos Chagas optou por se colocar ao lado dos grupos que dominavam as prefeituras e o *status quo*. Assim, na versão final do “Relatório das Condições Médico-Sanitárias do Vale do Amazonas”, salta aos olhos a imagem de Sena Madureira como o mais salubre e confortável núcleo urbano do interior da bacia amazônica.

O relatório é explícito em citar um número “incomparavelmente menor” de doentes consultados em Sena Madureira. Eles também não viajaram pelo médio e alto rio Iaco, confiando totalmente nas “indicações muito precisas de um médico que percorreu todo o

---

<sup>358</sup> O povoado de Boca do Caeté era dominado pela firma *J. Gadelha e Irmãos* e, em 1903, funcionava como uma subprefeitura do município de Floriano Peixoto, chegando a contar com João Cândio Fernandes como subprefeito. Em 1912, funcionava em Boca do Caeté um posto de coleta de impostos do estado do Amazonas com um pequeno regimento militar, era entreposto e ponto final de embarcações e onde residia o médico italiano Salvador Rizzo, que atuou como juiz no Departamento do Alto Acre em 1906 e em 1910 dava consultas em sua residência como “médico-operador e oculista”. Ver: CORREIO DO NORTE. Manaus, 17 de maio de 1912. p. 4. Acervo FBN.; QUO VADIS? Manaus. 21 de novembro de 1903. p. 3. Acervo FBN.; BRAZIL ACREANO. Dr. Salvador Rizzo – medico-operador e oculista. Sena Madureira. 21 de maio de 1910. p. 3. Acervo FBN.

rio”<sup>359</sup> (leia-se as informações prestadas por Astolpho Margarido da Silva). Os meses de janeiro, fevereiro e março eram de ápice das cheias dos rios, não havendo seringueiros nas colocações, o que era também um bom motivo para que a Comissão não prosseguisse Iaco acima. Assim, com o esforço de seus representantes e a ajuda do regime de águas do rio, os seringalistas do Iaco conquistaram um importante aliado a atestar que existia vida civilizada no Território do Acre e essa civilidade tinha como epicentro a cidade de Sena Madureira.

No Congresso Nacional, sempre que a pauta era a ‘autonomia do Acre’, os deputados debatiam se o Território estava preparado ou não para tornar-se estado. Estar preparado significava oferecer saúde pública, educação, vias de comunicação entre as cidades, urbanização, justiça, ordem pública e população fixada à terra. Tudo isso era resumido pelos próprios congressistas pela pergunta: ‘havia civilização no Acre suficiente para tornar-se estado?’ Daí o esforço dos seringalistas do Iaco, e de outros rios do Território do Acre, em demonstrar símbolos de “civilização” nos seus departamentos. Por essa razão, o juiz Carneiro buscou negar, na carta ao Chagas, a imagem de Sena Madureira como cidade civilizada, pois seu grupo político não aceitava a possibilidade de ver a capital de um futuro estado unificado sob o controle político direto ou indireto da oligarquia do Iaco.

Assim, a oligarquia do Iaco, tendo como principais representantes, Avelino de Medeiros Chaves e Childerico José Fernandes, controlaram a política no Departamento do Alto Purus durante a maior parte do período departamental. Esse controle foi conquistado a partir de duros embates com os seringalistas dos rios Caeté e Purus, reunidos em torno dos irmãos Gadelha e apoiados pelo grupo autonomista do rio Acre. O controle da prefeitura do Alto Purus fortaleceu o plano de tornar Sena Madureira a capital do futuro estado do Acre, com as elites iacoaras mais próximas do centro decisório de todo o território. A luta pela proeminência das capitais do Território do Acre absorvia os profissionais liberais que atuavam na região, sejam advogados, médicos e, principalmente, agentes do Governo Federal. O assédio sofrido pela expedição do Instituto Oswaldo Cruz no Território do Acre não representa uma exceção, mas uma regra em relação a todos os agentes do Governo Federal que poderiam se tornar, de algum modo, aliados úteis no xadrez político da guerra dos rios.

---

<sup>359</sup> BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA BORRACHA. *Relatório sobre as condições médico-sanitárias (...)*. *op. cit.*, p. 30.

### **CAPÍTULO 3 – OS MÉDICOS DO RIO IACO: ECONOMIA DA BORRACHA E POLÍTICA FLUVIAL NO ALTO PURUS**

(...) contando [o seringueiro] apenas com a magnanimidade de seus patrões, que, na totalidade, corretos e humanos (...) mitigam-lhes os sofrimentos proporcionando o conforto dos recursos médicos.

Dr. Joaquim Rodrigues Ferreira (1913)

Neste capítulo, será analisada a relação entre médicos, economia da borracha, saúde pública, os planos dos seringalistas do rio Iaco e os corpos de água, enfatizando como essas dinâmicas conformavam e constrangiam a atividade médica no Departamento do Alto Purus. O capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, será analisada como a saúde pública e o trabalho médico, no Alto Purus, estavam imersos na economia da borracha e sob o controle dos seringalistas do rio Iaco. O interesse das elites iacoaras em forjar uma imagem de capital salubre levou-os a investir em estruturas de assistência médica. Por outro lado, a renda dos médicos estava completamente atrelada às dinâmicas próprias da cadeia de aviamentos nos rios da bacia amazônica. Como consequência direta, poucos clínicos mantiveram-se neutros nas disputas políticas nos departamentos. No Alto Purus, muitos médicos eram submissos às elites iacoaras, enquanto outros colaboravam ostensivamente com os seringalistas.

Na segunda parte será analisada a relação dos médicos com os corpos de água que conformavam o rio Iaco, para promover medidas de saúde pública no núcleo urbano da capital do Purus. Os médicos da Diretoria de Higiene buscaram o controle sobre os fluxos de água pluvial e o trânsito pelo rio. Era uma forma de combater as três principais doenças que atingiam a região: a malária, a varíola e o sarampo. As medidas tiveram sucesso na conformação de uma imagem positiva de Sena Madureira, tornando-a “célebre” como a capital mais salubre do Território Federal do Acre, até a grande cheia do rio Iaco de 1915.

### 3. 1 - Ser médico em Sena Madureira

Rio Acre, 06 de maio de 1909. O médico Esperidião de Queiroz Lima retornava ao Acre após dois anos vivendo nas proximidades de Vila Guaramiranga, no Ceará. No Ceará, Lima casou-se e prometeu a si mesmo não mais retornar ao Acre, lugar onde atuou como médico entre 1904 e 1907. Algum tempo depois, Antônio Antunes de Alencar, seu amigo, foi até o sítio em que residia o médico para convencê-lo a voltar. Pouco tempo depois, Lima sentiu saudades da vida tumultuada, aventureira e cheia de doenças do rio Acre.<sup>360</sup> Meses mais tarde, o médico voltou ao Acre, indo morar em uma casa alugada por Antônio Alencar e que ficava no topo de um barranco, na margem oposta ao quartel da Companhia Regional.<sup>361</sup> Como Alencar tinha más relações com a prefeitura do Alto Acre, devido às suas aspirações autonomistas, a Companhia Regional do Departamento viu no médico um potencial inimigo. Assim, por bastante tempo, Esperidião de Queiroz Lima e sua esposa Maria, tiveram que conviver com uma metralhadora armada no alto do barranco, na margem oposta do rio, e exercícios militares que geralmente tinham como alvo áreas próximas à sua residência, como formas de intimidação.<sup>362</sup> O clima de hostilidade causado pelas atitudes da Companhia Regional, levou a consolidação de Esperidião de Queiroz Lima como um dos principais colaboradores do grupo político de Antônio Antunes Alencar, com o qual já tinha ampla afinidade pessoal.

Sena Madureira, 03 de fevereiro de 1912. O médico Carlos da Costa Ribeiro caminhava pela Avenida Amazonas com um ilustre paciente, o capitão Francisco Pereira Lima, proprietário do seringal São Salvador, no estado do Amazonas, e seu filho Antônio Pereira Lima. Em dado momento, Francisco Pereira Lima foi chamado por Francisco Carneiro Mesquita, seringalista com o qual tinha problemas devido a saques ocorridos em São Salvador. O Capitão Lima não atendeu ao chamado. Mesquita sacou um revólver e disparou diversas vezes contra o proprietário de São Salvador e seu filho. Outro indivíduo saiu de uma casa de comércio armado com um rifle e também alvejou Francisco Lima, já caído no chão. Antônio Lima mesmo baleado entrou em luta corporal com o agressor que portava o rifle e a

---

<sup>360</sup> LIMA, Esperidião de Queiroz. *11 anos na Amazônia*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966. p. 89-93.

<sup>361</sup> *Ibidem*, p. 101.

<sup>362</sup> *Ibidem*, p. 108-110.

arma disparou por acidente, ferindo gravemente Francisco Carneiro Mesquita. Por sorte, o Dr. Carlos Ribeiro não se feriu no confronto.<sup>363</sup>

Os dois casos são ilustrativos do quão difícil era a neutralidade de um médico nas disputas políticas, inimizades, vinganças e contendas comerciais que permeavam os negócios dos seringais. Os médicos estavam em pequeno número na região e clinicavam para os seringalistas e seus aliados, sendo obrigados a escolher os seus lados nas disputas fluviais. Em raros casos, conquistavam uma difícil e instável neutralidade, procurando agradar os diferentes grupos. Essa condição arrastava e mantinha os médicos no turbilhão de eventos que marcava as relações políticas e sociais nos rios e departamentos.

### 3.1.1 – As opções de trabalho para um médico em Sena Madureira

A proximidade e conexão dos médicos com as elites seringalistas ocorriam, principalmente, pelas oportunidades de trabalho que tinham nos departamentos. Em todo o Território Federal, a renda dos médicos advinha de serviços prestados aos seringalistas, que aviavam o tratamento de seus familiares e fregueses. Em Sena Madureira a conexão ocorria pelo mesmo motivo, sendo, contudo, mais forte devido aos planos dos proprietários iacoaras de preparar a capital do Purus para ser o centro decisório do Território Federal do Acre. De todas as cidades do território, a capital do Purus foi, entre 1908 e 1915, o melhor lugar para um médico atuar. Eles dispunham de uma Diretoria de Higiene organizada, um hospital para operações e experiências clínicas, uma revista e quatro farmácias onde também trabalhavam e encomendavam remédios. Em Sena Madureira foi fundada ainda uma pequena sociedade médica em 1914, o Centro Syniátrico do Alto Purus, a primeira associação do Território do Acre.<sup>364</sup>

Esperidião de Queiroz Lima, em seu livro de memórias intitulado *11 Anos na Amazônia*, recorda que decidiu ir para o Amazonas e o Acre por um desejo que nutria de conhecer a região e, principalmente, se afastar das lutas políticas no Ceará em 1904.<sup>365</sup>

<sup>363</sup> O ALTO PURUS. Bárbaro assassinato perpetrado ontem, à Avenida Amazonas – outros ferimentos. Sena Madureira, 04 de fevereiro de 1912. p. 2. Acervo FBN.

<sup>364</sup> Esse centro, contudo, teve vida curta de apenas alguns meses. Ver: O ALTO PURUS. Centro Syniátrico do Alto Purus. Sena Madureira, 18 de junho de 1913. p. 2. Acervo FBN.

<sup>365</sup> LIMA. *11 anos na Amazônia. op. cit.*, p. 12-15.

Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o médico era membro do poderoso clã Queiroz, de Quixadá, e também dos Lima. Esperidião Lima relata que, ao retornar para sua terra natal, foi apossado por políticos pró e contra o governo estadual, que buscavam de todas as formas o seu apoio, devido às suas relações familiares. Querendo fugir da “atmosfera pesada de prevenções, intrigas e malquerenças” e buscando manter-se “livre e independente, no exclusivo e imparcial exercício” da clínica, Esperidião Lima seguiu para o Amazonas e, depois, para o Acre.<sup>366</sup>

Embora Lima tenha se livrado das disputas políticas entre clãs familiares no Ceará, ele vivenciaria uma disputa política similar no Acre, todavia com muitas especificidades. No Acre se tratava de grupos com ideais de autonomia distintos e, em alguns casos, também influenciados pela proximidade e sentimento de pertencimento a um mesmo curso fluvial. As relações comerciais com seringalistas e chefes políticos consolidariam a inserção de Esperidião de Queiroz Lima nessa nova atmosfera política. Essa condição fica muito clara na passagem em que Lima relata o seu retorno ao rio Acre em 1909. Antônio Antunes de Alencar fez mais pelo seu amigo médico do que apenas alugar uma casa. Sabendo que Lima gostava de clinicar, Antônio Alencar conseguiu contratos com as empresas *The Mello Rubber Company*, e *Dias & Rola* e com os proprietários Hipólito Moreira e Viúva Parente, detentores de seis seringais, para que o médico clinicasse para a família dos seringalistas e seus seringueiros.<sup>367</sup> E, desse modo, Lima inseriu-se completamente nas redes do grupo político de Alencar por meio de relações comerciais e afetivas.

Os médicos que iam para o Território do Acre eram, em sua maioria, recém-formados que buscavam a prática da clínica em uma área famosa pela insalubridade e pelo suposto patriotismo de seus habitantes. Esse foi, exatamente, o caso de dois médicos que se tornaram posteriormente importantes sanitaristas brasileiros da primeira metade do século XX: Samuel Libânio e Samuel Uchôa.

Samuel Libânio (1881-1969) trabalhou no Departamento do Alto Purus entre 1906 e 1908. Ele foi o primeiro Diretor de Higiene do Alto Purus e um dos primeiros médicos a chegar a Sena Madureira. Nascido em Minas Gerais, e recém-formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Libânio, assim que concluiu o curso, foi visitar seu irmão, Aristides Libanio, que, em 1906, atuava como juiz no Alto Purus. Após deixar o

---

<sup>366</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>367</sup> *Ibidem*, p. 108.

departamento, voltou para o seu estado natal onde foi diretor de higiene do governo de Minas Gerais e, em 1911, tornou-se um dos fundadores da Faculdade Livre de Medicina de Belo Horizonte. Na década de 1920 foi membro do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural, atuando em conjunto com a Fundação Rockefeller no interior de Minas Gerais, e, em 1941, seria nomeado diretor do Serviço Nacional de Tuberculose.

Já Samuel Felipe Domingues Uchôa (18??-1952) trabalhou em Sena Madureira entre os anos de 1911 e 1912. Formou-se em 1907 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e chegou ao Departamento do Alto Purus como chefe da Delegacia Regional de Recenseamento, nomeado pelo Governo Federal. Rapidamente o médico passou a dividir o seu tempo entre o trabalho de recenseamento, o exercício da clínica na Farmácia Brasil e no consultório do dentista Mario Pinheiro, e em viagens para o médio e alto Iaco, onde trabalhava clinicando para os seringalistas. Sua intimidade com as elites iacoaras o levou a participar da Revolta Autonomista de 1912, quando formou o corpo médico dos rebelados junto com Astolpho Margarido da Silva. Ele viria a fazer parte também do Comitê Revolucionário chefiado por Childerico José Fernandes, ao lado dos seus colegas médicos Astolpho Margarido e Victoriano Freire. Estima-se que tenha deixado o Território do Acre após a rebelião de 1912.<sup>368</sup> Em 1919, seria contratado pela Fundação Rockefeller, e, na década de 1920, atuaria no Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do estado do Amazonas, fundando postos de profilaxia itinerante nos rios.<sup>369</sup>

Os casos de Samuel Libânio e Samuel Uchôa representam os dois principais caminhos de um médico para chegar a Sena Madureira. Alguns dos médicos que atuaram na cidade chegaram por intermédio de parentes, que poderiam ser seringalistas, militares, juízes e advogados, por exemplo. As redes familiares tiveram um importante papel na ida de clínicos para a região. O maior exemplo é o do médico Samuel Libânio. Depois dele, chegaria o seu irmão, também médico recém-formado, Cândido Libânio,<sup>370</sup> que sucedeu Samuel Libânio como Diretor de Higiene do Departamento do Alto Purus entre abril de 1908 e março de

<sup>368</sup> A trajetória de Samuel Uchôa no Departamento do Alto Purus pode ser mapeada em diversos artigos e notícias contidas nos jornais *O Alto Purus* e *Brazil Acreano*, entre 1911 e 1912.

<sup>369</sup> Para mais informações sobre a atuação de Samuel Uchôa, ver: SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. *Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011. p. 223-276.

<sup>370</sup> Segundo consta de notícias do jornal *O Alto Purus* (1908-1909), Cândido Libânio chegou a Sena Madureira em fins de fevereiro de 1908 e, em 17 de março, foi nomeado diretor de higiene interino em substituição ao seu irmão, que deixava o Território do Acre. Permaneceu no cargo cerca de um ano, pedindo exoneração e saindo do departamento.



1909.<sup>371</sup> Por outro lado, muitos médicos, como Samuel Uchôa, foram para a região em expedições enviadas pelo Governo Federal, sendo rapidamente absorvidos pelas oportunidades de trabalho locais. Esse também foi o caso Dr. Jesuíno de Albuquerque,<sup>372</sup> que veio com a Comissão de Defesa da Borracha em 1913. Enquanto atuou pela Comissão até fevereiro de 1914, Albuquerque clinicava com o Dr. Carlos da Costa Ribeiro<sup>373</sup> no Hospital de Caridade 22 de Maio e trabalhava na Farmácia Matos. Ajudou ainda a criar o Centro Syniátrico do Alto Purus.<sup>374</sup> Outro caso foi o do médico Astolpho Margarido da Silva que veio para Sena Madureira como médico da Comissão de Obras Federais em 1909. Astolpho Margarido clinicou nas Farmácias Matos, Alto Purus e Brasil, foi diretor de higiene do departamento, aliou-se aos proprietários iacoaras e pegou em armas na Revolta Autonomista do Alto Purus de 1912.

As opções de trabalho para um médico em Sena Madureira não eram muitas. A mais comum era trabalhar para um ou mais farmacêuticos locais que possuíam casas com estrutura física para a venda de remédios e oferecimento de consultas médicas. Samuel Libânio, assim que chegou ao Departamento do Alto Purus, foi procurado pelo farmacêutico Luiz Fernandes Barbosa Cordeiro, dono da Farmácia Brasil, para realizar consultas clínicas na farmácia. Libânio trabalhava na farmácia em dois turnos (entre oito e onze horas da manhã e de uma às cinco horas da tarde). Cândido Libânio teve o mesmo destino que seu irmão, trabalhando também na Farmácia Brasil.<sup>375</sup>

---

<sup>371</sup> LIBANIO, Samuel; LIBANIO, Cândido. Directoria de Higiene: relatório apresentado pelo director de higiene ao exm. Sr. Dr. Prefeito do Departamento. In: PREFEITURA DO ALTO PURUS. *Relatório apresentado ao exm. Sr. dr. Augusto Tavares de Lyra, DD. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo prefeito do Departamento Dr. Cândido José Mariano concernente ao ano de 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. p. 46.

<sup>372</sup> Jesuíno Carlos de Albuquerque, em 1913, era recém-formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Sobre sua atuação em Sena Madureira, ver artigos e notícias do jornal *O Alto Purus* (1913-1914)

<sup>373</sup> Carlos da Costa Ribeiro era cearense e formou-se em 1907 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Estima-se que chegou a Sena Madureira em fins de 1909, quando começou a atuar como médico no Hospital de Caridade 22 de Maio, ao lado de Astolpho Margarido da Silva e Otávio Varela, e na Farmácia Alto Purus. Em 1911, deixaria brevemente o departamento para casar-se em Fortaleza com Maria de Lourdes da Costa Ribeiro, retornando logo em seguida. Sua atuação em Sena Madureira foi intensa, clinicando em farmácias, no Hospital de Caridade e sendo por duas vezes Diretor de Higiene do Departamento, entre 1911 e 1912 e entre 1913 e 1914, durante os governos dos prefeitos Samuel Barreira, Godofredo Maciel e Tristão de Araripe. O ano de 1913 representou o ápice da atuação médica do casal Ribeiro no Purus, quando ele próprio era Diretor de Higiene, cirurgião no Hospital de Caridade e membro do Centro Syniátrico do Alto Purus, enquanto sua esposa presidia a Associação Feminina de Caridade (que tinha como objetivo formular espetáculos e formas de arrecadar donativos para o Hospital). Em abril de 1914, Carlos da Costa Ribeiro mudaria em definitivo para o sul do Brasil. Ver *Brazil Acreano* (1910-1911) e o *O Alto Purus* (1909-1914).

<sup>374</sup> O ALTO PURUS. Centro Syniátrico do Alto Purus. *op. cit.*, p. 2.

<sup>375</sup> Essas atividades foram mapeadas por meio das propagandas da Farmácia Brasil, na página 4 do periódico *O Alto Purus*, órgão oficial da Prefeitura.

**Foto 06:** Farmácia Brasil de Luiz Fernandes Barbosa Cordeiro



Fundo: Vistas da Cidade de Sena Madureira no Acre 1905-1911.

**Acervo:** CODAC/ Arquivo Nacional

Outras farmácias seriam fundadas no núcleo urbano de Sena Madureira, aumentando as possibilidades de remuneração dos médicos, que trabalhavam em mais de um estabelecimento diariamente. Ao seguir a página de anúncios dos jornais *O Alto Purus* e *Brazil Acreano*, vemos que, em 1910, Sena Madureira possuía quatro estabelecimentos farmacêuticos: Farmácia Brasil (de Luiz Cordeiro), Farmácia Popular (de Antônio Augusto Amorim), Farmácia Alto Purus (de João Marinho Correia) e Farmácia Matos (de Rui Alencar Mattos).<sup>376</sup> Cada farmácia empregava mais de um médico e eles clinicavam em horários alternados, mesmo em diferentes estabelecimentos ao longo do dia. Por exemplo, em maio de 1910, os médicos João Dourado de Cerqueira Bião<sup>377</sup>, Carlos Ribeiro e Octávio Moniz

<sup>376</sup> Esses donos de farmácias apoiavam às elites iacoaras. A exceção era Rui de Alencar Matos, que efetivamente foi filiado ao Partido Progressista, sendo um dos líderes da Revolta Autonomista do Alto Purus, em 1912.

<sup>377</sup> O Primeiro-Tenente médico da Armada João Dourado de Cerqueira Bião formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1903, com a tese “A Keratite Heredo-Sifilítica, sua Etiopatogenia, Sintomatologia e Tratamento”. Atuou em dois períodos distintos em Sena Madureira. O primeiro por volta dos anos de 1909 e 1910 como Diretor de Higiene do Departamento. Atuou também em farmácias e no Hospital de Caridade. Em

Varella<sup>378</sup> se revezavam em diversos horários entre sete da manhã e cinco da tarde, clinicando na Farmácia Alto Purus. Já em 1912, os médicos Astolpho Margarido da Silva e Carlos Ribeiro se revezavam nas farmácias Matos, Brasil, Popular e Alto Purus.<sup>379</sup>

Médicos em farmácias eram uma constante em Sena Madureira, mas também nas outras capitais dos departamentos. Referimo-nos não a uma associação comercial, mas uma relação de trabalho na qual o farmacêutico era o empregador. A propósito, apenas um caso de associação comercial entre médico e farmacêutico foi encontrado. No Tarauacá, o médico José Leôncio Rodrigues se uniu em sociedade com o farmacêutico Irineu Catão e fundou a empresa *Rodrigues & Ca.*, dona da Farmácia Acreana, estabelecimento que vendia remédios nacionais e importados, aviando para os seringais e para a prefeitura do Tarauacá.<sup>380</sup>

Não foram encontrados quaisquer indícios de tensões entre farmácias por disputa de mão-de-obra de médicos, ou na busca por clientela em Sena Madureira. Havia mesmo, na década de 1910, um revezamento de plantão noturno das farmácias que semanalmente era divulgado no jornal oficial da prefeitura do Purus. Diariamente apenas uma farmácia funcionava durante a noite para atender emergências.<sup>381</sup> Os médicos atendiam diuturnamente nas farmácias e eram chamados em suas residências durante a noite.

Outra possibilidade de trabalho era clinicar na própria residência para os proprietários seringalistas. Geralmente essa forma de atuação ocorria concomitante com o trabalho junto aos farmacêuticos. Os proprietários vinham até Sena Madureira buscar o médico em caso de doença entre os seus familiares. Se o problema fosse com algum seringueiro, ou empregado com crédito junto ao barracão, o doente era enviado para Sena Madureira. Importante

---

dezembro de 1912, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores requisitou ao Ministério da Marinha a permissão para que Cerqueira Bião voltasse a atuar no Alto Purus, por indicação do então prefeito recém-nomeado Samuel Barreira. Nesse segundo momento, o médico entrou no rodízio de clínicos que atuavam no Hospital de Caridade. Em 12 de julho de 1914 o médico anunciou no jornal *O Alto Purus* a sua mudança definitiva para Belém.

<sup>378</sup> Segundo foi possível mapear em artigos e notícias no jornal *O Alto Purus e Brazil Acreano*, Octávio Moniz Varella era natural do Rio Grande do Norte e chegou a Sena Madureira por volta dos primeiros meses do ano de 1910. Não foi possível descobrir quando e onde se formou, apesar da pesquisa feita nos catálogos de tese das faculdades de medicina da Bahia e Rio de Janeiro. A hipótese mais provável é que tenha se formado no exterior. Varella atuou clinicando em farmácias, auxiliando em importantes cirurgias no Hospital de Caridade e na grande epidemia de varíola e sarampo nos rios Iaco e Macauã em 1911. Compôs com Samuel Uchoa a Expedição do Iaco-Macauã, com o objetivo de aplicar a vacina antivariólica nos seringais mais atingidos pela epidemia de 1911. Em abril de 1914, Octávio Varella retornaria de vez com sua esposa, Evangelina Varella, para o Rio Grande do Norte.

<sup>379</sup> Essas informações podem ser mapeadas na última página do jornal *O Alto Purus*, em todos os seus números, entre 1908 e 1915.

<sup>380</sup> RODRIGUES, Leôncio José; CATÃO, Irineu. Anuncios. *O Estado*. Cidade Seabra, 3 de maio de 1914. p. 4. Acervo FBN.

<sup>381</sup> O ALTO PURUS. Sena Madureira, 6 de julho de 1913. p. 2. Acervo FBN.

destacar, que seja trabalhando na farmácia ou em sua própria residência, raramente, o médico recebia em espécie. O pagamento geralmente ocorria em borracha ou pelo próprio sistema de crédito por aviamentos, uma vez que o papel moeda pouco circulava no Território do Acre.<sup>382</sup> Como resultado, todo médico tinha que ter um ou mais empregados que o ajudasse na contagem, pesagem, transporte e guarda da borracha recebida.

Quando o médico Astolpho Margarido da Silva sofreu um acidente fatal no alto Iaco em abril de 1917 ele estava em uma canoa acompanhado de um “criado”.<sup>383</sup> Já o médico Leôncio José Rodrigues, diretor de higiene em Vila Seabra, no Tarauacá, possuía, ao menos, um auxiliar.<sup>384</sup> A borracha era o dinheiro desses médicos e, por essa razão, eles precisavam ter um espaço seguro em suas residências para estocar o produto. Por outro lado, eles tinham que transportar a borracha para Manaus e Belém de modo a conseguir crédito e mercadorias. Assim, os médicos também tinham que manter relações com as empresas intermediadoras. Outra possibilidade, ainda que menos frequente, era a troca da borracha no comércio local.

Essa imersão na rede da borracha gerava também infortúnios semelhantes aos que sofriam os seringalistas como o roubo de borracha por seringueiros aliciados por regatões, uma forma de burlar o sistema de aviamentos do seringal. Foi o que aconteceu com o médico Leôncio José Rodrigues em fevereiro de 1915, quando denunciou o seu empregado pelo desaparecimento de 168 quilos de borracha estocados em sua residência. O denunciado tentou fugir, foi capturado e confessou o crime. Na delegacia, ele apontou o regatão “turco” Muniz Bizarte como mandante do crime.<sup>385</sup>

Como empregado de farmácia ou atuando em sua residência, o médico precisava estar de prontidão a todo o momento e, se possível, ter uma canoa para atender aos chamados de emergência de algum seringalista em apuros. Notícias de médicos que se ausentavam de suas cidades para atender chamados dos seringais são constantes nos jornais, como na vez que o Dr. Virgílio Mendonça, de Vila Seabra, teve que ir às pressas socorrer a esposa de um importante seringalista do rio Tarauacá, vítima da queda de um raio.<sup>386</sup> Ou mesmo quando

<sup>382</sup> No sistema de aviamentos dificilmente circulava dinheiro nas transações envolvendo seringalistas e as empresas de exportação de borracha e principalmente entre seringalistas e seringueiros. As moedas que circulavam no Território, em muitos casos, eram utilizadas como adorno, broches e outros acessórios usados por mulheres da região. Ver: BARROS, Glímedes Rego. A presença do capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915). Brasília: Senado Federal, 1982. p. 115.

<sup>383</sup> O ALTO PURUS. Desastre Fatal – A Morte de Astolpho Margarido no Alto Iaco: pormenores do triste acontecimento. Sena Madureira, 23 de abril de 1917. p. 3. Acervo FBN.

<sup>384</sup> O DEPARTAMENTO. Roubo de borracha. Vila Seabra, 14 de dezembro de 1915. p. 3. Acervo FBN.

<sup>385</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>386</sup> O DEPARTAMENTO. Vila Seabra, 14 de fevereiro de 1915. p. 3. Acervo FBN.

Antônio da Costa Gadelha deixou de lado a inimizade com os seringalistas do rio Iaco e chamou Astolpho Margarido, Carlos Ribeiro e Otavio Varella para socorrer a sua irmã, Noeli Gadelha, que sofria de apendicite em Boca do Caeté.<sup>387</sup> Geralmente os médicos passavam muito tempo viajando para atender emergências como essas.

Outra opção de trabalho que um médico tinha no Acre era atuar como Diretor de Higiene em um dos três e, depois de 1912, quatro departamentos do Território. O prefeito Cândido Mariano estipulou no Alto Purus, em 1908, o salário mensal de 1:500\$000 para o Diretor de Higiene, o maior valor pago a um médico nos departamentos ao longo das décadas de 1900 e 1910.<sup>388</sup> Os salários nos demais departamentos pouco se aproximavam desse valor. No Departamento do Alto Acre, o salário do Diretor de Higiene chegava a 500\$000 mensais, no governo Raphael Augusto da Cunha Matos,<sup>389</sup> enquanto Thaumaturgo de Azevedo fixou o salário do médico da prefeitura do Alto Juruá em 300\$000, valor igual a do amanuense que trabalhava na secretaria geral.<sup>390</sup> No Departamento do Tarauacá a situação não foi diferente. Entre 1912 e 1920, o salário do Diretor de Higiene no Tarauacá oscilou entre 500\$000 e 700\$000 mensais. A oscilação se explica ora pela crise financeira na prefeitura, ora pela perspectiva de grandes epidemias, quando os diretores de higiene aproveitavam para pressionar pelo aumento dos salários.<sup>391</sup> Em termos comparativos, o médico da Comissão de Obras Federais, que atuou no Território entre 1907 e 1911, recebia mensalmente 2:000\$000 do Governo Federal.<sup>392</sup>

Além do salário nas Diretorias de Higiene não ser atrativo, ele atrasava meses e, por vezes, anos. Era comum ser necessário ir à justiça para conseguir receber os pagamentos

<sup>387</sup> O ALTO PURUS. Uma operação importante. Sena Madureira, 09 de outubro de 1912. p. 2. Acervo FBN.

<sup>388</sup> PREFEITURA DO ALTO PURUS. *Relatório apresentado ao exm. Sr. dr. Augusto Tavares de Lyra, DD. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo prefeito do Departamento Dr. Cândido José Mariano concernente ao ano de 1908.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. p. 4.

<sup>389</sup> PREFEITURA DO DEPARTAMENTO DO ALTO ACRE. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, digno Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo coronel da arma de infantaria Raphael Augusto da Cunha Matos, Prefeito do Departamento do Alto Acre. In: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. *Relatório dos anos de 1905 e 1906 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. José Joaquim Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. p. 28.

<sup>390</sup> O CRUZEIRO DO SUL. Tabela A – Do número e dos vencimentos dos funcionários e demais empregados. Cruzeiro do Sul, 3 de maio de 1906, p.4. Acervo FBN.

<sup>391</sup> Durante a grande cheia dos rios Iaco e Juruá, com repercussão na saúde das populações das áreas atingidas em janeiro, fevereiro e março de 1915, o então Diretor de Higiene do Tarauacá, Dr. Leôncio José Rodrigues enviou petição a prefeitura para que seu salário fosse equiparado ao dos Diretores de Higiene nos demais departamentos, tendo em vista o aumento na quantidade de trabalho. Ver: O DEPARTAMENTO. Petições. Vila Seabra, 15 de maio de 1915. p. 1. Acervo FBN.

<sup>392</sup> BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. *Relatório dos anos de 1907 e 1908 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Sr. Augusto Tavares Lyra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. p. 97.

atrasados. Em 07 de janeiro de 1912, por exemplo, o médico Joaquim Rodrigues Ferreira, então Diretor de Higiene no Alto Juruá, acusava a dívida de 3:000\$000 da prefeitura, pedindo sua quitação.<sup>393</sup> Em abril de 1915, Leôncio José Rodrigues aproveitou o medo provocado pelas grandes cheias dos rios daquele ano para exigir que a prefeitura do Tarauacá pagasse a dívida de 486\$000 em remédios com a *Rodrigues & Ca.*<sup>394</sup> Seguindo o exemplo de seu colega, Oscar de Paula Guimarães, médico que auxiliava Leôncio José Rodrigues, também pressionou pelo pagamento dos seus salários atrasados.<sup>395</sup> O atraso, ou mesmo o não pagamento dos salários também acontecia no Alto Purus. Astolpho Margarido da Silva viu-se obrigado a entrar na justiça para receber o salário de Diretor de Higiene entre novembro de 1910 e abril de 1911, ou seja, uma dívida de 7:700\$000. A Justiça Federal somente deu parecer favorável ao pagamento em 13 de março de 1918, um ano depois da morte do médico!<sup>396</sup>

A rigor, o atraso nos pagamentos ou o não pagamento dos salários aos funcionários da prefeitura era praticamente uma regra em todo o Território Federal. Eram inúmeras as cobranças de pagamentos dos salários dos servidores das prefeituras do Território do Acre dirigidas à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, no estado do Amazonas. Responsável por justificar a falta dos pagamentos, o Ministério da Justiça adotou texto-padrão para responder as numerosas cobranças. Foi o caso do ministro Rivadavia da Cunha Corrêa (1910-1913):

Restituindo-vos o incluso processo de dividas de exercícios findos, de que são credores João Evangelista de Carvalho, Antônia Damasceno, Celina Salgado de Regalo Braga e Estephania Barros Costa, professores do Alto Juruá, declaro-vos que os mesmos funcionários devem dirigir-se aquela prefeitura, que tinha verba suficiente para atender ao pagamento do pessoal de sua nomeação.<sup>397</sup>

Já o seu sucessor, o ministro Carlos Maximiliano (1914-1918) formulou uma resposta padrão um pouco mais sucinta: “Restituindo o incluso processo de dividas de exercícios

<sup>393</sup> CRUZEIRO DO SUL. Atos Oficiais. Cruzeiro do Sul, 7 de janeiro de 1912. p. 1. Acervo FBN.

<sup>394</sup> O DEPARTAMENTO. Petições. Vila Seabra, 18 de abril de 1915. p. 1. Acervo FBN.

<sup>395</sup> O DEPARTAMENTO. Petições. Vila Seabra, 2 de maio de 1915. p. 1. Acervo FBN.

<sup>396</sup> BRASIL, DIARIO OFICIAL. Decreto n.12.915 de 13 de março de 1918. Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de 7:700\$000, para pagamento ao Dr. Astolpho Margarido da Silva. Rio de Janeiro, 15 de março de 1918. p. 3540.

<sup>397</sup> CORRÊA, Rivadavia. Telegrama enviado ao delegado fiscal do tesouro nacional no estado do Amazonas de 29 de março de 1912. Arquivo Nacional [BR NA, RIO A6]. Série Interior, Minutas de Avisos e Ofícios. [IJJ1-507 – 1912 (jan-jun)]

findos, de que se julga credor o Dr. Astolpho Margarido da Silva, declaro-vos que o mesmo deve dirigir-se ao prefeito do Alto Purus”.<sup>398</sup>

Os Diretores de Higiene do Alto Purus entre 1907 e 1920 foram: Samuel Libânio (1907-1908) e Cândido Libanio (1908), João Dourado de Cerqueira Bião (1909-1910), Astolpho Margarido da Silva (1910-1911), Carlos da Costa Ribeiro (1911-1912) Astolpho Margarido da Silva (1912-1913), Carlos da Costa Ribeiro (1913-1914), Astolpho Margarido da Silva (1914), Victoriano da Silva Freire (1914-1917), Mario Alvarez (1917-1918) e Rui de Alencar Matos (1919-1920).<sup>399</sup>

Alguns médicos clinicavam no Hospital de Caridade 22 de Maio. Contudo, era um trabalho voluntário no qual os médicos se revezavam periodicamente na diretoria do hospital. A instituição recebia doações de seringalistas, comerciantes, militares, médicos e ajuda da prefeitura, funcionando como um espaço de exercício de atividades clínicas, cirúrgicas e experimentais que não poderiam ser realizadas nos consultórios e farmácias, o que atraía bastante interesse dos médicos. Em 18 de junho de 1910, foi noticiada a primeira cirurgia de sucesso realizada no hospital para a retirada do que chamaram de “osteoma da mão e antebraço esquerdo” de um índio Manchineri, trazido pelo seringalista Moisés de Souza, do alto Iaco. A operação foi feita pelo Dr. Carlos da Costa Ribeiro auxiliado pelos médicos João Dourado de Cerqueira Bião e Octávio Varela.<sup>400</sup>

---

<sup>398</sup> MAXIMILIANO, Carlos. Telegrama enviado ao delegado fiscal do tesouro nacional no estado do Amazonas de 05 de março de 1915. Arquivo Nacional [BR NA, RIO A6]. Série Interior, Minutas de Avisos e Ofícios. [IJJ1-507 – 1915 (jan-jun)]

<sup>399</sup> A maioria dessas datas pode ser mapeada na primeira página do jornal *O Alto Purus* (1908-1918), onde eram noticiadas as nomeações e exonerações de empregados da prefeitura.

<sup>400</sup> BRAZIL ACREANO. Operação cirúrgica – Resultado Feliz – Um índio salvo. Sena Madureira, 18 de junho de 1910. p. 1. Acervo FBN.

**Foto 07:** Hospital de Caridade 22 de Maio no Dia da Inauguração (1908)



Fundo: Vistas da Cidade de Sena Madureira no Acre 1905-1911.

**Acervo:** CODAC/ Arquivo Nacional

E se, por ventura, algum médico quisesse divulgar os resultados de suas incipientes pesquisas sobre doenças no Departamento do Purus? Como deveria proceder? Os seringalistas do rio Iaco com a prefeitura pensaram nisso, e também no que engenheiros, poetas e homens de letras tinham a dizer, tendo em vista um objetivo comum: propagandear para os políticos da Capital Federal a “civilização” do Departamento do Alto Purus e do Território do Acre como fundamento da autonomia política. Assim, seria fundada a *Arcádia Acreana – Revista Científico-Literária*, em outubro de 1913. Revista de periodicidade mensal e dirigida pelo dentista Manoel dos Passos Galvão, foi organizada por diferentes pessoas convidadas, sendo impressa na mesma oficina que o jornal *O Alto Purus*. Cada número recebia a subvenção mensal de 100\$000 da prefeitura, na época sob a administração de Samuel Barreira. No artigo de abertura do periódico, que foi republicado na primeira página do jornal *O Alto Purus*, o objetivo de sua existência foi explicitado:

O aparecimento desta Revista não obedeceu a um prurido literário, mas a uma necessidade fortemente sentida e que se impunha como único meio de



fazer conhecido lá fora um novo aspecto deste Território. Até hoje do Acre se sabe apenas que é a terra da borracha, ignorando-se, porém, que haja por aqui quem se preocupe com as coisas do espírito, quando é certo que dispomos de um meio literário de seleção, capaz de manter um mensário digno dos nossos centros mais adiantados.<sup>401</sup>

Em janeiro de 1914, o jornal *O Alto Purus* noticiava que o *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro, acusava recebimento de um exemplar da *Arcádia Acreana* e tecia elogios ao periódico e o colocava como prova de que “no Acre a civilização vai chegando”.

Trouxe-nos a última mala do norte novas impressões do território longínquo do Acre Federal. Muitas vezes o Correio proporciona surpresas; raramente elas são tão inesperadas... O Território do Acre é para o carioca o que a Cítia era para os legionários romanos – o limite do mundo (...) Por vezes, as lendas se extinguem ao sopro mais leve da realidade; a derradeira mala do norte é o início da derrocada dessa lenda de barbaria, em que vive, aureolada de pavor e de seduções o território longínquo do Acre Federal; ela trouxe uma prova incontestável de que também lá se vive uma vida de lazer, ao par das tribulações do “struggle for life”.<sup>402</sup>

Apesar dos elogios feitos à revista *Arcádia Acreana*, o periódico teve vida curta, cerca de quatro meses. Chegou a ter em um dos seus números, na terceira edição, um artigo intitulado “Conferência Médica” do Dr. Jesuino de Albuquerque. Contudo, a maioria dos artigos que compunha a revista eram poemas e peças literárias.<sup>403</sup>

Muitos médicos atuavam na clínica, escreviam eventualmente para jornais, trabalhavam na Diretoria de Higiene, mas geralmente tinham outras atividades paralelas à clínica. O médico Octávio Moniz Varella, por exemplo, atuou como secretário da prefeitura do Alto Purus nos primeiros meses de 1911, na administração interina do prefeito José Menescal de Vasconcellos. Já o médico Victoriano da Silva Freire foi nomeado juiz de paz, atuando no seringal Iracema, no rio Caeté, na mesma época.<sup>404</sup> Essa nomeação abriu possibilidades para que Victoriano Freire viesse a ser contratado pela firma *Antônio Cruz & Co.* para atuar como gerente do seringal Iracema, ao lado de Julião Sampaio e Agenor Pinto, também gerentes desse seringal. Durante a Revolta Autonomista de 1912, os três gerentes lideraram homens armados de Iracema em apoio a Childerico José Fernandes.<sup>405</sup> Em janeiro de 1915, os três se tornaram donos da massa falida da *Antônio Cruz & Co.* quando abriram a

<sup>401</sup> O ALTO PURUS. Arcádia Acreana. Sena Madureira, 26 de outubro de 1913. p. 1. Acervo FBN.

<sup>402</sup> O ALTO PURUS. Arcádia Acreana. Sena Madureira, 11 de janeiro de 1914. p. 2. Acervo FBN.

<sup>403</sup> Infelizmente, nenhum exemplar da revista foi localizado nos arquivos consultados. Os sumários da revista podem ser encontrados em: O ALTO PURUS. Arcádia Acreana. Sena Madureira, 26 de outubro de 1913. p. 1. Acervo FBN.; O ALTO PURUS. Arcádia Acreana. Sena Madureira, 11 de janeiro de 1914. p. 2. Acervo FBN.

<sup>404</sup> O ALTO PURUS. Sena Madureira, 25 de fevereiro de 1911. p. 1. Acervo FBN.

<sup>405</sup> O ALTO PURUS. Movimento Armado de 4 de maio: historiando. Sena Madureira, 10 de julho de 1912. p. 1. Acervo FBN.

firma comercial *Sampaio & Co.*, tornando-se proprietários do seringal Iracema.<sup>406</sup> Já o dentista Passos Galvão atendia em consultório próprio, foi redator de *O Alto Purus* entre 1913 e 1915, e responsável pela instalação de uma linha de bondes de tração animal que passou a circular em Sena Madureira em 1914. Em 1916, Passos Galvão cederia o seu lugar de redator do jornal *Alto Purus* para o médico Mario Alvarez.<sup>407</sup> Raramente um médico atuava apenas como clínico, pois precisava também exercer outras atividades na prefeitura, no judiciário dos departamentos, ou mesmo nos seringais.

De todas essas atividades, a de Diretor de Higiene era a menos atrativa pelos problemas de atrasos de salário ou pelo não pagamento de dívidas. Por outro lado, em Sena Madureira, atividades que recebiam apoio ou eram financiadas pelos seringalistas iacoaras eram bem mais atraentes do ponto de vista financeiro e cobriam parcialmente o vazio de investimentos destinados à saúde. A economia da borracha e os interesses políticos locais ditavam as formas de remuneração dos médicos. Essa condição implicava a obediência e união dos clínicos com as forças políticas do Iaco. Nos demais departamentos, a imersão na economia da borracha favoreceu sentimentos de antipatia por parte de alguns médicos, direcionada ao legislativo e ao executivo nacionais, por não destinarem verbas para a saúde pública. Essa falta de investimentos incomodava os médicos inclinados à defesa da autonomia estadual do Acre e dos interesses dos proprietários seringalistas.

Esse sentimento, por vezes, vinha à tona nos relatórios médicos destinados aos prefeitos e ao Ministério da Justiça. Foi o caso do relatório do Dr. Leôncio José Rodrigues, diretor de higiene no Tarauacá, sobre as condições sanitárias de Vila Feijó em 21 de janeiro de 1917. O então prefeito do Tarauacá, José Thomaz da Cunha Vasconcelos, enviou seu diretor de higiene em expedição para estudar as condições sanitárias e criar um plano de saneamento para Vila Feijó, que, naquele momento, estava mergulhada em um intenso surto de malária. Em resposta, o relatório de Rodrigues possui uma longa introdução apontando que seu trabalho era inútil, que escrevia o relatório apenas por obrigação, pois os legisladores nacionais tratavam a saúde pública do Acre com indiferença, sendo ainda insuficientes as verbas destinadas ao saneamento de qualquer área do departamento.<sup>408</sup>

---

<sup>406</sup> O ALTO PURUS. Sena Madureira, 1 de janeiro de 1915. Acervo FBN.

<sup>407</sup> O ALTO PURUS. Sena Madureira, 30 de janeiro de 1916. Acervo FBN.

<sup>408</sup> JORNAL OFICIAL. Relatório do Dr. Leôncio José Rodrigues sobre suas atividades como chefe do serviço sanitário da prefeitura. Vila Seabra, 21 de janeiro de 1917. p.1. Acervo FBN.

A falta de investimentos do Governo Federal nas prefeituras e na saúde pública dos departamentos deixava os médicos sem qualquer escolha para além das atividades atreladas à economia da borracha e aos interesses dos seringalistas. Como vimos, a renda mais segura dos médicos vinha dos proprietários seringalistas, seja na relação direta do médico com o barracão ou na relação mediada pelas farmácias. Assim, a maioria dos médicos que residia no Território Federal do Acre era obediente aos senhores dos rios e aos diferentes grupos políticos que se enfrentavam nos departamentos. No caso dos médicos que viviam em Sena Madureira entre 1906 e 1920, eles eram servis aos proprietários seringalistas do rio Iaco, porque essa elite oferecia mais opções de trabalho e um maior prestígio atrelado a imagem de ‘capital saneada’. Alguns dos médicos de Sena Madureira, no entanto, foram além da obediência e tornaram-se parte do braço político e armado das elites iacoaras.

### 3.1.2 – Os clínicos ‘obedientes’ e os ‘guerreiros’ do Iaco

A partir do jornal *Brazil Acreano* é possível verificar a ligação dos médicos e farmacêuticos com o grupo iacoara. O jornal publicava anúncios de consultas médicas dos Drs. Carlos da Costa Ribeiro, Astolpho Margarido da Silva, Octavio Varella, Samuel Uchoa; mensagens de apoio às decisões do então Diretor de Higiene João Dourado de Cerqueira Bião e depois Carlos da Costa Ribeiro.<sup>409</sup> Noticiou a ata de louvor concedida pela Associação de Caridade 22 de Maio aos médicos Samuel Libânio, Cerqueira Bião e Carlos Ribeiro por serviços prestados ao Hospital de Caridade.<sup>410</sup> Publicava propagandas das farmácias Matos, Popular, Alto Purus e Brasil. Quando Carlos Ribeiro, Cerqueira Bião e Octávio Varella realizaram a cirurgia de sucesso para a retirada do osteoma no índio Manchineri, no Hospital de Caridade, Ribeiro ofereceu o tumor retirado ao jornal *Brazil Acreano*, para que o órgão do Partido Progressista deixasse a peça em exposição ao público no prédio da redação.<sup>411</sup> Era como um troféu, uma prova do domínio iacoara sobre a assistência à saúde e o sucesso da medicina praticada pelos seus clínicos em Sena Madureira.

---

<sup>409</sup> Ver, por exemplo: BRAZIL ACREANO. Varíola. Sena Madureira, 12 de abril de 1910. p. 2. Acervo FBN.; BRAZIL ACREANO. Dr. Carlos Ribeiro. Sena Madureira, 23 de abril de 1911. p. 2. Acervo FBN.

<sup>410</sup> BRAZIL ACREANO. Sena Madureira, 14 de maio de 1910. p. 3. Acervo FBN.

<sup>411</sup> BRAZIL ACREANO. Operação cirúrgica – Resultado Feliz – Um índio salvo. Sena Madureira, 18 de junho de 1910. p. 1. Acervo FBN.

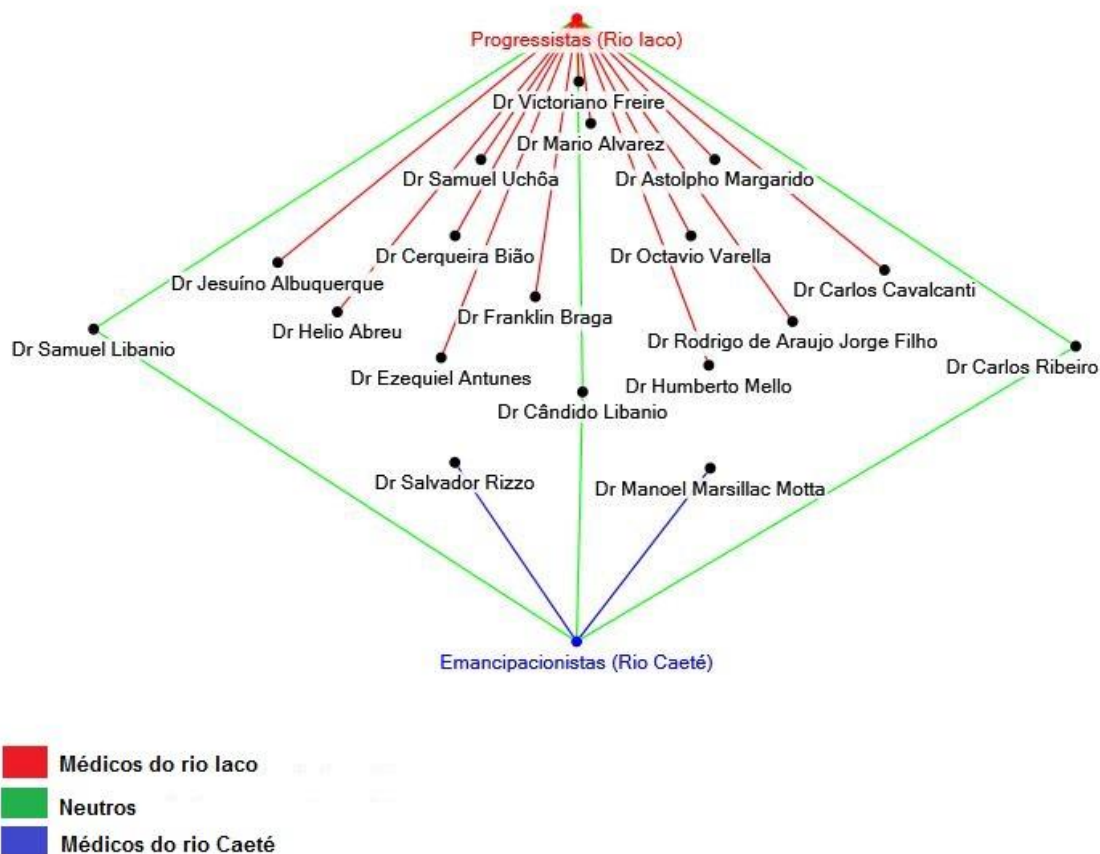
Por outro lado, o jornal *Estado do Acre* guardava relativo silêncio sobre as farmácias e médicos que atuavam na região. A exceção era o médico Manoel Marsillac Mota e o farmacêutico Cornélio José da Silva, ambos do serviço de saúde do exército na guarnição do Alto Purus, este último apontado como “companheiro de trabalho”.<sup>412</sup> Mota e Silva permaneceram pouco tempo no departamento e sem clinicar em farmácias. Como o gráfico abaixo mostra, havia também o médico italiano Salvador Rizzo.<sup>413</sup> Rizzo clinicou por pouco tempo no povoado de Boca do Caeté, entreposto comercial dominado pela *J. Gadelha & Irmãos*. Assim como aconteceu com Manoel Mota, sua atuação foi muito discreta, uma vez que a maior parte da estrutura comercial e pública, em Sena Madureira, estava direta ou indiretamente sob controle dos seringalistas do Iaco.

---

<sup>412</sup> As informações sobre ambos nos jornais são muito escassas, impedindo saber por quanto tempo eles atuaram em Sena Madureira. Sobre os elogios tecidos pelo Partido Emancipacionista ver: O ESTADO DO ACRE. Varias. Sena Madureira, 11 de março de 1909. p. 3. Acervo FBN.

<sup>413</sup> Há poucas fontes que indicam a mobilidade e presença do médico italiano Salvador Rizzo no Território do Acre. Ele atuou como juiz de distrito em 1906, no Departamento do Alto Acre, e foi acusado por Plácido de Castro, em 1907, de integrar uma fraudulenta Comissão que indicou o insalubre e inundável terreno de Volta da Empresa como lugar ideal para ser a capital do Alto Acre. Viajou para a Europa, e retornou para o Território do Acre, atuando, por pouco tempo, em Boca do Caeté como oculista e cirurgião em 1910. Ver: PREFEITURA DO ALTO ACRE. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Augusto Tavares de Lyra, DD. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, por J. Plácido de Castro, Prefeito Interino – 1906,1907. In: CASTRO, Genesco de. *O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro: Excerptos Históricos*. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998. p. 145.

**Gráfico 03:** Rede política dos médicos de Sena Madureira/Boca do Caeté



Como é possível ver pelo gráfico 03, os clínicos que atuaram no Departamento do Alto Purus, entre 1907 e 1920, em especial, João Dourado de Cerqueira Bião, Octávio Varella, Jesuíno Albuquerque, Carlos Cavalcanti da Silveira<sup>414</sup>, Franklin Braga<sup>415</sup>, Ezequiel Antunes<sup>416</sup>, Hélio Abreu<sup>417</sup>, Humberto Mello<sup>418</sup> e Rodrigo de Araújo Jorge Filho<sup>419</sup>, eram

<sup>414</sup> A partir de mapeamento feito em notícias variadas publicadas no Jornal *O Alto Purus* entre junho de 1913 e setembro de 1914, foi possível chegar a alguns dados biográficos do médico Carlos Cavalcanti. Carlos Cavalcanti da Silveira nasceu em Sergipe e formou-se em 1911 na Faculdade de Medicina da Bahia com a tese “Aspecto Social da Luta Contra a Tuberculose”. Foi para Sena Madureira por volta do ano de 1913, por intermédio de seu irmão Francisco Alves da Silveira Junior, que lá vivia. Atuou como clínico e contador dos Correios do Território do Acre. Voltará para Sergipe em setembro de 1914, após o falecimento do seu irmão que vivia em Sena Madureira.

<sup>415</sup> O Primeiro-Tenente médico Franklin Braga, de acordo com notícias publicadas no jornal *O Alto Purus* e *Brazil Acreano*, entre fevereiro e abril de 1911, era médico da Companhia Regional e trabalhou na Farmácia Alto Purus, ao lado dos médicos Astolpho Margarido da Silva e Octávio Varella. Ficou apenas alguns meses em Sena Madureira, sendo transferido para o Departamento do Alto Acre em dezembro de 1911.

<sup>416</sup> O Segundo-Tenente médico Ezequiel Antunes de Oliveira substituiu Franklin Braga na Companhia Regional em dezembro de 1911. Manteve boas relações com Astolpho Margarido, Carlos Ribeiro e Samuel Uchôa, participando de cirurgias junto com esses médicos no Hospital de Caridade. Em janeiro de 1912 ele já era representante do seringal Novo Destino, em festas dadas pelo prefeito Godofredo Maciel em homenagem aos seringalistas do rio Iaco. Em março, concomitante à chegada de Tristão de Araripe como novo prefeito do Purus,

‘obedientes’ ou ‘simpatizantes’ ao grupo político do Iaco. Eles colocavam anúncios no jornal do Partido Progressista e no órgão oficial da prefeitura, atuavam nas farmácias (todas apoiadoras dos proprietários do Iaco), se revezavam na diretoria do Hospital de Caridade 22 de Maio, participavam das confraternizações do grupo “Progressista” e foram Diretores de Higiene nos governos pró-Iaco. Contudo, eles não aparecem nas notícias de jornal relacionadas às atividades políticas do grupo, tampouco nos episódios de violência perpetrados pelos proprietários iacoaras.

Três médicos conseguiram algum grau de neutralidade no Alto Purus: Samuel Libânio, Cândido Libânio e Carlos da Costa Ribeiro. Os dois primeiros trabalharam em Sena Madureira em um período em que o nível de tensão entre o grupo do Iaco e o grupo do Caeté ainda estava baixo. Essa condição explica o porquê de ambos terem conseguido transitar e receber elogios das duas oligarquias. Carlos Ribeiro era muito querido entre os proprietários do rio Iaco, ao mesmo tempo em que acompanhava o prefeito Cândido José Mariano nas festas de aniversário de José Martins de Freitas e de Laudelino Benigno em 1910, ou seja, no ápice das tensões entre os dois grupos.<sup>420</sup> Embora frequentasse as festas, ele não oferecia brindes aos aniversariantes, atuando com discrição, segundo consta do jornal *O Estado do Acre*. Também permaneceu como diretor de higiene durante o período de governo Tristão Araripe, adotando posição de neutralidade durante a dramática deposição do prefeito em maio de 1912.<sup>421</sup> Dos três médicos, Ribeiro, sem dúvida, necessitou de mais habilidade, já que se manteve neutro nos momentos mais intensos das disputas locais pelo poder, sem perder o prestígio que gozava junto aos seringalistas do Iaco e seus apoiadores.

---

Antunes deixou o departamento alegando problemas de saúde. Essas informações podem ser obtidas no jornal *O Alto Purus* entre 17 de dezembro de 1911 à 17 de março de 1912.

<sup>417</sup> O Primeiro-Tenente médico Helio Abreu chegou a Sena Madureira em fins de 1916, servindo na Companhia Regional por, pelo menos, até 1919. Abreu trabalhava manhã e tarde nas farmácias de Sena Madureira, atuou no Hospital de Caridade e foi colaborador de Avelino de Medeiros Chaves durante o período em que o seringalista esteve à frente da prefeitura do Purus. Ver: *O Alto Purus* (1916-1918).

<sup>418</sup> De acordo com o jornal *O Alto Purus*, entre junho e agosto de 1915, o Dr. Humberto Mello chegou a Sena Madureira em junho de 1915, procedente de Belém do Pará, onde morava. Rapidamente passou a atuar no Hospital de Caridade em parceria com os médicos Victoriano Freire e Mario Alvarez. As notícias sobre ele são escassas, mas percebe-se que sua maior atuação foi nos seringais do rio Purus.

<sup>419</sup> Rodrigo de Araújo Jorge Filho era filho do desembargador Rodrigo de Araújo Jorge, que atuava em Sena Madureira desde 1912. Chegou ao Departamento do Alto Purus em fins de 1915 e casou-se com a filha do comerciante Francisco Barreira Nannan, membro do Partido Progressista. Trabalhou na Farmácia Brasil, atuava no Hospital de Caridade e trabalhou na Diretoria de Higiene em 1917, permanecendo em Sena Madureira, por, pelo menos, até 1919. Sua trajetória no departamento pode ser mapeada no jornal *O Alto Purus*, entre janeiro de 1916 e fevereiro de 1918.

<sup>420</sup> Ver: O ESTADO DO ACRE. Festa Íntima. Sena Madureira, 13 de abril de 1910. p. 3. Acervo FBN.; O ESTADO DO ACRE. 7 de Junho: Manifestação de Apeço ao Coronel Laudelino Benigno. Sena Madureira, 12 de junho de 1910. p. 2. Acervo FBN.

<sup>421</sup> Carlos da Costa Ribeiro, no entanto, pediu licença do cargo assim que Tristão Araripe voltou ao poder em julho de 1912. Ver: O ALTO PURUS. Sena Madureira, 10 de julho de 1912. p. 1. Acervo FBN.

Por outro lado, em Sena Madureira, havia os médicos que participaram ativamente da política no Alto Purus, representando a linha de frente dos interesses dos senhores do Iaco. No gráfico eles são representados por pontos mais próximos do nó “Progressistas”. Como verdadeiros ‘guerreiros do Iaco’, esses médicos fizeram parte do grupo armado que derrubou o prefeito Tristão Araripe em maio de 1912, foram parte da cúpula que criou o Partido Republicano do Alto Purus (PRAP), o sucessor do Partido Progressista, em 1917, e participaram de outras atividades diretamente ligadas aos interesses políticos iacoaras. Nesse grupo estavam os médicos Astolpho Margarido da Silva, Victoriano da Silva Freire, Samuel Domingos Uchoa e Mario Alvarez.<sup>422</sup> Apresentaremos brevemente as atuações de Astolpho Margarido e Victoriano Freire, por representarem exemplos distintos de aliança com os seringalistas.

Astolpho Margarido da Silva nasceu na cidade de São Paulo em 03 de janeiro de 1887<sup>423</sup> e formou-se em 1909, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com a tese *Estudos de Climatologia e Etnologia no Brasil Aplicados à Higiene*. Nesse mesmo ano entrou para a Comissão de Obras Federais, que atuava no Território do Acre, e, nessa época, construía a estrada de rodagem Leste-Oeste ligando Sena Madureira a Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá. Residindo em Sena Madureira, em pouco tempo, Astolpho Margarido passou a fazer consultas médicas em sua residência e nas farmácias do núcleo urbano. Em outubro de 1910, Margarido era cirurgião efetivo do Hospital de Caridade 22 de Maio, quando operou, junto com Carlos Ribeiro e Octávio Varella a senhora Noemi Gadelha, irmã de Antônio da Costa Gadelha, proprietário em Boca do Caeté e ilustre opositor das elites iacoaras.<sup>424</sup>

Em maio de 1912, Astolpho Margarido da Silva faria parte das forças de Childerico José Fernandes, para derrubar o prefeito Tristão Araripe, perfazendo ao lado de Samuel Uchôa o corpo médico do acampamento dos rebelados. Após a derrubada de Tristão Araripe e

---

<sup>422</sup> Mário Alvarez era filho do Comendador Hilário Francisco Alvarez, dono do seringal Cachoeira, um dos mais ricos do rio Purus, situado nas proximidades da cidade de Lábrea, no estado do Amazonas. Não foi encontrada a tese escrita por Alvarez, seja no catálogo do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, seja no catálogo de teses da Faculdade de Medicina da Bahia. Também não foram achados indícios de quando e onde ele se formou médico. Ao chegar em Sena Madureira, em janeiro de 1915, procurando fixar residência, Alvarez foi anunciado pelo jornal *O Alto Purus* no número 332 de 30 de janeiro de 1915, como recém chegado de Berlin e Paris, onde teria passado quatro meses trabalhando em hospitais. A hipótese, nesse caso, é que possivelmente ele tenha se formado no exterior. Alvarez foi Diretor de Higiene no Alto Purus entre 1917 e 1918, atuou no Hospital de Caridade 22 de Maio, clinicava na Farmácia Matos e foi um dos fundadores do Partido Republicano do Alto Purus (PRAP). Ainda em 1918, Alvarez deixaria Sena Madureira rumo a Xapuri, no Alto Acre, tornando-se Diretor de Higiene nessa cidade. Continuará sua carreira no Acre, ao longo da década de 1920, alcançando o posto de Diretor de Higiene do Território do Acre, durante o mandato do governador José Thomaz da Cunha Vasconcellos (1923-1926).

<sup>423</sup> O ALTO PURUS. Dr. Astolpho Margarido. Sena Madureira, 23 de abril de 1917. p. 2. Acervo FBN.

<sup>424</sup> O ALTO PURUS. Uma operação importante. Sena Madureira, 09 de outubro de 1910. p. 2. Acervo FBN.

proclamação da autonomia estadual, o médico foi indicado a fazer parte da Junta Governativa do Estado do Acre.<sup>425</sup> Com a chegada das forças federais ao Território e a derrota sofrida pelas forças de Childerico Fernandes, Margarido foi capturado, preso e brutalmente torturado por oficiais do exército enquanto sofria de malária.<sup>426</sup> Como vimos, a nomeação do proprietário iacoara Bernardo Magalhães da Silva Porto como prefeito interino do Alto Purus fez com que Astolpho Margarido fosse designado pelo novo governo como Diretor de Higiene do Alto Purus. Desse modo, ficou responsável por organizar a cidade de Sena Madureira para a iminente chegada da Comissão Sanitária do Instituto Oswaldo Cruz.

Durante o governo Samuel Barreira, Margarido passou a atuar nos seringais do alto Iaco, especialmente nos barracões de propriedade de Avelino de Medeiros Chaves. Quando faleceu em 1917, estava morando no seringal Guanabara.<sup>427</sup> Astolpho Margarido da Silva morreu em um trágico acidente em 19 de abril de 1917, quando a pequena canoa em que viajava virou ao bater com violência contra um tronco de árvore depositado no leito do rio Iaco.<sup>428</sup>

Victoriano José da Silva Freire nasceu em 08 de julho de 1877, no estado da Bahia. Formou-se em 1903 na Faculdade de Medicina da Bahia com a tese *Anestesia Geral pelo Chlorureto de Ethyla*. Estima-se que tenha chegado no Departamento do Purus em 1910, provavelmente atuando no rio Caeté, já que as referências sobre ele começam a surgir nos jornais apenas quando fora nomeado juiz de paz no seringal Iracema e, posteriormente, convertendo-se em um dos seus gerentes.<sup>429</sup> Freire fez parte do comitê revolucionário na Revolta Autonomista do Alto Purus, e, diferente dos seus colegas Astolpho Margarido e Samuel Uchôa, que ficaram cuidando dos feridos na retaguarda, ele liderou homens armados vindos do Caeté em apoio a Childerico Fernandes. Seria, mais tarde, acusado de chefiar dois dos episódios mais violentos do conflito: o incêndio ao prédio da prefeitura e o saque ao vapor *Sobralense*, que levava 400 contos de réis destinados pelo Governo Federal à prefeitura do Alto Purus.<sup>430</sup>

<sup>425</sup> O ALTO PURUS. A revolução do Alto Purus. Sena Madureira, 12 de maio de 1912. p. 3. Acervo FBN.

<sup>426</sup> FOLHA DO ACRE. Alto Purus: Habeas Corpus requerido por telegrama. Rio Branco, 23 de setembro de 1912. p. 1. Acervo FBN.; SILVA, Astolpho Margarido da. O Meu Martírio. *O Brasil Acreano*. Sena Madureira, 19 de dezembro de 1912. p. 2. Acervo FBN.

<sup>427</sup> Todos os bens pessoais de Astolpho Margarido da Silva foram remetidos do seringal Guanabara para Sena Madureira em oito caixas lacradas, dias após a sua morte. Ver: O ALTO PURUS. Sena Madureira, 25 de junho de 1917. p. 4. Acervo FBN.

<sup>428</sup> O ALTO PURUS. Dr. Astolpho Margarido. Sena Madureira, 23 de abril de 1917. p. 2. Acervo FBN.

<sup>429</sup> O ALTO PURUS. Sena Madureira, 25 de fevereiro de 1911. p. 1. Acervo FBN.

<sup>430</sup> O ALTO PURUS. Sena Madureira, 11 de agosto de 1912. p. 1. Acervo FBN.



Freire aumentou sua influência e poder político a partir de maio de 1914, coincidindo com o momento em que passou a atuar no núcleo urbano de Sena Madureira, clinicando na Farmácia Matos.<sup>431</sup> Trabalhando como médico, em dezembro desse ano, passaria a ser o novo diretor de higiene, e, posteriormente se converteria em um dos donos do seringal Iracema, tornando-se o primeiro e único seringalista-médico do Alto Purus. Em janeiro de 1915, Victoriano Freire assumiu o posto de cirurgião efetivo do Hospital de Caridade 22 de Maio.<sup>432</sup>

No campo político, Freire fundou, juntamente com Avelino de Medeiros Chaves e outros, o Partido Republicano do Alto Purus (PRAP) em 22 de novembro de 1917, tornando-se vice-presidente do partido. Organizou também, com Childerico Fernandes, manifestações de repúdio ao fechamento de órgãos federais em Sena Madureira, como a Delegacia Fiscal do Território.<sup>433</sup> Em 1919, a data do seu aniversário já era noticiada no jornal carioca *A Noite*, por ser praticamente o principal evento social do Departamento do Alto Purus devido às homenagens feitas por seringalistas e pela própria prefeitura.<sup>434</sup> Implacável com seus inimigos políticos, Freire ordenou o fechamento de *O Jornal*, publicado pelo grupo opositor ao PRAP, e o espancamento em praça pública dos seus redatores, ganhando esse fato repercussão na Capital Federal.<sup>435</sup>

Embora os médicos ‘guerreiros do Iaco’ gozassem, na prática, de maior poder e prestígio por estarem associados de forma mais ativa aos interesses iacoaras, isso não resultava em ganhos muito expressivos no que concerne à autoridade profissional. Os próprios laços de dependência em relação à economia da borracha impunham limites às formas de atuação médica, o que veremos a seguir. O único médico que diluiu esses limites foi Victoriano Freire, mais exatamente por ser um seringalista, ou seja, por ser parte da elite fluvial. Esse destaque ficava evidente nos momentos de tensão política. Durante a revolta autonomista de 1912, por exemplo, enquanto outros médicos cuidavam dos feridos na retaguarda, Freire liderava as forças.

<sup>431</sup> O ALTO PURUS. Sena Madureira, 17 de maio de 1914. p. 1. Acervo FBN.

<sup>432</sup> O ALTO PURUS. Sena Madureira, 1 de janeiro de 1915. Acervo FBN.

<sup>433</sup> O ALTO PURUS. Momento político: Partido Republicano do Alto Purus. Sena Madureira, 2 de dezembro de 1917. p. 4. Acervo FBN.; A NOITE. Fundou-se o Partido Republicano do Alto Purus. Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1918. p. 4. Acervo FBN.; COMERCIO DO ACRE. Um partido político. Xapuri, 25 de novembro de 1917. p. 2. Acervo FBN.; COMERCIO DO ACRE. O Alto Purus. Xapuri, 28 de novembro de 1915. p. 1. Acervo FBN.

<sup>434</sup> A NOITE. Sena Madureira festeja o seu médico. Rio de Janeiro, 13 de julho de 1919. p. 3. Acervo FBN.

<sup>435</sup> A NOITE. Liberdade de imprensa no Acre? Pois sim: jornalistas agredidos e jornais assaltados! Rio de Janeiro, 17 de maio de 1919. p. 1. Acervo FBN.

### 3.1.3 – A autoridade médica diante da política e da economia da borracha

Praticamente todas as formas de trabalho dos médicos em Sena Madureira e no Território do Acre, seja na Diretoria de Higiene, na clínica e na assistência, passavam pela estrutura da economia da borracha e pelo poder dos seringalistas. A relação íntima entre seringalistas, saúde pública e assistência no Departamento do Alto Purus gerou, contudo, algumas consequências para a autoridade dos médicos que atuavam em Sena Madureira. Essas consequências nada mais eram do que a intensificação de algumas tendências existentes no Território Federal do Acre e no interior da bacia amazônica, especialmente nas bacias hidrográficas do Purus e Juruá. Ser médico nessa região significava manter forte proximidade com os coronéis de barranco, o que era garantia de renda, prestígio e alguma proteção à integridade moral e física. Por outro lado, significava também abrir mão de grande parte da autoridade profissional no contexto das artes de curar.

Primeiramente, um médico que atuasse em Sena Madureira e no Território do Acre teria que aceitar ou ignorar o fato de não ser o único, e menos ainda, o principal agente a ofertar e praticar a cura na região. Os primeiros invasores que adentraram os rios em busca da *Hevea brasiliensis* não o fizeram acompanhados de médicos ou farmacêuticos. Foram obrigados a resolver, eles mesmos, as doenças que lhes afligiam. Em alguns momentos, poderiam contar com a ajuda de curandeiros, pajés, mas nem sempre era assim, especialmente quando estavam diante de graves ferimentos, partos difíceis, e outras circunstâncias adversas ou inesperadas, sozinhos no meio da mata ou navegando nas águas barrentas dos rios. Ou seja, os médicos, ao chegarem aos departamentos, tornavam-se figuras importantes, mas não necessariamente fundamentais para uma elite que conquistou poder e fortuna com a ausência deles.

Por essa razão, não era recomendável ao médico criticar abertamente outras pessoas que tomavam iniciativas no sentido de minorar o sofrimento alheio por meio da cura de suas enfermidades. Aliás, era mesmo perigoso tomar essa atitude porque, não raro, grandes e temidos seringalistas apreciavam ofertar a cura para seus fregueses. Um caso célebre é o de Alexandre Oliveira Lima, que assinava como “Lixandre Liveira Lima”, mais conhecido como o Barão de Boca do Acre ou Barão dos Três L(s). Com pouca instrução, Lima era famoso por realizar amputações, partos difíceis e outros, com ajuda de serrotes, terçados, aguardente para desinfetar e panos grossos para abafar os gritos do paciente. As rezas e as “Maravilhas

Curativas do Dr. Humphreys”<sup>436</sup>, um remédio homeopático vendido em farmácias na época, era também usado por Lima em suas intervenções.<sup>437</sup>

Na maioria das vezes, era difícil para um seringueiro sair de sua barraca e enfrentar uma viagem de um, dois, ou três dias para buscar ajuda no barracão em casos de emergência. Assim, ele mesmo deveria estar apto a cuidar de si e de sua família. Essa condição gerou estratégias específicas em termos de cuidados com a saúde e sobrevivência, que se tornavam orgulho local. Em alguns casos, os médicos eram convidados a partilhar desse sentimento.

Em agosto de 1907, o jornal *O Acre*, publicado em Xapuri, noticiou um parto difícil realizado por um seringueiro, sob o título “Operação Estupenda: a embriotomia praticada por um seringueiro; a tesoura de Dubois substituída por um canivete.” Marcelino Pereira Brandão vivia com sua esposa Alexandrina em uma das barracas mais distantes do seringal Catuaba, no rio Xapuri. Grávida, Alexandrina sentiu as dores do parto. Brandão, assim, preparou-se para realizar o parto, munido de “cachaça, alfazema, alecrim, cuias e etc.” No entanto, a criança “atravessou ao nascer” e “somente um braço pôs para fora”.<sup>438</sup> Diante da emergência e desesperado com a possibilidade de sua esposa morrer, eis o que o seringueiro fez, sendo digno dos aplausos do jornal:

Nessa emergência, vendo morta a sua companheira, lança mão de um canivete, e depois de bem amolá-lo, revolve-se a praticar a extração da criança, dissecando-a, isto é, tirando aos pedaços, etc. Até que com esta operação selvagem, conseguiu extraí-la toda, e dando passagem a outro feto, pois alexandrina tinha duas crianças a nascer! Extraordinário! Alexandrina e o recém nascido (gêmeo) estão de perfeita saúde e o operador Marcelino satisfeito por ter salvado a sua cara metade! E é preciso dizer-se que Marcelino é homem boçal e gosta de beber cachaça!<sup>439</sup>

O artigo termina com um constrangedor convite aos médicos a comentarem o feito de Marcelino Brandão e corroborar a importância do evento: “O que dirão os esculápios sobre o

<sup>436</sup> As “Maravilhas Curativas do Dr. Humphreys” era uma caixa com 36 frascos de vidro, cada um para uma doença ou sintoma específico. Foi criado pelo médico homeopata norte-americano Dr. Frederick K. Humphreys em 1844, junto com a empresa Dr. Humphreys Specific Homeopathic Medicine Company. Sobre o remédio ver: WITTIG, Ehrenfried Othmar. Remédios Específico-Homeopáticos do Dr. Humphreys. *Arquivos do CRM-PR*. Curitiba, v. 29, n. 113, jan.-mar.2012.

<sup>437</sup> BRANCO, José Moreira Brandão Castelo. Povoamento da Acreânia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 250, pp. 118-256., jan.-mar. 1961.

<sup>438</sup> O ACRE. Operação estupenda! A embriotomia praticada por um seringueiro; a tesoura de Dubois substituída por um canivete. Xapuri, 18 de agosto de 1907. p. 3. Acervo FBN.

<sup>439</sup> *Ibidem*, 1907. p. 3.

ato de Marcelino? Será ou não um caso de embriotomia, ainda que sem regras de arte, praticados com feliz êxito por um seringueiro?”<sup>440</sup>

Além de seringalistas cirurgiões e seringueiros que realizavam partos, os médicos ainda precisavam ignorar a existência de curandeiros, pajés, benzedeadas e “feiticeiras”, que atuavam dentro e fora dos seringais. Um médico em Lábrea, em um raro artigo sobre essa questão, reclamou do quanto era frequente as pessoas “diplomadas”, “inteligentes” e “importantes” tratem-se ao mesmo tempo com médicos, “entendidos” e “velhinhas rezadeiras”. Ele também reclamava que, geralmente, era o médico quem levava a culpa quando o paciente morria.<sup>441</sup>

De fato, a presença de benzedeadas e, também, de mulheres apontadas como “feiticeiras” era comum nos seringais e nas cidades. Diferente dos curandeiros, as “feiticeiras” ofertavam cura, mas também a facilitação de assassinato de desafetos por meio de rituais. As fontes sobre a presença delas indicam tensões com os seringalistas, o que mostra o nível de poder que as “feiticeiras” tinham na sociedade. O temido coronel José Ferreira de Araújo, do rio Purus, foi assassinado a tiros, em outubro de 1917, após desentender-se com uma “velha feiticeira” que atuava no seu seringal. Ela confessaria, depois, ter sido a mandante do crime.<sup>442</sup> Em junho de 1913, a prefeitura do Purus tentou coibir o “sistema de comércio e a medicina que algumas mulheres” praticavam no núcleo urbano de Sena Madureira.<sup>443</sup> Nesse período, algumas apreensões foram feitas, como “grande quantidade de sal e terra” na porta de uma casa e um colete masculino perfurado por alfinetes. Além disso, um menino foi interrogado após ter sido flagrado pegando terra no cemitério e por ter confessado que tinha sido a mando de uma mulher. As diligências, no entanto, não deram resultado, até porque, segundo um jornal da época, a quantidade de “feiticeiras” atuando em Sena Madureira era muito grande.<sup>444</sup>

Independente do número de feiticeiras e curandeiros que atuavam nos rios é perceptível o quanto eles gozavam de prestígio na região junto às elites. Em 23 de abril de

<sup>440</sup> *Ibidem*, 1907. p. 3.

<sup>441</sup> ARAÚJO, A. O médico e os clientes. *O Correio do Purus*. Lábrea, 21 de setembro de 1913. p. 1. Acervo FBN.

<sup>442</sup> O ALTO PURUS. No Alto Purus: o crime de Liberdade. Sena Madureira, 14 de outubro de 1917. p. 1. Acervo FBN.; O ALTO PURUS. O crime de Liberdade: o assassino do Cel. José Ferreira massacrado. Sena Madureira, 14 de outubro de 1917. p. 3. Acervo FBN.

<sup>443</sup> O COMÉRCIO. Feitiçaria? Sena Madureira ameaçada. Sena Madureira, 22 de junho de 1913. p. 3. Acervo FBN.

<sup>444</sup> O COMÉRCIO. Feitiçaria? As feiticeiras estão agindo, mas a polícia também. Sena Madureira, 29 de junho de 1913. p. 2. Acervo FBN.

1911, o jornal *Brazil Acreano* publicou, na primeira página, o poema “O Curandeiro”, de José Pedro Soares Bulcão. É possível que esse poema fosse uma homenagem pelo aniversário de oitenta anos de um curandeiro que atuava no rio Iaco.

O Curandeiro

Ide-o ver, onde mora, entre os crédulos,  
 Ide-o escutar no silêncio augural do deserto.  
 Tem na voz o mistério e no olhar entreaberto,  
 O contraste do bem e o prenúncio do excídio.  
 Desde o olhar do batráquio ao veneno do ofídio,  
 Da coréia ao quebranto, ele trás encoberto  
 O segredo e o remédio é-lhe a mata ali perto  
 O seu templo, e a planície o seu vasto presídio!  
 Oitenta anos, na gleba, entre os simples na faina,  
 Herbolário e vidente, a manada e as famílias,  
 Das moléstias premune e os feitiços amainam.  
 Ide-o ver predizendo a invernada propinqua,  
 Através dos sertões, à soalheira e às vigílias,  
 Como um Deus spectral de uma lenda longínqua.

Soares Bulcão

Apesar da forte presença desses agentes, nenhum grupo conseguiu fazer os médicos perderem a paciência tão bem quanto os imigrantes que, vindos do antigo Império Otomano, se diziam formados em Constantinopla e Paris. Se não encontramos fontes que apontem tensão entre os médicos e curandeiros, pajés e outros, o mesmo não se pode dizer quanto a esses imigrantes. Carismáticos, ousados e com preços competitivos, os chamados “médicos formados em Constantinopla” colocavam em risco a remuneração dos clínicos brasileiros, e, em alguns momentos, os desmoralizavam.

Esse foi o caso de Virgílio Moreira de Oliveira Filho, mais conhecido como “Dr. Abdominal”. Médico, farmacêutico e engenheiro que se dizia formado em Constantinopla e Paris, o Dr. Abdominal deixou um rastro de tensão e polêmica envolvendo médicos,

seringalistas e juízes em Cruzeiro do Sul e Vila Seabra entre 1913 e 1914.<sup>445</sup> Em Vila Seabra, após ser expulso de Cruzeiro do Sul, Abdominal, em um mês, atraiu romarias de seringueiros em busca de cura, foi saudado pela prefeitura do Tarauacá, e tornou-se médico particular do seringalista José Victorino de Assumpção, então prefeito do departamento. Alardeando “curas milagrosas e urgentes” e realizando cirurgias e amputações, Abdominal conseguiu impor prejuízos aos médicos e farmacêuticos locais. Somente após um desentendimento entre Abdominal e o coronel Assumpção, foi que o então diretor de higiene Oscar de Paula Guimarães ordenou a expulsão de Virgílio Moreira Filho.<sup>446</sup> A expulsão dele, contudo, provocou o protesto dos juízes locais, que acusaram os médicos de Vila Seabra de serem arrogantes e de não cumprirem com suas obrigações de zelar pela saúde da população.<sup>447</sup>

Outro caso que provocou intensa polêmica foi o de Luiz Abnader, que se dizia formado em Constantinopla, com experiência em Paris e nos hospitais de Beirute, no Líbano. Tudo começou quando ele publicou em 11 de junho de 1915, no jornal *Comércio do Acre*, em Xapuri, um artigo, com conselhos médicos, chamado “A Conquista da Saúde”.<sup>448</sup> O artigo causou mal estar entre os clínicos de Xapuri, e um deles, sob o pseudônimo “C. Moraes – Curandeiro-Mor da cidade de Codó” levantou suspeita sobre Abnader não ter formação em medicina.<sup>449</sup> Os médicos de Xapuri se mobilizaram e criaram um abaixo-assinado denunciando “ao público e às autoridades” que Luiz Abnader não tinha formação médica.<sup>450</sup> Abnader decidiu retirar-se para a Bolívia após o incidente.

A historiografia sobre o Território do Acre costuma assinalar a presença de imigrantes sírios e libaneses nas atividades de comércio itinerante pelos rios, os chamados regatões, que vendiam seus produtos diretamente para os seringueiros, burlando o sistema de aviamentos dos seringais.<sup>451</sup> De acordo com o prefeito Cândido José Mariano, em 1908, só no núcleo

<sup>445</sup> O ESTADO. Dr. Abdominal. Vila Seabra, 05 de fevereiro de 1914. p. 2. Acervo FBN.

<sup>446</sup> *Ibidem.*; O ESTADO. Charlatão incorrigível. Vila Seabra, 19 de fevereiro de 1914. p. 2. Acervo FBN.

<sup>447</sup> JORGE, Salvador Augusto de Araújo. Crítica injusta. *O Município*. Vila Seabra, 08 de fevereiro de 1914. p. 2. Acervo FBN.

<sup>448</sup> ABNADER, Luiz. A Conquista da Saúde. *Comércio do Acre*. Xapuri, 11 de junho de 1915. Acervo FBN.

<sup>449</sup> MORAES, C. Verdades sobre o Acre. *Comércio do Acre*. Xapuri, 20 de junho de 1915. Acervo FBN.

<sup>450</sup> SIMÕES, Castela; MENESCAL, Leorne, H; Moraes, Paulo de; JACOME, Epaminondas; TAMPANELLI, Carmelo; FILHO, Magalhães; MARTIN, Alberto. Pelo Direito da Lei. *Comércio do Acre*. Xapuri, 27 de junho de 1915. Acervo FBN.

<sup>451</sup> Sobre a presença sírio-libanesa no Acre ver: LOUREIRO, José Antônio Souto. “Gazeta do Purus”: cenas de uma época (Sena Madureira, 1918/1924). Manaus: Imprensa Oficial, 1981. p. 89-93; RANZI, Cleusa Maria Damo. Raízes do Acre. 3º Ed. Rio Branco: EDUFAC, 2008. p. 110-111.; COSTA, Ana Lúcia Reis Melo Fernandes da. *Madeira que Cupim não Rói: Xapuri em Arquitetura (1913-1945)*. 2º ed. Rio Branco: Gráfica 2 Irmãos, 2010. p. 53. ARAÚJO, Valmir Freitas de. *Memória da Imigração Síria e Libanesa nos Vales dos Rios Acre e Purus (1900-1975)*. 175 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

urbano de Sena Madureira, viviam 78 pessoas classificadas como sírios, do total de 2.137 habitantes, sendo esta a maior colônia estrangeira da cidade.<sup>452</sup> De fato, a maioria deles se dedicava ao comércio, e, talvez por essa razão, ainda sejam raros os estudos sobre os imigrantes sírio-libaneses que ofertavam a cura nos rios, seringais e cidades do Território do Acre, e mesmo na bacia amazônica.

Todos esses casos apontam um lado da limitada autoridade dos médicos nos departamentos. Combater ou criticar outros praticantes de cura dependia de uma tensa negociação com os seringalistas, que, em geral, aprovavam a existência deles, especialmente pelo fato de haverem poucos médicos na região. A existência de pessoas com habilidades de cura, mas que não possuíam diplomas, não era um problema para os seringalistas, acostumados à escassez de ofertas de cuidados à saúde em momentos de emergência. Os médicos que atuavam na região pareciam saber disso, e, por essa razão, mostravam-se pouco dispostos a encarar o desgaste de tentar combater os outros praticantes. Os casos em que houve tensão deram-se em circunstâncias específicas de risco de desmoralização pública e prejuízo, como o foram os casos do Dr. Abdominal e do Dr. Abnader.

A situação dos clínicos em Sena Madureira era um pouco mais desconfortável do que nas capitais de outros estados, onde os médicos começavam a se articular como grupo profissional, combatendo outros praticantes de cura e buscando prestígio junto aos governos estaduais. No Pará, de acordo com Jairo Nascimento da Silva, o processo de formação de identidade e institucionalização ocorreu nas décadas de 1900 e 1910, culminando com a fundação da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará (1914), da revista *Pará-Médico* (1914) e da Faculdade de Medicina do Pará (1919).<sup>453</sup> Somente na década de 1910 os médicos passaram a combater de forma mais ativa os outros praticantes de cura que atuavam em Belém, encontrando, porém, inúmeras dificuldades.<sup>454</sup> Em Manaus, a Sociedade Médica-Cirúrgica do Amazonas foi criada em 1917, acompanhado do periódico *Amazonas Médico*, no mesmo ano.<sup>455</sup> Em ambos os estados, os médicos tiveram grande peso nos processos de reforma

<sup>452</sup> PREFEITURA DO ALTOPURUS. *Relatório apresentado (...) concernente ao ano de 1908. op. cit.*, p. 32.

<sup>453</sup> Para mais informações sobre os processos que levaram à fundação dessas instituições ver: SILVA, Jairo de Jesus Nascimento da. *Em busca da cura: a institucionalização da medicina acadêmica em Belém e sua relação com outras práticas terapêuticas, entre 1889 e 1925*. 208 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

<sup>454</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Esculápios Bélicos: a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará e as efemérides cívicas da nação brasileira, 1914-1922. *Documentos Culturais*, Belém, v. 7, n. 1, p. 41-50, 2006.

<sup>455</sup> Para mais informações sobre a institucionalização da medicina no Amazonas, ver: SCHWEICKARDT. *Ciência, Nação e Região. op. cit.*, p. 102-106.

urbana impulsionada pelo *boom* da borracha no início do século XX. Já no Território do Acre, a única iniciativa de formação de algo parecido com uma sociedade médica, para a defesa dos interesses de classe, ocorreu em Sena Madureira em 1913 com o malfadado Centro Syniátrico do Alto Purus.

Em 15 de julho de 1913 foi fundado o Centro Syniátrico do Alto Purus, associação com o fim de “cuidar dos interesses gerais das classes médica, farmacêutica e odontológica”.<sup>456</sup> Dentre as atividades da sociedade, estava o “estudo de assuntos médicos por meio da distribuição de teses a serem desenvolvidas e defendidas perante o centro”, “discussão de casos que aparecerem” e “solução, <<em família>>, de todas as desinteligências profissionais que, porventura, se apresentem”. O Centro era presidido pelo Dr. Octavio Varella e tinha como médicos associados Astolpho Margarido da Silva, Octávio Varella, Jesuíno de Albuquerque e Carlos Cavalcanti. Dos farmacêuticos eram associados Antônio Augusto Amorim (Farmácia Popular) e Rui de Alencar Mattos (Farmácia Mattos). Já os dentistas associados eram o coronel Mario Pinheiro, Manoel dos Passos Galvão e Abner Amaral. O grupo se reunia todas as quintas-feiras, às 20h na residência do Dr. Jesuíno de Albuquerque.

Observa-se que alguns médicos, farmacêuticos e dentistas não se interessaram em fazer parte da sociedade. Foi o caso dos médicos Victoriano Freire, João Dourado de Cerqueira Bião, dos farmacêuticos Luiz Barbosa Cordeiro, João Marinho Correia e dos dentistas Desireé Pannain e Rosa Penteado. O Centro anunciava suas reuniões na sessão “várias notícias” do jornal *Alto Purus*, convidando todos os médicos, farmacêuticos e dentistas, talvez na esperança de conquistar mais adeptos, mas a estratégia parece não ter dado certo. O último desses anúncios foi publicado em 21 de setembro de 1913, não havendo mais notícias sobre as reuniões do grupo.<sup>457</sup>

Sem qualquer articulação, o prestígio dos médicos no Alto Purus, assim como no Território do Acre, dependia do nível de proximidade com os coronéis de barranco. O Dr. Mário Alvarez, por exemplo, era muito respeitado em Sena Madureira por ser filho do comendador Hilário Álvarez, importante seringalista do médio Purus. Astolpho Margarido da Silva, pela sua proximidade com Childerico Fernandes e Avelino Chaves, era outra personalidade local, merecendo uma grande homenagem no jornal *Alto Purus*, na ocasião de

---

<sup>456</sup> O ALTO PURUS. Centro Syniátrico do Alto Purus. Sena Madureira. *op. cit.*, p. 2.

<sup>457</sup> O ALTO PURUS. Várias Notícias. Sena Madureira, 21 de setembro de 1913. p. 2. Acervo FBN.



sua morte.<sup>458</sup> No Tarauacá, os aniversários do Dr. Leôncio José Rodrigues eram um evento social concorrido no departamento. Rodrigues tinha um bom diálogo com os grupos que rivalizavam no Tarauacá, a ponto dos seringalistas oferecerem suas próprias residências para as festas, sempre regadas a muita comida, bebida e música clássica tocada ao vivo pela pianista Maria Amélia, acompanhada da “virtuosa” voz de Odília Rodrigues, filha do médico.<sup>459</sup> O Dr. Rodrigues também era onipresente em aniversários, casamentos e demais comemorações da elite seringalista, fazendo dueto piano e voz com a filha.<sup>460</sup> Mas ele não era apenas médico, era vogal da intendência de Vila Seabra e sócio da mais importante empresa farmacêutica do Tarauacá, a *Rodrigues & Ca.*. Assim, o que determinava o prestígio de um médico não era a sua profissão, mas as suas relações e proximidade com as elites seringalistas.

Os farmacêuticos eram os agentes do campo da saúde com maior força nos departamentos. O Código Penal de 1890 limitava a atuação dos farmacêuticos, sujeitando-os à regulação médica, ao exigir autorização para ministrar e vender substâncias curativas, substituir e alterar medicamentos receitados. Ao longo das primeiras décadas do século XX, os médicos tentaram ampliar o controle sobre a atuação dos farmacêuticos, em nível federal.<sup>461</sup> Nos estados, os médicos também combatiam os farmacêuticos e buscavam hegemonia sobre a sua atuação, como aconteceu em Belém do Pará nas décadas de 1900 e 1910, onde a briga entre os dois grupos se refletia em acalorados debates no legislativo.<sup>462</sup> Nos departamentos do Território Federal do Acre, contudo, a hegemonia das farmácias era uma realidade incontornável.

Pelas leis do Departamento do Alto Purus, o diretor de higiene tinha como prerrogativa fiscalizar os remédios vendidos nas farmácias, enquanto os farmacêuticos eram obrigados a manter um livro com uma lista diária de todas as fórmulas aviadas.<sup>463</sup> Manter o dito livro de anotações era a única obrigação, por lei, que as farmácias de Sena Madureira tinham com a prefeitura do Purus, e não há fontes que apontem para o seu cumprimento. Fato

<sup>458</sup> O ALTO PURUS. Astolpho Margarido. Sena Madureira, 23 de abril de 1917. p. 2. Acervo FBN.

<sup>459</sup> Ver, por exemplo: O DEPARTAMENTO. Vida Social. Vila Seabra, 23 de agosto de 1915. p. 2. Acervo FBN.

<sup>460</sup> A presença do médico nesses eventos sociais pode ser mapeada no jornal *O Departamento*, entre os anos de 1914 e 1916.

<sup>461</sup> PEREIRA NETO, André de Faria. *Ser Médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2001. p. 64.

<sup>462</sup> Sobre as tensões envolvendo médicos e farmacêuticos em Belém, ver: SILVA. *Em busca da cura. op. cit.*, p. 168-172; RODRIGUES, Silvio Ferreira. *Esculápios Tropicais: a institucionalização da medicina no Pará (1889-1919)*. 208 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008. p. 59-65.

<sup>463</sup> PREFEITURA DO ALTO PURUS. *Relatório apresentado (...) concernente ao ano de 1908. op. cit.*, Anexo VIII – Das Farmácias. p. 97.

é que as farmácias locais aviavam remédios para a prefeitura, aviavam para os seringalistas e aviavam também para os médicos, que, além de fregueses, eram empregados dos farmacêuticos em suas casas de comércio. As farmácias estavam, na prática, no topo da cadeia de avião de remédios do Purus, pois seringalistas, prefeitura e médicos mantinham estreita relação comercial com o farmacêutico, acumulando créditos e, principalmente, dívidas. Essa era uma situação comum em todo o Território Federal do Acre.

O historiador Jairo Nascimento da Silva aponta que em Belém muitos médicos atendiam nas farmácias, indicando uma “certa parceria” entre médicos e farmacêuticos.<sup>464</sup> Mas ele não especifica a natureza dessa parceria que, no caso do Território do Acre, parece estar mais para uma relação de trabalho. Não foram encontradas fontes que apontem de maneira explícita essa relação, mas a hipótese mais plausível é que os farmacêuticos alugavam o espaço de sua farmácia para o clínico. O médico pagava o aluguel receitando os remédios à disposição do farmacêutico, quitando sua dívida e produzindo um crédito junto à farmácia com o excedente. Esse crédito poderia ser usado no avião de remédios e instrumentos que o médico necessitasse para o trabalho cotidiano da clínica.

Essa condição explica, por exemplo, por que muitos médicos não cobravam a consulta médica na farmácia quando a pessoa era comprovadamente pobre. Pois o que importava não era a consulta, mas a quantidade de remédios aviados pelo paciente, que, por sua vez, geraria o crédito para o médico junto à farmácia, podendo ser trocado por mercadorias. Era o que acontecia na Farmácia Matos, onde eram oferecidas consultas médicas e extração dentária de graça para os pobres. Essa oferta não gerava prejuízos, pois o consumo de remédios e materiais junto à farmácia seria o mesmo.

---

<sup>464</sup> SILVA. *Em busca da cura. op. cit.*, p. 169.

**Foto 08:** Anúncio da Farmácia Mattos, em Sena Madureira



**Fonte:** O ALTO PURUS. Farmácia Matos. Sena Madureira, 29 de março de 1914. Acervo FBN.

As farmácias no Território do Acre aparentemente eram a ponta extrema de múltiplas cadeias de aviação de remédios produzidos em outros estados do Brasil e no exterior. Algumas delas tinham o monopólio da venda de alguns produtos, fruto de parcerias comerciais e, mesmo familiares, com outros laboratórios. Por exemplo, a Farmácia Matos tinha o monopólio da venda do “Elixir de Velame, Carobá, Manacá” e do “Peitoral Matos”, indicados no tratamento da sífilis, de doenças decorrentes da “impureza do sangue” e cura da tosse. Esses remédios eram produzidos na farmácia de Joaquim de Alencar Matos, no Ceará, e distribuídos no Purus por intermédio do seu parente Rui de Alencar Matos.<sup>465</sup> Já a Farmácia Brasil vendia, com exclusividade, o “Bálsamo Filantropo”, remédio vendido no laboratório do farmacêutico Sebastião de Freitas, no Ceará. Tratava-se de um anti-inflamatório e calmante indicado no combate a malária, cólica intestinal, vômitos, palpitação do coração e supressões do fluxo menstrual.<sup>466</sup> Um exemplo das redes comerciais das empresas farmacêuticas no Purus pode ser encontrado no caso da Farmácia Tote, de Lábrea, cidade amazonense mais próxima de Sena Madureira. A *José Tote & Cia*, segundo um anúncio no jornal *Correio do Purus*, tinha contrato de fornecimento junto aos laboratórios *Silva Gomes & Cia*, do Rio de Janeiro, *Baruel & Cia*, de São Paulo, *Drogaria América*, da Bahia e com farmácias de

<sup>465</sup> O ALTO PURUS. Elixir de Velame, Carobá e Manacá. Sena Madureira, 17 de outubro de 1915. p. 1. Acervo FBN.

<sup>466</sup> O ALTO PURUS. Bálsamo Filantropo. Sena Madureira, 30 de maio de 1909. p. 4. Acervo FBN.

Manaus e Belém.<sup>467</sup> Cada farmácia possuía suas redes comerciais de aviamento, aparentemente interferindo no sortimento de produtos à venda.

Assim, a relação entre médicos e farmacêuticos no Território do Acre obedecia a uma lógica similar à da cadeia de aviamentos, na qual o clínico era o freguês e o farmacêutico o patrão e aviador. A melhor opção de aviamento, de remédios e produtos para uso no dia-a-dia de trabalho do médico, era junto às próprias farmácias do Território do Acre, que não eram muitas. Desse modo, não havia espaço para que os médicos controlassem os farmacêuticos, já que o sistema econômico da borracha colocava as farmácias em posição bastante confortável, com a primazia no fornecimento de remédios e produtos destinados à saúde nos departamentos.

No Departamento do Alto Purus, todos os donos de farmácia eram apoiadores dos seringalistas do rio Iaco. Rui de Alencar Matos, dono da Farmácia Matos, era mais do que apoiador: era membro do Partido Progressista, filho do advogado e coronel José de Alencar Matos e um dos líderes da Revolta Autonomista de 1912. Segundo percebe-se nos anúncios dos jornais *O Alto Purus*, *Brazil Acreano* e *Estado do Acre*, para um médico trabalhar em uma das farmácias de Sena Madureira, era preciso também ser um apoiador do grupo iacoara, ou, no máximo, alguém que conquistou certa neutralidade, como foi o caso de Carlos da Costa Ribeiro.

Havia entre as farmácias uma forte disputa por consumidores. Por essa razão, as últimas páginas dos jornais do Território do Acre exibiam propagandas chamativas com nomes criativos de remédios contra a malária, por exemplo, de modo a interessar o consumidor. Na Farmácia Popular, vendia-se o “Mata Maleita”<sup>468</sup> e as “acreditadas” “Pílulas Divinas Contra Febres e Sezões”.<sup>469</sup> Em todas elas vendiam-se as “Pílulas Maravilhosas contra Sezões”. Muitos desses remédios não faziam o efeito desejado. Em seu livro de memórias, Esperidião de Queiroz Lima menciona que um dos seus pacientes adquiriu o costume de colecionar receitas e vidros de remédios utilizados contra a sua doença, que, enfim, nunca era curada.<sup>470</sup> Já a revista *O Alho*, de Cruzeiro do Sul, tinha uma visão crítica das farmácias. Esse humorístico chamava os farmacêuticos de “vendedores de aguinha”,

<sup>467</sup> O CORREIO DO PURUS. Farmácia Tote. Lábrea, 28 de novembro de 1907. p. 4. Acervo FBN.

<sup>468</sup> BRAZIL ACREANO. Farmácia Popular. Sena Madureira, 18 de setembro de 1910. p. 3. Acervo FBN.

<sup>469</sup> O ALTO PURUS. Farmácia Amorim. Sena Madureira, 15 de julho de 1917. p. 8. Acervo FBN.

<sup>470</sup> LIMA. *11 anos na Amazônia. op. cit.*, p. 57.

ressaltando que o poder de uma farmácia estava diretamente ligado ao tamanho do igarapé de seu proprietário.<sup>471</sup>

Por fim, em Sena Madureira havia, como já dissemos, o Hospital de Caridade 22 de Maio, outro espaço onde os médicos atuavam. Inicialmente o hospital foi fundado com recursos vindos dos seringalistas do rio Iaco e do rio Caeté, sendo uma ação conjunta dos dois grupos políticos que atuavam no Departamento do Alto Purus.<sup>472</sup> Laudelino Benigno chegou a ser o provedor do hospital, mas, em 1910, frente ao aprofundamento das tensões entre as elites do rio Iaco e do Caeté, Benigno abandonou a provedoria deixando os pacientes com fome e sede.<sup>473</sup> A partir de então, as elites do rio Iaco e o Partido Progressista tomaram para si a assistência à saúde dos indigentes, que passou a ser um símbolo do poder iacoara em Sena Madureira. Assim, como os seringalistas iacoaras eram os provedores do hospital de caridade, os médicos cirurgiões eram, de algum modo, ligados ao Partido Progressista. Um médico contrário às elites do rio Iaco, ou com ligações políticas com a *J. Gadelha & Irmãos*, não teria a mínima chance de atuar na assistência pública. Samuel Libânio e Carlos da Costa Ribeiro foram os únicos médicos “neutros” nas disputas políticas locais que conseguiram chegar aos postos de cirurgião e diretor no Hospital 22 de Maio.

Os médicos viam sua autoridade limitada no Território do Acre, e principalmente no Departamento do Alto Purus, devido à profunda inserção deles no sistema econômico da borracha e no incentivo da oligarquia do Iaco à saúde pública. Entretanto, as mesmas circunstâncias econômicas e políticas que os limitavam eram as que geravam renda. O médico não tinha margem para escolha. No Departamento do Alto Purus, as mesmas forças que limitavam a autoridade dos médicos, possibilitavam e financiavam as estruturas onde eles poderiam atuar.

Cabe, no entanto, ressaltar que, no caso do Departamento do Alto Purus, os seringalistas do Iaco estavam menos preocupados com a saúde da população do que com o impacto político de uma estrutura sanitária, que, embora incipiente, estava à frente do que existia nos departamentos vizinhos. O objetivo final dos seringalistas do rio Iaco e do Partido Progressista era criar uma imagem de cidade saneada para Sena Madureira. Quando os seringalistas do rio Caeté se deram conta desse processo, abandonaram completamente o

---

<sup>471</sup> O ALHO. Frases Características. Cruzeiro do Sul, 14 de junho de 1908. p. 2. Acervo FBN.; O ALHO. Dizem por aí, mas é falso. Cruzeiro do Sul, 01 de agosto de 1908. p. 3. Acervo FBN.

<sup>472</sup> LIBANIO. & LIBANIO. Cãndido. Directoria de Hygiene. *op. cit.* p. 53.

<sup>473</sup> BRAZIL ACREANO. Caridade? Sena Madureira, 14 de maio de 1910. p. 2. Acervo FBN.

financiamento do Hospital de Caridade e atuaram contra o crescimento urbano de Sena Madureira, e contra a assistência a saúde, iniciativa que teve seu ápice na gestão Araripe em 1912. A finalidade da estrutura de saúde e assistência criada pela oligarquia fluvial do Iaco era completamente política e estava ligada à guerra entre os senhores dos rios.

### **3. 2 – O controle sobre os corpos (de água): saúde e ciclo hidrológico em Sena Madureira**

#### 3.2.1- A drenagem das águas pluviais no espaço urbano de Sena Madureira

A malária era a doença que acometia o maior número de pessoas no Território do Acre, em 1904, e continuou sendo a principal endemia da região nos anos seguintes. O médico Esperidião de Queiroz Lima, em seu livro de memórias, chegou a elencar, como fator negativo, o fato de sua atuação como clínico no Acre ter sido “trabalhosa e rotineira” pela onipresença da malária.<sup>474</sup> Na cidade de Sena Madureira não era diferente. Em 1907, a malária emergia como a doença mais frequente entre os pacientes atendidos pelo médico Samuel Libânio nos seus primeiros meses de trabalho na capital do Purus. Dos treze óbitos na cidade em 1907, cinco eram decorrentes da malária, e Libânio relatou o predomínio de formas “perniciosas” e “crônicas” da doença entre os habitantes.<sup>475</sup>

Por essa razão, as primeiras medidas de saneamento da cidade tiveram como meta principal a diminuição dos casos dessa doença, o que teve amplo apoio do então prefeito Cândido José Mariano. Para Samuel Libânio os meios mais eficazes para fazer diminuir os casos da doença seriam a distribuição gratuita de sais de quinina “puros” e promover a supressão das águas estagnadas de qualquer tipo.<sup>476</sup> A Diretoria de Higiene procurou realizar, quando possível, a distribuição do quinina, mas a maior parte dos esforços da prefeitura foram dedicados a combater a população de vetores por meio da extinção de águas paradas, a partir de obras de drenagem urbana. Nesse processo a floresta foi vista pelos médicos da Diretoria

---

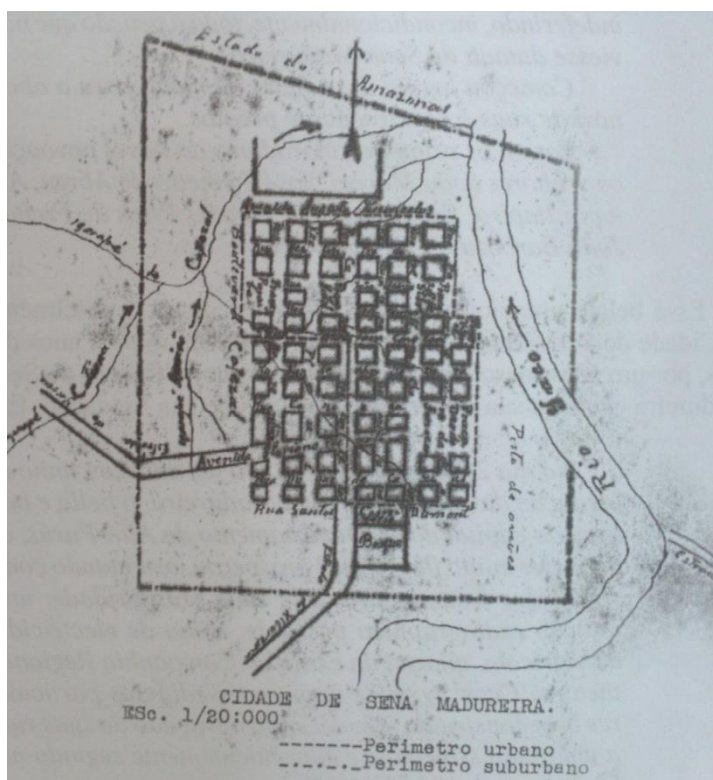
<sup>474</sup> LIMA. *11 anos na Amazônia*. op. cit, p. 166-167.

<sup>475</sup> LIBANIO. & LIBANIO. *Directoria de Hygiene*. op. cit, p. 49.

<sup>476</sup> *Ibidem*, p. 49.

como um aliado importante na reprodução do mosquito *Anopheles*, já que as sombras que projetavam impediam a rápida evaporação das águas das chuvas pela incidência direta do sol.

**Foto 09:** Planta da cidade de Sena Madureira (1910)



**Fonte:** AGUIAR, José Wilson. *Album histórico: Sena Madureira – A Princesinha do Iaco*. Rio Branco – AC: Edição Especial, 2004. p. 41.

As águas pluviais foram a principal preocupação. Combater o mosquito significava conter as poças de água, tão abundantes na região, especialmente no período de vazante, após o chamado “inverno amazônico”, ou período de chuva e cheia dos rios que ocorria entre os meses de outubro e março. A primeira providência tomada pela prefeitura, por indicação da Diretoria de Higiene sob o comando de Samuel Libânio, foi a derrubada compulsória das matas no entorno da cidade para o mais distante possível do núcleo populacional, de modo a facilitar a evaporação das poças de água formadas pelas chuvas.<sup>477</sup> A prefeitura formou mutirões para realizar esse trabalho e propagou entre os habitantes a necessidade de recuar as matas, sempre que necessário, para o mais distante possível da cidade. Reiterados pedidos

<sup>477</sup>*Ibidem*, p. 51-52.

foram feitos ao Governo Federal até 1910, por mais verbas para realizar os trabalhos de derrubadas: sanear era sinônimo de derrubar as matas do entorno do núcleo urbano.<sup>478</sup>

Ao mesmo tempo, ainda em 1907, obras de aterramento e nivelamento do solo foram realizadas, conformando um sistema de escoamento das águas das chuvas, por meio de valas e canos nas extremidades das ruas, ligado aos igarapés e ao rio Iaco.<sup>479</sup> Como as verbas destinadas pelo Governo Federal eram escassas, não havia possibilidade de realizar o calçamento das ruas ou construir um sistema de esgoto subterrâneo. Dessa forma, a Diretoria de Higiene teve que realizar as obras em diálogo constante com as relações mantidas entre a atividade solar, os corpos de água e o solo. Nesse diálogo, o intenso calor na região, a proximidade do núcleo urbano com o rio Iaco e a topografia foram transformados em aliados no combate aos mosquitos vetores da malária.

Em abril de 1908, 320 trabalhadores chegaram à cidade, contratados pela União para abrir a Estrada Leste-Oeste, rodovia que uniria Cruzeiro do Sul a Sena Madureira. O prefeito Cândido Mariano, aconselhado por Samuel Libânio, aproveitou essa mão-de-obra para a conclusão dos trabalhos do sistema de drenagem urbana, destruição dos pequenos pântanos que restavam e nivelamento dos terrenos para evitar as águas paradas decorrentes das chuvas. Obras de maiores proporções, como a desobstrução de igarapés próximos ao núcleo urbano, também foram realizadas.<sup>480</sup>

Na gestão de Samuel Libânio as medidas tomadas tiveram algum efeito, não só na incipiente urbanização, mas também na diminuição do número de casos de malária no núcleo urbano de Sena Madureira. Cândido Libânio, sucessor de Samuel Libânio na Diretoria de Higiene, apontava em 1909 que os casos de malária eram benignos e raros na cidade.<sup>481</sup> Apesar do otimismo, Cândido Libânio em conjunto com Samuel Barreira, então diretor de obras públicas do departamento, aprofundou em 1909 as medidas iniciadas por seu irmão, ampliando o sistema de escoamento das águas pluviais para o rio Iaco e intensificando a derrubada das matas do entorno que, segundo ele, eram “nesta região, inimigas do homem”.<sup>482</sup> Ele também asseverou, em seu relatório de 1909, a necessidade de tornar constantes as obras de drenagem das águas na estação das chuvas e principalmente substituir o sistema de valas e

---

<sup>478</sup> Há diversas notas no jornal *O Alto Purus*, órgão oficial do Departamento, fazendo reiterados pedidos a população para auxiliarem a prefeitura na devastação das matas no entorno, e exaltando essa medida como sendo responsável pela salubridade da cidade.

<sup>479</sup> LIBÂNIO. & LIBÂNIO. *Directoria de Hygiene*. op. cit, p. 48.

<sup>480</sup> *Ibidem*, p. 52.

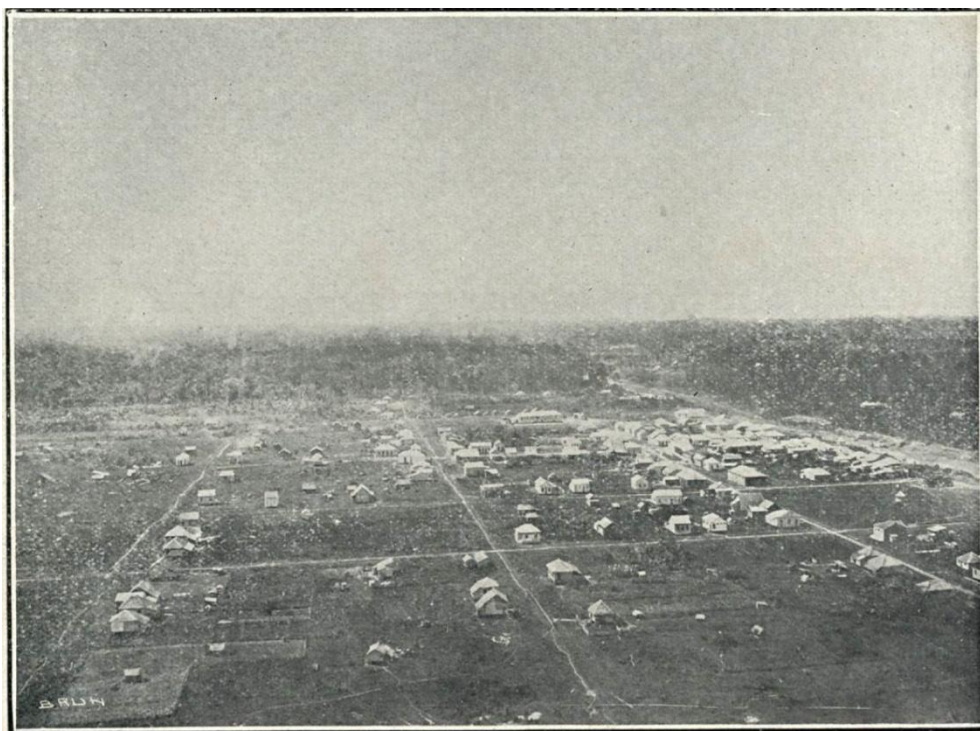
<sup>481</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>482</sup> *Ibidem*, p.52



calhas por um sistema de encanamento subterrâneo. Essa reivindicação visava a embelezar a cidade e conformar um sistema de drenagem de águas residuais, já que, até aquele momento, os resíduos eram depositados em fossas e sentinas.<sup>483</sup>

**Foto 10:** “Panorama da cidade de Sena Madureira tirado do alto da estação radiotelegráfica” (1913)



Nota-se por essa fotografia o cuidado no recuo da floresta o mais distante possível do núcleo populacional.

**Fonte:** REVISTA FON-FON!. Fon-Fon no Acre. Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1913. p. 28. Acervo FBN.

É importante salientar que a preocupação com a alta umidade do solo já existia antes mesmo da formação da Diretoria de Higiene com Samuel Libânio em 1906. Cândido José Mariano, assim que tomou posse como prefeito, mandou trazer da Capital Federal algumas sementes e mudas de eucalipto e girassol para plantio compulsório no núcleo urbano, como medida de saneamento por meio do dessecamento do terreno e da purificação do ar.<sup>484</sup> Especialmente na segunda metade do século XIX, o eucalipto era considerado importante para

<sup>483</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>484</sup> PREFEITURA DO ALTO PURUS, TERRITÓRIO DO ACRE. *Primeiro relatório anual*: apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo bacharel em Matemática, Ciências físicas e Naturais, Engenheiro Militar Cândido José Mariano, Prefeito do Departamento. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

o saneamento de áreas pantanosas e úmidas, já que seu rápido crescimento demandava grande quantidade de água presente no solo, favorecendo o dessecamento dos terrenos. O aroma de suas folhas também era considerado um dissipador de emanações pútridas provenientes da decomposição de matérias orgânicas.<sup>485</sup>

Embora também fosse uma medida de drenagem do solo, havia uma importante diferença onto-epistemológica que permeava as iniciativas de Cândido José Mariano e as políticas adotadas, posteriormente, pela Diretoria de Higiene. O prefeito Mariano agiu no sentido de combater miasmas, que, para ele, eram os agentes causadores da malária. No paradigma miasmático, as doenças seriam causadas por emanações pútridas provenientes de matéria orgânica em decomposição no solo e na água. Na primeira metade do século XIX, a geografia médica inspirada na obra “Dos Ares, das Águas e dos Lugares”, de Hipócrates, era associada à higiene pública e à epidemiologia, com impacto na agenda dos médicos militares nas colônias.<sup>486</sup> Esses médicos mapeavam a geografia, a meteorologia e a dieta dos habitantes, relacionando-os aos hábitos e à saúde local. Em meados do século XIX, o médico da armada francesa Jean André Napoléon Périer atualizou as ideias de Hipócrates, apontando que as árvores, em especial o eucalipto, eram fundamentais para o saneamento dos lugares com alta incidência de febres, pois promovia o enxugo do solo e a purificação do ar, eliminando os miasmas. O eucalipto, nessa época, passou a ser símbolo do processo civilizatório francês, por ser matéria prima para lenha, postes telegráficos, trilhos de trem e ainda modificar a atmosfera produzindo bem-estar ao colonizador.<sup>487</sup>

Por outro lado, os diretores de higiene queriam combater mosquitos, pois esses eram os vetores do *Plasmodium*, agente etiológico da malária, segundo a emergente especialidade médica conhecida como medicina tropical. Para os irmãos Libânio, e os demais médicos que os sucederam na Diretoria de Higiene, a malária não era causada por miasmas, mas por uma criatura unicelular chamada protozoário, que dependia de um inseto hematófago, o mosquito *Anopheles*, para completar o seu ciclo de vida.

A medicina tropical foi institucionalizada na Europa em fins do século XIX, devido, em grande parte, ao desafio do homem europeu frente às doenças nos trópicos, em um

---

<sup>485</sup> Para maiores detalhes sobre os usos do eucalipto para promoção de saúde pública ver: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoeão. *Diccionario de Medicina Popular e das Sciencias Accessários para uso das Famílias*. 6º Ed. Primeiro Volume. Paris: A.Roger & F. Chernoviz, 1890. p. 1070.

<sup>486</sup> OSBORNE, Michael A. Resurrecting Hippocrates: hygienic sciences and the french scientific expeditions to Egypt, Morea and Algeria. In: David Arnold (org.) *Warm Climates and Western Medicine: The Emergence of Tropical Medicine, 1500-1900*. Amsterdã/ Atlanta, Rodopi, 1996. p. 80-98.

<sup>487</sup> *Ibidem*.

contexto de expansão imperialista.<sup>488</sup> Essa especialidade médica intercalava noções de microbiologia, parasitologia e dialogava com os naturalistas, além de combinar experimentações laboratoriais ao trabalho de campo.<sup>489</sup> Diferente da microbiologia, que incriminava apenas os microorganismos na produção da doença, a medicina tropical incorporou, principalmente, os insetos hematófagos como vetores, ou seja, agentes no ciclo de vida e propagação dos parasitas. A nova especialidade tinha, na malária, o grande modelo de doença tropical, após a descoberta do *Plasmodium* pelo médico militar francês Aphonse Laveran, em 1880 e principalmente, pela confirmação do mosquito *Anopheles*, como vetor da doença, alguns anos mais tarde, por Ronald Ross e Giovanni Grassi.<sup>490</sup> Na ontologia da medicina tropical o clima e as águas estagnadas eram fatores que favoreciam o ciclo de vida dos vetores.

Por essa razão, havia uma escola de pensamento associada à medicina tropical, capitaneada pelo médico Ronald Ross que defendia a profilaxia da malária via combate ao mosquito pela drenagem de águas estagnadas, destruindo os meios de reprodução do mosquito adulto. Para Ross, a drenagem das águas pluviais e supressão de possíveis criadouros de mosquito deviam ser acompanhadas da fumigação de inseticidas como Piretro.<sup>491</sup> Por outro lado, o médico Robert Koch criou uma doutrina profilática baseada na destruição do parasita no corpo humano com o uso diário de doses preventivas de quinina.<sup>492</sup> Basicamente um misto dessas duas teorias foi utilizado pelos médicos da Diretoria de Higiene no Alto Purus, com ênfase maior na destruição das águas estagnadas.

Mesmo havendo diferenças entre o pensamento de Libânio e do prefeito Cândido Mariano, ambos tentaram promover saúde pública por meio de obras, que o médico sanitarista Carlos Chagas chamou de “hidrografia sanitária”. Esse termo foi citado no relatório da Comissão do Instituto Oswaldo Cruz, que percorreu o Vale do Amazonas entre 1912 e 1913. Refere-se a obras de drenagem urbana com objetivo de direcionar os fluxos de água da chuva, para rios, córregos e etc., como forma de ajudar no dessecamento do solo e prevenir a

---

<sup>488</sup> Ver: FARLEY, John. *Bilharzia: A History of Imperial Tropical Medicine*. Cambridge: University Press, 1991.

<sup>489</sup> ARNOLD, David. Introduction: Tropical Medicine Before Manson. In: ARNOLD, David (org.). *Warm climates and western medicine: the emergence of tropical medicine, 1500-1900*. Amsterdã-Atlanta: Rodopi, 1996. p. 5.

<sup>490</sup> WORBOYS, Michael. Germs, Malária and the Invention of Mansonian Tropical Medicine: From “Disease in the Tropics” to “Tropical Diseases”. In: David Arnold (org.) *Warm Climates and Western Medicine: The Emergence of Tropical Medicine, 1500-1900*. Amsterdã/ Atlanta, Rodopi, 1996. p. 181-207.

<sup>491</sup> HUMPHREYS, Margaret. *Malária: poverty, race, and public health in the United States*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 2001. p. 72-73.

<sup>492</sup> *Ibidem*.

propagação de vetores de doenças. O exemplo máximo de sucesso desse tipo de obra nas cidades do Vale do Amazonas, para a Comissão, era Sena Madureira, que, segundo Chagas “não apresenta as ruas encharcadas, devido às valas de drenagem que atravessam diversos pontos da cidade e levam as águas da chuva para o rio”.<sup>493</sup>

Mas é importante destacar o que seria essa “hidrografia sanitária” posta em prática em Sena Madureira e elogiada pelo próprio Carlos Chagas. Ela consistia na simples abertura de valas nos cantos ou centro das ruas, para drenar as águas pluviais e residuais para os igarapés e para o rio Iaco. O objetivo principal era combater os corpos de água que pudessem favorecer o ciclo de vida do mosquito *Anopheles*. Assim, optou-se pela destruição de florestas, matas e a plantação de eucalipto para facilitar o processo de evapotranspiração.

**Foto 11:** Membros da Comissão do Instituto Oswaldo Cruz pelas ruas de Sena Madureira (1912)



Note no lado esquerdo da foto, em frente as casas, uma das valas de drenagem adotadas pela Diretoria de Higiene do Alto Purus e elogiadas por Carlos Chagas. Interessante notar que a Comissão do Instituto Oswaldo Cruz escolheu posar para foto ao lado de uma dessas valas.

**Acervo:** Fundo - IOC, Série - Serviço de Fotografia, Subsérie -Expedições, Dossiê - Amazonas e Acre.

<sup>493</sup> MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA BORRACHA. *Relatório sobre as condições médico-sanitárias do Vale do Amazonas apresentado a S. Ex.º o Sr. Dr. Pedro de Toledo, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz.* Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1913. p. 30.

## DAD/COC - FIOCRUZ.

O modelo de drenagem urbana adotado em Sena Madureira era reprovado pelos médicos higienistas do século XIX adeptos do modelo miasmático de propagação das doenças. Para esses médicos, o sistema de drenagem urbana a céu aberto era propagador de doenças por meio da deterioração dos organismos no solo pelas águas e consequente aumento das emanações pútridas que provocavam doenças. Foi a partir dessa perspectiva e adotando conhecimentos técnicos da engenharia, que esse sistema de drenagem urbana foi sendo substituído ao longo do século XIX por grandes complexos de drenagem e esgoto subterrâneo, com galerias que ficavam sob as ruas calçadas.<sup>494</sup> Entretanto, dentro do modelo da medicina tropical, não fazia sentido condenar um sistema de valas a céu aberto, pois elas mantinham as águas em movimento, promovendo o escoamento das águas pluviais e uma rápida drenagem do solo. O mais importante era impedir a reprodução do mosquito.

A maioria dos médicos que atuou no Território Federal do Acre entre 1904 e 1920 concordava que a malária era transmitida pelo mosquito. Em Sena Madureira todos os médicos pensavam assim. No Território, havia, inclusive, médicos entusiastas das pesquisas em medicina tropical. É o caso de Esperidião de Queiroz Lima, que posou em uma célebre fotografia de 1906, olhando curiosamente com uma lupa para um *Cellia albipes*, mosquito da família *Anopheles*. O médico de pé, com semblante grave, a lupa, a *Cellia albipes*, os pesados livros na parte direita da foto e o microscópio, no centro da imagem, emergem como principais agentes de uma clara mensagem para os colegas médicos de outros estados: a de que, ali, os médicos também estavam atentos às novidades científicas vindas dos grandes centros europeus.

---

<sup>494</sup> BURIAN, Steven J.; EDWARDS, Findlay G. Historical Perspectives in Urban Drainage. In: STRECKER, Eric W.; HUBER, Wayne C. (org.). *Global Solutions for Urban Drainage*. Portland: ASCE, 2002.; REID, Donald. *Paris sewers and sewerman: realities and representations*. Cambridge: Harvard University Press, 1991. p. 23-36.

**Foto 12:** Dr Esperidião de Queiroz – médico da cidade de Xapuri, classificando o *Celliaalbipes anopheles*, transmissor do paludismo no Acre



**Fonte:** FALCÃO, Emílio. *Álbum do rio Acre*. Pará: 1906-1907, (s.d.).

Contudo, embora fosse um consenso no Território do Acre de que a malária era transmitida pela picada do mosquito, e que muitas doenças eram causadas por microorganismos, isso não significava que os miasmas haviam deixado de existir. Alguns médicos forjaram um pensamento híbrido sobre a existência e a propagação das doenças, aceitando que a malária era transmitida pelo mosquito, ao passo que o beribéri, por exemplo, vinha dos miasmas. O médico Joaquim Rodrigues Ferreira, diretor de higiene no Departamento do Alto Juruá em 1914, pensava assim. Para ele, o serviço de drenagem do solo, embora não fosse o modelo ideal, adquiria a dupla função de eliminar mosquitos e destruir os miasmas. Entretanto, era fundamental que esse sistema fosse substituído por trabalhos de engenharia sanitária que retificassem igarapés, canalizassem as águas, estabelecessem a coleta de esgoto subterrâneo e destruísse o capim pelo calçamento das ruas.

As moléstias endêmicas que aqui reinam são: o paludismo e o beribéri, este manifesta-se em pequena escala e aquele aumenta, um pouco, após as vazantes das grandes cheias do rio, cujas águas, enchendo os igarapés, transbordam e espraiam-se, inundando todas as baixas da área da cidade e dos povoados. No recuo das águas ficam lagos e pântanos que, cheios de vegetais de toda a ordem que abundam em todo o solo, neles se afogam, apodrecem e decompõe-se desprendendo miasmas e produzindo miríades de insetos portadores das doenças citadas. Chegue um dia o auxílio da engenharia sanitária, localizando as águas dos igarapés, obstando o seu transbordo com os seus recursos da arte, nivelando o solo, extinguindo a sua vegetação pelo calçamento, beneficiando as matas que ainda demoram perto da cidade e dos povoados, canalizando as águas potáveis, estabelecendo um serviço de esgotos higiênicos, e incontestavelmente estas moléstias reinantes desapareceriam, por completo e o clima caluniado passaria a ser em pouco tempo um clima invejado.<sup>495</sup>

Apesar da pluralidade de visões médicas, o sistema de drenagem urbana em Sena Madureira fez diminuir os casos de malária do tipo tropical ou terçã maligna no núcleo urbano. É possível que a histórica relação de águas e solo na bacia do rio Iaco tenha contribuído para esse resultado. De acordo com alguns estudos atuais sobre os aspectos pedológicos da bacia do rio Iaco, as águas da chuva penetram pouco no solo dessa área, pois a sua formação é muito recente.<sup>496</sup> Essa condição aumenta o fluxo superficial das águas pluviais e, por essa razão, é provável que o escoamento dessas águas para o rio, por meio das valas, tenha se mostrado mais fácil e efetivo. Como será analisado no último capítulo, essas relações possivelmente contribuíram também para a destruição de todo esse aparato de drenagem urbana na cheia de 1915.

A saúde pública pautada na drenagem de águas pluviais foi, posteriormente, adotada nas capitais Cruzeiro do Sul, Rio Branco e Vila Seabra. Em Cruzeiro do Sul, essa medida foi tomada principalmente pela Comissão de Obras Federais em 1909, sob a liderança do engenheiro militar Antônio Bueno de Andrada, tendo em vista o sucesso dessa ação para a diminuição da quantidade de mosquitos transmissores da malária e do próprio declínio da doença em Sena Madureira.<sup>497</sup> Em Rio Branco, esse tipo de medida começou a ser colocada

<sup>495</sup> FERREIRA, Joaquim Rodrigues. Relatório apresentado ao exmo. Sr. Capitão Francisco Siqueira do Rego Barros, Prefeito deste departamento. In: PREFEITURA DO ALTO JURUÁ. *Relatório apresentado ao exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Capitão Francisco Siqueira do Rego Barros, Prefeito do Departamento do Alto Juruá relativo ao segundo semestre de 1913*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915. p. 87.

<sup>496</sup> Sobre esses estudos, ver: BADALES, Nilson Gomes. *Gênese, morfologia e classificação dos solos do baixo vale do rio Iaco, Acre, Brasil*. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Solos e Nutrição de Plantas, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG, 2005. p. 38-39.

<sup>497</sup> BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, MINISTRO AUGUSTO TAVARES LYRA. *Relatório dos anos de 1908 e 1909 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. p. 61.

em prática apenas na década de 1910.<sup>498</sup> No caso de Vila Seabra, no Departamento do Tarauacá, o diretor de higiene Dr. Leôncio José Rodrigues defendia e implementava a mesma medida, mas também mostrava-se favorável ao uso do petróleo, querosene e gasolina para a destruição das larvas de mosquitos em igapós e pântanos muito extensos.<sup>499</sup>

### 3.2.2- O ciclo fluvial e migratório da varíola e do sarampo

De acordo com alguns poucos e frágeis dados produzidos pelas prefeituras, nos primeiros anos de formação das capitais, a varíola e o sarampo aparecem como segunda e terceira maiores responsáveis por adoecimento e óbito no Acre. Em Cruzeiro do Sul, por exemplo, entre 21 de fevereiro de 1905 e 31 de dezembro de 1913, pelo menos 14 pessoas morreram vítimas de varíola e sarampo, perdendo apenas para a malária e o beriberi com 36 e 31 mortes respectivamente.<sup>500</sup> Anualmente os jornais dos departamentos noticiavam sobre essas doenças, especialmente no primeiro semestre do ano, quando as embarcações vinham de Belém e Manaus com pessoas destinadas ao trabalho nos seringais. O ciclo anual da varíola e do sarampo fez com que as prefeituras, especialmente a do Departamento do Alto Purus, buscassem controlar o fluxo de doentes que subiam os rios, como forma de impedir a emergência de epidemias.

A varíola, no início do século XX, era um dos principais desafios para a saúde pública no Brasil, provocando milhares de mortes. Em 1904, Oswaldo Cruz lutou pela instituição da vacinação obrigatória para eliminar a varíola na Capital Federal. O plano do sanitarista provocou uma das maiores revoltas populares do século XX.<sup>501</sup> Em Belém, as autoridades lutaram ao longo da primeira década do século XX contra a doença, a partir do isolamento dos

<sup>498</sup> INTENDENCIA MUNICIPAL DE RIO BRANCO. *Relatório Apresentado pelo Sr. Intendente Dr. Epaminondas Jacome ao conselho municipal de Rio Branco em sua reunião extraordinária a 15 de novembro de 1915*. Rio Branco: Tip. do Autonomista, 1915. p. 2.

<sup>499</sup> RODRIGUES, José Leôncio. Relatório sobre atividades como chefe do serviço sanitário da prefeitura. *Jornal Oficial: Órgão da Prefeitura do Tarauacá*. Vila Seabra, 21 de janeiro de 1917.p. 1. Acervo FBN.

<sup>500</sup> FERREIRA, Joaquim Rodrigues. *Relatório.op. cit.*, p. 92.

<sup>501</sup> Para mais informações sobre a Revolta da Vacina ver: SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1983.; CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestilizados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 91-139.; CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 97-161.; PANPLONA, Marco A. *Revoltas, Repúblicas e Cidadania*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003. p.177-203. BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano I – O Tempo do Liberalismo Excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 233-266.



infectados e campanhas de vacinação, mas, ainda assim, pelo menos 1.004 pessoas morreram na capital paraense entre 1904 e 1911.<sup>502</sup> Os migrantes vindos dos estados do Nordeste traziam, em seu organismo, o agente etiológico da varíola que viria a se espalhar, tempos depois, nos seringais do Território do Acre.

Em meados de 1907, durante o governo do prefeito Cândido José Mariano (1905-1910) a Diretoria de Higiene do Departamento do Alto Purus, sob a responsabilidade do médico Samuel Libânio, foi surpreendida com um caso de varíola no núcleo urbano de Sena Madureira em indivíduo procedente do alto rio Purus, dentro dos limites do Território Federal. A prefeitura entrou em alerta, organizando um local para o isolamento de outros doentes que viessem em embarcações vindas do Purus e aumentando o estoque de vacinas antivariólicas. Não foram registrados novos casos de varíola na capital do Departamento, mas assim como o rio trouxe o doente com o patógeno potencialmente contagioso, trouxe também as notícias sobre uma intensa epidemia assolando os seringais do Purus.<sup>503</sup>

Na condição de médico da prefeitura, Samuel Libânio somente empreendeu viagem para o Purus no mês de dezembro, quando buscou colocar em prática a vacinação, especialmente nos seringais mais atingidos pela varíola. Nessa ocasião, muitos seringueiros resistiram à vacinação, e o médico se viu obrigado a convencer os proprietários seringalistas sobre a importância da vacina, ensinando os próprios patrões a aplicar a antivariólica em seus fregueses.<sup>504</sup>

Durante a epidemia, a Diretoria de Higiene, ainda em seus primórdios, não conseguiu produzir dados numéricos sobre os doentes no Purus e nem estimativas sobre vítimas fatais. Algumas características sobre a propagação da varíola foram, no entanto, levadas em consideração a partir dos relatos de quem vinha do Purus na época e de quem sobreviveu em meio à crise. Libânio descreve que, na ocasião, o alto Purus era assolado pela varíola “com vários focos em seringais diversos”, especificando brevemente a existência de diferentes

---

<sup>502</sup> Informações sobre o número de mortos entre 1904 e 1911, além das medidas tomadas pelo governo do Pará, ver: AMARAL, Alexandre Souza. *Vamos a Vacina? Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904-1911)*. 280 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 123.

<sup>503</sup> LIBÂNIO, & LIBÂNIO. *Directoria de Higiene. op. cit.*, p. 47.

<sup>504</sup> *Ibidem.*

lugares ao longo do rio onde a doença emergiu, indicando que houve múltiplos centros primários de propagação da enfermidade.<sup>505</sup>

Mesmo com essa percepção, a Diretoria de Higiene do Alto Purus não associou explicitamente a grande epidemia de varíola no Purus à falta de controle de indivíduos que vinham para o trabalho nos seringais portando a doença, preferindo lamentar a resistência dos seringueiros à vacina.<sup>506</sup> Entretanto, Samuel Libânio assinalou que a insalubridade nos seringais, incluindo os casos de malária, tinha relação direta com as condições de viagem de quem vinha dos estados do Nordeste para tornar-se seringueiro na bacia amazônica. Para ele, a viagem em navios lotados, sem assistência médica, alimentação adequada e condições mínimas de higiene, após sair de áreas assoladas pela seca, diminuía a resistência orgânica dos recém-chegados, favorecendo a emergência de epidemias nos seringais. Recomendou assim, fazendo coro ao então prefeito Cândido Mariano, que a União deveria garantir a assistência clínica e melhores condições de higiene nas embarcações que trazem os migrantes, desde os portos dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e outros, até os seringais.<sup>507</sup>

No ano anterior o então prefeito Gregório Thaumaturgo de Azevedo também enfrentou uma epidemia de varíola no rio Tarauacá. Diferente do prefeito Cândido Mariano, no Purus, Azevedo não dispunha de uma Diretoria de Higiene organizada ou médico a serviço da prefeitura. Viu-se obrigado a designar um delegado de polícia para isolar os doentes e colocar em rigorosa quarentena as embarcações que vinham com doentes de varíola.<sup>508</sup> Contudo, em seu relatório, Azevedo foi contundente em também apontar as péssimas condições de viagem dos seringueiros “brabos” (pessoas recém-chegadas do Nordeste para a atividade extrativista) como responsáveis pela propagação de doenças e a emergência das epidemias na região. Azevedo chegou mesmo a sugerir a criação de um serviço de imigração para os seringais pelo Governo Federal.<sup>509</sup>

A promiscuidade em que homens e mulheres são conduzidos, o inclassificável tratamento que a maioria dos vapores dispensa aos

---

<sup>505</sup> *Ibidem.*

<sup>506</sup> *Ibidem.*

<sup>507</sup> Cf. *Ibidem*, p. 50.; PREFEITURA DO ALTO PURUS, TERRITÓRIO DO ACRE. *Primeiro relatório anual. op. cit.*, p. 34.

<sup>508</sup> PREFEITURA DO ALTO JURUÁ. *Segundo relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Coronel do Corpo de Engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Prefeito do Departamento.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. p. 25.

<sup>509</sup> *Ibidem*, p. 24.

passageiros de terceira classe, o amontoamento em que vem, como verdadeiras pilhas de carne humana, talvez ainda pior acomodados do que as levas de negros, no tempo do tráfico da escravatura, originam um largo número de enfermos. É exceção o navio em que a bexiga, a diarreia e o sarampo não assaltam os miserandos passageiros de terceira classe, que não raro perecem ao desamparo, sem médico e sem alimento devido.<sup>510</sup>

A sugestão do prefeito Thaumaturgo de Azevedo era de que o serviço de migração de nordestinos para os seringais deveria ser estatizado.<sup>511</sup> Cândido Mariano, por sua vez, seguia a mesma linha de raciocínio, apontando que o Governo Federal deveria intervir no processo de migração, garantindo condições mínimas de saúde nas embarcações. Contudo, nenhum dos dois detalhou ou realizou um esboço de como o Governo Federal faria essa intervenção.

Apesar desses apontamentos, o Governo Federal não cogitou intervir nas empresas particulares de navegação ou no processo migratório visando a modificação das condições de viagem dos migrantes. Essa atribuição continuaria sendo dos estados onde ficavam localizados os portos pelos quais as embarcações realizavam suas escalas, ou seja, principalmente os estados do Maranhão, Pará e Amazonas. Por sua vez, a prefeitura do Alto Purus legislou sobre as precauções contra doenças epidêmicas, limitando-se a instituir o isolamento compulsório e a vacinação gratuita da população, e obrigatória somente para as crianças matriculadas nas escolas e servidores da prefeitura.<sup>512</sup>

Pessoas portadoras de varíola e sarampo chegariam novamente ao extremo oeste da bacia do rio Purus em abril de 1910 provocando uma epidemia de proporções menores no baixo rio Caeté, ainda nos limites do estado do Amazonas.<sup>513</sup> Dada a experiência de 1907, o diretor de higiene do Departamento do Alto Purus, João Dourado de Cerqueira Bião, determinou a abertura de um hospital de isolamento em Sena Madureira para impedir que doentes subissem os rios Iaco e Macauã. Também foram publicados artigos nos jornais aconselhando medidas profiláticas à população de Sena Madureira, dentre elas o asseio do corpo, roupas e habitações com o uso de creolina, formol, enxofre, alfazema, alcatrão, incenso, pó de café queimado e outros.<sup>514</sup> As medidas de isolamento dos doentes vindos das

---

<sup>510</sup> *Ibidem.*

<sup>511</sup> *Ibidem.*

<sup>512</sup> PREFEITURA DO ALTO PURUS. *Relatório apresentado (...) concernente ao ano de 1908. op. cit.* p. 97.

<sup>513</sup> BRAZIL ACREANO. Higiene Pública. Sena Madureira, 07 de maio de 1910. p. 1. Acervo FBN.; BRAZIL ACREANO. Varíola. Sena Madureira, 07 de maio de 1910. p. 2. Acervo FBN.

<sup>514</sup> *Ibidem.*

embarcações rumo ao alto Iaco deram resultado esperado, não sendo registrados casos de varíola e sarampo nesse rio e seus afluentes.

Um ano depois, os moradores dos rios Iaco e Macauã não teriam a mesma sorte. Em 1911, um novo governo estava a frente do Departamento do Alto Purus, que ainda se reorganizava após a Revolta Autonomista no Alto Juruá, ocorrida em julho de 1910 e que teve impacto político no Purus. A Diretoria de Higiene sob a liderança do médico Carlos da Costa Ribeiro foi surpreendida no início de junho com a chegada a Sena Madureira dos gerentes dos seringais Riozinho e Oriente, no rio Macauã, pedindo socorro para conter uma violenta epidemia de varíola e sarampo que atingia várias propriedades nesse rio. Do alto Iaco também chegavam notícias de que a varíola fazia diversas vítimas, atingindo com intensidade os seringais Mercês, Santa Clara, Fortaleza e Curitiba.<sup>515</sup>

A reação do então prefeito Godofredo Maciel foi contratar em caráter emergencial médicos que clinicavam na cidade dispostos a seguir em comissão para ambos os rios e proibir a comunicação por terra de qualquer embarcação, antes de ser inspecionada pela Diretoria de Higiene no porto de Sena Madureira.<sup>516</sup> A “Comissão Yaco-Macauã” foi composta pelos médicos Octávio Varella (que seguiu para o Macauã) e Samuel Uchoa (que seguiu para o Iaco) com o objetivo de isolar os doentes e aplicar a vacina antivariólica no maior número de pessoas.<sup>517</sup>

A epidemia do Iaco-Macauã pode ser apontada como a pior enfrentada desde a anexação da bacia hidrográfica do Iaco ao Brasil, e uma das piores epidemias de varíola e sarampo registradas em todo o Território Federal do Acre. No Iaco, a epidemia teria começado em fevereiro, quando uma criança que vivia em uma das barracas mais distantes do seringal Mercês, com mais 14 pessoas, apresentou sintomas de varíola. Essas 14 pessoas foram contaminadas e fugiram para outras barracas espalhando a doença no seringal Mercês e provocando a fuga em massa de seringueiros para outras propriedades, gerando um efeito dominó.<sup>518</sup> Estimou-se que, nos rios Iaco e Macauã, no mínimo 32 pessoas morreram e 100

<sup>515</sup> BRAZIL ACREANO. A varíola no Iaco e Macauã. Sena Madureira, 04 de junho de 1911. p. 2. Acervo FBN.

<sup>516</sup> O ALTO PURUS. Diretoria de Higiene. Sena Madureira, 11 de junho de 1911. p. 4. Acervo FBN.

<sup>517</sup> BRAZIL ACREANO. A varíola no Iaco e Macauã. *op. cit.*, p. 3.; O ALTO PURUS. Diversas. Sena Madureira, 11 de junho de 1911. p. 3. Acervo FBN.

<sup>518</sup> UCHOA, Samuel Domingues. Relatório apresentado ao Dr. Carlos da Costa Ribeiro, mui digno Diretor de Higiene, no dia 10 de agosto pelo Dr. Samuel Uchoa delegado de higiene em Comissão. *O Alto Purus*. Sena Madureira, 17 de setembro de 1911. p. 2-3. Acervo FBN.

foram infectadas. A doença atingiu também a margem esquerda dos rios Acre e Xapuri, no departamento vizinho.<sup>519</sup> Os seringalistas do rio Caeté, no limite do Departamento do Purus com o Amazonas, também pediram ajuda à prefeitura para conter a epidemia.<sup>520</sup> A Comissão conseguiu controlar o surto por meio da vacinação, isolamento compulsório dos doentes e destruição pelo fogo das habitações dos infectados.<sup>521</sup>

Enquanto barracas de seringueiros crepitavam ao sabor do fogo, doentes eram isolados sob a mira de rifles e antivariólicas marcavam o braço de alguns dos que viviam nas áreas mais atingidas, os médicos percebiam com maior clareza o papel das águas na propagação da varíola e do sarampo. Pelos rios transitavam os infectados vindos dos estados do Nordeste para o trabalho nos seringais entre os meses de fevereiro, março, abril e junho, período final da cheia e inicial da vazante. Era necessário um controle rígido nos grandes e pequenos portos para impedir a subida dos infectados rumo aos seringais, o que, na prática, inexistia. Essa condição fomentou novas críticas aos serviços médicos portuários de Belém e Manaus por não impedirem eficazmente a ida dos doentes para os portos do interior.

É de mister notar que o veículo da varíola a estas paragens foi a navegação, e ela só. Houve mesmo embarcação, de pequeno calado é verdade, na qual pereceu toda tripulação do terrível morbus. Outrossim, houve também seringais, cujos fabricos foram prejudicados, não só nesse Departamento como também no do Acre, ao que nos informaram.<sup>522</sup>

No Departamento do Alto Acre surgiram fortes críticas aos serviços de saúde dos portos de Belém e Manaus, em grande medida responsabilizados pela epidemia de varíola dos rios Xapuri e Acre, naquele ano.<sup>523</sup> A gravidade da situação em alguns pontos do Departamento fez também com que a prefeitura comissionasse médicos para as áreas mais atingidas. Foi o caso de Espedirião de Queiroz Lima, contratado para conter a epidemia na vila de Porto Acre, no baixo rio Acre, em 12 de janeiro de 1911, e Cincinato Telles Guariba em Xapuri.<sup>524</sup>

---

<sup>519</sup> *Ibidem*, p. 2-3.

<sup>520</sup> O ALTO PURUS. Saúde Pública. Sena Madureira, 29 de outubro de 1911. p. 1. Acervo FBN.

<sup>521</sup> UCHOA. Relatório apresentado ao Dr. Carlos da Costa Ribeiro (...). *op. cit.*, p. 2-3.

<sup>522</sup> O ALTO PURUS. Saúde Pública. Sena Madureira, 29 de outubro de 1911. p. 1. Acervo FBN.

<sup>523</sup> FOLHA DO ACRE. A varíola no Acre. Cidade de Empresa, 05 de fevereiro de 1911. p. 1. Acervo FBN.

<sup>524</sup> FOLHA DO ACRE. Portarias. Cidade de Empresa, 05 de fevereiro de 1911. p. 3. Acervo FBN.; FOLHA DO ACRE. Expediente do prefeito. Cidade de Empresa, 19 de março de 1911. p. 5. Acervo FBN.

Frente à grande epidemia de 1911, as autoridades do Alto Purus começaram a agir no sentido de prevenir futuras crises sanitárias como a daquele ano. Como medida de prevenção de epidemias de varíola e sarampo, a prefeitura do Alto Purus buscou o controle dos corpos em trânsito pelo rio Iaco através da regulamentação do Serviço Sanitário do Porto de Sena Madureira em setembro de 1911. Era uma regulamentação provisória que seria colocada em prática pela Diretoria de Higiene, enquanto o Governo Federal não regulamentava, ele mesmo, um serviço de saúde para os portos do Território Federal do Acre.<sup>525</sup> A regulamentação esperada do Governo Federal não ocorreu, permanecendo como responsabilidade informal das prefeituras a legislação e organização dos serviços sanitários dos portos.

Guardando algumas similaridades com outros serviços sanitários portuários, como os do Rio de Janeiro<sup>526</sup>, a Diretoria de Higiene do Alto Purus instituiu uma série de medidas. Dentre elas, a obrigatoriedade de visita do diretor de higiene a todas as embarcações que passassem pelo porto de Sena Madureira, a autoridade irrestrita do médico em interditar a embarcação, a apresentação de carta de saúde procedente dos portos de Manaus e Belém, além de registro junto à prefeitura. A visita médica começaria com as seguintes perguntas, antes de o médico entrar na embarcação: “Qual o nome do navio e reboque?”, “Procedência e dias de viagem?”, “Nome e posto do informante?”, “Portos em que tocou?”, “Tem carta de saúde?”, “Teve ou tem doentes a bordo? Quantos?”, “De que moléstias?”, “Quantos se curaram? Quantos faleceram? Quantos se acham em tratamento?”, “Em que dia depois da partida apareceu o primeiro caso de moléstia, e qual foi ela?”, “Quando teve lugar o último óbito a bordo?”, “Tem aparecido ratos mortos a bordo?”. As multas por sonegação de respostas verdadeiras a essas perguntas variavam entre 100\$000 à 500\$000.<sup>527</sup> No Departamento do Alto Purus a vigilância no porto era realizada pelos auxiliares da Diretoria de Higiene. Entretanto, não foram encontradas fontes que indiquem como era o dia-a-dia dessa fiscalização, menos ainda indícios de multa aplicada a embarcações.

<sup>525</sup> O ALTO PURUS. Saúde do Porto: Regulamento do Serviço Sanitário do Porto. Sena Madureira, 22 de outubro de 1911. p.3. Acervo FBN.

<sup>526</sup> Sobre os serviços no porto do Rio de Janeiro, geralmente destinados a impedir o desembarque de doentes de cólera, febre amarela e peste, ver: REBELO, Fernanda. Entre Carlos R. e o Orleannais: a saúde pública e a profilaxia marítima no relato de dois casos de navios de imigrantes no porto do Rio de Janeiro, 1893-1907. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, pp. 765-796, jul-set. 2013.; SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Lazareto da Ilha Grande: isolamento, aprisionamento e vigilância nas áreas de saúde e política (1884-1942). *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, pp. 1176-1196, out-dez. 2007.

<sup>527</sup> O ALTO PURUS. Saúde do Porto. *op. cit.*, p.3.

Os departamentos vizinhos também reagiram após o grande surto de varíola e sarampo de 1911. No Alto Juruá, não existia legislação sanitária em vigor em 1911, e continuou não existindo. Entretanto, o prefeito Capitão Francisco Siqueira do Rego Barros autorizou a construção de um posto de isolamento de doentes de varíola e sarampo em local distante do núcleo urbano de Cruzeiro do Sul, ficando sob a chefia do médico Joaquim Rodrigues Ferreira.<sup>528</sup> Já no rio Tarauacá, ambas as doenças continuariam sendo um problema para a polícia resolver. Foi construído um *tapiri* algumas praias abaixo de Vila Seabra, onde o auxiliar da delegacia Benjamin de Araújo e mais alguns soldados da Companhia Regional paravam as embarcações e isolavam os doentes.<sup>529</sup> A medida foi autorizada pelo prefeito Rego Barros. Fazia parte de um amplo acordo firmado entre o delegado Agripino Nazareth, a Companhia Regional, e 28 seringalistas e comerciantes que adquiriam os desinfetantes na *Aristides Villar & Co.*, empresa que vendia produtos farmacêuticos e atuava em Cruzeiro do Sul.<sup>530</sup>

O Departamento do Alto Purus permaneceu um passo a frente no sentido de prevenir novas epidemias no rio Iaco, por ter uma legislação específica voltada para o controle no porto e colocá-la em prática nos períodos de maior movimento de embarcações. Esse controle de embarcações ocorreu concomitante a excursões quase anuais de médicos, comissionados pela prefeitura, ao alto rio Iaco para promover a vacina antivariólica. Essas medidas surtiram algum efeito até, pelo menos, 1915, não sendo registradas epidemias como as que ocorreram em 1907, 1910 e 1911. As grandes cheias dos rios Iaco e Juruá em 1915, no entanto, mudariam completamente esse quadro.

---

<sup>528</sup> FERREIRA, Joaquim Rodrigues. Relatório apresentado (...). *op. cit.*, p. 87.

<sup>529</sup> O MUNICÍPIO. Posto policial. Vila Seabra, 04 de junho de 1911. p. 3. Acervo FBN.

<sup>530</sup> O MUNICÍPIO. Carteira local. Vila Seabra, 11 de junho de 1911. p. 3. Acervo FBN.

## CAPÍTULO 4 – AS DEMANDAS LOCAIS E O ESTADO NACIONAL NA INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO DO ACRE

### Charge 04: Acrisolado



**Fonte:** CARETA. Acrisolado. Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 1916. p. 21. Acervo FBN.

O presente capítulo é dedicado a analisar as principais iniciativas tomadas pelo Governo Federal para a integração física dos departamentos do Território do Acre entre si e com o Brasil. As iniciativas analisadas serão a construção das estradas Leste-Oeste e “Lobão”, o projeto de lei instituindo a Reserva Florestal do Território do Acre e a proposta de construção da Estrada de Ferro Lábrea-Acre. Foram três iniciativas ligadas à preocupação com a integração física, mas os três casos também se assemelham pelo desconhecimento do Governo Federal das realidades e demandas locais, culminando, assim, no fracasso desses projetos. Esse desconhecimento também era resultante da atitude assumida pelo Governo Federal frente aos seus agentes que atuavam no Território do Acre, o que será abordado no final do capítulo.



A primeira parte será dedicada a analisar a atuação da Comissão de Obras Federais do Território do Acre. Essa Comissão foi comandada pelo ex-deputado paulista Antônio Bueno de Andrada e ficou ativa entre os anos de 1907 e 1911. Um dos principais objetivos dessa comissão era construir estradas de rodagem ligando as sedes dos departamentos do Acre, Purus e Juruá. Entretanto, a construção dessas vias gerou variados atritos e provocou a insatisfação das elites seringalistas e mesmo dos prefeitos, por serem obras consideradas inúteis perto de outras medidas vistas como mais urgentes (como as obras de desobstrução do leito dos rios). As estradas foram construídas, mas a oposição de seringalistas, varadouros e águas levaram à extinção da Comissão em 1911 e tornaram as vias obsoletas logo após a conclusão das obras.

Em seguida serão analisadas a formulação e as reações locais ao decreto de criação de uma reserva florestal no Território do Acre. No mesmo ano que a Comissão de Obras Federais era extinta, o Governo Federal assinaria o decreto nº 8.843 delimitando a Reserva Florestal do Território Federal do Acre. Essa medida era vista como importante pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para impedir alterações climáticas locais que diminuíssem o volume de chuvas e prejudicasse a navegação fluvial. O decreto também abria precedente para a integração nacional do Território do Acre, via desapropriação de seringais para a conservação das nascentes dos principais rios formadores das bacias do Purus e Juruá. A notícia do decreto surpreenderia seringalistas, agentes do Governo Federal nos departamentos e mesmo o delegado do Ministério da Agricultura no Território do Acre pelo total desconhecimento sobre a ideia de demarcação de uma reserva florestal na região. O Governo Federal recuaria na proposta da reserva florestal, diante da perspectiva dos altos custos na desapropriação de seringais e queda na arrecadação federal com os impostos sobre a borracha.

Na terceira parte será analisada a proposta de construção de uma ferrovia que ligaria os departamentos do Território do Acre e serviria de caminho alternativo às vias fluviais das bacias do Purus e Juruá no escoamento da borracha. Proposta inicialmente como linha férrea que ligaria a cidade de Rio Branco a alguma estação da ferrovia Madeira-Mamoré, o projeto foi modificado em estrada de ferro de ligação entre a cidade de Lábrea, no Amazonas, e todas as sedes dos departamentos do Território do Acre. Essa modificação ocorreu graças à pressão política da oligarquia amazonense, em conjunto com os seringalistas do médio Purus e do alto Iaco. Entretanto, mesmo com a forte pressão exercida por esses grupos, o projeto Lábrea-Acre

foi ignorado pelo Ministério da Viação e Obras Públicas devido à perspectiva dos altos custos da obra e prejuízo financeiro após a sua conclusão.

Por fim, será analisada a postura do Governo Federal em relação às realidades do Território do Acre, a partir de sua relação com os agentes do Estado que atuavam na região. A análise parte do caso do engenheiro suíço João Alberto Masô, delegado do Ministério da Agricultura no Território do Acre entre 1909 e 1914, indicando a situação de impotência e abandono imputada a esses agentes. Embora Masô estivesse a serviço do Governo Federal, ele raramente foi consultado sobre decisões envolvendo o futuro do Território. Ele só era ouvido nos momentos de crise e oposição local aos projetos da União. Diante dessa postura do Governo Federal, Masô fez o que comumente outros agentes do Estado no Território do Acre faziam: dedicou-se exclusivamente aos seus objetivos pessoais, que passavam pela produção de uma Carta Geográfica do Território do Acre.

#### **4. 1 – A Comissão de Obras Federais do Território do Acre (1907-1911) e a oposição de varadouros, oligarquias e águas**

Um dos primeiros problemas notados pelo Governo Federal na administração do Território Federal do Acre foi a completa falta de integração entre os departamentos e as sedes escolhidas pelos primeiros prefeitos militares na região. A hegemonia dos cursos fluviais na comunicação reforçava a falta de contato entre as novas unidades administrativas, pois os rios corriam em paralelo no Território. Como mencionado por Leandro Tocantins, enquanto os grandes corpos fluviais corriam para noroeste, o eixo administrativo do Território Federal do Acre corria em sentido perpendicular leste-oeste, consolidando o isolamento dos departamentos entre si.<sup>531</sup>

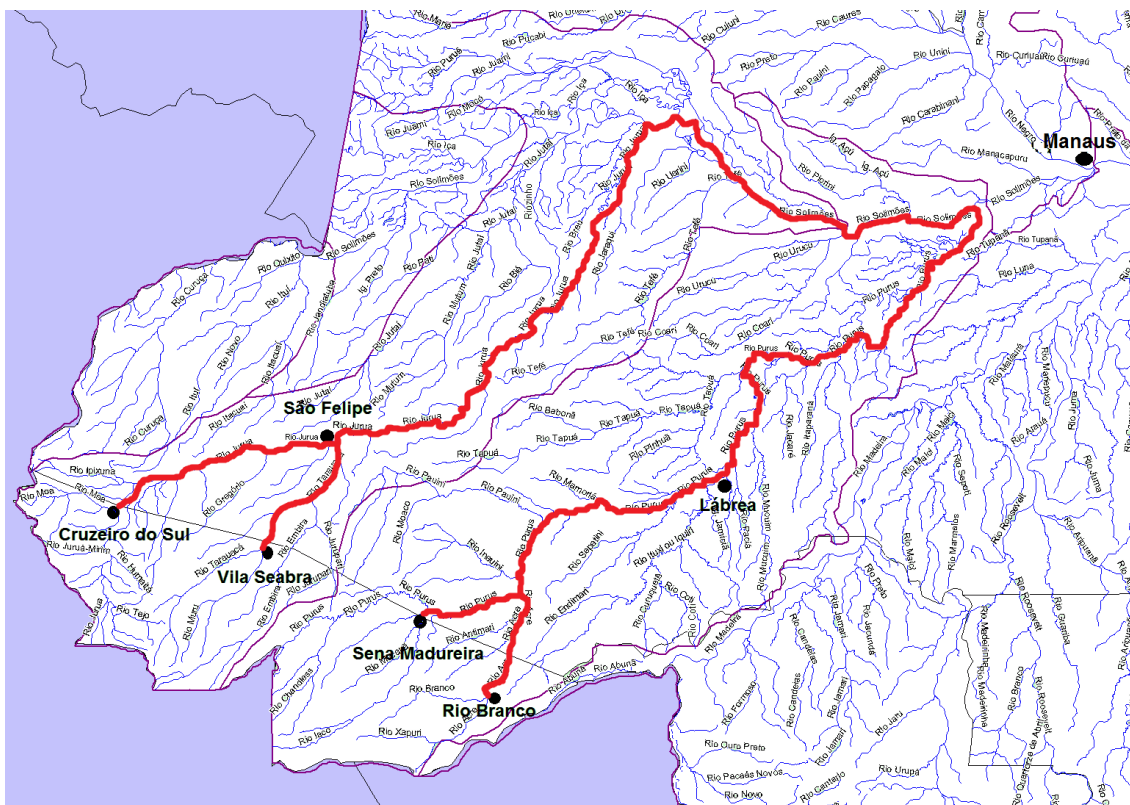
Uma viagem entre a vila de Empresa (Rio Branco) e a nascente cidade de Cruzeiro do Sul, por exemplo, deveria ser feita por navegação fluvial. A embarcação teria que descer o rio Acre e o Purus, até a confluência com o rio Solimões, subir o Solimões até a confluência com o rio Juruá e seguir esse rio, rumo à sua parte alta, em uma viagem que poderia durar mais de um mês, em período de cheia. Leandro Tocantins relata que, de Vila Seabra (Tarauacá) até

---

<sup>531</sup> TOCANTINS, Leandro. *O Rio Comanda a Vida: uma interpretação da Amazônia*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1961. p. 125.

Rio Branco, a distância, por via fluvial, era de 5.432 quilômetros, que podiam ser transpostos em um mês. Por outro lado, em linha reta, a distância de Rio Branco e Seabra era de aproximadamente 400 quilômetros.<sup>532</sup>

**Mapa 08:** Distâncias a serem percorridas entre as capitais dos departamentos por via fluvial



Adaptação feita por André Vasques Vital do mapa hidrográfico original contido em <http://hidroweb.ana.gov.br/>

Devido a esse problema e pela necessidade de dar retorno mínimo aos impostos federais cobrados sobre a borracha, o Congresso aprovou o decreto N° 6.406, de 08 de março de 1907, criando a Comissão de Obras Federais do Território do Acre. Essa Comissão ficou sob o comando direto do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Além de construir estradas, fazia parte dos objetivos da Comissão promover a desobstrução de rios, criar oficinas e núcleos agrícolas, bem como executar quaisquer obras de acordo com as necessidades do Governo Federal na região. Cabia ao Presidente da República nomear o engenheiro-chefe e seus auxiliares diretos. Já o Ministério da Justiça e Negócios Interiores poderia nomear os engenheiros ajudantes e o contador. Os demais trabalhadores da Comissão

<sup>532</sup> *Ibidem*, p. 125.

(médico, secretário, almoxarife, mecânico, os operários e etc.) seriam contratados pelo próprio engenheiro-chefe.<sup>533</sup>

O então presidente Afonso Penna, nomeou o ex-deputado federal por São Paulo e engenheiro civil Antônio Bueno de Andrada para chefiar a Comissão. Ele também seria nomeado o novo prefeito do Departamento do Alto Juruá, onde ficaria a sede da Comissão de Obras Federais. Sob sua responsabilidade ficou o projeto de construção de uma estrada ligando Cruzeiro do Sul e Sena Madureira, a chamada Estrada Leste-Oeste. Nessa época, uma empresa privada, sob a chefia do engenheiro Gastão da Cunha Lobão, já construía uma estrada ligando a capital do Departamento do Alto Acre a Sena Madureira. Esse fator somado à insalubridade do entorno da cidade de Empresa, desestimularia Andrada a enviar trabalhadores para auxiliar os serviços de construção da “Estrada Lobão”.

**Foto 13:** Trabalhadores da Comissão de Obras Federais (1908)



Fundo: Vistas da Cidade de Sena Madureira no Acre 1905-1911.

<sup>533</sup> BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, MINISTRO AUGUSTO TAVARES DE LYRA. *Relatório dos anos de 1907 e 1908 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em março de 1908*. V. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. p. 70-71. BRASIL, SENADO FEDERAL. Decreto N° 6.406 de 8 de março de 1907: cria uma Comissão de Obras Federais no Território do Acre e dá outras providências. Disponível em [http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=6406&tipo\\_norma=DEC&data=19070308&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=6406&tipo_norma=DEC&data=19070308&link=s) Acessado em 27 de julho de 2015.

**Acervo:** CODAC/ Arquivo Nacional.

A Comissão de Obras Federais do Território do Acre, em suma, deveria existir para estabelecer melhorias nas comunicações da região, promover a integração entre os departamentos e ajudar no incentivo à agricultura. Como era de se esperar, o projeto levou mais em consideração as necessidades de administração do Governo Federal sobre a região do que as necessidades das oligarquias fluviais. Mesmo a obra de desobstrução dos rios, maior reivindicação dos seringalistas do Território do Acre, terminou em fracasso, pois a prioridade da Comissão foi, desde o início, a construção da Estrada Leste-Oeste e o desmatamento no entorno do núcleo urbano de Cruzeiro do Sul, de modo a incentivar a produção agrícola nas áreas adjacentes à capital do Alto Juruá. Essa condição fez com que o engenheiro-chefe Antônio Bueno de Andrada fosse alvo de intensas críticas e, por fim, uma conjunção de fatores levou à dissolução da Comissão de Obras Federais no início de 1911.

A “Estrada Leste-Oeste” e a “Estrada Lobão” foram construídas de acordo com a lei federal N° 1.453 de 30 de dezembro de 1905. Essa lei normatizava as características das estradas que poderiam ser construídas pelo Governo Federal. Normatizava também as estradas construídas por estados, municípios e pela iniciativa privada, que pudessem se tornar elegíveis a receber e subvenções do Executivo, a depender de aprovação no Congresso Nacional. Segundo essa lei, a União poderia subvencionar estradas que tivessem no mínimo 7 metros de largura e 30 de raio nas curvas, podendo suportar uma carga mínima de 14 toneladas.<sup>534</sup> Em suma, ambas as estradas tratavam-se de estradas de rodagem, dentro das características contidas na lei federal de 1905, com vistas a receber os recursos vindos da União.

Entretanto, para as elites locais essas estradas eram inúteis. Como já foi analisado, o paralelismo dos rios no Território Federal do Acre ajudou na conformação de historicidades próprias, identidades políticas e mesmo alianças comerciais distintas. O que havia em comum entre os vários cursos fluviais era a dependência do comércio com as praças de Manaus e Belém, praticamente inexistindo relações diretas entre os seringalistas de diferentes bacias hidrográficas. Por outro lado, o Congresso aprovou destinar 5%, da renda com o imposto

---

<sup>534</sup> BRASIL. DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. *Câmara dos Deputados*: Comissão de Finanças. N. 181 – 1910. Autoriza o poder executivo a mandar examinar por profissionais de sua confiança as condições, vantagens e tempo de construção da estrada, cujo pagamento pediu o engenheiro Gastão da Cunha Lobão, afim de, tudo devidamente verificado, solicitar ao Congresso Nacional o crédito necessário; com parecer e substitutivo da Comissão de Finanças. Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1910. p. 1837.

federal sobre a borracha, para a Comissão de Obras Federais. Ignorava assim, o apelo dos prefeitos por mais recursos destinados diretamente às prefeituras. Mais do que um gasto inútil, as estradas (principalmente a Estrada Leste-Oeste) foram encaradas localmente como um desrespeito do Governo Federal com as necessidades imediatas da região.

E esse clima de desrespeito ainda iria piorar. Havia um consenso entre a maior parte dos seringalistas de que o modelo de estrada adequado para a região era o varadouro. O varadouro era um pequeno caminho aberto no seio da mata, semelhante a uma trilha, com 1 a 2 metros de largura que ligava os centros de produção da borracha às margens do rio onde ficava o barracão.<sup>535</sup> Esses eram os caminhos pelos quais os seringueiros se movimentavam e extraíam a borracha no interior dos seringais. Era esse tipo de estrada que os seringalistas defendiam, pois ligariam as capitais aos seringais e outras sedes nos departamentos. Contudo, assim que a Comissão de Obras Federais instalou-se em Cruzeiro do Sul, o deputado pelo estado do Ceará, João Cordeiro, também pertencente aos quadros da Comissão, trouxe consigo várias peças de automóvel. Sua ideia era montar um automóvel que seria utilizado na inauguração da Estrada Leste-Oeste. O plano era o prefeito Antônio Bueno de Andrada percorrer de carro a estrada para encontrar o seu colega, o prefeito Cândido Mariano em Sena Madureira, no dia de sua inauguração. A estrada de rodagem conjugada à figura do automóvel gerou perplexidade local com a forma pela qual o Governo Federal investia os recursos advindos do imposto cobrado sobre a borracha na região, conformando distintas reações.

Em Cruzeiro do Sul, a Estrada Leste-Oeste e o automóvel, que seria construído para percorrê-la, viraram piada. A revista ilustrada *O Alho*, cujo editor escondia-se sob o pseudônimo “Gato Preto”, deu amplo destaque à Comissão de Obras Federais. Essa revista surgiu em 15 de junho de 1908, ou seja, durante a gestão Bueno de Andrada no Alto Juruá. No primeiro número da revista, Gato Preto dizia-se um “velho d’atanho, soleníssimo no seu rodaque preto de ver Deus, aos domingos, massudo, irritável, gestos graves, língua santamente casta e castamente maldizente (...) inimigo do dito juvenal e adversário eterno das novidades”.<sup>536</sup> Nessa descrição já é possível antever que a revista *O Alho* faria oposição a alguns dos objetos que remetiam ao “progresso”, à modernidade e ao “novo” imposto pelo Governo Federal na região. Em suma, tudo aquilo que a Comissão de Obras Federais

---

<sup>535</sup> GUEDES, Mario. *Os seringueiros (pequenas notas)*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1920. p. 141.

<sup>536</sup> O ALHO. Editorial. Cruzeiro do Sul, 15 de junho de 1908. p. 1. Acervo FBN.

objetivava trazer para o Território do Acre seria alvo potencial do jornal. Contudo, a estrada e o automóvel converteram-se nos alvos principais.

A coluna “Cacos de Garrafa”, do primeiro número da revista, provocou: “pelos cálculos feitos pelo Dr. Theophilo de Freitas, o pessoal, a seu cargo, na estrada Leste-Oeste já comeu 2 quilômetros e 100 metros de linguiça do Ceará. Vistas ao povo heróico!”.<sup>537</sup> Na coluna “Várias Notícias” um acidente era noticiado: “o automóvel que se está armando, machucou um <<cordeiro>> que por esse motivo ficou tosquiado”.<sup>538</sup> A coluna “Dizem por aí, mas é falso”, de 1 de agosto de 1908, noticiava: “O Cordeiro, em vez de montar o automóvel, desmontou-o”.<sup>539</sup> A grande distância entre Cruzeiro do Sul e Rio Branco, justificativa principal para a construção da estrada, também seria alvo de ironia: “O Sr. Major Basílio Areas tem o recorde da viagem de ida e volta desta cidade ao Acre. S.S. levou em viagem redonda 69 dias”.<sup>540</sup> Reflexões supostamente ditas por membros da Comissão de Obras Federais também seriam publicadas no periódico: “O automóvel é a carroça do passado, a bicicleta do presente e o carroção do futuro – Cipriano Costa, maquinista naval”<sup>541</sup>, ou ainda: “O automóvel é a locomotiva da civilização acreana – Mário Cunha”.<sup>542</sup> Nem o prefeito Bueno de Andrada escaparia das piadas, quando o bordão “para o Acre” foi usado entre aspas como forma de duvidar que os departamentos do Juruá, Purus e Acre seriam interligados por uma rodovia:

---

<sup>537</sup> O ALHO. Cacos de Garrafa. Cruzeiro do Sul, 14 de julho de 1908. p. 3. Acervo FBN.

<sup>538</sup> O ALHO. Várias notícias. Cruzeiro do Sul, 14 de julho de 1908. p. 3. Acervo FBN.

<sup>539</sup> O ALHO. Dizem por aí, mas é falso. Cruzeiro do Sul, 14 de julho de 1908. p. 3. Acervo FBN.

<sup>540</sup> O ALHO. Recorde de viagem. Cruzeiro do Sul, 15 de junho de 1908. p. 3. Acervo FBN.

<sup>541</sup> O ALHO. Telegramas. Cruzeiro do Sul, 01 de agosto de 1908. p. 2. Acervo FBN.

<sup>542</sup> O ALHO. Cacos de Garrafa. Cruzeiro do Sul, 01 de agosto de 1908. p. 4. Acervo FBN.

**Charge 05: O grupo do vai ou racha “para o Acre”**



Bueno de Andrada: Abre tudo, Mario Cunha, para mostrarmos aos incrédulos que iremos daqui a Sena Madureira em automóvel.

A. Mascarenhas: Com a energia de V. Excia e os auxiliares que tem só os [ilegível] não acreditarão na estrada L.W. O pessoal estava acostumado a andar nas costas de tartaruga.

**Fonte:** O ALHO. O grupo do vai ou racha “para o Acre”. Cruzeiro do Sul, 14 de julho de 1908. p.1. Acervo FBN.

Mesmo que o foco da revista tenha sido a estrada, o Liceu Affonso Penna, instituto secundário fundado por Bueno de Andrada, em Cruzeiro do Sul em 1908, também seria alvo de piadas. Essas piadas, no entanto, aparentemente encobrem uma crítica ao fato de os seus professores estarem mais interessados nos ganhos financeiros pessoais, do que propriamente em prover a educação secundária no departamento:

**Lições de Coisas**

*Craveiro Costa:* Esta terra que estão vendo, é a terra da promessa e chama-se Cruzeiro do Sul. Olha, eu tenho quatro porcas que no fim de um ano, pelos cálculos matemáticos do Mascarenhas, hão de me dar oitocentos e sessenta e nove bacurinhos, que, vendidos, a cinquenta mil réis, produz uma fortuna colossal! Diz-me agora, menino, ainda queres ser bacharel?

*Menino:* Não professor, eu quero é ser o seu sócio nas porcas...<sup>543</sup>

<sup>543</sup> O ALHO. Lições das coisas. Cruzeiro do Sul, 1 de agosto de 1908. p. 3. Acervo FBN.



A revista não fazia críticas apenas direcionadas à Comissão de Obras Federais e à gestão Bueno de Andrada. Ameaças veladas a seringalistas, provavelmente desafetos do redator ou de pessoas ligadas a ele, também estão na revista. A Estrada Leste-Oeste, contudo, permanece presente mesmo nessas ameaças: “O nosso prezadíssimo e particular amigo Coronel Nhonhô Quinô por um triz ia sendo comido por um sanhudo tigre preto, numa ocasião que atravessava a Estrada L.W.. Felizmente S.S. com a perícia que lhe é peculiar, meteu bala na agulha e... correu até o tapiri.”<sup>544</sup> Ácido gato preto ou “sanhudo tigre preto”, não importa, fato é que o redator não teve forças para levar à frente o projeto da revista por muito tempo, sendo a publicação descontinuada em menos de dois meses.<sup>545</sup> É possível que tenha sofrido empastelamento.

As críticas no Alto Juruá à Comissão de Obras Federais, contudo, não ocorreram apenas a partir de piadas. O jornal *O Município*, publicado em Vila Seabra, no rio Tarauacá, em um editorial de 13 de novembro de 1910, chamado *Iniciativa Particular*, fazia duras críticas a Bueno de Andrada e ao Governo Federal pela construção da Estrada Leste-Oeste. O artigo exaltou a iniciativa privada de alguns seringalistas e empresas do rio Tarauacá pela construção de várias estradas “nas quais comodamente pode-se viajar” e obras de desobstrução do rio.<sup>546</sup> Cita explicitamente o caso da estrada construída pelo coronel Alberto Sergio de Saboia, com o objetivo de facilitar a entrega de correspondências pelo Correio. O próprio seringalista enviou uma carta para o jornal, pedindo a divulgação da existência da estrada:

Estou fazendo uma estrada que liga este seringal ao Humaitá, faltando apenas o pedaço que medeia entre Ocidente e Jacuipe, bem assim algumas pontes; mede 1,50 metros de largura e tem a conveniência de não alagar-se no inverno; é feita sobre terra firme que divide as águas do Humaitá (...) O trajeto depois de ultimatos os trabalhos far-se-á em um dia. De janeiro até junho deixarei um animal arreado na foz do Humaitá para assim facilitar a pessoa que trazer a correspondência o trajeto daquele a este seringal.<sup>547</sup>

Na citação acima ficam explícitas as características do que seria um bom exemplo de estrada, segundo o periódico. A estrada apontada por eles é, na verdade, um varadouro de 1,50 metros de largura, ou uma ‘estrada de seringa’ com o objetivo de encurtar grandes distâncias que, do contrário, precisariam ser percorridas por canoas em rios e igarapés. O artigo prossegue com o argumento de que a única forma de conseguir melhoramentos na

<sup>544</sup> O ALHO. Fera medonha. Cruzeiro do Sul, 15 de junho de 1908. p. 2. Acervo FBN.

<sup>545</sup> *O Alho* foi publicado quinzenalmente entre 15 de junho e 01 de agosto de 1908.

<sup>546</sup> O MUNICÍPIO. Iniciativa Particular. Vila Seabra, 13 de novembro de 1910. p. 1. Acervo FBN.

<sup>547</sup> *Ibidem*, p. 1.

região seria a partir do esforço dos proprietários seringalistas, investindo conjuntamente suas finanças em prol do bem comum. Exemplifica que os habitantes da região, à espera do Governo Federal, teriam “quanto muito, uma estrada à Bueno de Andrada, cujo melhoramento foi negativo”. O editorial chega a elucidar os motivos da rejeição à Estrada Leste-Oeste, a partir da comparação entre as características de um varadouro em relação à estrada construída pela Comissão de Obras Federais:

Se não desconhecemos os auxiliares do Dr. Bueno de Andrada o solo amazônico, hoje acreano, saberiam que as estradas desta terra são essas que fazem os proprietários de seringais, isto é, varadouros, onde não penetra o sol, que trás o tabocal e jurubebal, de que está cerrada hoje a tal estrada para andar automóvel (...)

Depois, para que nos serve uma estrada de vinte metros de largura d’aqui para o Purus? Dalí só poderá nos vir o correio trazer notícias e correspondências do Tribunal de Apelação e nada mais, porque Sena Madureira não é Manaus ou Belém, que nos envie mercadorias e braços materiais indispensáveis para o nosso desenvolvimento, assim como para lá só enviaremos processos e correspondências, sendo que para isso não é mais preciso do que um varadouro por onde o indivíduo venha e vá na sombra.<sup>548</sup>

Os varadouros eram uma técnica praticada por povos indígenas para a locomoção no interior da floresta, conhecida e praticada desde o período colonial pelos bandeirantes, e adaptada à realidade de busca pela *Hevea brasiliensis* naquele momento.<sup>549</sup> Os varadouros, embora estreitos, ligavam áreas muito distantes umas das outras no Território do Acre, sendo as únicas estradas “artificiais” na região. Requeriam, no entanto, constantes investimentos na sua manutenção, devido às enchentes anuais e ao avanço da floresta. Mesmo assim, os varadouros eram onipresentes na companhia do *Equus africanus asinus*, o popular burro, montaria comum entre os trabalhadores dos seringais.<sup>550</sup> O varadouro, no entanto, apresentava desvantagens: a sombra da floresta impedia o sol de remediar os males causados pelas chuvas e pelas cheias dos rios à estrada.<sup>551</sup>

Euclides da Cunha fazia alusão à onipresença dos varadouros e seu papel na ligação dos principais rios da região, criticando, porém, as inúmeras voltas e a caótica estrutura física da malha.<sup>552</sup> Euclides também destacaria a grande quantidade de sujeira nessas estradas, decorrente do intenso vai e vem de pessoas: “acervos de latas vazias, de toda a sorte de

<sup>548</sup> O MUNICÍPIO. Iniciativa Particular. Vila Seabra, 13 de novembro de 1910. p. 1. Acervo FBN.

<sup>549</sup> RANZI, Cleusa Maria Damo. *Raízes do Acre*. 3 ed. Rio Branco: EDUFAC, 2008. p. 86.

<sup>550</sup> GUEDES. *Os seringueiros (pequenas notas).op. cit.*, p. 141-145.

<sup>551</sup> *Ibidem*, p. 142.

<sup>552</sup> CUNHA, Euclides. *A Margem da História: reunião de ensaios amazônicos*. Brasília: Senado Federal, 2000. p. 197-198.

conservas, pedaços de ferramentas, trapos esparsos, delatam para logo a escala dos caminhantes, e um tráfego seguido”.<sup>553</sup>

Entretanto, as supostas desvantagens eram fatores que tornavam o varadouro uma infraestrutura extremamente sedutora para os habitantes locais. Uma estrada de 1 a 2 metros de largura era fácil e rápida de ser construída e tinha um custo de manutenção muito reduzido perto de uma estrada de rodagem como a Leste-Oeste. Quando alguém se apossava de um seringal inexplorado, a primeira providência tomada era enviar o mateiro para localizar as seringueiras. Quando o mateiro encontrava uma seringueira, tiros eram dados ao alto, para que o toqueiro iniciasse o trabalho de abertura da picada até a *Hevea*, em um trabalho que deveria ser concluído em breve espaço de tempo.<sup>554</sup> Já a densa floresta que fazia sombra na estrada, por um lado, atrapalhava de fato o dessecamento do solo do varadouro, mas por outro, tornava menos dura a viagem por proteger o viajante do forte sol durante o dia, como aponta o editorial de *O Município*. O fato de os varadouros possuírem um trânsito humano diário, inclusive com comboios que levavam mercadorias aos centros, desestimulava também o trânsito de onças e outros animais que pudessem causar problemas ao viajante, conformando assim, mais uma vantagem.

O médico Esperidião de Queiroz Lima, por exemplo, relatou em seu livro de memórias uma cansativa viagem que fez pela Estrada Lobão em 1910. Nesse relato ele destacou que sua comitiva pegou chuva, sol forte e ainda sofreu com o constante temor pelo ataque de onças, pois os rastros indicavam o passeio desses animais pela estrada. Sempre que podia, sua comitiva preferia cortar caminho por algum varadouro, por ser “mais reto e mais transitado”.<sup>555</sup> Sem moradores e trânsito intenso, as estradas de rodagem, além de desconfortáveis, eram extremamente perigosas. Segundo Lima, “Nada mais natural: onde há muita caça há muita onça, especialmente nessa zona completamente desabitada”.<sup>556</sup> Assim, os raios solares, o calor intenso, as chuvas, as onças, a falta de comércio entre os departamentos e o hábito ampliavam o poder material-discursivo dos varadouros, tornando-os extremamente populares e difíceis de serem superados pelas estradas de rodagem da Comissão de Obras Federais.

---

<sup>553</sup> *Ibidem*, p. 300-301.

<sup>554</sup> COSTA, Ana Lúcia Reis Melo Fernandes da. *Madeira que Cupim não Rói: Xapuri em Arquitetura* (1913-1945). 2º ed. Rio Branco: Gráfica 2 Irmãos, 2010. p. 52.

<sup>555</sup> LIMA, Esperidião de Q. *11 anos na Amazônia*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966. p. 132.

<sup>556</sup> *Ibidem*, p. 135,

Outro ponto destacado pelo editorial do jornal *O Município*, de 13 de novembro de 1910, foi justamente o desperdício de dinheiro público com a construção da estrada. Essa questão seria abordada também pelos prefeitos dos departamentos do Alto Acre e Purus. Em seu relatório de 1908, o então prefeito do Alto Purus, Cândido José Mariano, criticou o Governo Federal pelo repasse de verbas para a Comissão de Obras Federais, enquanto as prefeituras continuavam a receber apenas 300:000\$000 anuais.<sup>557</sup> Por outro lado, José Plácido de Castro, em seu relatório como prefeito interino do Departamento do Alto Acre em 1907, denunciou o ex-prefeito coronel do exército Raphael da Cunha Matos (1904-1905) e o engenheiro Gastão da Cunha Lobão por corrupção no caso dos estudos preliminares para a construção da Estrada Lobão. Segundo Castro:

Vieram os prefeitos, legítimos representantes do Governo Federal, e medida alguma útil foi tomada no sentido de facilitar as comunicações entre os pontos povoados do Departamento. Para disfarçar sua negligência em assunto de tamanha importância, mandou o primeiro prefeito que administrou este Departamento fazer pelo engenheiro Gastão Lobão o levantamento topográfico de um caminho ligando o Acre ao Iaco, aberto pelos habitantes dessa região e completado pelo Governo Acreano despendendo a Prefeitura com este trabalho manifestamente inútil, cerca de 30 contos de réis.<sup>558</sup>

A denúncia de Plácido de Castro era duplamente grave. Indicava que a estrada, que ligava o rio Acre ao Iaco, já existia em forma de varadouro construído na época da rebelião contra o governo boliviano. Assim, o dinheiro gasto com o levantamento topográfico significou um desvio de verbas da prefeitura do Alto Acre. Além disso, indicava que a própria Estrada Lobão, construída entre 1907 e 1908, era apenas a transformação do varadouro em estrada de rodagem de acordo com o previsto na lei N° 1.453 de 30 de dezembro de 1905.

Mesmo assim, o sucessor de Plácido de Castro, o prefeito Gabino Bezouro (1908-1909) endossou junto ao Congresso Nacional a relevância e perfeito estado da Estrada Lobão em consonância com o que era previsto em lei. Cândido José Mariano e Antônio Bueno de Andrada também endossariam a estrada, recomendando que o Governo Federal compensasse financeiramente o trabalho realizado por Gastão Lobão. Diante disso, o Congresso aprovou em 1910 a fabulosa soma de 5.472:036\$588 de crédito especial para o Ministério da Viação e

<sup>557</sup> PREFEITURA DO ALTO PURUS. *Relatório apresentado ao exm. Sr. dr. Augusto Tavares de Lyra, DD. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo prefeito do Departamento Dr. Cândido José Mariano concernente ao ano de 1908.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. p. 22-23.

<sup>558</sup> PREFEITURA DO ALTO ACRE. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Augusto Tavares de Lyra, DD. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, por J. Plácido de Castro, Prefeito Interino – 1906,1907.* In: CASTRO, Genesco de. *O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro: Excerptos Históricos.* Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998. p. 147.

Obras Públicas com a finalidade de pagar Gastão da Cunha Lobão pela construção da estrada ligando a cidade de Empresa a Sena Madureira.<sup>559</sup>

Mesmo com as críticas, as obras de construção da Estrada Leste-Oeste ocorreram, principalmente durante o ano de 1908. Bueno de Andrada escolheu construir a via a partir de vários pontos margeando os grandes rios, como forma de facilitar o abastecimento dos trabalhadores. Assim, o trabalho foi iniciado concomitantemente em quatro frentes: a primeira ligando o rio Juruá ao Tarauacá, a segunda ligando o Tarauacá ao Envira, a terceira ligando o rio Envira ao Purus e a quarta ligando o Purus ao Iaco.<sup>560</sup> No entanto, para a construção da via, foram aproveitados alguns varadouros já existentes, sendo necessário apenas aumentar a largura da estrada. Foi o caso do varadouro do seringal Porangaba, no rio Envira, que, segundo uma reportagem do *Cruzeiro do Sul*, era uma “estrada larga, bem cuidada, com pontes sólidas”.<sup>561</sup> Além disso, alguns proprietários seringalistas aproveitaram que Bueno de Andrada poderia ceder a concessão da construção de alguns trechos da via, e reuniram seus seringueiros para ajudar na abertura da estrada, com a finalidade de obter algum lucro extra.<sup>562</sup> Em 31 de dezembro de 1908, Andrada anunciava em relatório ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores que a Estrada Leste-Oeste encontrava-se parcialmente concluída, com 623 quilômetros de comprimento.<sup>563</sup>

Entretanto, os trabalhos de desobstrução dos rios, algo que as oligarquias fluviais mais desejavam, não foi feito. Bueno de Andrada em seu relatório de 1908 admitiu que a limpeza dos rios “não é tarefa de pouca monta”. No período das cheias esse serviço foi considerado inviável. Já no período de vazante, a Comissão procurou desobstruir um trecho do rio Juruá: “tentou-se, sem grande resultado, arrastar por meio de fortes guinchos e talhas as árvores do fundo das margens.” Foi então que passou-se a usar dinamites para destruir os madeiros que obstruíam o caminho fluvial: “felizmente os resultados obtidos foram muito mais eficazes,

<sup>559</sup> BRASIL. DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. *Câmara dos Deputados*: Comissão de Finanças. N. 181 – 1910. Autoriza o poder executivo a mandar examinar por profissionais de sua confiança as condições, vantagens e tempo de construção da estrada, cujo pagamento pediu o engenheiro Gastão da Cunha Lobão, afim de, tudo devidamente verificado, solicitar ao Congresso Nacional o crédito necessário; com parecer e substitutivo da Comissão de Finanças. Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1910. p. 1837-1839.

<sup>560</sup> ANDRADA. Antônio Manuel Bueno de. Segundo Relatório da Comissão de Obras Federais no Território do Acre em 1908. In: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. *Relatório dos anos de 1908 e 1909 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Sr. Augusto Tavares Lyra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. p. 71.

<sup>561</sup> O CRUZEIRO DO SUL. O Embira. *Cruzeiro do Sul*, 15 de janeiro de 1908. p. 1. Acervo FBN.

<sup>562</sup> Alguns seringalistas lideraram a abertura de trechos entre 5 a 10 km de estrada com a supervisão dos engenheiros subordinados a Bueno de Andrada. Ver: O CRUZEIRO DO SUL. *Gazetilha*. *Cruzeiro do Sul*, 10 de janeiro de 1909. p. 3. Acervo FBN.

<sup>563</sup> ANDRADA. Segundo Relatório da Comissão de Obras Federais (...). *op. cit.*, p. 71.

rápidos e baratos”. Mesmo assim, Andrada indicou que foram limpas apenas duas milhas “bastante obstruídas” do rio Juruá.<sup>564</sup>

Em seu relatório, Bueno de Andrada lançaria a ideia da construção de embarcações especiais para a navegação nas partes altas das bacias do Purus e Juruá nos períodos de vazante, ou seja, quando o risco dos naufrágios era maior por causa dos madeiros. Ele citaria o caso do vapor *Acreano*, encomendado da Europa por ele, para ser usado pela Comissão de Obras Federais. Segundo Andrada, essa embarcação foi utilizada durante todo o período de vazante em 1908, fazendo as viagens com o mesmo espaço de tempo do que no período de cheias, sofrendo apenas uma pequena avaria com os madeiros no leito do rio.<sup>565</sup>

**Foto 14:** Porto de Sena Madureira, durante a vazante do rio Iaco



Observe o tamanho do madeiro na parte inferior da foto, que supera o tamanho da lancha ancorada no porto. Esses eram os madeiros arrastados pelas águas no período de cheia dos rios, colocando as embarcações em risco durante a vazante e obstruindo a navegação fluvial.

Fundo: Vistas da Cidade de Sena Madureira no Acre 1905-1911.

**Acervo:** CODAC/ Arquivo Nacional.

<sup>564</sup> *Ibidem*, p. 75-76.

<sup>565</sup> *Ibidem*, p. 75.

Evidentemente a ideia de Bueno de Andrada não agradou os seringalistas do Território do Acre. Havia consenso na região de que o trabalho de desobstrução dos rios era uma medida de caráter emergencial. Era, inclusive, constantemente citada nos relatórios dos prefeitos. Em 1907, Plácido de Castro informaria o problema ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, considerando urgente um serviço regular de desobstrução fluvial.

Tão grande dificuldade de navegação não é somente devida a falta de água, como poderia se supor, senão aos múltiplos obstáculos criados ora por enormes madeiros, ora por pedras e torrões (rochas friáveis), ora finalmente por vapores e lanchas naufragados. Remover semelhantes embaraços à navegação do rio, facilitando destarte o comércio de toda a região os meios de exportação aos seus produtos e importação dos gêneros de que carece, é medida que está a impor-se com a urgência das coisas inadiáveis.<sup>566</sup>

A importância da desobstrução dos rios não era somente comercial e estratégica. Havia também o risco de naufrágios, como seria explicitado no relatório de Castro.<sup>567</sup> De fato, os naufrágios envolvendo o choque de embarcações com madeiros e destroços que obstruíam a via fluvial eram relativamente comuns. Os prejuízos com a dificuldade de exportar a borracha, com as constantes avarias nas embarcações e o risco onipresente dos naufrágios, tornariam a medida de desobstrução dos caminhos fluviais uma reivindicação constante nos departamentos.

A construção da Estrada Leste-Oeste e a não desobstrução dos rios fariam aumentar a impopularidade de Bueno de Andrada dentro e fora do Departamento do Alto Juruá. Em Sena Madureira, durante o Primeiro Congresso Industrial Seringueiro, em setembro de 1909, tanto seringalistas do rio Iaco quanto os representantes da *J. Gadelha & Irmãos* votaram por unanimidade em prol da direção de cobranças, pela construção de estradas e varadouros, ao Presidente da República, ignorando a presença de Andrada.<sup>568</sup> Mesmo que Bueno de Andrada fosse, por lei, responsável pelas obras federais no Território do Acre, os seringalistas do Iaco e Caeté consideraram que ele deveria apenas ser notificado sobre a cobrança feita junto ao executivo nacional.

A oposição à Comissão ganharia novos e poderosos adeptos com o tempo. Em 1909, teve início uma intensa campanha na imprensa de Manaus contra a Comissão de Obras

<sup>566</sup> PREFEITURA DO ALTO ACRE. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Augusto Tavares de Lyra, DD. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, por J. Plácido de Castro, Prefeito Interino – 1906,1907. In: CASTRO, Genesco de. *O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro: Excerpts Históricas*. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998. p. 151.

<sup>567</sup> *Ibidem*.

<sup>568</sup> O ALTO PURUS. 1º Congresso Industrial Seringueiro. Sena Madureira, 05 de setembro de 1909. p. 2. Acervo FBN.

Federais e o prefeito Bueno de Andrada. No jornal *A Notícia*, em fevereiro de 1909, os autonomistas do Juruá acusaram a Comissão de Obras Federais de ser uma “criminoso inutilidade”, não só pela Estrada Leste-Oeste, mas pelo desperdício de dinheiro público com máquinas para fábrica e oficinas de tijolos que permaneciam sem funcionar na região.<sup>569</sup> Bueno de Andrada também seria acusado de pagar salários exorbitantes aos seus funcionários por meio do acúmulo de cargos públicos na prefeitura e na Comissão.<sup>570</sup> Em um artigo no *Jornal do Comércio de Manaus* de 17 de outubro de 1909, os autonomistas foram mais longe nas denúncias e críticas:

Não é morador no Departamento o chefe da Comissão de Obras Federais que tem esbanjado o dinheiro acreano, sem que uma só obra ateste competência profissional e sirva às necessidades públicas na fantasia mórbida da abertura de uma estrada, no seio da floresta mais exuberante do mundo e sobre um terreno de aluvião e alagadiço, para sobre ela, sem aterros e obras de arte, correr um automóvel que pesa três ou quatro toneladas e que jaz imprestável, atolado no Cruzeiro do Sul; na construção de suas casas absurdas; na aquisição de uma velha serraria que desdobra, com o máximo esforço, 12 a 14 tábuas diariamente; de uma olaria que nunca fez uma telha, de maquinismos que não funcionam por falta de pessoal habilitado uns e por estarem ainda desarmados outros.<sup>571</sup>

Mais adiante exemplificaria os investimentos que as prefeituras cobravam do Governo Federal:

Se s. s. tivesse interesses radicados no Acre ou conhecesse as necessidades locais, teria aplicado esses três mil e tantos contos de réis, que representam o suor do seringueiro cuja atividade e aptidão s. s. desdenha, na limpeza e dragagem dos rios, no povoamento do solo, na facilitação das comunicações e transporte, no barateamento da vida e das construções particulares, no auxílio à pequena lavoura que começa, no fomento do comércio e indústria nascentes.<sup>572</sup>

As denúncias feitas pelo grupo autonomista do Juruá eram graves. Entretanto, houve uma revelação específica que atraiu a atenção das oligarquias do Ceará e Amazonas e trouxe maiores problemas para o prefeito do Juruá: Antônio Bueno de Andrada teria contratado imigrantes no Rio de Janeiro para cargos inferiores e priorizava a contratação de paulistas nos quadros mais altos da prefeitura e da Comissão de Obras Federais. Ele foi acusado, inclusive, de pagar salários mais altos pelo trabalho dos estrangeiros do que pelo de nordestinos e

---

<sup>569</sup> O CRUZEIRO DO SUL. Campanha difamadora. Cruzeiro do Sul, 14 de março de 1909. p. 1. Acervo FBN.

<sup>570</sup> *Ibidem*.

<sup>571</sup> CARVALHO, Francisco Freire; LIMA, Mâncio A. R.; RIQUEL, Francisco; COSTA, Craveiro; MENEZES, Alfredo Telles. Território do Acre – Departamento do Alto Juruá. *Jornal do Comércio de Manaus*. Manaus, 17 de outubro de 1909. p. 1. Acervo FBN.

<sup>572</sup> *Ibidem*.



habitantes do Juruá.<sup>573</sup> De fato, a maioria dos funcionários mais graduados da Comissão era paulista (como o médico Astolpho Margarido da Silva, por exemplo). Ressalte-se que Bueno de Andrada era ex-deputado filiado ao Partido Republicano Paulista. Sua atitude levantou suspeitas sobre a possibilidade de a oligarquia paulista estar lançando seus tentáculos sobre o Território do Acre.

Em novembro de 1909, o executivo federal nomearia como 2º sub-prefeito do Alto Juruá, o tenente-coronel Carlos Frederico de Noronha, genro de Antônio Bueno de Andrada. Esse movimento foi classificado de forma enigmática pelo grupo autonomista do Juruá como o “vago perfume de uma oligarquia”.<sup>574</sup> No início de fevereiro de 1910, o tenente do exército Augusto Correia Lima, cearense que servia na Comissão de Obras Federais, lançou na imprensa da Capital Federal uma série de denúncias contra Bueno de Andrada e sua suposta tentativa de expandir o poder oligárquico de São Paulo no Território do Acre. Em uma entrevista ao jornal *Correio da Noite*, Lima acusou o chefe da Comissão de Obras Federais de negar-se a contratar cearenses para a prefeitura e para a própria Comissão:

R.: - A quem ele então recorria para contratar?

C.L.: - A paulistas. De S. Paulo é que veio o pessoal que o dr. Bueno de Andrada colocou em diversos lugares, como o amigo redator vai ver. Daquele estado foram para o Cruzeiro, onde estão exercendo cargos: Benedito Belém, professor público; Joaquim Nunes de Oliveira, chefe da expedição do Tarauacá sem que seja engenheiro, tendo sido empregado secundário em uma casa aqui do Rio de Janeiro; Julião de Freitas, secretário da mesma Comissão; João Batista de Oliveira, empreiteiro de obras, tio do Mario Cunha e primo do Cincinato Braga; D. Marieta Cunha, irmã de Mario Cunha, farmacêutica, não constando ser possuidora de título algum de habilitação, e sobrinha do mesmo Cincinato; Urbano Bourlier, ex-maquinista da E. F. Central e arvorado em engenheiro mecânico; Alberto Salles, contador e pagador, acumulando lugares de secretário da Comissão e secretário da prefeitura, e mais os de diretor de instrução pública e de redator da folha oficial, o *Cruzeiro do Sul*...

R.: - Uma espécie de oligarquia, um sindicato pelo sistema Ramalho, Nery & C...

C.L.: - (...) Tal é o seu predomínio ali, que Mario Cunha mandou confeccionar a bandeira estadual de S. Paulo para figurar em todas as festas acreanas!

R.: - Quase uma política de expansão territorial...<sup>575</sup>

<sup>573</sup> O CRUZEIRO DO SUL. Campanha difamadora. *op. cit.*, p. 1

<sup>574</sup> CARVALHO. *et al.* Território do Acre – Departamento do Alto Juruá. *op. cit.*, p. 1.

<sup>575</sup> JORNAL DO CEARÁ. Ainda o Acre no Alto Juruá: entrevista com o tenente Correa Lima. Fortaleza, 09 de fevereiro de 1910. p. 1-2. Acervo FBN.

O tenente Lima nessa mesma entrevista citaria vários exemplos de corrupção e uso indevido do dinheiro público destinado à Comissão, como festas, banquetes, pagamentos e compras indevidas. Ainda teria espaço para falar do célebre automóvel a ser montado para a inauguração da Estrada Leste-Oeste:

C. L.: - Passemos ao negócio do automóvel...

R.: - Que está dizendo?! Pois até automóvel o homem comprou?

C. L.: - Tem razão. Só automóvel é que aquilo não era. No entanto, foi com esse pomposo título que figurou na informação oficial, o caminhão de três rodas, pesando, vazio, nada menos de cinco mil quilos.

R.: - Caminhão de três rodas?

C. L.: - De três rodas, sim senhor: uma na frente e duas atrás... Nunca o pesado veículo pode sair da margem direita do Juruá, em frente ao Cruzeiro, porque o engenheiro mecânico Bourlier não conseguiu, não obstante afanosas tentativas, armá-lo devidamente, sempre sobravam peças.<sup>576</sup>

Diante do aumento das tensões no Juruá com a presença de Bueno de Andrada, e pela própria reação que já se esboçava nas oligarquias do Amazonas e Ceará com a repercussão das denúncias, o chefe da Comissão de Obras Federais seria exonerado pelo então Presidente Nilo Peçanha no início de 1910. A exoneração frustrou os planos de inauguração da Estrada Leste-Oeste, quando Andrada cumpriria a promessa de seguir viagem para encontrar o prefeito do Departamento do Alto Purus. De acordo com as denúncias feitas pelo tenente Lima, Andrada também deixaria uma dívida de 1.432:500\$000 com vários seringalistas pela construção de 480 dos 623 quilômetros de estrada.<sup>577</sup> Mesmo sem uma inauguração oficial, a Estrada Leste-Oeste já era uma realidade na ocasião, sendo, supostamente, utilizada para fins de correspondência entre os departamentos do Alto Juruá e Alto Purus.

Sem importância comercial e prática para os seringalistas e para as prefeituras, a Estrada Lobão e a Leste-Oeste tiveram mais ou menos o mesmo fim. Os prefeitos desprezaram a existência das vias que, por sua vez, foram tomadas pouco a pouco pela floresta, tornando-se intransitáveis em poucos anos. Durante a Revolta Autonomista do Alto Juruá, em 1910, o médico Esperidião de Queiroz Lima viajou de Rio Branco para Sena Madureira pela Estrada Lobão, para negociar o fim do apoio iacoara à rebelião. Decorriam dois anos da conclusão das obras de abertura dessa estrada, mas o médico relata que a via já

<sup>576</sup> JORNAL DO CEARÁ. Ainda o Acre no Alto Juruá: entrevista com o tenente Correa Lima (continuação). Fortaleza, 14 de fevereiro de 1910. p. 2. Acervo FBN.

<sup>577</sup> JORNAL DO CEARÁ. Ainda o Acre no Alto Juruá: entrevista com o tenente Correa Lima (continuação). Fortaleza, 04 de março de 1910. p. 1. Acervo FBN.

se encontrava já totalmente obstruída “por uma alta e cerrada capoeira”.<sup>578</sup> Lima encontrou, inclusive, “inúmeras e esguias seringueiras – *Hevea basiliensis*” entre a cerrada capoeira no meio da estrada.<sup>579</sup>

Anos depois, o primeiro governador do Território Federal do Acre, o médico Epaminondas Jacome (1921-1922) reafirmaria o que vários prefeitos e seringalistas já haviam apontado antes. A construção de estradas de rodagem ligando as cidades do Território do Acre era inútil por não existir comércio entre elas e por não haver perspectiva alguma de relações econômicas existirem a médio e longo prazo. O comércio só existia por via fluvial com as cidades de Manaus e Belém. Citaria o exemplo da Estrada Lobão, que, apesar de ter custado mais de 5.000:000\$000 aos cofres públicos, foi desprezada pelos antigos departamentos por não ser utilizada, estando, naquele momento, intransitável. O governador faria nova menção aos varadouros, solução mais barata, prática e viável para o fim único de entrega de correspondências e ordens emanadas da então capital Rio Branco.<sup>580</sup>

Regionalmente, os varadouros em 1920 permaneciam com o mesmo poder material-discursivo dos anos anteriores. Os varadouros foram, inclusive, a opção dos prefeitos dos departamentos para integrar pontos distantes das capitais, mesmo que o uso do dinheiro público para financiar essas estradas fosse, em tese, ilegal. Samuel Barreira como prefeito do Alto Purus, por exemplo, lançou mão de recursos públicos para a abertura de varadouros. Foi assim com a Estrada do Xiburema, construída entre 1908 e 1909, responsável por abrir caminho ao povoamento suburbano de Sena Madureira.<sup>581</sup> Seria assim também, em 1914, quando em conjunto com o coronel Avelino de Medeiros Chaves, Barreira deu início às obras de um dos maiores varadouros do Território do Acre. Essa estrada teria mais de 250 quilômetros de extensão e apenas 2 metros de largura e recebeu o pomposo nome de Varadouro Nacional do Rio Iaco. Sua finalidade era ligar Sena Madureira ao seringal Guanabara, no alto rio Iaco, servindo de alternativa ao caminho fluvial.<sup>582</sup>

<sup>578</sup> LIMA. *11 anos na Amazônia. op. cit.*, p. 131.

<sup>579</sup> *Ibidem*, p. 132.

<sup>580</sup> TERRITÓRIO DO ACRE. *Relatório apresentado ao exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Governador Dr. Epaminondas Jacome*: julho de 1922. Rio de Janeiro: Empr. Ind. Editora “O Norte”, 1922. p. 21.

<sup>581</sup> O ALTO PURUS. Estrada do Xiburema. Sena Madureira, 16 de maio de 1909. p. 1. Acervo FBN.

<sup>582</sup> O ALTO PURUS. Iniciativa louvável. Sena Madureira, 02 de agosto de 1914. p 1. Acervo FBN.

**Foto 15:** Estrada no meio da mata, Sena Madureira



Essa provavelmente é a Estrada do Xiburema, que começou a ser construída em 1908. Observe que esse varadouro é um pouco mais largo, possuindo em torno de 2,5 metros de largura.

Fundo: Vistas da Cidade de Sena Madureira no Acre 1905-1911.

**Acervo:** CODAC/ Arquivo Nacional.

Apesar de rejeitadas pelas prefeituras e oligarquias fluviais, as estradas Lobão e Leste-Oeste serviram para facilitar a instalação das linhas telegráficas na região. Inicialmente bem vista pelos seringalistas, a chegada do telégrafo se tornou mais uma política do Governo Federal que gerou revolta e frustração na região. As estações telegráficas foram rapidamente instaladas entre 1911 e 1912 pela empresa alemã *Telefunken*, contratada pela União. O fio telegráfico foi unido à estação de Santo Antônio do Madeira, constituindo-se em uma continuação da linha telegráfica de Mato Grosso ao Amazonas, instalada pelos militares sob o comando de Cândido Rondon. O problema é que as estações retransmissoras de Santo Antônio do Madeira e Porto Velho não tinham capacidade de atender o fluxo de mensagens para o Território do Acre. O Governo Federal poderia optar pela melhoria técnica da

transmissão, mas decidiu sobretaxar o serviço telegráfico do Território do Acre de modo a desestimular o seu uso.<sup>583</sup>

Assim, uma carta para qualquer parte do país custava 100 réis, mas cada palavra de uma mensagem transmitida por telégrafo entre os departamentos do Território do Acre custava 600 réis. Do Território do Acre para Manaus, custava 700 réis a palavra. Para Belém, 1.500 réis. E para o resto do país, 1.800 réis. Embora cara, a transmissão era extremamente precária. Demorava de quinze dias a um mês a chegada da mensagem ao destinatário.<sup>584</sup> Desse modo, o telégrafo no Território do Acre tornou-se mais uma “inutilidade onerosa”, e a exemplo das estradas de rodagem, não funcionavam como efetivas vias de integração dos departamentos ao Brasil.

#### **4. 2 – Para “proteger e assegurar a navegação fluvial”: a Reserva Florestal do Território do Acre**

Em meio às tensões envolvendo grupos autonomistas, disputas por poder nos departamentos e as insatisfações das elites seringalistas com o Governo Federal nos anos 1910-1912, o então ministro da agricultura, indústria e comércio Dr. Pedro Manuel de Toledo e o presidente Hermes da Fonseca assinaram, em 26 de julho de 1911, o decreto Nº 8.843. Esse decreto instituía a criação de uma reserva florestal, composta de quatro faixas descontínuas, englobando as principais nascentes e vertentes das bacias hidrográficas do Território Federal do Acre.<sup>585</sup> A justificativa para o decreto deixa explícita uma forte preocupação com possíveis alterações climáticas, em nível local, e que pudessem interferir na quantidade de chuvas e alterar o regime hidrográfico, prejudicando a navegação fluvial:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, atendendo a que a devastação desordenada das matas está produzindo em todo o país efeitos sensíveis e desastrosos, salientando-se entre eles alterações na constituição climática de varias zonas e no regime das águas pluviais e das correntes que delas dependem; e reconhecendo que é da maior e mais urgente necessidade impedir que tal estado de coisa se estenda ao Território do Acre, mesmo por tratar-se de região onde como igualmente em toda a Amazônia,

<sup>583</sup> BARROS, Glimeses Rego. A presença do capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915). Brasília: Senado Federal, 1982. p. 177.

<sup>584</sup> *Ibidem*, p. 178.

<sup>585</sup> Sobre as medidas da reserva em hectare, ver: RODRIGUES, Ecio; TORRICO, Raul. Águas do Acre. In: *Anais: Encontros Nacionais da Anpur*. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano de Regional. Belém – Pará, v. 12, pp. 1-20, 2007. Disponível em <http://unuhostpedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3508/3437> Acesso em 02 de setembro de 2015.

há necessidade de proteger e assegurar a navegação fluvial e, conseqüentemente, de obstar que sofra modificação o regime hidrográfico respectivo (...)<sup>586</sup>

A primeira pergunta que fica é: quais eram as alterações climáticas que afetavam o Brasil, naquele período, e que eram relacionadas com o desmatamento? A principal delas era a seca no interior dos estados do Nordeste do Brasil, e foi esse fenômeno que colocou alguns políticos e intelectuais, à época, em alerta sobre a relação desmatamento – chuvas e seus riscos do ponto de vista comercial e estratégico.

O decreto de 26 de julho começou a ser gestado em uma conferência que ocorreu na sede da Associação dos Empregados do Comércio de Belo Horizonte em abril de 1910. Essa conferência foi promovida pelo então presidente da Liga Contra as Secas, o senador paraense Lauro Sodré, e intitulava-se *O problema das secas: florestas e águas*, e teve como palestrante o engenheiro mineiro Lourenço Baetas Neves.<sup>587</sup> Neves era um especialista em águas, escrevia sobre engenharia sanitária, atuou em obras de urbanismo e saneamento em Juiz de Fora em 1915, e, em 1911, lecionava na Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte disciplinas como “Navegação Interior” e “Mecânica Aplicada a Máquinas e Máquinas Hidráulicas”. Nessa época ele tinha um livro publicado, o *Abastecimento de água e esgoto de Caxambu* (1907). Mais tarde publicaria os livros *Higiene das Cidades* (1912), *A Engenharia e as Obras pela Saúde* (1917), *A Engenharia Sanitária e seus Problemas Capitais* (1924) e outros.<sup>588</sup>

A conferência contou com a participação de políticos e representantes de instituições e sociedades científicas de relevância nacional na época. Dentre os ouvintes estavam João Lustosa da Cunha Paranaguá (o Marquês de Paranaguá), então presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e o deputado pelo estado do Ceará Francisco Sá, que acumulava, na época, o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas. O ministro da agricultura Pedro Manuel de Toledo também era um dos ouvintes.<sup>589</sup>

<sup>586</sup> SENADO FEDERAL, SECRETARIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA. Decreto N. 8.843 de 26 de julho de 1911 - Cria a Reserva Florestal do Território do Acre. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=53549> Acesso em 02 de setembro de 2015.

<sup>587</sup> O PAÍZ. O Problema das Secas: Florestas e Águas. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1910. p. 3. Acervo FBN.

<sup>588</sup> ALBERTO, Klaus Chaves.; SOUZA, Gabriela Inhan. Trajetória do engenheiro Lourenço Baetas Neves em Juiz de Fora. *Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos Sobre a Cidade*. Campinas, v. 5, n. 7, p. 47-63, 2013.

<sup>589</sup> O PAÍZ. O Problema das Secas: Florestas e Águas. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1910. p. 3. Acervo FBN.

Nessa conferência o engenheiro Baeta Neves argumentou sobre a necessidade de conservação das florestas, inclusive no interior de propriedades particulares e próximas às nascentes dos rios, como forma de evitar o soterramento de mananciais e a destruição de reservatórios de água. Ele defendeu também a conservação, em nível nacional, de grandes áreas florestais para evitar alterações climáticas que pudessem provocar grandes inundações ou secas. O evento das secas do Nordeste e em países no norte da África serviu de base para o argumento de que a proteção das florestas seria uma medida de segurança pública. Um acontecimento importante mobilizado na palestra de Lourenço Neves foi um parecer da Suprema Corte do estado de Maine, nos EUA, naquele mesmo ano, que declarou que a conservação das florestas deveria ser colocada acima dos interesses particulares caso um tipo específico de exploração levasse a secas e inundações catastróficas, contribuindo para a miséria de todo um povo.<sup>590</sup>

Por fim, após a palestra, houve um debate que resultou na definição de uma proposta conjunta para a criação de uma reserva florestal nacional na cabeceira dos grandes rios navegáveis. Subscreveram a proposta a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Liga Contra as Secas, na presença dos ministros da viação e da agricultura.<sup>591</sup>

Paulista e advogado de formação, Pedro Manuel de Toledo chefiou o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC)<sup>592</sup> entre os anos de 1910 e 1913 e tornou-se um ardoroso defensor da conservação das florestas e do que era chamado de “uso racional dos recursos naturais”. Nessa época, alguns cientistas ligados ao Museu Nacional e ao MAIC debatiam sobre os “usos” de solo, florestas, águas e animais de modo a não empreender devastações em larga escala que provocassem alterações permanentes no clima e no solo, além de extinção de espécies animais e vegetais. Técnicos e cientistas contratados pelo governo paulista no início na passagem do século XIX para o XX, como Orville Derby, Franz W. Dafert, Hermann Von Ilhering, Alberto Loefgren e Edmundo Navarro de Andrade também argumentavam sobre a importância da conservação das florestas sob o ponto de vista

---

<sup>590</sup> *Ibidem.*

<sup>591</sup> *Ibidem.*

<sup>592</sup> Ver: MENDONÇA, Sonia Regina de. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. *Mundo Agrario – La Plata*, v.1, n.1, jul.-dec. 2000.; MELLO, Vanessa Pereira da Silva e. *O “Agricultor Progressista”: ciência e proteção à natureza nas revistas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1897-1932)*. 173f. Dissertação (Mestrado) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012. p. 36-48.

econômico e estético.<sup>593</sup> Para o MAIC, a importância da criação de reservas florestais estava na delimitação de grandes áreas visando a “proteger” espécies da flora e da fauna. Essas áreas serviriam de ‘museu vivo’ e laboratório para estudos científicos em botânica, zoologia e etc., além de manterem-se conservadas para uma exploração humana futura.<sup>594</sup>

Entretanto, o caso específico da Reserva Florestal do Território Federal do Acre, pela justificativa do decreto, parecia estar fortemente ancorado na associação entre destruição das florestas, dessecação do solo e alterações climáticas severas. Segundo José Augusto Pádua, a chamada “teoria do dessecação” emergiu ao longo do século XVIII, sendo uma concepção filosófica e científica do iluminismo que advertia sobre os riscos de alterações climáticas regionais e locais induzidas pela ação humana. Essa teoria tinha por base a ideia de interdependência e dinamismo dos movimentos constituintes que mantinham um suposto “equilíbrio da natureza”. Assim, as secas e os processos de desertificação começaram a ser associados à destruição das florestas, principalmente em momentos de preocupação com catástrofes climáticas e meteorológicas.<sup>595</sup>

No início do século XX, a teoria do dessecação ainda era forte e possuía diversas ramificações. Em 1912, Edmundo Navarro de Andrade<sup>596</sup> apontava a existência de teorias mais radicais que consideravam o impacto da devastação das florestas no clima regional e até global. De acordo com algumas dessas teorias, a Groenlândia era um território gelado graças ao aniquilamento de suas florestas (abundantes outrora) e o mesmo poderia ser dito sobre os desertos africanos.<sup>597</sup> O próprio Gilberto Freyre, na obra *Nordeste*, mobilizou a teoria do dessecação, ao apontar a destruição das florestas pelo cultivo da cana-de-açúcar no período colonial como responsável pelas grandes secas na região durante os séculos XIX e XX.<sup>598</sup>

Essa condição explica os lugares delimitados e o tamanho da reserva instituída para o Território Federal. Segundo o artigo nº 1 do decreto:

---

<sup>593</sup> FRANCO, José Luiz; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009. p. 27.

<sup>594</sup> MELLO. *O “Agricultor Progressista”*. *op. cit.*

<sup>595</sup> PADUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. 2º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p. 45-46.

<sup>596</sup> Edmundo Navarro de Andrade é considerado um dos pioneiros das ideias conservacionistas no Brasil e trabalhou na Companhia Paulista de Estradas de Ferro e foi Diretor do Serviço Florestal do Estado de São Paulo. Ver mais em: FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Preocupações com a proteção à natureza e com o uso dos recursos naturais na Primeira República brasileira. *Textos de História* – Brasília. v. 12. n. 1, pp. 145-161, 2004.

<sup>597</sup> ANDRADE, Edmundo Navarro. *Utilidade das florestas*. São Paulo: Typ. Alongi, 1912. p. 2.

<sup>598</sup> FREYRE, Gilberto. *Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1985.



Art. 1º Fica criada no Território do Acre e colocada sob a jurisdição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, a reserva florestal, com os seguintes característicos:

I. Uma faixa de 40 quilômetros de largura média, tendo para a divisória de águas entre o rio Acre e o rio Purus, a começar cerca do paralelo de 11º, seguindo rumo médio para nordeste, até terminar na oblíqua Beni-Javari, devendo compreender quanto possível as vertentes do Alto-Acre e seus afluentes Xapuri e Antimari, bem como as cabeceiras tributárias pela margem direita do rio Iaco.

II. Uma faixa de 20 quilômetros de largura média, tendo para eixo a divisória de águas entre o Purus e o rio Embira, afluentes do Juruá. Esta faixa começa no paralelo de Cati (9º 40' 21", 5, segundo a comissão brasileira-peruana de 1904-1905) e procurará abranger quanto possível as cabeceiras do Yaminauás e do alto Envira, e seguir mais ou menos o nordeste, envolvendo as cabeceiras do Jurupari até encontrar oblíqua geodésica Beni-Javary.

III. Uma área central no departamento do Alto Juruá, de onde manam divergentes cabeceiras de alguns afluentes para a margem direita desse rio, com as seguintes limitações aproximadas: desce pelo rio Catuquina desde a cabeceira até a barra do igarapé Pupú, segue a nordeste paralela ao curso do rio Tarauacá, envolvendo cabeceiras dos seus afluentes da esquerda, toma para noroeste compreendendo cabeceiras do rio Acuruá e dos rios Gregório e Liberdade, volta a sudoeste para compreender as cabeceiras do Amoácas e desce a sul, envolvendo as cabeceiras do rio Tejo e terminando na nascente do Catuquina.

IV. Uma faixa de 20 quilômetros de largura média, compreendendo as vertentes mais ocidentais dos afluentes do rio Juruá, cuja orla extrema para oeste será na linha fronteira divisória das águas do Ucayali. Começando na nascente mais meridional do Javari, a faixa sinuosa estende-se para sul e para sudoeste o que vai até às cabeceiras do rio Amônia, terminando no paralelo que passa pela barra do rio Breu, afluente pela margem direita do Juruá.

Parágrafo único. Quando houver conhecimentos topográficos mais completos, o Governo poderá estender ou modificar os característicos enumerados neste artigo.<sup>599</sup>

Esse decreto instituía que uma grande área do Território Federal do Acre (30.400 km<sup>2</sup>, segundo estimativa do próprio MAIC<sup>600</sup>) viraria uma reserva florestal destinada a proteger as nascentes e vertentes das principais bacias hidrográficas da região (formadoras, por sua vez, da bacia do Solimões). Ressalte-se que os artigos seguintes previam ainda a retirada completa das populações humanas que viviam na área.

<sup>599</sup> SENADO FEDERAL, SECRETARIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA. *Decreto N. 8.843 de 26 de julho de 1911* - Cria a Reserva Florestal do Território do Acre. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=53549> Acesso em 02 de setembro de 2015.

<sup>600</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. MINISTRO PEDRO MANUEL DE TOLEDO. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de estado dos negócios da agricultura, indústria e comércio Dr. Pedro de Toledo no ano de 1911*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Oficinas da Diretoria Geral de Estatística, 1911. p. 68.

Art. 2º É vedada a entrada nas áreas da reserva florestal e nelas proibida a extração de madeiras ou de quaisquer produtos florestais, bem assim o exercício da caça e da pesca. Parágrafo único. Havendo através das áreas reservadas caminhos que comuniquem povoados importantes, por eles será permitido o simples trânsito.

Art. 3º Se nas áreas da reserva florestal existirem moradores, fica-lhes concedido o prazo de 12 meses, a contar desta data, para exibirem seus títulos de posse, cuja legitimidade será verificada perante a justiça federal.

1º Reconhecida a legitimidade dos títulos, o Governo providenciará oportunamente para a aquisição das terras, por acordo amigável ou desapropriação.

2º As disposições deste artigo não se referem às populações aborígenes que, com exclusão absoluta de indivíduos de outras raças, vivam em sociedade nas matas da reserva, podendo o Governo promover a sua mudança de conformidade com o art. 2º, n. 13, do decreto n. 8.072, de 20 de junho de 1910.

3º Sendo uma parte destas áreas da reserva florestal coincidente com a região de fronteira, em qualquer ponto dela poderá o Governo estabelecer todas as obras de fortificação e guarda necessárias à defesa nacional; e, outrossim, nela determinar os traçados de vias de comunicação pela estratégia recomendada.

Art. 4º Enquanto não for decretado o Código Florestal e até a organização dos serviços que ele deverá instituir, a policia da reserva florestal, a promoção da responsabilidade aos infratores e quaisquer outros atos necessários à fiel observância deste decreto, ficarão a cargo do Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas, ao qual os demais funcionários do Ministério da Agricultura, com exercício no Território do Acre, deverão prestar todo o auxílio.

Art. 5º Verificada a invasão de terras pertencentes à reserva florestal ou a infração de qualquer das disposições deste decreto, o funcionário que haja tomado conhecimento do fato comunicá-lo-á imediatamente ao ministério, sem prejuízo dos recursos legais perante as autoridades competentes.<sup>601</sup>

Esse decreto poderia ser uma solução estratégica para o caso do Território Federal do Acre. A reserva teria a finalidade de garantir a qualidade da navegação dos rios das bacias do Purus e Juruá pela proteção das florestas que margeavam suas nascentes. Ao mesmo tempo, seria um duro golpe contra as elites locais, abrindo precedente para aniquilar a atividade seringalista na região, enfraquecendo as oligarquias fluviais e minimizando os custos políticos e econômicos da manutenção das administrações departamentais.

Esse decreto, contudo, para entrar em vigor, dependia da aprovação no Congresso de um código florestal. Esse código foi apresentado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e

---

<sup>601</sup> SENADO FEDERAL, SECRETARIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA. *Decreto N. 8.843. op. cit.*

Comércio em 18 de outubro de 1911, na Câmara dos Deputados. Nele, havia regulamentação de florestas protetoras (incluindo aí os mangues), construção de hortos florestais, delimitação de florestas-modelo para a prática da silvicultura, de reservas florestais e instituía a criação de uma polícia florestal, dentre outros itens.<sup>602</sup> O projeto de lei justificava-se novamente pela preocupação com as águas, ou seja, com possíveis alterações no ciclo hidrológico e no sistema hidrográfico, a diminuição do índice pluviométrico e o assoreamento de rios:

Os processos rotineiros da lavoura extensiva, o crescente consumo de lenha pelas grandes cidades e a queima deste combustível pela maior parte de nossas estradas de ferro, fábricas e empresas de navegação fluvial, devastaram já considerável extensão das primitivas florestas brasileiras; e dessa devastação tem resultado a perturbação do regime hidrográfico de muitos rios, a par de uma longa série de inconvenientes e males cujos efeitos são já bastante sensíveis.

Nestas condições, não podia o Governo assistir indiferente a destruição inútil de um bem público de grande valor econômico, como são as matas, nem tampouco deixar de ouvir as vozes autorizadas que diariamente pedem que se limite esta liberdade de devastação e expõem a consideração do país as consequências nefastas decorrente do desnudamento do nosso solo, pela alteração profunda e nociva do clima de várias zonas pela diminuição do volume de água de muitos rios, outrora francamente navegáveis, pelos enormes transportes aluviais provenientes da erosão nas encostas das altas montanhas, hoje despidas das altas árvores que as protegiam, e pelo desaparecimento de centenas de pequenos cursos de água que ainda, há poucos anos, fertilizavam e irrigavam vastas extensões de terras e abasteciam as populações nela instaladas.<sup>603</sup>

A tarefa de aprovar o código não era fácil e passava pelo convencimento das oligarquias estaduais da real necessidade de delimitação de reservas florestais, por exemplo. Desse modo, o Dr. Pedro Manuel de Toledo enviou carta aos governadores dos estados, tentando convencê-los a submeterem propostas nas assembléias legislativas para ceder áreas de nascentes e vertentes de grandes rios, nos seus respectivos estados, para a formação de reservas florestais.

Convencido de que a criação da reserva florestal perpétua, estabelecida metodicamente ao longo das mais altas cordilheiras, alcançando vertentes quase inacessíveis dos grandes rios centrais e litorâneos, evitaria para o futuro novas e danosas alterações climatéricas, ao mesmo tempo em que garantiria a normalidade do regime das águas pluviais e das correntes que delas dependem, dirigi um apelo aos presidentes e governadores dos Estados, para que se interessassem perante as câmaras legislativas estaduais, a fim de que cedessem a União somente as terras devolutas necessárias para,

---

<sup>602</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. MINISTRO PEDRO MANUEL DE TOLEDO. *Relatório apresentado (...) no ano de 1911. op cit*, p. 144-150.

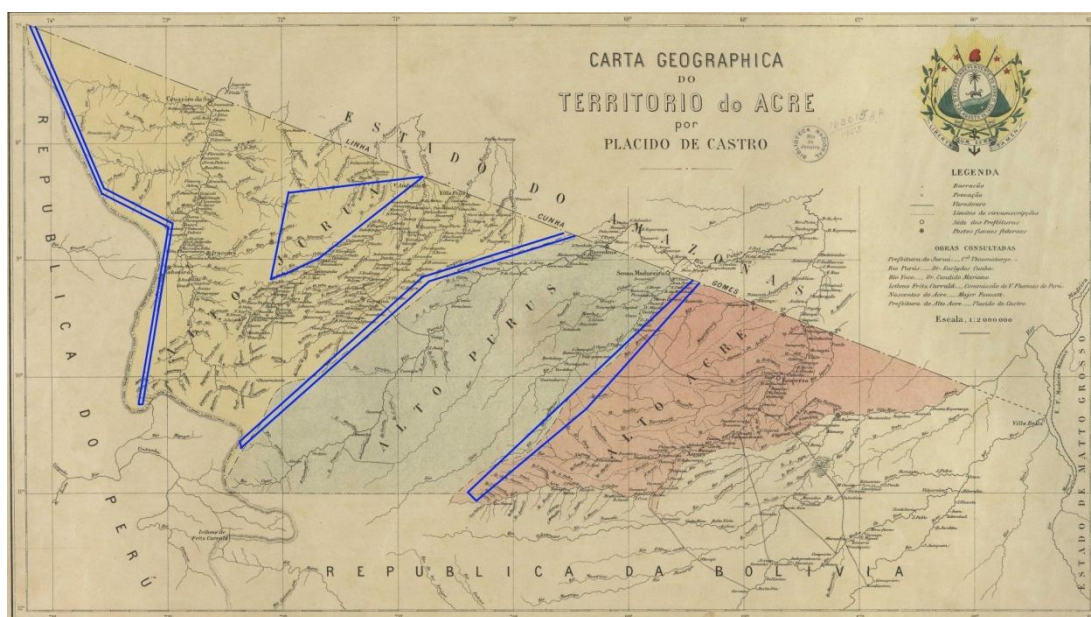
<sup>603</sup> *Ibidem*, p. 67.

por um processo simples e expedito, realizarmos uma obra tão grande e de tanto alcance para todos nós e para todas as gerações porvindouras.<sup>604</sup>

O apelo do MAIC pouco sensibilizou as oligarquias. Os governadores do Amazonas, Goiás e Ceará foram os únicos a declarar apoio à ideia do código florestal. O governo do Rio Grande do Norte respondeu que não cederia parte alguma da área do estado, por serem todas objeto de concessão ou exploração econômica. Os demais estados nem responderam à solicitação do MAIC.<sup>605</sup>

No Território do Federal do Acre a notícia do decreto de criação da reserva florestal caiu como um raio em dia de céu azul. Nenhum prefeito e nem mesmo o engenheiro João Alberto Masô, então delegado do Ministério da Agricultura no Território do Acre, tinham conhecimento dos planos de criação de uma reserva nos departamentos. Todos foram surpreendidos por uma mensagem enviada pelo ministro Pedro de Toledo a João Alberto Masô e aos prefeitos em novembro de 1911, ordenando a execução de estudos para a desapropriação nas áreas da reserva.<sup>606</sup>

**Mapa 09:** As quatro faixas descontínuas da Reserva Florestal do Território do Acre (1911)



Marcações feitas com base na Carta Geográfica do Território do Acre (1907) de José Plácido de Castro. Acervo FBN.

As reações nos departamentos com a notícia da criação da reserva foram muito distintas. No Departamento do Alto Purus o jornal oficial da prefeitura apenas noticiou a

<sup>604</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>605</sup> *Ibidem*.

<sup>606</sup> FOLHA DO ACRE. Reservas florestais no Acre. Rio Branco, 12 de novembro de 1911. p. 2. Acervo FBN.

criação da reserva e exaltou o fato de o governo Hermes da Fonseca estar dando alguma atenção ao Território do Acre.<sup>607</sup> Aparentemente as elites do rio Iaco não levaram a sério a possibilidade de concretização da reserva, que, na prática, cortaria ao meio a maioria das propriedades dos seringalistas iacoaras. No Departamento do Alto Juruá, o jornal *O Município*, publicado em Vila Seabra, no rio Tarauacá, publicou na íntegra o decreto e noticiou que João Alberto Masô havia sido designado a recolher os documentos de posse para compra e desapropriação dos seringais dentro da área de reserva. A notícia acompanhava uma pequena análise, destacando que todos os rios, lagos e igarapés contidos no decreto já estavam sob a posse de seringalistas e eram vias de comércio. O texto concluía com uma dura crítica: “Prepare-se o governo com muito dinheiro para a desapropriação, ou então deixe de se intrometer naquilo que não conhece, senão pelos mapas mal feitos...”<sup>608</sup>

No Departamento do Alto Acre o Partido Autonomista tentou se utilizar do decreto para incitar os seringalistas dos rios Xapuri e Acre a apoiarem a possibilidade de rebelião armada contra o Governo Federal. O partido convocou reunião com os proprietários, por meio de seu jornal oficial *O Acreano* para discutir uma reação diante do decreto.<sup>609</sup> Contudo, a maioria dos seringalistas não atendeu ao chamado dos autonomistas. Ainda assim, o prefeito e seringalista Deoclesiano Coelho de Souza apressou-se em prestar esclarecimentos aos seus colegas em artigo publicado no jornal *Folha do Acre*. Nele, o prefeito do Alto Acre ressaltou que as intenções do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio eram apenas proteger os interesses dos seringalistas. Segundo ele, conservar as florestas significava impedir que alterações climáticas viessem a modificar o regime hidrográfico, prejudicando a navegabilidade dos rios e o escoamento da produção de borracha.<sup>610</sup> Mesmo destacando as supostas boas intenções da União, Souza concordou que a medida era precipitada e que o tamanho da Reserva, além de prejudicar os interesses locais, demonstrava que o Governo Federal desconhecía as realidades físicas e econômicas do Território do Acre. A linguagem utilizada por Souza, contudo, é dúbia parecendo também uma ironia ou mesmo uma ameaça velada ao Governo Federal:

<sup>607</sup> O ALTO PURUS. Reserva florestal. Sena Madureira, 5 de outubro de 1911. p. 4. Acervo FBN.; O ALTO PURUS. O Acre. Sena Madureira, 05 de novembro de 1911. p. 1. Acervo FBN.

<sup>608</sup> O MUNICÍPIO. Reserva Florestal do Acre. Vila Seabra, 03 de dezembro de 1911. p. 2-3. Acervo FBN.

<sup>609</sup> FOLHA DO ACRE. A lei da Reserva Florestal. Cidade da Empresa, 25 de dezembro de 1911. p. 2. Acervo FBN.

<sup>610</sup> FOLHA DO ACRE. A criação da Reserva Florestal no Acre: a politicagem explora o assunto. Cidade da Empresa, 5 de dezembro de 1911. p. 1. Acervo FBN.

A área mandada reservar pelo referido decreto abrange uma grande parte da nossa principal fonte de produção. Daí resulta a desvantagem da medida, que, além de dilatar-se demasiadamente, nos parece prematura, pois, tal é ainda a densidade de nossas florestas, que a tendência que por ora deve prevalecer a seu respeito é a de devastá-la tanto quanto necessário para tornar possível a sua exploração e para tornar transitável e habitável o nosso vasto território.

Acreditamos, porém, que o Sr. Ministro da Agricultura agiu sob informações errôneas, por desconhecer praticamente as condições regionais; e por isso, acreditamos também que s. exc. não relutará em modificar o seu decreto, desde que seja melhor orientado a respeito.<sup>611</sup>

Frente às tensões no Departamento do Alto Acre, animadas pela ação do grupo autonomista, e a ameaça que a reserva representava aos interesses dos seringalistas, o prefeito Deoclesiano de Souza enviou telegrama ao então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Rivadavia Correia, advertindo-o sobre as reações negativas no departamento a respeito do decreto de criação da reserva florestal. Em resposta, o Ministro da Justiça assegurou em telegrama enviado no dia 20 de dezembro de 1911, o caráter provisório do decreto, que ainda precisava de autorização do Congresso, sendo que o seu conteúdo poderia ser alterado de acordo com as negociações junto aos proprietários seringalistas. “Propriedade particular será plenamente respeitada e garantida”, encerrava Correia.<sup>612</sup>

Pela reação notada nos jornais dos departamentos, as elites seringalistas pouco acreditaram na real possibilidade de a reserva sair do papel. A maior tensão foi sentida no Departamento do Alto Acre, onde o grupo autonomista de Antônio Antunes de Alencar utilizou-se do decreto a fim de conquistar apoio para uma revolta armada. Ainda assim, diante da reação do coronel Deoclesiano Coelho de Souza, o ministro Pedro de Toledo finalmente convocou o seu delegado no Território do Acre, o engenheiro João Alberto Masô, para emitir opinião sobre a reserva. Em 01 de fevereiro de 1912, Masô desembarcava na Capital Federal para reunir-se com o ministro da agricultura e com o presidente Hermes da Fonseca.<sup>613</sup> Na reunião, Masô teria revelado que a reserva florestal causaria grandes prejuízos financeiros ao Governo Federal. A totalidade das áreas já possuía seringais e sua desapropriação, além de requerer altas somas, faria diminuir drasticamente a arrecadação federal com a queda na exportação da borracha.<sup>614</sup>

---

<sup>611</sup> *Ibidem*.

<sup>612</sup> FOLHA DO ACRE. A lei da Reserva Florestal. *op. cit*, p. 2.

<sup>613</sup> O PAÍZ. Vida Social. Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 1912. p. 5. Acervo FBN.

<sup>614</sup> MASÔ, João Alberto. O Código Florestal. *O Departamento: Órgão da Prefeitura*. Vila Seabra, 17 de outubro de 1915. p. 3. Acervo FBN.

Em 1915, o engenheiro João Alberto Masô criticaria publicamente o decreto de criação da Reserva Florestal do Território do Acre. Já como ex-funcionário do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ele não esconderia o seu ressentimento por não ter sido consultado antes da assinatura do decreto. E ainda faria uma dura crítica ao Governo Federal na condução da administração do Território Federal do Acre:

O mais piramidal absurdo em matéria de reserva florestal foi consumado quando a Presidência do marechal Hermes e meia dúzia de acreanos sabidos, conhecedores da... Avenida Central desde o cais ao obelisco, convenceram ao ministro da agricultura e ao marechal que se tornava indispensável uma lei protetora para as matas do Território do Acre. Elaborado o decreto, os dois chefes de estado o assinaram na melhor fé (...)

O que nós necessitamos, não é precisamente de chuvas, precisamos e queremos, ao menos, mais umas migalhas dos pesados impostos que pesam sobre os nossos seringueiros para que cesse de vez a miséria e a fome no território, melhor amparado, então, pelo governo do país.<sup>615</sup>

Quem eram os tais “acreanos sabidos” mencionados por Masô? A comissão que elaborou o decreto N° 8.843 e o projeto de código florestal foram os deputados Felisberto Freire e almirante José Carlos de Carvalho, Joaquim Leonel de Rezende Filho, consultor jurídico do MAIC, o engenheiro Lourenço Baeta Neves, Luiz Felipe de Campos, geólogo do Serviço Mineralógico e Geológico do Brasil, e Manuel Pio Corrêa, naturalista do Jardim Botânico.<sup>616</sup> De todos eles, apenas José Carlos de Carvalho esteve no Território do Acre, e, mesmo assim, antes da assinatura do Tratado de Petrópolis de 1903.<sup>617</sup>

Que fim a reserva levou? O Presidente da República diante das possíveis consequências desastrosas do decreto N. 8.843 para os cofres públicos, decidiu, junto com o ministro da agricultura não concretizá-la. Como o Congresso tampouco deu atenção ao projeto do código florestal, a Reserva do Território do Acre foi ignorada, totalmente esquecida e nunca saiu do papel. O Governo Federal, assim, admitia com o seu silêncio que a reserva era uma espécie de vertigem civilizatória com grande potencial de danos econômicos e políticos para a própria União.

Variados estudos costumam apontar a Reserva Florestal do Território do Acre como um exemplo atual para as políticas de conservação, visando, principalmente, a proteger os

<sup>615</sup> *Ibidem.*

<sup>616</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. MINISTRO PEDRO MANUEL DE TOLEDO. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de estado dos negócios da agricultura, indústria e comércio Dr. Pedro de Toledo no ano de 1911*. V. 1. Rio de Janeiro: Oficinas da Diretoria Geral de Estatística, 1911. p. 69.

<sup>617</sup> Ver: CARVALHO, José Carlos de. *O Acre: Limites do Brasil com a Bolívia*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1903. p. 16.

mananciais.<sup>618</sup> Realmente a iniciativa coincidiu com a emergência de uma geração de cientistas e políticos preocupados com os possíveis impactos negativos das atividades econômicas para as florestas e para o ciclo hidrológico. Entretanto, diante das circunstâncias políticas da época do decreto, não é possível descartar a hipótese de que a criação da reserva se tratou, também, de uma tentativa de integração nacional do Território do Acre via desapropriação de seringais. A criação de reservas e parques no Brasil seria utilizada, por exemplo, anos depois, para o controle de áreas de fronteira mais sensíveis do ponto de vista estratégico, como foi o caso do Parque Nacional do Iguaçu, em 1939.<sup>619</sup> No caso da Reserva Florestal do Território do Acre, ela abriria o precedente de esvaziar as margens dos rios das problemáticas elites seringalistas, permitindo, contudo, a presença de militares e a construção de fortificações e vias de comunicação para a defesa nacional. Não por acaso, os maiores atingidos pela reserva seriam os seringalistas do Departamento do Alto Juruá, os mesmo que, um ano antes, lideraram uma revolta autonomista. Sairiam os seringalistas com patentes da Guarda Nacional e entrariam os militares.

De todo modo, do ponto de vista político, a reserva dificilmente passaria na Câmara e no Senado, tanto pela perspectiva das perdas econômicas do Estado, quanto pela pressão do lobby de vários agentes constitutivos da cadeia de aviamentos nos estados do norte. Diante desse cenário extremamente negativo, o decreto foi engavetado antes mesmo de ser discutido.

#### **4.3 – “Uma estrada de ferro, libertando-nos do cativeiro dos rios”: a E. F. Lábrea-Acre**

O Plano de Defesa da Borracha, esboçado pelo MAIC, em parceria com várias entidades políticas e comerciais da zona produtora de borracha, previa a construção de rodovias e estradas de ferro na região Norte. A proposta de um Plano de Defesa da Borracha, como mencionado no capítulo 2, surgiu como resposta à crise da borracha, sendo aprovado em janeiro de 1912. Nele, havia variadas indicações de investimento em infraestrutura viária

<sup>618</sup> Ver, por exemplo: AQUINO, T. Levantamento sócio-econômico para criação da Reserva Extrativista do Riozinho da Liberdade. CNPT-Ibama, 2001.; RODRIGUES, & TORRICO. Águas do Acre. *op. cit.* BROSE, Markus Erwin. Inovação na Gestão Pública Subnacional: reflexão sobre a estratégia de desenvolvimento do Acre. *Rev. Adm. Pública*. Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 277-294, mar.-abr. 2014.; MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, v. 9, n. 1, p. 41-64, jan.-jun. 2006.

<sup>619</sup> FREITAS, Frederico. A Park for the Borderlands: the creation of the Iguaçu National Park in the southern Brazil, 1880-1940. *Hib - Revista de História IberoAmericana*, Madrid, v. 7, n. 2, p. 65-88, jul.-dez. 2014.



de modo a melhorar o escoamento da produção da goma elástica e baratear os custos de vida na região.<sup>620</sup> Dentre essas indicações, estava a de construir uma estrada de ferro que atravessaria o Território do Acre, tendo como ponto de partida algum ramal da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

No plano original, essa medida era vista como sendo de máxima urgência para “facilitar e diminuir o custo dos transportes dentro do Vale do Amazonas e entre estes e os estados do Nordeste e do Sul do país”.<sup>621</sup> A diminuição dos custos de transporte acarretaria também em benefícios para o Governo Federal do ponto de vista estratégico e de maior controle estatal sobre a região. Mas, de acordo com o texto original, a finalidade da ferrovia era oferecer uma nova via de integração dos departamentos do Território do Acre ao mercado internacional, via Porto Velho.

Construção de uma estrada de ferro partindo de um ponto conveniente da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré, nas proximidades da foz do rio Abunã, passando por Vila Rio Branco e um ponto entre Sena Madureira e Catay e terminando em Vila Thaumaturgo, com um ramal para a fronteira com o Peru, pelo vale do rio Purus. Como consequência da construção dessa estrada e medida de alta conveniência para abastecimento, em condições econômicas, de gêneros de importação ao Território Federal do Acre, deverá ser aberto Porto Velho, do rio Madeira, ao comércio de todas as nações.<sup>622</sup>

Esse texto original foi aprovado pelo Congresso. O Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP) ficou encarregado de ordenar os estudos, contratar a construção e fiscalizar o tráfego da estrada. Já o MAIC ficou incumbido da política de colonização e desenvolvimento de indústrias nas áreas marginais da ferrovia.<sup>623</sup>

---

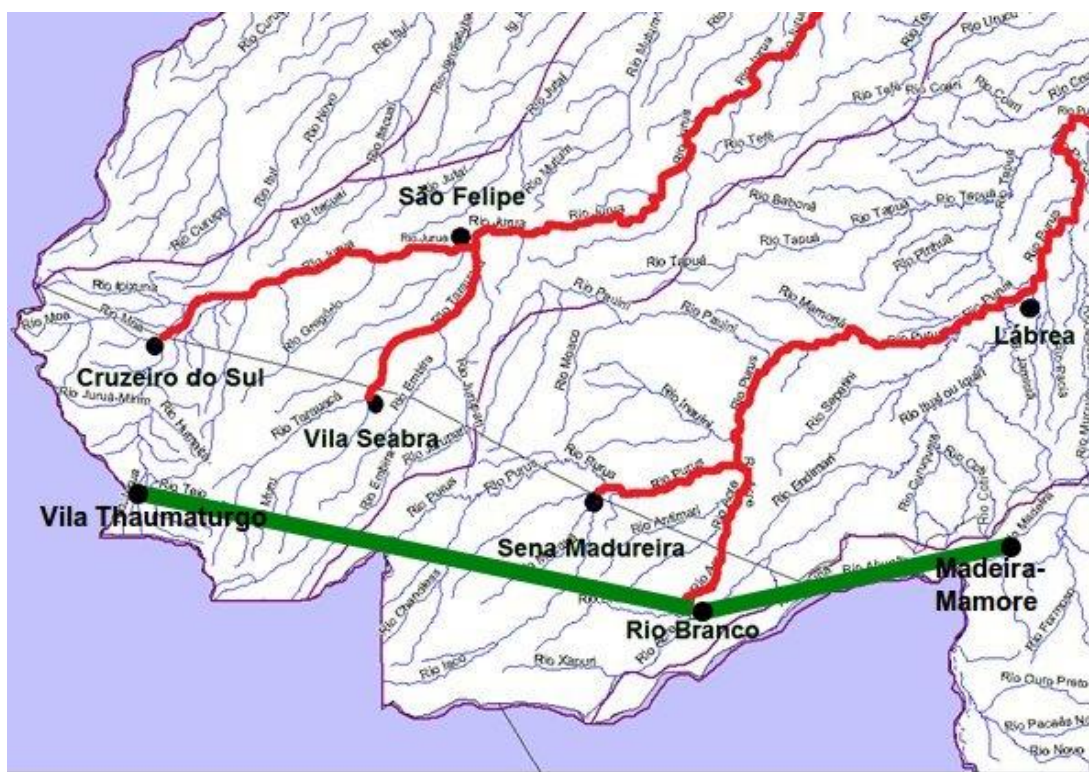
<sup>620</sup> FEITOSA, Orange Matos; SAES, Alexandre Macchione. O Plano de Defesa da Borracha: entre o desenvolvimentismo e a negligência política ao norte do Brasil, 1900-1915. *Am. Lat. Hist. Econ.*, v. 20, n. 3, p. 138-169, set.-dez, 2013.

<sup>621</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. MINISTRO PEDRO MANUEL DE TOLEDO. *Relatório apresentado (...) nos anos de 1910 e 1911*. Vol. 1. *op. cit.*, p. 68 e 161.

<sup>622</sup> *Ibidem*, p. 161.

<sup>623</sup> O CORREIO DO PURUS. A Defesa da Borracha: Regulamento. Lábrea, 29 de setembro de 1912. p. 1. Acervo FBN.

**Mapa 10:** Traçado da Estrada de Ferro no Território do Acre segundo o Plano de Defesa da Borracha



Adaptação feita por André Vasques Vital do mapa hidrográfico original contido em <http://hidroweb.ana.gov.br/>

A ideia de uma ferrovia na parte alta da bacia do rio Purus era antiga. O estado do Amazonas, representado pelo engenheiro Alexandre Haag entrou em controvérsia com Julio Pinkas na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro em 1886, quando contestaram o valor estratégico e econômico do traçado da ferrovia Madeira-Mamoré. Baseando-se em uma proposta de estrada pensada pelo seringalista Antônio Labre, ligando o rio Purus ao Beni, Haag apresentou um traçado de ferrovia alternativo. Esse traçado ligaria os rios Madre de Dios e Acre por meio de uma via férrea de bitola estreita.<sup>624</sup> Esse era um plano de curto prazo, pois o objetivo principal seria, no futuro, levar a estrada de ferro até a cidade de Lábrea.<sup>625</sup>

<sup>624</sup> Via férrea de bitola estreita era menos custosa e de mais rápida construção, apropriado para o transporte de cargas de pequenas e médias dimensões. Ver: CARVALHO, Érika Marques. *A Expansão da República: A Integração do Território Brasileiro nos Projetos do Clube de Engenharia (1890-1922)*. 146f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS), Casa de Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2014. p. 113.

<sup>625</sup> PEREIRA, Sergio Nunes. Navegação Fluvial e Vias Auxiliares: Uma Controvérsia Geográfica no Brasil no Final do Século XIX. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, São Paulo, p. 11.640-11.664, 2005.

Anos mais tarde, Euclides da Cunha escreveria o texto “A Transacreana”, publicado no livro *À Margem da História*. Nesse artigo, Euclides propôs a construção de uma estrada de ferro de bitola estreita ligando as capitais do Alto Juruá, Alto Purus e Alto Acre. Segundo o autor, a linha serviria como via auxiliar da rede hidrográfica, por cortar transversalmente os caminhos fluviais. Para ele, a construção dessa via solucionaria o problema do povoamento na região, completamente dependente das características dos cursos fluviais, propiciando a entrada da indústria seringalista no interior dos departamentos. Inicialmente, a via teria utilidade apenas local. Contudo, Cunha previa a futura unificação da Transacreana com a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e sua expansão rumo ao rio Ucayali, de modo a desviar o escoamento da produção dos caucheiros peruanos, de Iquitos para Belém. Assim, a Transacreana poderia se tornar, em longo prazo, uma ferrovia internacional de importância comercial e estratégica.<sup>626</sup>

O projeto, tal como foi aprovado no Plano de Defesa da Borracha, não era semelhante ao traçado da Transacreana, embora previsse a ligação da via com a E. F. Madeira-Mamoré. Cruzeiro do Sul e Sena Madureira, cidades contempladas com a via férrea de Euclides da Cunha, não seriam interligadas com Rio Branco de acordo com a proposta do Plano de Defesa da Borracha. O projeto indicava, como ponto final da linha, a pequena vila de Thaumaturgo, na confluência dos rios Amônia e Juruá, povoado próximo à fronteira com o Peru, sem importância econômica, e que na época contava entre 250 e 300 habitantes.<sup>627</sup>

O projeto do Plano de Defesa da Borracha beneficiava muito a cidade de Porto Velho, no alto rio Madeira. Essa cidade já passava por um processo de crescimento econômico com a conclusão das obras da ferrovia Madeira-Mamoré, que aumentou a sua importância como entreposto comercial, uma vez que ali era escoada a produção de borracha vinda das bacias do Beni e Madre de Dios.<sup>628</sup> Por outro lado, se fosse construída com esse traçado, a ferrovia colocaria em risco a importância comercial da cidade de Lábrea, no médio Purus, onde passava a produção vinda dos rios Iaco, Caeté, Acre e alto Purus. Essas características suscitaram reações negativas na região a esse traçado da ferrovia.

---

<sup>626</sup> CUNHA. *A Margem da História*. *op. cit.*, p. 195-208.

<sup>627</sup> BRANCO, José Moreira Brandão Castello. Caminhos do Acre. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 196, p. 74-225, julho-setembro, 1947.p. 189.

<sup>628</sup> VITAL, André V. *Comissão Rondon, Política e Saúde na Amazônia: A Trajetória de Joaquim Augusto Tanajura no Alto Madeira (1909-1919)*. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS), Casa de Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2011. p. 104-112.

No Juruá, o prefeito Francisco Siqueira do Rego Barros condenou o projeto por beneficiar apenas o Departamento do Alto Acre e enviou mensagem ao ministro Pedro de Toledo em agosto de 1912, declarando apoio a um projeto alternativo que seria proposto pelo engenheiro João Alberto Masô.<sup>629</sup> O então delegado do Ministério da Agricultura no Território do Acre desenhou um novo traçado que tinha como ponto inicial a cidade de Lábrea, no médio Purus, passando por Rio Branco, Xapuri, Igarapé Bahia e, em linha reta, passaria por Santa Rosa com terminal em Cruzeiro do Sul. De Rio Branco, sairia um ramal para Sena Madureira.<sup>630</sup> Masô criticou publicamente o traçado original da ferrovia no Plano de Defesa da Borracha e tentou mobilizar seringalistas e autoridades em Sena Madureira e Lábrea para pressionar o Governo Federal.<sup>631</sup>

O novo traçado proposto por Masô fez ressurgir as antigas aspirações do seringalista Antônio Pereira Labre e do engenheiro Alexandre Haag em ligar o rio Acre à cidade de Lábrea por meio de uma via férrea. Foi também o início de uma intensa batalha política que uniu as elites seringalistas dos rios dos departamentos do Alto Purus e Juruá, com os seringalistas do médio Purus que dominavam a política em Lábrea, no estado do Amazonas.

O coronel Manuel de Castro Paiva, seringalista do médio Purus, enviou em novembro de 1912 um memorial para o governador amazonense Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt (1908-1913), defendendo o projeto de Masô. No documento acha-se uma das primeiras menções ao nome “Estrada de Ferro Lábrea-Acre”.<sup>632</sup> Nesse memorial, Castro Paiva alertou que, se a ferrovia com o traçado contido no Plano de Defesa da Borracha fosse construída, Manaus deixaria de ser o principal entreposto comercial da região, o que traria impactos desastrosos para o comércio e arrecadação da capital amazonense. Concomitante à ofensiva promovida por Castro Paiva, no médio Purus, o seringalista Avelino de Medeiros Chaves surpreendeu a Câmara Federal com um pedido de concessão de exploração de uma “ferrovia de Lábrea ao Acre”.<sup>633</sup>

No alto rio Madeira, a *Madeira-Mamoré Railway Company* também agia. Em fins de setembro de 1912 iniciou estudos da margem esquerda do rio Madeira, rumo ao Abunã, com o

<sup>629</sup> BARROS, Francisco Siqueira do Rego. Telegramas Expedidos. *Cruzeiro do Sul*. Cruzeiro do Sul, 18 de agosto de 1912. p. 1. Acervo FBN.

<sup>630</sup> *Ibidem*.

<sup>631</sup> MASÔ, João Alberto. Projeto de Estrada de Ferro no Território do Acre. *O Alto Purus*. Sena Madureira, 01 de setembro de 1912. p. 3. Acervo FBN.; MASÔ, João Alberto. Purus-Bolívia. *O Correio do Purus*. Lábrea, 27 de outubro de 1912. p. 1. Acervo FBN.

<sup>632</sup> PAIVA, Manuel de Castro. De Lábrea ao Acre. *O Correio do Purus*. Lábrea, 17 de novembro de 1912. p. 1. Acervo FBN.

<sup>633</sup> O PAIZ. Ecos e Fatos. Rio de Janeiro, 05 de outubro de 1911. p. 1. Acervo FBN.

objetivo de construir, no futuro, os ramais da Madeira-Mamoré rumo ao Território do Acre. Enquanto esses estudos ocorriam, o engenheiro Gentil Norberto, figura proeminente na política dos departamentos do Alto Acre e Juruá, pediu concessão à Câmara Federal da ferrovia com o traçado estudado pela empresa que administrava a Madeira-Mamoré. Castro Paiva, em seguida, acusaria Gentil Norberto de estar em acordo com a *Madeira-Mamoré Railway Company*.<sup>634</sup>

O engenheiro João Alberto Masô apresentou ao ministro Pedro de Toledo o seu projeto de estrada de ferro no relatório sobre trabalhos realizados durante o ano de 1912. Nesse relatório, Masô criticou duramente o projeto original. Para ele, a construção da ferrovia, de acordo com o aprovado no Plano de Defesa da Borracha, seria possível apenas no trecho que ligaria a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré até Rio Branco. Contudo, de Rio Branco em diante, a construção teria altíssimos custos por passar por áreas alagáveis. E, por fim, a estrada teria pouca ou nenhuma serventia econômica para o Território:

Desta capital a linha teria que tombar nos alagados do Riozinho e Antimari. Mais adiante cortaria bruscamente a terra firme do *divortium aquarum* do Acre com o Iaco, e de novo cairia nas grandes baixadas do Iaco, Macauã, Caeté, Purus e Embira, para enfim rematar em Vila Thaumaturgo, lugar sem vida, onde já desapareceu o caucho e escasseia a seringueira.

Desde que a via férrea é mais um esforço de V.ex. e vem consignada no importante decreto de defesa da borracha, claro está que o seu fim não deve ser somente estratégico. A importância e as condições da região boliviana e peruana limítrofe com o Território não admitem a possibilidade de uma guerra, e, dado o caso que isso aconteça, os acreanos, somente os acreanos, que são os melhores atiradores do mundo, saberiam defender com vantagens, esse rincão de sua pátria, como já deram as melhores provas. Portanto, o estudo da referida estrada é indispensável ter em conta os maiores centros de povoação, o comércio, a indústria, a agricultura, a administração pública, a economia e a estabilidade do leito.

Nada disso se observou. A estrada parte de um ponto incerto, toca apenas Vila Rio Branco, percorre uma enorme baixada e vai rematar um outro ponto escuro do Território.<sup>635</sup>

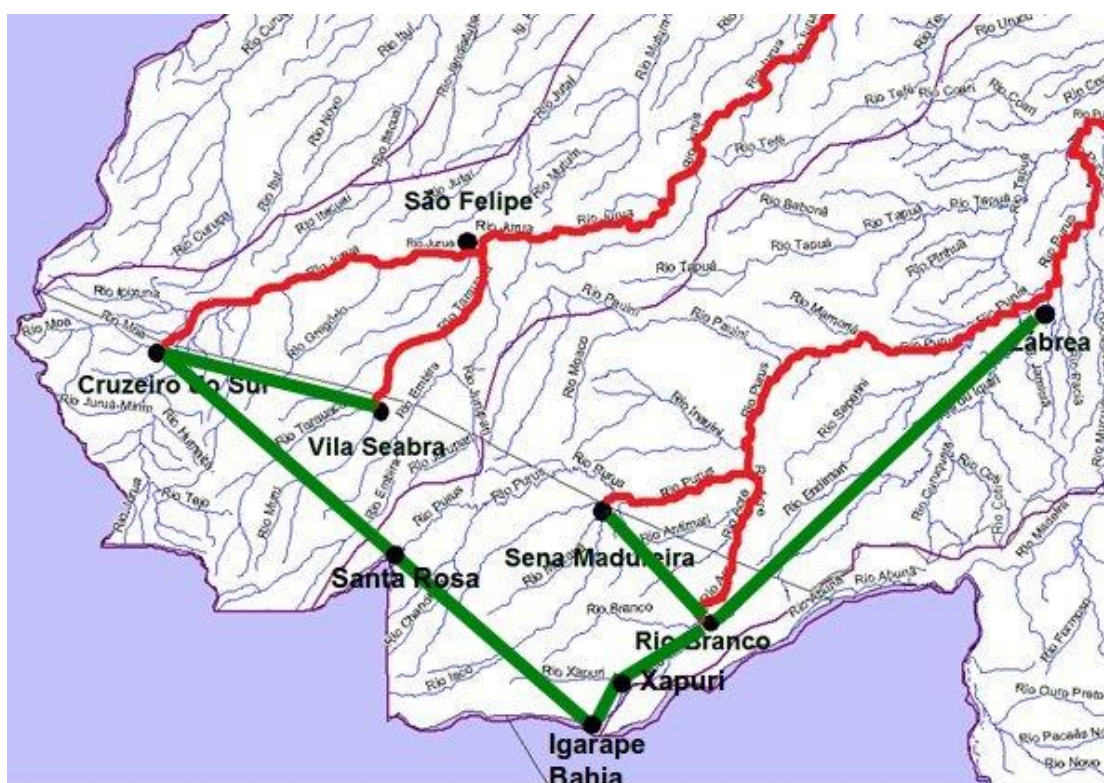
O traçado da ferrovia pelo projeto de João Alberto Masô, descrito no relatório, era ainda mais extenso do que aquele apoiado pelo prefeito Rego Barros. A linha teria início na cidade de Lábrea, situada na margem direita do médio Purus, na confluência com o rio Ituxi. De lá, atravessaria o rio Ituxi em direção a Rio Branco, onde haveria uma estação. De Rio

<sup>634</sup> PAIVA, Manuel de Castro. De Lábrea ao Acre. *O Correio do Purus*. Lábrea, 17 de novembro de 1912. p. 1. Acervo FBN.

<sup>635</sup> O CRUZEIRO DO SUL. Delegacia do Ministério da Agricultura no Território do Acre: relatório apresentado do Sr Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio em 1912, pelo delegado engenheiro João Alberto Masô (continuação). *Cruzeiro do Sul*, 09 de julho de 1914. p. 2. Acervo FBN.

Branco, a linha seguiria para cidade de Xapuri, tendo mais uma estação no igarapé Bahia, na fronteira com a Bolívia, possibilitando o escoamento da produção boliviana. De lá, a linha teria um ramal para Cruzeiro do Sul, com estação em Santa Rosa, no rio Purus, onde existiam dois postos fiscais, um peruano e outro brasileiro. Por fim, dois outros ramais seriam construídos: um partindo de Cruzeiro do Sul, com ponto final em Vila Seabra, capital do Tarauacá, e outro em Rio Branco, com ponto final em Sena Madureira.<sup>636</sup>

**Mapa 11:** Traçado da E. F. Lábrea-Acre, conforme idealizado por João Alberto Masô



Adaptação feita por André Vasques Vital do mapa hidrográfico original contido em

<http://hidroweb.ana.gov.br/>

O traçado proposto por João Alberto Masô mobilizou vários atores, atingindo ampla repercussão. Ganhou muita força nos departamentos do Alto Purus e Juruá por solucionar o problema da forte dependência da economia da borracha e da própria mobilidade humana às características hidrográficas e hidrológicas da região. Avelino de Medeiros Chaves, em palestra na Sociedade Nacional de Agricultura em 1918, ressaltou a importância desse traçado da via férrea para diminuir os tempos de viagem entre Manaus e as cidades do Território

<sup>636</sup> O CRUZEIRO DO SUL. Delegacia do Ministério da Agricultura no Território do Acre: relatório apresentado do Sr Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio em 1912, pelo delegado engenheiro João Alberto Masô (continuação). Cruzeiro do Sul, 12 de julho de 1914. p. 1. Acervo FBN.

Federal. Ele deu como exemplo o tempo de viagem entre Rio Branco e Manaus que era de 12 a 18 dias no período de cheia (novembro-abril) e de 25 a 40 dias conforme as condições do rio no período de vazante (maio-outubro). Já com a estrada de ferro, o percurso Lábrea-Rio Branco levaria aproximadamente 12 horas. O tempo completo de viagem de Manaus até Rio Branco seria encurtado para 4 ou 5 dias de viagem.<sup>637</sup>

Outro fator que fortaleceu a proposta de Masô no Território do Acre guardava relação com os altos preços praticados pela *Madeira-Mamoré Railway Company* no transporte de cargas. Essa questão foi abordada pela prefeitura do Alto Juruá em agosto de 1912, em um longo artigo publicado no jornal *Cruzeiro do Sul* em defesa do projeto de ferrovia Lábrea-Acre.<sup>638</sup> A sujeição dos seringais e dos centros aviadores de Belém e Manaus ao monopólio dessa empresa, em Porto Velho, no escoamento da produção via ferrovia e rio Madeira, tornava a proposta original pouco atrativa. Segundo o jornal oficial da prefeitura do Alto Juruá, havia grande temor entre os seringalistas pelo desvio total do escoamento da produção “perturbando profundamente as relações comerciais entre aquelas praças e os seringais”.<sup>639</sup>

Em Lábrea, o projeto de Masô foi amplamente aceito. O temor das elites do médio e baixo Purus era grande, pois a estrada de ferro, tendo como ponto inicial a ferrovia Madeira-Mamoré, desviaria grande parte do escoamento da produção de borracha do Território Federal do Acre para o rio Madeira. Essa condição aniquilaria a navegação fluvial do rio Purus, promovendo o rápido declínio econômico da cidade de Lábrea e acelerando a decadência dos próprios seringalistas do médio e baixo Purus.<sup>640</sup> Por outro lado, a proposta de Masô garantiria o escoamento da produção por Lábrea e ainda desviaria a maior parte do escoamento da produção dos seringais do alto rio Juruá para o rio Purus.<sup>641</sup> Pela alternativa de Masô, Lábrea se tornaria o maior entreposto comercial de todo o Território Federal do Acre, por canalizar parte da produção que era escoada via Juruá, passando pela cidade de São Felipe.

Em nível estadual, a oligarquia do Amazonas viu-se alarmada com a possibilidade de desvio de toda a produção da borracha do Território do Acre para o rio Madeira. A

<sup>637</sup> CHAVES, Avelino de Medeiros. *Necessidades capitais da Amazônia*. Conferência realizada na Sociedade Nacional de Agricultura. Rio de Janeiro: Typ. Da Revista da Época, 1918. p. 9.

<sup>638</sup> CRUZEIRO DO SUL. Via férrea acreana. *Cruzeiro do Sul*, 25 de agosto de 1912. p. 1-2. Acervo FBN.

<sup>639</sup> *Ibidem*.

<sup>640</sup> PAIVA, Manuel de Castro. De Lábrea ao Acre. *O Correio do Purus*. Lábrea, 17 de novembro de 1912. p. 1. Acervo FBN.

<sup>641</sup> A produção de borracha no alto Juruá e no Tarauacá escoava pelo rio Juruá, passando pela cidade de São Felipe, na confluência dos rios Juruá e Tarauacá. A Estrada de Ferro Lábrea-Acre faria com que São Felipe perdesse uma grande fatia dos impostos advindos de parte da produção que escoava por essa cidade.

advertência do coronel Castro Paiva no médio Purus, quanto aos possíveis prejuízos ao comércio de Manaus, causou preocupação. Se o projeto contido no Plano de Defesa da Borracha fosse efetivado, praticamente toda a produção vinda do Território do Acre deixaria de passar pelo porto de Manaus, beneficiando as casas aviadoras de Belém. O estado do Pará ganharia, assim, uma batalha importante na sua guerra fiscal contra o Amazonas. Diante desses riscos, a bancada amazonense na Câmara dos Deputados e no Senado Federal iniciou uma mobilização conjunta com o governo do Amazonas no sentido de aprovar a construção da Estrada de Ferro Lábrea-Acre em nível estadual e federal.

O próprio rio Iaco e o fenômeno da grande vazante de 1916 contribuíram para que o projeto de João Alberto Masô se mantivesse forte sobre a mesa quando o assunto era construção de ferrovias no Território do Acre. Em março de 1917, Avelino Chaves voltaria a defender a construção da estrada de ferro entre Lábrea e Acre, comparando a necessidade de construção da ferrovia à autonomia política do Território. Chaves fez essa comparação, tendo em vista a total hegemonia dos rios e do ciclo hidrológico nas comunicações entre os seringais e o mercado internacional, sujeitando a economia da borracha às suas dinâmicas:

Até hoje ele [o acreano] tem estado completamente sujeito ao regime fluvial. Quer dizer: durante sete meses, por falta de água, há a paralisação geral de toda a região do alto dos rios, que fica incomunicável. Só na época das cheias é possível descer desses altos e vir até o Amazonas, e essa viagem dura, na vazante, cerca de quarenta dias.

Uma estrada de ferro, libertando-nos do cativo dos rios, faria essa viagem em quatro dias, no máximo cinco, e em qualquer estação!

Assim essa estrada sobreleva em importância a própria autonomia política, que há tanto tempo reclamamos para o território.<sup>642</sup>

Por fim o engenheiro Masô apresentou a versão detalhada e final do seu projeto de estrada de ferro ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em dezembro de 1912 e o fez acompanhado de um mapa do Território Federal do Acre, de sua própria autoria.<sup>643</sup> Como veremos adiante, ao longo do ano de 1913, o seu mapa ganhou reconhecimento científico, tanto por uma comissão técnica do Ministério da Agricultura, quanto pelo Clube de Engenharia e Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. O apoio dessas instituições ao mapa

<sup>642</sup> CHAVES, Avelino de Medeiros. Problemas Acreanos. *O Alto Purus*. Sena Madureira, 25 de março de 1917. p. 1. Acervo FBN.

<sup>643</sup> O CRUZEIRO DO SUL. Delegacia do Ministério da Agricultura no Território do Acre: relatório apresentado do Sr Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio em 1912, pelo delegado engenheiro João Alberto Masô (conclusão). Cruzeiro do Sul, 09 de agosto de 1914. p. 1. Acervo FBN.



de João Alberto Masô indiretamente validou, em termos científicos, o projeto da Estrada de Ferro Lábrea-Acre.

Em fins de 1912 a bancada amazonense no Congresso apresentou uma emenda modificando o traçado da ferrovia aprovado no Plano de Defesa da Borracha. Avelino de Medeiros Chaves, com a ajuda do então governador do Amazonas, Jonathas Pedrosa (1913-1917) conseguiu mobilizar os líderes das bancadas da Câmara e do Senado dos estados da Bahia, Minas Gerais e Pará, de modo a aprovar a emenda. Avelino Chaves ainda conseguiu que Mário Ramos, engenheiro que trabalhava para a poderosa família Guinle, no Rio, subscrevesse o requerimento do novo projeto de ferrovia.<sup>644</sup> A proposta foi aprovada e o orçamento votado para o ano de 1913, no Congresso, autorizava o Ministério da Viação e Obras Públicas a iniciar o processo de estudos e subvenção para a construção da ferrovia.<sup>645</sup> O Congresso também confirmaria a concessão de exploração da nova via férrea a Avelino Chaves. “Foi uma verdadeira vitória”, comemoraria Chaves em entrevista ao jornal *Estado do Pará* em 09 de fevereiro de 1913.<sup>646</sup>

A modificação do traçado aprovada na Câmara e no Senado, contudo, contemplou apenas partes do projeto proposto por João Alberto Masô. O novo traçado da ferrovia ligaria Lábrea à cidade de Rio Branco, com ramais para Xapuri e Sena Madureira. A parte da via férrea que ligaria Xapuri ao Igarapé Bahia, Santa Rosa, Cruzeiro do Sul e Vila Seabra foi excluído durante os debates no Congresso Nacional.<sup>647</sup> Essa exclusão provavelmente ocorreu para aplacar a oposição de deputados e senadores à estrada, devido à traumática experiência dos altos custos da construção da ferrovia Madeira-Mamoré. Em 24 de setembro de 1912, o deputado amazonense Luciano Pereira viu-se obrigado a subir na tribuna e responder aos críticos da construção da estrada, que utilizavam justamente o exemplo da Madeira-Mamoré.<sup>648</sup>

---

<sup>644</sup> O CORREIO DO PURUS. Os progressos da Amazônia: importante “interview” do “Estado do Pará” com o Coronel Avelino de Medeiros Chaves. Lábrea, 09 de fevereiro 1913. p. 1-2. Acervo FBN.

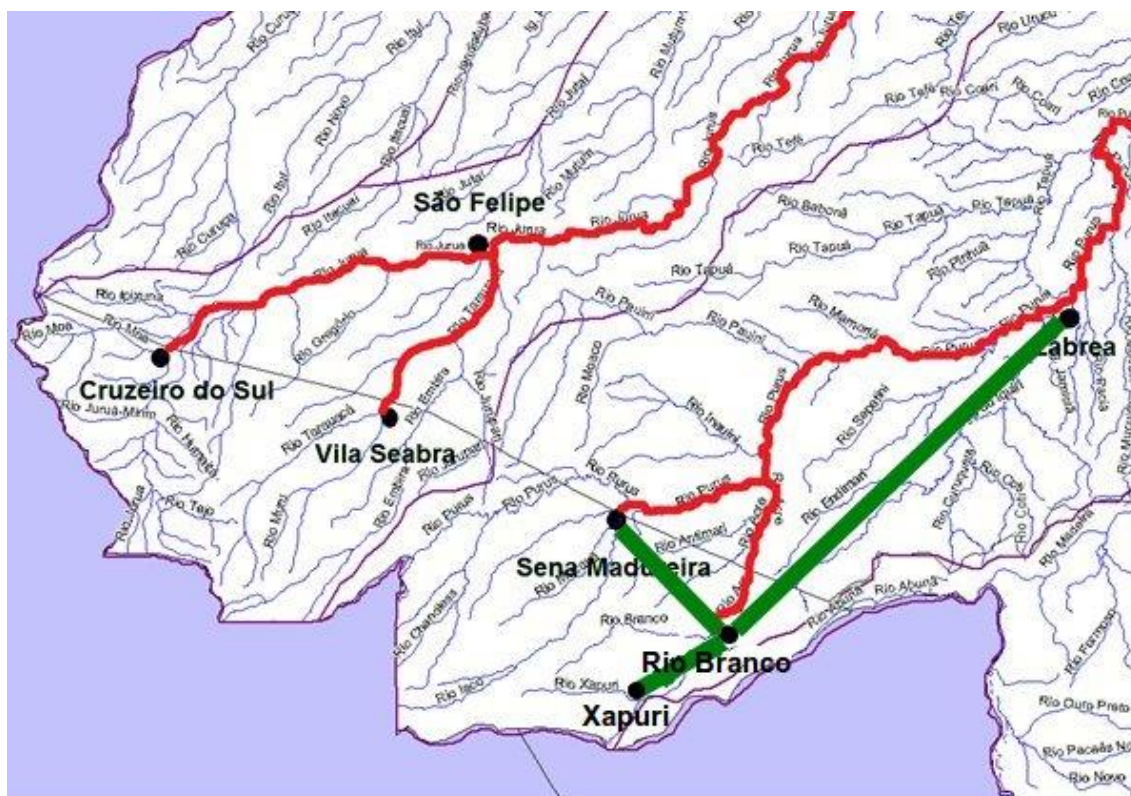
<sup>645</sup> O ALTO PURUS. Assuntos Acreanos: interessante entrevista concedida ao “Jornal do Comércio”, do Rio, pelo Coronel Avelino Chaves. Sena Madureira, 19 de março de 1916. p. 2. Acervo FBN.; CHAVES. *Necessidades capitais da Amazônia. op. cit.*, p. 9.

<sup>646</sup> O CORREIO DO PURUS. Os progressos da Amazônia. *op. cit.*

<sup>647</sup> O CORREIO DO PURUS. Estrada de Ferro de Lábrea. Lábrea, 07 de dezembro de 1913. p. 1-2. Acervo FBN.

<sup>648</sup> BRASIL. DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1912. p. 2626-2629.

**Mapa 12:** Traçado da E. F. Lábrea-Acre, conforme aprovado pelo Congresso em fins de 1912



Adaptação feita por André Vasques Vital do mapa hidrográfico original contido em

<http://hidroweb.ana.gov.br/>

Entretanto, contrariando expectativas, o Ministério da Viação e Obras Públicas ignorou completamente a autorização dada pelo Congresso Nacional para a construção da ferrovia. Diante dessa atitude, a bancada amazonense na Câmara e no Senado enviou, em 18 de setembro de 1913, um memorial ao ministro da viação José Barbosa Gonçalves cobrando a execução do art. 83 do orçamento da Viação e Obras Públicas aprovado no início do ano. O memorial transcrevia todo o art. 83 e ainda expunha uma relação de motivos sobre a importância da construção da estrada. Em 05 de novembro de 1913, o governador Jonathas Pedrosa assinou o decreto estadual n. 746, autorizando a concessão de faixas de terra marginais da ferrovia para indivíduo ou empresa construtora.<sup>649</sup> Esses movimentos eram formas de pressionar o MVOP a iniciar os trabalhos para a construção da ferrovia com o orçamento previsto para 1913.

Com a situação econômica do país se deteriorando, o orçamento de 1914 não contemplou o Plano de Defesa da Borracha. A Superintendência de Defesa da Borracha foi

<sup>649</sup> O CORREIO DO PURUS. Estrada de Ferro de Lábrea. Lábrea. *op. cit.* ; O ALTO PURUS. A Estrada de Ferro de Lábrea: o memorial apresentado ao ministro da viação e obras públicas. Sena Madureira, 18 de janeiro de 1914. p. 1. Acervo FBN.

extinta e a verba para a construção da Estrada de Ferro Lábrea-Acre foi excluída pelo Congresso. No Amazonas a decadência e miséria nos rios se intensificavam com o aprofundamento da crise da borracha, deixando o próprio governo amazonense com poucas condições de continuar pressionando pela construção da via. Em Lábrea, o coronel Manuel de Castro Paiva lamentou, em artigo publicado em *O Correio do Purus*, de 07 de junho de 1914, a exclusão das verbas para a ferrovia. Para ele, a construção da estrada de ferro seria fundamental, naquele momento, não só para facilitar a comunicação com o Território do Acre, mas para “dar pão a tantos infelizes (...) que estão na miséria e seguem para a morte”. Em seu artigo sobraram ainda críticas ao Congresso por contemplar financeiramente institutos agrícolas e o Serviço de Proteção aos Índios: “o orçamento de 1914 excluiu a verba necessária quando ainda faz contemplar despesas excessivas com a inútil proteção aos índios e aos pouco eficazes institutos agrícolas”.<sup>650</sup>

O que principalmente estava em jogo, para os coronéis Castro Paiva e Avelino de Medeiros Chaves, era a sua sobrevivência financeira diante da crise da borracha. A construção da estrada seria uma esperança de manutenção de algum poderio econômico dos seringalistas do médio Purus ligados à cidade de Lábrea. No caso de Avelino Chaves, a crise já se fazia sentir na *A. Chaves & Cia* pelas quedas anuais do preço da borracha. A E. F. Lábrea-Acre para Chaves seria uma forma de fugir da desgraça que poderia atingir os seringalistas do Iaco e da bacia amazônica, caso a crise da borracha se perpetuasse.

E foi justamente o coronel Avelino de Medeiros Chaves que manteve acesa a possibilidade de construção de uma ferrovia ligando Lábrea e os departamentos do Território do Acre. Após o fracasso de 1913, as discussões sobre a construção da ferrovia esfriaram. Contudo, Chaves manteve uma campanha solitária<sup>651</sup> em prol da estrada de ferro, tanto na imprensa quanto com contatos em Manaus e na Capital Federal, amargando sucessivos fracassos junto ao Ministério da Viação e Obras Públicas.<sup>652</sup> Os esforços por uma nova

<sup>650</sup> PAIVA, Manuel de Castro. A Crise. *O Correio do Purus*, 07 de junho de 1914. p. 1. Acervo FBN.

<sup>651</sup> Nota-se que nem mesmo o engenheiro João Alberto Masô mostrava-se mais interessado no projeto da ferrovia Lábrea-Acre, idealizado primeiramente por ele, em 1912. Na sua palestra à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro em abril de 1916, por exemplo, não há menção alguma sobre a importância do seu projeto para a região. O mesmo ocorreria em entrevistas concedidas nessa mesma época em jornais. Ver: MASÔ, João Alberto. *Território do Acre*: conferência realizada em 27 de abril de 1916 na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: S.N., 1916.

<sup>652</sup> O ALTO PURUS. Assuntos Acreanos: interessante entrevista concedida ao “Jornal do Comércio”, no Rio, pelo Coronel Avelino Chaves. Sena Madureira, 19 de março de 1916. p. 2. Acervo FBN.; CHAVES, Avelino de Medeiros. Problemas Acreanos. O Alto Purus. Sena Madureira, 25 de março de 1917. p. 1. Acervo FBN.; CHAVES. *Necessidades capitais da Amazônia*. op. cit, p. 8-9.

autorização do Congresso para a construção da ferrovia só teriam fim com a morte de Avelino Chaves em junho de 1919.

A postura do Ministério da Viação quanto à subvenção para a construção da ferrovia Lábrea-Acre foi a mesma durante as gestões de José Barbosa Gonçalves (1912-1914) e Augusto Tavares de Lyra (1914-1918). Ambas as gestões mantiveram silêncio em relação tanto à autorização do Congresso quanto aos pedidos feitos por Avelino Chaves e pela Associação Comercial de Manaus. Entretanto, em 1919, mesmo sem citar especificamente o caso do projeto Lábrea-Acre, o então ministro José Pires do Rio (1918-1922) sepultou qualquer possibilidade de construção dessa via em seu relatório ao então presidente Epitácio Pessoa (1919-1922).

O ministro Pires do Rio fez uma dura crítica à política de expansão de estradas de ferro no Brasil ao analisar os problemas financeiros enfrentados por empresas administradoras das vias férreas desde 1913. Segundo o ministro, praticamente todas as estradas de ferro brasileiras, excetuando as paulistas que serviam à região de exploração do café, davam prejuízos às empresas concessionárias e ao Governo Federal. Para ele, “80% dos nossos caminhos de ferro não compensam industrialmente o capital nelas empregado”.<sup>653</sup> E pior:

As vias férreas administradas pelo Governo deixam *déficits*; as companhias arrendatárias não prosperam e pedem revisão de contrato; as empresas particulares não dispensam amparo oficial e distribuem pequeno ou nenhum dividendo. Ainda assim, estamos a construir mais estradas de ferro.<sup>654</sup>

O ministro apontou que o problema residia nas zonas atendidas pela maior parte das ferrovias, cuja economia era frágil demais para que o fluxo de fretes suportasse os valores de manutenção das vias por parte das concessionárias. Assim, ele defendia a interrupção de construção e prolongamento de estradas de ferro, para que o Governo Federal se concentrasse nos trabalhos de conservação e melhoramento das vias já existentes, evitando perder o que já havia sido construído.<sup>655</sup>

Um dos casos mais emblemáticos, segundo José Pires do Rio, era o da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. No seu entender, este era um contra-exemplo. Citava a cifra de 60.000:000\$000 de custos com a construção dessa ferrovia e a total desesperança em

---

<sup>653</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. MINISTRO DR. JOSÉ PIRES DO RIO. *Relatório apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil em 1918*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. p. 15.

<sup>654</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>655</sup> *Ibidem*, p. 1-16.

conseguir qualquer retorno do valor gasto, graças à crise da borracha conjugada aos já altos custos do frete.<sup>656</sup> Sobre a possibilidade de construção de mais ferrovias na região Norte, beneficiando as praças de Manaus e Belém, ou de ferrovias ligando a Capital Federal ao Norte do Brasil, o ministro foi enfático ao citar o caso do projeto Pirapora-Belém, nascido também com o Plano de Defesa da Borracha, e que, na prática, ligaria Belém ao Rio de Janeiro:

Não vemos como justificar-se, numa época de aperturas financeiras, o gasto de centenas de milhares de contos numa ferrovia através de imensos desertos tropicais, de rápido povoamento muito problemático, com objetivo pequeno de ligar-se a cidade de Belém (com 130.000 habs.) ao Rio de Janeiro, por alguns milhares de quilômetros de estrada de bitola estreita e não lastrada de pedra, caminho penoso que raramente um passageiro preferiria à viagem costeira, cômoda e confortável, a bordo de grandes vapores comparáveis aos transatlânticos.<sup>657</sup>

O declínio da exploração econômica da borracha, a crise enfrentada pelas ferrovias no Brasil e os prejuízos advindos da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré desestimularam completamente o engajamento do MVOP no projeto ligando Lábrea ao Território do Acre. Diante da análise feita por João Pires do Rio, essa é a explicação mais plausível para o desinteresse dos ministros que o antecederam sobre a construção dessa ferrovia. Mesmo com a relevância estratégica do plano Lábrea-Acre, os custos com a construção e manutenção da via aumentavam os riscos de prejuízo econômico para o Governo Federal.

No Território Federal do Acre houve também aqueles que duvidaram da utilidade de uma ferrovia na região e não viam problemas na hegemonia exercida pelas vias fluviais nas comunicações. Foi o caso de Epaminondas Jacome, um dos médicos que há mais tempo vivia na região.<sup>658</sup> Em seu relatório de 1921, já como governador do Território do Acre, Jacome chamou de “fantasia” o projeto de ferrovia transacreana e quaisquer outros cogitados na região. Para ele, qualquer estrada de ferro unindo os departamentos teria utilidade apenas estratégica, sendo completamente inútil do ponto de vista econômico por não existir comércio entre as cidades. Em relação ao comércio das cidades do Território do Acre com Manaus e Belém, o governador considerava que os rios já serviam bem a esse propósito.<sup>659</sup>

---

<sup>656</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>657</sup> *Ibidem*, p. 15-16.

<sup>658</sup> Epaminondas Jacome foi um dos médicos a participar do Corpo de Saúde das forças que lutaram contra o exército boliviano em 1903.

<sup>659</sup> TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE. *Relatório apresentado (...) julho de 1922.op. cit.*, p. 21-22.

Assim, a ideia de uma estrada de ferro no Território Federal do Acre, integrando os departamentos, nunca se tornaria uma realidade. Mesmo tendo importância estratégica para o Governo Federal e comercial para os seringueiros do Território do Acre, a Estrada de Ferro Lábrea-Acre permaneceria como uma vertigem civilizatória irrealizável devido aos seus altos custos e pela perspectiva de prejuízos em curto e médio prazos, semelhante ao projeto de Reserva Florestal do Território do Acre. Poucas décadas mais tarde, a ideia de uma ferrovia que integrasse as cidades do Território deu lugar à noção de “transaereana aérea”. Com a emergência da viação civil, foram sepultados de vez os planos de uma estrada de ferro na região.<sup>660</sup>

#### 4. 4 – João Alberto Masô e os agentes do Estado no Território do Acre

Em 27 de abril de 1916, o então ex-delegado do MAIC no Território do Acre, João Alberto Masô, proferiu uma palestra na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. A Sociedade, na época, estava sob a presidência do Gen. Gregório Thaumaturgo de Azevedo, ex-prefeito do Departamento do Alto Juruá e membro da Comissão da Carta Geral do Brasil. Masô estava ali com o objetivo de apresentar uma versão atualizada de sua Carta Geográfica do Território Federal e pleitear o reconhecimento do seu trabalho pelo Clube de Engenharia, pela Comissão da Carta Geral do Brasil e pela Sociedade de Geografia por meio de uma medalha de mérito científico.<sup>661</sup> Nessa ocasião, o engenheiro expôs, inclusive, detalhes sobre as dificuldades que enfrentou como delegado do MAIC no Acre entre 1910 e 1914.

O engenheiro suíço João Alberto Masô chegou a Sena Madureira em meados de 1910, como delegado do Ministério da Agricultura. Dentre seus objetivos na região estava o de ser informante do MAIC sobre o estado dos seringais: deveria avaliar formas de impedir a devastação das seringueiras, propor meios de controle dos seringais por parte do Governo Federal e coordenar atividades nos campos de experiência agrícola. Fazia parte também das suas atribuições, realizar experiências com o plantio de seringueiras e distribuir sementes entre os habitantes locais para incentivar a agricultura. Receberia para isso, 1:500\$000 mensais e mais diárias de 15\$000 quando realizasse viagens pela região.<sup>662</sup> Do escritório da

---

<sup>660</sup> TOCANTINS. *O Rio Comanda a Vida. op. cit*, p. 126.

<sup>661</sup> MASÔ. *Território do Acre. op. cit*,

<sup>662</sup> O CRUZEIRO DO SUL. *A Borracha do Acre. Cruzeiro do Sul, 16 de janeiro de 1910. p. 1. Acervo FBN.*

Delegacia do Ministério da Agricultura, na avenida Caeté, em Sena Madureira, ele distribuía sementes a prováveis agricultores, coordenava projetos e, ocasionalmente, escrevia artigos incentivando a agricultura.<sup>663</sup>

No Território do Acre, Masô mostrou-se um entusiasta do desenvolvimento de outras formas produtivas não associadas à extração do látex, uma das bandeiras do MAIC na região e em nível nacional. Em artigo publicado na *Revista da Sociedade Brasileira de Geografia* do Rio de Janeiro, por exemplo, Masô chegou mesmo a questionar se não era preferível a inexistência do chamado “ouro negro”, tendo em vista as inexploradas riquezas da flora e fauna das bacias do Purus e Juruá.<sup>664</sup> Suas publicações tendiam a fazer propaganda sobre as espécies vegetais nativas que poderiam ser alvo de exploração econômica. Dentre elas estavam plantas medicinais, madeiras para construção civil e naval, frutas e etc.

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, órgão do qual Masô era representante, foi criado em 1906, por iniciativa da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) a partir de manobras políticas no Congresso, sendo regulamentado em 1909, guardando as mesmas ideias e ações defendidas por essa Sociedade. A SNA existia desde 1897, congregando produtores rurais de vários estados, cuja atividade estava voltada para o mercado interno do país, ou seja, não eram pertencentes ao setor cafeeiro. Acreditavam especialmente que o problema do atraso econômico do país estava atrelado à monocultura e ao extrativismo. Assim as políticas, tanto quanto as publicações oficiais da Sociedade Nacional de Agricultura e do MAIC, nessa época, incentivavam a diversificação da produção agrícola e o conhecimento sistemático da flora e fauna nacionais.<sup>665</sup> Essa condição explica, em parte, o entusiasmo de João Alberto Masô pela diversificação produtiva no Território do Acre.

Os incentivos de Masô à diversificação das formas de exploração econômica nos rios faziam dele um bom representante do MAIC. Inicialmente, ele também se manteve relativamente afastado das lutas políticas que animavam a guerra dos rios, enquanto publicava relatórios e artigos que desagradavam as elites seringalistas do rio Iaco, e mesmo as do rio Acre. Sua forma mais ou menos independente de atuação o tornou figura controversa na área Iaco-Acre. Uma das atitudes de Masô que provavelmente potencializou a ojeriza dos

---

<sup>663</sup> Ver, por exemplo: O ALTO PURUS. Delegacia do Ministério da Agricultura. Sena Madureira, 07 de agosto de 1910. p. 2. Acervo FBN.

<sup>664</sup> MASÔ, João Alberto. Flora e Fauna Amazonense e Acreana. *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*. Tomos XIX, XX, XXI, anos de 1906-1907-1908. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918. Acervo FBN.

<sup>665</sup> Ver: MENDONÇA. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil. *op. cit.*; MELLO. *O “Agricultor Progressista”*. *op. cit.* p. 60-100.

seringalistas iacoaras, foi o fato dele ter empregado na Delegacia do Ministério da Agricultura nada menos que Francisco de Assis Hollanda. Ele era um dos filhos do seringalista Luiz Hollanda, aliado da *J. Gadelha & Irmãos* e proprietário do seringal Arapixi, no Caeté.<sup>666</sup>

Em 1912, os seringalistas do rio Iaco lançaram uma campanha contra Masô na imprensa carioca, financiando a publicação de artigos de autoria de Samuel Barreira. Barreira acusou João Alberto Masô de ter destruído um terreno em Sena Madureira onde seria demarcado um bosque público em 1911. Ainda segundo Barreira, o “alviçareiro” Masô apresentava em artigos e relatórios apenas o Acre explorado e conhecido há cerca de meio século por pessoas mais “doutas e autorizadas”, desde os próprios proprietários seringalistas da região até os viajantes Louis Agassiz e Euclides da Cunha.<sup>667</sup> Em 1914, a ofensiva partiu do rio Acre, quando os campos de experimentação agrícola foram classificados pelo jornal *Folha do Acre*, em Rio Branco, como “onerosa inutilidade” e o delegado do Ministério da Agricultura, como exemplo de “como possuir um emprego para ganhar a vida... somente!”.<sup>668</sup> Até o cientista Carlos Chagas, em seu relatório, ajudou nas hostilidades. A partir de informações e dados apresentados pelo seringalista e então prefeito do Alto Acre, Deocleciano de Souza, Chagas afirmou: “O Ministério da Agricultura mantém também em Rio Branco um campo de experiências de resultados pouco apreciáveis”.<sup>669</sup> Para a sorte de Masô, Oswaldo Cruz cortou o “de resultados pouco apreciáveis” no manuscrito, impedindo que a crítica fosse para a versão final do relatório.

Se por um lado Masô foi atacado por seringalistas do Iaco e Acre, por outro ele conquistou a simpatia de prefeitos e seringalistas no Juruá e Tarauacá, departamentos nos quais o seu trabalho foi mais elogiado e reconhecido. No entanto, os elogios eram voltados principalmente para o seu esforço em produzir uma Carta Geográfica do Território do Acre, algo não explicitamente previsto em suas atribuições como delegado do Ministério da Agricultura.<sup>670</sup>

<sup>666</sup> O ALTO PURUS. Delegacia do Ministério da Agricultura em Sena Madureira. Sena Madureira, 18 de junho de 1911. p. 3-4. Acervo FBN.

<sup>667</sup> FOLHA DO ACRE. Coisas do Acre: o relatório do Sr. Masô é comentado na “Folha do Dia”, do Rio. Pennápolis, 9 de junho de 1912. p. 1. Acervo FBN.

<sup>668</sup> O ALTO PURUS. Masô versus Raposo. Sena Madureira, 21 de junho de 1914. p. 2. Acervo FBN.

<sup>669</sup> CHAGAS, Carlos; LEÃO, Pacheco; PEDROSO, João. Relatório dos estudos realizados nos rios Purus, Acre e Iaco. Rascunho manuscrito presente no Fundo Carlos Chagas, subgrupo Outras Doenças, série Relatórios [CC.05.03.012], no acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação.

<sup>670</sup> A cartografia emerge no século XIX com o fortalecimento de sociedades geográficas na Europa, dedicadas ao reconhecimento e mapeamento de territórios além-mar, presenciando seu ápice entre as décadas de 1870 e 1890, no início da corrida imperialista. Na América Latina, houve a proliferação de sociedades geográficas, nos moldes europeus, com o objetivo de organizar os espaços nacionais, servindo ao Estado no reconhecimento territorial e



O objetivo de João Alberto Masô, com sua carta geográfica, era que o seu trabalho fizesse parte de uma nova carta nacional, a Carta Geral do Brasil. A Comissão da Carta Geral do Brasil foi organizada em 27 de março de 1903, pelo Ministério da Guerra, estipulando orçamento, regras, prioridades e outros procedimentos relativos à confecção da Carta.<sup>671</sup> As primeiras áreas priorizadas pela Comissão foram o Rio de Janeiro, pela maior facilidade, e o Rio Grande do Sul, pela urgência estratégica. A região da bacia amazônica estava distante das prioridades do exército, naquele momento, pelas dificuldades logísticas e operacionais, aliadas ao reduzido contingente militar e a enormidade da área.<sup>672</sup> Contudo, em mais de dez anos, a Comissão da Carta Geral do Brasil não conseguiu concluir os trabalhos no Rio Grande do Sul, devido a problemas financeiros e de alta rotatividade dos militares que atuavam no órgão. Foi suplantada por outra comissão formada pelo Clube de Engenharia, em 1915, que propôs métodos mais rápidos de efetivar o levantamento cartográfico para a confecção de uma Carta Geral do Brasil para ser apresentada nas comemorações do centenário da independência em 1922.<sup>673</sup>

O deslizamento da prerrogativa da produção da Carta Geral do Brasil de uma entidade pública, visando à segurança nacional, para uma entidade privada com interesses econômicos e de prestígio científico, coincide com o deslocamento de Masô e de sua Carta Geográfica do Território do Acre. Em 30 de dezembro de 1912, o então delegado do Ministério da Agricultura no Território do Acre apresentou sua primeira versão da Carta do Território Federal do Acre ao então ministro Dr. Pedro de Toledo. No relatório junto à Carta, Masô já indicava que “se tal trabalho fosse feito por uma comissão especial, custaria aos cofres

---

na construção do imaginário nacional. Em 1883 foi fundada a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, na esteira da institucionalização da geografia, dissociando-se do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Anos antes, em 1876, o Ministério da Agricultura, do Comércio e das Obras Públicas (MACOP) produziu uma Carta Geral do Império, com o objetivo de traçar planos de incentivo da expansão da agricultura e construção de infraestrutura de comunicações para a integração econômica do interior do Brasil. Uma carta, diferente de um mapa, é um documento que contém representações muito detalhadas de aspectos físicos de um determinado espaço geográfico, permitindo avaliações precisas de distâncias, direções e localizações, sistematizadas a partir de convenções nacionais ou internacionais. No início do século XX, a cartografia era de fundamental importância para o gerenciamento e controle estatal das áreas que compunham o espaço nacional. Ver: PEREIRA, Sergio Nunes. *Obsessões Geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 112-124, jun. dez. 2005.; CARDOSO, Luciene Pereira Carris. *Os Congressos Brasileiros de Geografia entre 1909-1944. História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 85-103, jan.-mar. 2011.; CAPILÉ, Bruno; VERGARA, Moema Rezende. *Circunstâncias da Cartografia no Brasil Oitocentista e a Necessidade de uma Carta Geral do Império*. *Revista Brasileira de História das Ciências*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 37-49, jan.-jun. 2012.

<sup>671</sup> BERNARDINO, Maria Gabriela de Almeida. *Um Mapa Para a República: a Comissão da Carta Geral do Brasil (1903-1932)* 119 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013. p. 48.

<sup>672</sup> *Ibidem*, p. 49.

<sup>673</sup> *Ibidem*.

públicos de duas a três centenas de contos de réis”.<sup>674</sup> De fato, o documento foi apresentado no Clube de Engenharia e na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro em 1913, recebendo muitos elogios. Comissões especiais dessas duas sociedades atestaram o valor científico da Carta. Em outubro de 1913, outra comissão formada por técnicos do Ministério da Agricultura emitiu parecer favorável ao trabalho. Esses pareceres foram cruciais para que o ministro Pedro de Toledo premiasse a iniciativa de Masô com 20 contos de réis que deveriam ser pagos pela Superintendência de Defesa da Borracha no exercício de 1914.<sup>675</sup>

Parecia que os esforços de João Alberto Masô em manter-se afastado das lutas políticas nos departamentos, buscando servir majoritariamente aos interesses do Governo Federal, seriam recompensados. Entretanto, o Congresso Nacional, durante a votação do orçamento do poder executivo para o ano de 1914, decidiu aprovar a dissolução da Superintendência de Defesa da Borracha e da Delegacia do Ministério da Agricultura no Território do Acre. O delegado, então, ficaria sem o seu prêmio e desempregado.<sup>676</sup>

Masô era um agente do Governo Federal com o objetivo de incentivar novas formas de exploração econômica no Território do Acre e produzir conhecimento sobre a região com finalidade também estratégica. Seu trabalho era fundamental para a conformação de um ciclo de acumulação<sup>677</sup> de conhecimentos sobre as bacias do Purus e Juruá para o efetivo controle e integração da área anexada em 1903 pelo Tratado de Petrópolis. A Carta do Território Federal do Acre era um produto importante desse trabalho. Contudo, a postura do Governo Federal em relação ao engenheiro suíço foi similar a que teve com os prefeitos dos departamentos, e outros agentes do Estado na região: a de abandono. Masô escrevia detalhados relatórios anualmente para o Ministério da Agricultura que eram majoritariamente ignorados. Pior, como já foi mencionado, ele não era nem mesmo consultado antecipadamente sobre os planos que o MAIC e outros órgãos tinham para a região, a exemplo do malfadado projeto de reserva

---

<sup>674</sup> O CRUZEIRO DO SUL. Delegacia do Ministério da Agricultura no Território do Acre: relatório apresentado do Sr Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio em 1912, pelo delegado engenheiro João Alberto Masô (conclusão). Cruzeiro do Sul, 09 de agosto de 1914. p. 1. Acervo FBN.

<sup>675</sup> MASÔ. *Território do Acre*. *op. cit.*, p. 12.

<sup>676</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>677</sup> Ciclo de acumulação é definido por Bruno Latour em estreita relação com o conhecimento, que é definido como “familiaridade com eventos, lugares e pessoas”. O ciclo de acumulação envolve “como trazer as coisas de volta a um lugar para que alguém as veja pela primeira vez e outros possam ser enviados para trazer mais coisas de volta”. Um dos exemplos citados por ele é do processo de construção de mapas. Ver: LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000. p. 356-357.

florestal. Como vimos, o mesmo aconteceu com o projeto de ferrovia contido no Plano de Defesa da Borracha.<sup>678</sup>

Contudo, para João Alberto Masô, o que estava em jogo era a sua carreira e seu prestígio individual enquanto engenheiro. Mesmo desempregado, Masô decidiu retornar ao Território Federal do Acre, com recursos próprios, por acreditar que poderia melhorar a qualidade de sua carta e, assim, pleitear maior reconhecimento científico. Na verdade, essa nova versão da carta tratava-se de uma atualização, na verdade uma readequação a novas convenções. Havia uma distância física de Masô em relação ao centro decisório do Estado brasileiro, mas ele estava completamente imerso nos debates da cartografia do seu tempo. Foi na esteira desses debates que, em 1913, houve uma Conferência Internacional em Paris, definindo e ratificando critérios internacionais da cartografia, padronizando convenções cartográficas em nível mundial.<sup>679</sup> Em 1915, o Clube de Engenharia iniciou a produção da Carta Geral do Brasil, dentro das novas convenções, para as comemorações do centenário da independência, período que coincide com o retorno de Masô ao Acre para rever a Carta Geográfica do Território do Acre.

Nesse segundo momento, o engenheiro precisou se aproximar e trabalhar para aqueles que simpatizavam com ele no Território. Em Vila Seabra, no Tarauacá, João Alberto Masô passou um ano corrigindo e adicionando mais detalhes à Carta. Prestou serviços de demarcação de terras e seringais para a prefeitura do Tarauacá e para seringalistas desse departamento, recebendo também pela intendência municipal de Seabra.<sup>680</sup> Em 1916, Masô finalmente voltou à Capital Federal e apresentou a segunda versão de sua Carta para a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, requerendo uma medalha de ouro por mérito da obra. Nessa época, viajou também por vários estados palestrando sobre a geografia do

---

<sup>678</sup> Os médicos designados pelo Governo Federal a atuar no Território do Acre, também foram vítimas de descaso e de repentinas dissoluções das repartições onde atuavam, a exemplo do que aconteceu com João Alberto Masô. Jesuíno de Albuquerque, resignado, deixaria o Purus depois que o Congresso Nacional dissolveu a Superintendência de Defesa da Borracha. Astolpho Margarido da Silva, completamente integrado à vida política do Departamento do Alto Purus, permaneceu em Sena Madureira após a dissolução da Comissão de Obras Federais. Samuel Domingues Uchôa foi outro médico surpreendido pelo repentino fim da Delegacia de Recenseamento do Território do Acre, no qual era diretor, em outubro de 1911. Desempregado, Uchôa ainda enfrentou uma truculenta cobrança de prestação de contas do Governo Federal, o que provavelmente aumentou a indignação do médico com a União. Uchôa participaria, meses depois, do serviço de saúde da revolta autonomista de 1912.

<sup>679</sup> BERNARDINO. *Um Mapa Para a República*. *op. cit*, p. 85.

<sup>680</sup> Ver, por exemplo: O MUNICÍPIO. Emboras: aniversários. Vila Seabra, 25 de julho de 1915. p. 2. Acervo FBN.; O MUNICÍPIO. Sessão extraordinária do conselho municipal. Vila Seabra, 11 de julho de 1915. p. 2. Acervo FBN.; O MUNICÍPIO. Balancete da intendência municipal de Tarauacá, relativo ao mês de outubro de 1915. Vila Seabra, 23 de janeiro de 1916. p. 3. Acervo FBN.

Território do Acre, do Beni e Ucayali, realizando conferência, inclusive, na Universidade Livre de Manaus.<sup>681</sup>

Na conferência de 27 de abril de 1916, na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, João Alberto Masô falou sobre história, geografia, economia, agricultura no Território do Acre e apresentou a segunda e mais completa versão da Carta. Dada a efervescência dos debates sobre a reorganização do Território do Acre, o engenheiro não se furtou a dar sua opinião. Enfatizou que o Departamento do Alto Acre era o mais populoso, mais rico, com maior estrutura de comunicações com a Capital Federal e tinha, no rio Acre, uma via de comunicação que não era interrompida pelas vazantes anuais, ao contrário do que ocorria nos demais departamentos. Ainda assim, ele considerava que o Congresso deveria manter a organização vigente em departamentos, dotando as prefeituras e intendências de mais recursos financeiros, concomitantemente à redução dos impostos sobre a borracha e das tarifas telegráficas.<sup>682</sup>

Entretanto, o ponto mais repetido na palestra de Masô foi seu próprio mérito em produzir a Carta Geográfica do Território do Acre. Ele considerava que merecia ser, de algum modo, recompensado e, assim, sublinhou o dramático esforço pessoal despendido na confecção da carta. Lançou mão também da retórica do desprendimento pessoal e financeiro a serviço da ciência e do Estado, enfatizando o quanto teve que enfrentar o chamado “inferno verde”.

Senhores, quem conhece o “inferno verde” bem poderá aquilatar os esforços que despendi para organizar, tal qual ali se ostenta, o mapa do Território do Acre. Um empreendimento desta ordem, levado a efeito pelo Governo Federal, não custaria menos de 400 contos de réis ao erário público. E, na verdade, posso garantir que esse trabalho absorveu todas as minhas economias e a melhor parte da minha existência. Ao contempla-lo, imagino e sinto o número de anos de que encurtei a minha vida, neste árduo trabalho.<sup>683</sup>

Além de exaltar a si mesmo, o engenheiro alardeou a importância de uma cartografia da região:

Na região do Beni, em qualquer ponto do Território e no extenso vale do Ucayali, as torres telegráficas que lá se ostentam, anunciam que as lendárias nações dos autóctones de outrora estão hoje incorporadas a civilização e ao

<sup>681</sup> O MUNICÍPIO. O Acre e seu futuro – um trabalho de extraordinário valor: entrevista com o dr. João Alberto Masô. Vila Seabra, 12 de março de 1916. p. 3. Acervo FBN.

<sup>682</sup> MASÔ. *Território do Acre. op. cit.*, p. 19-20.

<sup>683</sup> *Ibidem*, p. 21.

comercio do mundo. Como pois admitir que tamanha zona, onde se encontram espalhados pelo comércio e em benfeitorias avultados capitais, onde o movimento administrativo é extenso, não seja conscienciosamente representada por um bom mapa?<sup>684</sup>

O esforço de João Alberto Masô por reconhecimento nas sociedades científicas se justificava pelos diminutos e intermitentes incentivos concedidos pelo Estado aos seus agentes no Território do Acre. Diante da postura do Governo Federal, a maioria dos médicos, engenheiros, militares e outros que atuaram na região deixou-se levar por alianças políticas e comerciais vantajosas para si mesmos. Buscavam sobreviver, de alguma forma, no sistema político e econômico dominado pelo barracão, a “casa-grande” do Território do Acre. Masô preferiu seguir em busca dos seus objetivos profissionais na Capital Federal e, frente aos problemas enfrentados com a esfera pública, se apoiou também no barracão para alcançar seus objetivos. Se sua atuação no Território do Acre não servia para mudanças substanciais na região, que servisse, então, para alavancar a sua carreira. O reconhecimento da carta como sendo o mais detalhado mapeamento das bacias do Purus, Juruá, Beni e Ucayali consolidaria a sua carreira e aumentaria a possibilidade de sua Carta Geográfica do Território do Acre fazer parte da Carta Geral do Brasil.

João Alberto Masô conquistou o que almejava. Em 13 de julho de 1916, a assembléia geral da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro concedeu, por unanimidade de votos, uma medalha de ouro de “mérito científico” ao engenheiro suíço pela Carta Geográfica do Território do Acre. Era a primeira condecoração que a Sociedade de Geografia concedia a alguém.<sup>685</sup> Esse trabalho provavelmente foi utilizado na Carta Geral do Brasil, pois a Comissão responsável também aprovou o trabalho de Masô, como pode ser visto na inscrição da Carta Geográfica do Território do Acre.<sup>686</sup>

---

<sup>684</sup> *Ibidem.*

<sup>685</sup> *Ibidem.*

<sup>686</sup> Infelizmente todas as versões da Carta Geográfica do Território do Acre de João Alberto Masô encontradas eram enormes, não sendo possível tirar uma fotografia que contemplasse todo o trabalho. Mesmo uma versão digitalizada da Carta está separada em diversos pedaços como um quebra-cabeça.

**Foto 16:** Descrição da Carta Geográfica do Território do Acre de João Alberto Masô (1907-1917)



**Acervo:** CDPI - Comissão Pró-Índio do Acre

A história das iniciativas do Estado brasileiro para a construção de infraestruturas para a integração do Território Federal do Acre, nas duas primeiras décadas do século XX, é uma história de fracassos. Esses fracassos são resultantes do difícil diálogo entre as elites seringalistas e o Governo Federal. Não houve qualquer entendimento ou tentativa de diálogo dos dois lados, de modo que as autoridades na Capital Federal agiram, em vários momentos, às cegas em relação às realidades, limitações e reivindicações locais. Mesmo as informações prestadas por agentes do Governo Federal no Acre eram pouco consideradas na conformação desses planos. Por outro lado, os seringalistas se consideravam legítimos conhecedores das realidades locais, opondo-se aos planos que não levavam em consideração os seus

conhecimentos, reivindicações e, principalmente, os seus poderes. Como resultado, os próprios seringalistas continuaram a prover uma infraestrutura mínima que atendesse aos seus interesses, financiando, eles próprios, instrumentos propícios à manutenção, mesmo que precária, da ordem.

As rodovias ligando as capitais dos departamentos foram construídas e, logo em seguida, abandonadas devido a vários fatores que tornavam os varadouros a opção mais econômica, segura e viável do ponto de vista de sua manutenção. A Reserva Florestal do Território do Acre ficou apenas no decreto, frente aos prejuízos que o Governo Federal viria a sofrer na desapropriação dos seringais e a perspectiva de violentas reações das oligarquias fluviais. A Estrada de Ferro Lábrea-Acre foi um projeto que animou alguns grupos no Território do Acre, mas, frente aos altos custos de sua construção e perspectiva de pouca rentabilidade, foi descartada. Por fim, a Carta Geográfica do Território do Acre foi iniciada com investimento público do MAIC, mas só foi finalizada com recursos financeiros dos barracões e da prefeitura do Tarauacá, sob o controle dos seringalistas.

Como veremos no capítulo seguinte, o difícil diálogo entre as elites seringalistas e o Governo Federal levou também a várias tensões envolvendo o Congresso Nacional e as oligarquias fluviais. Essas tensões culminaram nas rebeliões autonomistas de 1910 e 1912, momento em que ficou mais claro, na Capital Federal, que os seringalistas uniam-se às dinâmicas do ciclo hidrológico dos rios para fortalecer suas posições políticas frente à União.

## **CAPÍTULO 5 – A POLÍTICA DOS CORPOS DE ÁGUA: SENA MADUREIRA E OS MOVIMENTOS AUTONOMISTAS DE 1910 E 1912**

O Acre será em breve estado autônomo, porque os acrianos o querem, a natureza o favorece e a dignidade o impõe.

Carlos de Vasconcellos (1910)

A hegemonia dos rios na circulação entre os departamentos e entre o Território do Acre e o Brasil continuou praticamente intacta diante dos debates e fracassos dos projetos de infraestrutura para a melhoria das comunicações. Essa situação gerou problemas para o Governo Federal por fortalecer os interesses políticos dos seringalistas e, principalmente, dos grupos autonomistas. Aqui será analisado o lugar dos rios e do ciclo hidrológico nas disputas políticas envolvendo temas como a autonomia estadual, disputas políticas locais e a reorganização do Território Federal do Acre. A presença política do rio nas disputas envolvendo a autonomia do Território será mapeada por meio do seu papel durante as revoltas autonomistas e nos indícios do seu impacto nos acontecimentos políticos envolvendo a integração política do Acre.

Na primeira parte do capítulo será analisada a postura do executivo federal e do Congresso Nacional em relação às aspirações de autonomia estadual no Território do Acre e as rebeliões autonomistas nos departamentos. Será abordado também o protagonismo das elites seringalistas frente às revoltas autonomistas de 1910 e 1912, sobretudo a estratégia de proclamar a elevação estadual do Território do Acre nos períodos de vazante dos rios.

A relação entre vazante dos rios, malária e rebeliões autonomistas teve impactos na Capital Federal. Esse será o tema da segunda parte do capítulo, na qual serão abordadas as visões sobre uma aliança política entre seringalistas e rios nas charges publicadas em jornais do Rio de Janeiro, em especial *O Malho*. Tanto nas charges, como em editoriais de jornais cariocas, a difícil navegação dos rios e as epidemias de malária, que se intensificavam no período das vazantes, foram interpretadas como o maior obstáculo do Governo Federal na subjugação dos movimentos autonomistas. Seringalistas, rios e a malária eram percebidos



pela imprensa carioca como partes entrelaçadas de uma mesma natureza hostil, uma antítese da civilização que impedia o efetivo controle federal sobre a região.

## **5.1 – Os debates sobre a autonomia no Congresso Nacional e as rebeliões autonomistas (1910-1912)**

### **5.1.1– As ações do Executivo Nacional no Território do Acre**

Pelo decreto nº 5. 188, de 07 de março de 1904, a administração política dos departamentos do Território Federal do Acre ficou a cargo do executivo nacional, por meio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI). Os prefeitos eram nomeados pela Presidência da República, mas o órgão que centralizava e mediava toda a comunicação oficial entre os departamentos e a União era o Ministério da Justiça.<sup>687</sup>

Em menor medida, poderiam haver informações disponibilizadas pelo Ministério da Guerra, repassadas pelo comandante do Primeiro Distrito Militar (Amazonas), pois os departamentos ficaram sob a sua jurisdição pelo decreto de março de 1904. Entretanto, a partir das cartas contidas nos arquivos do Ministério do Interior, foi possível detectar que tanto o Primeiro Comandante como os Ministérios da Guerra e da Marinha envolviam-se com o Território do Acre apenas nos momentos de conflito armado, quando acionados pelo presidente da República. Apenas os oficiais da Companhia Regional do Território ficavam sob as ordens do Ministério da Guerra. Os demais oficiais do exército que atuavam no Território, sejam prefeitos, inspetores de linhas telegráficas, engenheiros, médicos, e outros, eram liberados para o MJNI, ficando sob a sua responsabilidade. A dinâmica era: o ministro da justiça enviava telegrama ao ministro da guerra ou da marinha, requisitando os serviços de algum oficial específico, e este oficial era, então, momentaneamente dispensado para servir na pasta de Negócios Interiores.

---

<sup>687</sup> BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, MINISTRO J.J. SEABRA. *Relatório dos anos de 1903 e 1904 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em março de 1904*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904. p. 519-526.

A qualidade das informações que chegava até a Presidência da República, e mesmo aos ministérios, era muito ruim devido ao envolvimento dos agentes da União com as lutas políticas locais. Rivadavia da Cunha Corrêa, ministro da justiça do presidente Hermes da Fonseca (1910-1914), por exemplo, ao tomar posse em novembro de 1910, encontrou completamente dissolvidas as prefeituras e o judiciário do Território. Magistrados, prefeitos e outros indivíduos não alinhados com as oligarquias hegemônicas foram obrigados a fugir depois das rebeliões autonomistas. O ministro revelou que tivera dificuldades em solucionar o problema porque “as notícias que ao conhecimento do Governo chegavam eram as mais desencontradas, as mais opostas, não sendo possível fazer-se uma ideia, sequer aproximada, da situação naquele território, nem de quais os verdadeiros culpados pelo dismantelo que lá reinava”.<sup>688</sup> Vendo que não podia confiar nas informações oficiais e oficiosas vindas dos departamentos, Hermes da Fonseca ordenou a exoneração de todos os prefeitos e sub-prefeitos do Território, buscando, assim, recomeçar as administrações.<sup>689</sup>

Diante da força das oligarquias fluviais e da dificuldade de controle estatal do território, em função da difícil comunicação e falta de informações fidedignas, o executivo federal buscou até o governo Hermes da Fonseca, costurar um pacto com as elites locais. O Governo Federal nomeava um prefeito, geralmente a revelia dessas elites, e caso tivesse notícias de tensões muito elevadas ou se esse mesmo prefeito fosse deposto, a União o substituíria sem a necessidade de enviar tropas federais para a área.

Foi esse o caso de Bento Anibal do Bonfim, primeiro prefeito substituto do Tarauacá durante a gestão Antônio Antunes de Alencar em 1914. Bonfim era seringalista no Tarauacá e chegou ao poder quando Alencar pediu licença da prefeitura por motivos de doença. De julho a outubro de 1914, o coronel Bonfim imprimiu uma administração impopular e autoritária proibindo os jornais de fazer críticas ao seu governo. Entretanto, em 29 de setembro de 1914, o major Francisco Olímpio, dono do seringal Cocamêra, invadiu os arredores da capital do Tarauacá com um grupo armado, capturou um homem que tinha dívidas com ele e o levou amarrado para o seu barracão. O major Olímpio era inimigo político de Bonfim e assim que a esposa da vítima deu queixa na polícia, o prefeito acionou tropas do exército para invadir

---

<sup>688</sup> BRAZIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, MINISTRO RIVADAVIA DA CUNHA CORRÊA. *Relatório dos anos de 1910 e 1911 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em abril de 1911*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911. p. XIII.

<sup>689</sup> *Ibidem*, p. XIV.

Cocamêra. A investida terminou na derrota das forças da prefeitura.<sup>690</sup> Obstinado, o coronel Bonfim requisitou intervenção do comandante do 1º Distrito Militar, que mobilizou 75 homens e metralhadoras para o Tarauacá.<sup>691</sup> Mas antes mesmo que essa força seguisse para Vila Seabra, o Governo Federal decidiu exonerar Bonfim e entregar a administração nas mãos do também seringalista coronel José Victorino de Menezes, amigo e aliado do major Olímpio pacificando, assim, o departamento.<sup>692</sup>

Algo similar aconteceu com o prefeito Leônidas Benício de Mello no Alto Acre em 1910. Após a revolta autonomista no Juruá, Mello passou a hostilizar as lideranças autonomistas e proprietários do rio Acre procurando formar uma milícia própria por desconfiar que a Companhia Regional, sob a liderança do capitão Fábio Fabrizzi, apoiava as pretensões dos seringalistas locais. De fato, Fabrizzi considerava o prefeito Mello uma ameaça a ordem local por se recusar a dialogar com os seringalistas do rio Acre. Diversos proprietários mobilizaram homens, sob a liderança do médico Esperidião de Queiroz Lima, forçando Fábio Fabrizzi a derrubar o prefeito Leônidas de Mello em novembro de 1910. Logo após a deposição, Mello foi exonerado pelo governo Hermes da Fonseca.<sup>693</sup>

O caso de Leônidas Benício de Mello repercutiu nos jornais da Capital Federal. O caricaturista Luis Gomes Loureiro criticou, na charge “Exonerações Acres”, publicada na revista *O Malho*, a difícil situação dos prefeitos do Território do Acre: por um lado, sob a tutela das elites seringalistas, geralmente com o apoio das Companhias Regionais, e, por outro, desprestigiados pelo Governo Federal. O sabre dos oficiais do exército no Território do Acre estava, na prática, a serviço dos interesses das elites locais.

---

<sup>690</sup> O TARAUCÁ. Atentado contra a liberdade e suas lastimáveis consequências. Vila Seabra, 11 de outubro de 1914. p. 3. Acervo FBN.

<sup>691</sup> O DEPARTAMENTO. Vila Seabra, 16 de novembro de 1914. p. 2. Acervo FBN.

<sup>692</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>693</sup> LIMA, Esperidião de Queiroz. *11 Anos na Amazônia (1904-1915)*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966. p. 152-161.

### Charge 06: Exonerações Acres



**Fonte:** O MALHO. Exonerações Acres. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1910. p. 15.

Acervo FBN.

Além dos prefeitos que se isolaram dos grupos políticos locais e buscaram formar administrações autoritárias, houve os administradores que recebiam instruções de “pacificar” a região e acabavam por se aliar a um determinado grupo, tomando partido nas lutas políticas locais. Foi o caso do prefeito Godofredo Maciel que, após ser assediado em Manaus por ex-juízes e advogados expulsos de Sena Madureira em 1910, decidiu apoiar os seringalistas

iacoaras por considerar o grupo de Laudelino Benigno responsável pelas tensões locais.<sup>694</sup> Maciel foi denunciado por Daniel Carneiro e outros magistrados que apoiavam Benigno e os irmãos Gadelha, que pressionaram o ministro da justiça a exonerá-lo. Foi nomeado em seu lugar o oficial do exército Tristão de Araripe. Araripe, sabendo que Godofredo Maciel não coibiu a perseguição promovida por seringalistas do Iaco a juízes e advogados alinhados com as forças políticas do Caeté, uniu-se aos irmãos Gadelha e a Laudelino Benigno. Formaram, então, uma administração pautada pelo confronto direto com as elites iacoaras. A postura de Araripe resultou no maior confronto armado no Território do Acre desde as rebeliões contra a Bolívia, resultando na proclamação do Estado Livre do Acre em maio de 1912.

### 5.1.2– Os Movimentos Autonomistas e o Congresso Nacional

A ideia inicial de transformar as partes altas das bacias dos rios Purus e Juruá, área em litígio entre Brasil, Bolívia e Peru, em um território federal e militarizado foi de Assis Brasil, então embaixador do Brasil nos EUA. O plano foi defendido junto ao Barão do Rio Branco que, por sua vez, apresentou a proposta para o executivo federal. O projeto de transformação provisória da área anexada ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis em um Território Federal foi rapidamente aprovado na Câmara e no Senado Federal em 1904.<sup>695</sup> A condição de território federal permaneceu por várias décadas, até 1962, alimentando insatisfações, tensões e conflitos.

A proposta de transformação da área em “território federal” inspirava-se na Constituição dos Estados Unidos da América, mais precisamente nos artigos 4º, §3º e 4º, que instituíam que áreas anexadas ao território norte-americano deveriam ficar sob a jurisdição federal. Essa condição não estava prevista e nem regulamentada na Constituição dos Estados

---

<sup>694</sup> TERRITÓRIO DO ACRE, DEPARTAMENTO DO ALTO PURUS. *Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Rivadavia da Cunha Correa, Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores pelo Dr. Godofredo Maciel, prefeito do Alto Purus*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1912.

<sup>695</sup> TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 311-316.

Unidos do Brasil de 1891, ou seja, o Território Federal do Acre teria nascido como uma anomalia.<sup>696</sup> Juridicamente não tinha autonomia política e econômica.

A condição jurídica do Território Federal do Acre encontrava alguma similaridade com dois casos que constituíam os art. 2º e 3º da Constituição de 1891: a da Capital Federal e da área de 14.400 km<sup>2</sup> no planalto central que ainda deveria ser demarcada para ser a nova sede do Governo Federal. Ainda assim, o artigo 3º possui um parágrafo único que destaca: “efetuada a mudança da capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um estado”.<sup>697</sup> Registre-se que, mesmo antes da transferência, o Distrito Federal poderia alistar eleitores e eleger quatro cadeiras na Câmara e três no Senado. Já no Território Federal do Acre não havia alistamento de eleitores e, portanto, não poderiam escolher os chefes do executivo nos departamentos, nem votar em presidente e vice-presidente. O Acre tampouco tinha representação na Câmara e no Senado. No máximo seus habitantes poderiam tornar-se membros da Guarda Nacional. Os direitos políticos dos habitantes do Território do Acre eram quase nulos, mesmo para os que tinham os predicados de alfabetização exigidos para votar e ser votado nos estados da federação. Em termos econômicos, era de competência única e exclusiva do Estado arrecadar impostos sobre a borracha e repassar uma parte do que era arrecadado para as prefeituras. Esses recursos, no entanto, dependiam de aprovação pelo Congresso do orçamento anual da União.

Apenas as bancadas dos estados do Amazonas, Ceará e Pará no Congresso Nacional tinham particular interesse no que acontecia no Território do Acre e nas decisões envolvendo a área. No Amazonas, a oligarquia Nery não aceitou facilmente a emergência do Território Federal do Acre, o que, na prática, representou um duro golpe nas finanças do estado. A área continha maior quantidade de *Hevea* de melhor pureza e qualidade, ou seja, o produto mais caro para exportação. Diante deste prejuízo, o governador Antônio Constantino Nery (1904-1908) contratou o jurista Rui Barbosa para reivindicar no Supremo Tribunal Federal a anexação do “Acre Setentrional”.<sup>698</sup> Ao longo da década de 1900 e de 1910, os deputados do

---

<sup>696</sup> COSTA, Francisco Pereira. *Seringueiros, Patrões e Justiça no Acre Federal (1904-1918)*. Rio Branco: EDUFAC, 2005. p. 91-92.

<sup>697</sup> BRASIL, CONGRESSO NACIONAL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. In: BALEEIRO, Aliomar. *Constituições Brasileiras vol. II: 1891*. 3º Ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. p. 69-70.

<sup>698</sup> FERREIRA, Silvio Mario Puga. *Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na República Velha (1889-1914)*. Manaus: EDUA, 2007. p. 221.

Amazonas pressionariam pela anexação do Acre ao Amazonas e debateriam a reorganização do Território e sua condição sub judice.<sup>699</sup>

Os Acioly, no Ceará, simpatizavam com a possibilidade do Acre ser transformado em estado. Membros do partido autonomista de Antônio Antunes de Alencar, no Alto Acre, mantinham estreitas ligações com os Acioly. Por exemplo, o médico Esperidião de Queiroz Lima, um dos chefes do partido autonomista, em seu livro de memórias, indicou que era amigo de D. Maria Teresa, a esposa de Antônio Pinto de Nogueira Acioly.<sup>700</sup> Embora existisse a intenção de expansão aciologista no Território do Acre, não foram identificadas claramente propostas e pressões concretas pela autonomia da região na Câmara ou no Senado Federal.

Por fim, os Lemos-Montenegro e os Sodré, no Pará, mantinham-se atentos ao que acontecia no Território e participava das discussões no Congresso Nacional sobre o futuro do Acre. Em 1916 quando acirraram-se os debates sobre a política do Acre, as bancadas amazonense e paraense no Congresso travaram acaloradas discussões.<sup>701</sup> Entretanto, a preocupação de lemistas e lauristas girava em torno dos interesses comerciais de Belém e na guerra fiscal travada entre Belém e Manaus, intensificada com a Lei Estadual de Beneficiamento da Borracha de 1900 aprovada pelo então governador amazonense Silverio Nery.<sup>702</sup>

As elites seringalistas do rio Iaco tinham um vínculo maior com as oligarquias paraenses, principalmente com os lauristas. Não era raro o jornal *Folha do Norte*, do grupo político de Lauro Sodré, publicar notícias sobre os seringalistas iacoaras. Para esse jornal, o coronel Childerico Fernandes concedeu uma longa entrevista em março de 1916.<sup>703</sup> Entretanto, a proximidade com os grupos políticos do Pará não se traduziu em apoio explícito aos interesses autonomistas do Território do Acre e, menos ainda, às pretensões iacoaras. O

<sup>699</sup> O PAIZ. A reorganização do Acre. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1916. p. 6. Acervo FBN.

<sup>700</sup> LIMA. *11 Anos na Amazônia (1904-1915)*. op. cit. p.11.

<sup>701</sup> Como a dos senadores Arthur Lemos (Pará) e Lopes Gonçalves (Amazonas), na Comissão de Legislação e Justiça em novembro desse ano, sobre a reorganização política do território. Ver: O PAIZ. A reorganização do Acre. op. cit, p. 6.

<sup>702</sup> A lei estadual N° 449 de 08 de outubro de 1900, chamada de Lei de Beneficiamento da Borracha, instituiu que toda a borracha exportada do Amazonas tinha que passar pela praça de Manaus para pesagem e exportação. Nesse processo, os volumes ganhavam selos declarando serem produtos de procedência amazonense. Essa medida incentivou o estabelecimento de Casas de Exportação em Manaus e o deslocamento do volume de negócios de Belém para o Amazonas, tendo efeitos, inclusive, negativos para a praça de Belém. Ver: FERREIRA. *Federalismo, economia exportadora e representação política*. op. cit, p. 213-214.

<sup>703</sup> COMMERCIO DO ACRE. Situação Acreana: Entrevista dada a Folha do Norte de Belém pelo Nosso Distinto Amigo Coronel Childerico Fernandes (Segunda Parte). Xapuri. 16 de abril de 1916. p.2. Acervo FBN.

próprio Fernandes, em sua entrevista, teceu uma dura crítica aos deputados paraenses apontando que, embora o estado do Pará fosse o que mais lucrava com a borracha acriana, “para a deputação paraense o Acre não existe”.<sup>704</sup> E sobre os interesses políticos dos seringalistas, ele concluiu: “O Acre não tem defesa, a não ser, uma vez ou outras na imprensa do Rio e daqui”.<sup>705</sup>

Houve iniciativas individuais de deputados que chamaram a atenção para a organização política do Acre e para a forma pelo qual o Território era sitiado pelos interesses do estado do Amazonas e da própria União. Foi o caso de Germano Hasslocher, deputado pelo Rio Grande do Sul, que subiu à tribuna para discursar contra o projeto de lei que aumentava de 18% para 23% o imposto federal sobre a exportação da borracha. Em um discurso incendiário, Hasslocher foi um dos poucos parlamentares a denunciar como os brasileiros da região eram tratados pelo Governo Federal. Para ele os acrianos eram uma “raça desprezada, sem direito sequer a comiserção, explorados, espoliados” pelo Governo Federal.<sup>706</sup> Denunciou as ações despóticas do General Thaumaturgo de Azevedo, no Departamento do Alto Juruá, e de Raphael da Cunha Mattos no Alto Acre. Defendeu a manutenção do imposto em 18% e a elevação do Território do Acre a estado.<sup>707</sup> A proposta foi enfaticamente apoiada pelo deputado cearense (e aciologista) Francisco Sá, mas recusada veementemente pela bancada amazonense.<sup>708</sup>

O deputado paraense Justiniano Serpa apoiava reformas na organização administrativa, judiciária e financeira do território que minorassem os problemas lá enfrentados. Em 1908, Serpa discursou na Câmara enfatizando o completo estado de abandono nos departamentos do Território do Acre, onde faltavam direitos básicos como justiça e políticas de saúde:

Os habitantes do Acre só são brasileiros para pagamento de impostos, e defesa do território nacional, quando ameaçados de invasão. Vivendo em zonas incultas e insalubres, não tem direito a serviços de higiene pública (...). Cidadãos de um país livre e democrático, que possui a mais bela Constituição do mundo, que faz com as outras nações a política mais alevantada e altruística, que realizou pacificamente, em um e outro regime, as reformas mais humanitárias e liberais, que possui, enfim um duplo

---

<sup>704</sup> *Ibidem.*

<sup>705</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>706</sup> O PAIZ. Na câmara: a borracha do Acre. Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 1905. p. 1. Acervo FBN.; Câmara dos Deputados. O Acre e os Acreanos: discurso proferido na sessão de 08 de dezembro de 1905. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1905. p. 4. Acervo FBN.

<sup>707</sup> *Ibidem.*; *Ibidem.*

<sup>708</sup> *Ibidem.*



aparelho para a suprema realização do Estado, que é a ordem jurídica, eles não gozam, nem esperam gozar tão cedo do benefício da justiça. (*Apoiados e apartes que interrompem o orador. O Sr. Presidente reclama atenção*). Sim, não tem justiça, que é a condição mais essencial da existência em comum.<sup>709</sup>

No Senado algumas vozes também se ergueram em relação a aplicação das rendas do imposto sobre a borracha. Foi o caso do senador pelo Mato Grosso, Joaquim Murtinho, ex-ministro da fazenda do governo Campos Sales (1898-1902), que ao *Jornal do Comércio* declarou “a esse propósito, o que se tem feito até agora com o Acre é uma indignidade” e defendeu que “ao menos, metade da renda, que ele produzir, deve ser aplicada nos melhoramentos de que necessita”.<sup>710</sup> As palavras de Murtinho repercutiriam dentro da Câmara dos Deputados, fortalecendo a posição dos que cobravam urgentes mudanças. O legislativo era majoritariamente contrário à transformação do Território do Acre em estado, embora fosse um discurso recorrente o da necessidade de uma nova lei que contemplasse mais recursos destinados à região e mais direitos políticos.

Ainda que o Território do Acre estivesse no centro das disputas, intrigas e malquerenças das oligarquias do Amazonas, Pará e Ceará, essas mesmas oligarquias tinham poucos recursos políticos para fazer valer as suas pretensões no legislativo federal. Com raras exceções, no máximo, essas disputas atrasavam os debates sobre os projetos de reorganização política e tributária do território. Uma dessas exceções foi à aprovação do aumento de 23% no imposto sobre a borracha em fins de 1905, pois essa medida além de beneficiar o Amazonas em sua ofensiva fiscal, trazia mais dinheiro para os cofres públicos da União.

Os governos Affonso Penna (1906-1909) e Nilo Peçanha (1909-1910) foram sensíveis as demandas por direitos políticos no Território do Acre. Em outubro de 1909, o poder executivo, por meio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, apresentou uma proposta de lei ao Congresso Nacional dividindo o Território do Acre em municípios autônomos, com capacidade de alistamento eleitoral para poder escolher representantes para a Câmara, Senado e votar para presidente e vice-presidente da República. O Acre continuaria sendo Federal, a União continuaria dispendo dos impostos sobre a borracha, podendo legislar e nomear um

---

<sup>709</sup> BRASIL, COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA DA CAMARA DOS DEPUTADOS. Projeto N° 322 – 1909: reorganiza o Território do Acre; com ementas dos Srs. Pedro Moacyr e Álvaro de Carvalho, votos em separado dos mesmos e do Sr. Paulino de Souza. *Diário do Congresso Nacional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1909. p. 3084-3094.

<sup>710</sup> *Ibidem*, p. 3084-3094.

governador geral que ficaria em Sena Madureira, capital do território unificado. Essa medida, na prática, tornaria o *status* do Território do Acre similar ao do Distrito Federal.<sup>711</sup>

A proposta foi apreciada pela Comissão de Legislação e Justiça da Câmara dos Deputados, sob a presidência do deputado Frederico Borges (Ceará) e relatoria de Justiniano Serpa (Pará) em 24 de novembro de 1909. As considerações feitas pelo relator no projeto de lei são reveladores do pensamento corrente entre os políticos de estados envolvidos na questão acriana.

A análise do relator foi feita confrontando a Constituição brasileira com a dos EUA e o ponto de vista de juristas americanos sobre a situação dos Territórios anexados por esse país. Segundo Justiniano Serpa, o Território do Acre não poderia tornar-se autônomo devido ao perigo que essa condição representava para a federação e para a paz e o progresso da região. Por mais que o território possuísse em torno de 70 mil habitantes, a maioria deles foi descrita pelo relator como retirantes assolados pela seca nos estados do Nordeste, que não traziam suas famílias e, por isso, não se fixavam à terra. Além da condição de nomadismo, o relator argumentou em seu parecer que um conjunto de 70 mil habitantes era pouco para uma área maior que Pernambuco, Ceará e muitos países da Europa. Citando também as palavras do ex-presidente norte-americano Benjamin Harrison (1889-1893), sobre a importância da “qualidade” da população dos territórios em paridade com a “quantidade”, Serpa argumentou que a maioria dos 70 mil habitantes do Território do Acre era inculta e, portanto, não poderiam exercer adequadamente seus direitos políticos. Por fim, é ressaltada a falta de estradas, vias regulares de comunicação, indústria e comércio, condições fundamentais, segundo o deputado, para o Território tornar-se estado.<sup>712</sup>

Na melhor das hipóteses teremos no Acre 70.000 habitantes, mas, essa população é, em sua maioria, nômade e inculta. Faz-se pois, mister, para prendê-la ao solo, para interessá-la nos destinos da região, melhorar-lhes as condições de existência, aumentar o número de escolas, distribuir com os povoadores, pequenos lotes de terras, que possam cultivar e assegurar os direitos de todos, pela escrupulosa distribuição da justiça. Assim procedendo, é que se preparará o Território para a sua incorporação definitiva à Federação Brasileira como unidade política.<sup>713</sup>

O relator, finalizando as comparações com os EUA, traçou um paralelo entre o Território do Acre e o Alasca, região do Ártico que possuía apenas o *status* de distrito subordinado diretamente a Washington D.C.. Mas, segundo Serpa, o Alasca tinha vantagens

---

<sup>711</sup> *Ibidem.*

<sup>712</sup> *Ibidem.*

<sup>713</sup> *Ibidem.*

sobre o Acre, pois sua população de aproximadamente 68 mil habitantes era fixa à terra e as riquezas que gerava eram exponencialmente maiores devido ao *boom* do ouro, prata e pescado. E, de acordo com ele, embora tivessem apenas um representante no Congresso dos EUA, sem direito a voto, os habitantes do Alasca não pediam autonomia.<sup>714</sup>

Em resumo, não só para Justiniano Serpa, mas para a maioria dos políticos da Capital Federal, não havia ‘civilização’ nos departamentos do Território do Acre. Civilização era sinônimo de comunicações regulares, população fixa à terra em grande quantidade para assegurar a soberania nacional, indústria, comércio e população letrada e dotada de sentimento de pertencimento à nação. “Civilizar os sertões” foi uma pauta do Estado brasileiro durante a Primeira República. As chamadas “missões civilizatórias ao interior” ocorreram com obras de infraestrutura de comunicações, integrando fisicamente as regiões mais afastadas da Capital Federal e também tinham a finalidade de realizar estudos científicos de modo a viabilizar o povoamento dessas áreas e sua exploração econômica, integrando-as politicamente e economicamente ao Brasil.<sup>715</sup>

Eram, contudo, justamente esses fatores que faltavam ao Território do Acre. A própria comunicação entre a Capital Federal e o Acre era completamente refém do ciclo de cheias e vazantes dos rios. A dinâmica das águas reforçava o isolamento e, portanto, a autonomia não era bem vinda. O problema é que o Governo Federal tomaria poucas medidas tendentes a concretizar no Território aquilo que considerava faltar nele. Ele próprio consolidava, assim, a inexistência das condições que julgava propícias para conceber a integração da área como estado da federação.

A questão da “qualidade” e “inaptidão” dos habitantes do Território em exercer direitos políticos também seria abordada pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Carlos Maximiliano em 1917. Em um apelo ao parlamento contra a elevação do Acre a estado, o ministro deixou clara a preocupação do Governo Venceslau Brás com possíveis

---

<sup>714</sup> *Ibidem*.

<sup>715</sup> Ver: MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio*: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon. São Paulo: EDUC, 1998.; LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan/ IUPERJ/ UCAM, 1999.; FIGUEIROA, Sílvia F. de M. “Batedores da Ciência” em Território Paulista: Expedições de exploração e a ocupação do “sertão” de São Paulo na transição para o século XX. *História, Ciências e Saúde – Manquinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 763-777, jul-set. 2008.; SCHAFFNER, Wolfgang. Los medios de comunicación y La construcción del territorio em América Latina. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 811-826, jul-set. 2008.; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero de; LIMA, Nísia Trindade. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 779-810, jul-set. 2008.

lutas políticas internas no Território após a autonomia, como acontecia frequentemente nos estados periféricos no jogo político-oligárquico:

O Território não tem população verdadeiramente estável, filhos daquela terra em condições de governá-la. O elemento produtor de lá é trabalhado por exploradores hábeis daqui, partidários de uma autonomia inoportuna, que entregaria o novo estado ao primeiro audacioso que um dia subisse ao poder. Se não há eleições na maior parte do Brasil, como seria lícito esperar que as fizesse correta uma população adventícia e sem educação política de um território há pouco ainda dominada pelos bolivianos?

O Acre precisa, primeiro, educar-se politicamente, elegendo uma assembleia local, de poderes restritos, e os conselhos municipais. Verificada a sua capacidade para governar-se, dilatam-se um pouco as atribuições da legislatura, até elevá-la a altura de Constituinte Estadual (...)

O Território não tem uma cidade de cinco mil habitantes sequer, cem casas de tijolos ou pedra, um instituto de ensino secundário, um homem de valor nascido naquele lugar, uma biblioteca pública. Os prefeitos moram em barracões de madeira; as cadeias são palhoças. Decretem a autonomia em tais condições, e teremos uma intervenção federal por ano, e mais assassinatos de governadores e guerras civis do que nos primeiros vinte anos de regime democrático, em todo o Brasil.<sup>716</sup>

Quanto à proposta de autonomia dos municípios, Pedro Moacyr (RS) e Álvaro de Carvalho (SP) apresentaram emendas ao projeto, reforçando o poder da União sobre o Território nos artigos da proposta de lei. O deputado Paulino de Souza (RJ), contudo, se opôs ao projeto por considerá-lo inconstitucional. Não estavam previstas na Constituição Brasileira a aquisição de territórios e sua transformação em estados. Somente uma emenda constitucional poderia autorizar o Congresso a transformar o Território do Acre em estado ou mudar a sua divisão política.<sup>717</sup>

### 5.1.3 - O rio Iaco e as rebeliões autonomistas de 1910 e 1912

Diante do prolongamento dos debates na Câmara e no Senado, foi questão de tempo para que a paciência dos coronéis de barranco do Território do Acre desse sinais de esgotamento. As manobras da bancada do Amazonas no Congresso, movendo uma guerra

<sup>716</sup> BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. *Relatório apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos em maio de 1917*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. p. IX.

<sup>717</sup> COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA DA CAMARA DOS DEPUTADOS. Projeto N° 322 – 1909.op.cit, p.3084-3094.

fiscal contra o Pará e o Território do Acre, o assédio do governo amazonense pela anexação da região federal e a exiguidade de verbas destinadas pela União aos departamentos geraram o aumento das tensões. Além desses fatores, os departamentos do Alto Acre e do Alto Juruá sofriam com a nomeação de prefeitos que se recusavam a dialogar com os seringalistas, enquanto no Purus aumentava o descontentamento com os juízes. O pesado imposto sobre a borracha, a falta de direitos políticos e as incertezas sobre o futuro da área levaram muitos seringalistas a cogitarem a conquista da autonomia estadual pelo uso da força.

Na Capital Federal alguns periódicos culpavam as oligarquias do Amazonas, Pará e Ceará pela possibilidade de levantes armados no Acre. Na esteira das tensões, o desenhista Alfredo Storni publicou uma charge em *O Malho* retratando o que seria o “nascimento da oligarquia do Acre”, fruto da germinação de “sementes especiais do Ceará, Pará e Amazonas”, lançadas pela senhora “Politicagem”. Aqui há uma crítica explícita a essas oligarquias, associando-as ao nascimento da ‘oligarquia do Acre’ que emerge como uma árvore, com diferentes ramos. “Ceará” aparece em letras maiores, associando os movimentos autonomistas liderados pelo grupo de Antônio Antunes de Alencar, do Alto Acre, à influência dos Acioly.

### Charge 07: Oligarquia em Perspectiva



**Fonte:** O MALHO. Oligarquia em Perspectiva. Rio de Janeiro, 03 de abril de 1909. p. 4.

Acervo FBN.

Em 18 de novembro de 1909, o deputado Justiniano Serpa entregou à Câmara dos Deputados um manifesto redigido por alguns dos principais líderes autonomistas do Departamento do Alto Juruá. O manifesto vinha em nome dos seringalistas dos rios Juruá, Mõa, Tejo, Tarauacá, Murú, Acuráua, Gregório, Liberdade, Embira, Juruá-Miri, Jurupari,

Amônia e Paraná dos Mouras, pedir ao Congresso a transformação do Território do Acre em estado. O documento continha um abaixo assinado com oito mil assinaturas.<sup>718</sup>

O manifesto apresentava um estudo que destacava que o Território do Acre, além de ter uma área maior que a de muitos estados do Brasil, tinha uma quantidade de habitantes “quase igual” a do estado de Mato Grosso, além de maior densidade populacional do que os estados do Pará e Goiás.<sup>719</sup> Ressaltava que, em 1907, a União arrecadara em impostos sobre a borracha a quantia de 14.125:000\$, uma receita maior que a de 16 estados brasileiros, e que representava também um terço de tudo o que era produzido na região Norte.<sup>720</sup> Contudo, os departamentos recebiam em troca apenas 250:000\$ anuais, verba suficiente apenas para manter os salários das prefeituras, resultando assim em ausência de escolas, estradas e outros melhoramentos na região. Os progressos no Juruá seriam fruto exclusivo da iniciativa dos proprietários seringalistas.<sup>721</sup> O manifesto ainda continha uma comparação entre os gastos do Brasil com a aquisição do Território junto à Bolívia e o que o Governo Federal arrecadou em impostos desde a anexação:

O Governo da União, pela reivindicação do Acre, indenizou a Bolívia com dois milhões esterlinos, ou sejam 32.000:000\$000. As alfândegas de Manaus e Belém já arrecadaram, proveniente do Acre para a União, de 1903 a 1907 a soma de 41.635:429\$003, o que demonstra que do próprio trabalho do acreano resultou a indenização dos encargos acarretados para a Nação pela reivindicação diplomática deste Território.<sup>722</sup>

E finalizava com um apelo:

Somos brasileiros, mas dentro do país é como se estrangeiros fôssemos; somos republicanos, muitos de nós têm história política nos seus estados, a República não nos deve negar os benefícios da democracia; somos civilizados, nossos irmãos não nos devem olhar como selvagens, indignos de intervir na direção da nossa pátria. Conquistamos para a Nação, ao índio, pela nossa tenacidade, e ao estrangeiro, pela efusão do nosso sangue, esta terra magnífica e desconhecida; fomos os primeiros portadores da civilização ao ponto mais ocidental do Brasil, e nessa cruzada poderosa continuamos a lidar; é justo, é lógico que, no convívio da Federação Brasileira, tenhamos o nosso lugar.<sup>723</sup>

<sup>718</sup> BRASIL, CAMARA DOS DEPUTADOS. Discurso pronunciado por Justiniano Serpa na sessão de 18 de novembro de 1909. *Diário do Congresso Nacional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1909. p. 3023-3025.

<sup>719</sup> *Ibidem*.

<sup>720</sup> *Ibidem*.

<sup>721</sup> *Ibidem*.

<sup>722</sup> *Ibidem*, p. 23

<sup>723</sup> *Ibidem*, p. 24.

Outros manifestos foram divulgados por grupos autonomistas no Purus e no Acre.<sup>724</sup> O Congresso Nacional, contudo, desprezou todas as reivindicações. O início da eletrizante disputa presidencial opondo Rui Barbosa e Hermes da Fonseca congelou as discussões sobre o Acre no Congresso. Essa situação aumentou ainda mais os descontentamentos na região.<sup>725</sup>

Em 1º de junho de 1910, aproveitando o ápice da vazante dos rios, os líderes autonomistas do Juruá, Mâncio Rodrigues de Lima, João Bussons e Francisco Freire de Carvalho declararam ao então prefeito João Cordeiro, a proclamação do estado do Acre. Sem resistência, o prefeito embarcou no dia seguinte para Manaus.<sup>726</sup> De modo a conquistar o apoio das elites iacoaras e dos rios Acre e Xapuri ao movimento, os rebelados declararam Sena Madureira a capital do estado e Antônio Antunes de Alencar como governador. No Purus, o prefeito Cândido José Mariano apoiou o movimento e foi destituído pelas elites locais. O problema é que a revolta começou no mesmo momento em que o chefe autonomista do Alto Acre, Antônio Antunes de Alencar, negociava com o presidente Nilo Peçanha a aprovação do projeto de lei que dava direito a voto para os habitantes do Território do Acre. Assim, o grupo autonomista do Alto Acre decidiu não participar da revolta. O médico Esperidião de Queiroz Lima, em nome de Antunes Alencar, viajou até Sena Madureira e negociou com o seu primo Samuel Barreira o recuo dos senhores do rio Iaco no apoio ao movimento do Juruá.<sup>727</sup> De fato, Cândido Mariano foi reconduzido ao poder e viajou para o Rio de Janeiro para ajudar Alencar nas negociações.

Mesmo sem o apoio dos departamentos do Alto Acre e Alto Purus a situação ganhou contornos graves. O Ministério da Guerra convocou ao Distrito Federal os chefes do 1º, 2º e 3º Distritos Militares (Amazonas, Pará, Maranhão). Em reunião ficou decidido que, em caso de necessidade, seriam mobilizados os contingentes aquartelados do Amazonas, Pará e Maranhão, com reforço de tropas vindas de todos os estados do Nordeste. Pelo menos uma companhia de metralhadoras e uma de artilharia foram colocadas em prontidão em Manaus.<sup>728</sup>

---

<sup>724</sup> Do rio Iaco dois importantes documentos foram entregues ao Congresso e Presidência da República. A primeira foi uma carta aberta escrita pelo seringalista Arnaldo Machado Vieira em 1909 e a segunda o abaixo assinado dos proprietários do rio Iaco ligados ao Partido Progressista, em junho de 1910. Ver: VIEIRA, Arnaldo Machado. Carta aberta ao Sr. Presidente da República. *O Paíz*. Rio de Janeiro, 08 de outubro de 1909. p. 9-10. Acervo FBN.; O PAÍZ. O Departamento do Alto Purus Perante a Autonomia do Território: documento de alto valor. Rio de Janeiro, 02 de julho de 1910. p. 2. Acervo FBN.

<sup>725</sup> LIMA, 11 *Anos na Amazônia (1904-1915) op. cit.*, p.126.

<sup>726</sup> BARROS, Glimeses do Rego. *A presença do capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915)*. Brasília: Senado Federal, 1981. p. 70-71.

<sup>727</sup> LIMA, 11 *Anos na Amazônia (1904-1915) op. cit.*, p. 125-131.

<sup>728</sup> O PAÍZ. Revolução no Acre: novas informações e providências. Rio de Janeiro, 16 de junho de 1910. p. 2. Acervo FBN.



Como provocação, um seringalista do Juruá declarou ao jornal *O País* que a repressão ao movimento “é impossível, pois que só em novembro a navegação do rio é franca”.<sup>729</sup> Em Belém, as casas aviadoras temiam os prejuízos com os atrasos no envio de borracha para o exterior e a disparada do preço dos fretes devido ao aumento da insegurança nos rios com maiores possibilidades de atos de pirataria e saques a navios a vapor. De Londres, Liverpool e Nova York chegavam telegramas cobrando detalhes sobre a situação no Juruá, pois os importadores estudavam medidas para diminuir o impacto negativo nos negócios.<sup>730</sup>

O presidente Nilo Peçanha buscou o diálogo considerando os altos custos materiais e de vidas que poderia acarretar a mobilização do exército para o Território do Acre durante o ápice da vazante do rio Juruá.<sup>731</sup> Nesse momento, as Associações Comerciais de Belém e Manaus pressionavam os proprietários seringalistas do Juruá para recuarem. Desse modo, o movimento foi perdendo adeptos e coesão até que a Companhia Regional, sob as ordens do Capitão Francisco Guapindaia de Souza Brejense, que inicialmente apoiou a rebelião, mudou de posição e destituiu as lideranças autonomistas. Hermes da Fonseca, empossado em novembro de 1910, nomearia um novo prefeito, Pedro Avelino, incorporando lideranças autonomistas na máquina administrativa da prefeitura. O problema é que Avelino tentou governar com mãos de ferro, e, por essa razão, não permaneceu no cargo.<sup>732</sup>

A situação nos departamentos do Território do Acre continuaria tensa ao longo do ano de 1911 com as deposições dos prefeitos dos departamentos do Juruá e do Acre. Boatos sobre novos movimentos autonomistas chegavam a Manaus provocando apreensão no Governo Federal.<sup>733</sup> Em setembro de 1911, Antônio Antunes de Alencar fundaria o Partido Autonomista no Alto Acre, agremiação acusada de incendiar a sede da prefeitura e a cadeia pública em Rio Branco durante a madrugada.<sup>734</sup> Concomitantemente a esses fatos, o jornal carioca *Correio da Manhã* deu destaque às acusações feitas pela Associação Comercial de Manaus contra o engenheiro Carlos de Vasconcellos, um dos líderes autonomistas do Juruá. Segundo a Associação, Vasconcellos teria enviado uma carta ao governo norte-americano em

---

<sup>729</sup> *Ibidem.*

<sup>730</sup> *Ibidem.*

<sup>731</sup> O PAIZ. Ilusões Oficiais... Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 1910. p. 1. Acervo FBN.

<sup>732</sup> BARROS. *A presença do capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915)*, op. cit., p.70-71.

<sup>733</sup> FOLHA DO ACRE. Boatos sediciosos. Cidade de Empresa, 29 de outubro de 1911. p. 2. Acervo FBN.

<sup>734</sup> FOLHA DO ACRE. Pavoroso Incêndio. Cidade de Empresa, 01 de outubro de 1911. p. 1-2. Acervo FBN.; FOLHA DO ACRE. A Autonomia vermelha “a ferro e a fogo”. Cidade de Empresa, 29 de outubro de 1911. p. 1. Acervo FBN.

nome de um grupo de seringalistas do Juruá, pedindo a transformação do Território do Acre em protetorado dos EUA.<sup>735</sup>

Diante da nova escalada de tensões e boatos, o Governo Federal ordenou em novembro de 1911 o bloqueio naval dos rios Purus e Juruá pelas canhoneiras *Acre* e *Missões*. O bloqueio era destinado a apreender armas e munições dirigidas aos departamentos.<sup>736</sup> Como medidas adicionais, o comandante do 2º Distrito Militar enviou para o 1º Distrito, 24 mil cartuchos para fuzil Mauser e mais 6 mil cartuchos para metralhadoras Madsen. Para Rio Branco, seriam enviados 66 soldados para reforçar a Companhia Regional do Alto Acre.<sup>737</sup> Com o bloqueio as veias fluviais foram abertas e os fluxos de poder dos seringalistas das bacias do Purus e Juruá foram expostos. Foi apreendida também grande quantidade de armas e munições enviadas pelas casas comerciais de Belém aos seus aviados.<sup>738</sup>

Apesar de agir preventivamente, o governo Hermes da Fonseca continuou a se esforçar para evitar o conflito armado. No Alto Acre nomeou como prefeito o seringalista Deocleciano Coelho de Souza, um dos proprietários mais respeitados desse departamento. A estratégia deu certo. No início de 1912, o grupo alencarista iniciou uma rebelião autonomista no rio Xapuri que foi rapidamente derrotada pelos próprios seringalistas do rio Acre, partidários de Joaquim Victor da Silva e Deocleciano de Souza.<sup>739</sup> No Juruá, nomeou o capitão Francisco Siqueira do Rego Barros em substituição a Pedro Avelino. Barros teve êxito em estabelecer um diálogo com as elites locais, mantendo a paz no departamento até exonerar-se em 1915. Assim que o Departamento do Tarauacá foi criado, o executivo federal designou o chefe autonomista Antônio Antunes de Alencar como o seu prefeito, diminuindo muito as pressões exercidas por seu grupo no Alto Acre. Atraindo os autonomistas com a oferta de cargos e poder o governo Hermes da Fonseca serenou os ânimos.

No caso da nomeação do coronel Tristão de Alencar Araripe no Alto Purus em março de 1912, ao contrário, ocorreu um desastre político. Seu antecessor, o advogado cearense Godofredo Maciel, se aliou aos seringalistas iacoaras e foi exonerado do cargo após o Governo Federal receber denúncias sobre violentas perseguições sofridas por juízes locais

<sup>735</sup> FOLHA DO ACRE. O Acre. Cidade de Empresa, 29 de outubro de 1911. p. 2. Acervo FBN.

<sup>736</sup> FOLHA DO ACRE. Forças para o Acre. Cidade de Empresa, 12 de novembro de 1911. p. 2. Acervo FBN.; FOLHA DO ACRE. Consequências do alarme de revolução no Acre: a propósito do bloqueio. Penápolis, 03 de dezembro de 1911. p. 1. Acervo FBN.

<sup>737</sup> *Ibidem.*; FOLHA DO ACRE. Militares no Acre. Cidade de Empresa, 25 de dezembro de 1911. p. 2.

<sup>738</sup> Ver: FOLHA DO ACRE. Armas e munições apreendidas a bordo do S. Pedro. Cidade de Empresa, 03 de dezembro de 1911. p. 2.; FOLHA DO ACRE. Apreensões de armas e munições a bordo do Rio Xapuri e do Montevidéu. Cidade de Empresa, 25 de dezembro de 1911. p. 2;

<sup>739</sup> LOUREIRO, Antônio José Souto. *O Brasil Acreano*. Manaus: Artes Gráficas Lorena, 2004. p. 57.

com a anuência do prefeito.<sup>740</sup> Araripe, contudo, tomou iniciativa oposta ao do seu antecessor: aliou-se ao grupo político do Caeté ainda durante sua estadia em Manaus, tomou partido dos juízes perseguidos e desembarcou em Sena Madureira disposto a confrontar as elites iacoaras.<sup>741</sup>

O jornal *Brazil Acreano* atribuiu a Araripe uma série de bravatas desde o momento de sua chegada ao departamento. No desembarque ele teria afirmado, em discurso, que havia 350 homens em armas a postos em Boca do Caeté, liderados por Laudelino Benigno, José Martins de Freitas, Tristão da Costa Gadelha e Augusto Bacurau, que seriam utilizados caso os proprietários do Iaco o desafiassem. Sobre os habitantes de Sena Madureira, teria comentado: “Esta população é uma população de mendigos!”.<sup>742</sup> Sobre a iluminação pública da cidade, disparou: “Esta cidade não merece luz elétrica; isso foi loucura do Godofredo!”.<sup>743</sup> Sobre a máquina administrativa da prefeitura: “Demitirei a maior parte dos funcionários da prefeitura, reduzindo a 50% os seus ordenados, porque não há necessidade de tanto pessoal!”.<sup>744</sup> E sobre o farmacêutico Rui de Alencar Matos, um dos líderes do Partido Progressista, Araripe ordenou “que não se compre uma lata de creolina ou coisa alguma na Farmácia Matos, que ao inimigo se deve negar até água”.<sup>745</sup>

Os sírio-libaneses também foram alvos da retórica ameaçadora do prefeito. Ibrahim Ohab, um dos líderes da comunidade síria local, teria ouvido de Araripe a seguinte ameaça: “você, bem como ela, são os braços fortes do *Brazil Acreano*. Eu não admito isso, mandarei fuzilar um por um dos sírios, fique sabendo!”.<sup>746</sup> Já o comerciante judeu Miguel Azulay, ao apresentar o seringalista iacoara Benjamin Duarte Pontes Franco a Araripe, presenciou a seguinte ameaça: “não sei se o senhor terá o prazer em conhecer-me, pois sei que é um dos seringueiros do rio Iaco, onde se acham acoitados os valentões desta terra. Hei de liquidar um por um!”.<sup>747</sup>

Para além dos discursos, Araripe demitiu muitos funcionários da prefeitura, fechou o Hospital de Caridade 22 de Maio, suspendeu os serviços de limpeza e iluminação pública e

<sup>740</sup> Ver por exemplo: FOLHA DO ACRE. Radiogramas (Serviço especial da “Folha do Acre”). Cidade de Empresa, 29 de outubro de 1911. p. 3. Acervo FBN.

<sup>741</sup> ARARIPE, Cel. Tristão. Ao povo. *O Alto Purus*. Sena Madureira, 23 de junho de 1912. p. 1. Acervo FBN.

<sup>742</sup> BRAZIL ACREANO. Loucuras do Prefeito. Sena Madureira, 28 de abril de 1912. p. 3. Acervo FBN.

<sup>743</sup> *Ibidem*.

<sup>744</sup> *Ibidem*.

<sup>745</sup> *Ibidem*.

<sup>746</sup> *Ibidem*.

<sup>747</sup> *Ibidem*.

todas as obras em andamento.<sup>748</sup> O prefeito ainda entraria em conflito com o comandante da Companhia Regional do Alto Purus, o capitão Salvador de Aguiar Cataldi.<sup>749</sup> Cataldi entregou o cargo por considerar-se incompatibilizado com Araripe, sendo substituído pelo capitão João de Oliveira Freitas. Tristão de Araripe também entrou em conflito com esse comandante e anunciou em 27 de abril a intenção de criar uma milícia civil para proteger os interesses da prefeitura.<sup>750</sup> Ameaças de fuzilamento tornaram-se constantes e várias casas de comércio foram fechadas por ordem do prefeito, incluindo a Farmácia Alto Purus, de João Marinho Correia.<sup>751</sup>

As elites iacoaras esperaram até o início de maio, momento em que o nível das águas do rio Iaco dificultava a chegada de vapores a Sena Madureira, para convocar os seringueiros para a deposição do prefeito. O conflito ganharia contornos autonomistas e, em 03 de maio de 1912, centenas de seringueiros sitiariam Sena Madureira por terra e água sob a liderança do coronel Childerico José Fernandes. No dia 07 de maio seria proclamado o Estado Livre do Acre, ficando o governo provisoriamente nas mãos de uma Junta Revolucionária composta por Childerico Fernandes, Victoriano Freire, Francisco Gonçalves de Campos, Astolpho Margarido da Silva, Geraldo Barbosa Lima, José de Alencar Matos e José Ferreira de Araújo.<sup>752</sup>

Tristão Araripe fugiu pelas matas até Boca do Caeté e seguiu para o seringal Arapixi, onde montou um “gabinete de crise” sob a proteção das forças de Augusto Bacuráu e Laudelino Benigno.<sup>753</sup> Araripe levou denúncia ao comandante do 1º Distrito acusando a Companhia Regional do Purus de ter encenado o confronto com as forças do rio Iaco, apresentando como prova a morte de apenas “duas pobres vacas” durante as quase 72 horas de batalha.<sup>754</sup> Enquanto isso Avelino de Medeiros Chaves chegava ao departamento e a *A. Chaves & Cia* começaria a participar do movimento de forma indireta, com o seu sócio João

<sup>748</sup> O ALTO PURUS. Força das circunstâncias. Sena Madureira, 12 de maio de 1912. p. 1. Acervo FBN.

<sup>749</sup> FOLHA DO ACRE. O Capitão Cataldi retirou-se do Alto Purus desgostoso com o atual Prefeito desse Departamento. Cidade de Empresa, 14 de abril de 1912. p. 3. Acervo FBN.

<sup>750</sup> FOLHA DO ACRE. Desinteligência entre o Prefeito e a Companhia Regional do Alto Purus. Cidade de Empresa, 28 de abril de 1912. p. 3. Acervo FBN.

<sup>751</sup> O ALTO PURUS. Força das circunstâncias. *op. cit.*, p. 1.

<sup>752</sup> O ALTO PURUS. A revolução do Alto Purus. Sena Madureira, 12 de maio de 1912. p. 2-3. Acervo FBN.

<sup>753</sup> O MUNICÍPIO. Revolução em Sena Madureira. Vila Seabra, 29 de junho de 1912. p. 1. Acervo FBN.

<sup>754</sup> *Ibidem.*; ARARIPE, Cel. Tristão. Carta dirigida pelo Exmo. Coronel Tristão Araripe ao exº Sr. General Inspetor da Primeira Região Militar. *O Alto Purus*. Sena Madureira, 14 de julho de 1912. p. 1-2. Acervo FBN.

Câncio Fernandes oferecendo homens e dinheiro. Por outro lado, os seringalistas do Alto Acre e do Juruá rejeitaram participar da rebelião e sinalizaram apoio ao Governo Federal.<sup>755</sup>

Diante do isolamento das elites iacoaras na revolta, o Governo Federal descartou o diálogo e ordenou a mobilização geral do 1º Distrito Militar e do contingente aquartelado nos estados do Pará, Pernambuco e Bahia.<sup>756</sup> O problema era a vazante do Iaco e do Purus, que impedia a chegada do contingente militar. Mas o ciclo hidrológico do Iaco surpreenderia a Junta Revolucionária. Contra todas as expectativas, fortes chuvas no início de junho promoveram um repiquete dos rios Iaco e Purus, formando o caminho para as tropas federais a bordo das canhoneiras *Missões e Juruá*.<sup>757</sup> Com as canhoneiras, diversas embarcações vindas de Arapixi levavam as forças do Caeté sob o comando do coronel Laudelino Benigno, totalizando em torno de 400 homens.<sup>758</sup> Em 08 de junho, ocorreria o bombardeio a Sena Madureira e um combate de seis horas que terminaria, segundo números oficiais da administração Araripe, com oito mortos e inúmeros feridos.<sup>759</sup> A extrema violência das tropas federais seria denunciada em 1914 pelo prefeito Samuel Barreira que relatou saques a casas e comércio, estupros e outras violações cometidas pelas tropas federais.<sup>760</sup>

O episódio terminou com a prisão de vários dos seringalistas do Iaco, como João Câncio Fernandes, Arnaldo Machado Vieira e Childerico Fernandes.<sup>761</sup> Contudo, o Supremo Tribunal Federal concedeu *habeas corpus* em agosto de 1912 para todos os envolvidos direta e indiretamente no movimento armado de maio de 1912.<sup>762</sup> Em novembro, Tristão Araripe seria demitido do cargo de prefeito do departamento, sendo colocadas em seu lugar pessoas de confiança ligadas ao coronel Childerico Fernandes.

Apesar do recuo do Governo Federal com a nomeação do seringalista Bernardo Porto como prefeito interino e de Samuel Barreira como efetivo, as relações da União com Sena

<sup>755</sup> O PAÍZ. Revolta no Purus. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1912. p. 2. Acervo FBN.; FOLHA DO ACRE. Folha radiotelegráfica. Cidade de Empresa, 18 de maio de 1912. p. 2. Acervo FBN. No Alto Acre, os seringalistas do rio Acre em torno do chamado “Partido Construtor”, que congregava a maior parte dos proprietários desse rio, enviaram mensagem para o General Pinheiro Machado reafirmando a posição do prefeito Deocleciano Coelho de Souza em manter-se fiel a ordem estabelecida pelo Governo Federal. Ver: FOLHA DO ACRE. A Revolução no Purus. Cidade de Empresa, 18 de maio de 1912. p. 3. Acervo FBN.

<sup>756</sup> O PAÍZ. Revolta no Purus. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1912. p. 2. Acervo FBN.

<sup>757</sup> NICK-CARTER. *De Relance.... O Alto Purus*. Sena Madureira, 13 de junho de 1915. p. 2. Acervo FBN.

<sup>758</sup> O ALTO PURUS. O movimento armado de 4 de maio: o estabelecimento da legalidade. Sena Madureira, 23 de junho de 1912. p. 3-5. Acervo FBN.

<sup>759</sup> ARARIPE, Cel. Tristão. Ao povo. *O Alto Purus*. Sena Madureira, 23 de junho de 1912. p. 1. Acervo FBN.

<sup>760</sup> ALTO PURUS. Relatório apresentado pelo exmo. Sr. Dr. Samuel Barreira, ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores (Primeira Parte). Sena Madureira, 01 de fevereiro de 1914. p. 1. Acervo FBN.

<sup>761</sup> O PAÍZ. Telegramas. Rio de Janeiro, 09 de junho de 1912. p. 4. Acervo FBN.

<sup>762</sup> O ALTO PURUS. Atos oficiais: radiogramas recebidos. Sena Madureira, 15 de setembro de 1912. p. 1. Acervo FBN.

Madureira nunca mais seriam as mesmas. Responsáveis pelo pior conflito armado no Território do Acre desde as rebeliões contra a Bolívia, os seringalistas do rio Iaco passariam a ser um exemplo claro do que se temia em caso de autonomia política. Uma oligarquia autoritária, disposta a exercer pressão por meio das armas, que poderia levar a região a uma instabilidade política e econômica. Um inquérito foi instaurado para investigar a rebelião e o resultado apontou que a revolta de 1912 ocorreu devido a uma disputa de poder envolvendo os seringalistas do Iaco e do Caeté, descartando o caráter ‘autonomista’ do conflito.<sup>763</sup> Quando as discussões sobre a reorganização do Acre recomeçaram em 1915, o executivo pressionaria pela extinção do Departamento do Alto Purus, de modo a isolar as elites do rio Iaco.

Em 1910 e em 1912, os rios enquanto corpos de água emergiram com um forte protagonismo. No Juruá, a revolta começou durante o ápice da vazante, o que desestimulou o Governo Federal a enviar tropas para a região. Em 1912, Hermes da Fonseca ignorou os altos riscos de enviar uma expedição militar ao Purus durante a vazante do Iaco. Mas o Iaco “deu água” em pleno junho, interferindo no curso dos acontecimentos. Um artigo no jornal *O Alto Purus* insinuaria que foi o rio Iaco que frustrou os “planos de revolucionário e ditador” de Childerico Fernandes.<sup>764</sup> Tendo em vista essas relações, a seguir serão abordadas as percepções sobre o protagonismo político-material dos cursos fluviais, tanto na imprensa da Capital Federal quanto na de Sena Madureira.

## **5. 2- A aliança política entre águas, doenças e seringalistas em charges na Capital Federal**

Ao analisar a política nacional na Primeira República e como a imprensa reagia aos embates e eventos políticos, é difícil não se lembrar das revistas ilustradas e do seu humor crítico alvejando todas as esferas de poder. A caricatura e as charges começam a se tornar mais frequentes no Brasil a partir de 1837 com a publicação da revista ilustrada *Lanterna*

---

<sup>763</sup> O ALTO PURUS. Relatório do Inquérito Policial sobre o movimento sedicioso de 4 de maio do corrente ano neste Departamento. Sena Madureira, 13 de novembro de 1912. p. 2. Acervo FBN.

<sup>764</sup> NICK-CARTER. *De Relance.... O Alto Purus*. Sena Madureira, 13 de junho de 1915. p. 2. Acervo FBN.

*Mágica*. Mas esse tipo de publicação só veio a se consolidar no final do século XIX com o desenhista Ângelo Agostini e a *Revista Illustrada* (1876-1898).<sup>765</sup>

No início do século XX, as revistas *O Malho*, *Careta*, *Fon-Fon* e *D. Quixote* eram as principais revistas de caricatura e humor da Capital Federal. Essas revistas eram armas de crítica aos políticos e à política, principalmente aos presidentes da República, que tinham amplo destaque nas páginas, através de crônicas e caricaturas.<sup>766</sup> Governadores, deputados, senadores, e a vida política brasileira eram retratados de maneira crítica e humorada. Além disso, fatos do cotidiano, sociedade, cultura e economia também eram alvos dos desenhistas. A maioria das charges sobre a situação política do Território Federal do Acre foi encontrada na revista *O Malho*, que reunia entre seus articulistas intelectuais cariocas da chamada “geração boêmia”, como Olavo Bilac, João do Rio e Guimarães Passos.<sup>767</sup>

Caricaturas capturam as invariantes ou aquilo que é facilmente reconhecido em indivíduos, acontecimentos e situações, produzindo novos significados sobre esses elementos ao aplicar distorções e exageros que expressam a relação do caricaturista com a situação desenhada.<sup>768</sup> As diferentes charges aqui analisadas são entendidas como emaranhados de processos materiais-discursivos, nos quais estão a um só tempo presentes visões consolidadas e em formação sobre a relação mantida entre o ciclo hidrológico das bacias do Purus e Juruá, os seringalistas, as doenças e os diferentes projetos de integração política do Acre ao Brasil. Essas visões produzem e são produtos das relações mantidas entre a imprensa, a opinião pública letrada da Capital Federal, águas e oligarquias fluviais do Território do Acre.

Nas crônicas das revistas ilustradas, especialmente em *O Malho*, o Território do Acre era retratado como lugar distante, pantanoso e doentio. Acre era geralmente sinônimo de barbárie, distância, doenças e água. Essas visões começaram a ser esboçadas logo que as tropas do governo brasileiro chegaram à região em 1903.

---

<sup>765</sup> LUSTOSA, Isabel. O texto e o Traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano I – O Tempo do Liberalismo Excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 289-312.

<sup>766</sup> *Ibidem*.

<sup>767</sup> CPDOC/FGV. Verbetes da Primeira República: O Malho. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MALHO.%20O.pdf> Acessado em 13 de fevereiro de 2016.

<sup>768</sup> BOETZKES, Amanda. Ecologicity, Vision, and the Neurological System. In: DAVIS, Heather; TURPIN, Etienne (org.). *Art in the Anthropocene: Encounters among aesthetics, politics, environments and epistemologies*. London: Open Humanities Press, 2015. p. 271-282.

O Território do Acre era distante:

Um dos nossos companheiros vai partir para o Acre, a pé parando, para fazer conferências sobre a história pátria, em todas as localidades do itinerário, que é seguinte:

Saindo do Rio de Janeiro por Cascadura, dirigir-se-á até Belo Horizonte e daí a Cachoeiro de Itapemirim, seguindo depois para S. Paulo e visitando, sucessivamente, Curitiba, Porto Alegre, Montevidéu, Buenos Aires, Valparaíso, a Patagônia, Caláo e Caracas. Nesse ponto, embarcará para a China e, atravessando a Ásia inteira, sempre a pé, chegará ao Egito, de onde ganhará o Transvaal para alcançar um paquete que o leve a Groenlândia.

Finalmente, cortando a América, de norte a sul, passará pelo istmo de Panamá e chegará a Manaus, a fim de descansar, aguardando aí a chegada do torpedeiro *Tupy*.<sup>769</sup>

O Acre Federal era sinônimo de lugar inculto e feio:

Na festa do Lloyd:

- Pode-se saber o motivo pelo qual, tendo os senhores três vapores novos, vão mandar o *Acre* para os Estados Unidos?

- Como não Exmo.! É para que os americanos vejam que o Acre não é tão feio como se pinta...<sup>770</sup>

O Território do Acre era, principalmente, espaço aquoso com a onipresença de pântanos:

Anda tudo *líquido* agora nesta terra! O assunto parece *aguado* a primeira vista, mas não é.

Repare bem:

Tivemos a questão do *leite* e da *água*, as queixas sobre falta *d'água*, a pinoia dos *hidrômetros*, a seringueira do Acre, que dá líquido e, para remate final, as *liquidações forçadas*. Isto é um país liquidado, não há dúvida, pois o *abatimento* é geral!<sup>771</sup>

Ao longe, no Norte, para além das margens numerosas em que estronda a pororoca do Amazonas, cercado de seringais e pântanos, no Acre em suma, naturalmente em uma de suas grandes cidades, asseguram-nos um ruidoso anúncio numa folha setentrional, vai ser inaugurado um cinematógrafo – o cinematógrafo Nilo Peçanha.<sup>772</sup>

<sup>769</sup> O MALHO. Rio de Janeiro, 07 de março de 1903. p. 8. Acervo FBN.

<sup>770</sup> O MALHO. Rio de Janeiro, 07 de setembro de 1907. p. 14. Acervo FBN.

<sup>771</sup> O MALHO. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1903. p. 8. Acervo FBN.

<sup>772</sup> CARETA. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1911. p. 10. Acervo FBN.



### Charge 08: Quando Chove



**Fonte:** O MALHO. Quando Chove. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1908. p. 41. Acervo FBN.

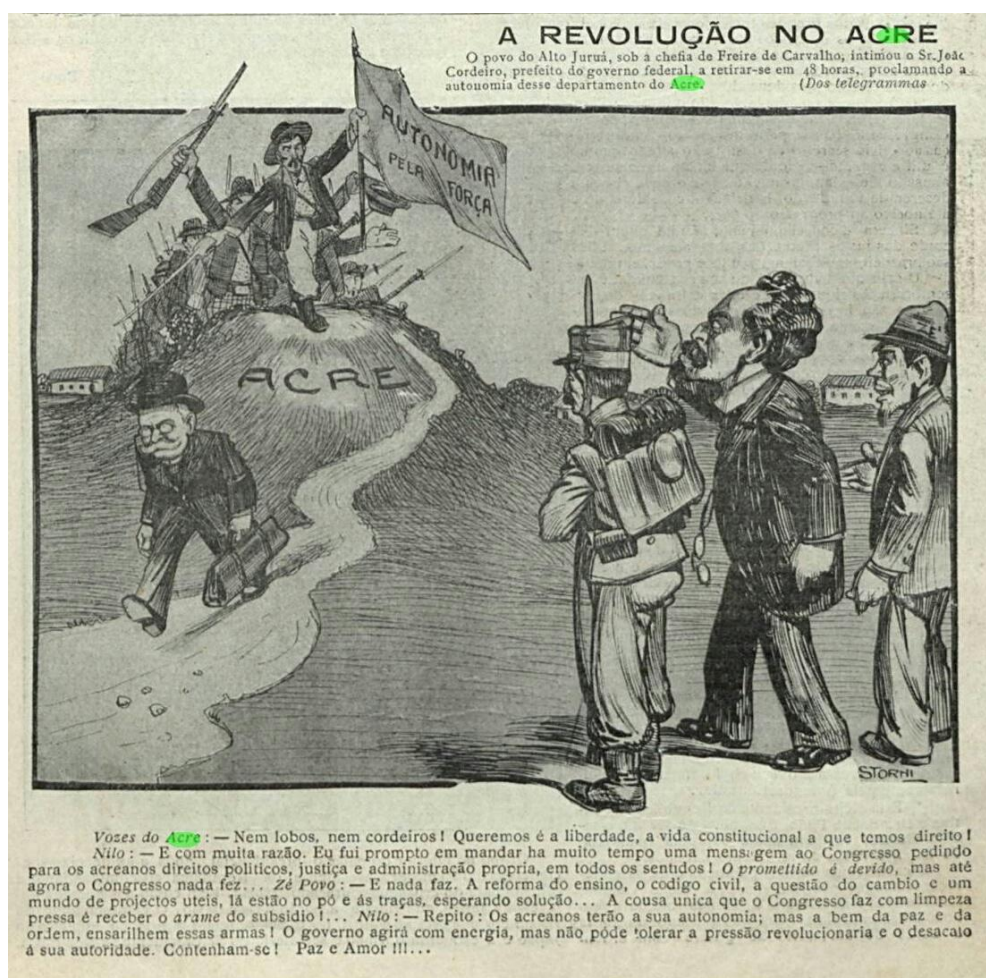
Essas estão entre as mais fortes imagens do Território do Acre no início do século XX. “Ir para o Acre” e “morrer” eram sinônimos para a imprensa da Capital Federal. Morte com diferentes sentidos seja pela enorme distância e precária comunicação com outros pontos do país (comunicação essa completamente dependente do regime fluvial), seja pela onipresença das doenças ou pela invisibilidade à qual suas populações eram relegadas. O Território do Acre era visto como um deserto, um vazio geográfico com uma população atrasada, avessa às bases do progresso e da civilização, onde floresta, águas e morte reinavam absolutas. Era a “Sibéria tropical”, economicamente útil para o Estado, lugar preferencial de exílios forçados, exemplo máximo da vasta e remota barbárie.<sup>773</sup> Como visto anteriormente, o Acre era também o ‘Alasca brasileiro’, cuja atividade extrativista era geradora de riquezas para o Estado, ao

<sup>773</sup> Ver: SILVA, Francisco Bento da. *Acre, a Sibéria tropical: destierros para as regiões do Acre em 1904 e 1910*. Manaus: UEA Edições, 2013. p. 197-220.

passo que, concomitantemente, tornava as populações locais indignas de terem direitos políticos e de estarem na comunhão nacional.

A imagem de onipresença de águas e doenças no Território do Acre e sua participação nos acontecimentos políticos é o que mais interessa aqui. Mais precisamente importa analisar como *O Malho*, uma das principais revistas ilustradas do período, ajudou na construção e difusão da imagem de aliança política e conexão entre o ciclo hidrológico, as doenças e as elites seringalistas. A emergência dessa visão ocorreu principalmente no período das revoltas autonomistas entre 1910 e 1912, quando, pela primeira vez, ficou evidente a relação entre as rebeliões e o período de vazante dos rios.

### Charge 09: A Revolução no Acre



**Fonte:** O MALHO. A Revolução no Acre. Rio de Janeiro, 18 de junho de 1910. p. 9. Acervo FBN.

Na legenda da charge assinada por Alfredo Storni, é noticiado o ultimato dado pelas forças autonomistas do Departamento do Alto Juruá ao então prefeito João Cordeiro: ele

deveria se retirar em 48 horas. No diálogo fictício da charge, as *Vozes do Acre* exigem direito à liberdade e a mesma realidade constitucional vivida nos estados da federação, enquanto o presidente Nilo Peçanha pede calma ao movimento, por ele já ter agido no sentido de dar autonomia ao Território. O chefe do executivo, porém, culpa o Congresso por não ter aprovado o projeto do executivo federal e *Zé Povo* confirma e critica a morosidade do legislativo em votar qualquer projeto de lei. Assim, essa charge ilustra o que já foi aqui analisado, que era o travamento da pauta relativa à autonomia do Acre.

Observando o conjunto da charge é possível notar os autonomistas no topo de uma colina e o presidente Nilo Peçanha, *Zé Povo* (a população comum da Capital Federal) e o oficial do exército, simbolizando as tropas federais, logo abaixo, em uma planície. O Território do Acre é representado por essa colina, onde se encontra a nascente de um leito seco de rio, por onde o prefeito João Cordeiro desce com sua mala. Sem água no rio, João Cordeiro não pode “descer” do Departamento do Alto Juruá em qualquer embarcação, mas a pé. Nessa charge, o Acre torna-se a parte alta de um rio, ou seja, o topo de um declive de onde os seringalistas descem, pela margem, exigindo autonomia, enquanto o prefeito deposto desce a pé pelo próprio leito do rio. A relação entre revolta autonomista e rio seco, ou seja, em seu período de vazante, fica implícita em toda a paisagem onde os humanos conversam e se movimentam. Guarda também relação indireta com a provocação feita por um seringalista em Manaus ao correspondente do jornal *O Paíz*, ao afirmar ser “impossível” a repressão ao movimento autonomista, devido ao período de vazante do rio Juruá.

### Charge 10: A Revolta da Borracha



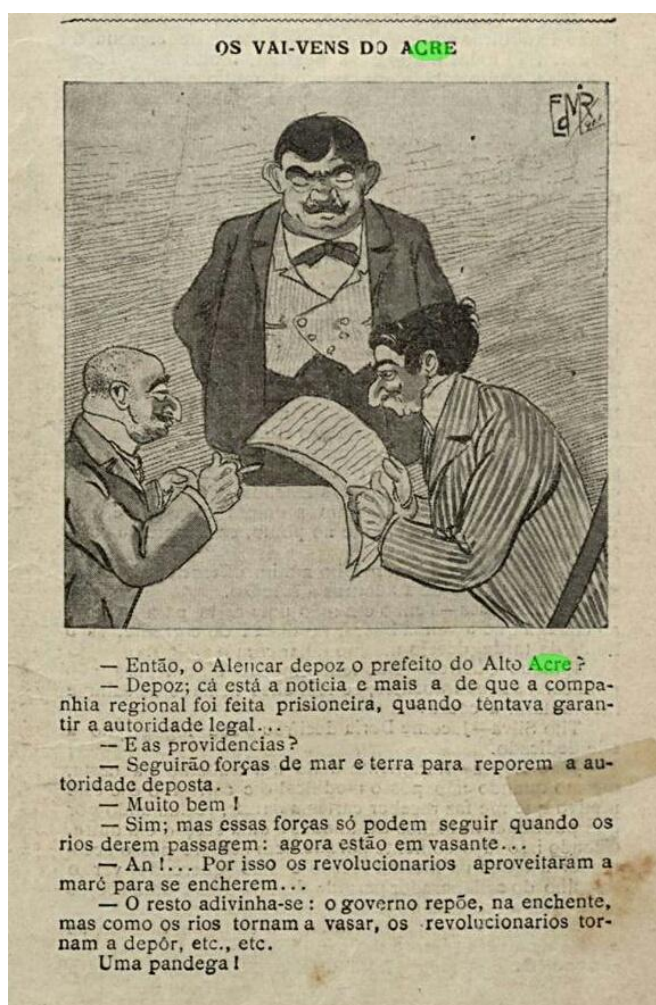
**Fonte:** O MALHO. A Revolta da Borracha. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1910. p. 21.

Acervo FBN.

Na ilustração acima, de autoria desconhecida, há uma crítica explícita aos líderes da Revolta Autonomista do Alto Juruá, apontando os prejuízos que o movimento armado poderia causar aos demais partícipes da cadeia econômica da borracha e sua inutilidade frente ao poderio militar da União, representado por uma fortaleza. Observando a charge, percebe-se novamente um seringalista no topo de uma colina, com um canhão que atira balas de borracha apontando para uma fortaleza. Entre ele e a União existe um rio que limita o que é “Acre” e o que seria o Brasil. Entre ambos, e acima do rio, está Hermes, deus grego do comércio, sendo alvejado pelo ricochete das balas de borracha atiradas contra a fortaleza (União).

Explicitamente a charge faz alusão aos prejuízos que poderiam ser gerados nas praças de Belém, Manaus, Nova Iorque, Liverpool, Londres e outros, pelo desequilíbrio na cadeia de aviamentos provocado pela paralisação dos seringais da bacia do Juruá. Mais uma vez, o Território do Acre é desenhado como uma colina. A diferença, no entanto, é que o rio emerge não como caminho que une elites locais e o Governo Federal, mas como limite e separação entre os seringalistas e a União, em uma referência ao curso fluvial como agente que dificulta o diálogo entre ambas as partes. O seringalista, que na charge 09, é desenhado como um altivo proprietário do interior, brandindo ameaçadoramente sua espada, na charge 10 aparece como um homem magro, feio, de barba desgrenhada e gestos rudes. A sua imagem, aqui, seria a imagem da barbárie em pessoa, indivíduo rico, mas sem instrução e polidez na forma de conduzir o debate político.

### Charge 11: Os vai-vens do Acre



**Fonte:** O MALHO. Os vai-vens do Acre. Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1911. p. 51.

Acervo FBN.

A charge acima retrata o que parece ser um gabinete. No diálogo, contudo, há a notícia da deposição do prefeito Leônidas Benício de Mello, no Alto Acre, pelas forças autonomistas de Antônio Antunes de Alencar e a promessa do Governo Federal de enviar forças de terra e mar para repor a autoridade federal. Mas há também a constatação da relação entre revolta autonomista e ciclo hidrológico. Sobre a ida das forças federais à região, um dos homens pondera: “(...) essas forças só podem seguir quando os rios derem passagem; agora estão em vazante...” O outro constata surpresa: “Ah!... por isso os revolucionários aproveitam a maré para se encherem...” e seu interlocutor lamenta: “O resto adivinha-se: o governo repõe, na enchente, mas como os rios tornam a vazar, os revolucionários tornam a depor, etc., etc. Uma pandega!”

Essa charge marca uma mudança importante na visão sobre o ciclo hidrológico dos rios no Território do Acre. Antes, os rios eram destacados nas charges como a única via de comunicação entre o Acre e o Brasil, e que nos períodos de vazante emergia como um limite ao diálogo e à integração política dessa área. Aqui os rios adquirem um papel mais ativo e permanente na política envolvendo o Território do Acre. Fica explícita a percepção de conexão entre as elites seringalistas, que lutavam pela autonomia, e o ciclo de cheias e vazantes das bacias dos rios Purus e Juruá. Pelo segundo ano consecutivo, o Governo Federal tinha problemas com rebeliões no Território do Acre e no mesmo período: no tempo da vazante dos rios, quando, além dos seringais estarem cheios de seringueiros dedicados à extração da borracha, as embarcações tinham dificuldade em chegar aos limites do Território. De fato esse era o melhor momento para uma rebelião nos departamentos do Território do Acre, tanto pela quantidade de braços disponíveis para os combates, quanto pelas vantagens físicas sobre o oponente, que tentava penetrar a parte alta das bacias hidrográficas do Purus e Juruá. Os rios assim emergem como agentes políticos na intra-ação com o poder local e nacional.

### Charge 12: Autonomia do Acre



**Fonte:** O MALHO. Autonomia do Acre. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1912. p. 21.

Acervo FBN.

A imagem acima publicada por Alfredo Storni durante a Revolta Autonomista do Alto Purus em 1912 e seu conjunto (incluindo as legendas) explicitam a noção de aliança já percebida na charge anterior. Contudo, aqui foi adicionado outro agente, a malária (impaludismo), desenhado como uma alta senhora cadavérica que olha de forma desafiadora para o então Presidente do Brasil, Hermes da Fonseca. Percebe-se que o marechal-presidente é desenhado de forma altiva, quase heróica, o que sinaliza certa empatia do caricaturista pela postura do executivo federal.

As bandeiras que tremulam do lado direito da charge lembram estandartes de povos ou unidades políticas que, juntas, remetem a uma espécie de confederação. A senhora *impaludismo* (que congrega aqui o *Plasmodium* como agente etiológico e o mosquito do gênero *Anopheles* como o seu vetor) segue na linha de frente desse exército confederado em prol da autonomia do Acre, com o papel de assassinar e combalir as forças adversárias antes de sua chegada às trincheiras seringalistas. Na segunda linha há a *viação fluvial*, representada pelo leito seco do rio com um navio encalhado. Congregava a evaporação promovida pelo forte calor do sol, a falta de chuvas, troncos de árvores e destroços de navios naufragados depositados no leito do rio que dificultavam ainda mais a navegação no período de vazante, os altos preços praticados em Belém e Manaus, para transporte de cargas e pessoas para os altos rios. A “viação fluvial” nessa região dificultava o transporte e manobra do exército na região, auxiliando na promoção da fome e na ação da senhora “impaludismo”. Na retaguarda, no topo da colina, estava a “revolução do Acre”, ou os seringalistas rebelados com seus rifles à espera da força federal. Malária, ciclo hidrológico e seringalistas formavam o sinistro exército da Revolta Autonomista do Alto Purus.

Essa charge expõe o que parece ser a opinião não só do caricaturista, mas de *O Malho* frente à situação do Território do Acre. Não seria com a ida de batalhões do exército que o governo conseguiria manter o controle sobre a região, mas com o desenvolvimento das comunicações com o território, a partir de maior atenção ao problema da viação fluvial e do saneamento da região. Indiretamente chama-se atenção para a necessidade de obras de infraestrutura ou de desobstrução dos rios de modo a estabilizar as comunicações da Capital Federal com o Território do Acre. O jornal também emite uma crítica implícita à nomeação de Tristão de Alencar Araripe para o cargo de prefeito do Departamento do Alto Purus, cujas atitudes teriam sido o estopim da revolta.

A charge 12, contudo, abre margem para outra constatação sobre o pensamento de parcela da imprensa na Capital Federal sobre as elites do Território do Acre. Os seringalistas emergem aqui como parte da natureza hostil do território. Essa confederação entre seringalistas, ciclo hidrológico e malária na Revolta Autonomista era a explícita materialização do inimigo da civilização e do Estado Nacional no Território do Acre: o “ambiente”. O historiador David Arnold, ao escrever sobre a narrativa de Frederick Jackson Turner sobre a expansão para o Oeste nos Estados Unidos, aponta que Turner construiu a imagem dos índios como obstáculos à expansão do Estado e parte da natureza hostil das



regiões anexadas.<sup>774</sup> Nesse caso, é similar quando *O Malho* defende o saneamento e a resolução do problema da navegação fluvial para de fato subjugar os movimentos autonomistas. Exercer o controle efetivo sobre a região significava subjugar rios, mosquitos, microorganismos e seringalistas a um só tempo. Entretanto, a nomeação dos prefeitos deveria ser cuidadosa, de modo que as prefeituras pudessem suprir parte das reivindicações das populações locais.

Inicialmente, a revista manifestava alguma empatia pelo desejo de autonomia política das elites seringalistas, acusando a Câmara e o Senado de emperrarem os debates. Em outras charges publicadas nesse capítulo, percebe-se a condenação ao legislativo. Essa situação muda quando as tensões se elevam com as repetidas derrubadas de prefeitos e a insistência na busca pela autonomia por métodos violentos. Essa mudança se consolida, principalmente, quando uma visão mais integrada do papel político do ciclo hidrológico e das doenças, principalmente a malária, emerge, aproximando a imagem do seringalista a elementos e características avessos a civilização.

A perspectiva da revista *O Malho* sobre as revoltas autonomistas e a aliança entre ciclo hidrológico, doenças e autonomistas é pessimista em relação às possibilidades de manutenção do Acre enquanto Território Federal, sem a adoção de medidas de grande envergadura que garantissem as comunicações e o saneamento daquela remota área. Essas medidas significavam também a conversão do Território do Acre, de local de barbárie para lugar onde ‘progresso’ e ‘civilização’ existiam. É revelador o fato de, em todas as charges aqui apresentadas, o espaço acriano ser representado de maneira desértica, sem árvores, sem vida. Não há florestas. Há um vazio, preenchido apenas por seringalistas, um leito seco de rio e, em um momento, a senhora impaludismo. A barbárie nessa região do país emergia nas charges como uma organizada e dominante trindade maligna representada pela figura do seringalista, pelo rio e pelo impaludismo. Elites autonomistas, viação fluvial e doenças eram vistos como o maior desafio para o Estado Nacional no Acre.

Essa visão não era incomum na Capital Federal. O jornal *A Noite*, em 17 de maio de 1912, momento em que ocorria a Revolta Autonomista no Purus, publicou um sinistro editorial com o nome: *O Paraguai Brasileiro – A Revolução do Acre será Triunfante pela Força das Circunstâncias: As Forças Federais Sujeitas a serem Dizimadas pelas Febres.*

---

<sup>774</sup> ARNOLD, David. *La Naturaleza como Problema Histórico: El Medio, La Cultura y La Expansión de Europa*. México: Fondo de La Cultura Económica, 2000. p. 98.

Esse editorial diz reproduzir a convicção da imprensa e das autoridades federais de que o exército lutaria com ampla dificuldade na região devido à época de vazante dos rios. De acordo com o editorial, o rio Purus só seria navegável até Sena Madureira no mês de novembro ou dezembro, período de real cheia dos rios. Assim, o texto profetizava que cerca de, no mínimo, 50% da tropa seria dizimada pelas febres palustres durante a espera da cheia do rio, em frente ao lugar denominado “Cachoeira Hilário Alves”, no Purus. Como alternativa ao plano de invasão, o editorial lançou a possibilidade de bloqueio fluvial de víveres e outros materiais de primeira necessidade, admitindo, porém, que o cerco só surtiria efeito prático após cinco ou seis meses depois do seu início.<sup>775</sup>

Por um lado, as charges apresentavam uma visão pessimista em relação às possibilidades de controle do Estado sobre o Território do Acre. Por outro elas construíam uma visão colaborativa da relação mantida entre as elites seringalistas e os rios onde se encontravam as suas propriedades. Segundo essa perspectiva, os seringalistas sabiam como se relacionar com rios e doenças de modo a potencializar seu poder político dentro e fora dos limites do Território.

Essa colaboração entre seringalistas e rios, embora perceptível na Capital Federal, foi detectado de maneira dúbia no Território do Acre. Pouco antes da explosão da Revolta Autonomista do Alto Juruá, em 1910, por exemplo, o chefe autonomista Carlos de Vasconcellos lançou um artigo na imprensa de Manaus deplorando a atitude do Governo Federal frente aos desejos de autonomia estadual do Território. O texto enfatizava que os autonomistas enfrentariam a União e ameaçava: “o Acre será em breve estado autônomo, porque os acrianos o querem, a natureza o favorece e a dignidade o impõe”. A “natureza”, nesse caso, é o regime fluvial e o seu ciclo hidrológico. Os seringalistas tinham consciência do seu fortalecimento político pela aliança com esses corpos de água, e ostentavam essa aliança para provocar o Governo Federal. Contudo, eles também eram conscientes de que a dinâmica fluvial e hidrológica era forte e imprevisível demais para ser considerada uma dádiva ou vantagem perene. A força dos fenômenos aquosos reforçava a visão dos seringalistas de que eles eram reféns do rio, gerando e mantendo um constante estado de tensão, incerteza e, em alguns momentos, medo.

---

<sup>775</sup> A NOITE. O Paraguai Brasileiro – A Revolução do Acre será Triunfante pela Força das Circunstâncias: As Forças Federais Sujeitas a ser Dizimada pelas Febres. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1912. p. 1.

Esse constante temor é muito perceptível na arte produzida localmente, especialmente nos poemas que tinham a água como temática. No jornal *Brazil Acreano*, entre os anos de 1910 e 1912, três poemas versaram sobre águas e rios. Dois do advogado e escritor Antônio Pinto de Areal Souto e um do professor Luiz Santos. Ambos atuavam em Sena Madureira e trabalhavam para os seringalistas do Iaco. Os três poemas são muito parecidos na forma como qualificam os rios. O rio é sempre o produtor de incertezas, a grandiosa entidade que dirige a vida, aquele que é sinônimo de sentimentos contraditórios: felicidade, opulência, mágoa, morte, dor. O poema “Cena Amazônica”, de Luiz Santos, no entanto, é o mais explícito em relação ao sentimento que pairava entre as elites locais, frente ao poder dos rios.

### **Cena Amazônica**

Pelas margens do rio estende-se a floresta...  
 Cada árvore parece um secular gigante.  
 Impassível talvez, esmeraldina e ovante,  
 Com os rumos a bailar de pássaros em festa.  
 Vem a cheia. A água sobe e, cada vez mais desta,  
 Penetra o umbral da mata e, sem parar, por diante,  
 Põe-se a desagregar a terra luxuriante,  
 Cavando um rego aqui e além mais uma fresta.  
 Colossos estremecem a beira do barranco,  
 Oscilam e rangem, ate que um forte solavanco  
 Lança-os n'água de vez com os galhos que se somem.  
 Real imagem da vida: altivos na aparência,  
 Rolam sempre por terra, aos golpes da inclemência,  
 Os sonhos e ambições ilimitadas do homem.<sup>776</sup>

Nesse poema, a floresta e os rios, com seu ciclo de cheias e vazantes, emergem em relação tensa, onde as árvores, embora majestosas em sua aparência, nada podiam frente ao poder das águas durante as enchentes. As águas encharcam o solo, penetram nos barrancos e produzem a erosão que promove a queda e conseqüente morte das árvores. O processo de erosão fluvial e desmoronamento de barrancos era o principal problema da navegação fluvial

<sup>776</sup> SANTOS, Luiz. Cena Amazônica. *O Brazil Acreano*. Sena Madureira, 14 de maio de 1910. p. 1.

nas partes altas das bacias do Purus e Juruá, devido à grande quantidade de “madeiros” (árvores) que eram arrastadas durante as cheias e permaneciam depositadas no leito do rio, provocando naufrágios ou danificando embarcações durante as vazantes. Entretanto, as árvores são uma metáfora para indicar os mais ilustres humanos que habitavam as margens.

Cada árvore, “secular gigante”, “altivo na aparência”, com o “bailar de pássaros em festa”, não podem ser outro, se não o seringalista, secular gigante, altivo na aparência, ao redor do qual todas as atividades sociais se desenvolviam. Fatalista, o poema explicita que a dinâmica das águas fluviais, na sua relação com as árvores próximas aos barrancos, é espelho do que acontecia/podia acontecer com os proprietários seringalistas, altivos coronéis dos barrancos. Um poema como esse, em um jornal de partido político em Sena Madureira, soa como autocrítica dos limites do poder dos seringais da região. Gigante e altivo proprietário do rio, sim. Impassível, talvez. Certamente investido da imagem de bravura por ter estabelecido a exploração da borracha em meio a densa floresta. Mas, ainda assim, com poderes limitados frente à força das águas. Se havia alguém mais poderoso que o seringalista na região, esse alguém era rio.

Os rios e o ciclo hidrológico ocupam múltiplos lugares nas disputas políticas envolvendo os temas da autonomia estadual e da integração política do Acre ao Brasil. Trata-se de um conjunto de processos bastante diversos que mantém o rio como um agente político importante e instável. Como vimos, o ciclo hidrológico, da parte alta das bacias do Purus e Juruá, era um aliado no confronto com o Governo Federal, fortalecendo as posições dos autonomistas nos momentos de embate armado. Por outro lado, os interesses autonomistas também eram enfraquecidos com o domínio dos rios sobre a comunicação entre o Território do Acre e o Brasil, especialmente quando a autonomia da área era debatida no âmbito do Congresso Nacional. Para a imprensa e os seringalistas do Território do Acre, essas alianças, contudo, eram provisórias, predominando sempre as incertezas sobre a sua eficácia nos momentos mais decisivos dos conflitos políticos. De fato, o rio Juruá e o regime de chuvas ajudaram o movimento autonomista de 1910 a intensificar os debates sobre a autonomia do Acre, embora a conquista do *status* de estado tenha fracassado. Já os rios Iaco, Purus e o episódio das chuvas de maio-junho de 1912 não ajudaram as forças de Childerico Fernandes que tiveram que enfrentar as forças federais graças ao repiquete dos rios.

As elites seringalistas tinham razões para se preocupar com a força dos rios. Ironicamente, o poema de Luiz Santos praticamente ‘antecipa’ os eventos que ocorrerão no

rio Iaco e em Sena Madureira em 1915. Uma cheia nunca antes registrada por nenhum colonizador da região desde o século XIX ocorrerá no rio Iaco, atingindo seu ápice entre os meses de janeiro e março. A grande cheia do rio Iaco de 1915 será tema do próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 6 – A GRANDE CHEIA DO RIO IACO DE 1915 E O DECLÍNIO DA CAPITAL SALUBRE**

Assim o rio, em sua heróica estupidez,  
Deixa em tudo um sinal de glória ou de revez...  
É o deus onipotente e eterno destas zonas.

Francisco Mangabeira (1906)

O objetivo desse capítulo é analisar a grande cheia do rio Iaco de 1915, o conseqüente declínio político da cidade de Sena Madureira e o aprofundamento da decadência dos seringais iacoaras já afetados pela crise da borracha. A capital do Purus, uma cidade com a imagem atrelada à saúde pública e forte candidata a centro decisório do Território do Acre, transformou-se em um lugar de doenças e miséria em um complexo processo que aniquilaria os planos das elites iacoaras.

A primeira parte será destinada a analisar a grande cheia do rio Iaco de 1915, a primeira registrada em Sena Madureira. Entre fevereiro e março de 1915, todo o núcleo urbano de Sena Madureira foi tomado pelas águas do rio Iaco, destruindo o aparato de drenagem urbana da cidade e promovendo grandes prejuízos. O evento expôs as limitações de Sena Madureira como possível capital do Acre e dissolveria também a sua fama de cidade salubre. O ano de 1916 será de intensa vazante que aumentou os prejuízos no rio Iaco tanto pelos surtos de malária nos seringais como pela dificuldade de escoamento da produção. Acelerou-se, desse modo, o declínio econômico e político da elite iacoara.

A segunda parte do capítulo será destinada a analisar a reação das elites iacoaras frente ao seu vertiginoso processo de declínio político e econômico decorrente dos desdobramentos da crise da borracha (1912), da grande cheia e vazante do biênio 1915-16 e da quebra dos laços de solidariedade que uniam os proprietários do médio e alto rio Iaco. Embora resignados com a impossibilidade de Sena Madureira tornar-se capital, alguns dos mais importantes seringalistas resistiram à possibilidade da elevação de Rio Branco como capital.

## 6.1 – “Decorrem vinte e cinco dias assombrosa inundação e hora telegrafo águas tomam cidade inteira”: a grande cheia do rio Iaco de 1915

O núcleo urbano de Sena Madureira atingiu seu ápice nos anos de 1913 e 1914, durante o governo Samuel Barreira (1912-1915). A intendência municipal de Sena Madureira foi instalada<sup>777</sup> em 07 de maio de 1913 tendo como intendente o coronel Julião Augusto de Almeida Sampaio, proprietário do seringal Iracema, em sociedade com o médico Victoriano Freire no Caeté.<sup>778</sup> Barreira e Sampaio eram membros do Partido Progressista, o que consolidou uma espécie de ‘Pax Iacoara’ no Departamento do Alto Purus.

Nessa gestão, os regulamentos da Diretoria de Higiene foram atualizados, o Hospital de Caridade reaberto e ampliado, ganhando laboratório e necrotério<sup>779</sup>, a Associação Feminina de Caridade foi organizada, para levantar fundos para o hospital, os médicos organizaram uma sociedade médica, e mesmo uma clínica dentária para mulheres e crianças foi aberta, de propriedade da dentista Rosa Q. A. Penteado. O núcleo urbano de Sena Madureira tinha uma população de pouco mais de três mil pessoas, contava com uma sala de cinema, um teatro, uma praça ajardinada com coreto, e passou a dispor, a partir de fins de 1914, de uma linha de bondes de tração animal, cujo dono era o dentista Manuel dos Passos Galvão.<sup>780</sup> Sendo sede dos órgãos federais no Território do Acre, do vice-consulado de Portugal e do Peru (sendo o seringalista Fabriciano Hoyos o cônsul peruano), Sena Madureira ainda podia ostentar o já mencionado apelido de “Rainha do Acre” em 1914.<sup>781</sup>

Paradoxalmente o clima nos seringais do Iaco, Macauã, Caeté e alto Purus era de apreensão pelo declínio nas exportações da borracha e na sua cotação. Em 1913, a cotação da borracha em Belém chegava ao nível mais baixo desde 1891. Em 1914 o preço da borracha atingia nível inferior à sua cotação em 1890.<sup>782</sup> O Brasil exportaria em 1913, 36.232 toneladas

<sup>777</sup> Em resposta ao decreto federal nº 9.831 de 23 de outubro de 1912, que instituiu a municipalidade.

<sup>778</sup> O ALTO PURUS. Intendência Municipal. Sena Madureira, 25 de maio de 1913. p. 4. Acervo FBN.

<sup>779</sup> O ALTO PURUS. Sena Madureira, 31 de janeiro de 1915. p. 3. Acervo FBN.

<sup>780</sup> LOUREIRO, Antônio José Souto. *Gazeta do Purus: Scenas de uma Época* (Sena Madureira, 1918/1924). Manaus: Imprensa Oficial, 1981. p. 85-86.

<sup>781</sup> O *Almanak Laemmert* deu publicidade ao codinome “Rainha do Acre” para Sena Madureira, classificando a capital do Purus como “cidade muito moderna”. Ver: ANUARIO ADMINISTRATIVO, AGRÍCOLA, PROFISSIONAL, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL PARA 1914. *Almanak Laemmert: 70º Anno, 1º Volume – Território do Acre*. Rio de Janeiro: Typographia do Almanak Laemmert, 1914. p. 671. Acervo FBN.

<sup>782</sup> MARTINELLO, Pedro. *A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial*. Rio Branco: EDUFAC, 2004. p. 161.

de borracha e, em 1914, 33.531 toneladas.<sup>783</sup> O Plano de Defesa da Borracha fracassaria sendo extinto pelo Congresso em 31 de dezembro de 1913 como corte de despesas.<sup>784</sup> Frente a crise da borracha, a prefeitura e a Delegacia do Ministério da Agricultura, sob a chefia de João Alberto Masô, procuraram incentivar a agricultura estabelecendo plantações em áreas próximas ao núcleo urbano. Havia a expectativa de colheita de feijão, mandioca, milho e outros, em 1915, para suprir a demanda interna. No entanto, essa agricultura de subsistência era praticada nas margens do rio que, em tese, não eram atingidos em uma cheia considerada normal.<sup>785</sup>

A opulência dos senhores da borracha havia chegado ao fim e as primeiras vítimas da crise foram, evidentemente, os mais pobres. Em setembro de 1914 foi divulgado na imprensa da Capital Federal o conteúdo de cartas particulares enviadas por Samuel Barreira e Godofredo Maciel admitindo a existência de mendicância e fome pelas ruas de Sena Madureira. Godofredo Maciel teria escrito que “Nunca se viu tanta miséria. Aqui já se pede esmola pelas ruas, porque já há fome e miséria”.<sup>786</sup> O Brasil também estava em crise por causa da Guerra na Europa que tomava proporções mundiais. Frente a difícil situação pelo qual passava o país foi aprovada pelo Congresso a diminuição das verbas destinadas aos departamentos do Território Federal do Acre. Em 1914 o Governo Federal destinou 450:000\$000, para o Alto Purus. Pelo orçamento votado no Congresso, o mesmo departamento receberia apenas 290:000\$000 em 1915. As verbas destinadas pela União aos departamentos já vinham sofrendo redução desde 1913, quando passaram de 700:000\$000 para 625:000\$000.<sup>787</sup>

Em 1914 o comportamento das águas assombrou os seringalistas do rio Purus e as autoridades em Sena Madureira. Os meses de fevereiro, março e abril foram de excepcional cheia do rio Purus que atingiu proporções nunca antes vistas pelos seringalistas mais antigos que dominavam suas margens. Em Lábrea os moradores diziam-se surpresos pelo volume do Purus. O comendador Hilário Álvarez, do seringal Cachoeira, afirmou nunca ter visto enchente de igual proporção em quarenta anos de vida na região.<sup>788</sup> Muitos animais foram

<sup>783</sup> BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Manaus: Umberto Calderaro, 1977. p. 252.

<sup>784</sup> MARTINELLO. A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial. *op. cit*, p. 64.

<sup>785</sup> O ALTO PURUS. A carestia da vida. Sena Madureira, 02 de abril de 1916. p. 1. Acervo FBN.

<sup>786</sup> ALTO PURUS. Pelo Acre. Sena Madureira, 27 de setembro de 1914. p. 1. Acervo FBN.

<sup>787</sup> O ALTO PURUS. Relatório apresentado ao exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Samuel Barreira, prefeito deste Departamento. Sena Madureira, 28 de fevereiro de 1915. p. 1. Acervo FBN.

<sup>788</sup> O CORREIO DO PURUS. Enchente Grande. Lábrea, 12 de abril de 1914. p. 2. Acervo FBN.



vistos sendo arrastados pela correnteza, outros viravam presas fáceis de jacarés e cobras, dois dos maiores beneficiários da cheia segundo o jornal *Correio do Purus*.<sup>789</sup> Esse jornal reportou que os barracões, mesmo os mais bem construídos, davam a impressão de que seriam arrastados pela correnteza. Já outros barracões, como o do seringal Novo Horizonte, foram completamente invadidos pelas águas forçando os proprietários a abandonarem o local. Lábrea, por estar edificada em terreno muito alto em relação ao rio, não foi invadida pelas águas, contudo ficou completamente ilhada. “Há, naturalmente, uma causa desse fenômeno, para nós ainda desconhecida”, noticiava o *Correio do Purus*.<sup>790</sup>

O prefeito Samuel Barreira viajou pelo alto rio Purus em março de 1914 para avaliar os efeitos da crise da borracha. Ele foi testemunha ocular da grande cheia e voltaria perturbado com o que chamou de “trabalho impatriótico” do rio Purus em “desnacionalizar as terras brasileiras”.<sup>791</sup> Em entrevista ao jornal *Alto Purus* publicada em 05 de abril de 1914, Barreira reportou que os últimos seringais do Purus, Campinas, Castelo, Liberdade, Santa Cruz, Aracaju, Triunfo, Santa Rosa e Boca do Chambuiaco estavam abandonados, destacando a contribuição da dinâmica fluvial nesta crise. Discordou do clássico artigo “Rio Abandonado”, de Euclides da Cunha, no qual o autor afirmava a possibilidade de obstrução completa do Purus, devido aos sedimentos e destroços arrastados por ele durante suas cheias. Barreira classificava esse curso fluvial como “um rio eminentemente destruidor e instável” e que “jamais teria semelhante conseqüência.”<sup>792</sup>

Seus margens cobertas da variada vegetação que forma a flora amazonense, apresentam-se, ora em colinas argilosas, algumas de mais de 50 metros de altura, ora de baixas e extensas planícies de areia, de formação recente que se desmancham continuamente sob a ação das águas correntosas e barrentas do rio, que é incontestavelmente, um dos maiores destruidores das terras nacionais. (...) O Purus age nesse trabalho como um inconsciente, sem orientação nem programa, a destruir barrancos que ele formou há poucos anos para elevar praias, novos barrancos, que algum tempo depois ele de novo destrói. Vi campos e casas, propriedades valiosas, de instalação recente, quase totalmente destruídas, os donos obrigados à fuga, ante a ameaça iminente do rio que tudo destrói e arrasta na sua voragem de serpe insaciável.<sup>793</sup>

As observações de Barreira sobre a capacidade destrutiva do Purus, no fenômeno que hoje é conhecido como “terra caída”, não é uma característica particular desse rio mas de

<sup>789</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>790</sup> *Ibidem*.

<sup>791</sup> ALTO PURUS. Excursão ao alto rio Purus – O “Alto Purus” entrevista o exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Prefeito do Departamento. Sena Madureira, 05 de abril de 1914. p. 1. Acervo FBN.

<sup>792</sup> *Ibidem*.

<sup>793</sup> *Ibidem*.

todas as bacias hidrográficas de água branca que formam o rio Amazonas.<sup>794</sup> A imagem do Purus “destruidor e instável” advém da perplexidade de Barreira frente a situação de calamidade vista entre os seringalistas do alto Purus, durante o auge da cheia de 1914. Eventos semelhantes poderiam ocorrer no rio Acre e Iaco, maiores formadores da bacia do Purus.

Até então eram raros os relatos que apontavam explicitamente a cheia dos rios como um entrave ao “progresso”. Geralmente a vazante dos cursos fluviais era apontada como a maior responsável pelo atraso local devido à interrupção da comunicação da região com o poder central e o mercado internacional. Em 1913, no período de vazante, Samuel Barreira viajou pelo rio Iaco, também com o objetivo de avaliar a situação dos seringais em meio a crise da borracha. Mesmo com a queda das exportações, o Iaco ainda era o grande produtor de borracha no Departamento do Alto Purus, como apontam os dados de 1914. Durante esse ano, o Iaco exportou 1.507.000 quilos de borracha, contra 460.040 quilos do Purus, 270.078 do Macauã e 97.011 do rio Caeté.<sup>795</sup> Em sua entrevista ao jornal *Alto Purus*, após 19 dias de penosa viagem até o seringal Guanabara, Barreira salientou a riqueza dos seringais do rio Iaco, citando explicitamente o fato de os barracões do médio e alto Iaco ostentarem padrões de conforto e luxo incomparavelmente maiores do que os vistos nas mais ricas residências de Sena Madureira. Contudo, ele enfatizou as dificuldades de navegação nos períodos de vazante e defendeu a construção de um varadouro ligando Sena Madureira ao *divortium aquarum* dos rios Iaco, Macauã e do igarapé Coatipoari, em terras do seringal Guanabara.<sup>796</sup> Essa estrada aliviaria a forte dependência dos seringalistas em relação ao rio Iaco no que concerne à comunicação.

---

<sup>794</sup> “Terra caída” é a forma como os ribeirinhos da bacia do Amazonas definem o processo de erosão fluvial que ocorre, principalmente, nos afluentes de água branca do rio Amazonas. É considerado, atualmente, um fenômeno de alta complexidade que envolve a conjunção de fatores de pressão hidrodinâmica, hidroestática, neotectônica, de dinâmica climática e de composição material das margens. Sua intensidade pode ser imperceptível, pontual, recorrente ou mesmo catastrófica. Ver: CARVALHO, José Alberto Lima de. *Terras caídas e consequências sociais*: costa do Miracauera – Paraná da Trindade, município de Itacoatiara – AM, Brasil. 141f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006. p. 55-90.

<sup>795</sup> O ALTO PURUS. Relatório apresentado ao exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Samuel Barreira, prefeito deste Departamento. Sena Madureira, 07 de março de 1915. p. 1. Acervo FBN.

<sup>796</sup> O ALTO PURUS. Excursão ao alto rio Iaco. Sena Madureira, 28 de dezembro de 1913. p. 1. Acervo FBN.

**Foto 17:** Curva do rio Iaco, em frente ao seringal “Pery”, acima do seringal “Guanabara”  
(1913)



**Acervo:** Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural – FEM

Entretanto, a urgência para a prefeitura e os seringalistas do Iaco, até aquele momento, era a guerra política dos rios. Por essa razão, em fins de dezembro de 1914, os advogados Mario Guedes e Godofredo Maciel foram para a Capital Federal com o objetivo de fazer propaganda na imprensa sobre Sena Madureira e as vantagens para o Governo Federal em tornar essa cidade a Capital oficial de um futuro estado ou Território Federal unificado. Enquanto os dois representantes iacoaras viajavam rumo à Capital Federal, intensas chuvas atingiam o curso do rio Iaco pronunciando uma cheia maior do que a que ocorria anualmente.

#### 6.1.1 – A cheia

A chamada “quadra invernososa” de 1915 começou em outubro-novembro de 1914, atingindo seu ápice nos meses de janeiro e fevereiro. Segundo um resumo das observações

feitas pela recém inaugurada Estação Meteorológica de Sena Madureira<sup>797</sup>, na época sob a responsabilidade de Rubens Nelson Alves, choveu em 21 dias no mês de janeiro e 13 dias no mês de fevereiro. Nesses dois meses, a umidade relativa do ar média ficou entre 96 e 96,5%, a temperatura entre 24,7° e 31,5°, em janeiro, e 22,3° e 30,8° em fevereiro. O volume de chuva acumulado no mês chegou a 1.022 milímetros em janeiro e 503 milímetros em fevereiro.<sup>798</sup> A quantidade de chuvas foi muito alta se comparada com os dados disponibilizados por Castello Branco que apontou serem os meses de dezembro e janeiro os de maior pluviosidade: nesse período, as médias somam entre 300 e 438 milímetros de chuva mensal.<sup>799</sup> As chuvas em Sena Madureira representavam apenas a precipitação ocorrida no baixo Iaco, ou seja, contribuíam com parte do processo de cheia do rio. A cheia do rio Iaco guardava relação também com as chuvas nos seus cursos médio e alto, em toda a extensão do rio Macauã e demais igarapés formadores da bacia.

**Foto 18:** Quadro apresentado pela Estação Meteorológica de Sena Madureira em 01 de março de 1915

Estação Meteorológica de Sena Madureira										Long. em tempo a W de Grw. 68° 38' 58" 5					
Resumo das observações feitas durante os meses de janeiro e fevereiro findos										Latitude austral 9° 6' 15" 8					
										Altut. da cuba do bar.º acima do mar 135, m 86					
Mezes	Média Pressão barométrica reduzida a 0°	Temperatura do ar					MÉDIA Tensão do vapor	MÉDIA Umidade relativa	MÉDIA Nebulosidade	CHUVA Precipitação	Estado do tempo				
		Média	Média do máximo	Média do mínimo	Maxim. absoluto	Minim. absoluto					Dias de chuva	Dias claros (> 2)	Eneberlos (> 8)	Temporal (> 7)	
Jan.º	749, mpm6	25,01	31,05	21,07	35,00	18,00	22 mjm 8	96,00%	4,8	1.022 mpm9	21	7	6	2	
Fev.º	748, mpm8	25,09	30,08	22,03	32,02	20,04	24 mjm 3	96,50%	3,6	503 mpm0	13	7	5	2	
Mezes	Número de vezes que soprou cada vento (Frequência)									VIENTO					
	N	NE	E.	SE	S	SW	W	NW	Calmaria	Velocidade em metros por segundo					
Jan.º	5	7	4	4	7	7	4	9	15	3 mts. 8					
Fev.º	3	6	5	7	6	8	5	4	12	3 mts. 2					

Estação Meteorológica de Sena Madureira, em 1.º de março de 1915.

O ENCARREGADO :  
Rubens Nelson Alves

**Fonte:** ALVES, Rubens Nelson. Estação meteorológica de Sena Madureira: resumo das observações feitas durante os meses de janeiro e fevereiro – dados. *Alto Purus*. Sena Madureira, 07 de março de 1915. p. 2. Acervo FBN.

<sup>797</sup> A Estação Meteorológica foi instalada nos meses finais de 1914, após um pedido feito pelo prefeito Samuel Barreira ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

<sup>798</sup> ALVES, Rubens Nelson. Estação meteorológica de Sena Madureira: resumo das observações feitas durante os meses de janeiro e fevereiro – dados. *Alto Purus*. Sena Madureira, 07 de março de 1915. p. 2. Acervo FBN.

<sup>799</sup> CASTELO BRANCO, José Moreira Brandão. Povoamento da Acreania. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, v. 250, p. 118-256, jan-mar. 1961. p. 132.

A área rural de Sena Madureira e os subúrbios foram os primeiros lugares atingidos pela cheia excepcional. As águas do Iaco formavam uma barreira aquosa, represando as águas dos rios Macauã e Caeté, ajudando no aumento do volume da cheia também nesses rios, atingindo os seus seringais. Em 05 de fevereiro, o prefeito Samuel Barreira enviava o primeiro radiograma para o MJNI reportando a situação e pedindo socorro à União:

Cheia anormal rio Iaco ocasiona vasta inundação zonas ribeirinhas, mesmo rio, afluentes. Populações agricultores aí localizados e de grande parte cidade invadida águas, cerca duas mil pessoas reduzidas penúria perda total lavouras, desabrigados imploram socorro. Sem meios atender verdadeira calamidade pública rogo v. ex.º assistência União verba sessenta contos socorros públicos, afim prestar pobreza auxílios indiretos e diretos casos excepcionais.<sup>800</sup>

Até esse momento a cheia era considerada “anormal” pela prefeitura. Mas após dois dias, o volume do rio aumentou e as águas avançaram por várias das principais ruas de Sena Madureira. O núcleo urbano ficou em grande parte sitiado por grandes massas de água, sejam do rio Iaco a leste, pelo igarapé Cafezal e rio Caeté ao norte. A cheia ganhava então contornos mais sérios devido à falta de verbas da prefeitura e pelo fato de toda a população, desde os mais pobres até as elites locais, estarem sofrendo de algum modo as consequências do evento. Novo radiograma foi enviado para o ministro da justiça no dia 07, reportando a dramática situação da cidade e da prefeitura, frente à subida das águas, e cobrando novamente providências da União:

Aditamento meu rádio 5 comunico v. ex.º inundação zonas Departamento toma proporções aterradoras. Dois terços casas cidade invadidas águas abandonadas moradores. Vejo-me dolorosas dificuldades providenciar, carência de recursos. Delegacia Fiscal inteiramente desprovida numerário, faltando-me até franquia telegráfica. Rogo sábias, prontas providencias v. ex.º habilitando-me necessária verba socorros públicos com que possa atenuar tão crítica situação.<sup>801</sup>

Em dois dias, a cheia, que era “anormal”, passou para “aterradora” segundo informações prestadas por Samuel Barreira ao Governo Federal. Nenhuma resposta veio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores aos dois radiogramas enviados pela prefeitura. Em 20 de fevereiro a altura das águas faria com que todas as repartições públicas fechassem as portas e a população intensificasse um êxodo em massa para o interior da floresta, rumo às partes altas não atingidas pelas águas.<sup>802</sup> Advogados, médicos, políticos, comerciantes e

<sup>800</sup> ALTO PURUS. Inundação. Sena Madureira, 07 de março de 1915. p. 2. Acervo FBN.

<sup>801</sup> *Ibidem*. p. 2.

<sup>802</sup> O CORREIO PAULISTANO. As Inundações em Sena Madureira. São Paulo, 28 de fevereiro de 1915. p. 5. Acervo FBN.

outros puderam se refugiar junto a embarcações ou nas partes não alagadas das propriedades dos seringalistas que viviam no Iaco, o que não era o caso dos habitantes mais pobres. A prefeitura e a Companhia Regional disponibilizaram canoas para as pessoas transitarem ou para resgatar os ilhados. No domingo, 21 de fevereiro, o volume das águas atingia seu ápice, tomando todas as ruas da cidade. Porém, na manhã do dia seguinte, finalmente o nível das águas estacionaria, dando os primeiros sinais de vazante algumas horas depois.<sup>803</sup> Nesse mesmo dia, Samuel Barreira enviaria outro radiograma para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, cobrando posicionamento do Governo Federal frente à grave situação:

Aditamento meus rádios anteriores comunico v. ex.º já decorrem vinte e cinco dias assombrosa inundaçãõ e hora telegrafo águas tomam cidade inteira invadindo repartições públicas, casas de comércio, ocasionando grandes prejuízos. Completa ruína lavoura, reinando fome classes pobres. Manifestam-se já casos acesso pernicioso, impaludismo ameaçando tomar proporções epidemia. Tenho feito quanto possível assistência socorro habitantes dentro dos recursos ordinários Prefeitura. Insuficiência verba exercício, ausência numerário Delegacia colocam-me contingência difícil empreender auxílio indireto, facilitando trabalho qualquer melhoramento útil, forçado apelar sentimentos pessoais v. ex.º favor intervenção pronta governo afim de salvar vida milhares infelizes brasileiros.<sup>804</sup>

De maneira emergencial a Prefeitura buscou distribuir gêneros alimentícios para a população atingida pela cheia, informando ter conseguido atender 849 pessoas.<sup>805</sup> O coronel Sebastião de Rezende Maia, da firma *Braga, Maia & Co.*, de Belém do Pará, enviou também alimentos a serem distribuídos.<sup>806</sup> O jornal oficial do departamento, o *Alto Purus*, deixou de circular nos dias 07, 14 e 21 de fevereiro pelo fato de as máquinas estarem debaixo d'água. No dia 28 de fevereiro o jornal circulou após os trabalhos na tipografia terem recomeçado, mesmo com água chegando à altura da cintura dos trabalhadores.<sup>807</sup>

Alguns dos proprietários seringalistas do Iaco não tinham costume de passar o período de cheia dos rios em sua propriedade. Uns viajavam a lazer ou para cuidar dos negócios pela Europa (caso de Avelino Chaves), outros cuidavam dos seus negócios em Belém (caso de Childerico Fernandes) e tantos outros desciam os rios junto com sua produção, deixando seus gerentes ou sócios nos seringais. O movimento do porto de Sena Madureira em março foi intenso, com proprietários chegando e cumprimentando rapidamente os cidadãos. Foi o caso de Avelino Chaves que, a bordo do *Guanabara*, aportou com brevidade em Sena Madureira,

<sup>803</sup> ALTO PURUS. Inundaçãõ. Sena Madureira, 28 de fevereiro de 1915. p. 2. Acervo FBN.

<sup>804</sup> ALTO PURUS. Inundaçãõ. Sena Madureira, 07 de março de 1915. p. 2. Acervo FBN.

<sup>805</sup> ALTO PURUS. Inundaçãõ. *op. cit.*, p. 2.

<sup>806</sup> ALTO PURUS. Ato Louvável. Sena Madureira, 28 de fevereiro de 1915. p. 2. Acervo FBN.

<sup>807</sup> ALTO PURUS. Várias Notícias. Sena Madureira, 28 de fevereiro de 1915. p. 2. Acervo FBN.

partindo rapidamente para as suas propriedades no alto Iaco.<sup>808</sup> A ansiedade dos seringalistas era grande por saber o que o rio havia feito em suas propriedades.

As consequências imediatas da grande cheia incluíram a fome, o aumento da miséria entre os habitantes pobres da cidade, a destruição de toda a incipiente agricultura patrocinada pela prefeitura e enormes prejuízos com a destruição de mercadorias, utensílios e casas. Após esses primeiros desdobramentos, surgiram maiores delineamentos políticos e materiais.

**Foto 19:** Porto de Sena Madureira, rio Iaco



Essa foto foi tirada pela Comissão do IOC, em fevereiro de 1913, ou seja, durante o ápice do período de cheia daquele ano. Observa-se que mesmo com a cota do rio Iaco próximo ao nível máximo, o terreno onde está edificada a cidade é muito mais alto em relação ao nível das águas, o que nos conduz a uma dimensão aproximada da excepcional grandeza da cheia de 1915.

**Acervo:** Fundo - IOC, Série - Serviço de Fotografia, Subsérie -Expedições, Dossiê - Amazonas e Acre. Disponível em <http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/porto-sena-madureira-rio-iaco> Acesso em 02 de setembro de 2015

DAD/COC - FIOCRUZ.

<sup>808</sup> ALTO PURUS. Hóspedes e Viajantes. Sena Madureira, 14 de março de 1915. p. 3. Acervo FBN.

### 6.1.2 – A reação nos departamentos vizinhos e a repercussão na imprensa carioca

A imprensa nos demais departamentos do Território Federal do Acre foi, de certo modo, indiferente aos acontecimentos em Sena Madureira. Houve um silêncio frente à cheia do rio Iaco. Contudo, há notícias de aumento excepcional no volume de água em outros rios e alertas de prevenção contra doenças subseqüentes às cheias, publicadas por médicos das Diretorias de Higiene nos departamentos vizinhos.

O curso do alto rio Juruá e seus afluentes também foi atingido pelas fortes chuvas de janeiro e fevereiro de 1915, promovendo uma cheia anormal que atingiu parte do núcleo urbano de Cruzeiro do Sul. A prefeitura, sob o comando do capitão Francisco Siqueira do Rego Barros, via jornal oficial do departamento, no entanto, difundiu uma imagem completamente antagônica dos efeitos da cheia em Cruzeiro do Sul em relação a Sena Madureira. A grande cheia do rio Juruá foi vista como oportunidade de mostrar Cruzeiro do Sul como cidade relativamente imune às cheias mais intensas. Assim, de forma quase debochada, um indivíduo identificado com o pseudônimo Danillo exaltou os efeitos das cheias de janeiro e fevereiro de 1915, em um artigo que era quase uma declaração de amor ao rio Juruá, a “deficiente via de comunicação com o mundo” transformada em rio-mar:

Os abundantes, fartos e ininterruptos aguaceiros que, desde janeiro, vem caindo sobre Cruzeiro do Sul, transformando os aterros das vias públicas em fundos atoleiros, nos quais se perdem as botas dos transeuntes, tem elevado extraordinariamente o nível das águas fluviais que, sobrepujando barrancos, transbordam para os terrenos baixos da cidade, formando extensas lagoas, onde os amigos do esporte, em grupos alegres e folgazões, se divertem no exercício do remo, guiando leves igarités em animados torneios que, nesta época – o tempo da cheia – constituem um agradável espetáculo à população dessa região acreana. – Ah se fosse sempre assim! Eis a exclamação que de todos ouvimos ao lançarem suas vistas para este belo efeito da cheia.<sup>809</sup>

A transformação do rio Juruá, no que o artigo classificou como “rio-mar”, foi exaltada não só pela possibilidade da prática de esportes e diversão no espaço público, mas pela bela paisagem que formou diante dos habitantes de Cruzeiro do Sul. O texto enfatiza que os córregos, que cortavam as oito colinas onde estava edificada a cidade, também haviam se

<sup>809</sup> DANILLO. A Cheia. *O Cruzeiro do Sul*. Cruzeiro do Sul, 07 de março de 1915. p. 3. Acervo FBN.



convertido em grandes rios, nos quais transitavam embarcações de variados tamanhos, produzindo belos cenários no nascer e pôr do sol. “O espetáculo é maravilhoso”, enfatizava Danillo. Igualmente belo, segundo o artigo, eram as ruas tomadas pelas águas, onde viam-se canoas paradas em todos os estabelecimentos comerciais, pertencentes a quem fazia seus negócios no trabalho diário, efeito semelhante ao que podia ser visto em Veneza.<sup>810</sup>

Em Sena Madureira reinava a fome e a miséria. Mas, segundo Danillo, em Cruzeiro do Sul a grande cheia trouxe fartura. Se, em Sena Madureira, os habitantes eram obrigados a ir para as matas em busca de lugares mais altos e proteção, em Cruzeiro do Sul eram os animais que entravam na cidade, fugindo das águas. O artigo de Danillo era formado por onze parágrafos e cinco deles foram inteiramente dedicados à fartura de alimentos proporcionada pela grande cheia. Desse modo, o mercado público ficou bastante guarnecido de carnes de porquinho, cotia, paca, dentre outras espécies, diversificando o cardápio nos hotéis e restaurantes. O texto detalha alguns dos principais pratos servidos nos estabelecimentos comerciais, com destaque para Paca no Tucupí, Guisado de Porquinho, Assado de Lombo de Veado e Rosbife de Anta. Danillo também ressaltou o fato de que muitas aves, ao buscarem terrenos mais altos para o pouso, batiam com violência contra as paredes das casas, caindo mortas pelas ruas, ou adentravam as residências, sendo capturadas e cozinhadas logo em seguida.<sup>811</sup>

Claramente a prefeitura do Alto Juruá buscou utilizar a grande cheia para criar uma imagem de Cruzeiro do Sul como contraponto à Sena Madureira em sua relação com as águas. Tanto Sena Madureira quanto Cruzeiro do Sul tinham como desvantagem a menor navegabilidade dos rios Iaco e Juruá para se tornarem capital de um estado ou território unificado. A grande cheia em Sena Madureira representava a adição de uma nova desvantagem e tinha potencial também de dissolver a imagem de cidade salubre. O artigo deixa entrever, de forma implícita, que embora a capital do Juruá não fosse o lugar totalmente ideal para ser erguida uma capital de estado, lá as grandes cheias não provocavam transtornos e prejuízos comparáveis ao que a cheia do Iaco provocava em Sena Madureira. Para o jornal *Cruzeiro do Sul*, o único ponto negativo da cheia de 1915 foi a lama. A “insuportável lama (...) onde se enterram as nossas botas, mesmo nos passeios *smarts*”.<sup>812</sup> Em completa oposição ao que ocorria em Sena Madureira, uma grande cheia em Cruzeiro do Sul foi celebrada pelo

---

<sup>810</sup> *Ibidem.*

<sup>811</sup> *Ibidem.*

<sup>812</sup> *Ibidem.*

jornal oficial da prefeitura como sinônimo de fartura, beleza e diversão, com o pequeno incômodo provocado pela abundante lama nas ruas.

No Departamento do Tarauacá, unidade política periférica na guerra dos rios por ser resultado de um desmembramento do Departamento do Alto Juruá promovido em 1912, não houve repercussão dos acontecimentos no Alto Purus, mas uma mobilização da Diretoria de Higiene em torno das consequências das grandes cheias daquele ano. Vila Seabra era a mais nova capital do Território do Acre e possuía uma estrutura urbana muito precária, não dispunha de hospital e as verbas destinadas à saúde eram diminutas. Seu Diretor de Higiene era o médico Leôncio José Rodrigues que tinha um dos menores salários do Território do Acre nessa função. Suas atribuições individuais limitavam-se mais a cuidar da saúde dos presos na delegacia, fazer autópsias, vistoriar as carnes vendidas no mercado público e as embarcações que aportavam em Vila Seabra, atender doentes pobres e indigentes. Ou seja, difícil afirmar que existia uma política de saúde pública em Tarauacá. A ação de Rodrigues centrou-se na publicação de um artigo no jornal oficial da prefeitura chamado *Precauções Gerais e Práticas Contra as Moléstias Infectuosas mais Comuns Subsequentes às Inundações*, em outubro de 1915, na mesma época em que Sena Madureira era assolada por epidemias pós-cheia do rio Iaco. Nesse artigo, o médico procurou sintetizar variadas medidas profiláticas de modo que a população tentasse se proteger da malária.<sup>813</sup>

O rio Tarauacá foi atingido pela cheia do Juruá por ser um dos seus afluentes. Contudo, Vila Seabra não foi tão castigada como Sena Madureira pelas águas do Tarauacá, provavelmente pela sua posição topográfica frente ao curso fluvial. Ainda assim, Leôncio José Rodrigues aproveitou o clima, de incerteza e temor trazido pelas cheias, para pressionar por um aumento de salário, obtendo êxito em elevar seus ganhos mensais como Diretor de Higiene para 700\$000.<sup>814</sup> A prefeitura do Tarauacá também tinha uma dívida com a *Rodrigues & Ca.*, empresa de Leôncio José Rodrigues em sociedade com o farmacêutico Irineu Catão no valor de 486\$000 por remédios aviados.<sup>815</sup> Essa dívida também foi cobrada no momento em que as águas estavam baixando, ou seja, quando os casos de malária subsequentes às cheias passavam a ser mais frequentes.

---

<sup>813</sup> RODRIGUES, Leôncio José. Precauções gerais e práticas contra as moléstias infectuosas mais comuns, subsequentes às inundações. *O Departamento*. Vila Seabra, 17 de outubro de 1915. p. 2. Acervo FBN.

<sup>814</sup> O DEPARTAMENTO. Petições. Vila Seabra, 15 de maio de 1915. p. 1. Acervo FBN.; O DEPARTAMENTO. Resoluções. Vila Seabra, 13 de junho de 1915. p. 1. Acervo FBN.

<sup>815</sup> O DEPARTAMENTO. Petições. Vila Seabra, 18 de abril de 1915. p. 1. Acervo FBN.

No Departamento do Alto Acre, o jornal *O Autonomista* publicou um artigo em 02 de maio, exaltando o que um dia foi Sena Madureira. Seu redator, Steinner do Couto, esteve na capital do Purus em março e foi testemunha ocular da grande cheia. “Apesar da inundação que, em fevereiro deste ano, submergiu grande parte da cidade, quando as águas baixaram podia ver perfeitamente o observador, o que elas deviam ser antes da inundação”.<sup>816</sup> Assim, o texto, em tom melancólico, exalta Samuel Barreira e a cidade “adiantada, culta e florescente”, que o redator imaginou com o baixar das águas, agradecendo a hospitalidade que lhe foi concedida durante a estadia na cidade.<sup>817</sup> Esse artigo foi republicado no jornal *O Alto Purus* em 23 de maio. Chama atenção especialmente o fato de Couto explicitar como “deviam ser” os símbolos do progresso da cidade, como a linha de bondes, o delineamento das ruas, o teatro, a iluminação pública, antes da cheia, e não como “eram”.

É provável que a cheia tenha transcorrido de forma normal no curso do rio Acre em comparação aos demais rios nos departamentos vizinhos.<sup>818</sup> Essa hipótese é reforçada ao verificar que o volume das águas do Iaco e Juruá não afetou o rio Solimões de modo a promover uma grande cheia digna de nota em Manaus, por exemplo. Já a grande cheia do rio Madeira, de 1909, foi suficiente para afetar o sistema Solimões-Amazonas e de modo a promover uma cheia histórica também no rio Negro, em Manaus, atingindo o pico de 29,17 metros.<sup>819</sup>

Mesmo que o sistema Solimões não tenha sido muito afetado, as notícias sobre a cheia do rio Iaco causaram alarme na imprensa em Manaus. *O Jornal do Comércio de Manaus* deu destaque em primeira página para as cheias dos rios Iaco e Juruá, anunciando que os rios da bacia amazônica estavam “prodigiosamente, assustadoramente crescendo” naquele ano. O periódico previu que a grande cheia nesses rios provocaria altos prejuízos à extração da borracha, advertindo também que as águas do rio Negro, que banham Manaus, apresentaram rápida e excepcional ascensão naquele mês.<sup>820</sup>

<sup>816</sup> O ALTO PURUS. Sena Madureira. Sena Madureira, 23 de maio de 1915. p. 1. Acervo FBN.

<sup>817</sup> *Ibidem*.

<sup>818</sup> Não foram encontradas referências à cheia anormal no rio Acre.

<sup>819</sup> Até o ano de 2015, a cheia de 1909 era a sétima maior já registrada na capital amazonense Ver: SALES, Nadir; REBELLO, Expedito; FÁTIMA, José de. As maiores cheias e secas no Amazonas e as influências dos fenômenos “El Niño”, “La Niña”, “ODP” e “OMA”. In: *Anais do XVI Congresso Brasileiro de Meteorologia: A Amazônia e o clima global*. Belém – PA, 13-17 de setembro de 2010. Disponível em [http://cbmet2010.web437.uni5.net/anais/artigos/659\\_97635.pdf](http://cbmet2010.web437.uni5.net/anais/artigos/659_97635.pdf). Acesso em 12 de junho de 2015.

<sup>820</sup> JORNAL DO COMERCIO DE MANAUS. A Capital do Departamento do Alto Purus está quase todo debaixo d’água. Manaus, 06 de fevereiro de 1915. p 1. Acervo FBN.

A grande cheia do rio Iaco repercutiu nos principais jornais na Capital Federal a partir de cartas enviadas por Samuel Barreira a Godofredo Maciel e Mario Guedes em fevereiro. O jornal *A Noite* noticiou em 11 de fevereiro a situação de miséria pelo qual passava a capital Sena Madureira com a inundação.<sup>821</sup> Já *O Paíz*, em 12 de fevereiro, cobrou atenção e assistência do Governo Federal aos brasileiros atingidos pelo “flagelo das inundações”.<sup>822</sup> Nesse mesmo dia Mario Guedes teve um dos seus artigos publicados pelo *Jornal do Commercio* detalhando o conteúdo das cartas, noticiando a miséria e os prejuízos causados pela cheia e cobrando posicionamento da União.<sup>823</sup> Em São Paulo, o *Correio Paulistano* também noticiaria a cheia.<sup>824</sup>

A grande cheia surpreendeu Godofredo Maciel e Mario Guedes que objetivavam pressionar o Congresso Nacional a partir de artigos na imprensa. A cheia causou embaraços a esse plano. O evento colocou em evidência que, mesmo excepcionalmente, o núcleo urbano da capital do Purus poderia ser invadido pelas águas do rio Iaco nos períodos de cheia, tornando temerária a sua escolha como capital do Território unificado.

Do mesmo modo que Maciel e Guedes deram publicidade a cheia, eles também procuraram não revelar pormenores sobre o evento e, inclusive, minimizaram seus efeitos. Era uma forma de evitar maiores estragos a imagem da capital do Purus. Esse esforço ficou mais evidente na primeira página do jornal *O Imparcial* de 07 de março de 1915. Toda a primeira página foi ocupada por fotos de Sena Madureira, mostrando as festas de inauguração da linha de bondes de tração animal e as festas de carnaval, com destaque para pessoas e carros alegóricos. Provavelmente a fotografia é do carnaval de 1914, já que, em 1915, a cidade contava o prejuízo causado pela cheia. Como título da reportagem, há em letras grandes “Os progressos do Acre”. Em letras miúdas, abaixo das fotografias lê-se:

Sena Madureira, sede do departamento do Alto Purus e considerada pelo seu progresso, a “capital do Acre”, está atualmente lavada por uma inundação que quase a destrói. O progresso tem sido rápido. A fotografia aqui a prova, com estas vistas, que representam: 1,2 e 3) Aspectos da inauguração do serviço de bondes, por tração elétrica, levada a efeito em fins do ano último,

<sup>821</sup> A NOITE. Grande inundação no Alto Purus – A miséria em Sena Madureira. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1915. p. 3. Acervo FBN.

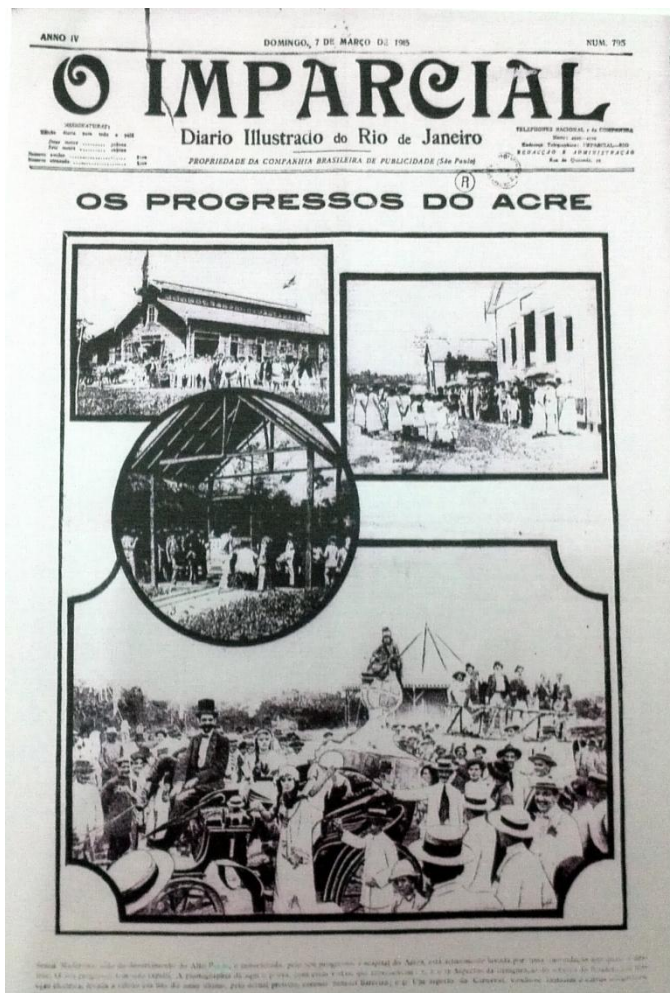
<sup>822</sup> O PAÍZ. Inundações no Purus. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1915. p. 2. Acervo FBN.

<sup>823</sup> GUEDES, Mario. Pequenos Comentários. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1915. Acervo FBN.

<sup>824</sup> O CORREIO PAULISTANO. As Inundações em Sena Madureira. São Paulo, 28 de fevereiro de 1915. p. 5. Acervo FBN.

pelo atual prefeito, coronel Samuel Barreira; e 4) Um aspecto do carnaval, vendo-se fantasias e carros alegóricos.<sup>825</sup>

**Foto 20:** Primeira página do jornal *O Imparcial*



**Fonte:** O IMPARCIAL. Os progressos do Acre. Rio de Janeiro, 07 de março de 1915. p. 1.

Acervo FBN.

Daí em diante as referências à cheia do rio Iaco desaparecem na imprensa.

### 6.1.3 – A malária

No relatório de 1914 enviado por Samuel Barreira ao MJNI, o prefeito mencionou no capítulo “Saúde Pública” que a única doença a atingir a população durante todo o ano foi a

<sup>825</sup> O IMPARCIAL. Os progressos do Acre. Rio de Janeiro, 07 de março de 1915. p. 1. Acervo FBN.

malária. Ele festeja, inclusive, a ausência de casos de sarampo nos passageiros dos vapores provenientes dos portos de Belém e Manaus. Embora reconhecesse a ampla proliferação dos casos de malária, ressaltou que essa doença havia se tornado familiar entre os habitantes do núcleo urbano. Seriam, geralmente, casos benignos, não sendo registrados casos graves da doença ou da chamada “polinevrite palustre”. Cinquenta e seis doentes de malária deram entrada no Hospital de Caridade em todo o ano de 1914, todos provenientes dos seringais.<sup>826</sup>

A grande cheia do rio Iaco iria reverter rapidamente esse quadro. Os sedimentos carregados pelo rio Iaco e a força das águas destruíram o sistema de drenagem de águas pluviais e os aterros que planificavam o solo. A grande quantidade de águas fluviais e pluviais empoçadas favoreceu o ciclo de vida e proliferação dos mosquitos do gênero *Anopheles*, vetor da malária. Favoreceram também o *Plasmodium falciparum* que acabava de chegar a Sena Madureira e aos seringais, residindo no organismo dos seringueiros que vinham para o trabalho de extração da borracha.

A trajetória do violento surto de malária que ocorreu pós-cheia de 1915 pode ser mapeada pelo número de mortes no núcleo urbano, publicadas no jornal *O Alto Purus*. Em março, o jornal oficial da prefeitura noticiava a morte de duas pessoas, um homem de vinte anos e uma menina de nove, o primeiro por “acesso pernicioso” e a segunda por “impaludismo crônico”.<sup>827</sup> Em 25 de julho foi anunciada a morte de um menino de quatro anos por “impaludismo agudo”.<sup>828</sup> Em setembro um homem de sessenta anos morria por “impaludismo crônico”.<sup>829</sup> Em 24 de outubro seis pessoas haviam morrido por “impaludismo agudo”.<sup>830</sup> Em 16 de janeiro de 1916, a prefeitura anunciou a morte de 24 pessoas por “acesso pernicioso” e “impaludismo agudo” em novembro e dezembro de 1915!<sup>831</sup> Ao todo davam 34 mortos, por malária, ou seja, quase o dobro da totalidade de mortes por diversas causas registradas em todo o ano de 1914, em número de 19.<sup>832</sup>

<sup>826</sup> O ALTO PURUS. Relatório apresentado ao exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Samuel Barreira, prefeito deste Departamento. Sena Madureira, 07 de março de 1915. p. 1. Acervo FBN.

<sup>827</sup> O ALTO PURUS. Várias notícias. Sena Madureira, 07 de março de 1915. p. 3. Acervo FBN.

<sup>828</sup> O ALTO PURUS. Os mortos. Sena Madureira, 25 de julho de 1915. p. 3. Acervo FBN.

<sup>829</sup> O ALTO PURUS. Várias Notícias. Sena Madureira, 12 de setembro de 1915. p. 4. Acervo FBN.

<sup>830</sup> O ALTO PURUS. Registro Civil. Sena Madureira, 24 de outubro de 1915. p. 3. Acervo FBN.

<sup>831</sup> O ALTO PURUS. Registro civil. Sena Madureira, 16 de janeiro de 1916. p. 2-3. Acervo FBN.

<sup>832</sup> O ALTO PURUS. Relatório apresentado ao exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Samuel Barreira, prefeito deste Departamento. Sena Madureira, 28 de fevereiro de 1915. p. 1. Acervo FBN.

Mas a malária não foi a única doença a emergir com força avassaladora. Em outubro de 1915 propagou-se, especialmente em crianças, uma violenta epidemia de coqueluche atingindo o subúrbio de Sena Madureira e seringais no rio Iaco. Um mês depois, ao menos três crianças morreram vítimas de coqueluche e, em dezembro, mais cinco crianças vinham a óbito.<sup>833</sup> Todas com até três anos de idade. As doenças gastrointestinais também provocariam mortes registradas em Sena Madureira. Em setembro seria noticiada a morte de três pessoas por problemas gastrointestinais.<sup>834</sup> Em outubro e novembro haveriam mais duas vítimas fatais.<sup>835</sup>

Os últimos meses de 1915, período de ápice da vazante do rio Iaco e de início da nova cheia, foram certamente os piores. Em 21 de novembro a prefeitura admitiu o dramático ciclo de múltiplas e intensas epidemias que atingiam Sena Madureira, condição jamais vista antes, na cidade. O então prefeito substituto de Samuel Barreira, Antônio Pinto de Areal Souto, pediu, novamente, ajuda à União.<sup>836</sup> Procurou, juntamente com os médicos Victoriano Freire, Mario Alvarez e Astopho Margarido, minorar os efeitos da calamidade, tentando colocar em prática um plano sanitário nas zonas rurais e suburbanas de Sena Madureira. Apesar dos esforços, a capital do Purus seria varrida pela fome, malária, coqueluche e sarampo:

Reina com impetuosidade, em Sena Madureira, o paludismo pernicioso numa forma eminentemente malígina, sendo já muitos os casos que tem havido sem que haja tempo para o paciente ser medicado pelo facultativo. O defluxo e a coqueluche, desde dois meses irromperam por todos os pontos da cidade, já tendo havido alguns casos fatais. A varicela e o sarampo já deram sinal de si. Diante duma quadra tremenda como esta, o Dr. Areal Souto, digno prefeito em exercício, tenta achar um lenitivo para minorar as agruras dos deserdados da fortuna que tinham seguras as suas esperanças na pequena lavoura que a inundação de fevereiro destroçou.<sup>837</sup>

O então ministro da justiça, Carlos Maximiliano, não esboçou reação frente aos apelos de Samuel Barreira. Não foi encontrada nenhuma carta do ministério para qualquer outro órgão sobre o pedido de ajuda da prefeitura ou resposta aos radiogramas. O *Alto Purus*, inclusive, denunciou a falta de resposta do Governo. Durante as epidemias que assolavam Sena Madureira nos meses de outubro a dezembro, o ministro remeteu a mensagem enviada pelo prefeito Antônio Pinto de Areal Souto à Diretoria Geral de Saúde Pública, acompanhada

<sup>833</sup> O ALTO PURUS. Registro civil. Sena Madureira, 16 de janeiro de 1916. p. 2-3. Acervo FBN.

<sup>834</sup> O ALTO PURUS. Várias Notícias. Sena Madureira, 12 de setembro de 1915. p. 4. Acervo FBN.

<sup>835</sup> O ALTO PURUS. Registro Civil. Sena Madureira, 24 de outubro de 1915. p. 3. Acervo FBN.; O ALTO PURUS. Registro civil. *op. cit.*, p. 2-3..

<sup>836</sup> MAXIMILIANO, Carlos. Telegrama enviado a Diretoria Geral de Saúde Pública em 02 de dezembro de 1915. Arquivo Nacional [BR NA, RIO A6]. Série Interior, Minutas de Avisos e Ofícios. [IJJ1-465 – 1915 (jul.-dez.)]

<sup>837</sup> O ALTO PURUS. Pela saúde pública. Sena Madureira, 21 de novembro de 1915. p. 2. Acervo FBN.

de uma carta. Nesta carta Carlos Maximiliano “recomendava” que a diretoria se informasse melhor sobre a epidemia em Sena Madureira e verificasse o que os médicos da inspetoria de saúde do porto de Manaus poderiam fazer.<sup>838</sup> O fato é que nenhum socorro federal chegou a Sena Madureira.

Essas epidemias matariam 68 pessoas segundo os registros feitos no *Alto Purus* e no relatório de Antônio Pinto de Areal Souto para o ano de 1915. O Hospital de Caridade, que possuía três enfermarias com 30 leitos, ficou pequeno para a quantidade de doentes que chegou a 269 ao longo do ano.<sup>839</sup> Era mais que o dobro de doentes que o Hospital recebeu durante todo o ano de 1914.<sup>840</sup> Os gastos da prefeitura com socorros públicos durante a cheia de fevereiro foram a 5:450\$433. Já os gastos com serviços médicos para conter as epidemias subsequentes as cheias atingiram a ordem de 11:056\$666.<sup>841</sup> Em seu relatório para o MJNI, Areal Souto ressaltaria os esforços dos médicos Victoriano Freire, Mario Alvarez e Astolpho Margarido durante as epidemias que assolaram o departamento.

No início do ano de 1916, Sena Madureira estava irreconhecível frente ao que fora em fins de 1914. Para seringalistas, comerciantes e políticos, os meses subsequentes à grande cheia do rio Iaco podem ser descritos por uma série de palavras, tais como “melancolia”, “apatia”, “desânimo”, “desespero”.<sup>842</sup> Associados a esses termos, palavras como “bebedeiras”, “jogatinas”, “doença dos nervos” e “silêncio” foram também registrados em alguns artigos publicados entre abril e julho de 1915. Embora alguns “poetas iacoaras” considerassem a violência das águas do Iaco em seus escritos, especialmente durante o fenômeno dos “repiquetes”<sup>843</sup> de maio e junho, todos foram surpreendidos pela intensidade da

<sup>838</sup> MAXIMILIANO, Carlos. Telegrama enviado a Diretoria Geral de Saúde Pública em 02 de dezembro de 1915. Arquivo Nacional [BR NA, RIO A6]. Série Interior, Minutas de Avisos e Ofícios. [IJJ1-465 – 1915 (jul.-dez.)]

<sup>839</sup> O ALTO PURUS. Relatório apresentado ao exmº Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Dr. Antônio Pinto de Areal Souto, prefeito em exercício deste Departamento. Sena Madureira, 30 de janeiro de 1916. p. 2. Acervo FBN.

<sup>840</sup> Durante o ano de 1914, entraram 136 pacientes. Ver: O ALTO PURUS. Relatório apresentado ao exmº Sr. Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo exmº Sr. Dr. Samuel Barreira, prefeito deste Departamento. Sena Madureira, 07 de março de 1915. p. 1. Acervo FBN.

<sup>841</sup> O ALTO PURUS. Relatório apresentado ao exmº Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Dr. Antônio Pinto de Areal Souto, prefeito em exercício deste Departamento. Sena Madureira, 23 de janeiro de 1916. p. 2. Acervo FBN.

<sup>842</sup> Termos encontrados ao longo do ano no jornal *O Alto Purus*.

<sup>843</sup> Os repiquetes são enchentes momentâneas dos rios no período de vazante, após chuvas intensas. Geralmente essas chuvas fazem o nível do rio subir repentinamente em questão de horas, porém, não sustentam a altura das águas fluviais por muito tempo. Um exemplo dos efeitos de repiquete no Iaco, repercutiu na Capital Federal em 1909, quando a lancha *Tuchaua*, amarrada ao porto de Sena Madureira, foi arrastada pela correnteza durante chuvas torrenciais na madrugada do dia 09 de março, sendo localizada, durante a manhã, a deriva já nas águas do rio Purus. Ver: O PAÍZ. Notícias do Purus. Rio de Janeiro, 27 de março de 1909. p. 4. Acervo FBN.



cheia de 1915. Após o recuo das águas, trauma e perplexidade pareciam seguir de mãos dadas no ânimo dos senhores do Iaco e seus aliados, com o aprofundamento da crise da borracha e destruição da cidade símbolo do poderio seringalista. Em grande medida essa atmosfera pesada era fruto da percepção de que a cheia de 1915 representava uma verdadeira tragédia para as elites locais com o agravamento do já problemático momento político e econômico. A cheia de 1915 não apenas aniquilou Sena Madureira enquanto capital sonhada, como, também, foi um duro golpe para a já debilitada economia da borracha no Iaco.

## 6.2 – O declínio dos senhores do Iaco e da “Rainha do Acre”

### 6.2.1 – A queda de Samuel Barreira, a “tripeça diabólica” e as “quebradeiras” no Iaco

O prefeito Samuel Barreira não resistiu muito tempo no poder. Em 1914, Barreira e os proprietários iacoaras ouviam os rumores de sangrentos conflitos no Caeté, que apontavam para a reconfiguração e fortalecimento dos seus maiores opositores, desta vez liderados pelo advogado e juiz Flaviano Flávio Batista.<sup>844</sup> Avelino de Medeiros Chaves, já incompatibilizado com Barreira, e buscando uma atuação política mais efetiva em Sena Madureira, seria acusado de financiar artigos nos principais jornais da Capital Federal contra a prefeitura.<sup>845</sup> Fatigado, após a dramática cheia do rio Iaco, e diante da reemergência da oposição e da pressão exercida por Avelino Chaves, Samuel Barreira pediu para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores os quatro meses de férias a que tinha direito, ficando Antônio Pinto de Areal Souto como prefeito substituto.<sup>846</sup> Não voltaria a governar o Purus, pois pediria sua exoneração no final das férias. O jornal *O Alto Purus*, ao noticiar a partida do prefeito, responsabilizaria os últimos eventos climáticos pelo cansaço de Barreira:

---

<sup>844</sup> A invasão do seringal Arapixi e tentativa de assassinato do seringalista Augusto Bacuráu representaram o ápice das disputas por seringais que animavam as lutas internas dos autonomistas do rio Caeté.

<sup>845</sup> Esses artigos acusavam o prefeito Samuel Barreira de ter acobertado um massacre de seringueiros no seringal Nova Olinda sob as ordens do coronel Childerico Fernandes. Ver: *O IMPARCIAL*. No seringal Nova Olinda foi assassinada uma família composta de 8 pessoas. Rio de Janeiro, 03 de novembro de 1914. p. 4.; *O PAIZ*. Nove assassinatos na prefeitura do Purus. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1915. p. 7. Acervo FBN.

<sup>846</sup> *O ALTO PURUS*. Dr. Samuel Barreira. Sena Madureira, 16 de maio de 1915. p. 1. Acervo FBN.

S. exc. após mais de dois anos de permanência nesse Departamento, pois, chegara aqui a 6 de março de 1913, vai descansar da afanosa labuta prefetural, e revigorar um pouco o organismo algo abatido pelo excessivo dispêndio de energias que se gastam pela exaustão do clima que aqui somos obrigados a suportar.<sup>847</sup>

O início da vazante do rio Iaco em 22 de fevereiro de 1915 seria, em tese, um alívio para os habitantes locais. Mas eventos climáticos severos continuariam a ocorrer nos meses seguintes. A vazante de 1915 foi marcada, em seu início, por intensas chuvas e um grande repiquete do rio Iaco em junho, causando nova destruição na incipiente agricultura de várzea e renovando o temor das populações locais.<sup>848</sup> Concomitantemente as fortes chuvas, duas intensas e longas “friagens”<sup>849</sup> fizeram desabar as temperaturas na região para 12°C. Junho começava com uma “tripeça diabólica”, como classificou um artigo no jornal *O Alto Purus*: “a friagem tremenda, uma chuva interminável e o repiquete mata-feijão assustador que em poucas horas devastou todas as plantações das praias e deitou a garra quanta canoa prendia-se aos varejões apenas fincados”.<sup>850</sup> As friagens não eram fenômenos incomuns na região nos períodos de seca, mas o evento de junho de 1915 pode ter tido um maior impacto devido a grande cheia dos meses anteriores.

Esses eventos climáticos intensificaram a crise nos seringais. Childerico José Fernandes registrou prejuízo em seus seringais em 1914 devido a difícil navegabilidade do rio Iaco naquele ano. Com a grande cheia decidiu alugar os seringais Oriente e Natal, mantendo o navio *Imperador* e dedicando-se exclusivamente aos negócios da *Fernandes & Cia.*, baseada em Belém. Manteria sua influência política em Sena Madureira durante o governo de Antônio Pinto de Areal Souto, entre maio de 1915 e fevereiro de 1916. Em março de 1916, o Governo Federal nomearia Avelino de Medeiros Chaves como primeiro sub-prefeito do departamento no lugar de Areal Souto.<sup>851</sup> A tensão entre Childerico Fernandes e Avelino Chaves atingiria o

<sup>847</sup> *Ibidem*.

<sup>848</sup> NICK-CARTER. *De Relance.... O Alto Purus*. Sena Madureira, 13 de junho de 1915. p. 2. Acervo FBN.

<sup>849</sup> As friagens são localmente entendidas como quedas bruscas de temperatura em associação com o aumento na quantidade de chuvas, que geralmente ocorre no período de vazante dos rios, ou seja, entre abril e setembro. A consequência pode ser um repiquete dos rios devido ao grande volume de precipitação pluviométrica. Atualmente os meteorologistas apontam que o fenômeno das friagens é provocado pela passagem de uma forte massa de ar frio (sistema frontal) que vem da Antártida e atinge com força a parte leste da América do Sul (região sudeste do Brasil) e consegue penetrar o oeste da bacia amazônica com ventos frios que sopram na direção sudeste. Ver: MARENGO, José. A.; NOBRE, Carlos. A. Climatic Impacts of “Friagens” in Forested and Deforested Areas of the Amazon Basin. *Journal of Applied Meteorology*, v. 36, n. 11, p. 1553-1566, nov. 1997.

<sup>850</sup> M.. Cartas do Iaco (ao Antônio Lemos Sobrinho). *O Alto Purus*. Sena Madureira, 27 de junho de 1915. p.2. Acervo FBN.

<sup>851</sup> O ALTO PURUS. Coronel Avelino Chaves. Sena Madureira, 05 de março de 1916. p. 1. Acervo FBN.

ápice com a troca de acusações pela imprensa, resultando na diminuição do poder político de Fernandes e a consolidação do racha no grupo político iacoara.

Avelino de Medeiros Chaves, considerado o mais rico dos proprietários iacoaras, também sentia os efeitos da crise associada com a calamidade provocada pela cheia. Diante do repiquete de junho ele forçou a descida do vapor *Guanabara* com um carregamento de pouco mais de 101 mil quilos de borracha, sem o número mínimo de tripulantes estipulado na legislação federal da época e ainda com problemas de renovação da documentação. Ignorou o embargo feito pela Mesa de Rendas Federais em Sena Madureira<sup>852</sup> ao prosseguimento da viagem. Foi multado pela Mesa de Rendas do Estado do Amazonas que lhe impôs uma escolta militar ao vapor para garantir o pagamento da multa.<sup>853</sup>

A passagem do *Guanabara*, com um considerável carregamento de borracha em pleno junho, enquanto vários seringais do Iaco quebravam ou amargavam fortes prejuízos, provocou comentários irônicos na imprensa do Purus. Esses comentários, além de indicarem a quebra dos laços de solidariedade na oligarquia iacoara, consolidavam a tensão entre Childerico Fernandes e Avelino Chaves. Um autor de pseudônimo Nick-Carter expôs em tom de ironia os comentários provocados pela ida de Chaves a Belém:

Começo pelo mais importante e que está seriamente preocupando o espírito público: - a baixada de um nosso amigo; não é dele, porém, que se trata, mais do dinheiro que, se diz, ele foi buscar no Pará. Duzentos contos, dizem uns, trezentos, outros, e mais ainda alguns outros a quem a fantasia vai avolumando o boato. Os que tem certeza da veracidade da história, negam-na a pés juntos; os que dela apenas tem presunção, sustentam-na e garantem com uma certeza tão convicta que chegam quase a convencer os mais descrentes. Venha ou não o cobre, leitor, bom será que nele continuemos a acreditar para o consolo de todos. Eu que não creio nesses boatos ando triste com a quebradeira.<sup>854</sup>

Não foram apenas comentários na imprensa. Childerico José Fernandes foi acusado por Chaves de ter pressionado o administrador da Mesa de Rendas Federais pela retenção do *Guanabara* no porto de Sena Madureira, o que desagradou às casas aviadoras de Belém. A *Folha do Norte* cobraria explicações de Fernandes pelo ocorrido em uma entrevista na qual ele afirmou nunca ter feito nada que pudesse prejudicar os comerciantes de Belém. Confirmou, contudo, ter dito na ocasião do incidente com o vapor *Guanabara* que “a multa,

---

<sup>852</sup> A Mesa de Rendas eram os postos de fiscalização do Governo Federal que vistoriavam os vapores e cobravam impostos sobre a quantidade de borracha exportada dos seringais.

<sup>853</sup> O ALTO PURUS. Vapor Guanabara. Sena Madureira, 13 de junho de 1915. p. 3. Acervo FBN.

<sup>854</sup> NICK-CARTER. *De Relance...* O Alto Purus. Sena Madureira, 27 de junho de 1915. p. 2. Acervo FBN.

mesmo que fosse de dez contos, não se comparava com os prejuízos decorrentes da retenção do navio”.<sup>855</sup>

Se Childerico Fernandes tivesse conseguido a retenção do *Guanabara* no porto de Sena Madureira, Avelino Chaves teria amargado certamente um grande prejuízo. A ocasião do repique de junho de 1915 foi a última vez que o rio ‘deu água’ suficiente para a descida da produção de borracha do Iaco até março de 1916. Foi nessa ocasião<sup>856</sup> que o *Imperador* conseguiu subir o Iaco para deixar mercadorias nos seringais que faziam negócio com a *Fernandes & Cia*, e no mesmo momento em que o *Guanabara* descia com a produção dos seringais da *A. Chaves & Cia*. Segundo Fernandes em entrevista ao jornal *Folha do Norte*: “Não sei se sabe que, por falta d’água, o nosso vapor, que sempre conduz grandes carregamentos, ficou impossibilitado de voltar durante quase todo o ano, o que acarretou em não pequenos prejuízos”.<sup>857</sup> De fato, 1916 foi um ‘ano sem água’ na bacia do Iaco, durante o qual a cheia do rio foi insuficiente para a chegada e saída de embarcações. Essa seca atingiu outras bacias do complexo Negro e Solimões, sendo considerada, hoje, como a quinta maior vazante registrada em Manaus.<sup>858</sup>

As instabilidades hidrometeorológicas no Iaco durante o ano de 1915, associadas ao baixo preço da borracha, cotada em Belém a 4\$000 o quilo, levaram ao declínio da produção. Em março de 1916, Childerico Fernandes chegava a Belém com um carregamento de 230 mil quilos de borracha, sendo que 91 mil eram saldos de dois anos de trabalho de um “parente e amigo” seu. Anunciaria em entrevista a *Folha do Norte* que, fora os carregamentos trazidos no *Imperador*, faltavam apenas descer a produção da *A. Chaves & Cia*, a qual, segundo ele ouvira dizer, “era em menor quantidade que a do ano anterior”, e os 60 mil quilos de borracha do seringal Mercês de Maria Joanna Escóssio.<sup>859</sup> Ou seja, pela informação prestada por Fernandes, o Iaco produziu em 1915 uma quantidade inferior a 391.000 quilos de borracha, ou

<sup>855</sup> COMMERCIO DO ACRE. Situação Acreana: Entrevista dada a Folha do Norte de Belém pelo Nosso Distinto Amigo Coronel Childerico Fernandes (Primeira Parte). Xapuri. 09 de abril de 1916. p.1. Acervo FBN.

<sup>856</sup> Mais precisamente em 07 de junho de 1915.

<sup>857</sup> *Ibidem*.

<sup>858</sup> SALES, Nadir; REBELLO, Expedito; FÁTIMA, José de. As maiores cheias e secas no Amazonas e as influências dos fenômenos “El Niño”, “La Niña”, “ODP” e “OMA”. In: *Anais do XVI Congresso Brasileiro de Meteorologia: A Amazônia e o clima global*. Belém – PA, 13-17 de setembro de 2010. Disponível em [http://cbmet2010.web437.uni5.net/anais/artigos/659\\_97635.pdf](http://cbmet2010.web437.uni5.net/anais/artigos/659_97635.pdf). Acesso em 12 de junho de 2015.; INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA – IPAM. Divulgação do estudo sobre as secas na Amazônia. Manaus. p. 21. Disponível em <http://www.ipam.org.br/uploads/conteudos/d21c682d4c09b3e2b80c8d15cc2f84414bc8ad8f.pdf> Acesso em 12 de junho de 2015.; NUNES DE MELLO, José Albert; BARROS, Wanilze Gonçalves. Enchentes e Vazantes do rio Negro medidas no porto de Manaus, Amazonas, Brasil. *Acta Amazonica*. V. 31, n. 2, p. 331-337, 2001.

<sup>859</sup> COMMERCIO DO ACRE. Situação Acreana: Entrevista dada a Folha do Norte de Belém pelo Nosso Distinto Amigo Coronel Childerico Fernandes (Primeira Parte). Xapuri. 09 de abril de 1916. p.1. Acervo FBN.

seja, menos de um terço do total exportado em 1914, com a marca de 1.507.000 quilos.<sup>860</sup> Segundo Childerico Fernandes “o fabrico da borracha foi o pior que já vi no Iaco em 17 anos”.<sup>861</sup>

Provavelmente Avelino Chaves não trouxe para o Iaco os tão falados 200 ou 300 contos, mas mobilizou seus contatos na Capital Federal para tentar amenizar a situação econômica no departamento. Em 06 de novembro de 1915, mobilizou seus contatos no Congresso Nacional e conseguiu a aprovação de uma emenda apresentada pelo deputado alagoano Mendonça Martins que reduzia o imposto sobre a borracha do Acre para 12%.<sup>862</sup> Logo a seguir, em 25 de fevereiro, Avelino de Medeiros Chaves foi nomeado primeiro sub-prefeito do Departamento do Alto Purus pelo Governo Federal.<sup>863</sup> Embora Chaves tenha negado o financiamento de ataques dos representantes dos seringalistas de Boca do Caeté a Samuel Barreira<sup>864</sup>, fato é que a administração Chaves uniu os irmãos Gadelha e seus representantes, com alguns dos proprietários iacoaras e membros do antigo Partido Progressista, isolando Childerico Fernandes.<sup>865</sup>

Essa união fez com que Antônio da Costa Gadelha, Flaviano Flávio Batista e outros representantes do Caeté, conquistassem também a máquina administrativa da prefeitura e a intendência, culminando com o aumento das tensões nos anos de 1917 e 1918 em diante. Chaves e Fernandes se reconciliariam na fundação do Partido Republicano do Alto Purus (PRAP), consolidando novamente uma aliança na disputa política existente desde a fundação do departamento com os irmãos Gadelha.<sup>866</sup> Nesse momento alguns dos principais proprietários seringalistas tiveram que ingressar na política, por exemplo, ocupando cargos públicos que permitissem manter sua influência no momento em que a produção da borracha entrava em decadência.

<sup>860</sup> Sobre as exportações de 1914, rio por rio no Departamento do Alto Purus ver: O ALTO PURUS. Relatório apresentado ao exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Samuel Barreira, prefeito deste Departamento. Sena Madureira, 07 de março de 1915. p. 1. Acervo FBN.

<sup>861</sup> COMMERCIO DO ACRE. Situação Acreana: Entrevista dada a Folha do Norte de Belém pelo Nosso Distinto Amigo Coronel Childerico Fernandes (Primeira Parte). *op. cit.*, p.1.

<sup>862</sup> O ALTO PURUS. A redução do imposto sobre a borracha. Sena Madureira, 05 de março de 1916. p. 1-2. Acervo FBN.

<sup>863</sup> O ALTO PURUS. Coronel Avelino Chaves – manifestações de apreço - imponente baile – visitas oficiais. Sena Madureira, 05 de março de 1916. p. 1. Acervo FBN.

<sup>864</sup> Ver: O ALTO PURUS. Explicação Necessária. Sena Madureira, 12 de março de 1916. p. 2. Acervo FBN.

<sup>865</sup> Os irmãos Gadelha assinaram moções de apoio a nomeação de Avelino Chaves, participaram do baile de comemoração a sua posse e vários dos membros da família foram nomeados para cargos da prefeitura. Ver: O ALTO PURUS. Coronel Avelino Chaves – manifestações de apreço - imponente baile – visitas oficiais. Sena Madureira, 05 de março de 1916. p. 1; O ALTO PURUS. Prefeitura do Alto Purus. Sena Madureira, 26 de março de 1916. p. 1. Acervo FBN.

<sup>866</sup> LOUREIRO. *A Gazeta do Purus. op. cit.*, p.125-134.

Sena Madureira e o rio Iaco nunca mais teriam o prestígio do período anterior a 1915. O Iaco entraria em um processo de “eterno recomeço”, muito comum na bacia amazônica, devido às grandes cheias e vazantes dos rios. A própria cheia de 1915, conjugada a diminuição de verbas destinadas pela União e o aprofundamento da crise da borracha, beneficiaria os agentes patogênicos e seus vetores na expansão e colonização de mais e mais corpos, tornando impossível manter a imagem de cidade saudável para Sena Madureira.

Com a crise da borracha, tanto a agricultura quanto a pecuária foram se desenvolvendo nas margens do rio Iaco nos anos de 1913 e 1914. Uma epidemia de doença desconhecida nesse biênio frustraria as primeiras experiências com o gado na região, ao passo que a agricultura tomou maior impulso nesse mesmo momento.<sup>867</sup> As plantações ficavam em locais não atingíveis pela cheia do rio Iaco, segundo as observações cotidianas dos proprietários e habitantes locais. A cheia excepcional de 1915 arruinou completamente essas plantações. Alguns proprietários ainda se lançaram na empreitada de plantar novamente nas mesmas áreas, mas o repiquete de junho arruinou todo o esforço de recomeço. Em abril de 1916, o jornal *O Alto Purus*, resumiu o que foi “a hecatombe de 1915”:

Está ainda vivo o quadro miserável que formaram o ano passado os pobres habitantes da zona suburbana e rural deste município. Causava lástima o estado de penúria a que se viram arrastados. Muitos deles foram verdadeiramente espoliados pela torrente do Iaco. Ficaram sem colheita para o próprio sustento, e ainda mais, ficaram sem grãos para tentar de novo as sementeiras. Depois que se foram as águas, a miséria redobrou. Foi quando a malária deu para ceifar as vidas numa maneira assombrosa. Rara a barraca onde não houve uma vítima de pernicioso acesso de paludismo cruel. Quando este morbo diminuiu em intensidade, entrou a coqueluche em campo, de parceria com os resfriamentos, as bronquites e as pneumonias. Três médicos que aqui clinicavam não foram suficientes para levar o ânimo e o conforto aos infelizes.<sup>868</sup>

Nesse mesmo artigo, a grande cheia de 1915 foi comparada às grandes secas da região Nordeste, devido à destruição da agricultura e a miséria em larga escala. A conclusão do artigo previa a piora da situação com o aumento nos preços dos gêneros alimentícios importados em Belém do Pará por causa da guerra na Europa. A pequena agricultura seria a única forma de combater a intensificação da fome.<sup>869</sup>

---

<sup>867</sup> Samuel Barreira levantaria hipótese da ingestão de plantas venenosas por parte do gado, pela alta mortalidade desses animais na região. O ALTO PURUS. Relatório apresentado pelo exm. Sr. Dr. Samuel Barreira ao exm. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores (continuação). Sena Madureira, 15 de março de 1914. p. 1. Acervo FBN.

<sup>868</sup> O ALTO PURUS. A Carestia da Vida. Sena Madureira, 02 de abril de 1916. p. 1. Acervo FBN.

<sup>869</sup> *Ibidem*.

A fome, a miséria, as doenças e a decadência no rio Iaco se intensificaram. Em fins de 1917, pela primeira vez, apareceram notícias da quase paralisação dos serviços de extração da borracha no Iaco devido a um novo surto violento de malária.<sup>870</sup> A Diretoria de Higiene não mais tinha condições de enviar expedições médicas à região. Assim o jornal oficial da prefeitura se manifestou sobre o surto de 1917:

Fomos informados por pessoas vindas dos altos rios Iaco e Purus que o paludismo lavra com intensidade em todos os seringais, estando, por esse motivo quase paralisado o serviço de extração da borracha, devido a grande quantidade de doentes que abandonaram os centros em procura de recursos médicos na margem, onde nem sempre é encontrada uma farmácia em condições de atendê-los.

Segundo o que nos disse o Sr. Antônio Miguel, chegado a dias do Iaco, o paludismo alastra-se sob a forma colérica, nunca vista nem conhecida pelos moradores daquele rio.

Completando esta ligeira notícia, podemos informar ainda que o tratamento de todos esses doentes está sendo confiado à Divina Providência.<sup>871</sup>

Em 1918, outra grande cheia, similar à de 1915, assolaria Sena Madureira e as margens do rio Iaco.<sup>872</sup> Em 1919, a cheia também seria intensa e intercalada com a gripe espanhola que mataria mais de 40 pessoas no Purus.<sup>873</sup> Em 1922, dezenas de seringais do rio Iaco estavam abandonados e o vapor *Guanabara*, que outrora transportava toneladas de borracha, era usado para socorrer dezenas de flagelados pela fome que desciam rumo a Manaus e Belém.<sup>874</sup> A década de 1920 seria sombria não apenas para os habitantes do Iaco, mas para todo o Território Federal do Acre.

## 6.2.2 – “Revolta da terra”, perplexidade, lama e poeira

Em 02 de maio de 1915, o médico Mário Alvarez inaugurou uma coluna chamada “Conselhos Médicos” na primeira página do *Alto Purus*. Em seu primeiro artigo o médico versou sobre preocupações excessivas ou fobias. Utilizando-se largamente de escritos do

<sup>870</sup> O ALTO PURUS. O estado sanitário do interior. Sena Madureira, 01 de janeiro de 1918. p. 3. Acervo FBN.

<sup>871</sup> *Ibidem*.

<sup>872</sup> O JORNAL. Sena Madureira inundada. Sena Madureira, 24 de março de 1918. p. 1. Acervo FBN.

<sup>873</sup> LOUREIRO. *A Gazeta do Purus. op. cit.*, p.111-113.

<sup>874</sup> *Ibidem*. p. 106.

médico Antônio Austregésilo<sup>875</sup>, voltados para o público leigo, Alvarez salientou a importância de livrar-se de medos infundados. Embora tenha citado uma lista de medos específicos de quem vivia em Sena Madureira (como andar nos bondes da Purus Ferro-Carril), o foco maior do texto recai no medo das doenças, dos próprios pensamentos e da morte. Recomendava repouso, serenidade para o equilíbrio dos sentimentos e práticas cotidianas ligadas ao trabalho e ao lazer.<sup>876</sup> Aconselhava também que as pessoas não ficassem impressionadas e sugestionadas pela opinião dos médicos, evitando, assim, a intensificação dos próprios temores:

É preciso ter sempre em mente o infundado do seu terror e de suas angústias. Educar-se a princípio com um médico ou uma pessoa que lhe mereça confiança, acreditar em sua palavra, constituir assim o edifício salutar de suas convicções contra as ideias das moléstias, e não insistir, e não duvidar, e não se torturar com o idealismo insensato de sofrimentos que não possui. Não se sugestionar pela palavra do médico: raciocinar sempre o seu caso para corroborar a opinião do clínico. Uma vez de posse desta, seguir por si, porque se não o paciente será um escravo do médico, o que é uma segunda tortura.

*Fugi do medo e vivereis bem*, é o que sabiamente recomenda o professor Austregésilo.<sup>877</sup>

É possível que os médicos de Sena Madureira estivessem atarefados com pessoas alegando problemas “dos nervos”, cujos sintomas eram as queixas de dores constantes e o medo de morrer. Na coluna “Cartas do Rio Iaco” publicada sob o pseudônimo M., há a narrativa de viagem feita em um pequeno barco pelas águas do rio Iaco durante a friagem de junho de 1915. Pouco acima da confluência entre os rios Iaco e Macauã, o viajante esteve hospedado na barraca de um seringueiro, um “sujeito corpulento, robusto mesmo”. Relatou os lamentos do seringueiro que queixou-se de sua doença e do diagnóstico dado pelo médico Astolpho Margarido da Silva:

Sofro de um málo, seu manjô, que eu sei que me quer matar. O málo é medonho, me ataca os nervos, os ossos, as carnes, a cabeça, os pés, o estômago, as pernas, a barriga, os peitos, as costas, os braços, os dedos, as tripas, tudo seu manjô, tudo. Eu não sei o que é. Já me receitei com o Dr. Margarido e ele não deu volta. Eu acho que ele não quis me curar e disse que era dos nervos. Apesar de tudo, seu manjô, eu me sinto forte, forte mesmo, musculoso, com talento para trabalhar, os meus braços são grossos, não vejo

<sup>875</sup> Antônio Austregésilo Rodrigues Lima (1876-1960) foi um médico considerado pioneiro da neurologia brasileira. Em 1914 tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras pelos seus escritos e ensaios médicos voltados para o público leigo. Ver: NUNES, Silvia Alexim. Histeria e Psiquiatria no Brasil da Primeira República. *Hist. Ciência, Saúde – Manguinhos*. V. 17, supl. 2, pp. 373-389, dez., 2010.

<sup>876</sup> ALVAREZ, Mario. Conselhos Médicos. *O Alto Purus*. Sena Madureira, 02 de maio de 1915. p. 1. Acervo FBN.

<sup>877</sup> *Ibidem*.



comida que me chegue, durmo a noite toda e estando em casa não tenho nada.

Não podia mais sair da barraca que o mal o atacava; já não caçava, não pescava e nada fazia para buscar alimento para os filhinhos.<sup>878</sup>

M., classificaria esse seringueiro como um “manicáca” do tipo “enfermiço” ou “lunático”. Segundo ele, “manicáca” era a forma como os índios Manchineri chamavam os “molengos e preguiçosos”, sendo os lunáticos “perigosos por serem medrosos e covardes”.<sup>879</sup>

O médico Mário Alvarez voltaria a publicar sobre as condições mentais da população do Purus no pós-cheia de 1915. Seu segundo artigo na coluna “Conselhos Médicos” versou sobre a profilaxia da malária e como os habitantes poderiam proteger-se da doença.<sup>880</sup> Já no terceiro artigo, Alvarez anunciou a ocorrência de uma epidemia de apatia em Sena Madureira, provocada pelo o que ele denominou *urucubacoccus*, um micróbio que parasitava a alma dos indivíduos.<sup>881</sup> O médico alertava que as condições locais da apatia eram “exasperada pelos exageros meteorológicos, complicada pelas fobias e agravada pelo paludismo”:

A vítima da apatia é um indivíduo indolente ou irrequieto. Ora acusa a monotonia, a escassez dos assuntos, ora revolta-se contra a aridez da existência. Mas todo ele se deixa impressionar pelas variações térmicas, pelo movimento das águas do rio, pelas chuvas, pela lama, pela poeira.

Alguns preocupam-se apaixonadamente pela climatologia acreana, pelas curvas termométricas, pela previsão do tempo, pelo estado nebuloso e pressão atmosférica, pelo grau de umidade nestas manhãs nevoentas, e se absorvem nas eternas comparações. Outros menos felizes, desesperam-se pela falta de notícias, impacientam-se pela demora da realização de um desejo, e por isso nada lhes desperta a curiosidade, e de tudo se enfadam, de tudo se aborrecem; os lugares já parecem impróprios, o calor mais abafadiço e até mesmo as pessoas lhes apresentam uma cara antipática e lhes falam com a voz mais enjoativa. Outros, enfim, atingidos pela forma mais aguda da moléstia adquirem tão pronunciado espírito comunicativo que transmitem o mal a uma distância assombrosa.<sup>882</sup>

Mário Alvarez dialoga com um trabalho específico do médico alemão Magnus Hirschfeld, no qual ele teria analisado o comportamento e as causas da hostilidade da

<sup>878</sup> M.. Cartas do Iaco (ao Antônio Lemos Sobrinho). *O Alto Purus*. Sena Madureira, 13 de junho de 1915. p.2.Acervo FBN.

<sup>879</sup> *Ibidem*.

<sup>880</sup> ALVAREZ, Mario. Conselhos Médicos. *O Alto Purus*. Sena Madureira, 09 de maio de 1915. p. 1.Acervo FBN.

<sup>881</sup> O nome *urucubacoccus* é claramente uma adaptação em estilo médico-científico da época do termo popular “urucubaca”, que significa “azar”, “maldição”, “praga”, “má sorte”.

<sup>882</sup> ALVAREZ, Mario. Conselhos Médicos. *O Alto Purus*. Sena Madureira, 23 de maio de 1915. p. 1.Acervo FBN.

população de alguns países em relação à Alemanha.<sup>883</sup> Para Hirschfeld, os germanóforos eram portadores de uma “Angstneurose” provocada por “um micróbio invisível secretando uma toxina alcoólica, cujo habitat é a alma (...)”. A partir desse trabalho, Álvarez avaliava que a situação dos doentes no Purus guardava semelhanças com o que ocorria com os germanóforos, atribuindo os pensamentos e comportamentos doentios locais a um microorganismo de características similares ao descrito por Hirschfeld, “cabendo-lhe com relativa atualidade a denominação *urucubacoccus*”.<sup>884</sup>

Qual a profilaxia e tratamento para essa doença? Segundo Alvarez, todo o tratamento e profilaxia contra o *urucubacoccus* seria de ordem moral, ou seja, a partir do “trabalho realizado de maneira calma e refletida”.<sup>885</sup>

É, pois, ao trabalho que urge recorrer, como elemento mais poderoso para nos dar eufritmia na vida comprometida pelo *urucubacoccus*. Para conseguir faz-se mister persistência da ação e paciência, fatores indispensáveis para o homem que aspira o êxito na vida (...) Trabalhar, pois, com amor e constância, e jamais atingir o desespero na sua execução. Assim saberemos viver e assim cumpriremos o nosso dever biológico e social.<sup>886</sup>

Os artigos de Mário Alvarez são reveladores da pesada atmosfera social do pós-cheia de 1915 e também dos seus esforços enquanto clínico em tentar reaver o ânimo da população. Medos, reclusão, variações de humor e excessiva preocupação com as variações no clima e no volume do rio são apontados como sintomas do que o médico identificou como sendo fobias e apatias intensificadas com os eventos de fevereiro-março. A relevância dos artigos aqui, contudo, não está nos diagnósticos, mas na prescrição do tratamento: conhecimento e trabalho. O médico utiliza a linguagem científica, criando um agente etiológico imaginário (o *urucubacoccus*) para melhor comunicar às elites locais e população letrada a necessidade de reação frente à crise da borracha e a destruição da cheia. As doenças emergem como pretexto para tentar encorajar os seringalistas iacoaras a saírem da letargia e reconstruírem suas vidas.

O pseudônimo Nick-Carter, já citado, também fez coro à tentativa de Alvarez em conchamar as elites locais a abandonar seus medos e tristezas e buscar a saúde. Entretanto, ele destacou a necessidade do lazer. Era preciso superar a tristeza por meio das pequenas

<sup>883</sup> O médico alemão Magnus Hirschfeld (1868-1935) é mais conhecido pelas suas obras sobre sexualidade, sendo um dos primeiros a propor a descriminalização da homossexualidade. Não foram encontrados indícios da existência do trabalho mencionado por Mario Alvarez e nem do interesse do médico alemão pelo tema da germanofobia.

<sup>884</sup> ALVAREZ, Mario. Conselhos Médicos. *O Alto Purus*. Sena Madureira, 23 de maio de 1915. p. 1.

<sup>885</sup> *Ibidem*.

<sup>886</sup> *Ibidem*.

experiências que um indivíduo poderia ter na Sena Madureira tomada pela lama e cortada pelo vento frio daquele fim de maio:

Não te deixes vencer pelo tédio; fuge da apatia, não dessa que anda de envolta com o *urucubacoccus* do Dr. Mario, mas daquela que te deixa em casa, enfarpelado no teu fraque da moda, amuado, revoltado contra a lama que vai pelas ruas, e, à demora de um carro que foi o teu sonho de alguns dias, priva-te de uma noite festiva, de músicas e danças, flores e risos; não percas as novenas com as suas luminárias e os seus cânticos evocativos, o seu *reverendo* Getúlio e o espantalho das esmolas; o luar, o claro no alto dispensa-te o *farol* a iluminar-te o caminho. Sai do marasmo do teu tugúrio, que a vida se faz lá fora; achega-te as palestras da farmácia do Ruy, aos comentários da *república* do Raul, aos namoros infantis do Aguiar, às invencionices *inocentes* do Fabrício, à caprichosa meticulosidade do Romariz, à pontualidade do Dr. Matos ao final das novenas, à bonomia serena do João Mendes, à medicina original do Salles com suas anedotas adredes, às gargalhadas cabulosas do Bulcão com seus epitáfios malignos, ao café indefectível do Victoriano com sua orquestra endiabrada, ao metodismo econômico do Castello, com os seus cálculos de casamento, ao entusiasmo literário do Childerico com a sua *carta* neste número, à austeridade policial do Jovino com os seus ensaios dramáticos, à manhosa inércia vencedora do Areal, com a sua diplomacia; à atividade rural do Wortigern; a boemia dogmática do Virgolino, à serenidade olímpica do Alvim e, por aí afora, ao convívio salutar dos luminares da justiça e do saber.<sup>887</sup>

O autor continuaria a sua longa lista de coisas a fazer em Sena Madureira: pegar um bonde até o igarapé Cafezal para ouvir preleções agrícolas, tomar o açaí do Luiz Fonseca, ouvir o gramofone turco de um vendedor de doces no jardim público ou, se tivesse dinheiro, entrar no café de Jorge Dau para tomar boas cervejas, bons licores, fumar um bom charuto ou beber uma água gelada.<sup>888</sup> A diferença de linguagem empregada por Mario Alvarez e Nick-Carter, voltada para a perplexa elite local, e o discurso quase condenatório de M., ao narrar os sofrimentos de um seringueiro, é evidente. Contudo, os três discursos apontam indícios de um fenômeno muito semelhante que atingia tanto o decadente seringalista quanto o seu miserável freguês, o seringueiro.

Importante destacar que nesses escritos fica também evidente a força da lama (durante os momentos de chuva) e da poeira (durante os dias ensolarados). Lama e poeira são citados, não só nesses artigos, mas até mesmo na entrevista dada por Childerico Fernandes em 1916 ao jornal *Folha do Norte*, ao insinuar a impossibilidade de Sena Madureira tornar-se a capital do Território do Acre.<sup>889</sup> A lama e a poeira em sua presença constante no pós-cheia de 1915 eram agentes que promoviam a lembrança do que Sena Madureira “foi” e no que havia se

<sup>887</sup> NICK-CARTER. *De Relance...* O Alto Purus. Sena Madureira, 20 de maio de 1915. p. 2. Acervo FBN.

<sup>888</sup> *Ibidem*.

<sup>889</sup> COMMERCIO DO ACRE. Situação Acreana: Entrevista dada a Folha do Norte de Belém pelo Nosso Distinto Amigo Coronel Childerico Fernandes (Segunda Parte). Xapuri. 16 de abril de 1916. p.1. Acervo FBN.

transformado. É possível inferir que estar em contato com a lama nas ruas e, com a poeira suspensa no ar, e repousada em móveis, roupas e etc., era reviver a tragédia em que as elites iacoaras estavam imersas. A crise da borracha, embora atingisse todos os rios, mostrava-se mais intensa no rio Iaco. A esperança das elites iacoaras, em estar à frente do governo territorial em um cenário de Território unificado do Acre, com Sena Madureira como capital, estava praticamente aniquilada.

Lama e poeira significavam a destruição da cidade que era a esperança da decadente elite do rio Iaco de manter ao menos uma parte do padrão de vida econômico e do poder político dos tempos do apogeu da borracha. Não havia atmosfera para recomeço, pois o sentimento geral entre as elites iacoaras era de ruína total. Como haveria esperança de retorno aos tempos áureos se a produção asiática era maior e o Estado brasileiro mantinha a pouca disposição em tirar do papel os incentivos à atividade seringalista na bacia amazônica?

Esse sentimento de ruína fica mais explícito no artigo publicado no *Alto Purus* em 27 de junho de 1915, em resposta aos artigos do Dr. Mario Alvarez. Antônio Lemos Sobrinho<sup>890</sup> publicaria a alegoria “Lenda do Sol”, a estória de dois amantes recém-separados, contada pelo amante que chora a perda da mulher amada contemplando um melancólico pôr do sol. Na estória a descrição da “natureza” é rica, com destaque para as florestas, rios, o céu, o sol, os animais, um cenário edênico de uma floresta tropical, no qual os dois amantes passavam preguiçosamente os seus dias, praticamente como Adão e Eva. Esse estático cenário modificava-se repentinamente, uma alusão ao regime hidrológico:

Os dias calmos, porém, cheios de placidez e serenidade, eram de tempos em tempos, interrompidos pela revolta da terra. De quando em quando as tempestades desciam violentamente sobre a edênica planura e a natureza era abalada por tremendas convulsões ciclópicas. O rio enfurecia-se, espumava cheio de cólera e as árvores gemiam e imprecavam sob a fúria devastadora dos ventos, e a treva que envolvia com o ocaso do sol era tremenda e plutônica. Um secreto terror invadia com as tempestades a alma dos dois amantes. Sentiam-se desalentados, vagamente perdidos, vagamente ameaçados por cóleras ignotas e refugiavam-se espiritualmente a uma contrição mítica.<sup>891</sup>

De acordo com o texto, Berenice, a amante, certo dia partiu para regiões longínquas. Desesperado, o homem passou a chorar todos os dias e a “natureza”, outrora bela, passou a

---

<sup>890</sup> Antônio Lemos Sobrinho era irmão do então senador Arthur Lemos, representante da oligarquia Lemos que dominou a política na cidade de Belém e no estado do Pará até o início da crise da borracha. Em 1915, Sobrinho atuava como juiz no rio Purus.

<sup>891</sup> SOBRINHO, Antônio Lemos. A Lenda do Sol. (ao Mario Alvarez). *O Alto Purus*. Sena Madureira, 27 de junho de 1915. p. 2. Acervo FBN.

esconder nas sombras, todos os seus encantos. O amante isolado, chorava de saudade dos dias passados ao lado de sua amante, diante de um gigantesco pôr do sol velado pela cerração. E era esse sol vermelho, “sanguíneo”, sobre a floresta que trazia “imensa calma” e “grande paz na sua infinita tristeza”.<sup>892</sup>

A amante nos parece a metáfora da riqueza, proporcionada pela borracha, que nesse momento havia partido para “regiões longínquas”. É importante notar a centralidade do pôr do sol. O texto começa e termina com o amante sentado, observando o sol se pôr trás das árvores e da neblina. O dia acabava e a noite chegava. O dia era o período de apogeu dos proprietários seringalistas, e, o ocaso, a certeza da chegada do fim da bonança. Uma longa noite, talvez infinita, estava à espera do saudoso amante. Triste e sereno, ele vislumbrava a sua queda. Esse texto traduzia o sentimento das elites seringalistas, indivíduos no topo da cadeia da borracha, que gozavam de *status* e riqueza e que detinham/conformavam, a partir da exploração da goma elástica, o seu tranquilo Éden. Embora o autor não fosse ele próprio um seringalista<sup>893</sup> buscou, a partir de uma alegoria, demonstrar o quão difícil era para os seringalistas pensarem em um recomeço.

Essa atmosfera de pessimismo atingia a maioria dos grupos sociais no departamento, por estar ligada à economia da borracha. Além disso, todos foram atingidos de alguma forma pela cheia de 1915, o que explica o generalizado sobressalto ocorrido durante a friagem e repiquete do rio de fins de maio e início de junho. Embora o Dr. Mário Alvarez estivesse buscando ajudar as elites locais a superar o trauma da cheia e lutar contra a crise da borracha, o pseudônimo Nick-Carter denunciou que o médico, alarmado diante do evento hidrometeorológico de junho, virou-se repentinamente para o autor e perguntou: “E agora?!”. O escritor, incomodado com a atitude do médico, reclamou em sua coluna: “Vê lá, leitor, se há no mundo quem possa responder, de repente, a uma interrogação destas?”. Segundo Nick-Carter, Alvarez não era o único alarmado e triste. Todos demonstravam preocupação, ansiedade ou introspecção, incluindo o coronel Childerico Fernandes.<sup>894</sup>

Diante das circunstâncias sociais e materiais, o êxodo começou. Muitas pessoas passaram a deixar Sena Madureira e o Departamento, principalmente por problemas de saúde,

<sup>892</sup> *Ibidem*.

<sup>893</sup> Vale lembrar que a oligarquia Lemos sofreu um duro golpe com a crise da borracha, momento em que o intendente Antônio Lemos foi violentamente deposto pelas forças políticas aliadas de Lauro Sodré, pondo fim a mais de uma década de administração lemistista em 1912. Assim, não era de todo difícil para Sobrinho, entender o sentimento de perda proveniente do declínio político e econômico dos seringalistas iacooaras naquele momento, já que sua família passou por experiência semelhante com o início da crise.

<sup>894</sup> NICK-CARTER. *De Relance*.... O Alto Purus. Sena Madureira, 27 de junho de 1915. p. 2. Acervo FBN.

como foi o caso do farmacêutico Antônio Augusto Amorim, dono da Farmácia Popular.<sup>895</sup>

Nick-Carter não deixaria passar esse fenômeno:

Parece que o êxodo continua com o fugir do ano e o escoar das águas; quanta gente já se foi embora a procura de climas melhores! Uns vão à procura de alívio ao tédio da solidão, outros vão nos deixando, conduzindo o seu tédio natural, a sua neurastenia e os seus sintomas de desequilíbrio tão prejudiciais aos nervos e ao sossego alheios. Boas águas os levem, plácidas e rápidas, e por lá os deixem, misericordiosas, no grande hospício que esse mundo é, por aí além.<sup>896</sup>

### 6.2.3 – Resignação e resistência no declínio político de Sena Madureira

Em 1915, dos quatro departamentos, o Departamento do Alto Acre era o lugar que reunia as condições mais favoráveis para tornar-se um centro político, seja de um território federal unificado ou de um novo estado da federação. Apesar da intensificação da crise da borracha as circunstâncias favoráveis se aprofundaram, entre os anos de 1916 e 1920.

A bacia do rio Acre era a mais populosa do Território do Acre, contava com a maior produção de borracha e, em 1915, tinha também a maior população urbana. O Departamento do Alto Purus possuía em 1915 apenas um núcleo urbano: Sena Madureira com os seus pouco mais de três mil habitantes. Era o único município do departamento. O Departamento do Alto Juruá também tinha um município, que era Cruzeiro do Sul, com 3.183 habitantes no núcleo urbano em 1916,<sup>897</sup> contando também com um pequeno núcleo populacional chamado Vila Thaumaturgo, nas proximidades da fronteira com o Peru. No Departamento do Tarauacá havia o povoado de Vila Seabra, capital do Departamento e também Vila Feijó, no rio Envira. Já o Departamento do Alto Acre contava dois municípios: Rio Branco e Xapuri. Os dois núcleos urbanos desses municípios tinham, juntos, em torno de 4 mil habitantes, segundo a estimativa de Carlos Chagas.<sup>898</sup> Ainda no Departamento do Alto Acre havia outras duas vilas: Porto Acre e Brasília (atual Brasília). Porto Acre sediava a Mesa de Rendas Federais e

<sup>895</sup> O ALTO PURUS. Sociais. Sena Madureira, 13 de junho de 1915. p. 3. Acervo FBN.

<sup>896</sup> NICK-CARTER. *De Relance...* O Alto Purus. Sena Madureira, 13 de junho de 1915. p. 2. Acervo FBN.

<sup>897</sup> PREFEITURA DO ALTO JURUÁ. *Relatório apresentado ao exmo. Sr. Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Dr. Eleutério Frazão Muniz Varela, Prefeito do Departamento: exercício 1916.* Cruzeiro do Sul: Typ. D'ó Cruzeiro do Sul, 1917.

<sup>898</sup> BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA BORRACHA. *Relatório sobre as condições médico-sanitárias do Vale do Amazonas apresentado a S. Ex<sup>o</sup> o Sr. Dr. Pedro de Toledo, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz.* Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1913. p. 20-26.

possuía em torno de 600 habitantes em 1912.<sup>899</sup> Brasília foi fundada em 1910, na fronteira com a Bolívia, contando com 100 habitantes e um médico para a assistência pública, pago pela intendência de Xapuri.<sup>900</sup>

As elites seringalistas dos rios Acre e Xapuri também passaram a rejeitar o confronto direto com o Governo Federal na década de 1910. Antônio Antunes de Alencar e os autonomistas mais radicais da região foram perdendo força ao longo dos anos de governo do seringalista Deocleciano Coelho de Souza (1911-1915). A deposição de prefeitos, algo muito corriqueiro na década anterior, perdeu força, traduzindo-se em estabilidade política e no crescimento urbano da capital. Em agosto de 1919 ocorreria a explosão de novo movimento autonomista, liderado por oficiais do exército em Rio Branco. Esse movimento foi rapidamente sufocado pelos principais senhores do rio Acre, sob o comando do poderoso seringalista Joaquim Victor da Silva, sinalizando para a União a lealdade das elites locais à ordem estabelecida.<sup>901</sup>

Em termos de saúde pública, algumas mudanças efetivamente ocorreram. Em 1910 o povoado de Volta da Empresa foi unido ao povoado de Penápolis (que ficava em área não inundável pela cheia do rio Acre), formando a Cidade de Empresa. A fundação de Penápolis e a transferência da prefeitura para esse local ocorreu na administração do prefeito Gabino Besouro (1908-1909), em resposta à insalubridade de Volta da Empresa.<sup>902</sup> No ano seguinte, o nome da capital do Alto Acre mudaria para Penápolis, até ser substituída por “Rio Branco”, em homenagem ao Barão do Rio Branco no ano de sua morte em 1912.<sup>903</sup> A área de Penápolis foi, inclusive, elogiada no relatório de Carlos Chagas, que considerou o lugar ideal para edificar a cidade, por ser um vasto planalto de fácil drenagem das águas pluviais e não

---

<sup>899</sup> *Ibidem*. p. 19.

<sup>900</sup> Sobre a história de Brasília ler: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Acre – Brasília – inphographics – History. Disponível em <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=120010&search=acre|brasileia|infograficos:-historico&lang= EN>. Acesso em 14 de maio 2015. Sobre a presença de um médico financiado pela intendência de Xapuri ver: INTENDENCIA DE XAPURI, TERRITÓRIO DO ACRE. *Relatório apresentado pelo exmo. Sr. Coronel Silvino Coelho de Souza, Intendente Municipal ao conselho municipal de Xapuri em sua primeira reunião realizada a 09 de maio de 1913*. Xapuri: Typ. Do Correio do Acre, 1913. p. 5.

<sup>901</sup> DEPARTAMENTO DO ALTO ACRE. *Relatório dirigido ao exmo. Sr. Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello, D.D. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo Sr. Coronel Joaquim Victor da Silva, 3º substituto do prefeito do Alto Acre, sobre sua gestão administrativa de 13 à 30 de agosto de 1919*. Rio Branco: Oficinas da Folha do Acre, 1919.

<sup>902</sup> COSTA, Ana Lúcia Reis Melo Fernandes da. *Madeira que Cupim não rói – Xapuri em arquitetura (1913 – 1945)*. 2º Ed. Rio Branco: Gráfica Dois Irmãos, 2010. p. 72-73.

<sup>903</sup> RANZI, Cleusa Maria Damo. *Raízes do Acre*. 3º Ed. Rio Branco: EDUFAC, 2008. p. 257.

atingível pelas maiores cheias do rio Acre.<sup>904</sup> Em 1918, a exemplo do que foi feito em Sena Madureira, dez anos antes, os seringalistas, comerciantes, profissionais liberais e outros, uniram-se ao então prefeito Augusto Carlos de Vasconcellos Monteiro e fundaram o Hospital de Caridade Augusto Monteiro, nos mesmos moldes do Hospital 22 de Maio.<sup>905</sup> Entretanto, assim que a cidade de Rio Branco foi transformada em capital do Território do Acre, em 1920, uma das primeiras medidas do médico e então governador Epaminondas Jacome foi fechar o Hospital Augusto Monteiro por falta de verbas.<sup>906</sup>

Por fim, a navegabilidade do rio Acre e a facilidade de comunicação entre Rio Branco e a Capital Federal mantiveram a cidade como forte candidata a capital do Território. A navegabilidade do rio Acre até Rio Branco ao longo de todos os meses do ano era uma vantagem importante do ponto de vista estratégico e da integração física e política do Território. Os seringalistas do rio Acre sabiam disso, a ponto do prefeito Deocleciano de Souza ostentar essa condição em relatório, tecendo comparações entre o rio Acre e Iaco, conforme analisado em capítulo anterior. Ordens, cartas, autoridades, militares, mensagens, entre a Capital Federal e Rio Branco tinham um fluxo contínuo durante o ano, diferente do que acontecia com Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, cuja comunicação era mais difícil nos períodos de ápice das vazantes. Nesse ponto, o que mantinha Sena Madureira como grande candidata era a saúde pública, a estrutura da cidade e o bom pacto de aliança entre os membros do executivo nomeados pela União e os seringalistas do Iaco, fato que promoveu, em um primeiro momento, uma melhor estabilidade política na comparação com os outros departamentos.

Entretanto, nem os seringalistas iacoaras, nem os seringalistas do rio Acre, muito menos os políticos na Capital Federal sabiam que o rio Iaco, além de ser problemático para a navegação nos períodos de vazante, poderia também apresentar cheias destrutivas como a de 1915. A topografia de Sena Madureira era reconhecida dentro e fora do Território do Acre como a ideal para a construção da cidade. O próprio Carlos Chagas confirmaria a boa salubridade e a posição topográfica do núcleo urbano frente ao rio Iaco, conforme já foi analisado em capítulo anterior. Entretanto, na década de 1910, Sena Madureira foi assolada

<sup>904</sup> MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA BORRACHA. *Relatório sobre as condições médico-sanitárias do Vale do Amazonas apresentado a S. Ex<sup>o</sup> o Sr. Dr. Pedro de Toledo, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz. op. cit.*, p. 20.

<sup>905</sup> TERRITÓRIO DO ACRE. *Relatório apresentado ao exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Governador Dr. Epaminondas Jacome: julho de 1922.* Rio de Janeiro: Empr. Ind. Editora “O Norte”, 1922. p. 16.

<sup>906</sup> *Ibidem.* p. 17-18.



por três grandes cheias que alagaram todo ou quase todo o núcleo urbano: 1915, 1918 e 1919. A cidade de Rio Branco só seria atingida pela cheia do rio Acre uma única vez nessa década, no ano de 1918. Mesmo assim, apenas o bairro onde estava edificado o antigo núcleo populacional de Volta da Empresa ficou alagado.<sup>907</sup>

A grande cheia do rio Iaco de 1915 e a intensa vazante de 1916 podem não ter sido apenas resultantes das intra-ações do rio com fenômenos atmosféricos que determinaram maiores e menores quantidades de chuva. Provavelmente é resultante também da histórica relação mantida entre as águas do sistema Iaco e os muitos elementos que conformam o solo do seu leito. Segundo sugerem alguns estudos atuais, o rio Iaco apresenta anualmente maior amplitude na variação de suas cotas fluviométricas durante os períodos de cheia e vazante do que o rio Acre, devido às diferentes características do solo em seu leito e margens.<sup>908</sup>

A bacia do rio Acre seria composta predominantemente por solos profundos e muito profundos, com estrutura mais antiga, desenvolvida e bem drenada. Embora a ocorrência de chuvas seja semelhante à que ocorre na bacia do Iaco, a variação nas cotas fluviométricas observadas hoje é muito menor devido à maior facilidade de infiltração da água da chuva no solo. Isso condiciona um menor fluxo superficial de água e maior estabilidade nas nascentes de rios menores e igarapés, mesmo em períodos maiores de vazante, devido à penetração da água no solo.<sup>909</sup>

Por outro lado, a bacia do Iaco é considerada muito distinta da acreana e favorece outro comportamento das águas. Considera-se, atualmente que a área do baixo Iaco, onde está edificada Sena Madureira, era uma antiga planície inundável sob a influência desse rio. A classe de drenagem do seu solo, de um modo geral, varia entre mal drenado e imperfeitamente drenado, ou seja, a infiltração da água no solo é muito lenta, pois o lençol freático está na superfície ou muito próximo a ela.<sup>910</sup> Toda a bacia do Iaco seria composta por solos de desenvolvimento recente com a presença de argila de atividade alta e ausência do chamado

---

<sup>907</sup> FOLHA DO ACRE. A Grande Enchente: o bairro Rio Branco coberto d'água – O êxodo da população para Penápolis – As providências oficiais – O comércio paralisado – Os prejuízos – Notas Soltas. Rio Branco, 28 de março de 1918. p. 1. Acervo FBN.; FOLHA DO ACRE. A Grande Enchente. Rio Branco, 04 de abril de 1918. p. 1. Acervo FBN.

<sup>908</sup> AMARAL, Eufran Ferreira do; LANI, João Luiz. BARDALES, Nilson Gomes; AMARAL, Emanuel Ferreira do. Levantamento de solos como base para gestão de duas bacias hidrográficas no estado do Acre. *Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências do Solo - Solos e biomas brasileiros: sustentabilidade e mudanças climáticas*. Uberlândia – MG: SBCS, 2011. Disponível em <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/115638/1/25392.pdf>. Acesso em 01 de junho de 2015.

<sup>909</sup> *Ibidem*.

<sup>910</sup> *Ibidem*.

“horizonte C poroso”, contribuindo também para a difícil infiltração da água e condicionando maior volume de fluxos superficiais e erosão. Na prática, isso quer dizer que a bacia do Iaco é mais suscetível a grandes cheias em período de chuvas mais intensas, e vazantes muito fortes em tempos de grande estiagem, a ponto mesmo de secar completamente os igarapés e rios menores formadores da bacia, devido à pouca penetração das águas pluviais no solo.<sup>911</sup>

Para além das múltiplas relações conformadoras do regime de cheias e vazantes dos rios Acre e Iaco é necessário destacar que as transformações materiais-discursivas geradas pela excepcional cheia e vazante do biênio 1915-16 proporcionou uma oportunidade política interessante para o Governo Federal e para as elites do rio Acre. Durante a cheia do rio Iaco, Carlos Augusto de Vasconcellos Monteiro, deputado federal pelo estado do Rio Grande do Norte, e recém nomeado pelo Presidente Venceslau Brás, como prefeito do Alto Acre, apresentou um plano para a reorganização do Acre. Ele propôs a unificação dos departamentos em dois Territórios distintos administrados por governadores nomeados pela União. Na prática a proposta era unificar os Departamentos do Alto Purus e Alto Acre, além do Alto Juruá com o Tarauacá. As capitais das novas unidades administrativas seriam Rio Branco e Cruzeiro do Sul.<sup>912</sup> Os debates no congresso degeneraram em novo plano, visando a economia da União e o isolamento das elites autonomistas do Purus e Juruá: a unificação do Território Federal do Acre, com Rio Branco sendo alçada à condição de capital.

O Departamento do Alto Juruá tomaria a frente na reação contra o projeto de unificação do território enviando representantes e cartas para os deputados federais, apelando pela aprovação do projeto de duas prefeituras.<sup>913</sup> Seringalistas, médicos, advogados, engenheiros, comerciantes e outros residentes no Juruá enviaram cartas aos deputados estaduais de seus respectivos estados de origem pedindo a rejeição do projeto que elevava Rio Branco a capital, contudo, apenas a bancada do Rio Grande do Norte deu retorno às reivindicações.<sup>914</sup> Com o rio Iaco apresentando forte vazante, as correspondências demoravam a chegar, de modo que a situação foi repassada pelas lideranças autonomistas do Juruá ao Departamento do Purus a partir de radiograma de 12 de setembro de 1915:

<sup>911</sup> BADALES, Nilson Gomes. *Gênese, morfologia e classificação dos solos do baixo vale do rio Iaco, Acre, Brasil*. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Solos e Nutrição de Plantas, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG, 2005. p. 38-39.

<sup>912</sup> Ver: O PAIZ. Reforma do Acre. Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 1915. p. 2. Acervo FBN.; FOLHA DO ACRE. Os prodromos da autonomia do Acre: reorganização da administração acreana. Rio Branco, 28 de fevereiro de 1915. p. 2. Acervo FBN.

<sup>913</sup> O PAIZ. Reorganização do Acre. Rio de Janeiro, 08 de outubro de 1915. p. 1. Acervo FBN.

<sup>914</sup> COMMERCIO DO ACRE. Situação Acreana: Entrevista dada a Folha do Norte de Belém pelo Nosso Distinto Amigo Coronel Childerico Fernandes (Segunda Parte). Xapuri. 16 de abril de 1916. p.1. Acervo FBN.

Todas as classes reunidas em comício pediram ao Congresso, ao governo e a imprensa a divisão do Território do Acre em dois departamentos: Juruá com o Tarauacá e o Purus com o Acre; dois governadores e a conservação dos dois Tribunais existentes. A reorganização projetada prejudica mais da metade do Território, favorecendo apenas Rio Branco. Impossível aceitar tamanho absurdo. Rogamos secundar protesto.<sup>915</sup>

O então intendente de Sena Madureira, o coronel Julião Sampaio, respondeu a mensagem telegráfica revelando desconhecer os debates no Congresso: “Peço transmitir signatários radiograma circular, nosso completo alheamento acerca falada reforma administração Território. Puruenses confiam ação benéfica doutor Samuel Barreira, atualmente no Rio”. Em dezembro o então prefeito Antônio Pinto de Areal Souto enviou radiograma para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores cobrando explicações acerca da reorganização do Acre, tendo como resposta do então ministro Carlos Maximiliano um sucinto “declaro não haver, por enquanto, providências sobre tal assunto”.<sup>916</sup>

Meses antes, o ministro Carlos Maximiliano enviou uma carta para o prefeito do Alto Acre e deputado Augusto Monteiro, aconselhando-o a não viajar para a Capital Federal pela proximidade do período de recesso da Câmara. Monteiro pretendia viajar para pressionar os seus colegas pela aprovação do seu projeto de reorganização do Acre. O ministro Maximiliano colocou-se à disposição para submeter junto ao Congresso “as medidas que julgares necessárias ao progresso desse território”.<sup>917</sup> É perceptível uma diferença no tratamento dispensado ao governo do Alto Acre, nesse momento. O objetivo do governo Venceslau Brás era promover uma reorganização que isolasse os autonomistas, principalmente os do Departamento do Alto Purus. Childerico Fernandes, meses mais tarde, denunciaria o governo Brás pela demissão de funcionários federais no Purus com a justificativa de terem participado da revolta autonomista liderada por ele em 1912.<sup>918</sup>

Em 18 de outubro de 1915, o ex-prefeito e então advogado em Sena Madureira, Godofredo Maciel, concedeu entrevista ao jornal *O Imparcial* no Rio de Janeiro lançando uma ameaça velada. Embora admitisse que o Alto Acre fosse mais rico em borracha que o Purus, defendia o fato de Sena Madureira ser uma das cidades mais desenvolvidas da região e

<sup>915</sup> O ALTO PURUS. A Reorganização do Acre: protesto dos habitantes do Juruá. Sena Madureira, 19 de setembro de 1915. p. 2. Acervo FBN.

<sup>916</sup> MAXIMILIANO, Carlos. Telegrama enviado ao prefeito do Alto Purus em 31 de dezembro de 1915. Arquivo Nacional [BR NA, RIO A6]. Série Interior, Minutas de Avisos e Ofícios. [IJJ1-465 – 1915 (jul.-dez.)]

<sup>917</sup> MAXIMILIANO, Carlos. Telegrama enviado ao prefeito do Alto Acre em 25 de setembro de 1915. Arquivo Nacional [BR NA, RIO A6]. Série Interior, Minutas de Avisos e Ofícios. [IJJ1-465 – 1915 (jul.-dez.)]

<sup>918</sup> COMMERCIO DO ACRE. Situação Acreana: Entrevista dada a Folha do Norte de Belém pelo Nosso Distinto Amigo Coronel Childerico Fernandes (Segunda Parte). Xapuri. 16 de abril de 1916. p.1. Acervo FBN.

apontava a existência de “sangrentas discórdias” envolvendo os seringalistas de ambos os departamentos. Por mais que houvesse economia para os cofres públicos, o conflito que a unificação desencadearia seria péssimo para as intenções do Governo Federal:

Estou mesmo que o alto Purus não se conformará com esse rebaixamento a que o pretendem votar. E se assim acontecer, como acredito, adotado que seja o alvitre do sr. Felix Pacheco, de acordo com o ministro da Justiça, o Acre terá ou de abandonar o Purus, deixando-o entregue ao seu próprio esfacelamento, ou terá de chamá-lo à sujeição e obediência e, então... temo-la travada!

O governo forçosamente intervirá, enviando mais uma custosa expedição militar ao Acre, desta vez para impedir que se matem irmãos contra irmãos o que ainda poderá conseguir, jamais porém, uni-los de novo para a obra pacífica da civilização naquele ínvio trato nacional...

Aí está, meu amigo, porque lhe digo que essa economia de palitos, de duas, ou três centenas de contos que o tesouro faça agora, poderá, muito bem, forçá-lo amanhã a gastar alguns milhares. Isso sem falar em possíveis complicações de outra ordem...<sup>919</sup>

A ameaça velada do ex-prefeito Godofredo Maciel não passava de blefe. Diante da grande cheia, das doenças e da decadência dos seringais do Iaco, dificilmente os seringalistas iacoaras poderiam reagir pela força a uma eventual reorganização do Acre. O número de trabalhadores nos seringais havia diminuído com a crise da borracha, os prejuízos financeiros aumentavam de forma significativa associadas à dramática variação fluvial de 1915. A situação em 1915 era muito diferente da de 1912, quando as elites locais lançaram a rebelião autonomista sob a liderança de Childerico Fernandes. Como agravante, com a grande vazante após junho de 1915, as notícias demoravam a chegar a Sena Madureira, impossibilitando uma rápida reação local.

A entrevista não surtiu efeito e Sena Madureira sofreria sua primeira derrota. A Delegacia Fiscal do Território do Acre e a sede dos Correios, que funcionavam em Sena Madureira, foram extintas em meados de novembro de 1915. O Congresso, no entanto, continuaria a discussão no sentido de extinguir outras repartições federais, e retirar o Tribunal de Justiça de Sena Madureira. O coronel Childerico Fernandes e o médico Victoriano Freire reagiram ao anúncio da extinção convocando um protesto na cidade e enviando em 23 de novembro um radiograma destinado aos jornais cariocas *O País*, *Correio da Manhã*, *Gazeta*

<sup>919</sup> O IMPARCIAL. Coisas do Acre: serão reduzidas a duas as prefeituras e será feita a fusão dos tribunais em um só, com sede em Manaus? O que nos diz a respeito o Dr. Godofredo Maciel. Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1915. p. 3. Acervo FBN.

de Notícias, Época, Jornal do Brasil, O Imparcial e Jornal do Comércio em resposta a ação do Governo Federal:

Povo e comércio reunidos comício levam conhecimento país intermédio imprensa solene protesto profundo desgosto ação dissolvente está exercendo Acre governo República esta parte extinguindo Correios, Delegacia Fiscal e Tribunais. Oradores disseram governo não podendo conceder favores ao menos deveria respeitar patrimônio onze anos. Perde-se vontade ser brasileiro vendo Governo arrastar Acre estado primitivo indiferença trabalho fortuna famílias aqui atraídas visão melhores dias. Tais atos representam covardia nacional ante Acre indefeso Congresso. Apela imprensa única deputação contam país. Principais casas comerciais suspendem pedidos mercadorias falta confiança, estabilidade, ameaçando liquidação.<sup>920</sup>

O abatimento pós-cheia, a própria crise econômica e a dissolução dos laços de solidariedade no grupo iacoara também dificultaram uma reação conjunta à perda de proeminência política de Sena Madureira. Parecia haver algum consenso entre os principais seringalistas do Iaco de que não havia qualquer possibilidade de Sena Madureira ser elevada à condição de capital em uma nova reorganização administrativa do território. A ferrenha luta na guerra dos rios deu lugar à resignação, mas ainda com tentativas de resistência à elevação de Rio Branco como capital. Childerico José Fernandes, em entrevista à *Folha do Norte*, em 1916, ao ser perguntado sobre a mudança dos tribunais de justiça do Acre e do juiz federal para Manaus, afirmou achar absurda a mudança, mas dizia compreender os magistrados.

- Qual o fito da projetada mudança? Não é exato que Sena Madureira é salubre e já tem algum conforto?

Realmente assim é, mas tem deficiência de muita coisa para homens educados e habituados em grandes meios. Por este lado dou razão aos magistrados, porque a lama de Sena Madureira, no inverno, causa terror até a mim, que sou *casca grossa*...<sup>921</sup>

Ao falar da necessidade de autonomia política do Território, Fernandes foi ainda mais longe:

Só há um embaraço, que é a desunião entre o Acre e o Purus na disputa da capital. Esta dificuldade, porém, é fácil de demover, desde que os puruenses cedam em favor dos acreanos, porque foram estes que primeiro protestaram contra o erro imperdoável do Sr. Dionísio de Cerqueira e que primeiro

<sup>920</sup> O ALTO PURUS. A extinção da Delegacia Fiscal. Sena Madureira, 28 de novembro de 1915. p. 1. Acervo FBN.

<sup>921</sup> COMMERCIO DO ACRE. Situação Acreana: Entrevista dada à Folha do Norte de Belém pelo Nosso Distinto Amigo Coronel Childerico Fernandes (Segunda Parte). Xapuri. 16 de abril de 1916. p.1. Acervo FBN.

fizeram resistência contra os bolivianos, sacrificando haveres e família. Ademais, o Acre é muito mais rico e populoso.<sup>922</sup>

Avelino de Medeiros Chaves e o advogado João Pedro Soares Bulcão também consideravam que Sena Madureira não mais teria condições de ser elevada à capital do Território do Acre. Porém, resistiram à possibilidade da eleição de Rio Branco e buscaram um plano alternativo. Em artigo publicado na primeira página do jornal *O Alto Purus* em 09 de janeiro de 1916, assinado por Soares Bulcão, a prefeitura, supostamente em nome de todos os habitantes do Purus, conclamou os habitantes do Acre a unirem-se em torno do bem comum, que seria a unificação dos Departamentos do Alto Acre e Alto Purus. Em atitude de capitulação parte das elites iacoaras sinalizava a disposição pacífica de unir-se ao Acre:

É para vós, acreanos do Acre, o nosso apelo fraternal, em nome dos acreanos do Purus; não representa ele a súplica do desgraçado irmão venturoso, tão pouco o compassivo chamamento do irmão feliz ao que se debate no infortúnio e no desamparo. Iguais somos nós, nascidos do mesmo ato que nos engendrou, trazendo a mesma seiva vital que nos alimenta, os mesmos sacros ideais por que nos fazemos.<sup>923</sup>

Bulcão mencionava o fato da separação entre puruenses e acreanos ser fruto de uma organização artificial dada pelo Governo Federal. A trajetória de penetração dos rios e de estabelecimento da atividade extrativista é também explorada de modo a reforçar a história comum e os laços que, supostamente, uniriam ambos os povos. Apela-se pelo fim das rivalidades e inimizades. Entretanto, no fim do texto, mais uma vez o Estado é incriminado pela forma como organizou o território, por ter “mutilado” a bacia hidrográfica do Purus, atentando contra a “própria natureza” da disposição das vias fluviais, que uniam ambos os departamentos. Logo em seguida, o artigo lança a proposta de anexação de uma parte do território do estado do Amazonas, até a localidade conhecida como “Boca do Acre”, na confluência do rio Acre com o Purus, para fazer dela a capital do novo departamento ou território.

Se outros lhe mudaram a diretriz, não sejamos nós quem lhe sancione o engano, aceitando-lhe as consequências, passivamente, por um respeito pueril; encetemos a reação pacífica, pertinaz e convincente, e havemos de vencer.

Seja, pois, em torno dela que se conjuguem nossas energias; unamo-nos numa ação profícua, por todos os meios e modos, para conseguir a unificação dos dois Departamentos, com a anexação da faixa de terras de que nos privou a linha divisória, até a boca do Acre. Edifiquemos ali a nossa

<sup>922</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>923</sup> BULCÃO, Soares. Apelo aos nossos irmãos do Acre. *Alto Purus*. Sena Madureira, 09 de janeiro de 1916. p. 1. Acervo FBN.

capital comum, empório da nossa riqueza comercial e industrial, e ponto de concentração e irradiação da nossa vida de povo autônomo.

Findem-se de vez as desarmonias, esqueçam-se as rivalidades, abandonem-se as lutas dispersas e inúteis, e só um ideal nos anime, convergindo para ele todo o nosso querer, toda a nossa enérgica vontade. Demo-lhes o ardor da nossa palavra, a propaganda da nossa pena, o fervor da nossa fé e da nossa esperança. É este, acreanos do Acre, o nosso apelo fraternal em nome dos acreanos do Alto Purus.<sup>924</sup>

Na prática, o projeto de Soares Bulcão e Avelino Chaves visava a manter equilibrada a balança de poder entre os seringalistas do Iaco e Acre. Como o entreposto comercial de Boca do Acre ficava na confluência dos rios Purus e Acre, e não estava sob a influência política de nenhum dos dois grupos, haveria possibilidade de disputa pelo poder na nova capital em condições mais ou menos iguais. Vale ressaltar que essa área também presenciava uma profunda decadência devido à crise da borracha, com seringais em abandono. A proposta de nova capital coloca em evidência que, embora resignados, parte do grupo político do Iaco estava disposto a resistir. Avelino de Medeiros Chaves liderava um movimento para que o seu grupo evitasse perder o prestígio e a influência política, dos quais os seringalistas iacoaras gozaram durante os onze anos em que Sena Madureira foi, na prática, o maior centro decisório do território. Manter-se próximo ao centro do poder significava garantir a futura sobrevivência da elite econômica do Iaco, possibilitando a entrada desses seringalistas na máquina administrativa, de modo a amortecer as enormes perdas financeiras pessoais com a quebra da economia da borracha.

Childerico Fernandes criticaria o plano. Pessimista, Fernandes argumentou que, se fosse aceito pelas elites acrianas, o projeto de Avelino Chaves envolveria a necessidade de convencer a União a conceder autonomia ao Acre, abrir nova demarcação de limites entre o Território do Acre e o Amazonas e ainda convencer a própria oligarquia amazonense a ceder parte do seu território. Para ele o plano era bom, mas completamente irreal do ponto de vista de sua aplicação, devido às circunstâncias políticas em nível regional e nacional. Segundo ele “nem a União morre de amores em dar a autonomia ao Acre, nem o Amazonas cede, visto não se conformar com o fato do Acre ser autônomo. Assim sendo, nada resolveremos senão com os nossos próprios recursos”.<sup>925</sup>

Mesmo com as críticas de Fernandes, Avelino Chaves defenderia o seu polêmico plano em uma conferência na Capital Federal, na Sociedade Nacional de Agricultura, em

<sup>924</sup> *Ibidem.*

<sup>925</sup> COMMERCIO DO ACRE. Situação Acreana: Entrevista dada à Folha do Norte de Belém pelo Nosso Distinto Amigo Coronel Childerico Fernandes (Segunda Parte). Xapuri. 16 de abril de 1916. p.2. Acervo FBN.

sessão de 18 de novembro de 1918.<sup>926</sup> A essa altura dos acontecimentos, Sena Madureira já havia passado pela sua segunda grande enchente, que ocorreu em fevereiro e março de 1918, com características similares à cheia de 1915. Ao longo da conferência, a cidade de Rio Branco e o Alto Acre já eram apontadas como sendo, na prática, os centros decisórios de todo o Território. A cidade de Sena Madureira e o Departamento do Purus são, inclusive, pouco citados em sua palestra. Na última parte da conferência, Chaves coloca o problema da reorganização do Território do Acre como primordial para o desenvolvimento econômico da região. Defende a elevação do Acre a estado da federação e a anexação de parte do território amazonense até Boca do Acre, para nessa cidade ser erguida a nova capital. Em troca dessa faixa de terras, Chaves propõe a anexação do Departamento do Alto Juruá ao estado do Amazonas e que a União assumisse parte da dividida externa amazonense.

O Amazonas cederia à União a linha Javary-Beni até a Boca do rio Inauini, afluente do Purus, assim como de Sena Madureira e de Barcelona, até no mesmo ponto, os trechos do Purus amazonense e do Acre amazonense, recebendo em troca as terras que de presente constituem o Departamento do Juruá. Como compensação, o Governo Federal poderia assumir o compromisso de uma certa parte do empréstimo Marselhês.

Vantagens dessa transação: a Boca do Acre, antiga sede do município Floriano Peixoto é um ponto navegável perenemente pelas chatas da Amazon River; tem um grande planalto com aguadas suficientes, onde se fudaria uma nova cidade que seria a capital do Acre, reorganizado. Esta, por suas condições naturais, estaria talhada a grande desenvolvimento em virtude de ser o ponto de confluência de todas as embarcações que se destinam ao Iaco, alto Purus, Rio Branco, Xapuri, Cobija na Bolívia e Inhapari no Peru, finalmente a todo o Alto Acre.<sup>927</sup>

De fato, o projeto de criação de uma capital em Boca do Acre não foi suficiente para evitar maiores derrotas aos proprietários iacoaras. O projeto de Chaves tinha o potencial de mobilizar outro adversário a essa reorganização, o Departamento do Alto Juruá, que não aceitaria ser anexado ao estado do Amazonas. Assim, o seu projeto não teve forças suficientes para fazer frente às propostas já em discussão no Congresso Nacional, ambas prejudiciais aos interesses dos seringalistas do Iaco.

Em 28 de fevereiro de 1917, ocorreria a segunda grande derrota das elites iacoaras com a aprovação, no Congresso, e assinatura do Decreto N° 12.045 pelo então Presidente da República, Venceslau Brás, instituindo a transferência da Justiça Federal e do Tribunal de

---

<sup>926</sup> CHAVES, Avelino de Medeiros. *Necessidades capitais da Amazônia*. Conferência realizada na Sociedade Nacional de Agricultura, sob a presidência do Sr. Dr. Miguel Calmon, na sessão de 08 de novembro de 1918. Rio de Janeiro: Typ. Da “Revista da Época”, 1918. p. 14-15.

<sup>927</sup> *Ibidem*, p. 15.



Apelação de Sena Madureira para Rio Branco. Outras sedes federais localizadas em Sena Madureira e também em Cruzeiro do Sul foram extintas ou transferidas também para Rio Branco, como indicativo da nova proeminência que a capital do Departamento do Alto Acre adquiriria. Em 20 de outubro de 1920, ocorreria a derrota final com a assinatura do Decreto N° 14.383, extinguindo os departamentos, unificando o Território Federal do Acre e elevando Rio Branco à condição de capital.

#### 6.2.4 – O Fim

A cheia de 1915 foi um evento que marcou uma divisão temporal quando mapeamos os movimentos de entrada e saída de médicos do Departamento do Alto Purus. A maioria dos médicos que atuou em Sena Madureira deixou o Território do Acre já durante o ano de 1914. Provavelmente diante da marcha da crise e pelo fracasso do Plano de Defesa da Borracha, muitos clínicos decidiram voltar para os seus estados de origem ou se aventurar em outros lugares. Foi o caso dos médicos Octávio Varella, João Dourado de Cerqueira Bião, Carlos da Costa Ribeiro, Carlos Cavalcanti e Jesuíno de Albuquerque. Durante a cheia de 1915, apenas dois médicos residiam no Departamento do Alto Purus: Astolpho Margarido da Silva e Victoriano da Silva Freire. Após a grande enchente, outros quatro médicos chegaram ao Alto Purus: Drs. Mário Alvarez, Hélio Abreu, Humberto Mello e Rodrigo de Araújo Jorge Filho. Praticamente uma renovação de quadros, mas que não renovaria a ligação entre políticas de saúde pública e a oligarquia fluvial hegemônica.

E foi justamente essa ligação que, antes da cheia, proporcionou a emergência de medidas de saúde pública; após o evento, fez declinar a preocupação dos coronéis de barranco com a salubridade local. As políticas de saúde pública do Departamento do Alto Purus tinham como objetivo construir uma imagem específica sobre Sena Madureira visando à guerra dos rios. Quando as elites iacoaras perderam completamente a chance de continuar na disputa pela futura capital do Acre, eles se desinteressaram pelo tema da saúde pública. Essa condição, entretanto, não significou o fim da aliança entre médicos e seringalistas, mas entre seringalistas e políticas de saúde pública.

Um episódio específico reforça essa ideia. Em 1917, os médicos Hélio Abreu e Rodrigo de Araújo Jorge Filho estiveram envolvidos em uma grave denúncia de corrupção

feita pelo juiz Wortigern Luiz Ferreira. Na denúncia, Ferreira acusava o prefeito José Inácio da Silva de pagar gratificações especiais de 2:500\$000 para Abreu e 4:000\$000 para Jorge Filho, por terem realizado uma campanha de combate à malária em Sena Madureira em fins de 1916.<sup>928</sup> O prefeito José Inácio era apoiado por Avelino de Medeiros Chaves, então 1º prefeito substituto do Alto Purus e por João Batista de Alcântara, outro importante seringalista do alto Iaco. Ferreira, por outro lado, assim como Godofredo Maciel e outros juízes que atuavam em Sena Madureira, eram apoiados por Childerico José Fernandes, utilizando-se inclusive do navio *Imperador* para a fuga da capital do Purus quando as denúncias vieram à tona. Ou seja, o evento tratava-se de mais um capítulo da então queda de braço envolvendo Childerico Fernandes e Avelino Chaves.

Esse acontecimento, no entanto, diz mais. Justamente quando Sena Madureira era assolada por diversas epidemias entre 1916 e 1917, emergiu a mais grave denúncia de corrupção envolvendo médicos e políticas de saúde de que se tinha notícia. A aliança entre médicos e seringalistas que dominavam a prefeitura permaneceu, mas o ganho financeiro, nesse caso, emergia como fim último em detrimento da saúde pública. O divórcio entre seringalistas e políticas de saúde pública tornou-se explícito, quando, em período de grande crise sanitária, os poucos recursos destinados à saúde foram desviados para outros fins. O que mais importava para o grupo hegemônico do Iaco, nesse momento, era a sobrevivência econômica, e não mais Sena Madureira, capital do Acre. A imagem de “cidade saneada” não mais importava.

Assim, a aliança entre os médicos e os seringalistas do rio Iaco foi o sustentáculo da saúde pública ostentada em Sena Madureira nas duas primeiras décadas do século XX. Entretanto, essa aliança seria igualmente a desgraça da saúde pública, deixada de lado quando os senhores do Iaco perceberam que a capital do Purus não mais poderia continuar na disputa para centro político e decisório do Território Federal do Acre. A única estrutura, que simbolizava a antiga “cidade mais salubre do Território” e permaneceu de pé, até a década de 1920, foi o Hospital de Caridade 22 de Maio. Construção que lembrava o tempo em que as medidas de saúde e assistência médica animavam os sonhos de poder e prestígio de uma oligarquia fluvial, enquanto servia de afago para clínicos obedientes e ‘guerreiros do Iaco’.

---

<sup>928</sup> COSTA, Francisco Pereira. *Seringueiros, patrões e justiça no Acre Federal, 1904/1918*. Rio Branco: EDUFAC, 2005. p. 158-160.

Em conclusão, é possível afirmar que a elevação de Rio Branco, como capital do Território Federal do Acre unificado após 1920, foi resultado de um complexo processo político envolvendo múltiplas forças. Dentre as principais estão os proprietários seringalistas em suas lutas por supremacia no Território, a crise da borracha, os diferentes interesses que marcavam as oligarquias estaduais mais interessadas no tema “Acre” no Congresso Nacional e as decisões tomadas pelo poder Executivo Nacional referente ao Território Federal. O rio Iaco teve participação dramática nesse processo, pela rápida decadência que promoveu nos seringais e a dissolução da proeminência política de Sena Madureira sobre as demais cidades do Território. O fim de Sena Madureira como “capital sonhada” trouxe também consequências para as relações mantidas entre as elites iacoaras e os médicos. As ações de saúde pública declinaram junto com as esperanças que os seringalistas tinham de transformar a capital do Purus em sede do território ou estado do Acre.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da integração nacional do Território Federal do Acre entre 1905 e 1920 é uma narrativa marcada por fracassos entrelaçados com o rio Iaco. As políticas de saúde promovidas no Departamento do Alto Purus emergiram das ambições de hegemonia política dos seringalistas iacoaras sobre o Acre. O grupo político que dominou a prefeitura do Purus foi conformado a partir de laços de solidariedade possíveis entre vizinhos cujas propriedades estavam no curso do Iaco. Desse rio vieram os recursos que financiaram a atividade dos médicos, a assistência médica e a saúde pública via incentivos da prefeitura, doações e pela própria lógica da cadeia de aviamentos. O Iaco foi um aliado importante na conformação da ordem pública sob o controle das elites seringalistas e nas reivindicações políticas locais. A difícil navegabilidade impossibilitou intervenções do Governo Federal. Por outro lado, foi esse mesmo rio Iaco que frustrou o projeto de integração nacional proposto pelos seringalistas que habitavam as suas margens. O Iaco originou vários reveses políticos para a oligarquia iacoara e dissolveu a imagem de cidade saneada construída em torno de Sena Madureira em 1915. O rio foi um agente político instável e, por essa razão, fundamental para a compreensão dos complexos processos que envolveram os projetos de integração nacional em disputa no Acre, a emergência das ações de assistência e saúde pública no Purus, as origens da decadência de Sena Madureira e a elevação de Rio Branco como capital em outubro de 1920.

Foi por meio dos rios formadores das bacias do Purus, Juruá, Ucayali e Madre de Dios que foi possível a ocupação brasileira, peruana e boliviana das chamadas *Tierras non Descubiertas*. A facilidade de acesso dos brasileiros a essa área, via Purus e Juruá, associada aos incentivos financeiros das casas comerciais de Belém do Pará, favoreceram o sucesso da ocupação dos brasileiros nas partes altas dessas duas bacias. Essa ocupação, no entanto, gerou sérios conflitos diplomáticos envolvendo a Bolívia, detentora da área, e o Peru, que considerava serem suas as regiões dos altos rios Purus e Juruá. A resolução do conflito levou à militarização da área pelo governo brasileiro e sua divisão em departamentos independentes governados por prefeitos nomeados pelo Executivo Federal. A manutenção dos militares na região, contudo, foi frustrada pela ação conjugada de doenças, deserções e do ciclo hidrológico, que encarecia a navegação fluvial. Com a diminuição das tensões entre o Brasil e o Peru, a área foi desmilitarizada, voltando para o controle, de fato, das elites seringalistas.

Sem a proteção do exército, os prefeitos não tiveram escolha. Eles governaram e construíram uma ordem pública frágil dependente das elites seringalistas, pois os patrões detinham o poder financeiro e o quase monopólio da violência, via seringueiros em armas. A criação dos departamentos fomentou o surgimento de oligarquias fluviais, grupos políticos que emergiram de acordo com os laços comerciais e de solidariedade que regiam as relações entre os senhores dos rios e que estavam umbilicalmente associados à dinâmica hidrográfica/hidrológica. Esse fenômeno foi mais visível no Departamento do Alto Purus, no qual os seringalistas dos rios Iaco e Caeté criaram agremiações políticas e lutaram pelo controle das prefeituras. O que estava em jogo era o monopólio das relações com o Governo Federal no departamento. Esse conflito, que definimos como uma “guerra dos rios”, se estendeu a todo o Território do Acre, pois as oligarquias hegemônicas nos departamentos lutaram também por uma hegemonia regional, via elevação de uma das capitais departamentais à sede política de todo o Território Federal do Acre.

A hegemonia política de uma oligarquia fluvial sobre todo o Território do Acre passava pela escolha de uma das capitais dos departamentos como sede política da região. Visando essa elevação, as elites seringalistas do rio Iaco construíram a imagem de Sena Madureira como a capital salubre. Financiaram a assistência médica e priorizaram as ações de saúde no departamento. As ambições políticas das elites iacoaras foram cruciais para tornar Sena Madureira a cidade mais atrativa para a atividade médica no Acre. Contudo, a aliança com os seringalistas do Iaco teve um custo para os médicos: em todo o território, a atividade médica era constrangida pela economia da borracha, mas no Purus havia também o constrangimento político das elites iacoaras sobre todas as opções de trabalho de um médico na região. A autoridade dos médicos provinha exclusivamente das ambições e interesses iacoaras, o que facilitou a adoção de medidas de combate à malária, à varíola, ao sarampo e outras doenças no núcleo urbano de Sena Madureira. Graças a essa aliança, e ao sucesso da imagem de cidade saudável, Sena Madureira tornou-se a cidade mais importante da região e forte candidata a capital do Território do Acre no período departamental.

As disputas entre diferentes projetos de incorporação do Acre ao Brasil e a fragilidade da ordem pública passavam pelo problema da ausência de comunicação entre os departamentos e entre essas unidades políticas e o Brasil. Os rios eram hegemônicos no transporte e na comunicação. A circulação de pessoas, mercadorias e notícias ficava a mercê do ciclo hidrológico. O Governo Federal procurou resolver esse problema por meio de iniciativas tais como a construção das estradas Leste-Oeste e Lobão, o projeto de ferrovia

ligando Lábrea ao Acre e a criação de uma reserva florestal. A reserva florestal difere das duas primeiras iniciativas, por ser uma forma também de esvaziar o poder das oligarquias fluviais via desapropriação de seringais. Todas as iniciativas fracassaram devido ao desconhecimento sobre as realidades locais. Esse desconhecimento era fruto da postura que o Governo Federal adotou frente aos seus próprios agentes que atuavam no Território do Acre. Com poucos incentivos e esquecidos pelo poder público, esses agentes buscavam, por fim, os seus interesses pessoais e se associavam às elites seringalistas.

As disputas por poder envolvendo as oligarquias fluviais passavam, também, pela incorporação do Acre na federação brasileira. Esse foi um dos temas que levaram às mais graves tensões entre o Governo Federal e as elites seringalistas locais. Essas crises culminaram nas revoltas autonomistas em 1910 e 1912, no Alto Juruá e no Alto Purus, respectivamente. O ciclo hidrológico e as doenças tiveram papel importante durante as revoltas, ora fortalecendo a posição dos autonomistas, ora desfavorecendo suas ações. Parte da imprensa na Capital Federal percebeu a relação entre as rebeliões e o ciclo hidrológico, forjando imagens de aliança e confederação entre rios, seringalistas e doenças. Contudo, como vimos, os rios eram aliados imprevisíveis: em 1912, um repiquete do rio Iaco favoreceu a chegada de tropas do exército que sufocaram a revolta comandada por Childerico Fernandes. Em 1915, a grande cheia de fevereiro-março arruinou completamente os planos de integração e hegemonia política da oligarquia iacoara.

Compreendemos desse modo que a construção da ordem e a integração do Acre ao Brasil não se deram com a assinatura do Tratado de Petrópolis de 1903 e a divisão legal e política em departamentos. Ao contrário. A ordem permaneceu frágil e completamente associada aos interesses privados das elites seringalistas, o que deu origem a diferentes projetos de incorporação da área ao Brasil. Esses projetos passavam pela ambição de diferentes oligarquias fluviais que desejavam ter o monopólio da relação política do Território Federal do Acre com a Capital Federal e, assim, consolidar uma hegemonia política sobre a região. Os rios estiveram presentes em todos esses processos como estruturantes de diferenciação, como os únicos agentes comunicativos da região e como força dissolutiva, produzindo identidades e fortalecendo ou enfraquecendo posições políticas no espaço público.

No período administrativo departamental (1904-1920) a saúde pública, os projetos de integração política e física do Território Federal do Acre e a disputa entre as capitais sonhadas, emergiram em intra-ação com os rios e suas dinâmicas. Longe de se constituírem

relações harmônicas, essas intra-ações suscitaram múltiplas tensões, conflitos e colaborações e envolveram os muitos agentes participantes desse processo. Sena Madureira, de celebrada “rainha do Acre”, transformou-se em sinônimo de decadência e miséria após a cheia de 1915. As políticas de saúde pública igualmente entraram em declínio, após a sua conformação ao longo dos anos de 1906 e 1914. Os vários projetos de integração física e política do Território do Acre fracassaram com a derradeira elevação de Rio Branco como capital. Esses diferentes processos se deram *com* e *no* cativo dos rios.

Durante a confecção da tese acompanhei quase diariamente os grandes acontecimentos que marcaram e transformaram a vida das populações indígenas e ribeirinhas da bacia amazônica durante os últimos quatro anos. Desde as históricas cheias dos rios Iaco (2014), Acre (2015), Madeira (2014) e Negro (2012), até a construção do Complexo Hidrelétrico do Madeira e da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Eventos que foram pouco noticiados pela grande imprensa e que, na maior parte do tempo, foram inadequadamente tratados como “desastre natural” ou como “obras de desenvolvimento/aceleração do crescimento”.

Dicotomias engendram formas de dominação, hierarquia e exclusão. Sejam elas, cultura-natureza, homem-mulher, vivo-morto ou mesmo direita-esquerda. Atualmente, a grande mídia, as grandes corporações econômicas e o próprio Governo Federal querem fazer crer que o Brasil está tão binário quanto os softwares de nossos computadores e smartphones. Mas a realidade é que direita e esquerda são dois lados de uma mesma moeda ecocida, especialmente para as populações ribeirinhas e indígenas da bacia amazônica. Desde os tempos de regime militar os organismos e práticas cotidianas dos que habitam os rios da bacia amazônica estão sendo violentamente transformados pelo avanço da mineração e das barragens nos rios que habitam, por exemplo. As mudanças climáticas, atualmente, são um fator adicional na promoção dessas transformações.

O sofrimento dessas populações está diretamente associado às mutações da presença e da força dos rios fomentada pela ação de instituições públicas e privadas que identifica a água e tudo o que não é humano como um recurso. No rio Madeira, por exemplo, o governo brasileiro, em acordo com a Bolívia, ergueu o Complexo Hidrelétrico do Madeira, que envolve a UHE Jirau, a UHE Santo Antônio e a UHE Cachuela Esperanza (no rio Madre de Dios). Na época houve denúncias de falta de diálogo do Governo Federal e das empresas construtoras com as populações locais, além de poucos estudos sobre os impactos das

barragens. Mesmo assim, alguns pescadores tiveram pequeno espaço na imprensa para alertar que ‘o rio Madeira era perigoso e exigia respeito’.<sup>929</sup>

Em certa medida, o prognóstico sombrio por trás do alerta dos pescadores estava correto. No início de 2012, com o funcionamento das primeiras turbinas em Santo Antônio, as águas do Madeira ficaram muito agitadas. Grandes ondas (banzeiros) destruíram barrancos, casas, promovendo a remoção forçada de vários moradores das margens do Madeira. Uma grande quantidade de peixes morreu nessa época e a pesca foi muito afetada nas áreas das barragens. Em 2014, já com as obras bem avançadas, os rios Madeira e Madre de Dios registraram suas piores cheias, deixando centenas de desabrigados e enormes prejuízos. O rio Madeira atingiu a surpreendente cota de 19,74 metros em 30 de março de 2014, ultrapassando muito o recorde anterior de 17,50 metros, registrado em 1997. Especialistas acreditam que as hidrelétricas tiveram responsabilidade pela grande cheia de 2014. Uma preocupação atual é com a capacidade das hidrelétricas potencializarem a mobilização do metil-mercúrio, uma forma orgânica de mercúrio altamente tóxico, presente em altíssima quantidade, no alto Madeira, desde a corrida do ouro da década de 1980. Até hoje a concentração de mercúrio em peixes e humanos é grande em todo o curso do Madeira, até a confluência com o rio Amazonas, e isso pode piorar. Outra preocupação é com a contribuição que os rios Madre de Dios e Madeira darão às mudanças climáticas a partir da emissão de gases de efeito estufa pelos reservatórios das barragens.<sup>930</sup>

Alguns especialistas entendem que o funcionamento das barragens vai provocar a morte do rio Madeira dentro de algumas décadas, devido ao assoreamento.<sup>931</sup> Em uma perspectiva pós-humanista o binarismo vida-morte faz pouco sentido, principalmente pela rejeição da visão antropocêntrica de rio como recurso. As possibilidades de futuro que o rio Madeira oferece hoje, seja pela produção de narrativas, sofrimento, morte e reconfigurações em organismos humanos, animais e vegetais, sinalizam que ele não está morto ou em vias de ser extinto. O rio Madeira continuará sendo um ente que se faz agente nas intra-ações,

---

<sup>929</sup> ARANHA, Ana. Rio Madeira em fúria. *Revista Ecológico*. Belo Horizonte, 27 de março de 2013. Disponível em <http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=61&secao=905&mat=1019> Acesso em 09 de abril de 2016.

<sup>930</sup> Sobre os impactos do Complexo de Hidrelétricas do Madeira ver o capítulo 4: “Hidrelétricas do Madeira” em: FEARNESIDE, Philip M. *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grande obras*. v. 1. Manaus: Editora do INPA, 2015. p. 135-228

<sup>931</sup> PORTAL AMAZÔNIA. Pesquisadores criticam reais impactos de hidrelétricas no rio Madeira, em RO e AM. Manaus, 19 de junho de 2015. Disponível em <http://portalamazonia.com/noticias-detalle/meio-ambiente/pesquisadores-criticam-reais-impactos-de-hidreletricas-no-rio-madeira-em-ro-e-am/?cHash=86cb83a979429f0994ba99a6ab189f6f> Acesso em 09 de abril de 2016.



alterando destinos, formas de vida, ganhos e perdas. Por outro lado, rejeitar o humano como entidade excepcional a partir da noção de agência compartilhada reforça a responsabilização ética de indivíduos, grupos e instituições que contribuem com relações promotoras de colonialismos, desigualdades, doenças, miséria, assassinatos de diversas formas de vida, remoções e violações.

Os destinos de comunidades humanas, não-humanas e águas, como indicado na tese, são compartilhados. Seja no rio Madeira, no Purus, no Juruá, no Xingu, no Doce ou no São Francisco, inúmeras entidades se transformam na intra-ação com os corpos de água. Embora a ideia de conservação esteja presente em um dos capítulos, a tese enfatiza o rio como mais um agente que emerge da pluralidade de materializações em curso no espaço. A inclusão das águas e não-humanos como protagonistas na História significa aqui um esforço de chamar a atenção para a necessidade de uma nova ética de responsabilidade relacional, que seja múltipla, molecular, horizontal e crítica. Acreditamos que munidos de ética relacional e não-hierárquica é possível construir futuros mais democráticos, pautados na pluralidade e na igualdade pela diferença, impedindo o contínuo aniquilamento de diferentes formas de vida e existência no planeta.

## FONTES

### Periódicos

- O Alto Purus*. Sena Madureira (fev. 1908-mar. 1918). Fundação Biblioteca Nacional
- Brazil Acreano*. Sena Madureira (abr. 1910-dez. 1912). Fundação Biblioteca Nacional
- Estado do Acre*. (mar. 1909-jul. 1910). Fundação Biblioteca Nacional
- O Commercio*. (jun.-jul. 1913). Fundação Biblioteca Nacional
- Gazeta do Purus*. Sena Madureira (jul-dez. 1918). Fundação Biblioteca Nacional
- O Jornal*. Sena Madureira (mar,-dez. 1918). Fundação Biblioteca Nacional
- O Estado*. Vila Seabra (jan.-jul. 1914). Fundação Biblioteca Nacional
- O Tarauacá*. Vila Seabra (out. 1914). Fundação Biblioteca Nacional
- O Departamento*. Vila Seabra (nov. 1914-abr. 1916). Fundação Biblioteca Nacional
- Jornal Oficial*. Vila Seabra (abr. 1916-abr. 1918). Fundação Biblioteca Nacional
- O Município*. Vila Seabra (nov. 1910-jun. 1916). Fundação Biblioteca Nacional
- O Cruzeiro do Sul*. Cruzeiro do Sul (mai. 1906-mar. 1918). Fundação Biblioteca Nacional
- O Alho*. Cruzeiro do Sul (jun.-ago. 1908). Fundação Biblioteca Nacional
- Folha do Acre*. Rio Branco (ago. 1910-abr. 1918). Fundação Biblioteca Nacional.
- O Acre*. Xapuri (jun. 1907-mar. 1913). Fundação Biblioteca Nacional
- O Correio do Purus*. Lábrea (mai.1900-jul.1916). Fundação Biblioteca Nacional.
- Quo Vadis?* Manaus. (nov.1902-mar.1904). Fundação Biblioteca Nacional.
- Jornal do Comércio de Manaus*. Manaus. (jan.1904-dez.1920). Fundação Biblioteca Nacional.
- Jornal do Ceará*. Fortaleza (mar.1904-dez.1911). Fundação Biblioteca Nacional.
- Correio da Manhã*. Rio de Janeiro (jan.1910-dez.1919). Fundação Biblioteca Nacional.
- O Paiz*. Rio de Janeiro (jan.1910-dez.1919). Fundação Biblioteca Nacional.
- Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro (jan.1903-dez.1919). Fundação Biblioteca Nacional.
- A Noite*. Rio de Janeiro (jun.1911-dez.1919). Fundação Biblioteca Nacional.
- O Imparcial*. Rio de Janeiro (ago. 1912-dez.1919). Fundação Biblioteca Nacional.
- Correio da Noite*. Rio de Janeiro (jan.1913-jun.1915). Fundação Biblioteca Nacional.

*Almanak Laemmert*. Rio de Janeiro (1910-1920). Fundação Biblioteca Nacional.

*O Malho*. Rio de Janeiro (set. 1902-dez.1921). Fundação Biblioteca Nacional.

*Careta*. Rio de Janeiro (jan.1909-dez.1921). Fundação Biblioteca Nacional.

*Fon-Fon*. Rio de Janeiro (abr. 1907-dez.1920). Fundação Biblioteca Nacional.

*Revista Kosmos*. Rio de Janeiro (jan. 1904-abr. 1909). Fundação Biblioteca Nacional.

*O Brazil-Médico*. Rio de Janeiro (1897-1905). Fundação Biblioteca Nacional.

*Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro (1906-1923). Fundação Biblioteca Nacional.

## **Cartografia**

CASTRO, Plácido. Carta Geográfica do Território do Acre. (1907). Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart163015/cart163015.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart163015/cart163015.jpg) Acesso em 10 de janeiro de 2016.

MASÔ, João Alberto. Carta Geográfica do Território do Acre, Vale do Ucayali, Peru – Território das Colonias, N.O. Bolívia – E. Ferro Madeira-Mamoré, E. de Mato Grosso. S.O. do E. do Amazonas. (1907-1917). Centro de Documentação e Pesquisa Indígena - Comissão Pró-Índio do Acre.

## **Relatórios Ministeriais**

BRASIL, MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Contra-Almirante Julio Cesar de Noronha, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903.

BRASIL, MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Marechal Francisco de Paula Argollo, ministro do estado da guerra em maio de 1903*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903.

BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, MINISTRO J.J.SEABRA. *Relatório dos anos de 1903 e 1904 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em março de 1904*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

BRASIL, MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Mal Francisco de Paula Argollo, ministro do estado da guerra em maio de 1904*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

BRASIL, MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Mal Francisco de Paula Argollo, ministro do estado da guerra em maio de 1905*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

BRASIL, MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Vice-Almirante Julio Cesar de Noronha, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

BRASIL, MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Mal. Hermes da Fonseca, ministro do estado da guerra em maio de 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1908.

BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. *Relatório dos anos de 1907 e 1908 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Sr. Augusto Tavares Lyra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, MINISTRO AUGUSTO TAVARES LYRA. *Relatório dos anos de 1908 e 1909 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

BRASIL, MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão José Bernardino Bormann, Ministro de Estado da Guerra em maio de 1910*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. MINISTRO PEDRO MANUEL DE TOLEDO. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de estado dos negócios da agricultura, indústria e comércio Dr. Pedro de Toledo no ano de 1911*. V. 1. Rio de Janeiro: Oficinas da Diretoria Geral de Estatística, 1911.

BRAZIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, MINISTRO RIVADAVIA DA CUNHA CORRÊA. *Relatório dos anos de 1910 e 1911 apresentado ao*

*Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em abril de 1911.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911.

BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Ministro Pedro de Toledo: Relatório dos anos de 1910 e 1911 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

BRASIL, MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Gen. Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, ministro do estado da guerra em maio de 1913.* Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1913.

BRASIL, MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Mal. José Caetano de Faria, ministro do estado da guerra em maio de 1917.* Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1917.

BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. *Relatório apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos em maio de 1917.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

BRASIL. MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. MINISTRO DR. JOSÉ PIRES DO RIO. *Relatório apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil em 1918.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

### **Relatórios dos departamentos, intendências e do Território Federal do Acre**

PREFEITURA DO ALTO JURUÁ. *Primeiro relatório semestral apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Coronel do Corpo de Engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Prefeito do Departamento.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

PREFEITURA DO ALTO JURUÁ. *Relatório primeiro semestre de 1906: apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Felix Gaspar de Barros e Almeida, Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Coronel do Corpo de Engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Prefeito do Departamento.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

PREFEITURA DO ALTO JURUÁ. *Segundo relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Coronel do Corpo de Engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Prefeito do Departamento.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

PREFEITURA DO DEPARTAMENTO DO ALTO ACRE. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, digno Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo coronel da arma de infantaria Raphael Augusto da Cunha Matos, Prefeito do Departamento do Alto Acre. *In: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. Relatório dos anos de 1905 e 1906 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. José Joaquim Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

PREFEITURA DO ALTO PURUS, TERRITÓRIO DO ACRE. *Primeiro relatório anual:* apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo bacharel em Matemática, Ciências físicas e Naturais, Engenheiro Militar Cândido José Mariano, Prefeito do Departamento. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

PREFEITURA DO ALTO ACRE. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Augusto Tavares de Lyra, DD. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, por J. Plácido de Castro, Prefeito Interino – 1906, 1907. *In: CASTRO, Genesco de. O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro: Excerptos Históricos.* Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.

TERRITÓRIO DO ACRE, DEPARTAMENTO DO ALTO PURUS. *Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Rivadavia da Cunha Correa, Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores pelo Dr. Godofredo Maciel, prefeito do Alto Purus.* Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1912.

INTENDENCIA DE XAPURI, TERRITÓRIO DO ACRE. *Relatório apresentado pelo exmo. Sr. Coronel Silvino Coelho de Souza, Intendente Municipal ao conselho municipal de Xapuri em sua primeira reunião realizada a 09 de maio de 1913.* Xapuri: Typ. Do Correio do Acre, 1913.

INTENDENCIA MUNICIPAL DE RIO BRANCO. *Relatório Apresentado pelo Sr. Intendente Dr. Epaminondas Jacome ao conselho municipal de Rio Branco em sua reunião extraordinária a 15 de novembro de 1915.* Rio Branco: Tip. do Autonomista, 1915.

PREFEITURA DO ALTO JURUÁ. *Relatório apresentado ao exmo. Sr. Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Dr. Eleutério Frazão Muniz Varella, Prefeito do Departamento: exercício 1916.* Cruzeiro do Sul: Typ. D'o Cruzeiro do Sul, 1917.

DEPARTAMENTO DO ALTO ACRE. *Relatório dirigido ao exmo. Sr. Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello, D.D. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo Sr. Coronel Joaquim Victor da Silva, 3º substituto do prefeito do Alto Acre, sobre sua gestão administrativa de 13 à 30 de agosto de 1919.* Rio Branco: Oficinas da Folha do Acre, 1919.

TERRITÓRIO DO ACRE. *Relatório apresentado ao exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Governador Dr. Epaminondas Jacome: julho de 1922.* Rio de Janeiro: Empr. Ind. Editora "O Norte", 1922.

**Relatórios diversos (Comissão de Obras Federais, Diretorias de Higiene dos departamentos, etc.)**

ANDRADA. Antônio Manuel Bueno de. Segundo Relatório da Comissão de Obras Federais no Território do Acre em 1908. *In: BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. Relatório dos anos de 1908 e 1909 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Sr. Augusto Tavares Lyra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA BORRACHA. *Relatório sobre as condições médico-sanitárias do Vale do Amazonas apresentado a S. Ex<sup>o</sup> o Sr. Dr. Pedro de Toledo, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz.* Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1913.

FERREIRA, Joaquim Rodrigues. Relatório apresentado ao exmo. Sr. Capitão Francisco Siqueira do Rego Barros, Prefeito deste departamento. *In: PREFEITURA DO ALTO JURUÁ. Relatório apresentado ao exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Capitão*

*Francisco Siqueira do Rego Barros, Prefeito do Departamento do Alto Juruá relativo ao segundo semestre de 1913.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

LIBANIO, Samuel; LIBANIO, Cândido. Directoria de Hygiene: relatório apresentado pelodirector de hygiene ao exm. Sr. Dr. Prefeito do Departamento. *In: PREFEITURA DO ALTO PURUS. Relatório apresentado ao exm. Sr. dr. Augusto Tavares de Lyra, DD. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo prefeito do Departamento Dr. Cândido José Mariano concernente ao ano de 1908.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

### **Cartas, telegramas e rascunho de relatórios**

Carta enviada à Carlos Chagas por Daniel Carneiro em 19 de dezembro de 1913. Presente no Fundo Carlos Chagas, subgrupo Outras Doenças, série Cartas [CC.05.03.015], no acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação.

CHAGAS, Carlos; LEÃO, Pacheco; PEDROSO, João. Relatório dos estudos realizados nos rios Purus, Acre e Iaco. Rascunho manuscrito presente no Fundo Carlos Chagas, subgrupo Outras Doenças, série Relatórios [CC.05.03.012], no acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação.

CORRÊA, Rivadavia. Telegrama enviado ao delegado fiscal do tesouro nacional no estado do Amazonas de 29 de março de 1912. Arquivo Nacional [BR NA, RIO A6]. Série Interior, Minutas de Avisos e Ofícios. [IJJ1-507 – 1912 (jan-jun)].

MAXIMILIANO, Carlos. Telegrama enviado ao prefeito do Alto Purus em 31 de dezembro de 1915. Arquivo Nacional [BR NA, RIO A6]. Série Interior, Minutas de Avisos e Ofícios. [IJJ1-465 – 1915 (jul.-dez.)].

MAXIMILIANO, Carlos. Telegrama enviado a Diretoria Geral de Saúde Pública em 02 de dezembro de 1915. Arquivo Nacional [BR NA, RIO A6]. Série Interior, Minutas de Avisos e Ofícios. [IJJ1-465 – 1915 (jul.-dez.)].

MAXIMILIANO, Carlos. Telegrama enviado ao prefeito do Alto Acre em 25 de setembro de 1915. Arquivo Nacional [BR NA, RIO A6]. Série Interior, Minutas de Avisos e Ofícios. [IJJ1-465 – 1915 (jul.-dez.)].

MAXIMILIANO, Carlos. Telegrama enviado ao delegado fiscal do tesouro nacional no estado do Amazonas de 05 de março de 1915. Arquivo Nacional [BR NA, RIO A6]. Série Interior, Minutas de Avisos e Ofícios. [IJJ1-507 – 1915 (jan-jun)].



## Decretos, projetos e debates na Câmara e no Senado Federal

BRASIL, SENADO FEDERAL. Decreto N° 6.406 de 8 de março de 1907: cria uma Comissão de Obras Federais no Território do Acre e dá outras providências. Disponível em [http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=6406&tipo\\_norma=DEC&data=19070308&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=6406&tipo_norma=DEC&data=19070308&link=s) Acesso em 27 de julho de 2015.

BRASIL, COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA DA CAMARA DOS DEPUTADOS. Projeto N° 322 – 1909: reorganiza o Território do Acre; com ementas dos Srs. Pedro Moacyr e Álvaro de Carvalho, votos em separado dos mesmos e do Sr. Paulino de Souza. *Diário do Congresso Nacional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1909.

BRASIL, CAMARA DOS DEPUTADOS. Discurso pronunciado por Justiniano Serpa na sessão de 18 de novembro de 1909. *Diário do Congresso Nacional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1909.

BRASIL. DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. *Câmara dos Deputados*: Comissão de Finanças. N. 181 – 1910. Autoriza o poder executivo a mandar examinar por profissionais de sua confiança as condições, vantagens e tempo de construção da estrada, cujo pagamento pediu o engenheiro Gastão da Cunha Lobão, afim de, tudo devidamente verificado, solicitar ao Congresso Nacional o crédito necessário; com parecer e substitutivo da Comissão de Finanças. Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1910.

SENADO FEDERAL, SECRETARIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA. *Decreto N. 8.843 de 26 de julho de 1911* - Cria a Reserva Florestal do Território do Acre. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=53549> Acesso em 02 de setembro de 2015.

BRASIL. DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. *Câmara dos Deputados*: Comissão de Finanças. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1912.

BRASIL, DIARIO OFICIAL. *Decreto n. 12.915 de 13 de março de 1918*. Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de 7:700\$000, para pagamento ao Dr. Astolpho Margarido da Silva. Rio de Janeiro, 15 de março de 1918.

### Monografias, livros e análises da época

ANDRADE, Edmundo Navarro. *Utilidade das florestas*. São Paulo: Typ. Alongi, 1912.

CARVALHO, José Carlos de. *O Acre: Limites do Brasil com a Bolívia*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1903.

CARVALHO, José. *A Primeira Insurreição Acreana (documentada)*. Pará-Belém: Typ. De Gillet & Comp. 1904.

CHAVES, Avelino de Medeiros. *Necessidades capitais da Amazônia*. Conferência realizada na Sociedade Nacional de Agricultura. Rio de Janeiro: Typ. Da Revista da Época, 1918.

CHAVES, Avelino de Medeiros. *A exploração da Hevea no Território Federal do Acre: monografia apresentada à Exposição Nacional da Borracha*. Rio de Janeiro: Turmaus & Machado, 1913.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoeão. *Diccionário de Medicina Popular e das Sciencias Accessários para uso das Famílias*. 6º Ed. Primeiro Volume. Paris: A.Roger & F. Chernoviz, 1890.

CUNHA, Euclides. Rios em Abandono. *In: CUNHA, Euclides. Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaio Amazônicos*. Coleção Brasil 500 Anos. Brasília: Senado Federal/ Conselho Editorial, 2000.

GUEDES, Mario. *Os Seringais (pequenas notas)*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1920.

LABRE, Antônio Rodrigues Pereira. *Rio Purus: Notícia*. Maranhão: Typ do Paíz/ Imp. M.R.V. Pires, 1872.

MASÔ, João Alberto. *Território do Acre: conferência realizada em 27 de abril de 1916 na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: S.N., 1916.

MENDONÇA, Gen. Belarmino. *Reconhecimento do Rio Juruá (1905)*. Rio Branco/ Belo Horizonte: Fundação Cultural do Estado do Acre/ Editora Itatiaia Limitada, 1989

PERETTI, Romolo. *Experiências de Tratamento da Malária com o “Esanofele” na Amazônia*. (Fac-simile). Col. Documentos da Amazônia. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/ Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2002.

PLÁCIDO DE CASTRO, José. Apontamentos sobre a Revolução Acreana. In: CASTRO, Genesco de. *O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro (Excerptos Historicos)*. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.

### **Livros de memória**

CABRAL, Alfredo Lustosa. *Dez anos no Amazonas (1897-1907)*. 2. Ed. João Pessoa: Escola Industrial de João Pessoa, Curso de Encadernação e Tipografia, 1989.

LIMA, Esperidião de Queiroz. *11 anos na Amazônia*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTO, Klaus Chaves.; SOUZA, Gabriela Inhan. Trajetória do engenheiro Lourenço Baetas Neves em Juíz de Fora. *Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos Sobre a Cidade*. Campinas, v. 5, n. 7, p. 47-63, 2013.

AMARAL, Alexandre Souza. *Vamos a Vacina? Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904-1911)*. 280 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

AMARAL, Eufraim Ferreira do; LANI, João Luiz. BARDALES, Nilson Gomes; AMARAL, Emanuel Ferreira do. Levantamento de solos como base para gestão de duas bacias hidrográficas no estado do Acre. *Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências do Solo - Solos e biomas brasileiros: sustentabilidade e mudanças climáticas*. Uberlândia – MG: SBCS, 2011. Disponível em <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/115638/1/25392.pdf> . Acesso em 01 de junho 2015.

AQUINO, T. *Levantamento sócio-econômico para criação da Reserva Extrativista do Riozinho da Liberdade*. CNPT-Ibama, 2001.

ARANHA, Ana. Rio Madeira em fúria. *Revista Ecológico*. Belo Horizonte, 27 de março de 2013. Disponível em <http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=61&secao=905&mat=1019> Acesso em 09 de abril de 2016.

ARAÚJO, Valmir Freitas de. *Memória da Imigração Síria e Libanesa nos Vales dos Rios Acre e Purus (1900-1975)*. 175 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ARNOLD, David. Introduction: Tropical Medicine Before Manson. In: ARNOLD, David (org.). *Warm climates and western medicine: the emergence of tropical medicine, 1500-1900*. Amsterdã-Atlanta: Rodopi, 1996.

ARNOLD, David. *La Naturaleza como Problema Histórico: El Medio, La Cultura y La Expansión de Europa*. México: Fondo de La Cultura Económica, 2000.

ARRUDA, Gilmar. Historia de rios: história ambiental? *Signos Históricos*, n. 16, p. 17-44, jul.-dec. 2006.

ARRUDA, Gilmar (org.). *A Natureza dos Rios: História, Memória e Territórios*. Curitiba: Ed. UFPR, 2008.

ARRUDA, Gilmar. Rios e Governos no Estado do Paraná: pontes, “força hidráulica” e a era das barragens. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 153-175 jan.-jun. 2008.

BADALES, Nilson Gomes. *Gênese, morfologia e classificação dos solos do baixo vale do rio Iaco, Acre, Brasil*. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Solos e Nutrição de Plantas, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG, 2005.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Barão de Rothschild e a Questão do Acre. *Rev. Bras. Polít. Int.*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 150-169, 2000.

BARAD, Karen. Posthumanist Performativity: Toward an Understanding of How Matter Comes to Matter. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 28, n. 3, p. 801-831, 2003.

BARAD, Karen. *Meeting the Universe Halfway: quantum physics and the entanglement of matter and meaning*. Durham and London: Duke University Press, 2007.

BARROS, Glimes Rego. *A presença do capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915)*. Brasília: Senado Federal, 1982.

BARROS, Gilmedes do Rego. *Nos Confins do Extremo Oeste*. v. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos Micróbios aos Mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ/ Ed. UFRJ, 1999.

BENCHIMOL, Jaime L. Adolpho Lutz: um esboço biográfico. *História, Ciências e Saúde – Mamguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 13-83, jan. abr. 2003.

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano I – O Tempo do*

*Liberalismo Excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

BENNETT, Jane. *Vibrant Matter: a political ecology of things*. Durham and London: Duke University Press, 2010.

BERNARDINO, Maria Gabriela de Almeida. *Um Mapa Para a República: a Comissão da Carta Geral do Brasil (1903-1932)* 119 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

BOETZKES, Amanda. Ecologicity, Vision, and the Neurological System. In: DAVIS, Heather; TURPIN, Etienne (org.). *Art in the Anthropocene: Encounters among aesthetics, politics, environments and epistemologies*. London: Open Humanities Press, 2015.

BRANCO, José Moreira Brandão Castello. Caminhos do Acre. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 196, p. 74-225, julho-setembro, 1947.

BRANCO, José Moreira Brandão Castello. *Descobrimento das Terras da Região Acreana*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960.

BRANCO, José Moreira Brandão Castello. O Povoamento da Acreania. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 250, p. 118-256, janeiro-março, 1961.

BRASIL, CONGRESSO NACIONAL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. In: BALEEIRO, Aliomar. *Constituições Brasileiras vol. II: 1891*. 3º Ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

BRASIL, Vanessa M.; GANDARA, Gercinair Silvério (org.). *Cidades, Rios e Patrimônios: Memórias e Identidades Beiradeiras*. Goiânia: Ed. PUC-Goiás, 2010.

BROSE, Markus Erwin. Inovação na Gestão Pública Subnacional: reflexão sobre a estratégia de desenvolvimento do Acre. *Rev. Adm. Pública*. Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 277-294, mar.-abr. 2014.

BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu – 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BULCÃO, Soares. Subsídio para a História do Departamento do Alto Purus. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará*, Fortaleza, [s.n.]. 1940.

BURIAN, Steven J.; EDWARDS, Findlay G. Historical Perspectives in Urban Drainage. In: STRECKER, Eric W.; HUBER, Wayne C. (org.). *Global Solutions for Urban Drainage*. Portland: ASCE, 2002.

CALIXTO, Valdir de Oliveira. *Plácido de Castro e a construção da ordem no Aquiri: contribuição à história das ideias políticas*. Rio Branco: Governo do Estado do Acre/Fundação Elias Mansour, 2003.

CALIXTO, Valdir de Oliveira. *Resumo do projeto levantamento da história político – administrativa do estado do Acre e município de Rio Branco*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/15440553/Lisla-e-Prefeitos-e-Governadores-do-Acre>. Acesso em 22 de junho de 2012.

CAPILÉ, Bruno; VERGARA, Moema Rezende. Circunstâncias da Cartografia no Brasil Oitocentista e a Necessidade de uma Carta Geral do Império. *Revista Brasileira de História das Ciências*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 37-49, jan.-jun. 2012.

CAPILÉ, Bruno. Rios urbanos e suas adversidades: repensando maneiras de ver as cidades. *HALAC- Revista de La Sociedad Latinoamericana e Caribeña de Historia Ambiental*, Guarapuava, v. 5, n. 1, p. 81-95, set-dez. 2015.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. Os Congressos Brasileiros de Geografia entre 1909-1944. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 85-103, jan.-mar. 2011.

CARVALHO, Érika Marques. *A Expansão da República: A Integração do Território Brasileiro nos Projetos do Clube de Engenharia (1890-1922)*. 146f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS), Casa de Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestilizados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Alberto Lima de. *Terras caídas e consequências sociais: costa do Miracauera – Paraná da Trindade, município de Itacoatiara – AM, Brasil*. 141f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Irineu Marinho: imprensa e cidade*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2012.

CHAKRABARTY, Dipesh. Brute Force. *Eurozine*, 07 de outubro de 2010. Disponível em <http://www.eurozine.com/articles/2010-10-07-chakrabarty-en.html> Acesso em 01 de março de 2015.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 97-161.

CHEN, Cecília. Mapping Waters: thinking with watery places. In: CHEN, Cecília; MacLEOD, Janine; NEIMANIS, Astrida (org.). *Thinking with Water*. Montreal; Kingston; London; Ithaca: McGill-Queen's University Press, 2013.

CHEN, Cecília; MacLEOD, Janine; NEIMANIS, Astrida. Introduction: Toward a Hydrological Turn? In: CHEN, Cecília; MacLEOD, Janine; NEIMANIS, Astrida (org.). *Thinking with Water*. Montreal; Kingston; London; Ithaca: McGill-Queen's University Press, 2013.

CPDOC/FGV. *Verbetes da Primeira República: O Malho*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MALHO,%20O.pdf> Acesso em 13 de fevereiro de 2016.

COSTA, Ana Lúcia Reis Melo Fernandes da. *Madeira que Cupim não Rói: Xapuri em Arquitetura (1913-1945)*. 2º ed. Rio Branco: Gráfica 2 Irmãos, 2010.

COSTA, Francisco Pereira. *Seringueiros, patrões e a justiça no Acre Federal (1904-1918)*. Rio Branco: EDUFAC, 2005.



COUTO, Felipe Rabelo. A Opinião Pública Carioca e a Questão da Incorporação do Acre ao Brasil (1898-1903). *Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em [http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338315410\\_ARQUIVO\\_Artigo,FelipeRabeloCouto.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338315410_ARQUIVO_Artigo,FelipeRabeloCouto.pdf) Acesso em 2 de julho de 2014.

CUETO, Marcos; LERNER, Adrián. *Indiferencias, tensiones y hechizos: médio siglo de relaciones diplomáticas entre Perú y Brasil, 1889-1945*. Lima: Embajada de Brasil em Perú, IEP, 2012.

DEAN, Warren. *A Luta pela Borracha no Brasil: Um Estudo de História Ecológica*. São Paulo: Novel, 1989.

DOLPHIJN, Rick; TUIN, Iris Van Der. “Matter Feels, Converses, Suffers, Desires, Yearns and Remembers”: interview with Karen Barad. In: *New Materialism: interviews and cartographies*. Michigan: Open Humanities Press, 2012.

DOMANSKA, Ewa. Para Além do Antropocentrismo nos Estudos Históricos. *Expedições: Teoria da História e Historiografia*, v. 4, n. 1, p. 9-26, jan.-jul. 2013.

DUARTE, Alejandro Fonseca. Variabilidade e Tendência das Chuvas em Rio Branco, Acre, Brasil. *Revista Brasileira de Meteorologia*, v. 20, n. 1, p. 37-42, 2005.

FARLEY, John. *Bilharzia: A History of Imperial Tropical Medicine*. Cambridge: University Press, 1991.

FEBVRE, Lucien. *O Reno: mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FEITOSA, Orange Matos; SAES, Alexandre Macchione. O Plano de Defesa da Borracha: entre o desenvolvimentismo e a negligência política ao norte do Brasil, 1900-1915. *Am. Lat. Hist. Econ.*, v. 20, n. 3, p. 138-169, set.-dez, 2013.

FEARNSIDE, Philip M. *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras*. v. 1. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FERRANDO, Francesca. Posthumanism, Transhumanism, Antihumanism, Metahumanism, and New Materialisms: Differences and Relations. *Existenz*, v. 8, n. 2, p. 26-32, Fall 2013.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga. *Federalismo, Economia Exportadora e Representação Política: o Amazonas na República Velha (1889-1914)*. Manaus: EDUA/ FAPEAM, 2007.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Esculápios Bélicos: a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará e as efemérides cívicas da nação brasileira, 1914-1922. *Documentos Culturais*, Belém, v. 7, n. 1, p. 41-50, 2006.

FIGUEIROA, Silvia F. de M. “Batedores da Ciência” em Território Paulista: Expedições de exploração e a ocupação do “sertão” de São Paulo na transição para o século XX. *História, Ciências e Saúde – Manquinhas*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 763-777, jul-set. 2008.

FLORES, Elio Chaves. A Consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano I – O Tempo do Liberalismo Excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Preocupações com a proteção à natureza e com o uso dos recursos naturais na Primeira República brasileira. *Textos de História – Brasília*. v. 12. n. 1, pp. 145-161, 2004.

FRANCO, José Luiz; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.

FREIRE, Gilberto. *Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1985.

FREITAS, Frederico. A Park for the Borderlands: the creation of the Iguazu National Park in the southern Brazil, 1880-1940. *Hib - Revista de História IberoAmericana*, Madrid, v. 7, n. 2, p. 65-88, jul.-dez. 2014.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Território e Negócios na “Era dos Impérios”*: os belgas na fronteira oeste do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

GARCIA, Eugenio Vargas. A Diplomacia dos Armamentos em Santiago: o Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923. *Rev. Bras. Hist.* Rio de Janeiro, v. 23, n. 46, p. 173-200, 2003.

GRANERO, Fernando Santos; BARCLAY, Frederica. *La Frontera Domesticada: História Económica y Social de Loreto, 1850-2000*. Lima: Fondo Editorial de La Pontificia Universidad Católica Del Peru, 2002.

HARAWAY, Donna. Situated Knowledge: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. In: HARAWAY, Donna. *Simians, Cyborgs, and Woman: The Reinvention of Nature*. New York: Routledge, 1991.

HENSHAW, Thomas. *The History of Winchester Firearms (1866-1992)*. 6° Ed. Winchester Press, 1993.

HOUZE, Herbert G. *Winchester Repeating Arms Company: its history and development from 1865-1981*. Krause Publications, 2004.

HUMPHREYS, Margaret. *Malária: poverty, race, and public health in the United States*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 2001.

IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. *Os Kaxinawá de Felizardo: Correrias, Trabalho e Civilização no Alto Juruá*. Brasília: Paralelo 15, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Acre – Brasília – inphographics – History. Disponível em [http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=120010&search=acre|brasileia|info graficos:-historico&lang=\\_EN](http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=120010&search=acre|brasileia|info graficos:-historico&lang=_EN). Acesso em 14 de maio 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA – IPAM. Divulgação do estudo sobre as secas na Amazônia. Manaus. p. 21. Disponível em <http://www.ipam.org.br/uploads/conteudos/d21c682d4c09b3e2b80c8d15cc2f84414bc8ad8f.pdf> Acesso em 12 de junho de 2015.

JONES, Karen. Guns, Masculinity and and Marksmanship: codes of killing and conservation in the nineteenth-century in american west. In: JONES, Karen; MACOLA, Giacomo; WELCH, David (org.). *A Cultural History of Firearms in the Age of Empire*. Burlington, Vt.: Ashgate Publishing Company, 2013.

JORGE, Janes. *Tietê: o rio que a cidade perdeu*. São Paulo, 1890-1940. São Paulo: Alameda, 2006.

KLEIN, Daniel. *A Borracha no Acre: economia, política e representações (1904-1945)*. 346 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História Social (PPGHS), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

KLEINMAN, Adam. Intra-actions: interview of Karen Barad by Adam Kleinman. *Mousse Magazine*, Milan, v. 34, p. 76-81, 2012.

KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação (1909-1962)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.

LEMKE, Thomas. Varieties of Materialism. *BioSocieties*, v. 10, n. 4, p. 490-495, 2015.

GRATTON, Peter. Vibrant Matters: an interview with Jane Bennett. *Phylosophy in a Time of Error* (Blog) 22 de abril de 2010. Disponível em <http://philosophyinatimeoferror.com/2010/04/22/vibrant-matters-an-interview-with-jane-bennett/> Acesso em 10 de setembro de 2014.

LEONARDI, Victor. *Os Historiadores e os Rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15/UNB, 1999.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ/ CCBB, 1996.

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/ IUPERJ/ UCAM, 1999.

LOENHART, Klaus. Vibrant Matter, Zero Landscape: an interview with Jane Bennett. *GAM: Architecture Magazine*, v. 7, 19 de setembro de 2011. Disponível em <http://www.eurozine.com/articles/2011-10-19-loenhart-en.html> Acesso em 10 de junho de 2015.

LOUREIRO, Antônio José Souto. *A Gazeta do Purus: cenas de uma época* (Senna Madureira, 1918/1924). Manaus: Imprensa Oficial, 1981.

LOUREIRO, Antônio José Souto. *O Brazil Acreano*. Manaus: Gráfica Lorena, 2004.

LUSTOSA, Isabel. O texto e o Traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura. In: In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano I – O Tempo do Liberalismo Excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: EDUC, 1998.

MACHADO, Lia Osório. O Controle Intermitente do Território Amazônico. *Revista Território*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 19-32, jul.-dez. 1997.

MARTINELLO, Pedro. *A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial*. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

MAUCH, Christof; ZELLER, Thomas (org.). *Rivers in History: Perspectives on Waterways in Europe and North America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2008.

McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, v. 9, n. 1, p. 41-64, jan.-jun. 2006.

MELLO, Vanessa Pereira da Silva e. *O “Agricultor Progressista”: ciência e proteção à natureza nas revistas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1897-1932)*. 173f. Dissertação (Mestrado) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. *Mundo Agrario – La Plata*, v.1, n.1, jul.-dec. 2000.

MENEZES, Maria Lúcia Pires; FERNANDES Nelson da Nóbrega. As Capitais do Acre: a cidade e os poderes. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v.IX, n. 194, p. 1-14, ago. 2005.

MORAIS, Raimundo. *Na Planície Amazônica*. 7ª ed. Brasília: Senado Federal, 2000.

MORTON, Timothy. *The Ecological Thought*. Cambridge, Massachusetts and London: Havard University Press, 2010.

NEIMANIS, Astrida. Feminist subjectivity, watered. *Feminist Review*, n. 103, p. 23-41, 2013

NEIMANIS, Astrida. Thinking with Water: an aqueous imaginary and an epistemology of unknowability. *Entanglements of New Materialisms*. Linköping, Sweden, May, 25-26, 2012. Disponível em [http://www.academia.edu/1932447/Thinking\\_with\\_Water\\_An\\_Aqueous\\_Imaginary\\_and\\_An\\_Epistemology\\_of\\_Unknowability](http://www.academia.edu/1932447/Thinking_with_Water_An_Aqueous_Imaginary_and_An_Epistemology_of_Unknowability) Acesso em 02 de maio de 2013.

NUNES DE MELLO, José Albert; BARROS, Wanilze Gonçalves. Enchentes e Vazantes do rio Negro medidas no porto de Manaus, Amazonas, Brasil. *Acta Amazonica*. V. 31, n. 2, p. 331-337, 2001.

NUNES, Silvia Alexim. Histeria e Psiquiatria no Brasil da Primeira República. *Hist. Ciência, Saúde – Manguinhos*. V. 17, supl. 2, pp. 373-389, dez., 2010.

OSBORNE, Michael A. Resurrecting Hippocrates: hygienic sciences and the french scientific expeditions to Egypt, Morea and Algeria. In: David Arnold (org.) *Warm Climates and Western Medicine: The Emergence of Tropical Medicine, 1500-1900*. Amsterdã/ Atlanta, Rodopi, 1996.

PADUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

PÁDUA, José Augusto. As Bases Teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PANPLONA, Marco A. *Revoltas, Repúblicas e Cidadania*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003.

PEREIRA, Sergio Nunes. Navegação Fluvial e Vias Auxiliares: Uma Controvérsia Geográfica no Brasil no Final do Século XIX. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, São Paulo, p. 11.640-11.664, 2005.

PEREIRA, Sergio Nunes. Obsessões Geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 112-124, jun. dez. 2005.

PEREIRA NETO, André de Faria. *Ser Médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2001.

PICCOLI, Jaco Cesar. *Sociedades Tribais e a Expansão da Economia da Borracha na Área Juruá-Purus*. 530 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

PIZARRO, Ana. *Amazonía: El Rio Tiene Voces*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2009.

RANZI, Cleusa Maria Damo. *Raízes do Acre*. Rio Branco: EDUFAC, 2008.

REBELO, Fernanda. Entre Carlos R. e o Orleannais: a saúde pública e a profilaxia marítima no relato de dois casos de navios de imigrantes no porto do Rio de Janeiro, 1893-1907. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, pp. 765-796, jul-set. 2013.

REID, Donald. *Paris sewers and sewerman: realities and representations*. Cambridge: Havard University Press, 1991.

RIBEIRO, Napoleão. *O Acre e os Seus Heróis: contribuição para a história do Brasil*. 7 ed. Brasília, Senado Federal, 2008.

RODRIGUES, Ecio; TORRICO, Raul. Águas do Acre. *In: Anais: Encontros Nacionais da Anpur*. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano de Regional. Belém – Pará, v. 12, pp. 1-20, 2007. Disponível em <http://unuospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3508/3437> Acesso em 02 de setembro de 2015.

RODRIGUES, Silvio Ferreira. *Esculápios Tropicais: a institucionalização da medicina no Pará (1889-1919)*. 208 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero de; LIMA, Nísia Trindade. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 779-810, jul-set. 2008.

SALES, Nadir; REBELLO, Expedito; FÁTIMA, José de. As maiores cheias e secas no Amazonas e as influências dos fenômenos “El Niño”, “La Niña”, “ODP” e “OMA”. *In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Meteorologia: A Amazônia e o clima global*. Belém – PA, 13-17 de setembro de 2010. [http://cbmet2010.web437.uni5.net/anais/artigos/659\\_97635.pdf](http://cbmet2010.web437.uni5.net/anais/artigos/659_97635.pdf). Acesso em 12 de junho de 2015.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi. *Cidade das Águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes na cidade de São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Lazareto da Ilha Grande: isolamento, aprisionamento e vigilância nas áreas de saúde e política (1884-1942). *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, pp. 1176-1196, out-dez. 2007.

SANTOS, Roberto A. de Oliveira. *História Econômica da Amazônia (1820-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SCHAFFNER, Wolfgang. Los médios de comunicación y La construcción del território em América Latina. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 811-826, jul-set. 2008.

SCHWEICKARDT, Julio Cesar; LIMA, Nisia Trindade. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-1913). *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p. 15-50, dez. 2007.



SCHWEICKARDT, Julio Cesar. *Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura Como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Francisco Bento da. *Acre, a Sibéria tropical: destierros para as regiões do Acre em 1904 e 1910*. Manaus: UEA Edições, 2013.

SILVA, Jairo de Jesus Nascimento da. *Em busca da cura: a institucionalização da medicina acadêmica em Belém e sua relação com outras práticas terapêuticas, entre 1889 e 1925*. 208 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SOUTER, Gerry. *American shooter: a personal history of gun culture in United States*. Washington, DC: Potomac Books, 2012.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *História do Acre: novos temas, nova abordagem*. 3º Ed. Rio Branco: Ed. Carlos Alberto Alves de Souza, 2006.

SOUZA, Sergio Roberto Gomes de. *Dernervados, desfibrados e amarelos em busca de cura: saúde pública no Acre Territorial*. 256 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

STEPAN, Nancy. “The Only Serious Terror in These Regions”: Malária Control in the Brazilian Amazon. In: Armus, Diego (org.). *Disease in the History of Modern Latin América, From Malária to Aids*. Durham/London: Duke University Press, 2003.

STRANG, Verônica. Conceptual Relations: water, ideologies and theoretical subversions. In: CHEN, Cecília; MacLEOD, Janine; NEIMANIS, Astrida (org.). *Thinking with Water*. Montreal; Kingston; London; Ithaca: McGill-Queen’s University Press, 2013.

SWYNGEDOUW, Erik. *Social Power and Urbanization of Water: flows of power*. Oxford and New York: Oxford University Press, 2004.

THIELEN, Eduardo Vilela *et al.* *A Ciência a Caminho da Roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao Interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Casa de Oswaldo Cruz, 1991.

TOCANTINS, Leandro. *O Rio Comanda a Vida: uma interpretação da Amazônia*. 7º Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1961.

TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

TOCANTINS, Leandro. *Amazônia: natureza, homem e tempo*. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

VERA, Cristián Garay. El Acre y los “Assuntos Del Pacífico”: Bolívia, Brasil, Chile e Estados Unidos, 1898-1909. *História*, Santiago, v. 42, n. 2, p. 341-369, jul.-dec. 2008.

VERGARA, Moema de Rezende. Ciência, Fronteiras e Nação: Comissões Brasileiras na Demarcação dos Limites Territoriais entre Brasil e Bolívia, 1895-1901. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi.*, Belém, v. 5, n. 2, p. 345-361, mai.-ago. 2010.

VIDAL, Laurent. Capitais sonhadas, capitais abandonadas: considerações sobre a mobilidade das capitais nas Américas (séculos XVIII – XX). *História*. São Paulo, v. 30, n. 1, p. 3-36, jan.-jun. 2011.

VITAL, André V. *Comissão Rondon, Política e Saúde na Amazônia: A Trajetória de Joaquim Augusto Tanajura no Alto Madeira (1909-1919)*. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS), Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2011.

WASSERMAN, Claudia. A Formação do Estado Nacional na América Latina: As Emancipações Políticas e o Intrincado Ordenamento dos Novos Países. *In: WASSERMAN, Claudia (org.). História da América Latina: Cinco Séculos*. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência, 1950-1920*. São Paulo: Edusp, 1993.

WITTIG, Ehrenfried Othmar. Remédios Especifico-Homeopáticos do Dr. Humphreys. *Arquivos do CRM-PR*. Curitiba, v. 29, n. 113, jan.-mar. 2012.

WHITE, Richard. *The Organic Machine: the remaking of the Columbia River*. New York: Hill and Wang; Fifteenth Printing Edition, 1996.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta: uma história – Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

WORBOYS, Michael. Germs, Malária and the Invention of Mansonian Tropical Medicine: from “disease in the tropics” to “tropical diseases”. In: ARNOLD, David. (org.). *Warm Climates and Western Medicine: the emergence of tropical medicine, 1500-1900*. Amsterdã/Atlanta, Rodopi, 1996.

WORSTER, Donald. *Rivers of Empire: water, aridity, and the Growth of the American West*. New York: Pantheon Books, 1985.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

WORSTER, Donald. *The Wealth of Nature: environmental history and the ecological imagination*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1993.

WORSTER, Donald. Pensando como um rio. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). *A natureza dos rios: história, memória e territórios*. Paraná: UFPR, 2008.

ZANON, Maria Cecília. A sociedade carioca da Belle Epoque nas páginas da Fon-Fon. *Patrimônio e Memória*. São Paulo, v. 4, n. 2, p. 217-235, jun. 2009.